

MARIA DIONE DE CARVALHO MORAES

**MEMÓRIAS DE UM SERTÃO DESENCANTADO
(MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA, NARRATIVAS E ATORES SOCIAIS
NOS CERRADOS DO SUDOESTE PIAUIENSE)**

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Antropologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 10/10/00

BANCA

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi

Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Profa. Dra. Regina Célia Reyes Novaes

Prof. Dr. Ricardo Abramoway

Mauro W. B. de Almeida

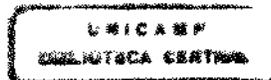
Emília Pietrafesa de Godoi

Maria de Nazareth Baudel Wanderley

Regina Célia Reyes Novaes

Ricardo Abramoway

outubro/ 2000



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	M 791 m
V.	Ex.
TOMBO BC/	43687
PROC.	16-392101
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.º	R\$ 11,00
DATA	09/02/01
N.º CPD	

ii

CM-00149611-3

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANT

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

M 791 m Moraes, Maria Dione Carvalho de
Memórias de um Sertão desencantado: modernização agrícola
narrativas e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense /
Maria Dione Carvalho de Moraes - - Campinas, SP : [s. n.],
2000.

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Memória - Aspectos sociais. 2. Análise do discurso
narrativo. 3. Desenvolvimento rural. 4. Sociologia rural - Piauí.
5. Camponeses. 6. Cultura. 7. Cerrados - Brasil, Nordeste.
I. Almeida, Mauro William Barbosa de. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

DEDICATÓRIA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

À *memória do passado*, simbolizada pela família de origem, nas pessoas de *seu DIDI* (pai), que me fez sonhar – entre outros sonhos – com o mundo das palavras escritas, e de *dona JOANINHA* (mãe) que, mesmo na adversidade, soube conduzir-me para a concretização desse sonho (ambos, *in memoriam*).

À *memória do presente e do futuro*, representada pela família que constitui, nas pessoas dos filhos, PEDRO HENRIQUE e BÁRBARA, e do companheiro, SERGIO, com as quais sigo construindo novos sonhos.

Esta conquista também lhes pertence!

Agradecimentos

Aos camponeses e camponesas e seus familiares, por abrirem suas moradas, memórias e vidas à curiosidade científica de uma estranha. Aos demais interlocutores (muitos deles anônimos) por contribuírem para uma ampliação da reflexão e para o estranhamento/aproximação ao universo sociocultural pesquisado;

Ao professor Mauro William B. Almeida, orientador da tese que sempre soube aliar, com mestria, a erudição no trabalho de orientação e a cordialidade no trato pessoal. A sua extraordinária competência, o seu constante incentivo, e a confiança que depositou em minhas próprias buscas foram fundamentais à realização do trabalho;

À professora Maria Nazareth Baudel Wanderley, orientadora acadêmica, no primeiro semestre do doutorado. O incentivo, confiança, amizade e generosidade demonstrados, aliam-se ao seu empenho e competência exemplares no desvendamento das ruralidades brasileira e nordestina;

A Antônio Bispo, lutador das causas agrárias, um dos primeiros interlocutores desta pesquisa. Com sua imprescindível ajuda, dei início à tarefa de descortinar, sociologicamente, a problemática da incorporação dos cerrados piauienses;

Ao Dr. Flávio Teixeira de Abreu, representante do Ministério Público nas Comarcas de Bom Jesus e Cristino Castro, pelo auxílio na compreensão de aspectos legais relativos às questões fundiárias, na região pesquisada;

Aos pesquisadores da Embrapa/CPAMN, Maria Pinheiro (atual chefe-geral do Centro), Antônio Almeida, Gilson Campelo, Francisco Freire, Marcos Teixeira, com os quais compartilhei horas, dias e quilômetros pelos cerrados do Piauí e do Maranhão, e informações técnico-agronômicas sobre a agricultura praticada nas *chapadas*;

A José Herculano de Carvalho, pesquisador da Embrapa/CPAMN, pela inestimável ajuda na compreensão dos aspectos fisionômicos e da biodiversidade dos cerrados piauienses;

A Hoston Nascimento e Benedito Vasconcelos, respectivamente, atual Chefe Técnico e ex-Chefe Geral da Embrapa/CPAMN, pelas autorizações de viagens, em veículos da Embrapa, acompanhando pesquisadores do CPAMN à região da pesquisa;

A Eliana C. Valois, pela generosidade com que colaborou na revisão da bibliografia;

A Socorro Bona pela valiosa ajuda no trato das questões de traduções da língua inglesa;

Ao Sr. Luís Martins, e à sua esposa Lúcia Martins, bem como aos filhos, filhas e familiares, pelo extremo carinho da acolhida em sua casa, em Uruçuí, e à amiga-irmã Ana Beatriz Martins Seraine, proporcionadora desse inesquecível convívio com sua família;

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação (em especial, Lourdinha), da Secretaria de Pesquisa, e da Biblioteca do IFCH/UNICAMP (especialmente Solange), pelo cordial e eficiente atendimento sempre dispensado às minhas demandas como pós-graduanda;

Aos colegas e professores do Doutorado, no IFCH/UNICAMP, pelo bom convívio profissional e pessoal e pela troca fecunda de idéias;

Aos colegas professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais/CCHL/UFPI, pelo constante interesse, incentivo e apoio;

À UFPI, pela liberação dos quatro anos e meio, e ao PICD/UFPI, coordenado pela professora Ana Zélia C. Branco, pelo acompanhamento gentil e eficiente, nesse período;

À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos, via PICD/UFPI, e de auxílio financeiro para pesquisa, através da Secretaria de Pesquisa do IFCH/UNICAMP;

A Ana Elisa M. Costa e Rosa Sabino, que muito me ajudaram na percepção dos vínculos entre tese e trajetória (inconsciente) de vida;

A Sergio, querido companheiro de vida – incluindo-se aí o doutorado – pelo incentivo, crédito, apoio emocional e logístico ao meu trabalho, e pelas sugestões valiosas quando da leitura dos capítulos. Em nossa trajetória de vida em comum, realizar juntos o doutorado foi mais uma experiência, ao mesmo tempo, difícil e gratificante;

Aos meus filhos Pedro Henrique e Bárbara, por compreenderem e aceitarem a imposição dos compromissos do doutorado e por compartilharem com interesse desse processo no qual ter a mãe em *estado de tese* mexe com os ritmos familiares;

A minha segunda mãe, Edite Carolina de Carvalho, aos meus irmãos e irmãs, cunhadas, cunhados, sobrinhos e sobrinhas, que acompanharam e incentivaram, afetivamente próximos, embora fisicamente distantes, nas Minas Gerais, esse meu percurso acadêmico;

Ao Sr. José Vilela e a D. Maria Vilela (sogro e sogra), aos cunhados e cunhadas, a *Vó Lica* e *Vó Tonha*, minha segunda família, pelo contínuo interesse, apoio e torcida;

Aos amigos Gislene e Pedro Gama e filhos, pela hospitalidade, em Campinas, e pela disponibilidade demonstrada na solução de problemas à distância;

A Dalva e a D. Antônia, pela garantia da indispensável retaguarda nas tarefas domésticas;

A Giselda Spínola de Moraes, a *tia Cecé*, que me iniciou nas primeiras letras, e à professora de Sociologia, Lúcia que, no segundo grau (Colégio Estadual Professor Plínio Ribeiro, em Montes Claros/MG), despertou-me para as possibilidades da *imaginação sociológica*.

“Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso” (Benjamin 1985: 226 – Tese 9).

RESUMO

Nos anos 70, novas áreas no Centro-Sul do Brasil começam a ser incorporadas à estrutura produtiva do *agribusiness* de carnes e grãos, em um processo que avança nos anos 80 até a região Nordeste, e mais especificamente rumo ao sudoeste do Estado do Piauí. Esse processo de incorporação produtiva é descrito neste estudo como o *desencantamento* de um *sertão* simbólico e a simultânea *invenção dos cerrados* enquanto fronteira produtiva. O foco da análise são as narrativas da modernização agrícola que são formuladas em termos do contraste entre o sertão e os cerrados, entre passado e futuro. O prisma teórico adotado baseia-se na idéia da memória social como fonte de conhecimento da vida social e como um campo de disputas no qual sobressaem as *narrativas mestras* e as *narrativas eclipsadas*. O conceito de narrativas mestras aplica-se aqui ao discurso hegemônico do Estado e das corporações privadas, visto através de fontes predominantes escritas e referido ao Brasil, como um todo, ao Nordeste e, em particular, ao Piauí. As narrativas eclipsadas são vistas a partir do discurso eminentemente oral de camponeses e de seus mediadores, localizados nos cerrados do sudoeste piauiense. As narrações dominantes constituem peça fundamental de um projeto desenvolvimentista que resultou na instituição social de uma fronteira agrícola para o capital, através da criação de um agroecossistema baseado nas *chapadas*, dominado pelos interesses do *agribusiness*. Já as narrações obliteradas emergem como falas sobre os cerrados que trazem à tona o *mundo da vida* que se desenrola entre o *baixão* e a *chapada*. Assim, enquanto as primeiras diagnosticam as *chapadas* como um *vazio* demográfico, cultural e econômico a ser desenvolvido, silenciando sobre os *baixões*, as narrações subalternas contribuem para uma compreensão dos cerrados como um lugar social e ecologicamente integrado, no qual tanto o *baixão* como as *chapadas* desempenham papéis humanos e ambientais. Fazem isso através de uma verdadeira *anamnese* do par *sertão/cerrados*, através da qual o passado é recuperado como pleno de historicidade. Essa recuperação do passado do ponto de vista dos sujeitos ameaçados é acionada para garantir a

legitimidade de seus direitos e de seus projetos de inclusão, ante a ameaça de exclusão cada vez mais definitiva que paira no presente. Esperamos que o foco na dimensão superestrutural da vida social, trazendo à tona tanto as narrativas quanto processos e atores sociais, contribua para desvendar a prática social das populações dos cerrados e sua situação atual.

ABSTRACT

A process of new areas fast incorporation the to modern agricultural production associated to the meat and grain agribusiness started in the 70s in the Southern part of Central Brazil, advancing during the 80s towards the Northeast, and into the Southwest of the State of Piauí. This process is described in this study as the *disenchantment* of a symbolically defined *sertão* and as the invention of the *cerrados* as a productive frontier. The analysis is focused on the narratives of the agricultural modernization of the *cerrados*, which are phrased in terms of a contrast between a *sertão* placed in the past and the agricultural *cerrados* landscape depicted as the promising future. The theoretical prism adopted here is that of *social memory* as a source of knowledge on social life, and also as a field of narrative disputes from which emerge *master narratives* and *eclipsed narratives*. The concept of *master narratives* is here applied to the State and private corporations hegemonic discourse, which are analysed mostly through written sources refering to Brazil, as a whole, to the Northeast, and, particularly, to Piauí. The *eclipsed narratives* are eminently approached through the oral discourses made by the *cerrados* peasants and by members of the rural grass-root organizations, and they refer more specifically to the Southeastern Piauí *cerrados*. The master narratives are the center-pieces of a developmental project which has created an agricultural frontier for capitalism through the establishment of an agro-ecosystem dominated by the meat/grain agribusiness, based on the *chapada* or uplands the use. On the other hand, the obliterated narratives emerge as conversations on the *cerrados* from which emerge a *world of life* taking place in a territory comprising the *baixão* valleys and the upland *chapadas*. Thus, while the master narratives describe the *chapadas* as demographically, culturally and economically *void*, waiting to be developed, and ignore the *baixão*, subaltern narratives make a true contribution to an understanding of the *cerrados* as a *place* which is sociologically and ecologically integrated, where both *baixão* valleys and the *chapadas* uplands had social and environmental roles. By doing so,

the eclipsed narratives also contribute towards a true *anamnesis* of the *sertão/cerrados* symbolism, from which the past is recovered full of meaning and historicity. This operation of recovering the past from the endangered ones viewpoint, has been used in order to guarantee the legitimacy of their land rights and economic projects, facing the increasing exclusion danger haunting the present. We hope that the focus on the superstructures attempted here, by bringing to light both the narratives and the social processes and actors, will contribute to unveil the social practices of the *cerrados* rural populations and their present plight.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO: ANALISANDO NARRATIVAS E DESCERRANDO MEMÓRIAS.....	1
CAPÍTULO I: MEMÓRIA SOCIAL: FONTE DE CONHECIMENTO E OBJETO DE DISPUTA.....	23
CAPÍTULO II: CERRADOS NO BRASIL: DE <i>ESPAÇO VAZIO</i> A ESPAÇO AGRÍCOLA MODERNO.....	67
2.1- Prolegômenos a uma narrativa. De sertão a cerrados: <i>Veredas</i> de uma invenção.....	68
2.2- Imagens de um sertão desencantado ou a modernidade agrícola nos cerrados.....	79
2.3- A construção social de uma certa dizibilidade: diagnóstico e gestão de um espaço.....	87
2.4- Cerrados mapeados: linguagem cartográfica das narrações mestras.....	102
CAPÍTULO III: NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO NORDESTE:	
O <i>NOVO</i> NORDESTE DOS CERRADOS.....	131
3.1- Espaço, territórios e redes: polissemia e variantes conceituais.....	134
3.2- O <i>novo</i> Nordeste dos cerrados.....	152
3.3- Cerrados: de <i>território do vazio</i> a fronteira agrícola.....	164
3.4- Oeste baiano: novos ritmos e sentidos do desenvolvimento.....	175
3.5- Cerrados maranhenses: da agricultura <i>de toco</i> à agricultura moderna.....	179

CAPÍTULO IV: CERRADOS PIAUIENSES. TOPOS DO DISCURSO:

LUGARES DA MEMÓRIA SOCIAL DOMINANTE.....	185
4.1- Prolegômenos a uma narrativa. Imagens de um <i>destino pastoril</i>	186
4.2- Os 70: prenúncio da passagem do <i>destino pastoril</i> à <i>vocação agrícola</i>	199
4.3- Concretizando a <i>vocação agrícola</i> . Cerrados: de <i>vazio a celeiro de produção</i>	206

CAPÍTULO V: AO SUL DA MEMÓRIA: FALAS DA EXPERIÊNCIA E DA

PRÁTICA RECONSTITUINDO PROCESSOS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS NOS CERRADOS PIAUIENSES.....	235
5.1- Estudos sobre camponeses nos cerrados: Brasil e Nordeste.....	255
5.2- Prolegômenos sobre camponeses, racionalidade e saber ambiental	239
5.3- Entre o <i>baixão</i> e a <i>chapada</i> : nomeando lugares e tempos, usos, atividades e produtos em um sistema agrícola.....	248
5.3.1- A lógica do <i>baixão</i>	251
5.3.2- A lógica da <i>chapada</i>	266
5.4- Apropriação tradicional <i>versus</i> territorialização do capital.....	271
5.5- Imagens da <i>era dos projeteiros</i> : do encanto ao desencanto com os grandes projetos e a luta pelo seu <i>espólio</i>	284
5.6- Imagens da Era dos Gaúchos: “ <i>boi erado, nas terra alheia é bezerro</i> ”.....	296

CAPÍTULO VI: MEMÓRIAS APALAVRADAS : RECONSTITUINDO

TRAJETÓRIAS E PROJETANDO ITINERÁRIOS.....	315
6.1- Apalavrando experiências: imagens de ontem e de hoje	320
6.1.1- Seu Cesário: entre a inovação e a tradição: o gosto pelas mudanças e o sentimento do <i>lugar</i>	320

6.1.2- Seu Gervásio: da terra <i>voluntária</i> à terra arrendada.....	332
6.1.3- D. Maria: entre a <i>labuta</i> (enxada, casa, pequeno comércio...) e a Pastoral da Criança: quem tecia lençóis e redes, novas solidariedades tece.....	352
6.1.4- Seu Francisco: fazendo cercas e driblando cercos ou <i>vivendo a luta e trabalhando dentro da roça</i>	361
CONCLUSÃO	383
BIBLIOGRAFIA	399
ANEXOS	423
-Anexo 1: Glossário Sucinto	425
-Anexo 2: Quadro 1 – Distribuição espacial das áreas de cerrados no Brasil. 1977.....	429
-Anexo 3: Quadro 2 – Área com incentivo do FASET/reflorestamento no Piauí. Castanha de caju. Período 1977/87.....	431
-Anexo 4: Mapa - Pólo Uruçuí-Gurguéia: principais mercados	433
-Anexo 5: Caderno de registro fotográfico (fotos de 1 a 32).....	435
-Anexo 6: Quadro 3: Esboço do calendário agrícola dos camponeses.....	465
-Anexo 7: Informações complementares ao mapa cognitivo I.....	467
-Anexo 8: Alguns dados estatísticos do município de Uruçuí.....	469
-Anexo 9: Siglas utilizadas.....	471
-Anexo 10: Planta do Assentamento Flores	473
-Anexo 11: Cópia de carta de anuência referida pelo seu Gervásio.....	475
-Anexo 12: Texto de autoria do seu Francisco (cap. VI).....	477
-Anexo 13: Mapa - Estado do Piauí: distribuição espacial do cerrado.....	479
RELAÇÃO DOS MAPAS UTILIZADOS (excetuando-se os anexos)	
Fig. 1: Mapa PNUD-BRA 1- Localização: Núcleo Central dos Cerrados.....	113

Fig. 2: Mapa PNU-BRA 2- Evolução da ocupação da terra.....	115
Fig. 3: Mapa PNUD-BRA 3- Densidade do rebanho Bovino.....	117
Fig. 4: Mapa PNUD-BRA 4-Evolução da Intensidade da Tecnificação Agrícola.....	119
Fig.5: Mapa PNUD-BRA 5- Vegetação.....	121
Fig. 6: Mapa PNUD-BRA 6- Solos.....	123
Fig. 7: Mapa PNUD-BRA –Delineamento Macroagroecológico.....	125
Fig.8: Mapa PNUD-BRA – Malha Rodoviária Existente e Planejada.....	127
Fig.9: Mapa PNUD-BRA 9- Malha Rodoviária Existente e Planejada.....	129
Fig. 10. Mapa BNB: Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste.....	155
Fig. 11 Mapa <i>novo</i> Nordeste: os estados propostos para o <i>novo</i> Nordeste.....	162
Fig.12- Mapa Piauí 1: Distribuição Espacial da Área em Estudo por Meso e Microrregiões Geográficas em todo o Sudoeste e parte do Extremo Sul Piauiense.....	217
Fig. 13 – Mapa Piauí 2: Pólo Uruçuí-Gurguéia.....	231
Fig. 14- Mapa Cognitivo da Comunidade de Bananeira (Uruçuí/PI).....	265

INTRODUÇÃO

ANALISANDO NARRATIVAS E DESCERRANDO MEMÓRIAS

O processo de incorporação dos cerrados como fronteira agrícola, no Brasil, em curso nos últimos 30 anos, sugere a idéia de uma reconquista simbólica do sertão à qual subjaz um modelo de desenvolvimento que não tem considerado os segmentos camponeses, ali tradicionalmente estabelecidos, como protagonistas. Como observou Oliveira (1994: 4),

“a reconquista parte do mesmo pressuposto do descobrimento: descobrir significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos. O conquistador, por essa lógica, se arvora todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. A revelação é um ato demiúrgico, e o conquistador, quase um deus”.

A incorporação dos cerrados brasileiros, pelo moderno processo produtivo agroindustrial, iniciada nos anos 70 e acelerada, a partir dos 80, através de políticas gerais e específicas, vem produzindo não apenas grãos, carnes, empregos, mas também urbanização descontrolada e danos ambientais decorrentes da monocultura, enfim, um *novo* rural. Além disso, essa incorporação vem gerando imagens e representações sobre esse processo. Uma dessas representações, que se aplicam à análise da memória social dos cerrados, é a da saga de construção da nação brasileira, caudatária do discurso do Estado Novo¹. Nesse sentido, os novos atores sociais, lançados à conquista dos cerrados, expressam, através de *narrativas*

¹ A idéia de *reconquista* (Oliveira, 1994) remete ao pensamento geopolítico brasileiro e, no caso dos cerrados, pode ser vista como caudatária da política de *Marcha para o Oeste*, do Estado Novo, presidida por Getúlio Vargas e reeditada, depois, por Juscelino Kubistchek, por intermédio de uma ideologia fortemente impregnada de sentidos de construção da nação.

mestras, uma identidade de *bandeirantes modernos* a desbravar, de forma definitiva, os *espaços vazios*, plantando, junto com a soja e outros grãos, a civilização e a modernidade². Estas imagens e representações – entre as quais se inclui a própria denominação *cerrados* – são tomadas, aqui, como parte importante de uma agenda de pesquisa, no âmbito de um olhar sociológico sobre o campo que elege, como um de seus temas relevantes, ”a construção social do imaginário agrário, do saber popular à percepção social e à cultura erudita: como se produzem socialmente os sonhos de sociedade no espaço agrário brasileiro” (Santos, 1993a: 83).

Contrariamente à idéia do *vazio*, presente nas *narrativas mestras* dos *cerrados*, estes não são, no entanto, *uma terra sem homens* (Oliveira, 1994), mas um espaço social que, devido às suas características naturais, configura-se como importante bioma, no qual, historicamente, viveram populações indígenas (Gutberlet, 1994, Barbosa e Schmitz, 1998) e vivem populações camponesas, com história de ocupação antiga (Andrade, 1984, 1995, 1995a, 1998, Dayrell, 1993, Gutberlet, 1994, Sousa Filho, 1995, 1996, Péret, 1997, Moraes, 1999, 1999a). Mas há uma imensa desproporcionalidade no conjunto das forças sociais que se lançam à incorporação dos *cerrados* pela moderna produção agrícola: de um lado, encontram-se segmentos camponeses tradicionais, atores e sujeitos locais com suas lutas para inserirem-se no processo de *desenvolvimento* da região; de outro, novos atores externos, como *projeteiros* e *gaúchos*, vinculados a grandes corporações do *agribusiness* do complexo carnes/grãos, cujos interesses são, em grande parte, mediados pelo Estado.

Há, pelo prisma da construção social do imaginário agrário, uma importante sedimentação em curso, na qual algumas imagens hegemônicas vão-se naturalizando por meio de uma dimensão da memória social que poderíamos denominar *memória modernizadora dominante* (Moraes, 1997), expressa em *narrativas mestras* nas quais as populações camponesas locais são relegadas ao indizível. Como parte desta dimensão da memória social, a *vocação* agrícola dos *cerrados* – tomados como espaço potencial para o capital – vem-se consolidando no imaginário social nos últimos 20 anos. No entanto, como sugerem

² A idéia de conquista dos *cerrados* é corrente no discurso oficial quando este se refere à incorporação agrícola das chapadas pela moderna agricultura. Ver, a exemplo, Borges (1995).

Hobsbawn e Ranger (1984), tal vocação pode ser datada historicamente, sendo possível localizar seus *inícios* nos marcos da *febre desenvolvimentista* no pós-Segunda Guerra Mundial (Escobar, 1995), particularmente no âmbito da questão agroalimentar internacional, como veremos no capítulo II.

Teoricamente, a expressão *narrativas mestras* inspira-se na discussão da emergência da racionalidade política da nação como forma de narrativa, isto é, estratégias textuais, metáforas, estratagemas figurativos. Assim, constituem a própria história da nação, como invenção sociocultural e política. Schiller e Fournon (1997) lembram que, no desenrolar do século XIX, as forças representativas das classes em luta pelo poder trataram de popularizar certas narrativas históricas visando validar e legitimar o seu domínio sobre a população residente num determinado território. Para esses autores, a construção do Estado-nação confunde-se, portanto, com esse processo de formação de uma memória coletiva³.

Nesse sentido, a *invenção* do que se convencionou chamar, a partir do final dos anos 70, de *região dos cerrados*, no Brasil, remete, do ponto de vista da memória social, a certos movimentos (nunca partes) nesse campo de memória⁴. Tais movimentos, no campo da memória social, incluem, por um lado, um conjunto de narrativas mestras - em seu esforço permanente de convencer, por meios simbólicos ou materiais, da universalidade dos seus entendimentos e interpretações, constituídas, sobretudo, por discursos de instituições estatais e das corporações do *agribusiness*. Por outro, há, no campo, um conjunto de narrativas sem a mesma visibilidade e alcance social das narrativas mestras, constituídas por discursos orais

³ A respeito, ver, também, Anderson (1989) e Bhaba (1994). Em relação a esse aspecto, registro a contribuição da prof. Bela Feldman-Bianco, do Departamento de Antropologia da UNICAMP, que, como membro da banca do Exame de Qualificação, chamou a atenção para o enfoque das *master narratives*.

⁴ A utilização do termo *invenção* tem por base reflexões sobre a questão da memória social dos cerrados (Moraes, 1997) e da memória como fonte de conhecimento do social (Moraes, 1998b) e análises antropológicas, historiográficas e sociológicas nos campos: 1/ da memória social (Benjamin, 1975; Halbwachs, 1990; Fentress e Wickham, 1994; Woortmann, 1994; Godoi, 1999; Bosi, 1994; Neves, 1994); 2/ da história oral (Thomson, Frisch e Hamilton, 1996; Rousso, 1996; Portelli, 1996; Cruikshank, 1996; Joutard, 1996); 3/ da invenção sociohistórica (Hobsbawn e Ranger, 1984; Albuquerque Júnior, 1994; Gondim, 1994); 4/ da ideologia e utopia (Marx, 1986; Mannheim, 1976; Ribeiro, 1992). Invenção, aqui, corresponde ao sentido atribuído, entre outros, por Anderson (1989) e Vidal e Souza (1997), não sendo assimilada à contrafação e falsidade mas, sim, à imaginação e à criação.

e recolhidas entre camponeses e camponesas e alguns de seus mediadores, vistas como socialmente *eclipsadas*.

A inspiração teórica para pensar esse outro *corpus* narrativo, no campo da memória social, vem do sentido gramsciano de hegemonia em relação à cultura, qual seja, a preponderância de um determinado tipo de cultura sobre outros existentes, assimilados, ou *eclipsados* pela cultura hegemônica, que se concretiza como *universal*, enquanto em seu processo de unificação hierárquica converte outras a elementos constitutivos dessa universalidade. Nesse sentido, de acordo com Gramsci (1978: 153), “(...) não se fala das culturas populares, para as quais não se pode falar de elaboração crítica e de processo de desenvolvimento”.

Os movimentos identificados como narrativas mestras e como narrativas eclipsadas conduzem ao conceito de *campo* (Bourdieu, 1983, 1987, Neves, 1994), que, por sua vez, possibilita uma abordagem da memória social, entendida esta como não-linear, não-unívoca, mas um espaço em que movimentos distintos encontram-se em ação, inclusive com *estratégias diferenciadas* no sentido de manter ou de subverter a posição ocupada. A análise sociológica desse campo identifica, assim, as narrativas mestras e as narrativas eclipsadas como movimentos que *disputam* (Neves, 1994) *verdades e projetos*, embora possam ser vistos, também, em alguma medida, dialogando (Bakhtin, 1996, Ginzburg, 1987).

Essa concepção da memória social remete, ainda, à reflexão de Connerton (1993) acerca dos tipos de memória que conhecemos e acionamos: *memória cognitiva*, *memórias pessoais* e *memória hábito*. O que interessa aqui é a possibilidade de se pensar, através dessas categorias analíticas, uma certa distinção na forma e no conteúdo entre os movimentos identificados no campo da memória e tornados visíveis, por um lado, pelas narrativas mestras, e, por outro, pelas narrativas eclipsadas.

As narrativas mestras aproximam-se do tipo, denominado por Connerton (1993), de *memória cognitiva*. São narrativas mais impessoais e descritivas, formalizadas e racionalizadas num padrão que independe da experiência pessoal. Já as narrativas eclipsadas

caracterizar-se-iam melhor como memórias pessoais e coletivas fortemente marcadas pela *experiência* (Thompson, 1981)⁵ e pelo *habitus* (Bourdieu, 1994). Mas ambos os tipos constituem-se, como movimentos no campo da memória social, fontes de conhecimento do social.

Entretanto, é equivocada uma separação radical entre um tipo e outro. A rigor, não existe uma memória puramente cognitiva e outra puramente experiencial. As categorias utilizadas por Connerton (1993) devem ser vistas como tentativas de aproximação conceitual ao campo fluido e difuso da memória. Tomá-las heurísticamente não implica confundir a memória com um conjunto definido e acabado, antes de mais nada porque, pela sua própria fluidez, é ela irredutível a qualquer sistematização. Além do mais, como *objeto de disputas* (Neves, 1994), embora marcada, em grande medida, pelo processo hegemônico das classes dominantes, é um produto social aberto, que não cabe nos enquadramentos esquemáticos, supondo, portanto, uma vinculação também com as classes subalternas, reportando tanto à realidade objetiva, quanto à *significação imaginária* da sociedade (Castoriadis, 1986).

Nesse sentido, os cerrados despontam, pelo prisma da memória social, como um desafio à imaginação sociológica e não apenas à econômica, agrônômica, botânica, etc., particularmente no que toca à questão de como têm sido definidos como realidade para o conhecimento: seja como *região*, nos marcos de uma geopolítica e de uma geoeconomia que os vai definindo, progressivamente, nos termos de uma territorialidade verticalizada pelo capital (capítulos II, III, e IV), seja como *território/lugar*, demarcado por uma *economia moral* (Scott, 1976, Thompson, 1984), nos termos das populações camponesas locais, como veremos nos capítulos V e VI.

Como espaço de disputas (Neves, 1994, Moraes, 1998a), a memória social permite a compreensão desse fenômeno que envolve determinado modelo de desenvolvimento para os cerrados brasileiros e nordestinos, em particular para o caso do Piauí, na sua relação com - e

⁵ O conceito de experiência, em Thompson (1981), vincula sujeito e estrutura: a história como o particular experimentado pelos indivíduos. Em Benjamin (1975), a experiência (*Erfahrung*) refere-se às sociedades caracterizadas como artesanais, e a vivência (*Erlebnis*) reporta-se às sociedades ditas modernas.

em suas conseqüências para – segmentos camponeses tradicionais. A discussão desse modelo conduz à reflexão sobre o próprio significado do desenvolvimento, que, aliás, é uma das mais inclusivas noções presentes quer no senso comum, quer na literatura. Trata-se, assim, de algo filiado a um *universo ideacional* enormemente elástico, constituindo-se em ideologia/utopia central do mundo moderno, herdeira da idéia de progresso (Ribeiro, 1992, Shanin, 1995).

Mas há, no campo da memória social dos cerrados, diferentes *invenções* que, como registros do imaginário social, constituem uma dimensão fundamental à prática social (Castoriadis, 1986), haja vista os vínculos existentes entre

“(…) realidade e representação ou entre práticas socialmente determinadas e suas referências simbólicas, ou entre ser social e consciência social (...) [sem vê-las como] dicotomias simplificadoras, e [buscando] enfrentar diretamente a questão da produção de significados sociais através dos quais podemos conferir sentido à vida social e através dos quais, igualmente, a própria vida social pode se instituir” (Neves, 1994: 15. Grifos no original⁶).

Com isto, fica privilegiada, neste trabalho, a relação entre a construção cultural de categorias (Woortmann, 1994), a partir da própria categoria cerrados, no processo mesmo de desconstrução analítica da memória social dominante⁷.

Essa entidade, denominada cerrados, institui-se delimitando fronteiras econômicas, sociais, políticas e geográficas, recriando formas de poder e facilitando acesso a recursos fiscais e oficiais via planos de desenvolvimento. A discussão desse processo desnaturaliza o imaginário social desta *região*, cuja base discursiva – do ponto de vista das narrativas mestras – é a aparente comunhão entre a natureza e seus intérpretes privilegiados (Estado e *agribusiness*), a partir da idéia de agroecossistema (capítulo II).

Profundamente afetadas por esse processo, como as populações camponesas dessa *região/território/lugar* vivenciam, material e simbolicamente, as mudanças em curso, não apenas como resposta, mas como *ação*? Como acionam sua memória coletiva do passado,

⁶ Ao longo do trabalho, sempre que, após uma citação direta, contendo grifos, não houver a expressão *grifos no original*, é que estes serão da minha responsabilidade.

⁷ O tratamento teórico do tema da memória social concentra-se no capítulo I, embora perpassasse toda a tese.

no presente, e com vistas ao futuro? E como esse passado é reelaborado a partir de situações presentes, e visando ao futuro? Estas serão questões enfrentadas ao longo deste trabalho, que começa por desconstruir as narrativas mestras e termina por recuperar dizibilidades outras, de menor visibilidade e alcance social. Tal seqüência, que parece apenas lógica, traduz, também, um desejo de que este percurso possa se concretizar, politicamente, na arena social.

Tomar cerrados, analiticamente, não apenas dos pontos de vista biológico, agrônomo, ecológico, econômico, etc., mas também como *fato social*, implica situá-los no cerne da problemática da produção social do espaço e da reflexão de como se estabelecem relações entre as categorias espaço e poder no âmbito das sociedades contemporâneas, remetendo a questões relacionadas à gestão de territórios (capítulo III), compreendida num contexto de *construção de regiões*, sempre vinculada ao discurso e à prática do desenvolvimento (Corrêa, 1985, Escobar, 1995, Ribeiro, 1992)⁸.

As narrativas mestras caracterizam os cerrados por uma trajetória que vai de *espaço vazio a celeiro do mundo* – com base na concepção econômico-produtivista de aumento da produção e da produtividade. Este discurso e práticas respectivas conduzem à dimensão político-econômica da questão, no que tange tanto às relações internas ao país, quanto às internacionais, no âmbito do *agribusiness* alimentar, reportando à manutenção de diferenças espaciais, econômicas e sociais, sua legitimação e reprodução e à problemática do desenvolvimento local e regional. Estas últimas questões, no caso da pesquisa empírica, se restringem à região de cerrados constituída pelo sudoeste piauiense.

Populações camponesas, tradicionais habitantes desses cerrados, como – nos termos redfieldianos – uma expressão local de uma civilização mais ampla, tanto vivenciam os impactos do modelo de desenvolvimento hegemônico que se vem implementando na citada

⁸ Quanto ao Nordeste, ver Furtado (1959), Correia de Andrade (1973), Oliveira (1985, 1994) e Albuquerque Jr. (1994). Já em relação a novos processos de territorialização, reterritorialização e desterritorialização, ou processos de T-D-R, como são chamados na literatura especializada, em curso no Nordeste, incluindo a incorporação dos cerrados, ver Haesbaert Costa (1995, 1996).

região, quanto elaboram sua própria percepção desse processo⁹. Daí o filtro da memória social permitir a análise não só das práticas e narrativas mestras desse processo, mas também, das outras narrativas e práticas socialmente eclipsadas. A memória social coloca-se, assim, como fonte de conhecimento do social, sendo, ela própria – como campo de disputas – objeto de investigação e um instrumento heurístico de análise de situações de mudanças sociais (capítulo I).

A emergência dos cerrados – tomados como categoria do discurso da modernização agrícola – pode ser vista pela ótica da descrição prescritiva que se faz sob o nome de visões do Brasil, em que se configura, segundo Vidal e Souza (1997: 26), um “campo de fenômenos (...) não como meros fenômenos, mas como fenômenos nomeados (...) [nos quais] (...) os nomes dados a um mundo que se vai analisar revestem de familiaridade um universo obscuro”.

Se, contrariando as narrativas mestras, os cerrados não são um vazio de sujeitos sociais, que *familiaridades* vão sendo construídas pelas diversas invenções de uma memória social desse espaço? Para responder a questões como essas, focalizo, por um lado, as narrativas mestras no Brasil, no Nordeste e no Piauí, respectivamente, e, por outro, reporto-me às narrativas eclipsadas nesse processo hegemônico, com base na pesquisa empírica desenvolvida no sudoeste piauiense. Isto é feito à luz do pressuposto teórico da memória social como fonte do conhecimento.

⁹ O termo *tradicionais* refere-se às populações camponesas cuja presença, na região, antecede ao *boom* da moderna agricultura de grãos, diferenciando-as, assim, das frentes de ocupação camponesa recentes, que se instalam via projetos de colonização. A literatura socioantropológica sobre populações camponesas no Brasil tem buscado compreendê-las de vários e diversos ângulos, sendo já uma conquista sedimentada, no pensamento social, o mundo camponês como objeto do conhecimento. No entanto, como parcela subordinada da população, esta se torna invisível como sujeito, na memória e história oficiais, no discurso e prática do desenvolvimento. Não retomando, aqui, o amplo debate acerca do campesinato, lembro a vasta literatura a respeito, especialmente alguns trabalhos que traçam panoramas de teorias do campesinato, tais como os de Wolf (1976), Shanin (1980), Duque-Arrazola (1985), Abramovay (1992) e Woortmann (1995). Mas, tendo por base Vincent (1987), Vilela e Moraes (1997) e Almeida (1998), o privilegiamento dos camponeses, nesta análise, não significa ignorar que o rural não é apenas o agrícola nem que a sua população não seja formada somente por camponeses.

Nesse sentido, o percurso das invenções, que se cruzam numa *invenção* social mais ampla dos cerrados, pode ser trilhado por alguns caminhos percorridos nesse trabalho, em que focalizo: a/ a prática e o discurso do Estado e das corporações privadas do *agribusiness* – tidos como narrativas mestras –, tentando elucidar os vínculos entre o discurso e a prática do desenvolvimento, circunscritos ao movimento da economia política; b/ o discurso e prática de populações camponesas dos cerrados sobre o manejo (de fato e ou/ idealizado) do território, tidos como narrativas socialmente eclipsadas ou, como diria Rousso (1996), como *memórias reprimidas*.

Isto implica perceber tais movimentos no campo da memória social, em suas tensões e diálogos, fugindo a uma perspectiva dicotômica de dominante/dominado, mas não escamoteando a existência do poder e da hegemonia, pelos quais e através dos aspectos ideológicos da dominação, o Estado e as corporações privadas do *agribusiness* aparecem como porta-vozes legítimos do diagnóstico e da *gestão* desse espaço para grandes parcelas da população do país. Daí poder-se afirmar que a memória dominante furta-se a uma *anamnese* – em seu sentido clássico, abordado no capítulo I – sendo esta substituída pelo diagnóstico, porquanto o conhecimento difundido pela memória oficial não incorpora o de segmentos importantes das populações locais, como os camponeses.

Em grande medida e, principalmente no que toca ao diagnóstico e às perspectivas de desenvolvimento para a região em questão, o Estado coloca-se como o portador, por excelência, de uma verdade que ele próprio, em grande medida, produz. Irrompe, aqui, a questão, não meramente acadêmica, de dar visibilidade às narrativas eclipsadas socialmente, no sentido defendido por pesquisadores da memória coletiva e que pode ser traduzido pela concepção de Thomson, Frisch e Hamilton (1996) acerca das *estruturas organizadas de esquecimento* e pela abordagem de Rousso (1996) sobre a relação entre *escrita oficial* versus *memória reprimida* na historiografia e na memória oficiais, em relação a classes e grupos socialmente subordinados.

Teoricamente, o eixo da *memória social como fonte de conhecimento do social* é o fio condutor adotado para deslindar os nexos de sentido que, por um lado, se ocultam nas

imagens socialmente difundidas pelas narrativas mestras dos cerrados e, por outro, encontram-se nas narrativas que carecem de visibilidade social, como é o caso das imagens trazidas à tona por relatos orais recolhidos entre camponeses e camponesas da região focalizada pela pesquisa empírica.

A própria pesquisa empírica, no entanto, foi apontando novas necessidades de tratamento teórico de outros temas, como território, redes e fronteira agrícola, por exemplo. Os dois primeiros, porque podem permitir a compreensão dos sentidos de um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que se alojam por trás das estratégias de redefinição dos espaços e de constituição de patrimônio – no caso, a terra – tanto nos termos de uma territorialização do capital quanto nos de estratégias possessórias dos camponeses, o que, por sua vez, conduz aos temas da posse e da propriedade da terra e, ainda, ao direito como um campo de significações em disputa. Já o terceiro pode propiciar a compreensão da construção do espaço – tomado pela sua dimensão de espaço agrícola, embora não se reduza a isto – e das forças sociais (atores, projetos e recursos) em jogo nesse processo.

Estes temas não se encontram tratados separadamente em um capítulo teórico especial. Eles são abordados ao longo do trabalho, à medida que se tornam pertinentes, com alguma concentração em alguns capítulos, dependendo do grau de vinculação com a temática do capítulo. Apenas o tema da memória social tem uma discussão mais concentrada no capítulo I, reaparecendo ao longo dos demais.

Na pesquisa empírica, o *locus* de investigação é a região formada pelos cerrados do sudoeste piauiense, tidos, pelas narrativas mestras, como fronteira agrícola ou um espaço potencial para o capital, processo no qual camponeses tradicionais da região são excluídos. Para situar este caso particular num quadro mais abrangente, trazendo à luz as relações mais amplas nas quais ele se encontra envolvido, optei por um esquema expositivo baseado em aproximações sucessivas, afinando o exame do processo de incorporação dos cerrados da situação mais geral no Brasil, passando pela região Nordeste, até à do Estado do Piauí. Num nível de abstração mais amplo, em termos de Brasil, o foco recai sobretudo nas

narrativas mestras. As nuances se ampliam a partir da abordagem da região Nordeste e, definitivamente, no caso do Piauí, recebem tratamento específico as narrativas tidas como socialmente eclipsadas, trazendo à tona outras dizibilidades reveladoras de mais uma dimensão da memória social.

As sondagens iniciais para a pesquisa foram realizadas nos anos de 1994 e 1995, no seio de um movimento de cuja construção participei, como coordenadora local: o *Grupo de Trabalho – Política Agrária* da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN), denominado *Fórum da Questão Agrária do Piauí*, que reunia pessoas e entidades, de todo o estado, interessadas na problemática. Naquelas circunstâncias, tomei contato com os processos em curso nos cerrados piauienses, através de camponeses e camponesas, de representantes do movimento social e de entidades como organizações não-governamentais, sindicatos e cooperativas, atuantes na região, vinculadas aos chamados *pequenos agricultores*.

Esse foi o ponto de partida que permitiu identificar um problema real e transformá-lo em objeto de pesquisa, delimitando um tema que se transformou em anteprojeto no final de 1995 e em projeto em meados de 1998. Foi, também, o momento no qual foram estabelecidos alguns vínculos pessoais e institucionais facilitadores do desenvolvimento posterior da pesquisa de campo, abrindo caminho para o contato com os homens e mulheres que emprestaram seus depoimentos de vida. Nesse meio tempo, aprofunda-me na pesquisa teórica e empírica, enquanto o projeto ia sendo reelaborado até chegar à sua versão mais acabada, a mais próxima daquilo que objetivava desenvolver.

A região formada pelo sudoeste piauiense (cf. Mapa Piauí 1. Fig. 12, cap. IV) é vasta e, como veremos no decorrer da exposição, apenas aparentemente homogênea. Para delimitar o universo da pesquisa, num ambiente tão extenso, a atitude metodológica utilizada foi a de assumir conscientemente que o trabalho seria realizado com um certo nível de abstração, que consistiu em isolar, para fins analíticos, alguns componentes fundamentais à investigação, como 1/ o reconhecimento das características naturais da região como área de cerrados; 2/ as imagens difundidas pelas narrativas mestras sobre o passado histórico da região, desde o

Brasil colônia; 3/ a constituição daquela região (e região aqui já comporta uma abstração) em fronteira agrícola para o capital, e 4/ a construção, na análise, de uma certa homogeneidade, decorrente dos aspectos relacionados nos itens 1 e 2.

Dentro dos limites e das possibilidades desses recortes, o trabalho empírico definiu-se na direção de realizar não um estudo de comunidade, no sentido clássico, mas o de tomar a região como territorialidades capazes de ser compreendidas em seus nexos, tendo-se em conta os elementos postos acima. Como veremos do capítulo III em diante, a própria noção de território surgirá em sua polissemia: ora como fluxos e redes, ora como uma verticalização do capital, ora como território/lugar.

Tal empreitada concretizou-se em vários momentos – não excludentes e não exatamente distribuídos de forma linear no tempo –, que corresponderam a várias *viagens*, vistas tanto no sentido objetivo de deslocamento no espaço, quanto como metáfora do *ir ao encontro de*, da aproximação da pesquisadora do universo da pesquisa.

Num primeiro momento, há as *viagens de reconhecimento*, que permitiram a abordagem inicial desta área extensa, incluindo-se incursões ao vizinho sul do Maranhão que, juntamente com o oeste baiano e sudoeste piauiense, formam o chamado *novo* Nordeste dos cerrados¹⁰. Nessas viagens, o objetivo era obter uma visão mais geral dos processos em curso, estabelecendo contatos com interlocutores variados, como camponeses e camponesas da região, dirigentes de cooperativas agropecuárias e de sindicatos de agricultores, Organizações Não-Governamentais com atuação na região, grandes produtores, técnicos de instituições públicas e de empresas privadas vinculadas à agricultura, agentes financeiros, políticos locais e regionais, habitantes dos municípios da região, trabalhadores dos grandes projetos, motoristas dos ônibus intermunicipais¹¹, etc.

¹⁰ Várias dessas viagens foram feitas de carona com pesquisadores do Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio-Norte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-CPAMN), com os quais percorri muitos quilômetros de *chapadas*, num aprendizado extremamente útil acerca da região e dos projetos de pesquisa tecnológica, ali desenvolvidos, bem como acerca de questões técnicas relativas a diversas práticas agrícolas.

¹¹ Muitos deslocamentos intermunicipais foram feitos de ônibus, cujos motoristas, entre os quais alguns ex-empregados nos grandes projetos, revelaram-se ótimos informantes e colaboradores. Em várias oportunidades,

Um segundo momento correspondeu a um *alargamento* da visão sobre o assunto, através da participação em eventos promovidos por instituições com atuação vinculadas ao tema (encontros sobre cerrados em âmbito estadual ou nacional)¹², o que propiciou um aprofundamento em determinadas questões e a elaboração de outras, além do estabelecimento de novos contatos com segmentos diversos das populações locais rurais e urbanas, com os da tecnoburocracia das instituições públicas de pesquisa e desenvolvimento, assim como com diversos agentes de corporações privadas envolvidos na exploração agrícola dos cerrados e, ainda, com outros pesquisadores. Um outro tipo de participação, que redundou em contribuições significativas para o desenvolvimento do trabalho, diz respeito aos congressos e eventos similares na área de ciências sociais, nos quais pude apresentar trabalhos relativos à pesquisa em andamento, favorecendo, assim, o intercâmbio com vários pesquisadores interessados em temas como memória social, território, cerrados, etc.¹³.

possibilitaram a realização de fotografias de projetos à margem das estradas, parando o veículo, com a anuência dos demais passageiros.

¹² Os eventos foram os seguintes: *Seminário Internacional Agricultura, Meio-Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro* (setembro de 1996, Uberlândia/MG), *Simpósio sobre Cerrados* (dezembro de 1997, Teresina/PI), *Seminário Técnico de Lançamento do Projeto Pólo de Desenvolvimento Integrado do Sudoeste do Piauí* (março de 1998, Teresina/PI), *Oficina de Nivelamento Conceitual do Pólo Sudoeste do Piauí* (abril de 1998, Uruçuí/PI), *Conferência para o Agronegócio* (maio de 1998, Teresina/PI), *Dia de Campo Sobre Novas Cultivares de Arroz e Soja* (março de 1999, Bom Jesus, PI), *Seminário sobre Meio-Ambiente nos Cerrados* (dezembro de 1999, Bom Jesus/PI) e *Seminário sobre Desenvolvimento Sustentável nos Cerrados* (agosto de 2000, Teresina/PI).

¹³ Os trabalhos e eventos referidos são: *Espaço e memória social dos cerrados: de espaço vazio a espaço agrícola moderno* (Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste/1997, Fortaleza/CE, e Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1997, Foz do Iguaçu/PR); *A conquista dos cerrados na memória oficial e na memória camponesa (o caso do sudoeste do Piauí)* e *O trabalho da memória: a memória como fonte de conhecimento do social (elementos para uma reflexão teórica)*, respectivamente, projeto de pesquisa e artigo (Apresentados em exame de qualificação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, setembro/1998); *Da terra voluntária à terra arrendada* (XI Congresso Nacional de Sociólogos, 1999, Salvador/BA); *Marchando para o Oeste também se chega ao Nordeste* (colaboração à Agenda 21, no tema Cerrados e aceito para o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), 1999, Porto Alegre/RS); *Fronteiras da memória (atores e memórias nos sul/sudoeste piauiense)*, e *Redesenhando territórios no novo Nordeste: o caso dos cerrados no sul/sudoeste piauiense* (IX Encontro de Ciências Norte/Nordeste/1999, Natal/RN); *Novas dinâmicas territoriais no Nordeste - o novo Nordeste dos cerrados: o caso piauiense* (Seminário Internacional sobre Planejamento e Desenvolvimento Territorial, Campina Grande/ PB, 1999); *Descerrando cerrados: veredas da memória - o caso do sul/sudoeste piauiense* (aceito pela VI Reunião Regional de Antropologia do Norte/Nordeste/1999, Belém/PA); *O novo nordeste dos cerrados (transformações na agricultura nordestina: o caso piauiense)*, e *"Agricultura camponesa e modernização agrícola nos cerrados: processos, atores e memórias - o caso piauiense"* (X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural/2000, Rio de Janeiro/RJ).

Um terceiro momento compreendeu viagens de *aprofundamento*, implicando um maior tempo de permanência na área da pesquisa empírica e um diálogo mais íntimo entre as leituras empírica e teórica, uma vez que a pesquisa empírica remetia, sempre, a uma revisão bibliográfica que assegurasse ao máximo possível uma interpretação rigorosa em termos de argumentação. Esse foi o momento das entrevistas em profundidade, realizadas com camponeses e camponesas e com alguns mediadores, retomadas quantas vezes fossem necessárias. Em menor escala, foram realizadas, algumas, com *gaúchos e gaúchas*.

No trabalho de campo, o sudoeste piauiense foi considerado como um espaço social no qual vidas pessoais compõem uma trama social mais ampla, vislumbrada através dos diversos depoimentos, que possibilitaram reconstruir nexos de sentido no campo da memória social. A pesquisa empírica pautou-se por uma perspectiva qualitativa, no sentido de que, embora utilizando dados quantitativos, o que interessava, em essência, era a busca do sentido da realidade cultural, mesmo quando a abordagem era do mundo natural. Ou seja, os dados importavam à medida que possibilitassem, através do trabalho analítico, a compreensão do seu significado para os atores sociais: o sentido que atribuem às ações, aos dados, aos fatos. Daí a memória social não ser tratada como um *documento*, como um dado a ser comprovado, mas como indicadora de percursos e de sentidos.

Isto não significa ignorar as características objetivas do conhecimento, como, por exemplo, a compreensão de cerrados do ponto de vista biológico ou agrônômico, o que implica o conhecimento racional do mundo natural. No entanto, esses dados objetivos inserem-se, como unidades de sentido, nas narrativas.

Apesar do contato direto com interlocutores de diversos municípios do sudoeste piauiense, como Floriano, Uruçuí, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves, Antônio Almeida, Redenção do Gurguéia, Cristino Castro, Corrente e Gilbués (cf. Mapa Piauí 1. Fig. 12, cap. IV), o trabalho de campo concentrou-se no município de Uruçuí, considerado mais significativo para a pesquisa, devido 1/ à presença expressiva de populações camponesas tradicionais envolvidas em diversas situações de interesse da pesquisa; 2/ à presença de grandes projetos

abandonados da época dos *projeteiros*; 3/ à presença dos *gaúchos*; 4/ ao fato de fazer parte do Pólo Uruçuí/Gurguéia (Mapa Piauí 2. Fig. 13, cap. IV).

Uruçuí é o município que sediou as discussões iniciais da constituição do *Pólo de Desenvolvimento Integrado*, que concentra (juntamente com os municípios vizinhos de Ribeiro Gonçalves e Antônio Almeida) grandes projetos da época do *projeteiros* e da época dos *gaúchos* e um número significativo de camponeses que vivencia(ra)m as situações de trabalho em grandes projetos, expulsão da terra, arrendamento das chapadas para plantios de arroz e mobilização para reocupação de áreas abandonadas – uma das *arenas* específicas em que se desenrolam as estratégias de participação/resistência das populações. O município pode, ainda, ser tido, simbolicamente, como o berço da modernização da agricultura nos cerrados piauienses, por terem sido realizados, ali, os primeiros testes para produção de soja no Piauí, iniciados na segunda metade dos 70 e que redundariam na cultivar *Tropical*, adaptada para regiões localizadas a seis graus de latitude.

O acesso aos informantes teve como ponto de partida o *Fórum da Questão Agrária*, referido acima (p. 11), a partir do qual *indicações em cadeia* (Weber, 1996) ocorreram com frequência, sendo comum um informante encaminhar para outro. Nesse particular, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e as Cooperativas de Pequenos Produtores funcionaram como mediadores, em diversas ocasiões, não se manifestando problemas quanto a esse acesso.

A explicitação dos objetivos da pesquisa, momento em geral cercado das conhecidas dificuldades de traduzir para um universo cultural distinto algo não-familiar, como é a tarefa do pesquisador acadêmico, foi feita da seguinte forma: apresentava-me como professora da Universidade Federal do Piauí, com sede em Teresina, interessada em conhecer a *história* da região, ou seja, dos cerrados, dos projetos, dos *gaúchos*, contada pelas *pessoas do lugar*, principalmente pelos ou *pequenos agricultores*, embora estivesse ouvindo também *gaúchos*, técnicos, etc. De um modo geral, os informantes concordavam em falar e demonstravam interesse em fazê-lo, sem exigir muitas explicações. Como já

observado por outros pesquisadores, em situações semelhantes, a aceitação decorreu muito mais das relações pessoais desenvolvidas do que das explicações que se pudessem dar¹⁴.

Aliás, as pessoas desenvolviam suas próprias explicações a respeito da inusitada presença de uma pesquisadora em seu meio, que podem ser assim resumidas: uma professora da *Universidade de Teresina* que estava interessada em conhecer *coisas* da região, em *ouvir os mais velhos* ou *os do lugar*. Em Uruçuí, cheguei a ser convidada, por duas vezes – em dezembro de 1997 e em junho de 2000 – para falar da pesquisa em assembléia da Câmara Municipal de Vereadores, a primeira vez a convite do vereador e presidente da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais e de mais um vereador municipal¹⁵, e a segunda vez, convidada pelo presidente da Câmara, por ocasião do lançamento da Lei Orgânica do município.

Quanto às condições de realização das entrevistas, procurei sempre ter em conta os problemas da relação interclasse. Nesse sentido, a minha experiência pessoal como extensionista rural por muitos anos e a realização de pesquisas anteriores, com emprego de metodologia semelhante (Moraes, 1993), contribuíram para, como observou Weber (1996), neutralizar – sem nunca eliminar – os efeitos da posição ambígua do pesquisador em face de grupos subalternos em situações de utilização do recurso dos depoimentos.

As entrevistas obedeceram a padrões diversos: quando realizadas com pesquisadores, agentes de Organizações Não-Governamentais, técnicos vinculados a agências de desenvolvimento ou a empresas de elaboração de projetos, entre outros, eram mais diretivas, pois, em geral, objetivavam esclarecer determinadas lacunas de informações ou organizar um quadro mais geral para a compreensão de determinadas situações, tendo-se em conta uma dimensão mais cognitiva da memória. Com representantes dos Sindicatos de

¹⁴ Nesse sentido, o fato de hospedar-me (no caso de Uruçuí) freqüentemente em casa de um morador antigo, bastante conhecido e popular entre os habitantes da cidade, e entre muitos agricultores com segunda residência na cidade (ou com trânsito freqüente por lá), favoreceu o estabelecimento de contatos variados, funcionando como um *quebra-gelo* inicial.

¹⁵ Havia, à época da pesquisa, um grupo ligado à articulação de camponeses em cooperativas e sindicatos, em pastorais diversas e outras frentes, com participação acentuada desses vereadores (ambos do Partido dos Trabalhadores) e do pároco local.

Trabalhadores Rurais, Cooperativas de Pequenos Produtores ou de Associações de Pequenos Produtores, ora eram mais, ora menos diretivas, evoluindo às vezes para a história de vida, a depender do maior ou menor grau de institucionalização percebido no discurso, por ocasião da entrevista inicial¹⁶.

Com camponeses e camponesas, os depoimentos eram colhidos, em geral, através de entrevistas semi-estruturadas iniciais, a partir das quais se dava prosseguimento, com alguns, a depoimentos nos quais se tratava de deixar fluir, com o mínimo de interferência possível, lembranças dos eventos, em seu fluxo de rememoração. Embora fossem feitas algumas perguntas, estas decorriam do próprio desenrolar das conversas, muitas das quais retomada outras vezes. A observação e o diário de campo revelaram-se imprescindíveis, quer para o registro das impressões e observações diárias, quer como complemento às entrevistas, e, ainda, em situações de impossibilidade de gravações.

Por ocasião das entrevistas com camponeses ou camponesas, foram estabelecidos contatos com outros membros da família (filhos, filhas, irmãos, sogros e sogras, genros, noras etc.), alguns dos quais também se interessaram em dar seus depoimentos, às vezes individualmente. Esses encontros foram realizados nas casas das famílias localizadas nas sedes dos municípios, nas do *interior*, e em outros locais de trabalho, o que contribuiu para uma visão mais abrangente da vida do narrador, este considerado, segundo Benjamin (1975), como aquele que transmite, oralmente, a experiência.

Na tarefa de recolher os relatos, procurava ter sempre em consideração, como observou Kenski ([199-])¹⁷, que os estudos baseados nas memórias mostram diferentes falas, às quais

¹⁶ Essa disposição possibilitou colher alguns depoimentos de camponeses que, embora ocupando posições de dirigentes sindicais, de cooperativas ou de associações, deixaram fluir a fala mais como agricultores e menos como dirigentes, levando à consideração da *não-institucionalização* discursiva, ou seja, de uma fala sem os jargões e modelos narrativos mais característicos do discurso dos dirigentes.

¹⁷ Algumas obras não trazem a informação do ano de impressão. Nesse caso, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1986) recomenda os seguintes procedimentos, sempre que não for possível precisar a data: 1/ a grafia acima utilizada, para os casos de desconhecimento quanto ao ano de impressão; 2/ grafar apenas os dois primeiros números [19-], no caso de desconhecimento da década; 3/ Utilizar a grafia: ([1999?]), por exemplo, para os casos nos quais se tenha apenas uma idéia aproximada da data. Todas essas informações devem vir entre colchetes, mesmo quando estiverem entre parêntesis. Nos casos em que não foi

o pesquisador deve estar atento. Embora geralmente se trabalhe com relatos orais, o narrador, no entanto, não relata apenas através da linguagem oral nem fala somente do assunto que o pesquisador está questionando. A fala do narrador dá a perceber diversas vozes, o grau de envolvimento emocional com o assunto, o momento em que deixa que as lembranças tenham voz (reproduzindo diálogos, recuperando expressões da época, etc.) e aquele em que mais friamente interpreta a situação ocorrida. As expressões corporais, às vezes, são mais eloqüentes que as palavras. As vozes que atuam na recuperação da memória mostram a interferência de muitos outros aspectos no momento do relato, que depende, inclusive, de fatores e circunstâncias de onde ocorre a recuperação das lembranças¹⁸.

Tornou-se evidente, também, que uma importante característica da memória que se está recuperando é o seu caráter não-cronológico: a recuperação das vivências não é feita de forma linear, mas sim através da mistura de acontecimentos e de diferentes momentos do passado, como veremos nos capítulos V e VI. A lógica da lembrança é a da emoção e a narrativa mostra as relações familiares, sociais e culturais em um sentido muito mais complexo do que foi pedido pelo pesquisador. As ligações entre os fatos, aparentemente anárquicas para o ouvinte, possuem uma coerência interior que, muitas vezes, não pode ser captada apenas através da leitura e análise do que está sendo falado. Nesse sentido, a transcrição jamais expressa, plenamente, a narração.

Aliás, nas transcrições dos depoimentos orais, evidenciaram-se os problemas comuns à relação linguagem oral/linguagem escrita, linguagem culta/linguagem popular. A postura metodológica adotada foi a de nem ficar distante do universo lingüístico dos narradores, nem cair no exagero da transcrição *ao pé da fala*, o que só seria tecnicamente possível recorrendo ao código fonético internacional, o que, por sua vez, redundaria em algo quase ilegível, dada a sua hermeticidade, só vencida por especialistas. Em vista disto, a opção política, e não ingênua, foi a de não violentar o universo lingüístico dos narradores,

possível trazer informações completas das referências bibliográficas utilizadas (apesar dos esforços no sentido de completar todas as referências), foram seguidas as orientações da ABNT, acima referidas.

¹⁸ Este aspecto ficou evidenciado pelo fato de as entrevistas transcorrerem ora nas residências da cidade, ora nas do *interior* ou, ainda, em outros locais, como sedes de cooperativas e sindicatos, em carros, durante viagens, etc.

mantendo marcas dialetais – muitas delas vernáculos que permanecem em uso apenas no meio rural –, só traduzidas, quando julgadas herméticas para o leitor urbano, em geral mais afeito à linguagem culta, mas optando pelo bom senso de fugir ao paroxismo de uma suposta reprodução fiel dos sons¹⁹.

Quanto à identificação dos informantes, a decisão foi a de, em certa medida, manter o anonimato, apresentando-os pelas iniciais, seguidas de dados de localização. Esta medida foi revista em relação aos quatro narradores, cujas narrativas aparecem no capítulo VI, que expressaram o desejo, após tomarem conhecimento do material redigido, de terem seus nomes escritos na íntegra.

Outra questão presente quando se trabalha com a linguagem oral é a da sintaxe e sua representação no código escrito, uma vez que na linguagem oral não se usam, é óbvio, sinais gráficos de pontuação. Comumente, o uso desses recursos, abundantes na escrita culta, reduz-se, na tradução de um texto oral para um escrito, ao uso da vírgula, criando-se um efeito artificial, que, em geral, redundando numa pobreza expressiva. Para escapar a esta situação, a opção foi a de rever, com o máximo de rigor possível, a transcrição do texto oral, cotejando-a, quantas vezes fossem necessárias, com os depoimentos gravados em fita cassete, objetivando uma aproximação mais estreita entre a fluência da fala dos depoentes e sua possível representação gráfica.

Além da utilização dos dados primários, coletados diretamente na pesquisa de campo, o uso de dados secundários (censos e outras estatísticas, mapas, resultados de pesquisas, etc.), captadas de fontes variadas, revelaram-se úteis, sempre observando o princípio da busca de sentido. Esses dados secundários aparecem mais no contexto das narrativas mestras, as quais, pela sua própria configuração de memória predominantemente *inscrita* (Le Goff, 1990), são pródigas na oferta de dados sistematizados.

A exposição textual deste trabalho se organiza em introdução, desenvolvimento em seis capítulos, conclusão, bibliografia e anexos. Mapas vêm no corpo do texto, por serem parte

¹⁹ O leitor é auxiliado por um pequeno glossário (cf. Anexo 1: Glossário-Sucinto).

das narrativas. A redação da tese foi, de certa forma, fragmentária, fruto da produção sobre o tema ao longo do curso de doutorado. Apesar disto, a abordagem, através de aproximações sucessivas, acabou permitindo que a conexão entre os conteúdos dos diversos capítulos ficasse evidenciada. De todo modo, o leitor é auxiliado por uma explicação, nos parágrafos seguintes, sobre a forma da redação, objetivando tornar claras as possíveis lacunas em relação a uma conexão mais claramente enunciada²⁰.

O capítulo I tem por base um texto elaborado para o exame de qualificação, momento em que a organização de elementos teóricos da memória social era importante. Esse capítulo costura teoricamente toda a análise realizada nos demais. Nele, busquei minimizar o hiato entre discussão teórica e pesquisa, procurando fazer com que a ordenação teórica dos pressupostos orientadores da pesquisa – a memória social como fonte de conhecimento do social – não ficasse tão distante das discussões travadas ao longo dos demais capítulos. Ao leitor caberá avaliar se esse intento foi alcançado.

O capítulo II foi redigido, em parte, como artigo, em 1997, numa primeira tentativa de organizar uma visão mais ampla do processo de incorporação das *chapadas* ao processo produtivo agrícola, no Brasil. A decisão de retomar aquele artigo como base para o capítulo II deveu-se à compreensão de sua importância, na tese, como porta de entrada do cenário mais ampliado da incorporação dos cerrados, no Brasil, e da produção de narrativas mestras a esse respeito, afunilando, a partir daí, em direção ao Nordeste e ao Piauí. Já o capítulo III tem por base três artigos elaborados, em 99, à medida que procurava compreender mais claramente, do ponto de vista da memória oficial, o processo de incorporação dos cerrados nordestinos e a dinâmica, subjacente, de reorganização territorial. Nesse ponto, emerge, ainda, a discussão teórica de território e fronteira agrícola, em estreita vinculação com o tema, e a apresentação do *novo* Nordeste dos cerrados, com uma ligeira contextualização do oeste baiano e do sul maranhense.

²⁰ Ainda a respeito da redação, a opção foi a de por o discurso predominantemente na terceira pessoa. As mudanças de pessoas gramaticais, ao longo do texto, da terceira para a primeira, por exemplo, têm a ver com a adequação, consciente, do fluxo narrativo e não com alguma flutuação aleatória das referidas pessoas gramaticais. Nesse ponto, foi privilegiada a discursividade e não a mera gramaticalidade ortodoxa.

O capítulo IV foi totalmente redigido no final de 1999 para início de 2000, quando a redação final da tese já se encaminhava para uma forma mais definitiva e à medida que, da perspectiva do afunilamento progressivo, o enfoque das narrativas mestras dos cerrados no Piauí aparecia como um momento lógico importante e necessário para identificar a gênese do discurso da *vocação agrícola* no estado, que se confunde com a incorporação das chapadas pelo agronegócio do complexo carnes/grãos. Descortinava-se, assim, o cenário mais próximo dos *narradores* que entrariam em cena nos capítulos seguintes.

O capítulo V teve por base três artigos elaborados anteriormente (Moraes, 1999, 1999a, 1999b, 1999f) e reescritos para a tese, entre maio e julho de 2000, com base na pesquisa empírica e na literatura sobre populações camponesas no ambiente dos cerrados, no Brasil e no Nordeste, delineando um quadro da incorporação das *chapadas* piauienses, agora não mais do ponto de vista das narrativas mestras. Nesse capítulo, a concepção da memória como objeto de disputas vai-se configurando, através do contato com outras dizibilidades e outros dizentes, até então excluídos do direito de *falar sobre*. Pode-se pensar, por isso, na passagem do diagnóstico à *anamnese*, que se concretiza, de forma mais acabada, no capítulo VI. Este, o VI, foi totalmente redigido entre março e maio de 2000, definitivamente vinculado à utilização do material da pesquisa empírica e, mais especificamente, aos narradores, no ato mesmo de descortinar suas memórias, complementando, ilustrando e equacionando algumas questões postas nos capítulos anteriores e dando visibilidade, assim, a uma outra dimensão da memória social dos cerrados, através das narrativas eclipsadas.

Essa ordem de narração, que coloca em primeiro lugar as narrativas mestras, não implica atribuir-lhes estatuto de maior importância no campo da memória social. Esta arrumação reflete, em certa medida, a estrutura mesma desse campo: o primeiro momento corresponde, na ordem de apresentação, às narrativas de maior visibilidade social que, por isto mesmo, acabam por se constituir em um cenário mais amplo, no qual as outras memórias, eclipsadas, podem emergir como contraponto – no caso, contingenciadas pela pesquisa –, questionando, assim, a própria pretensão de universalização das primeiras e requerendo, por sua vez, sua própria legitimidade social, como dizibilidade outra, possível e pertinente.

Nessa perspectiva é que inicialmente é focalizada o que se pode considerar como memória oficial ou narrativas mestras para, em seguida, apresentar as narrativas secundarizadas ou socialmente eclipsadas. As primeiras revelam uma racionalidade conformada pelo sentido linear de progresso e desenvolvimento. As segundas trazem à tona memórias pessoais e coletivas, aparentemente descontínuas, quer de eventos mais recentes, quer de tempos anteriores à incorporação das chapadas, tempos que remetem às origens rurais estruturadoras de formas diversas de viver o tempo e o espaço local. Teoricamente, o tema é problematizado a partir da idéia de memória social, elucidativa das relações entre continuidades e descontinuidades culturais, memória oficial e memórias coletivas, aquelas embasadas em conhecimentos técnico-científicos, estas apoiadas nas lembranças e nas tramas do dia-a-dia. Ambas, porém, instrumentos de análise das transformações e persistências do fazer cultural de grupos sociais, já que, através da leitura e da escrita dessas memórias, expõem-se sobreposições de ordem de tempo e espaço distintas daquela presente nas narrativas mestras, fundamentais para se pensar o passado, viver-se o presente e sonhar-se o futuro.

CAPÍTULO I

MEMÓRIA SOCIAL: FONTE DE CONHECIMENTO E OBJETO DE DISPUTA

“Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie (...). Aí está também escondido tudo o que pensamos, quer aumentando ou diminuindo ou até variando de qualquer modo os objetos que os sentidos atingiram. Enfim, jaz aí tudo o que se lhes entregou e depôs, se é que o esquecimento ainda o não absorveu e sepultou (...). Aí estão presentes o céu, a terra e o mar, com todos os pormenores que neles pude perceber pelos sentidos, exceto os que já esqueci. É lá que me encontro a mim mesmo e recordo as ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las. É lá que estão também todos os conhecimentos que recordo, aprendidos ou pela experiência própria ou pela crença no testemunho de outrem”¹

I

A modernidade pôs ao homem ocidental o dilema entre o desejo de arrancar a existência à natureza e a tentação de voltar ao passado. Horkheimer e Adorno (1975), refletindo sobre o iluminismo, observam como a constante presença de espírito (conhecimento científico) opõe-se à tentação de se deixar embalar pelo canto das sereias (memória). Como observaram Catani et al (1997: 22),

“(...) os gritos de Ulisses, quando pede para que o libertem ao ouvir o canto, não podem mais ser atendidos. Atado ao mastro, como mais tarde à cadeira e à poltrona, definirá para sempre a atitude passiva do homem em relação à memória, de ora em diante neutralizada no campo das artes e,

¹ Santo Agostinho— Confissões 8, Livro X (1973: 200-201).

assim, dissociada da prática da vida cotidiana. Os marinheiros, vigorosos e disciplinados, [com os ouvidos tapados] continuam a remar, sem saber da ameaça mas, também, da beleza do canto das sereias, pois só pode resistir à tentação da memória quem é excluído de seu conhecimento. É necessário mantê-los ignorantes para torná-los práticos”.

Nessa alegoria, revela-se a supremacia do futuro sobre o passado e a previsibilidade científica como característica fundante da nova racionalidade instaurada:

“identificando por antecipação o mundo matematizado, pensado até as últimas conseqüências, como a verdade, o iluminismo acredita estar a salvo diante do retorno ao mito (...) o pensar se coisifica no processo automático que transcorre por conta própria, competindo com a máquina que ele próprio produz para que esta possa finalmente substituí-lo. (...) O que aparece como triunfo da racionalidade subjetiva, a sujeição de todo ente ao formalismo lógico, é pago com a subordinação dócil da razão aos achados imediatos” (Horkheimer e Adorno, 1975: 112 e 113).

Esta reflexão sobre o iluminismo contribui para a crítica ao projeto moderno de fazer valer a ciência para a vida prática, enquanto a memória é alijada para o campo das amenidades culturais. Com efeito, de acordo com Horkheimer e Adorno,

“O afã de salvar o passado, enquanto vivo, em vez de usá-lo como material do progresso, só é apaziguado na arte, à qual a própria história pertence enquanto exposição da vida passada. Enquanto renuncia a valer como conhecimento, fechando-se assim para a práxis, a arte é tolerada, assim como o prazer, pela práxis social (...) Mas a sedução das sereias é assim mesmo forte demais. Ninguém que ouça o seu canto pode escapar-lhe. A humanidade teve que infligir-se terríveis violências até ser produzido o si-mesmo, o caráter do homem idêntico viril, dirigido para fins (...)” (Horkheimer e Adorno, 1975: 117 e 118).

Essa ruptura epistemológica entre memória e conhecimento remete à trajetória histórica do significado social da memória nos diferentes lugares, ao longo do tempo. No mundo antigo, a memória foi classificada como um ramo da retórica que se, em princípio, era a arte de bem falar, objetivando persuadir e criar emoções no ouvinte, através do uso belo e eficaz da linguagem, na prática passou a referir-se também à escrita. A redescoberta de Platão, no Renascimento, acrescentaria à técnica de decorar imagens, no mundo antigo, uma dimensão epistemológica. Assim, o *teatro da memória* do século XVI pode ser visto como maneira diferente de como se encaram, hoje, a memória e o pensamento. Àquela, subjaz o caráter visual do conhecimento e a importância do espaço, onde imagens eram como *mapas*: coisas destinadas

a representar outras coisas (Fentress e Wickham, 1994). Nesta, fica realçado o caráter conceitual do conhecimento.

Ao realçar esse caráter visual do conhecimento, o teatro da memória dava importância ao espaço, porquanto os pormenores eram percebidos andando-se mentalmente em volta deles. As imagens escolhidas não eram arbitrárias. Longe de meras lembranças, tratava-se de imagens visuais cuidadosamente construídas para dar corpo e descrever o conhecimento nelas representado. Essa técnica, que pareceria incômoda aos olhos dos modernos, consistia em associar trechos de um conhecimento a ser recordado – um poema, por exemplo – a determinada imagem posta, mentalmente, em algum salão, no interior do palácio (memória). Assim, a cada trecho a ser recordado correspondia uma *estátua* (imagem mental), de modo que um *corpus* de sentenças se prendesse a um percurso de percepções proporcionadas pelas estátuas do interior do teatro ou *palácio da memória*².

As elaboradas técnicas que os sistemas antigos empregavam diferiam-se de simples alocações arbitrárias, como rimas ou frases feitas, usadas comumente no mundo moderno, para ajudar a fixar passagens importantes de determinado conhecimento (recursos utilizados, especialmente, antes de exames). No teatro da memória de Giulio Camilo, cujas raízes assentam no neoplatonismo renascentista, as imagens eram como estátuas levadas a tal estado de perfeição que poderiam ser habitadas por algum espírito angélico, haja vista não poder haver tal perfeição

² Segundo a lenda grega, o poeta Simônides de Céos (considerado como inventor da retórica), durante um banquete dado pelo nobre Scopas da Tessália, cantou um poema lírico em louvor de seu anfitrião. O poeta decidiu, no entanto, incluir uma passagem em homenagem aos deuses Cástor e Pólux, motivo pelo qual o nobre pagou ao poeta apenas metade do valor devido, alegando que Simônides deveria solicitar a outra parte do pagamento aos dois jovens deuses, com os quais a homenagem fora dividida. Um pouco mais tarde, Simônides foi avisado, por um mensageiro, de que dois jovens o esperavam nos jardins do palácio. Quando o poeta saiu, o palácio desabou, matando a todos. Dessa forma, Cástor e Pólux, assumindo a forma humana dos dois jovens que mandaram chamar Simônides, pagaram a sua parte, salvando o poeta da morte. Ante o desespero das famílias que não conseguiam identificar seus mortos, Simônides ajudou-as lembrando-se dos lugares e das roupas de cada uma das pessoas que se encontravam dentro do palácio, no banquete. Essa aventura teria sugerido ao poeta os princípios da arte da memória como um palácio com lugares em que são colocadas imagens pelas quais se passa recordando coisas, pessoas, fatos e palavras. Estabelecia-se, assim, o princípio da disposição ordenada que seria a base das mnemotécnicas (Yates, 1975). Embora apresentando diferença quanto ao caráter não-arbitrário das imagens utilizadas no teatro da memória, a maneira pela qual lugares e paisagens trazem, à vida das pessoas, episódios e cenas de há muito esquecidos, remete à idéia dos palácios da memória, numa aproximação ao que Halbwachs (1990) define como ancoragem espacial. Durante a pesquisa empírica, isto ficava patente, por exemplo, quando determinados lugares e paisagens evocavam certas lembranças aos narradores.

sem alma. Como observado por Yates (1975), as imagens do teatro da memória captavam a alma do que era recordado, possibilitando novas descobertas pela sua contemplação.

A evolução do conhecimento científico provocaria a passagem desse modelo visual para o modelo semântico de memória. A busca da eficiência cartesiana visava reter não mais imagens e, sim, *causas*, indo, portanto, do espaço visual para o lógico. As críticas de Descartes encontraram-se com perspectivas semelhantes de Bacon, Hobbes e outros, produzindo uma nova visão de memória: da busca da *alma* do conhecimento a recordar passou-se para a da *categoria lógica* certa, ou seja, o modo dominante de conexão mnemônica tornou-se lógico: “uma cadeia de conexões e causas articuladas em ‘espaço’ sintético, em vez de uma representação visual do espaço”³ (Fentress e Wickham, 1994: 13).

Com Bacon e Descartes, iniciou-se o exame da capacidade humana para o erro e a verdade⁴ e, com Locke, organizou-se uma teoria do conhecimento, embora este, recuperando Aristóteles, tenha considerado que o conhecimento realiza-se por graus contínuos: da sensação às idéias. Mas, para responder como a verdade é possível, os modernos focalizaram a análise nas causas e formas do erro que, desse ponto de vista, corresponderiam aos preconceitos e ao senso comum. Dos *idola* de Bacon à dúvida metódica de Descartes, emerge um sujeito racional e racionalizador

³ Para os modernos, o teatro da memória era complexo: continha demasiada informação e não permitia separar os fatos, relativos ao que era recordado, das fantasias. Essa sobredeterminação da imagem, no entanto, era, para os antigos, a principal virtude da mnemônica, uma vez que as imagens do teatro da memória não eram casuais nem voluntárias e, sim, escolhidas para objetos de contemplação mental: o seu excedente de significado simbólico era aquilo que as qualificava para fontes de conhecimento. Mas, na visão cartesiana, que insistia na simplicidade e na transparência de qualquer sistema mnemônico, essa característica do teatro da memória era uma desvantagem. Nesse sentido, a chave mnemônica moderna, por excelência, seriam causas e não imagens.

⁴ Há, nesse particular, uma diferença importante entre filosofia antiga e moderna, posta pelo cristianismo: na filosofia antiga, a questão era responder como é possível o erro, já que a verdade (*aletheia*) presume uma relação direta e harmoniosa entre nosso intelecto e a própria verdade, entre nosso ser e o mundo. Na filosofia moderna, a verdade (*veritas*) era procurada num contexto no qual o cristianismo cravara sua fenda, fazendo distinção entre fé e razão, verdades reveladas e verdades racionais, matéria e espírito, corpo e alma. Erro e ilusão passaram, então, a ser vistos como parte da natureza humana, pós-pecado original. Nesse sentido, diferentemente dos antigos, a questão para os modernos era: Como é possível o conhecimento? Como o finito (humano) pode conhecer o infinito (divino)? Os modernos colocaram-se algumas tarefas na busca de resposta a estas questões, como 1/ separar fé e razão, 2/ explicar como a alma-consciência pode conhecer o corpo e 3/ explicar como a razão e o pensamento podem tornar-se mais fortes que a vontade, evitando o erro. Mas o cristianismo trouxe, também, a idéia – originária do direito romano, que definia a pessoa como sujeito de direitos e deveres - de que cada ser humano é uma pessoa. Como tal, o sujeito é responsável pelos seus atos e pensamentos: a pessoa é a sua própria consciência, que é a sua alma, dotada de vontade, imaginação, *memória* e inteligência (Chauí, 1995).

que, na busca do *conhecimento verdadeiro*, deve descartar o *conhecimento sensível* (sensação, percepção, imaginação, *memória* e linguagem), já que o conhecimento verdadeiro seria, praticamente, intelectual. Nesse racionalismo moderno, a fonte do conhecimento verdadeiro é a razão, operando por si mesma, sem o auxílio da – e controlando a – experiência sensível⁵.

Nesse processo, de acordo com Fentress e Wickham (1994: 14), o novo realce dos componentes lingüísticos do conhecimento – semântica e lógica – promoveu a passagem, cujo apogeu se deu com o iluminismo, do “problema de memorizar o mundo, característico do século XVI, (...) para o problema de o classificar cientificamente”. Incluem-se aí as diferentes maneiras de exprimir o tempo e as posições no tempo, com o intelecto sobrepondo-se e até opondo-se à memória, como registraram Max Horkheimer e Theodor Adorno⁶. A relação íntima entre classificação científica do mundo e progresso, no pensamento iluminista, comporta uma orientação deliberada para o futuro. Como veremos nos capítulos seguintes, esta é uma idéia importante para se analisar, no campo da memória social dos cerrados, a relação entre as narrativas mestras, orientadas para o futuro, e as memórias socialmente *eclipsadas*, que apresentam uma vinculação mais forte com o passado como *fonte*.

Os sistemas de treinamento da memória – antiga *arte da memória* e atuais mnemotécnicas – presentes em diferentes sociedades, da Antigüidade Clássica às sociedades modernas, também sofreram transformações: a idéia de atualização mecânica da memória cedeu, gradualmente, lugar a concepções mais complexas da atividade mnemônica do cérebro e do sistema nervoso⁷. Há uma diferença importante entre a memória artificial dos antigos, já exemplificada pela

⁵ Instaurava-se, assim, segundo Habermas (1982), a fé da ciência em si mesma e a convicção de que ela, a ciência, não era uma forma possível de conhecimento, mas o conhecimento.

⁶ Em relação à expressão da temporalidade, Le Goff (1996) lembra que as atitudes coletivas perante o passado podem ser percebidas pela gramática histórica. Nesse sentido, a linguagem, como lugar privilegiado de manifestação de uma nova racionalidade, tem suas raízes ao longo da Idade Média, quando “(...) torna-se cada vez mais clara, cada vez mais diferenciada relativamente à expressão da coincidência, da simultaneidade, da posteridade, da anterioridade, etc. (...). Também [surtem] diferentes maneiras de conhecer e exprimir a relação passado/presente, variável com as classes sociais (...). O [tempo] do camponês é um tempo de regularidade e de paciência, de um passado em que se procura manter o presente, sendo o tempo dos burgueses (...) aquele que, para além de distinguir passado/presente (futuro), se oriente deliberadamente para o futuro” (Le Goff, 1990: 209).

⁷ O estudo piagetiano acerca da aquisição da memória pela criança permitiu constatar o trabalho da inteligência e contribuiu para o desenvolvimento de diversas concepções recentes de memória, cuja tônica é posta nos aspectos de estruturação e nas atividades de auto-organização (Le Goff, 1990).

SEÇÃO CIRCULANTE

mnemônica do palácio da memória, e a atual, uma vez que, enquanto aquela era desenvolvida como capacidade do sujeito do conhecimento humano, esta deposita nas máquinas tal atribuição, quase despojando os homens da necessidade de tê-la⁸.

Com efeito, nas sociedades modernas, a valorização da memória é posta na multiplicação dos meios de registro e de gravação dos fatos e acontecimentos, através de pessoas e, principalmente, instituições que os preservam. Mas, ao mesmo tempo, a memória humana é desvalorizada como capacidade essencial para o conhecimento, já que vivemos numa sociedade voltada para o futuro. No entanto, a memória é não apenas a atualização do passado, sua presentificação, mas também o registro do presente, não se reduzindo somente ao registro cerebral ou à gravação automática de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos, efetuada pelo cérebro. Embora efetivamente nosso cérebro grave e registre, a memória não se reduz a isto. Ela diz respeito ao que foi gravado – com o concurso dos componentes objetivos, as atividades físico-fisiológicas e químicas de gravação e de registro das lembranças – com *sentido* ou *significado*.

A questão do *sentido* é axial para a relação entre memória e conhecimento. A memória individual, por exemplo, vista como a propriedade de conservar certas informações, relaciona-se a um conjunto de funções psíquicas através das quais se pode atualizar impressões ou informações passadas ou representadas como tal. É um cabedal potencialmente infinito – do qual utilizamos apenas alguns elementos – e toda consciência é mediatizada por ela. Mesmo o instante presente assume significado através da memória. Segundo Connerton (1993: 2), “no que se refere à memória em geral, podemos observar que a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado. Entendemos o mundo presente num

⁸ Nas sociedades modernas, a produtividade da memória tornou-se um desafio para certas profissões no mercado de trabalho, e as mnemotécnicas são produtos anunciados como outro qualquer. No entanto, como observaram Fentress e Wickham (1994), a crítica da memorização mecanizada, feita pela pedagogia esclarecida, desde Rabelais, contribuiu para desvalorizar a memória mecanizada como método de ensino. A difusão de paradigmas de inteligência mais abstratos e ativos redundou em uma literatura auxiliar que promete aguçar a competitividade, em vez de prometer uma memória mais forte. De qualquer modo, estas técnicas podem ser vistas como *fósseis intelectuais* que derivam de sistemas mnemônicos complexos elaborados no mundo antigo e desenvolvidos e repetidamente reelaborados desde a Idade Média até o século XVII. Desde o *teatro da memória*, de Giulio Camillo (séc. XVI), até o projeto de uma *linguagem universal*, de Leibnitz, a idéia de reduzir o conhecimento a uma forma memorizável seduziu eruditos.

contexto que se liga causalmente a acontecimentos e a objetos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objetos que não estamos a viver ao vivermos o presente”.

Rememorar é um processo complexo que pode incluir desde uma sensação mental altamente privada e espontânea, possivelmente muda, até uma cerimônia pública solenizada⁹. Santo Agostinho (1973: 207) já observara que

“grande é a potência da memória (...)! Tem não sei quê de horrendo, uma multiplicidade profunda e infinita (...). Eis-me nos campos da minha memória, nos seus antros e cavernas sem número, repletas, ao infinito, de toda a espécie de coisas que lá estão gravadas, ou por imagens, como os corpos, ou por si mesmas, como as ciências e as artes, ou então, por não sei que noções e sinais, como os movimentos da alma (...). Percorro todas estas paragens. (...) Penetro por toda parte quando posso, sem achar o fim. Tão grande é a potência da memória (...)”¹⁰.

Izquierdo (1992) lembra que a memória implica a convergência de diversas fontes, incluindo memórias anteriores com as quais as novas se comparam, e que as memórias são, essencialmente, complexas, uma vez que em nosso cérebro não há um dado puro, seco, isolado. Talvez isto até exista nas matemáticas ou nos computadores. Mas, no cérebro, os dados que recordamos, tanto os novos, que entram, quanto os que já estão em nossa memória, acompanham-se sempre de um vínculo de matiz afetivo ou cognitivo.

Essa idéia de vínculo conduz à da *construção* relacionada à rememoração, no plano individual ou coletivo. No que se refere ao plano individual, uma das lições da psicologia, como se constata em Thines e Lempereur (1984: 578), é a de que “a memória não se pode conceber como registro passivo, mais ou menos conforme a realidade, mas (...) implica um trabalho de

⁹ O estudo da memória compreende um vasto campo de conhecimentos que vai da psicologia à biologia, passando pela filosofia, psicofisiologia, neurofisiologia, psiquiatria, psicanálise e literatura.

¹⁰ Em *Confissões*, no Livro X, Santo Agostinho (1973) fala das múltiplas dimensões da memória: a *memória intelectual*, por exemplo, é vista como aquela que retém conhecimento: “tudo que não esqueci, aprendido das artes liberais” (p. 202, seção 9), raciocínio que continua na seção 12, sobre *a memória e as matemáticas*. A seção 14 trata da *memória dos afetos da alma*, pelas quais, segundo o filósofo, entra-se em contato com as perturbações da alma: o desejo, a alegria, o medo e a tristeza. Na seção 10, que cuida das reflexões sobre a relação entre a *memória e os sentidos* e sobre *a memória e as idéias inatas*, há passagens que tanto negam a idéia de que as imagens sejam hauridas pelos sentidos quanto compartilham a idéia platônica da reminiscência, segundo a qual aprender é recordar. A reflexão agostiniana sobre a potência infinita da memória – na qual aparece, inclusive, uma referência ao que a ciência moderna chama de memória biológica dos animais – leva a Deus.

reconstrução, de síntese, estreitamente solidário da vida psicológica dos indivíduos”. De fato, para a psicologia experimental, é fundamental, numa abordagem científica, a noção de codificação para a compreensão da memória, ou seja, o ato de recordar não é apenas reprodução, mas construção. A construção de um *esquema*, de uma codificação, através de três códigos básicos: o semântico, o verbal e o visual (Connerton, 1993).

Socialmente, o ato mnemônico aparece sobretudo como comportamento narrativo, remetendo à aproximação entre linguagens e memória. Esta idéia está presente na concepção de que a memória socializa-se pela trocas interpessoais mediadas pela linguagem, levantando questões acerca de como as sociedades recordam, ou seja, que processos socioculturais encontram-se envolvidos na ação e representação no trabalho de *construção* da memória ou, mais propriamente, o que vem a ser o trabalho da memória social. Isto chama a atenção para o vínculo entre memória e *invenção*, idéia já encontrada na Antigüidade grega.

Entre eles, os antigos gregos, a memória era uma entidade sobrenatural ou divina. *Mnemosyne*, a recordadora, era uma deusa (filha de *Urano* e *Gaia*, irmã de *Chronos* e *Okeanos*) que, unida a *Zeus*, gerou as nove musas responsáveis pela inspiração, protetoras das artes e da história. A deusa Memória dava aos poetas e adivinhos o poder de voltar ao passado e de lembrá-lo para a coletividade, podendo conferir imortalidade aos mortais através do registro dos atos, feitos, gestos e palavras de um humano que se tornava, assim, *memorável*. Os historiadores antigos colocavam suas obras sob a proteção das musas que, acreditava-se, inspiravam a verdade. O objetivo dessas obras escritas era não deixar perder os efeitos dos feitos memoráveis dos humanos, que serviriam de exemplo às gerações futuras (Meneses, [199-], Chauí, 1995).

A Memória era filha do céu e da terra e irmã do tempo e do oceano, ambas metáforas da infinitude. Como mãe da inspiração, *Mnemosyne* era sua matriz geradora. Os gregos, ao sacralizarem a memória, revelaram o alto valor que lhe era atribuído numa civilização de tradição oral, como o eram entre os séculos XII e VII a. C., antes da difusão da escrita na Grécia. A deusa Memória revelava as ligações obscuras entre *rememorar* e *inventar* e tinha como função dizer *o que é, o que será e como foi*, como registrado na teogonia (Meneses, [199-]).

Esta fórmula definia a arte do adivinho que sabia *o presente, o futuro e o passado*. Daí o parentesco entre profetas e poetas, ambos *entusiasmados* (en + téos = com um deus, o *daimon*, a divindade, dentro de si)¹¹, plenos de divindade que fala pela boca do profeta e do poeta¹² (Meneses, [199]). Referindo-se ao mito órfico, “os homens morrem porque não são capazes de ligar o começo ao fim”, Godoi (1993: 184) afirma que *eu me lembro* e *eu advirto* (*memini* e *moneo*) são parentes próximos, podendo-se dizer que “a função social da memória – lembrar e advertir – é unir o começo ao fim, ligando o que foi e o que está por vir”.

Ao conferir ao sujeito uma onisciência do tipo divinatório, não do passado individual, mas do passado geral do tempo antigo, Mnemosyne realiza uma *evocação* (Bosi, 1994), com a *anamnesis* sendo uma espécie de iniciação: a revelação de um mistério, cuja visão, a dos tempos antigos, é libertadora. Diferentemente dos tempos modernos, em que a memória tem por função o conhecimento do passado como antecedente do presente, na aurora da civilização grega, a função da memória era, segundo Bosi (1994: 89), a de “(...) vidência e êxtase, [sendo que] o passado revelado desse modo não é o antecedente do presente, é sua fonte”. Como veremos nos capítulos V e VI, o passado, nas narrativas eclipsadas, é a *fonte* do presente e não um *vazio* preenchido pelo capital e pela tecnologia, linearmente, tal como posto pelas narrativas mestras.

Na Antigüidade, entre os magos, os sacerdotes dos mistérios e os pitagóricos, a memória era menos um ofício de reconstrução do sujeito e mais uma referência a outras dimensões do ser, de si, da alma, em suas diversas existências anteriores. Com Platão – para quem a memória é uma via de acesso às idéias de universais, patrimônio de todos, como se exemplifica no *Mênon* (Platão, 1993) – a psique chegaria a um significado mais pessoal (lugar de sentimentos e idéias), matéria individualizada do destino. Mas é com os sofistas e depois com Aristóteles que

¹¹ Fentress e Wickham (1994) trataram a literatura de cordel como *memória camponesa* no NE do Brasil. Resguardada a questão do nível de abstração aí contido, isto pode ser melhor considerado na análise da pequena indústria de folhetos no Nordeste, realizada por Almeida (1979), que demonstra a associação dessa indústria à sua própria imersão no *mundo rural*.

¹² O diálogo entre ciências sociais e literatura é profícuo. No trato específico da memória, diversos autores (Halbwachs, 1990, Connerton, 1993, Bosi, 1994, Fentress e Wickham, 1994) mencionam Proust e Goethe, entre outros. Na memorização do Riobaldo, de Guimarães Rosa (1956), em *Grande Sertão: Veredas*, há um paralelo com, por exemplo, as histórias de vida das pesquisas de campo, para reconstrução do passado, nas ciências sociais: “Hem? hem? Ah. Figuração minha, de pior pra trás, as certas lembranças (...)” (Guimarães Rosa, 1956: 12). Para uma reflexão sobre sociologia e literatura, ver Ianni (1997), e sobre memória e literatura, ver Meneses ([199-]).

alma e memória se constituiriam em “elementos do sujeito humano e de sua psicologia” (Vernant, apud Brandão, [199-]), passando-se da concepção da memória sagrada imersa no espaço e no tempo mítico de uma cultura holística para a compreensão pitagórica e platônica da memória como recurso individual. Hoje, como observado por Duarte (1986), uma questão cara às ciências sociais é a das relações entre consciência social da memória e individualismo.

A importância da memória, entre os gregos, manifestou-se tanto no mito quanto na medicina e na filosofia. Na medicina, a ajuda trazida pelo paciente era a sua memória, através da qual realizava-se, com a sua colaboração, a reminiscência. Um aforismo, atribuído a Hipócrates, dizia: “a vida é breve, a arte é longa, a ocasião escapa, o empirismo é perigoso e o raciocínio é difícil. É preciso não só fazer o que convém, mas também ser ajudado pelo paciente” (Chauí, 1995: 126). A *anamnese* implicava, portanto, a *participação do sujeito que recorda* e significava, na medicina grega, a atitude ativa do doente no processo de consulta (princípio recuperado, hoje, pela medicina homeopática, por exemplo). Isto, como veremos nos próximos capítulos, tem grande importância para a análise da exclusão dos camponeses do processo de conhecimento dos cerrados, no sentido de que, ali, a *anamnese* foi substituída pelo *diagnóstico*

Na filosofia, Aristóteles, em seu *Tratado da Memória e da Reminiscência*, antecipava-se à psicanálise. Para ele, a memória brota da mesma parte da alma de onde provém a *imaginação*, e as coisas que constituem seu objeto são, também, aquelas que dependem da imaginação, a qual, por sua vez, é movida pelo *desejo* (Meneses, [199-]). Aristóteles atribuiu, assim, à memória, a dimensão sensível da alma humana¹³.

A Psicanálise, vinte e quatro séculos mais tarde, mostraria, com Freud (1976a), que memória e imaginação se deixam contaminar pelo desejo. Uma lembrança pode ser um condensado de fantasias oriundas de épocas diferentes da vida, rearticuladas, carregadas de novos significados e sobrepostas, ou seja, uma lembrança pode ser uma ficção. Freud, então, mostrou como a

¹³ Aristóteles pode ser considerado um precursor da concepção da memória como fonte de conhecimento, no sentido que se lhe atribui, contemporaneamente. Distinguiu sete graus de conhecimento: *sensação, percepção, imaginação, memória, linguagem, raciocínio e intuição* e ainda entendia que o conhecimento forma-se e se enriquece por acumulação das informações trazidas por todos os graus, não havendo ruptura, mas continuidade, entre o conhecimento sensível (seis primeiros graus) e o intelectual (intuição) (Chauí, 1995).

montagem e a condensação – similares aos recursos análogos no cinema – operam como uma síntese, construindo versões cifradas e censuradas do desejo¹⁴. Se há vínculos entre memória e imaginação e da imaginação com o desejo (Meneses, [199-]), os há, também, entre memória e repressão.

Freud contribui, assim, para evidenciar um possível novo componente da memória social, no sentido de poder tomá-la – como fonte de conhecimento do social – cada vez menos como relato fiel da realidade, um *dado*, e cada vez mais, antropológicamente, como *portadora de sentido*. Isto, trazido para prismas contemporâneos no campo da história oral, permite tomar a memória não como um documento a ser cotejado com outras fontes, visando-se garantir ao máximo sua *veracidade*, como um *dado* de pesquisa mas, sim, da perspectiva da análise da construção social de significados num determinado contexto sociocultural. Como observaram Feldman-Bianco e Huse ([199-]), as reminiscências de sujeitos da pesquisa, permeadas por silêncios, amnésias e sombras, e moldados por condicionamentos múltiplos, certamente constituem uma mediação simbólica através da qual *o significado é construído*.

II

Nas sociedades modernas, com a memória recuando cada vez mais para o plano pessoal, como fonte de conhecimento privado, desenvolveu-se todo um aparato de *inscrição* (documentos escritos, gravações de sons e imagens, etc.) que praticamente despoja o sujeito da necessidade de ter memória não-escrita. Nessas sociedades, toda tradição que se respeita é inscrita de várias formas (em modo digital, em cassetes, discos, vídeo, papel, celulóide, etc.), com uma memória social maciçamente presente em todas elas, seja no âmbito da cultura de massa (cinema, literatura, romance, música), seja no da ciência histórica. Isto não significa que o predomínio da inscrição implicou a total erradicação de uma memória não-escrita, mas, sim, uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória, que pode sair dos limites

¹⁴ Na psicanálise, a abordagem da memória implica a distinção entre duas formas – contrastantes – de trazer o passado: *representar* e *recordar*. Representar significa um tipo de ação em que desejos e fantasias inconscientes são revividos no presente, de forma compulsiva e sem que o analisando reconheça suas origens ou seu caráter repetitivo. Recordar, pelo contrário, seria um processo – mediado pela psicanálise – no qual os protótipos viriam a ser lembrados (Freud, 1976, Connerton, 1993).

físicos de nosso corpo para se interpor em outros lugares. Nesse sentido, a memória social, na modernidade, supõe, em grande parte, um aparato inscricional considerável.

Antes, porém, de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem, sob a forma de armazenamento de informações, na memória (Le Goff, 1990). Surge, portanto, por um lado, o desafio de recuperar as possibilidades de conhecimento social da memória predominantemente não-escrita, num contexto no qual predominam as inscrições e, por outro, a complexidade do estudo da memória nas sociedades modernas, o que implica a compreensão tanto da memória inscrita, quanto da memória predominantemente não-escrita, basicamente oral ou ritual.

Segundo Connerton (1993), uma das principais dificuldades de desenvolvimento de uma teoria da memória como forma de conhecimento, em termos de fenômeno especificamente social, seria a variedade de tipos de memória que acionamos e reconhecemos: *memória pessoal*, *memória cognitiva* e *memória-hábito*¹⁵. Se isto aponta para uma excessiva preocupação com uma tipologia da memória, podendo corroborar perspectivas comprometidas com uma certa segmentação, pode, também, funcionar heurísticamente na compreensão de situações passíveis de análises pelo prisma da memória social, sentido aqui utilizado.

Os tipos de memória referidos por Connerton (1993), tomados como *tipos ideais*, no sentido weberiano, permitem analisar a memória social (no caso, a dos cerrados) como objeto de disputas, nos termos de uma relação assimétrica entre 1/ narrativas mais formalizadas, predominantemente inscritas e impessoais, com maior poder de visibilidade e veiculação, hegemônicas e com pretensão à universalidade, constituindo-se em narrativas mestras; 2/ narrativas menos formalizadas, predominantemente orais e de menor visibilidade social, constituindo-se em narrativas eclipsadas.

¹⁵ Na abordagem bergsoniana, são referidas duas memórias: a *memória-hábito*, que é a *memória dos mecanismos motores* e o *devaneio*, ou “ocorrência de lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas e singulares que constituiriam autênticas reconstruções do passado” (Bosi, 1994: 48). Esta seria a *memória pura*, que guarda alguma coisa não pela repetição, mas pelo significado que determinado fato tenha para o sujeito, no contexto de um fluxo temporal interior. Já pela *memória-hábito*, através da repetição, o automatismo psíquico torna-se também corporal. A relação entre essas duas formas seria conflitiva: a *memória-hábito* tenderia a bitolar o *devaneio* que, por sua vez, levaria o sonhador a resistir aos enquadramentos dos hábitos.

Por memória pessoal, o autor refere-se aos atos de recordação da vida individual que figuram significativamente nas descrições que cada um faz de si mesmo, visto que a história passada de cada um é uma fonte importante da idéia que cada pessoa faz de si própria. As memórias calcadas, predominantemente, na *experiência* (Benjamin, 1975, Thompson, 1981) do narrador e recolhidas através de narrativas orais entre sujeitos da pesquisa podem ser vistas sob esse prisma. Por memórias cognitivas, designam-se aquelas que não exigem do indivíduo que o objeto recordado pertença ao seu passado em termos de experiência mas, apenas, que ele o tenha conhecido (encontrado, sentido ou ouvido falar) no passado. Nesse sentido, tem-se uma *memória despersonalizada*, contraditória nos próprios termos, o que, no entanto, é bastante característico das sociedades modernas. Por memória-hábito, define-se a capacidade que cada pessoa tem de reproduzir uma determinada ação, sem a necessidade de que, ao fazê-lo, se recorde de como, quando ou onde adquiriu tal saber.

Connerton (1993) vale-se desse raciocínio tipológico para analisar, sobretudo, a memória-hábito, em sua dimensão de performances rituais em cerimônias públicas. Aqui, a utilização volta-se para pensar as narrativas mestras e as narrativas eclipsadas. As primeiras correspondem ao discurso oficial, majoritariamente inscrito em documentos, como textos e mapas, numa linguagem despersonalizada e de conotação técnico-científica, com contrabandos ideológicos relacionados às idéias de progresso, de pretensão à universalidade e à verdade. As segundas correspondem a narrativas calcadas na *experiência* (Thompson, 1981) e no *habitus* (Bourdieu, 1994), focalizando não a gestualidade, mas a fala, a partir da e sobre a prática¹⁶.

A relação teórica entre *experiência* (Thompson, 1981) e *habitus* (Bourdieu, 1994), como respostas culturais, particularmente de classe, é sugerida pelos próprios autores. Para Bourdieu,

“diferentemente das avaliações eruditas que se corrigem depois de cada experiência segundo rigorosas regras de cálculo, as avaliações práticas conferem um peso desmesurado às primeiras experiências, na medida em que são as estruturas características de um tipo determinado de condições de existência que, através da necessidade econômica e social que elas fazem pesar sobre

¹⁶ A prática é compreendida como produto da relação dialética estabelecida entre uma situação e um *habitus*, que possibilita a realização de tarefas diferenciadas graças às transferências análogas de esquemas propiciadores de formas semelhantes de resoluções de problemas, assim como as correções dos resultados obtidos, produzidas, dialeticamente, por esses mesmos resultados (Bourdieu, 1994).

o universo relativamente autônomo das relações familiares, ou melhor, no interior das manifestações propriamente familiares dessa necessidade externa (por exemplo, interditos, preocupações, lições de moral, conflitos, gostos, etc.), produzem as estruturas do 'habitus' que estão, por sua vez, no princípio da percepção e da apreciação de toda experiência ulterior (...) [sendo] 'habitus' – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma 'matriz de percepções de apreciações e de ações (...)’ (Bourdieu, 1994: 64-65).

Segundo Thompson, é através da experiência que “os homens e mulheres (...) experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua ‘consciência’ e sua ‘cultura’” Thompson (1981: 182). Essa avaliação passa por valores que, embora não-independentes de coloração ideológica, no sentido marxista clássico, não se reduzem a isto, haja vista todo o processo social e cultural no qual se originam e vigoram:

“esses valores são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas idéias. São as normas, as regras, as expectativas, etc., necessárias e aprendidas no 'habitus' de viver; e aprendidas em primeiro lugar na família, no trabalho, e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado, a vida social não poderia ser mantida e toda produção material cessaria”¹⁷ Thompson (1981: 194).

A utilização da tipologia empregada por Connerton (1993) não se confunde, aqui, com a doutrina do conhecimento objetivo, que divide a memória em dois segmentos: uma parte objetiva, contentora de fatos, e outra, subjetiva, portadora de sentimentos. Na verdade, a condição de saber seja o que for através da nossa memória é manter-se esta em ligação: recordar é viajar por um encadeado de memórias. Se este encadeamento se rompe, os elos se separam e deixa-se de recordar conhecimentos adquiridos pela *experiência própria* ou pela *crença no testemunho de outrem*, para usar expressões de Santo Agostinho, na citação em epígrafe a este capítulo. De fato, a memória penetra em todos os aspectos da vida, dos mais abstratos e

¹⁷ Bourdieu (1994) e Thompson (1981) questionam o realismo da estrutura como totalidades já construídas fora da história individual e coletiva. Pierre Bourdieu, voltando suas críticas principalmente para o terreno do objetivismo representado pela lingüística saussuriana e pela semiologia, e Edward Thompson, para a epistemologia althusseriana.

cognitivos aos mais físicos e inconscientes, inclusive no sonho, no trabalho onírico, tal como compreendido pela psicanálise.

O que se revela no estudo da memória individual ou coletiva é que o ato de recordar supõe a elaboração de uma representação do sujeito que recorda para ele próprio e para os que o rodeiam. Na medida em que a sua *natureza* – o que realmente é – pode-se revelar de um modo articulado, o sujeito é aquilo de que se lembra. Em assim sendo, um estudo de *como se recorda* é um estudo de *como se é*, entendendo-se esta maneira como se lembra aquela pela qual o sujeito se apresenta nas suas memórias, como se definem, através delas, as suas identidades pessoal e coletiva, como nelas ordena e estrutura as idéias e o próprio modo pelo qual as transmite (no caso em questão, pela maior ou menor predominância da *inscrição* ou da *oralidade*) a outros (Fentress e Wickham, 1992).

III

A apropriação teórica da tipologia de Connerton (1993), no sentido já exposto, conduz à oposição feita por Halbwachs (1990) entre memória histórica e memória coletiva. Maurice Halbwachs, na década de 40, refletiu sobre memória (coletiva) contrapondo-se à concepção positivista da história, predominante à época, insistindo na continuidade da memória coletiva que permite aos grupos sociais manter sua identidade através do tempo, em face da história, situada fora e acima dos grupos. Destarte, para Halbwachs (1990), a história – como narração mestra – supõe distância em relação às vivências pessoais e introduz, no fluxo dos eventos, quebras e periodizações baseadas em critérios alheios aos vividos pelos homens. Como uma abstração, a história ignora a pluralidade de memórias coletivas correspondentes a diversos grupos sociais. Herdeira de uma longa tradição, empenha-se ela, por algum tempo, em contribuir para a definição da identidade nacional, geralmente através de narrativas dominantes.

A tese principal de Halbwachs (1990) é a de que os grupos sociais conservam algumas instituições e é através da pertença a um grupo social – por parentesco, classe, religião, profissão, etc. – que os indivíduos são capazes de adquirir, localizar e evocar suas lembranças. Qualquer recordação, por muito pessoal que seja, existiria em relação com todo um conjunto de

idéias que muitas outras pessoas têm, concernentes a lugares, datas, pessoas, palavras ou formas de linguagem, enfim, ao conjunto da vida material e moral (social).

Na trilha aberta pela tradição da sociologia francesa e dos estudos de Émile Durkheim sobre a precedência do fato social e do sistema social sobre fenômenos de ordem psicológica e individual, Maurice Halbwachs deslocou o eixo das investigações sobre a psique e o espírito, até então dominante nas reflexões sobre memória, para as funções que as representações e as idéias dos homens exercem nos grupos sociais. Como observou Bosi (1994: 54), para Halbwachs, “a memória coletiva (...) envolve as lembranças individuais mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal”.

Na perspectiva da psicologia e da filosofia social, notadamente na teoria bergsoniana da memória, defrontavam-se a subjetividade pura (o espírito), filiada à memória, e a pura exterioridade (a matéria), filiada à percepção, não sendo a memória, aí tida como fenômeno social. Este foco seria dado por Maurice Halbwachs, cuja reflexão voltar-se-ia para as relações da realidade interpessoal das instituições sociais: “(...) Só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos do ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (Halbwachs, 1990: 38). Como observado por Bosi (1994), com esse realce ao papel preponderante da vida atual do sujeito no desencadeamento do curso da memória ocorreria uma importante relativização do princípio bergsoniano segundo o qual o espírito conservaria o passado em sua inteireza e autonomia. Halbwachs (1990) estabelecia, assim, bases importantes para a abordagem da memória coletiva como *trabalho* ou *reconstrução*.

Mas a memória não é coletiva porque os pensamentos são semelhantes a ponto de um grupo poder evocá-los. É, antes, pelo fato de um grupo estar *interessado* nessas memórias e ser capaz de evocá-las que elas se conjugam nos espíritos dos componentes desse determinado grupo, pois,

“(...) se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros de um grupo¹⁸. Essa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com a mesma intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (...)” (Halbwachs. 1990: 5).

Nesse sentido, a memória individual enraíza-se nos quadros sociais diversos que se reaproximam pela simultaneidade ou pela contingência. As idéias de Maurice Halbwachs seriam caudatárias, também, da postura fenomenológica de Edmund Husserl, cuja definição de intencionalidade da consciência permite explicar a abertura recíproca das consciências dos sujeitos e a participação dos elementos que compõem essa totalidade viva. Sem isto, a noção de consciência coletiva durkheimiana, fonte da idéia de memória coletiva de Maurice Halbwachs, ficava desprovida das possibilidades operatórias que se realizam numa perspectiva fenomenológica. É por isso que Divignaud (1990: 14) afirma que “(...) assim, a consciência não está jamais fechada sobre si mesma nem vazia nem solitária. Somos arrastados em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica”.

Para Halbwachs (1990), os grupos dotam os indivíduos de quadros mentais, em cujo interior as memórias se localizam, por uma espécie de *cartografia*: aquilo que recordamos situa-se nos espaços mentais fornecidos pelo grupo. Tais espaços mentais, por sua vez, são apoiados pelos espaços materiais – e sociais – que os grupos sociais específicos ocupam: o equilíbrio mental tem a ver, portanto, com a pouca mudança dos objetos físicos com os quais se está em contato diariamente. Tem-se, assim, uma imagem de permanência e de estabilidade que dão a ilusão de não-mudança e de redescoberta do passado no presente.

Como observado por Wachtel (1986), o trabalho da memória de um grupo consiste em responder a necessidades de ação no presente, as quais são o filtro (este ponto assemelha-se ao

¹⁸ Esse fundamento revela-se importante para a abordagem da memória como objeto de disputas, embora isto não estivesse explicitado na análise de Halbwachs (1990).

papel desempenhado pelo cérebro no conceito bergsoniano) entre esquecimento e transmissão das tradições ou, ainda, da percepção de que tradições se modificam com as mudanças no grupo. Neste caso, através das mudanças, os grupos necessitam estabelecer suportes e quadros de referência: a preservação das lembranças é o que resta em sua ancoragem espacial¹⁹.

Outra importante relação estabelecida por Maurice Halbwachs se deu entre memória e tempo, deixando este de ser tratado como o meio homogêneo e uniforme, privilegiado e estável, em que se desdobram todos os fenômenos humanos. Ao unir a interpretação compreensiva e a análise causal, o apanhado dos grupos e das significações, há, sob a análise halbwachiana da memória, mais profundamente, uma definição do tempo que não é mais uma categoria fixada de uma vez por todas. Torna-se necessário, então, admitir e distinguir vários tempos coletivos como se admitem e se distinguem grupos separados (Halbwachs, 1990). A pesquisa empírica captou

¹⁹ Roger Bastide, estudando religiões africanas, acrescentaria à análise de Maurice Halbwachs algumas nuances e correções em três principais direções: 1/ confirmando a idéia da *importância da base espacial*, pelas diferenças entre rituais africanos – observados em território africano e em território americano – que se encontram entre a resistência e a diluição dos mitos africanos, incorporados ao mecanismo motor dos iniciados, que os revivem durante as cerimônias; 2/ avançando na questão da memória coletiva com base na idéia das *redes de complementaridade*, no sentido de que não é o grupo como tal que expõe a memória coletiva, mas é a estrutura grupal que proporciona a estrutura da memória coletiva, não se definindo esta como consciência coletiva e sim como um sistema de interrelacionamento de memórias individuais: ritos religiosos são desempenhados por atores que jogam papéis específicos e complementares. Assim, a desestruturação do grupo determina a da memória coletiva e é responsável pelos lapsos de memória. Como o cenário das cerimônias africanas não pode ser, em sua totalidade, reconstituído na América, surgem os lapsos (*gaps*), que não correspondem a uma perda total da memória coletiva. Pode-se comparar a memória a um jogo no qual os atores devem saber a responsabilidade de cada um dos outros na ordem desse jogo: a estrutura geral permanece evasiva, pouco clara, e a ausência de certos atores torna mais ou menos vaga a lembrança (recordação) de suas linhas (seu escore), resultando não no lapso absoluto, mas num sentido de vazio e na insinuação do que está ausente; 3/ demonstrando que este trabalho envolve não apenas os fatos de conservação e lapsos da memória, mas também as transformações das recordações coletivas, em particular as metamorfoses das lembranças associadas aos deuses. Um exemplo é o da metamorfose de Exu, que, no Brasil, é identificado ao diabo, enquanto na África, originalmente, era um deus intermediário (Yoruba) entre dois mundos: lá, ele era mensageiro das orações e das oferendas (sacrifícios) e ao mesmo tempo era endiabrado (travesso, malicioso). Por causa de suas travessuras, era tido, também, como o mestre da magia. No Brasil, seu caráter sinistro foi acentuado em detrimento do seu papel de mensageiro, passando de um ser endiabrado, travesso, malicioso, para um ser cruel, cuja maldade, agora, dirigia-se aos brancos, em sinal de proteção aos negros. No contexto da sociedade baseada na escravidão, Exu transformou-se, portanto, num instrumento de luta e de resistência, ou seja, as condições sociais do presente realmente têm impactos sobre o passado, mas elas o fazem nas perspectivas delineadas no passado. Transformações na memória coletiva inscrevem-se na lógica do sistema, ao mesmo tempo em que dependem do poder das relações entre os grupos. Daí porque memórias confrontam-se, interpenetram-se, fundem-se ou apagam outras, de acordo com o destino das sociedades cuja identidade ajudam a definir (Wachtel, 1986). Isto é importante, no caso em questão, para se pensar a que objetivos (projetos) servem as memórias recolhidas quer em termos das narrativas mestras sobre cerrados quer entre os camponeses pesquisados.

temporalidades distintas nas narrativas mestras e nas narrativas locais dos cerrados, apontando para a questão posta por Martins (1996) sobre o tempo na fronteira (capítulo III)²⁰.

A aventura pessoal da memória situa-se, então, entre a *memória histórica* - para Halbwachs (1990), uma antinomia -, que seria a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado, e a *memória coletiva*, que recompõe o passado com base nas memórias pessoais. Mas é nas malhas múltiplas de solidariedade (intercontato social), em que se engajam as pessoas, que se situa a rememoração pessoal. Segundo Halbwachs, quando se pensa na relação entre memória individual, memória coletiva e história,

“seria o caso então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra, exterior; ou então a uma, memória pessoal, à outra, memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso” Halbwachs (1990: 55),

Esta visão de *memória histórica*, ao mesmo tempo em que se diferencia da memória pessoal, tem com esta uma relação de complementaridade, embora não se confundam vivência pessoal e aprendizado do fato a ser lembrado:

“Não é na história aprendida. É na história vivida que se apóia nossa memória²¹. Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo

²⁰ A questão do tempo evoca Evans-Pritchard (1978), segundo o qual, para os Nuer, tanto o tempo ecológico - cíclico, reflexo da relação com o meio-ambiente, limitado a um ciclo anual - quanto o estrutural - períodos maiores, reflexo de suas relações mútuas dentro da estrutura social - contrastam, ambos, com o tempo linear do relógio: o sistema Nuer de contagem-de-tempo consiste numa série de concepções de mudanças naturais. A seleção de pontos de referência é determinada pela significação que tais mudanças têm para as atividades humanas, e não, por uma abstração que, entre nós, toma a forma de algo concreto, que passa, pode ser perdido, economizado, etc. O tempo ecológico consiste numa relação entre várias atividades, sendo as próprias atividades, notadamente as econômicas, que constituem as bases do sistema, fornecendo a maioria de suas unidades e notações, com a passagem do tempo percebida na relação entre elas (ex.: o relógio diário é o gado). O tempo estrutural reflete uma concepção da estrutura social. Os pontos de referência são uma projeção, no passado, de relações concretas entre grupos e pessoas (ex.: distância na ordem de parentesco e linhagem). O tempo é, assim, um meio de coordenar relações em termos de passado. Essas idéias inspiraram Thompson (1979) em suas análises sobre a passagem histórica do tempo rural para o tempo na sociedade industrial. Le Goff (1990: 212) também abordou a multiplicidade de tempos diversos, a par da consciência de um passado histórico. Ver, também, Harvey (1994).

²¹ Para Connerton (1993: 20), se, por um lado, a atividade de reconstituição histórica leva à produção de histórias escritas formais, há, por outro, uma produção de narrativas contadas informalmente, que se “revela como uma

aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto” (Halbwachs, 1990: 60).

A história é, assim, um quadro sobre o qual a memória individual poder-se-ia apoiar. A memória pessoal (lembranças de infância, por exemplo), relaciona-se a uma memória histórica (acontecimentos nacionais, que não se pode conhecer na infância), no sentido de que por uma penetra-se na outra: uma leva ao meio no qual a vida da pessoa já se desenrolava, sem disso se aperceber, enquanto a outra põe-na em contato consigo mesma ou com um eu alargado, até os limites de um mundo infantil:

“Nada mostraria mais claramente que nós estudamos na realidade dois objetos distintos quando fixamos nossa atenção ou sobre a memória individual, ou sobre a memória coletiva. Os acontecimentos e as datas que constituem a substância mesma da vida do grupo não podem ser para o indivíduo senão sinais exteriores, aos quais ele não se relaciona a não ser com a condição de afastar-se de si” (Halbwachs, 1990: 57).

No entanto, os focos de Maurice Halbwachs são

“um tempo e um espaço coletivos, e uma história coletiva. É dentro de tais quadros que os pensamentos dos indivíduos se reuniram, o que supõe que cada um de nós cessaria momentaneamente de ser ele mesmo. Ele retornaria a si logo, introduzindo em sua memória pontos de referência e divisões que ele traz já prontos do exterior. Aqui prenderemos nossas lembranças, mas entre essas lembranças e esses pontos de apoio não existirá nenhuma relação íntima, nenhuma comunidade de substância. É por isso que essas noções históricas e gerais não representariam, aqui, senão um papel muito secundário: elas supõem a existência preliminar e autônoma da memória pessoal” Halbwachs (1990: 61-62).

Sem dúvida, a chamada memória histórica ou memória nacional constitui-se como unívoca, por só admitir uma interpretação, unitária, por ser formada de uma só unidade, e como unificadora, por convidar a todos os membros da sociedade – na realidade, envolvidos em situações diversas, com seus respectivos pontos de vista – a se unirem em um passado coletivo, como

atividade-básica para a caracterização das ações humanas. É um traço-comum a toda memória comunal”. Ao se tomar tais narrativas como *histórias de vida*, convém lembrar a investida de Bourdieu (1996) contra a *ilusão biográfica*, enfatizando a necessidade de se reconstituir os contextos de uma pluralidade de campos em que atua o indivíduo, a todo momento. Tal questão leva ainda à importância, dada por Benjamin (1975) e por Thompson (1981), à *experiência*.

pode ser visto na análise das narrativas mestras (capítulo IV) do Piauí, por exemplo. Mas ocorreria, pós-Maurice Halbwachs, uma ruptura (Wachtel, 1986) nos dois níveis (epistemológico e social) de problemas postos pela história como memória nacional, ruptura esta que incidiria diretamente na revalorização da memória como fonte de conhecimento do social.

Aliás, a epistemologia da história, como lembra Wachtel (1986), experimentou uma transformação decisiva com a passagem de uma história narrativa para uma história-problema: a temporalidade linear, que se abria em direção a uma causalidade mecanicista, é recolocada por uma temporalidade plural, que envolve uma variabilidade de perspectivas, diferentes e complementares. Ademais, havia historiadores rediscutindo sua própria prática desde as origens, e grupos sociais, até então dominados, e sujeitos a processos de aculturação, que passaram a reclamar o direito às suas identidades, redescobrimo suas rotas, em oposição à história oficial, devido à emergência da chamada história oral²².

Como observaram Catani et al (1997), o fio da mediação sobre a memória que havia acompanhado o pensamento ocidental no início do século, com Bergson, James, Proust, Freud, Joyce, Conrad, Halbwachs, pensadores da escola de Frankfurt e pesquisadores da escola de Chicago, é retomado nos anos 80, revalorizando-se a *experiência*, a memória e a sua relação com a vida prática. Nesse percurso, resgata-se a memória como fonte de conhecimento.

A memória passou a inspirar interesses e sujeitos de pesquisa. Daí por diante, historiadores tornaram-se cientes de que numa sociedade singular (e dentro de um indivíduo singular) coexistem várias memórias, até mesmo opostas umas às outras, emergindo a concepção das memórias como objetos de lutas, estratégias e relações de poder. Algumas delas são oficiais, memórias dominantes sustentadas por instituições e, via de regra, ancoradas em um significativo aparato inscricional, ao passo que outras, eclipsadas, latentes, constituem lembranças dos grupos subalternos, em geral assentes em tradições orais e rituais. A tarefa do historiador, agora,

²² A reflexão sociológica sobre memória social tomou ímpeto, teórica e metodologicamente, vinculada ao trabalho etnográfico e à metodologia da história oral. Embora, como observou Pereira de Queiroz (1994), tenham que ser resguardadas as especificidades do trabalho do sociólogo e do historiador, há um rico diálogo, no trato desse tema, entre historiadores do campo da história oral e sociólogos e antropólogos.

consistiria em analisar as formas, mecanismos e funções destas lembranças entre os grupos sociais, bem como suas interações e conflitos (Wachtel, 1986: 218).

IV

Assim, quer no âmbito de uma teoria do conhecimento, quer pelo prisma de uma aproximação mais empírica à maneira pela qual os grupos, as sociedades e as culturas recordam, a perspectiva da memória como fonte de conhecimento do social é um eixo analítico que permite responder questões relacionadas à experiência da memória. A posição aqui adotada remete, então, ao campo ontológico, na direção de recuperar o domínio da linguagem sobre a realidade.

Quando se pensa em termos de uma distinção entre uma epistemologia (teoria do conhecimento) - que trata de como conhecemos o mundo, de que maneira o sujeito elabora, seleciona, distorce, filtra ou antecipa o que conhece, ou seja, da origem, natureza e limites do conhecimento - e uma ontologia (mito e filosofia) - que trata de quadros de pensamentos determinados do que existe, quais os seres e suas características - vê-se que, modernamente, após Kant, as tarefas antes do domínio da ontologia foram atribuídas à ciência, enquanto a epistemologia ou crítica do conhecimento coube à filosofia. Ao senso comum, então, não coube o *status* de fonte do conhecimento. Apenas em nossa época, tida como pós-moderna, voltou-se, como observado por Wachtel (1986), a valorizar diferentes ontologias ou visões de mundo (incluindo-se a memória), aproximando-se do que Santos (1989) chamou de *segunda ruptura epistemológica*.

Esse resgate da memória como fonte de conhecimento trouxe um novo realce à relação entre memória individual e coletiva, à experiência da memória e à sua estrutura e à própria compreensão da memória social. Isto não implica a defesa da existência de um conjunto de categorias, para a descrição da memória, válido universalmente, pois grande parte da experiência de memória é de natureza funcional, associada a tarefas específicas, como uma informação semântica ou reminiscências da infância, por exemplo. Mas acontece que estas diferenças funcionais são também sociais e, portanto, culturais: é o mundo em que vivemos que distribui as tarefas da nossa memória, determina a maneira como estas devem ser desempenhadas e até nos dá as categorias com que pensamos. Isto é verdadeiro tanto para a

memória individual quanto para as conservadas coletivamente. Nesse sentido, a distinção entre memória coletiva e individual fica mais cheia de nuances (Fentress e Wickham, 1994).

A memória é *fluida* e, por isso, as categorias que utilizamos para analisá-la devem ser *suficientemente indefinidas* para se evitar qualquer sensação de limites rígidos que separem um tipo de memória de outro²³, o que vale para o trato da memória como ação ou como representação. Numa exposição didática, pode-se dizer que memória, como ação, significa perceber o ato de recordar como um tipo de comportamento, enquanto memória como representação é aquela tomada cognitivamente, como rede de idéias. No entanto, a distinção entre ação e representação é, em certa medida, um artifício retórico num campo potencialmente interminável, com inúmeros conjuntos de oposições inextrincavelmente relacionadas entre si (Fentress e Wickham, 1994).

Contemporaneamente, o que permite falar em memória coletiva é o fato de esta poder ser partilhada por um grupo determinado, já que, segundo Halbwachs (1990), os grupos sociais constróem suas imagens do mundo mediadas por acordos em torno do passado, via comunicação²⁴. Mas há, ainda, o grande desafio da análise do *trabalho da memória*, de como ele se dá, empiricamente, e de como percebê-lo na pesquisa empírica. Para Fentress e Wickham (1994), enfrentar esse desafio supõe, de saída, a crítica à visão textual do conhecimento (herança da filosofia empirista e da psicologia cognitiva), presente em boa parte das análises de historiadores que conceberam o conhecimento pelo *modelo textual*, como na escola da história oral de Jan Vansina²⁵.

²³ Da mesma forma, as categorias *reconhecimento*, *evocação* e *articulação*, tratadas em teorias sobre origem da consciência como fases evolutivas neurologicamente diferentes, não podem ser vistas como três atos neurológicos e psicológicos distintos, a não ser de forma especulativa. Podemos tomá-las como tipos de comportamento distintos, mas não em termos de pura experiência mental (Fentress e Wickham, 1994).

²⁴ Sobre a memória coletiva como um processo, também coletivo, de negociação, ver Thomson, Frisch e Hamilton (1996).

²⁵ Mesmo considerando que muitos dos últimos trabalhos de Vansina não correspondem à perspectiva textual, como ocorreu até a década de 70, Fentress e Wickam referem-se a Vansina dentro da crítica a um problema mais geral, de "etnohistoriadores [que] tomam por vezes corpos de tradição oral extremamente complexos e altamente ambíguos e tentam reduzi-los a 'resíduos' de fatos históricos. Eles têm defendido esse procedimento como forma de

Desse tipo de tratamento dado ao conhecimento resulta o perigo da reificação da memória, quando se confere ao objeto de estudo o caráter de *coisa*, objetivando-a, transformando-a em *texto*, ou seja, vendo-a pelo paradigma do *modelo textual*, que se constitui, de fato, em uma disposição generalizada da moderna cultura letrada para definir conhecimento em termos de declarações expressas como linguagem ou como proposições, numa notação lógica ou científica qualquer. Assim, na conhecida divisão do conhecimento (1/ *Proposicional* – sobre coisas ; 2/ *Sensorial* – de coisas; 3/ *Hábil* – como fazer, fisicamente, coisas), apenas o primeiro item é habitualmente tratado como conhecimento em sentido pleno (Fentress e Wickham, 1994).

Como consequência, transforma-se o conhecimento em *objeto*, em uma *coisa* dentro de nossas cabeças. A vantagem dessa doutrina é separar o cognoscível do sujeito cognoscente, criando a possibilidade de o conhecimento ser objetivamente verdadeiro. A desvantagem está no momento em que se vai usá-la como base de um modelo de memória, pois, desse ponto de vista, a memória é, segundo Fentress e Wickham,

“(...) naturalmente dividida em dois segmentos: uma parte objetiva que serve de contentor dos fatos - a maior parte dos quais poder-se-ia alojar em muitos outros locais - e uma parte subjetiva que inclui informação e sentimentos que são parte integrante de nós. situadas, propriamente, apenas dentro de nós. A primeira parte da memória, relativamente passiva, simplesmente conserva conhecimento. A segunda parte, mais ativa, experimenta e registra para a consciência. Deste modo, a distância, entre fato objetivo e interpretação subjetiva, é situada [por essa teoria] na própria estrutura da memória, [não sendo ela, a memória, nessa linha de raciocínio, conhecimento]. Fentress e Wickham (1994: 4-5).

A relação entre a memória e o modelo textual deve ser vista meramente como uma analogia e, mesmo assim, com seus pontos fracos, pois, enquanto um texto é algo separado do leitor, uma recordação não se aparta da consciência. A memória não se organiza no espírito como um texto, uma vez que, nele, ela é apenas pensamento, ao passo que os textos são objetos físicos, independentes e separáveis como tal, condição mesma para serem analisados criticamente. Já a memória implica ligação: recordar é, muitas vezes, estabelecer encadeamentos. Separar esses elos é perder a capacidade de lembrar. Por isso, uma pessoa que estuda um texto realiza um

crítica textual, argumentando que, para os propósitos da análise histórica, é irrelevante se as fontes são textos ou tradições orais” (Fentress e Wickham, 1994: 79).

trabalho diferente de uma pessoa que tenta recordar, começando do fato de o texto ser algo em si só completo e separado da pessoa, podendo enviar suas mensagens, mas não recebê-las de volta. Uma recordação, contudo, não se separa assim da consciência: entre esta e a memória o tráfego é de mão dupla (Fentress e Wickham, 1994)²⁶.

Assim, quando etnohistoriadores trataram a memória como continente de informações *objetivas* sobre o passado, um texto oral foi, muitas vezes, analisado em relação a outros documentos escritos ou outras peças informativas – posto *em perspectiva* –, buscando *restituir* o texto à sua versão original e situá-la no seu contexto social, criando uma visão particular do passado requerida pelo *documento oral* (Fentress e Wickham, 1994). Mais recentemente, pesquisadores da história oral vêm problematizando esta questão, num sentido bastante próximo ao que é dado pela pesquisa socioantropológica, interessada mais nas *representações* que na *verdade* dos fatos ou tendência dos valores, isto é, das ideologias (Portelli, 1996)²⁷.

Recordar é estabelecer vínculos e a memória semântica não é a forma canônica, normal da memória, mas a exceção. A fonte confiável – embora tendamos a nos queixar de falta de memória quando esquecemos informação semântica – assenta-se na continuidade de espírito e corpo e na memória pessoal e sensorial, mais do que na memória semântica. Esta ligação entre o sensorial e o pessoal é o efeito da continuidade de espírito e corpo e de memória e percepção, posto que a memória concede a coerência que escora o sentido do eu. Esta é a principal tarefa da memória. Construiu-se uma teoria (filosofia empirista e psicologia analítica) em apoio à analogia da memória com o modelo textual, no entanto é difícil ver em que sentido as réplicas *exatas* de um passado se mantêm objetivas dentro das mentes (Fentress e Wickham, 1994). Na verdade, o que faz a memória cognitiva parecer mais objetiva é simplesmente o fato de podermos articulá-

²⁶ Partindo da diferença entre o trabalho analítico, dedutivo e indutivo, de confronto de fichas textuais do historiador e a articulação sintética (guiada por mecanismos, talvez inconscientes, como imaginação, sonho, desejo), outro aspecto há que ser observado: quando entrevistamos alguém, registramos a fala em fita magnética, que é *transcrita* para o texto escrito, tornando-se *documento*. Esse registro abstrai a situação social em que ocorreu a fala e a trata como uma imagem-fetiche do *pensamento* ou do *sistema de representações*. Meses ou anos depois, voltamos ao material e agora há, de um lado, o registro (em caderno de campo, em carta, poesia, literatura ou na memória mesmo), da fala como interação e, de outro, o *documento*, tratado como mais *verdadeiro* do que o registro.

²⁷ Para a problematização desta questão pelos próprios historiadores, no campo da história oral, ver Thomson, Frisch e Hamilton (1996). E sobre as diferenças entre história e memória, ver Rousso (1996).

la e comunicá-la melhor e mais facilmente por palavras do que a memória dos sentimentos e da experiência pessoal²⁸. Mas articulação nem sempre implica discurso: embora as palavras tenham primazia, algumas culturas preservam sua memória social através de rituais com significados representados, e não postos em palavras²⁹.

Na *experiência de recordar*, tomada em si mesma, não há distinção da recordação de fatos verdadeiros da recordação de absurdos. Como observam Fentress e Wickham (1994: 7),

“Embora em si e por si, a memória seja simplesmente subjetiva, ao mesmo tempo, porém, ela é estruturada pela linguagem, pelo ensino e pela observação; pelas idéias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros. Também isto constrói memória social. Qualquer tentativa de usar a memória, como fonte histórica, tem que se confrontar de partida com o caráter subjetivo, embora social, da memória. Isto não quer dizer que a memória não seja também portadora de informação objetiva”.

A distinção entre fatos *verdadeiros* ou *não-verdadeiros* nada tem a ver com a estrutura da memória. O que emerge no *ponto de articulação* não é alguma parte *objetiva* da memória e sim o seu aspecto social: o fato de podermos articular e comunicar por palavras: a linguagem. A memória social, assim, é mais conceitualizada do que a individual, o que não quer dizer que seja mais semântica. Mais conceitualizada o é porque a imagem precisa ser convencionalizada (significativa para todo o grupo) e simplificada (complexidade reduzida para ser genérica) para ser transmitida (Fentress e Wickham, 1994).

²⁸ Sobre a performatividade e a formalização na linguagem ritual como instrumento mnemônico ver, também, Connerton, 1993, pp. 70 e passim.

²⁹ Uma vasta literatura antropológica trata do tema do ritual e da história, como os estudos de Victor Turner sobre populações africanas e os de Marshall Sahlins sobre populações do Pacífico. No Brasil, Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiro de Castro realizaram, no âmbito da etnologia, estudos sobre a memória e a temporalidade entre os tupis-guaranis. Carlos Rodrigues Brandão, entre outros, estudou a articulação da memória através dos rituais, nas Festas do Divino e Congadas. Para Connerton (1993), a maior parte da nossa memória gestual e corporal é articulada não verbalmente, mas transmitida e conservada por performances mais ou menos rituais. A ênfase na linguagem verbal é que oculta o corpo e seu significado social – a incorporação – como importante no estudo da memória: “Se a memória social existe, é provável que a encontremos nas cerimônias comemorativas. Mas as cerimônias comemorativas provam sê-lo apenas na medida em que são performativas. A performatividade não pode ser pensada sem um conceito de hábito. E o hábito não pode ser pensado sem uma noção de automatismos corporais” (Connerton, 1993: 5-6). Ou seja, “estudar a formação social da memória é estudar os atos de transferência que tornam possível recordar em conjunto” (Connerton, 1993: 47), o que, para o autor, deve ser buscado nas performances corporais ritualizadas.

No entanto, esta esquematização não redundará em perda de qualidade sensorial das imagens que, juntamente com as idéias da memória social, mantêm seu caráter compósito:

“Como idéias guardadas coletivamente na memória social, os personagens e imagens de uma narrativa recordada tendem para a simplificação e para a convencionalização³⁰. Mais ainda, enquanto conceitos, os personagens estão ligados através de seu significado a outros conceitos. Esta conceitualização dos personagens na memória coletiva revela-se quando estes personagens se comportam mais como significados corporalizados do que como seres de carne e osso” (Fentress e Wickham, 1994: 58)..

Esta conceitualização foi verificada na pesquisa empírica (capítulo IV e V), por exemplo, na figura do *vaqueiro*, tal qual aparece nas narrativas mestras do Piauí, e nas dos *projeteiros* e *gaúchos*, tal qual aparecem nas narrativas orais recolhidas entre camponeses, nos cerrados piauienses.

Mas a transmissão das narrativas é também marcada pela sobreposição de memórias que, por sua vez, apaga as próprias pegadas: nas narrativas, não são visíveis as fases pelas quais a memória de acontecimentos reais torna-se um conjunto de imagens que passam a ser um análogo do ausente, a sua presentificação. Invisível, também, é o próprio processo de conceitualização, permanecendo apenas o último grupo de imagens, que parecem vivas e reais. Da mesma forma, não se pensa, ao longo do dia, na origem do aprendizado de cada ato realizado:

“A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo pelo qual sempre ‘fica’ o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes, quase intacta, às vezes profundamente alterada. A transformação seria tão radical quanto mais operasse sobre a matéria, recebendo a mão de obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada (...). Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas

³⁰ Ecléa Bosi lembra que se deve a Bartlet a utilização desse conceito chave - convencionalização -, que permite conectar o processo cultural de um dado momento histórico ao trabalho da memória. Bartlet, por sua vez, o extraiu de W. H. Rivers, que o utilizou na obra *The History of Melanesian Society*, significando “(...) um processo pelo qual imagens e idéias recebidas de fora por um certo grupo (...) acabam assumindo uma forma de expressão ajustada às técnicas e convenções verbais já estabelecidas há longo tempo nesse grupo”. Para Bartlet, “a matéria-prima da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes, estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado. [Nesse sentido], a convencionalização é, a rigor, um trabalho de modelagem que a situação sofre no contexto de idéias e valores que a evocam” (Bosi, 1994: 64).

coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discursos’, ‘universos de significados’ que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia, com todos os seus estereótipos e mitos” (Bosi, 1994: 66/67)³¹.

Nesse processo, muito do que é recordado são apenas memórias, às vezes de tempos imemoriais, sendo que no *tempo de narração* características são atribuídas ao passado ou ao presente, aquele aparecendo, não raro, como anterior a qualquer exegese, como portador de valores religiosos, morais, civis, etc., o que se dá, por exemplo, no passado fabuloso do conto (*Era uma vez...* ou *Naquele tempo...*) ou, ainda, no pretérito sacralizado dos Evangelhos, expresso pelo “*In illo tempore...*” (Le Goff, 1990)³². Esse tema do passado como autoridade, como fundamento, aplica-se quer à análise das narrativas mestras do Piauí que se reportam à *vocação pastoril* num *passado piauiense*, como mito de fundação (capítulo IV), quer à das narrativas dos camponeses em que o passado, não-datado, é o tempo da *terra voluntária* (capítulos V e VI). Esta questão conduz à distinção apontada por Le Goff, (1990: 209):

“Émile Beveniste (...) estabelece uma importante distinção entre: a) tempo *físico*, contínuo, uniforme, infinito, linear, divisível à vontade, b) tempo *cronológico* ou ‘tempo de acontecimentos’ que, socializado, é o tempo do calendário, c) tempo *lingüístico*, que tem o próprio centro no presente da instância da palavra, o tempo do locutor: o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso e... tal presente é implícito. Isto determina outras duas referências temporais, que estão necessariamente explicitadas num significante e fazem aparecer o presente à sua volta como uma linha de separação entre o que já não é presente e o que irá sê-lo. Estas duas referências já não são próprias do tempo mas de pontos de vista sobre ele, sendo projetadas para trás ou para frente, a partir do momento presente”.

Assim é que, para Portelli (1996: 109), “a memória não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (*elaborado*) no tempo histórico”.

³¹ O tema da ideologia será retomado adiante.

³² A propósito, na análise da literatura de cordel no Nordeste brasileiro, realizada por Almeida (1979), os textos impressos como folhetos são lidos como uma visão da história em períodos: o mais antigo deles é um passado não-datado, sacralizado e mais ou menos mítico, nas histórias passadas em um *Reino da Grécia*, no *Reino de Zabulon*, e assim por diante.

Isto significa que o próprio depoimento modifica-se no tempo e no espaço, ou seja, uma *memória local* deve ser vista como *histórica* e *específica*, o que não diminui seu impacto, apenas o concentra e especifica, subtraindo-o ao *universalismo genérico* para dotá-la do poder conflitante de uma narrativa que se põe em contraposição a outras.

O referido processo de conceitualização que, muitas vezes, nega à memória a capacidade de fonte empírica é, por seu turno, aquele que assegura a estabilidade de um conjunto de idéias coletivamente guardadas e as habilita a serem difundidas e transmitidas. Por isso, para Fentress e Wickham (1994: 59), “a memória social não é estável como informação, mas o é, porém, no nível dos significados partilhados e das imagens recordadas”, não sendo estável devido à sua característica intrínseca: não é um dado, definido uma vez e para sempre³³. A sua instabilidade relaciona-se diretamente com a sua natureza difusa, que é a de só fazer sentido em relação ao seu papel no presente, à razão por que é acionada.

A questão remete ao tema da *seletividade* da memória, destacando-se três pontos: 1/ a narrativa é praticamente uma *reconceitualização do passado*, de acordo com o momento presente. É que são múltiplas as possibilidades de o passado tornar-se história: uma versão dele é transmitida em consonância com as necessidades do presente, seja com as pessoas relatando situações de vida e aproveitando para passá-lo a limpo, seja para construir um todo coerente, mesclando situações reais e imaginárias; 2/ *o espaço da memória do sujeito é abrangente* e, dele, apenas uma parcela pequena expressa-se pela linguagem oral. Mesmo assim, o que é relatado exprime relações entre a individualidade do sujeito e um plano cultural e social mais amplo; 3/ as formas expressivas com que o indivíduo se auto-referencia no relato de suas memórias *não podem ser consideradas como estatutos de verdades*, mas, se servem pouco como história, no sentido tradicional do termo, valem muito como memória (Kensky, [199-], Feldman-Bianco e Huse, [199-]).

³³ Quanto ao processo de conceitualização, ver Fentress e Wickham (1994), quando analisam alguns gêneros narrativos, como contos de fadas, e suas imagens, e o que significa recordá-los, abordando questões como o significado do “era uma vez...” e da emergência dos motivos populares. Os personagens de contos de fadas são vistos como *funções e causas personificadas* e a reincidência semântica não é tida como empréstimo, surgindo, por consequência, a questão dos *motivos emparelhados*. Os autores discutem, também, a questão da transmissão da memória social, salientando a transmissão e difusão da memória narrativa e criticando a atitude de *busca da verdade historiográfica* na pesquisa da memória social.

Ao invés de serem tratadas como texto, como um documento, isto é, como fonte de conhecimentos sobre os fatos, as memórias e seus significados culturais devem ser interpretados no contexto de atividades sociais, tomando-se como indissociáveis a práxis e o pensamento, como parte dos discursos sociais. As reflexões verbalizadas de verdades pessoais e realidades sociais narradas a partir de experiências específicas, em gêneros narrativos específicos, constituem reelaborações do passado no contexto de realidades do presente. Em suma, um passado ainda ativo e reinventado no presente, *signpoints*, indicadores de trajetórias (Feldman-Bianco e Huse ([199-])). Nessa direção, Fentress e Wickham lembram que

“(…) a questão de saber se determinada memória é verdadeira ou não só interessa na medida em que servir para elucidar como a própria memória trabalha. (…). A memória social é de fato muitas vezes seletiva, distorcida e inexata. Não obstante, é importante reconhecer que não é necessariamente isto: ela pode ser extremamente exata quando as pessoas acharem socialmente relevante recordar e narrar um acontecimento da maneira como originalmente foi experimentado. O debate sobre se ela é inerentemente exata ou não é estéril (…). Aquilo que distorce a memória não é um defeito qualquer inerente ao processo de registro mental, mas sim uma série de limitações externas, habitualmente impostas pela sociedade. As limitações é que interessam aqui, não o rigor. De fato, a transmissão de informação ‘verdadeira’ é apenas uma das muitas funções sociais”
Fentress e Wickham (1994: xi-xii).

Importa mesmo é que a memória, vista como expressão da experiência coletiva, identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo suas aspirações futuras, muitas vezes com exigências fatuais sobre acontecimentos passados que podem ser confrontadas, ou não, com fontes documentais. No entanto, considerarmos tais memórias como *historicamente verdadeiras*, ou não, é menos relevante que focalizar a maneira pela qual os próprios grupos as consideram, ou seja, 1/ como um conjunto de histórias com algum fundo moral, mas vistas como ficção ou 2/ no caso da autoridade das tradições, como e por que isto se dá, uma vez que não é de se supor que um grupo qualquer encare suas tradições como meros dados sensoriais, retidos de seus antepassados.

Mas perceber a memória como *fonte de conhecimento* significa assumi-la, ainda, como algo mais do que o fornecimento de um conjunto de categorias pelas quais, inconscientemente, um grupo habita o seu meio, posto que ela fornece ao grupo matéria de reflexão consciente. Daí ser

possível situar os grupos em relação às suas próprias tradições, descobrindo como interpretam os seus próprios *fantasmas* e como os utilizam para fonte do autoconhecimento e como guia para a ação. Essa expressão da experiência coletiva independe de grau de inscrição, porquanto

“a capacidade de uma sociedade para transmitir a sua memória social sob forma lógica e articulada não depende do domínio da escrita (...). A transmissão da memória articulada depende, num sentido mais geral, do modo como uma cultura representa, para si mesma, a linguagem. Depende, portanto, da extensão em que uma sociedade percebe a linguagem como veículo de expressão e de comunicação independente do contexto social imediato. Depende também da concepção do grupo acerca do conhecimento que recorda: se o vê como imagens ou textos a serem analisados ou apenas como padrões seqüenciados de sons a serem confiados à memória. Estas capacidades variam consideravelmente de um grupo para outro (...) (Fentress e Wickham, 1994: 44-45).

Se tais capacidades variam de grupo para grupo, seria enganoso tomar a distinção entre memórias inscritas e orais por alguma diferença de mentalidades tipo *pré-lógica* e *racional*. Até porque o fato de uma sociedade ter adquirido condições de representar o seu saber sob formas escritas não significa que deixou de ser também uma cultura oral. A escrita libera da necessidade de desenvolver mnemotécnicas complexas, mas não da necessidade de falar (Fentress e Wickham, 1994).

Isto equivale a dizer que, embora o aparecimento da escrita tenha alterado profundamente a natureza da memória social, do ponto de vista sociológico a distinção entre culturas letradas e iletradas na análise da memória de grupos específicos nas sociedades modernas corresponde, de fato, a uma diferenciação entre estruturas narrativas *estáveis e formais* e outras mais *informais* (Connerton, 1993, Fentress e Wickham, 1994) e não a alguma hierarquia no campo dessas narrativas. A distinção referida é útil para se pensar, por exemplo, as narrativas mestras dos cerrados como *memória oficial*, despersonalizada, racional e tecnocrática e, predominantemente *inscrita*, em oposição às narrativas *eclipsadas*, memórias mais personalizadas, pela experiência e pelo *habitus*, de camponeses e camponesas, transmitidas com base na oralidade. Na perspectiva historiográfica, a distinção entre culturas letradas e iletradas foi tomada no intuito de relacionar *memória coletiva* a povos sem escrita. Para Le Goff,

“Na maior parte das culturas sem escrita, e em numerosos setores da nossa, acumulação de elementos da memória faz parte da vida cotidiana.. No entanto (...), a cultura do homem sem escrita

difere da dos homens com escrita sem, no entanto, ser absolutamente diversa. O primeiro domínio da memória coletiva dos povos sem escrita é o que dá o fundamento aparentemente histórico à existência das etnias ou das famílias: os mitos de origem³⁴. Fixa-se assim, o passado mítico: tempo mítico onde os inícios parecem tanto mais exaltados quanto menos se inscrevem na recordação” (Le Goff (1990: 427).

Historicamente, portanto, nas sociedades de tradição escrita, diferentemente das de tradição oral, a memória assume a forma de inscrição (monumentos, documentos, mapas, etc), registrando o triplo problema do tempo, do espaço e do homem e estabelecendo a fronteira entre memória e história, com a memória coletiva sendo particularmente transformada, pois não se trata simplesmente de um novo saber-fazer técnico, de algum processo mnemotécnico, mas de uma nova aptidão intelectual (Le Goff, 1990),

No cerne desta nova aptidão estariam a lista, a sucessão de palavras, conceitos, gestos, operações a efetuar, numa certa ordem, permitindo descontextualizar e recontextualizar um dado verbal segundo uma *recodificação linguística*. Assim funciona, também, a tradição oral, quando recria e recontextualiza os elementos dos diversos gêneros narrativos (Le Goff, 1990). Mas se há uma diferença importante entre memória escrita e oral é a de que esta tem que ser muito ágil: um poeta, por exemplo, não lê um texto guardado na memória: cria-o à medida que avança. O poeta, antes de improvisar um poema épico (como a *Iliada*, narrativa da queda de Tróia), tem não só que conhecer a história, mas também juntar tudo, ou seja, encaixar pequenas peças (frases de reserva e versos de preenchimento) em unidades maiores (motivos, situações, imagens acústicas e visuais), resultando uma história estruturada e ordenada (Fentress e Wickham, 1994).

O tema da tradição oral conduz ao dos chamados *especialistas da memória*. Nas sociedades sem escrita, eles seriam os *homens-memória*, genealogistas, guardiões dos códigos reais, historiadores da corte, tradicionalistas, que funcionariam como uma *memória da sociedade* ou depositários da história objetiva e da ideológica (Le Goff, 1990). Nas sociedades modernas

³⁴ Essa memória coletiva – que se interessa mais particularmente pelos conhecimentos práticos, técnicos, de saber profissional – confundiria história e mito. Torna-se possível, assim, distinguir dois tipos de história, entre alguns povos: a objetiva, série dos fatos que os investigadores descrevem e estabelecem com base em certos critérios *objetivos* universais no que diz respeito às suas relações e sucessão, e a história ideológica, que descreve e ordena esses fatos de acordo com certas tradições estabelecidas (Le Goff, 1990: 428).

seriam eles, por um lado, historiadores e memorialistas no domínio da chamada história objetiva e, por outro, nas populações em que predomina a tradição oral (entre camponeses, por exemplo), os anciãos, cordelistas, repentistas, curandeiros, chefes de famílias idosos, etc.³⁵. Mas a memória transmitida pela aprendizagem nas sociedades sem escrita e mesmo entre populações em que predomina a tradição oral, inseridas nas sociedades modernas, não é uma memória *palavra por palavra* (Le Goff, 1990), observando-se numerosas variantes nas diversas versões do mito, até nos mais estereotipados fragmentos.

Os *homens-memória* não desempenham, portanto, o mesmo papel que os professores, por exemplo. Em torno daqueles, não surge uma aprendizagem automática: a rememoração não se dá *palavra por palavra*. Os procedimentos mnemotécnicos são de outra ordem, com a memória coletiva funcionando mais como uma *reconstrução generativa* do que como uma memorização mecânica. Segundo Le Goff (1990: 430), “o suporte da rememoração não se situa no nível superficial em que opera a memória palavra por palavra, nem ao nível das estruturas profundas que numerosos mitólogos encontram. Parece pelo contrário que o papel importante cabe à dimensão narrativa e a outras estruturas da história cronológica dos acontecimentos (*événementielles*)”.

A questão não se limita, porém, apenas à distinção entre determinados gêneros e estilos narrativos de rememoração e seus *especialistas*. Vai além, alcançando, por exemplo, a distinção entre os *contextos* em que as conversas sobre o passado podem ter um significado especial para determinados grupos (migrantes, camponeses, mulheres, etc.)³⁶. É que, se há memória coletiva

³⁵ Ou seriam os *contadores de causas*, que encontrei entre populações camponesas no norte de Minas Gerais e que se aproximam do que Portelli (1996: 108) chamou de “narradores gabaritados e até alguns especialistas temáticos versados em partes ou episódios específicos (...)”.

³⁶ Feldman-Bianco e Huse ([199-]), por exemplo, trabalharam, com duas gerações, a diferença entre memória dos imigrantes e dos descendentes, colocando a distinção entre memória e tradição e a questão da identidade que se reinventa e se interpreta a cada geração, como reinterpretação e reinvenção das experiências num contexto de mudanças dramáticas nas condições de vida. A memória é focalizada no contexto de trajetórias específicas de vida e trabalho, resultando daí a noção de memória em comum/memória coletiva como algo que emerge do entrecruzamento das múltiplas memórias dos migrantes investigados, trazendo à tona mais do que uma romantização do passado ou uma mera operação fragmentada do relembrar. Aliás, sobre rememoração, gêneros narrativos e grupos específicos ver, também, Fentress e Wickham (1994).

porque há significado para o grupo que recorda, a maneira como esse significado se articula não é simples e esta complexidade não pode ser ignorada.

Se é importante conhecer o contexto narrativo como orientação para a estruturação e, portanto, para a fixação das formas de memória – como, por exemplo, as diferenças de contextos narrativos entre narrativas mestras, predominantemente inscritas, e narrativas eclipsadas, predominantemente orais, dos cerrados –, também é imprescindível saber que coisas são prioritariamente recordadas e por quê. Isto significa compreender que os acontecimentos podem ser mais facilmente recordados se couberem nas formas de narrativas que determinado grupo tem a seu dispor. No caso em questão e, num certo nível de abstração, teríamos, de um lado, *inscrição* e, de outro, *oralidade*. Daí que a atenção deve voltar-se para o elemento-chave: a subjetividade essencial da memória – porquanto aponta para identidades –, verdadeira quer em termos individuais, quer coletivos. No coletivo, é nas memórias partilhadas, no próprio processo de partilha (Fentress e Wickham, 1994), que a produção de narrativas faladas ou escritas sobre o passado tomará forma dentro do quadro de significado que lhe é dado pelo grupo em cujo seio são contadas.

Mas se as recordações têm a sua *gramática específica*, podendo e devendo ser analisadas como narrativas, apresentam também *funções* como indicadores – concordantes ou contraditórios – da identidade social. Os dois processos são distintos e requerem análises específicas antes de serem combinados (Fentress e Wickham, 1994). Como função, um dos desafios é o de entender por que determinada versão parece a mais adequada para determinado grupo que a recorda – por exemplo, cerrados como *terra voluntária* para camponeses ou como *vazio* para os ideólogos desenvolvimentistas –, já que por trás desse sentido de adequação pode haver fatores sociológicos, culturais, ideológicos ou históricos, relevando assim a tarefa de explicar como e por qual razão certas tradições servem para as memórias de certos grupos. Isto expõe a própria natureza social da memória como um *campo de disputas* sobre versões do passado, avaliações do presente e prospecções.

A questão da memória como fonte de conhecimento do social e como campo de disputa pode ser melhor considerada se o mesmo problema for posto em relação a outro tema, como, por exemplo, o da ideologia. Em *A Ideologia Alemã*, Marx (1986) deu uma conhecida resposta à indagação sobre se haveria uma religião, um direito, uma moral que fossem *verdadeiros*. Para ele, esses campos de idéias não são fontes de conhecimento e, sim, de ocultamento da verdade em favor da desigualdade e da dominação de classes:

“As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força ‘material’ dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força ‘espiritual’ dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual (...). Os indivíduos que constituem a classe dominante (...), na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época” (Marx e Engels, 1986: 72).

Aplicando-se o mesmo raciocínio à tradição escrita e oral sobre o passado (componente essencial das religiões, do direito e dos Estados), ou seja, à história e à memória, chegar-se-ia à conclusão de que essas tradições são, também, ideologias, no sentido marxista clássico. Embora em parte seja assim – não se pode negar a função ideológica da história, por exemplo, como narrativa mestra –, é necessário lembrar, porém, um contraste entre a teoria clássica de ideologia e uma teoria pós-clássica, em que a questão já não é posta numa ideologia única, mas numa arena em que se digladiam, em fronteiras nem sempre precisas, usos do discurso dominante e mesmo discursos distintos (Gramsci, 1978, 1978a, Ginzburg, 1987, Bakhtin/Volochinov, 1995, Bakhtin, 1996, Foucault, 1996). Assim, a referência à ideologia remete também ao sentido, dado por Mannheim (1976), de *universo ideacional*, ou seja, quadros coletivos de pensamento, pontos de vista dos grupos, universos discursivos, etc.

SECÃO CIRCULANTE

A análise da memória, tida como do domínio da cultura é, como tal, irredutível ao recorte classista dado pela interpretação marxiana que, no entanto, deve ser evocada para se pensar a memória social como um campo de disputas, porquanto a posição, nesse campo de discursos e práticas sociais assimétricos, que se referem ao domínio da hegemonia (Gramsci, 1978), remete também, até certo ponto, à noção marxista clássica de ideologia. Nesse sentido, as narrativas mestras, ao se constituírem em busca da hegemonia, realizam um trabalho de memória dominante por pretender-se como o *discurso por excelência*, uma versão consagrada e linear dos acontecimentos, na qual as contradições da realidade social não possam penetrar (até porque, desse ponto de vista, é como se elas não existissem). Uma dessas contradições seriam outras possibilidades de rememoração sem a mesma visibilidade social.

Mas a cultura, como lugar de tradições e de memória coletiva, não é verdadeira nem falsa, não acompanhando, necessariamente, a desigualdade e a dominação de classe. Ademais, o domínio da cultura não corresponde ao do conhecimento científico, cujo critério é o da busca da *verdade*. Tampouco pode ser reduzido, como ocorre com as ideologias, na teoria marxista clássica, a um campo que tem como critério apenas ocultar a verdade em benefício de interesses. A importância da cultura – e, especificamente, da memória – encontra-se em outro plano, uma vez que aponta para a constituição de identidades (construção de sujeitos), para a validade pragmática (funcionamento na vida), para a indução (previsibilidade como guia da ação) e para a cognição (significação e explicação).

Não se trata de reduzir a memória a discurso, a ideologia ou a cultura. Deve-se, porém, ter em mente que a relação entre memória e conhecimento é uma questão proposta e discutida em contextos teóricos dominados pelos conceitos de ideologia, cultura e discurso, inclusive no sentido de que discursos e práticas sociais, politicamente assimétricos, tornam-se o fulcro do processo de construção social da memória. Esta construção social, aliás, envolve realidade e significações imaginárias do real, com a memória social podendo ser vista como objetos de disputas, não se reduzindo, no entanto, a blocos monolíticos opostos. Como observou Portelli (1996), acerca da *memória dividida*, qualquer memória coletiva, se pesquisada *por dentro*, poderá evidenciar fissuras e contradições internas.

A memória social, tomada tanto no sentido de fonte alternativa de resistências vernaculares ao poder estabelecido, quanto no de manipulação ideológica hegemônica por parte de estruturas do poder cultural e político (Thomson, Frisch e Hamilton, 1996), revela-se, portanto, segundo Neves (1994: 112), como “(...) objeto de permanente disputa, cujo resultado se constituirá num fator importante a definir a conformação cultural da sociedade, sua estruturação econômica e seus objetivos políticos [porque] para orientar suas ações os sujeitos precisam construir nexos no tempo e no espaço, pontos de referência para a criação do futuro”.

Par Connerton (1993: 3), isto significa que “no que diz respeito (...) à memória social, (...) as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente, [já que] é uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes em qualquer ordem social. Se as memórias que têm do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões”. Destacam-se, assim, 1/ a memória como legitimadora, geralmente, de uma ordem social presente, o que lembra a importância da memória social para a reflexão de questões ligadas ao exercício do poder e à construção da hegemonia³⁷; 2/ as divergências sobre o passado como impedidoras do compartilhamento de experiências ou opiniões.

A memória social descortina-se, pois, como um *campo* (Bourdieu, 1983, 1987) em que se digladiam memórias coletivas diversas³⁸. Isto lembra a concepção de Halbwachs (1990), de que memória social implica *acordos* sobre o passado, mediados pela linguagem, o que, por suas vez, aponta para a *função social do passado*. Esta função é referida por Eric Hobsbawn, sendo o passado entendido como o período anterior aos acontecimentos dos quais um indivíduo se lembra diretamente e que, na maior parte das sociedades, serve de modelo ao próprio presente, embora com mudanças e inovações. O liame vivo das gerações permite a transferência do legado dos costumes e das tradições de toda espécie, com a distinção passado/presente se

³⁷ Na direção seguida, por exemplo, por Thomson, Frisch e Hamilton (1996) quando abordam os dilemas éticos e políticos na prática da história oral na pesquisa da memória, tomando-a como capaz de contribuir para divulgar as experiências vividas por indivíduos e grupos excluídos ou marginalizados em narrativas históricas anteriores.

³⁸ A concepção de *campo*, de Pierre Bourdieu, trazida para a análise da memória como espaço de disputa, contribui para a análise da memória social como *movimentos* e estratégias de dominação e de resistência à dominação.

constituindo elemento essencial da concepção do tempo e uma operação fundamental da consciência e da ciência históricas³⁹ (Le Goff, 1990).

O estudo da memória social é um dos meios de abordar problemas do tempo e da história relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento (Le Goff, 1990). Nesse sentido, aponta diretamente para o tema da *função social do passado* (Hobsbawn e Ranger, 1984), considerando, inclusive, alguns elementos relativos à memória individual, postos pela psicanálise e pela psicologia, a respeito da recordação ou do esquecimento, do interesse, da afetividade, do desejo, da inibição, da censura. Como observa Le Goff,

“(…) Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”⁴⁰ (Le Goff, 1990: 26).

³⁹ Não se pode limitar o presente a um instante ou a um ponto: a definição de sua estrutura, consciente ou não, é um dos problemas importantes da operação histórica, haja vista a questão da definição do período contemporâneo nos programas escolares de história, quando se deparam operações conscientes ou inconscientes que a definição do corte passado/presente supõe, no nível coletivo, e com os cortes ideológicos desse tipo na maior parte dos povos ou nações. Na Itália, por exemplo, reconhecem-se dois pontos de partida do presente, o Renascimento e a Queda do Fascismo e, na França, a Revolução Francesa. Já os EUA exemplificam um complexo caso de exaltação de acontecimentos relativamente recentes, como a Guerra de Independência, a Guerra de Secessão, etc., combinando-se com as frustrações de um passado remoto (as diferentes contribuições de populações pré-americanas, os diversos componentes étnicos, etc.). Por sua vez, tais eventos, datados, têm a sua própria complexidade (Le Goff, 1990). A respeito da relação passado/presente tomada em outras perspectivas – psicologia, lingüística, antropologia estrutural, da Antiguidade grega até o século XIX e no século XX, ver Le Goff (1990) e, ainda, a crítica de Connerton (1993) à *invenção das tradições*, de Hobsbawn e Ranger (1984), segundo a qual a tentativa de estabelecer algum *início* toma sempre como referência um padrão de memórias sociais.

⁴⁰ Sobre as *estruturas organizadas de esquecimento*, na historiografia oficial, ver Thomsom, Frisch e Hamilton (1996), e sobre a relação entre *escrita oficial* versus *memória reprimida*, ver Rouso (1996). A propósito, Connerton (1993: 75) lembra que De Man, em *História literária e modernidade literária*, evidencia um tipo particular de esquecimento, como parte da experiência da modernidade, que consistiria “(…) num desejo de apagar tudo que veio antes, na esperança de atingir finalmente um ponto a que se chamaria presente verdadeiro, um ponto de origem que marcaria um novo começo. Esta combinação entre esquecimento deliberado e uma ação que é também um novo começo capta o essencial da idéia de modernidade”. Distinguem-se duas fases nessa estratégia de rejeição do passado: 1/ a forma tomada de uma *retórica do esquecimento*, no *Avant-Gard*, quando aí se dirigia, principalmente, contra os armazéns da memória coletiva (museus, bibliotecas e academias); 2/ na pós-modernidade, com o passado visto como uma vasta coleção de imagens, com seus sentidos potencialmente abertos ao jogo da alusão casual e humorística, como *retórica do pastiche*. Mas se a celebração da recorrência não é monopólio das sociedades tradicionais, e sim um mecanismo de compensação na modernidade, nas condições da modernidade, em que se nega a idéia de vida como uma recorrência celebrada, o que se tem, na verdade, é uma *retórica da reencenação*, caracterizada por calendarização, repetição verbal e repetição gestual (Connerton, 1993).

A manipulação do passado pelas classes dominantes faz surgir a necessidade de libertá-lo, a fim de o colocar a serviço das lutas sociais. Esta assertiva converge para a concepção de Thomsom, Frisch e Hamilton (1996: 87), segundo a qual “(...) definir grupos, nações ou regiões exige um duplo processo de inclusão e exclusão e recordar o passado é um mecanismo central nesse processo”. Nesse sentido, nas situações em que há assimetrias de poder social, econômico ou político, podem-se identificar, no campo da memória social, de acordo com Neves (1994), uma *memória dominante* e uma *memória dominada*, através das quais é possível examinar o trabalho permanente de reconstrução histórica dos significados sociais que permitem captar o movimento, a transformação e a recriação incessante do social. Não se trata, entretanto, de uma mera correspondência a um conflito entre uma memória comunitária, pura e espontânea, e outra, oficial e ideológica, de modo que, desmontando-se esta, se possa implicitamente assumir a autenticidade não mediada da primeira. De fato, lida-se, empiricamente, com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente *divididas* (Portelli, 1996), todas sendo, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas⁴¹.

Deve-se compreender, então, a formulação de Neves (1994: 16), segundo a qual

“(...) a memória [social] não deve ser confundida com tradição nem com um conjunto definido e acabado. É, pelo contrário, resultado e objeto de disputas na sociedade, cujos destinos ajuda a definir⁴². Deste modo, lutar pelo passado é uma das formas mais eficientes de controlar o presente e preparar o futuro⁴³ (...). Perceber a instituição da memória como um produto social não acabado, aberto, só é possível a partir do ponto de vista socialmente determinado, que consiga superar os esquematismos contidos nas noções de manipulação e doutrinação, sem perder de vista a dimensão de luta que marca esta instituição (...). É sobre os rastros dessa luta que os véus da memória

⁴¹ As memórias coletivas são uma “formalização (...) legítima e significativa-mediada por ideologias, linguagem, senso comum e instituições” (Portelli, 1996: 127). De fato, empiricamente, uma determinada memória comunitária não é um todo sólido: há memórias inexprimíveis, sonegadas até mesmo do círculo familiar, convivendo com aquelas consideradas igualmente autênticas e expostas publicamente. A memória comunitária é dividida, ainda, socialmente (novos habitantes, por exemplo), e por gerações. Aliás, sobre geração, como uma *engrenagem do tempo* problematizada por historiadores, ver Sirinelli (1996).

⁴² Analisando um grupo camponês em circunstâncias de luta pela permanência na terra, Godoi (1993: 186) observou que “a memória (...) não é um patrimônio definitivamente construído; ela é viva precisamente porque nunca está acabada. Verificamos [no caso em estudo] que ela é ativada num contexto de pressão sobre o território do grupo, atuando como criadora de solidariedade, produtora de identidade e portadora do imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão e delimitando fronteiras sociais do grupo”.

dominante se estendem apagando-os. Se assim não fosse, permanecendo sob o signo da fratura social, como poderia ser dominante? (...). Não se trata de inverter os termos nem de opor uma memória dominante a uma memória dominada. Esta é uma outra dicotomia que precisamos superar. O ponto de vista dos vencidos é aquele que evidencia o caráter de luta e de construção das instituições sociais(...)'’.

A memória social supõe, portanto, um processo de construção de hegemonia (Gramsci, 1978a), entendendo-se que hegemonia implica domínio e consenso. Este talvez seja o projeto, no campo, do movimento da memória que poderíamos chamar de *dominante*. Contudo, a própria presença dos subalternos no campo da memória questiona a dominação. Sem dúvida, algumas imagens são hegemônicas e outras, não. No caso dos cerrados, a idéia de progresso, tal como aparece nas narrativas mestras, tem pretensões hegemônicas que, no entanto, são questionadas, em seus fundamentos, quando os camponeses problematizam, por exemplo, o acesso à terra, pondo sob crítica a territorialização do capital, na região.

A memória social dos cerrados, em sua dimensão de narrativa mestra, conduz à análise de Neves (1994) da memória regional (nordestina):

“(...) a) a importância do conceito de significação imaginária social (...); b) a concepção de que há uma significação imaginária central para o capitalismo – a noção de que o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas é a razão e o objetivo do social – que orienta uma geopolítica, tanto ao nível inter-regional quanto inter-nacional, que classifica as regiões em função de sua capacidade de direcionar atividades econômicas, principalmente, mas também políticas e culturais, com vistas a realizar este desígnio fundamental. Assim, categorias cruciais como trabalho, tempo e natureza servem de referenciais a delimitar real e simbolicamente a região” (Neves, 1994: 16-17)

De fato, o próprio modo de pensar a natureza, o espaço, e o tempo é socialmente instituído. A rigor, não há, para o homem, um mundo totalmente natural, um espaço ou um tempo objetivos em si mesmos, capazes de serem examinados e observados como uma objetividade plena a nós imposta, e capazes, ainda, de determinarem ou condicionarem as formas de organização e da instituição da sociedade. Desse modo, o que chamamos de espaço e tempo não é uma coisa nem

⁴³ Ver, por exemplo, em Portelli (1996), a questão do *elemento de controle social* na forma de narrar os acontecimentos.

uma idéia. É, antes, uma relação entre os diversos significados socialmente conferidos ao mundo natural, no cerne mesmo do processo de instituição da sociedade.

Por isso, onde a memória dominante vê a natureza objetivada, deve-se vislumbrar um ambiente cultural em movimento, numa transformação em cuja base encontram-se os conflitos sociais que o constituem. No entanto, a memória dominante produz, hegemonicamente, a/ um *campo neutro* – resultado do trabalho de neutralização das dissonâncias – sobre a memória social em que os conflitos constitutivos do social não possam penetrar; b/ um *conhecimento objetivo* e inquestionável, de natureza sistemática e científica, além de socialmente forte, devido à sua inscrição institucional (Neves, 1994).

Empiricamente, esse processo de institucionalização pôde, por exemplo, ser observado, durante a pesquisa, em momentos de discussões de alternativas para a região, em categorias imagético-discursivas que foram sendo construídas e legitimadas socialmente, quando o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), em parceria com o Governo Federal, instituiu um *Pólo de Desenvolvimento* (capítulo III). Uma dessas categorias é o próprio termo *cerrado* – apropriada da biologia pelo discurso da modernização da agricultura –, que se vai incorporando ao vocabulário local para se referir à *região* ou, mais recentemente, ao *pólo*, mais duas das categorias produzidas, nesse processo.

É que *cerrados*, *região dos cerrados* e *pólo* são categorias que traduzem uma racionalização do espaço: as primeiras, do espaço natural; a segunda, do econômico⁴⁴. Ambas supõem a noção de tempo instituída pelo produtivismo capitalista, que é a de um fluxo homogêneo, totalmente aritmetizado, portanto *infinito*, igual ao tempo do progresso, do crescimento ilimitado, da acumulação, da racionalização, da conquista da natureza, da aproximação cada vez maior com um saber exato total, da realização de uma fantasia de onipotência. Isto se concretiza, no caso, com a transformação dos cerrados em fronteira agrícola, em espaço potencial para o capital, mediante o concurso da tecnologia.

⁴⁴ Estas questões serão retomadas no capítulo II, na abordagem da instituição de cerrados como região, e no capítulo III, no enfoque dos novos processos de territorialização no Nordeste.

No entanto, como salientou Martins (1996), a própria situação de fronteira traz à tona a questão dos múltiplos tempos sociais, muitas vezes esmaecidos pelo tempo linear subjacente à idéia de progresso, implícita nas narrativas mestras. E, como já observado por Halbwachs (1990), o estudo da memória coletiva revela a existência dos múltiplos tempos sociais, obscurecidos pelo tempo linear da memória histórica.

Ora, para se compreender a memória social como objeto de disputas, torna-se necessário delimitar não apenas o campo de ação dos grupos dominantes, mas também o dos subalternos, o que torna visível, como observado por Godoi (1993: 191), a forma pela qual “(...) as novas dimensões da história irreversível que trazem transformações culturais externamente induzidas [a exemplo da intervenção sem roteiro, nos grandes espaços, como os cerrados] podem ser internamente orquestradas” e, nesse processo, convencionalizadas. Fazer emergir o alvo de operação do enquadramento da memória dominante torna-se, então, possível porque “este campo não se mostra inteiramente dominado pelos valores dominantes, como pretenderia o processo hegemônico em curso, mas é, como em tudo na sociedade, campo de conflitos e possibilidades. A memória (...) dominante, assim, somente ganha visibilidade a partir deste outro campo de ação e o seu caráter indeterminado se mostra inteligível” (Neves, 1994: 19).

A necessidade permanente de enquadramento evidencia que é no presente que a memória se institui e ganha sentido concreto, ao recriar e reelaborar referenciais de tempo e de espaço, sendo o passado reinterpretado, incessantemente, em função dos combates no presente e dos futuros. As lutas sociais, portanto, não são, em si mesmas, obstáculos à construção da memória social que, de fato, se institui através de uma luta com registros diferenciados. Assim,

“de um lado ela é objeto de apropriação e de manipulação por parte dos grupos e das classes que se propõem a dirigir a sociedade (...); de outro lado, a freqüente ‘irrupção de sentimentos acumulados no tempo e de uma memória de dominação e de sofrimento que jamais puderam se exprimir publicamente’ revela que ‘os esquecimentos e os silêncios’ estão longe de estar abandonados ou perdidos para sempre na vertigem do tempo. Pelo contrário, as interdições da memória, o seu ‘trabalho de enquadramento’, ao fabricar limites para se pensar o espaço e o tempo, produz igualmente uma fronteira entre o ‘dito’ e o ‘não-dito’, estabelecendo critérios para o que é ‘dizível’ e o que é ‘indizível’ (...). [Além disto], se o trabalho da memória não é apenas de rememoração, no sentido da simples repetição de conteúdos fixos, está sempre aberta a possibilidade para um

questionamento (...). No entanto, é contra isto que o trabalho da memória [dominante] se faz mais incisivo, condenando agentes e momentos ao esquecimento, ao campo do indizível. [A memória social, portanto] re-inventa continuamente a história a partir do conflito entre 'propostas' (mesmo que mal ou implicitamente formuladas) que os sujeitos históricos apresentam na cena social através de sua ação (...) [e] pode ser definida como fruto da ação de todos (...) mesmo os que se viram derrotados e até suprimidos do discurso que compõe e recompõe a memorização" (Neves, 1994: 11-113).

A memorização, como processo de produção de significados sociais revela-se, assim, como um espaço de construção de hegemonia, não se confundido com dominação pura e simples, embora esta faça parte do processo. Se esta dominação constitui-se no campo de um imaginário fortemente vinculado ao *produtivismo*, opõe-se-lhe, por parte dos dominados, uma *economia moral* (Thompson, 1984, Scott, 1976), como veremos nos capítulos V e VI. Esse movimento contínuo de re-significação do social constitui, afinal, o campo da memória como forças sociais em disputa: uma hegemônica, racionalizada, científica, socialmente legitimada como condutora da ação política e outra, não-hegemônica, que se coloca como resistência, não em termos de resposta, mas de ações, num determinado contexto cultural que lhes confere significado.

A esta altura do estudo e com a atenção voltada para refletir a relação entre as narrativas mestras e as narrativas socialmente eclipsadas, no universo dos cerrados, ganha sentido a questão posta por Fentress e Wickham (1994) sobre a razão de diferentes grupos sociais recordarem *isto* em vez de *aquilo*. É que a reflexão sobre a memória social dos cerrados leva a pensar as várias *invenções* desse espaço, não apenas numa perspectiva evolucionista de atrasado/moderno – tal qual aparece nas narrativas mestras – mas também pelo prisma do *lugar da experiência*, vivida e construída pelos seus habitantes, com seu modo de vida e suas invenções culturais.

Assim, na análise da memória social dos cerrados interessa menos o rigor empírico das memórias dos grupos e mais a sua função rememorativa, o que não significa ignorar, na pesquisa, as possibilidades de cotejamento de dados e informações, à medida que sejam necessários aos objetivos da investigação. Sociologicamente, no entanto, interessam a *estruturação* ou a gramática interna e a *função* ou que coisas são lembradas e por quê, evidenciando o papel que a rememoração desempenha como processo de legitimação de um

passado que visa ao presente e ao futuro (que, por sua vez, recriam o passado) dos grupos e instituições envolvidos.

Importa, pois, observar e compreender a relevância dada pelos grupos e instituições aos acontecimentos passados e presentes, assim como suas implicações para o futuro e em função de que o fazem, trazendo à tona as diferentes concepções de tempo e de legitimidade, com as quais deparamos quando apreendemos diferenças significativas de temporalidades e axiologias. É o que, por exemplo, costuma ocorrer em processos de conquista e ocupação de territórios, delineando, assim, a natureza social da memória e o significado desta para grupos sociais específicos, seja os selecionados por esta investigação, seja os muitos outros não-contemplados aqui. Nos próximos capítulos, as idéias até agora alinhavadas serão cotejadas, o mais possível, com evidências empíricas.

CAPÍTULO II

CERRADOS NO BRASIL:

DE *ESPAÇO VAZIO* A *ESPAÇO AGRÍCOLA MODERNO*

A análise das narrativas mestras dos cerrados, no Brasil, é um momento lógico numa seqüência que visa chegar ao estudo de outras narrativas, eclipsadas, que expressam a relação de percepção e apropriação do ambiente cerrados por populações camponesas tradicionais. Aparece, portanto, como um cenário social mais amplo no qual se desenrola a história desses camponeses. O processo de *construção social* dos cerrados pode ser visto, do ponto de vista das narrativas hegemônicas, como a construção da relação entre passado e presente nos termos da passagem de um *espaço vazio* a um espaço preenchido pela agricultura: um *celeiro* do mundo.

A relação entre a imagem do *espaço vazio* e a fronteira agrícola, na memória dominante, remete aos agenciamentos do Estado sobre o próprio espaço – a uma geoeconomia em que o *espaço vazio* é um território no qual atuam o capital e a tecnologia, com apoio do Estado, que aparece como promotor da modernização¹.

Neste capítulo, partindo do pressuposto de que, apesar da aparência de realidade objetiva ligada à idéia de *cerrados*, estes têm uma realidade ideológica, coloco-me como desafio decifrar as dimensões dessa realidade ideológica: a dimensão geoeconômica de *espaço vazio* e de *celeiro do mundo*, a dimensão produtivista associada às noções de *improdutividade* e *produtividade*, e a dimensão política associada a noções de abandono e de controle sobre

¹ O tema território será tratado, mais detidamente, no capítulo III.

territórios. Para esse fim, será abordado o processo de construção real e simbólica do que se convencionou chamar, do final de 1970 para cá, de *região de cerrados*².

2.1- PROLEGÔMENOS A UMA NARRATIVA. DE SERTÃO A CERRADOS: VEREDAS DE UMA INVENÇÃO

A pesquisa agronômica, baseada em grande medida na botânica, vem cada vez mais delineando cientificamente os cerrados como região fitogeográfica e edafoclimática, ou seja, como territórios caracterizados por tipos de vegetação, e por solos e climas específicos, com vistas à identificação de suas aptidões agrícolas, justificando, dessa maneira, sua *vocação* para fronteira agrícola³.

Mas, pensando que as regiões de cerrados abrangem uma enorme área do interior do Brasil, não é possível tratar da imagem científica de cerrados assim construída – e associada à linguagem da modernização agrícola – sem menção às imagens do sertão que se encontram em obras de história e ensaios de viajantes e naturalistas e na literatura e sociografia acerca do tema da construção da nacionalidade brasileira que, de alguma forma versava sobre o sertão, na primeira metade do século XX.

Em *Os sertões*, obra do início do século, Euclides da Cunha retratou muito desse imaginário do sertão, da natureza e dos seus habitantes:

“Estiram-se então planuras vastas, galgando-as pelos taludes, que as soerguem, dando-lhes a aparência exata de taboleiros suspensos, topam-se a centenas de metros, extensas áreas ampliando-se, boleadas pelos quadrantes, numa prolongação indefinida de mares. É a paragem

² Sobre o processo de incorporação dos cerrados no Brasil, ver Bertrand, Théry e Waniez (1990), Waniez (1992), Alho e Martins (1995), Pires (1996) e Moraes (1997).

³ São oito, as regiões fitogeográficas do Brasil: florestas tropicais, pinhais, cerrados, campinas, caatingas, babaquais, vegetação litorânea e complexo pantanal. Os cerrados são campos arborizados (árvores esparsas) que se assemelham às savanas tropicais, sendo o tipo predominante do planalto, com a vegetação mais comum em Mato Grosso, Goiás e grande parte de Minas Gerais e com ocorrências consideráveis nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e São Paulo. Aparecem em regiões de clima semi-úmido tropical, caracterizado por uma estação chuvosa (verão) e outra seca (inverno). Refletindo a forte influência do período de estiagem, as árvores da parte desse bioma que corresponde às chapadas apresentam um aspecto acentuado de xerofilismo (porte atrofiado, conjunto retorcido, folhas grossas, etc.) (Santos, 1943).

formosíssima dos campos gerais, expandida em chapadões ondulantes, grandes tablados onde campeia a sociedade rude dos vaqueiros... Atravessêmo-la” (Cunha, 1968: 9).

Confirmando a hipótese de que o sertão do final do século XIX e do início do século XX não era um *vazio*, Euclides da Cunha apresenta os *campos gerais* como o lugar da *sociedade rude dos vaqueiros* – ao mesmo tempo *deserto de polidez* (em comparação com o litoral), e *berço de uma nacionalidade étnica*. O convite para atravessar aquela sociedade pode ser visto como signo de uma importante invenção: o que se inventava ali, e o próprio autor é uma das personagens dessa fabulação, era a modernidade política brasileira, traduzida pelo projeto republicano, no qual o *sertão* não tinha mais lugar. Quase um século depois, concretizar-se-ia a gradativa perda de espaço desse sertão reelaborado pela modernidade, reaparecendo, em parte, como a fronteira agrícola por excelência: os cerrados.

Com base no conhecimento geológico do final do século XIX, Euclides da Cunha, ao incursionar pelo interior do país, rumo a Canudos, descreveu os *chapadões* e *taboleiros* do interior do Brasil Central. Ao fazê-lo, contribuiu com informações detalhadas da diversidade de uma realidade, até então, indiferenciada pela denominação geral de *sertão* por oposição a litoral, embora sua análise fosse, ela própria, encompassada por esta oposição e por uma visão de sertão como território da aridez – a ilustração da baixa umidade do ar pelo estado de conservação de um cavalo morto é um bom exemplo disto⁴.

Entre as obras históricas ou ensaísticas sobre as *entradas* desde o século XVI, até as *bandeiras*, no século XVIII, cabe destacar Capistrano de Abreu (1982), que nos *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, traça o primeiro retrato da época do couro e, assim, de uma *cultura sertaneja*. Como observou José Honório Rodrigues a respeito da segunda dessas duas obras:

⁴ Carlota Carvalho, na década de 20, refutou a visão euclidiana da aridez, redutora, segundo ela, da idéia de sertão: “esta mínima porção do território brasileiro ‘triste, desolada, calcinada pelo sol, natureza morta’ e a nesga do Nordeste ‘escassa de água e flagellada pela seca’ não representam o caracter geral do immenso território do Brasil, abundante de perennes mananciaes, regado por grandes rios e ornado por extensas florestas (...). de typo dos sertões barsileiros não pode servir o adusto daquelle diminuto trato de terreno. Significando generalidade, o plural sertões é inapropriado” (Carvalho, 1924: 65). Com isto, a autora, em sua obra, *O sertão*, pretende demonstrar que há outros sertões, Brasil afora, descrevendo aspectos fisiográficos e a

“Em sua tese de concurso aparecem algumas das proposições básicas que defenderá ao correr de sua vida de estudioso, tais como o contraste entre o sertão e o litoral, e a excessiva significação que se deu a este em relação àquele, e conseqüentemente o ideal de uma história sertaneja, que Euclides da Cunha captou na hora mesma em que nascia uma de suas mais vigorosas rebeldias...” (Rodrigues, 1982: xviii-xix).

Em *Capítulos de História Colonial*, Capistrano de Abreu trata do *sertão*, focalizando o tema das bandeiras paulistas, destacando o seu papel na Bahia e ao norte do São Francisco, onde muitos bandeirantes ficaram na qualidade de fazendeiros, passando assim de *despovoadores* a conquistadores. Capistrano de Abreu (1982) destaca o papel da pecuária na ocupação do sertão, tratando, em particular, das fazendas estabelecidas ao longo do rio São Francisco e dos caminhos que levavam dali ao Ceará e ao Maranhão, cunhando a expressão *época do couro*:

“de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, apeia para prende-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se o tabaco para o nariz” (Capistrano de Abreu, 1982: 133).

O *sertão* de Capistrano de Abreu, como o de Euclides da Cunha, se tinha alguma vocação econômica, esta era a pecuária, e não a agricultura (cf. também Ribeiro, 1998).

Já Cassiano Ricardo, em seu ensaio filobandeirante sobre o sertão na economia da bandeira, observou: “quando entra no mato a primeira bandeira, termina a história de Portugal e começa a do Brasil” (Ricardo, 1959: 249). Assim, com o verbo *sertanejar* conjugado pelos mamelucos do planalto paulista em sua incansável *marcha para o oeste*, iniciava-se a construção de uma nacionalidade, pela integração da *pátria geográfica* (Vidal e Souza, 1997).

história da ocupação e povoamento da região que compreende o sul do Maranhão, limítrofe com o sudoeste piauiense, que corresponde, hoje, às regiões de cerrados, desses estados, transformadas em fronteira agrícola.

Cassiano Ricardo afirmara, então, que o sertão, à revelia da política colonial lusa, era a fronteira que povoara o imaginário dos homens dos primeiros séculos: um *novo Potosi*, lugar que *fornecia recursos* ao invasor: nativos (identificados como índios e índias); fauna (alimentos, peles) e flora (alimentos, remédios, madeiras para canoas e garimpo. etc.) e, sobretudo, ouro e, mais tarde, terra⁵. Em Ricardo (1959) há duas imagens fortes no imaginário sobre sertões: a da fronteira em movimento e a de sertanistas (aos poucos, sertanejos) como homens rudes e forte, enfrentando um sertão perigoso⁶.

Na memória sociográfica e literária, o grupo semântico seco/rude/perigoso faz parte do ideário sobre a vida no sertão e sobre seus habitantes, como observado por Proença:

“sertão ainda [é] igual ao dos relatórios dos tempos coloniais que falavam de homens absolutos, sem Deus nem rei. Mundo de homens solitários, cruzando os cerrados e gerais, sem nome, sem história. Mundo semeado de terrores para o próprio natural do lugar que, talvez para sugestionar-se com a negação, talvez para fugir à pecha de primitivismo, informa: não: aqui não é o sertão” (Proença, 1958: 43):

Proença (1958) lembra a observação de Saint-Hilaire, sobre moradores que “(...) tinham a vaidade de julgar que esta zona não pertencia ao sertão: o deserto, diziam, só começa além de certas montanhas que se encontram entre esta região e o São Francisco” (Saint-Hilaire, 1937: 275-276). João Guimarães Rosa, por sua vez, dialogou com Saint-Hilaire, nesse imaginário, por uma das falas de Riobaldo: “O senhor tolere, isto é o sertão. Mas querem que seja não: que situado sertão é por os campos gerais a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucúia” (Guimarães Rosa, 1956: 9).

⁵ A idéia de *fornecimento de recursos*, em relação aos cerrados, encontra-se, por um lado, na prática dos camponeses, através do extrativismo na chapada e, por outro, na dos *projeteiros* e *gaúchos*, através das possibilidades de acesso ampliado à terra para a concretização de grandes projetos agrícolas modernos (ver capítulo IV, V e VI).

⁶ Sobre a força da *Marcha para o Oeste* no imaginário social, ver Borges (1995) quando trata da ocupação dos cerrados, do ponto de vista da produção de grãos, como uma moderna *marcha para o oeste*. (Voltarei ao tema da fronteira agrícola, mais detidamente, no capítulo III).

Assim, João Guimarães Rosa, no final da primeira metade do século XX, apresentava ao leitor o *sertão/veredas* do oeste, norte e nordeste de Minas Gerais e de parte da Bahia⁷. Esse sertão roseano, para além da visão euclidiana da oposição litoral/sertão, tinha traços universais de um sertão que se encontra em toda parte. “Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera (...). Sertão é: dentro da gente” (Guimarães Rosa, 1956: 282, 305). Com Guimarães Rosa emerge, também, um sertão diferenciado internamente, sertão de regiões áridas e de veredas de flora e fauna variadas e abundantes. Sertão onde os limites entre os cerrados e a caatinga eram, eles próprios, partes de uma travessia. O sertão roseano apresentava uma realidade natural complexa e heterogênea, numa época em que também as pesquisas científicas dos anos 40 já desmentiam a total aridez da parte do sertão que, quatro décadas após, dele se desprenderia cada vez mais, como cerrados.

As cadernetas de viagem de João Guimarães Rosa dialogam com duas linhas distintas da cultura brasileira: 1/ com *Os sertões*, de Euclides da Cunha, na definição de uma *época do boi*, fundamental para a compreensão de quem é o sertanejo; e 2/ com os diários dos grandes viajantes do século XIX, como Saint-Hilaire, na compreensão do ambiente natural e das gentes (Folha de São Paulo, 1996)⁸. Mas embora a obra Roseana destoe de outros espelhos do sertão da primeira metade do século XX e aproxime-se mais de Saint-Hilaire e dos

⁷ É comum, ainda hoje, habitantes de regiões dos cerrados se auto-referirem como *sertanejos*. Uma das principais cidades dos cerrados da *Área Mineira da Sudene*, na região norte de Minas Gerais – Montes Claros –, por exemplo, era, nas décadas de 70 e 80, identificada pelo *slogan*: “Montes Claros, coração robusto do sertão”. O jogo político regional aparece aí, na ênfase posta no *ser sertão*, principalmente quando isto definia manejo e destinação de recursos como verbas, incentivos, programas especiais, etc. Mas essa constatação apenas reforça a necessidade de desvendar os nexos de sentido no imaginário social. Como se sabe, o sertão é uma entidade rica tanto no imaginário popular quanto no das elites; entidade capaz de se transformar: “o sertão vai virar mar...”, como já previra Antônio Conselheiro e como, quase um século depois, cantariam muitos brasileiros que pouco ou nada sabem a respeito de Conselheiro e muitos dos quais jamais leram Euclides. É que essa imagem foi retomada por Gláuber Rocha no filme *Deus e o diabo na terra do sol*, tanto na trama, com o personagem Manuel que se embrenha na caatinga e se junta ao bando dos fanáticos seguidores do Santo Sebastião – um profeta negro que afirma que “um dia o mar vai virar sertão e o sertão vai virar mar” –, quanto na canção do filme, do próprio Glauber (letra) e de Sérgio Ricardo (melodia). Mas, essa imagem se difundiria, ainda mais com a canção popular intitulada *Sobradinho*, de Sá e Guarabira que diz: “(...) e passo-a-passo vai cumprindo a profecia do beato que dizia que o sertão ia alagar (...) o sertão vai virar mar (...)”, referindo-se àquela parte do sertão nordestino inundada por barragens.

⁸ Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 30 de junho de 1996, p. 5. Artigo intitulado: “Tese vê relação com viajantes do século 19” (caderno Mais!: “O sertão místico de Rosa”).

viajantes naturalistas do século XIX, há, porém, uma diferença em relação aos viajantes: em vez de simplesmente descrever a natureza, João Guimarães Rosa preocupava-se em anotar como os habitantes dos locais que visitava a descreviam, não se enquadrando, portanto, nem na chamada *literatura sertaneja* (a exemplo de João Cabral de Melo Neto, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos), por fugir à identificação de seca e de aridez do sertão e nem se confundindo com as narrações dominantes de cerrados, porque procurou ver o *sertão* com os olhos do morador e do habitante. Nesse sentido, como observado por Arroyo (1984), a literatura desempenha, também, um importante papel na reconstrução dessa memória, invenção das *gentes do lugar*⁹.

De fato, essa pluralidade de vozes aponta para os vários sentidos associados a *sertão*, alçado, assim a uma categoria simbólica polissêmica. Por *sertão*, pode-se referir a *interior* (distante da costa), a *selvagem* (eticamente povoado por indígenas), a *pastoril e extensivo* (onde não chegou a *civilização* da agricultura), a agricolamente pobre e ambientalmente árido (discurso da seca), a *anárquico* (onde o Estado está ausente e a ordem é privada), a deserto, desabitado (baixa densidade populacional). As duas últimas acepções podem ser encontradas em Guimarães Rosa (1965: 9) “sertão [é] (...) onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde o criminoso vive (...) arredado do arrocho de autoridade”

Ao longo das três primeiras décadas do século XX, o sertão ganha cada vez mais visibilidade através de personagens como Padre Cícero do Juazeiro, Lampião, dos cantadores e da produção intelectual. Dos anos 30 aos anos 60, embora o sertão *rebelde* começasse a ser

⁹ Segundo Ferreira (1999), *sertão* aponta para as regiões agrestes, distantes de povoações ou de terras cultivadas; regiões distantes do litoral; interior pouco povoado do país. A possível etimologia da forma contrata de *desertão*, que expressaria a idéia de *vazio*, é discutida, por exemplo, por Luiz da Câmara Cascudo: “É o interior (...). O nome fixou-se no Nordeste e Norte, muito mais do que no Sul. O interior do Rio Grande do Sul não é sertão, mas poder-se-ia dizer que sertão era o interior de Goiás e de Mato Grosso, na fórmula portuguesa do séc. XVI. A origem ainda se discute e apareceu mesmo a idéia de forma contrata de *desertão*. (...) E continua o debate” (Câmara Cascudo, 1972: 697-698). Para Câmara Cascudo, em consonância com Capistrano de Abreu (1982), e também com Ferreira (1999), *sertão* aponta para os territórios do interior, para terras afastadas da costa – ainda que explicitamente habitadas por indígenas como se acentua nas narrativas de bandeiras, e portanto longe de serem *vazias*. Essa noção de *vazio*, utilizada, mais recentemente, com grande ênfase, pelo discurso desenvolvimentista, para áreas de cerrados, aponta para densidades humanas tidas como baixas em comparação com as populações que poderiam ser abrigadas pela agricultura intensiva e para áreas cuja população autóctone foi eliminada, sendo substituída por uma população dedicada inicialmente à pecuária, atividade tida como poupadora de mão-de-obra. Mas aponta ainda, para a perspectiva produtivista, pela idéia de um *vazio* econômico.

domesticado, aumentava ainda mais a sua imagem de realidade regional distinta e *nacional*, através da música de Luiz Gonzaga, do cinema de Gláuber Rocha da literatura de Ariano Suassuna, das econômicas de Celso Furtado, de instituições como a SUDENE, etc. etc. Segundo Almeida (1982), houve um *lobby* do sertão durante esses anos: o sertão era apresentado como região *carente*, mas rica de valores nacionais, demandando do Estado, recursos materiais (obras contra a seca etc.)¹⁰.

No entanto, João Guimarães Rosa (1956: 285), já anunciara pela boca de Riobaldo: “(...) o senhor veja, o senhor escreva. As grandes coisas antes de acontecerem. Agora, o mundo quer ficar sem sertão” (Guimarães Rosa, 1956: 285). Ou pelo menos, sem uma parte do *sertão*: cerrado (como potencial *celeiro* do mundo) era descoberto e construído, já na década de 50, pelos botânicos, pedólogos e agrônomos, embora esse novo objeto só viesse a se tornar base de ações de Estado desenvolvimentista a partir do final dos anos 70 no Centro-Sul e na década de 80, no Nordeste. É quando se torna hegemônico. Enquanto isso, perduraria o sertão, como região de pobreza e miséria crônica causada ou pela natureza, ou pela desigualdade social, no imaginário social, durante os mesmos anos 50, pelos anos 60 e até meados dos anos 70, quando Francisco de Oliveira publica *Elegia para uma Religião*, e Suassuna publica *Romance da Pedra do Reino*, obras em que o *sertão* já é, claramente, coisa do passado.

Assim como há autores que sugerem que em Guimarães Rosa encontram-se justapostas (no mesmo personagem) personagens *mítico-sacrais* primitivas a personagens *lógico-rationais* e modernas (cf. Dacanal 1988), o imaginário da modernidade brasileira contrasta o atraso sertanejo ao rural moderno. Esse imaginário, trabalho de uma memória coletiva em construção, pode ser visto na base do discurso desenvolvimentista da invenção dos cerrados: como o rural moderno que se opõe ao atraso¹¹.

¹⁰ Os ecos de um sertão-carente-não desapareceram de todo, sendo ainda parte das estratégias que alimentam, por exemplo, o discurso da seca (Neves, 1994) e que geram situações como aquela referida na nota 7 deste capítulo.

¹¹ Dacanal (1988) discute a própria utilização do termo *mítico-sacral* em oposição a *lógico-rationais*, termo este que, por sua vez, é usado para definir características de estruturas conscienciais na ficção real-naturalista européia e derivados. A consciência dual de Riobaldo remete-nos, figurativamente – não correspondendo à oposição entre um raciocínio auto-reflexivo e um outro não-reflexivo – à dualidade observada na tentativa de *re-unir* sertão/cerrados, presente nas narrativas recolhidas entre camponeses que se deparam com um pé nas

Nesse imaginário, o processo de modernização técnica aparece como um *desencantamento* do sertão. Isto é, como o fim da aura da *rocha viva da nacionalidade*, apontada por Euclides da Cunha, ou seja, de *região guardiã* da autêntica cultura nacional, como visto por Ariano Suassuna. Assim, a profecia contida no mito do sertão que viraria mar cumpre-se pela transformação das áreas áridas do vale do São Francisco em áreas irrigadas para viabilizar culturas de exportação.

O *desencantamento do sertão* associa-se assim à *construção científica dos cerrados*. O discurso autodeclaradamente científico que acompanha o desencantamento e se vincula à moderna pesquisa agrônômica acompanha o processo gradativo de diferenciação dos cerrados, à medida que estes se desprendem de imagens do sertão¹². Nesse sentido, processos de subordinação real da natureza ao capital ocorrem juntos com a desconstrução de uma memória – a do sertão e a construção de um novo objeto – os cerrados.

As origens desse discurso localizam-se em relatos de naturalistas do século XIX, viajantes interessados, basicamente, em estudar e descrever a natureza de um mundo tropical. A descrição feita por aqueles viajantes já se concretizava num contexto de métodos da moderna ciência, que permitia passar de uma visão *in toto*, do *Novo Mundo*, típica dos viajantes dos séculos XVI e XVII, à de suas particularidades¹³. Segundo autores recentes, os naturalistas-viajantes já utilizavam métodos mais rigorosos de classificação por afinidades genéricas, e de classificação por diferenças específicas (Coutinho, 1978, Santos, 1982).

formas tradicionais de lidar com o trabalho na terra e o outro nas novas formas impostas pelo processo de modernização (ver capítulos V e VI).

¹² Essa questão conduz à da perda de visibilidade e vigor do mundo sertanejo que, por sua vez remete a amplas matrizes teóricas da perspectiva sociológica clássica sobre a modernidade, com base em: 1/ Marx (nos termos da homogeneização inerente à lógica econômica capitalista), 2/ Weber (nos termos de uma racionalização crescente no mundo, sob o signo da cultura ocidental), 3/ Durkheim (nos termos da oposição entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica: mundo primitivo/mundo moderno) e toda uma linha de reflexão própria às ciências sociais que pensa a história e a sociedade, quer apologética ou criticamente, presa à idéia de progresso. Já na perspectiva pós-moderna (Harvey, 1994), na da alta modernidade (Haesbaert Costa, 1995, 1996), ou na da sobremodernidade (Augé, 1994), enfatiza-se a pluralidade pela qual se torna possível enxergar e compreender a persistência e a convivência de temporalidades, visões de mundo ou de universos ideacionais contraditórios.

¹³ Sobre esta questão relacionada à Amazônia, ver Gondim (1994).

O naturalista dinamarquês Eugen Farming é considerado o precursor das modernas pesquisas sobre cerrados, tido como aquele que "(...) realmente criou o ambiente de interesse propício para deslanchar o processo de pesquisa [moderna] sobre os cerrados" (Santos, 1982: 7). Warming residiu em Lagoa Santa, Minas Gerais, de 1863 a 1866 quando regressou à Dinamarca, publicando, em 1892, o primeiro estudo sobre os cerrados, intitulado *Lagoa Santa - et bidrag til biologiske Plantegeografi*, obra traduzida para o português pelo botânico sueco Albert Löfgren e sendo publicada no Brasil em 1908 lançando, assim, as bases de uma nova ciência: a ecologia, (Santos, 1982)¹⁴.

Até meados dos 40, cerrados eram, ainda, parte do sertão, compondo um ideário explorado à exaustão na literatura e na política: a referida idéia da escassez de água somando-se à existência de homens fortes legada dos tempos do bandeirismo, reafirmada pela realidade e imaginação dos tempos dos coronéis e dos jagunços, compondo um imaginário de um sertão de natureza seca, de homens rudes, de uma *vida perigosa*. Um sertão perigoso, terra sem lei, primitiva: "(...) sertão onde manda quem é forte com as astúcia. Deus mesmo quando vier que venha armado" (Guimarães Rosa, 1956: 20)¹⁵.

A idéia de que a vegetação da parte do *sertão*, que viria a se diferenciar como cerrado, sofria limitações devido à escassez de água, seria questionada, em 1942, pelo botânico alemão Felix Kurt Rawistcher, cujo trabalho deslancharia "(...) um intenso programa de pesquisas sobre os cerrados, primeiramente na USP e, posteriormente, em diferentes instituições de São Paulo e de outros estados do Brasil", coordenado pelo ecólogo brasileiro Mários Guimarães Ferri, da USP (Santos, 1922: 8). Essa pesquisa que, inicialmente, concentrou-se na produção de conhecimentos científicos, veio a ter um grande impacto ao

¹⁴ Também Von Martius, na *Flora Brasiliensis*, e Auguste de Saint-Hilaire, nas obras *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, e *Viagem à Província de Goiás*, descreveram muitas espécies da vegetação dos cerrados (Santos, 1982).

¹⁵ "O sertão que, segundo informação da gente do lugar, era terra maravilhosa ainda que igualmente cheia de perigos" (Martius e Spix, apud Proença, 1958: 42). Esta idéia é reencontrada em: "Sertão velho de idades. Porque - serra pede serra e dessas, altas, é que o senhor vê bem: como é que o sertão vem e volta. Não adianta se dar as costas. Ele beira aqui e vai beirar outros lugares tão distantes. Rumor dele se escuta. Sertão sendo do sol e os pássaros: urubu, gavião, que sempre vôm às imensidões, por sobre. Travessia perigosa, mas é a da vida" (Guimarães Rosa, 156: 530).

estender-se à área tecnológica, visando, basicamente atender a projetos de expansão da agropecuária¹⁶.

A partir das pioneiras pesquisas realizadas na USP, realizadas ainda na primeira metade dos 40, a água redimiria cerrados da pecha de *sertão*. Assim como, na mitologia cristã, a água, no batismo, é o elemento simbólico redentor do pecado original, as veredas *batizam* – nomeiam – diferenciam cerrados de sertão. Este aspecto foi fundamental para certos desdobramentos que se observariam nas décadas seguintes, num processo que produziria novos sentidos e empregos para as – a partir de então – consideradas vastas áreas *agrícolas* (no sentido da moderna agricultura de grãos, segundo as exigências do agribusiness alimentar), iniciando-se definitivamente, a partir dos 70, o corte do cordão umbilical dos cerrados com o sertão, com aqueles se tornando, nos termos das narrativas mestras, potencial *celeiro do mundo*¹⁷.

O discurso desenvolvimentista dos cerrados é caudatário da tradição de se pensar a nacionalidade brasileira pela conhecida oposição sertão/litoral. Como lembrou Vidal e Souza (1997), é possível identificar, nesses discursos, até a década de 50, os ecos de um sertão que, embora já visto como fronteira, como um lugar a ser modernizado pelo litoral, constituía-se também em cerne da brasilidade. Já a partir dos 60, o sertão e seus habitantes aparecem, predominantemente, como um lado obscuro, atrasado, incompatível com o Brasil moderno, e, no caso dos cerrados, cada vez mais apenas como a *fronteira* a ser ocupada, domada, vencida e modernizada. É nesse sentido que os cerrados podem ser vistos, a partir

¹⁶ O trabalho *Profundidade dos solos e vegetação dos campos cerrados do Brasil Meridional* foi publicado em 1943 nos *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. Em *Grande sertão: veredas*, 13 anos depois, em 1956, João Guimarães Rosa dialogaria com as idéias de Rawistcher, através da figura da *vereda*. Esta, a vereda, significa tanto *caminho, trilha*: "(...) a Este, apenas uma vereda quase intransitável levava à beira-mar (...) (Capistrano de Abreu, 1982: 113), quanto *presença de água*: "Agora, por aqui, o senhor já viu: Rio é só o São Francisco, o Rio do Chico. O resto é pequeno, é vereda..." (Guimarães Rosa, 1956: 74).

¹⁷ Esses desdobramentos podem ser percebidos, por exemplo, na trajetória da pesquisa. Segundo texto da Embrapa (1979), a ênfase, na década de 60, foi posta nos problemas relativos à biologia vegetal. Mas, ainda nessa década, em 1963, a idéia de implantação de um centro de experimentação e pesquisa tecnológica da UnB (Universidade de Brasília) já revelava a preocupação com a questão do aproveitamento agrícola dos cerrados. A partir de então, intensificou-se a preocupação com aspectos agrônômicos (em particular, com estudos referentes a solos e adubação)

dos 70, no Brasil, em oposição a sertão, cada vez mais como uma categoria da modernidade, burilada pela ciência e pela técnica.

Na construção desse imaginário social, há uma disputa das invenções, no campo da memória social, entre as imagens dos sertões, o discurso do rural moderno – *celeiro do mundo* – e as percepções de segmentos camponeses tradicionais das regiões de cerrados. Embora em *Grande Sertão: veredas* chegue-se ao presente a partir do passado, o sertão do passado é informado a partir do presente. Da mesma maneira, torna-se viável pensar no quanto a invenção dos cerrados, no presente, implica na reinvenção do sertão do passado; no quanto a modernidade requer uma imagem do atraso, e no quanto a reinvenção do sertão como atraso está na base do discurso da necessidade da modernidade. Assim, embora essas duas temporalidades, tanto nas narrações mestras quanto nas falas eclipsadas, possam ser determinadas separadamente, elas se encompassam mutuamente, como fronteiras simbólicas.

Tomar sertão/cerrados, simbolicamente, como passado/presente, funciona como instrumento heurístico para compreender que o passado se recria através da narração, no presente. Se o presente – e o que se deseja como futuro – recriam o passado (e esta é uma das funções da memória social), este, por sua vez, coloca-se como fundamental para a invenção tanto do presente quanto do futuro (outra das funções dessa memória), seja para negar, seja para afirmar ou apropriar-se de elementos passados e rearranjá-los em função das outras temporalidades.

Isto remete à possibilidade de se perceber sertão/cerrados como fronteiras simbólicas em movimento: nos termos da memória desenvolvimentista, expressa pelas narrativas mestras, como uma trajetória linear irremediável em direção ao progresso, com as frações do *sertão* simbólico, que ainda restam, devendo ser transformadas, cada vez mais rapidamente, em cerrados; nos termos das *memórias locais*, emergindo em grande medida das narrativas eclipsadas, recolhidas entre camponeses e camponesas, o sertão poderia vir a ser cerrados sem deixar de ser, totalmente, sertão.

Estas perspectivas diferenciadas sobre o espaço social exemplificam a observação de Martins (1996) sobre uma das características da fronteira, que é o cruzamento de *temporalidades diversas*, e conduzem à análise de Halbwachs (1990) acerca de diferentes temporalidades em diferentes grupos sociais e memórias coletivas, remetendo, ainda, a Harvey (1994: 195), nos termos de “(...) como se atribui sentido a lugares, a espaços, à história e ao tempo”. Isto implica a compreensão da *memória social* como polifônica e forjada no jogo das inventivas e de seus diálogos assimétricos. Foucault (1996: 10), aliás, já observara que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. O mesmo poder-se-ia dizer da memória social, compreendida como *verdades* que disputam espaços no imaginário social ao mesmo tempo em que incidem na definição dos seus destinos.

2.2- IMAGENS DE UM SERTÃO DESENCANTADO OU A MODERNIDADE AGRÍCOLA NOS CERRADOS

“(...) O que era um sertão improdutivo do tamanho da Bélgica virou campo semeado” (Grinbaum, 1997: 110)

O Estado e as políticas públicas sempre tiveram um importante papel na expansão e na consolidação das regiões de fronteira do território brasileiro, sem embargo de preservar os interesses privados dos grandes capitais. Na verdade, historicamente, Estado e capital atuaram quase sempre em comum acordo no processo de integração dos chamados *espaços vazios* ou espaços fronteiriços brasileiros. No geral, são cúmplices no estabelecimento de formas de exploração que não consideram as especificidades socioeconômicas, culturais e ambientais (Andrade e Iandanza 1997). No que toca aos cerrados, isto se deu no sentido de transformá-lo num espaço potencial para o capital.

Essa entidade, os cerrados, supõe uma rede fronteiras econômicas, sociais, políticas e geográficas, recriadoras de formas de poder e facilitadoras do acesso a recursos fiscais e oficiais através de planos de desenvolvimento. Tudo isto se impõe à discussão, no sentido de desnaturalizar uma *região* construída com base na passagem de um ecossistema a um

agroecossistema, fundada na aparente comunhão entre a natureza e um de seus intérpretes privilegiados: o Estado e grandes capitais privados do *agribusiness* das cadeias alimentares do complexo carnes/grãos. Como observou Péret (1997: 362), “talvez seja a primeira vez em nossa história que um modelo de desenvolvimento, no caso rural, tenha um ecossistema como justificativa”.

Os cerrados brasileiros compreendem, de fato, regiões com histórias sociais e econômicas e agriculturas diversas, desde a Zona Metalúrgica de Minas Gerais, passando pelo sul e sudoeste do Piauí, até o Estado de Rondônia. A idéia de uma *região dos cerrados*, fundada na expansão da agricultura comercial, subjaz a noção de agroecossistema, que se pode traduzir, sociologicamente, como uma passagem da natureza à cultura, com a natureza passando a ser progressivamente conhecida e controlada pela técnica¹⁸. A chamada *Região dos Cerrados*, tal como definida no *Delineamento Macroecológico do Brasil* realizado pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 1992, pode ser visualizada cartograficamente, no mapa PNUD-BRA 1 (Fig. 1)¹⁹.

A idéia de agroecossistema pressupõe a existência de um ecossistema de cerrados – associado, no passado, à idéia de homogeneidade e monotonia. De fato,

“(...) a comparação com a Amazônia, o Pantanal ou a Mata Atlântica deixou a impressão generalizada na sociedade brasileira de que os cerrados seria uma região que não se destacaria pela riqueza de sua biodiversidade; a uniformidade da cobertura vegetal reforça a impressão

¹⁸ De fato, a noção de agroecossistema traz, ainda, a conotação de uma agricultura apoiada na vocação da natureza, numa visão integrada, na qual a natureza possibilita a cultura e a cultura modifica a natureza. Guivant (1994: 53) já observara que “se as tecnologias caracterizam-se por alterar os ciclos naturais, a agricultura o faz de uma maneira peculiar. Sua análise não pode ser desvinculada das interações que estabelece com os ecossistemas naturais e de seu impacto nestes. A produção agrícola implica uma transformação, através da intervenção humana, nestes ecossistemas naturais, gerando como produto agroecossistemas”. Mas em que pesem os aperfeiçoamentos tecnológicos, como tentativas contínuas de resolver a dependência dos ecossistemas, entre os diversos ramos industriais, a agricultura moderna ainda continua sendo o mais próximo da natureza, com um processo mais biológico que industrial de produção. No entanto, na prática da incorporação dos cerrados ao sistema produtivo, tem predominado a primeira acepção, qual seja, a do paroxismo do controle da natureza pela técnica. Já nos anos 90, a problemática ambiental dos cerrados ganha corpo e o debate incorpora a dimensão da natureza e propostas de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, tem grande importância as definições da *Agenda 21* e a proposta de *moratória para os cerrados* (Abramovay, 1999).

¹⁹ Os mapas aqui apresentados, em número de nove, e produzidos originalmente pelo PNUD-Projeto BRA/91/014, serão objeto de análise mais detalhadas no final deste capítulo.

que se tem dos cerrados como região homogênea. Sob tais condições, a transformação de porções substanciais desse ecossistema poderia ser levada a efeito a um custo ambiental relativamente baixo. Sabe-se, porém, ser equivocada essa impressão. A aparente uniformidade da vegetação esconde uma enorme diversidade biológica” (Cunha, 1994: 13).

Além da cobertura vegetal, passou-se a considerar: localização e relevo, elevação, clima e solos, determinando-se, assim, a chamada aptidão ecológica ou de uso do solo, definido segundo o manejo, como propõe a imagem transmitida pelo mapa PNUD-BRA 7 (Fig.7). Essa mudança de foco permite um detalhamento da diversidade ambiental dos cerrados e uma relação mais equilibrada entre ecossistema e aptidão agrícola (Cunha, 1994, Alho e Martins, 1995)²⁰. No entanto, a visão predominante ainda é a dos cerrados como fronteira agrícola, embora já exista uma movimentação social no sentido de elaborar propostas alternativas de manejo e aproveitamento dos cerrados²¹.

Um quarto do território brasileiro, pouco mais de 200 milhões de hectares, é ocupado pelos cerrados que se distribuem pelo Centro-Oeste, Nordeste, São Paulo, Rondônia, Roraima, Amapá e Pará. Deste total, 155 milhões de hectares estão no Planalto Central e 38,8 milhões no Nordeste (Freire, 1997). A maior parte dos cerrados nordestinos, 30,3 milhões de hectares, localiza-se na chamada região Meio Norte que compreende os estados do Piauí e Maranhão. Neste, 43,3% da superfície é composta de cerrados que, no Piauí, atingem 64,7% do território (Rocha, 1997). A incorporação dos cerrados pela moderna agricultura do complexo carnes/grãos deu-se no sentido do Centro-Oeste, para o Nordeste.

²⁰ O *Mapa de Solos* e o *Delineamento Macroagroecológico* realizados pela Embrapa, em 1992, definem quatro grandes classes de zonas agroecológicas dos cerrados: áreas de preservação permanente, áreas de extrativismo, áreas de pastagens e áreas de lavouras (Cunha, 1994).

²¹ A visão dos cerrados como fronteira agrícola com mais de 80 milhões de hectares disponíveis ao complexo carnes/grãos ainda é forte entre pesquisadores. Aliam-se a estas perspectivas as políticas governamentais de transportes, com ênfase nos *corredores multimodais de exportação*, e o peso das empresas ligadas à produção de grãos do Centro-Oeste do país. Por outro lado, instalou-se, nos anos 90, o debate sobre uma estratégia de *agricultura sustentável* nos cerrados, focalizando alguns eixos importantes. Um deles seria a recuperação de áreas já degradadas, pelo estímulo à rotação lavoura/pecuária, o que reduziria a necessidade de incorporação de novas áreas. Outro eixo seria o aproveitamento econômico de recursos locais, já havendo muitos pesquisadores envolvidos nessa tarefa, assim como entidades do movimento social da *Rede Cerrado de ONGs* visando ainda um terceiro, que seria a valorização das capacidades locais, no sentido de envolver as populações locais dos

O ambiente natural dos cerrados é formado por ecossistemas complexos de altitudes variadas, com várias formas de relevo (chapadas, chapadões, vales, gargantas, encostas, etc.), mas, como se pode ver em Torres e Andrade (1991), o que se tornou atrativo ao capital, sendo ponto alto no discurso da incorporação dos cerrados ao sistema produtivo, foi o predomínio das chapadas, em meio às quais se encontram os vales e as gargantas. É que a topografia plana ou suavemente ondulada das chapadas assegura facilidades para a mecanização agrícola. A estas vantagens naturais da área, acrescenta-se a alta taxa de luminosidade, que permite não só o desenvolvimento da planta durante todo o ano mas também plantios sucessivos, desde que se tenha água e as condições climáticas que são, em geral, favoráveis à agricultura comercial, apresentando uma certa regularidade de chuvas. Agrega-se a estes fatores, a riqueza de recursos hídricos, como inúmeros rios e um lençol freático que, em muitas áreas, asseguram a prática de irrigação.

Os fatores considerados restritivos à prática agrícola moderna de incorporação das chapadas dizem respeito aos solos, geralmente ácidos, apresentando algumas taxas de saturação de alumínio e uma deficiência generalizada de nutrientes, pois, em geral, são formados por latossolos areno-quartzozos e podzólicos. Os latossolos vermelho-escuros e vermelho-amarelos apresentam teor de argila entre 25 a 80% e baixo teor de matéria orgânica (0,8 a 4,2%), o que significa baixa produtividade natural e deficiência de água. Nas areias quartzozas, o teor de argila é inferior a 15% e o de areia é mais ou menos 80%, sendo, por isso, muito permeáveis (Torres e Andrade 1991, Cunha, 1994)

No entanto, as tecnologias de correção de solos dos cerrados, desenvolvidas nos anos 70 pela Embrapa, praticamente eliminaram estas restrições. O termo *construção* (no sentido de construção social da fronteira agrícola dos cerrados) ganha um sentido mais concreto, considerando-se que a agricultura moderna nos cerrados viabilizou-se, entre outros processos, pela própria *construção* do solo agrícola (construção da fertilidade agrícola do solo) que passa, então, de recurso natural a capital tecnologicamente produzido.

cerrados em projetos que associem iniciativas econômicas de geração de renda, valorização de produtos regionais e preservação do meio-ambiente. A respeito, ver Abramovay, (1999).

No início dos 70, no programa *Metas e Bases para a Ação do Governo* (1970/1974), já havia a preocupação em incorporar os cerrados. Mas só em meados da década de 70, com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) é que foram tomadas medidas concretas nesse sentido. O discurso do governo militar que anunciava os primeiros grandes projetos para a ocupação mais *racional* do cerrado brasileiro, enfatizava que a região, *que ainda estava por ser ocupada*, podia ser transformada no *grande silo* de alimentos do mundo²². O lançamento dos grandes projetos governamentais para o cerrado era parte do projeto maior do II PND, no governo Geisel, que, dentre outros objetivos, pretendia complementar a estrutura industrial brasileira desenvolvendo os setores intermédios, imprescindíveis para a nova pauta tecnológica que se queria seguir com a ocupação dos cerrados (Salim, 1986, Ortega, 1992)²³.

Esta pauta tecnológica moderna, para os cerrados, correspondia à incorporação do solo, com redução de sua acidez e melhora de sua fertilidade, à utilização de sementes e mudas selecionadas, à mecanização de todas as fases do processo produtivo e, em alguns casos, à irrigação. A base do modelo agrícola adotado para a incorporação dos cerrados brasileiros pela agricultura moderna era aquela propiciada pela internacionalização do modelo tecnológico da chamada *Revolução Verde* (ver capítulo III), difundido no Brasil a partir de meados da década de 60.

Este modelo baseou-se principalmente na utilização de sementes melhoradas, condicionadas pela utilização de máquinas e insumos químicos. Como observaram Martine e Beskow,

"dadas as exigências técnicas deste modelo, em termos de máquinas agrícolas, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e outros fitossanitários, a internacionalização das grandes empresas de máquinas e insumos agrícolas foi um fator fundamental na extensão do novo modelo tecnológico. Neste sentido, a expansão e internacionalização do parque industrial brasileiro ocorreu em um momento decisivo para a adoção daquele novo pacote tecnológico.

²² Tais projetos eram, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento do Alto Parnaíba-MG (PADAP), o Programa de Desenvolvimento do Brasil Central (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER). A respeito, ver Salim (1986) e Ortega (1992).

²³ Exemplo disto foi a instalação de indústrias químicas na região Centro-Sul, como a Fosfértil e a Goiásfertil, fundamentais para o abastecimento de insumos que viabilizaram a adoção da *moderna pauta tecnológica*, similar à que já se havia introduzido em outras regiões do país.

Posteriormente, a integração funcional entre pesquisa agrícola, indústrias de insumos e crédito agrícola lhes daria maior força" (Martine e Beskow (1987: 21).

Reitera-se, no caso dos cerrados, a noção de que o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas é a razão e o objetivo do social, orientando uma geopolítica, tanto inter-regional quanto internacional, e classificando as regiões, em princípio, em função de sua capacidade de direcionar atividades econômicas, mas também políticas e culturais, com vistas a realizar este desígnio fundamental. Nesse sentido, categorias fundamentais instituídas pelo capitalismo, como trabalho, tempo e natureza passam a ser os elementos de referências, que delimitam real e simbolicamente a região (Neves 1994). Cerrados, como fronteira agrícola, são construídos e difundidos, socialmente, no âmbito de uma *memória modernizadora dominante*, com representações hegemônicas desse espaço que se legitimavam com a retórica da *necessidade de responder a demandas postas pela sociedade*²⁴.

Do ponto de vista da modernização tecnológica, a *região* foi privilegiada pelos governos militares, destacando-se aí dois motivos. Um deles foi que na década de 80, o fracasso da colonização da Amazônia e a crise econômica acabaram por transformar os cerrados numa região economicamente mais viável que a própria Amazônia e com resultados mais imediatos, já que estava tecnicamente resolvido o problema da utilização do solo de elevada acidez, a partir da exploração de jazidas de calcário, abundantes na própria região, o que foi extremamente subsidiada para os produtores rurais. Outro motivo foi que a geopolítica dos governos militares colocou esta vasta região do território brasileiro no conjunto das prioridades governamentais o que significava, fundamentalmente, para eles, ocupar esse chamado *espaço vazio* para ter maior controle de todo o território nacional (Ortega, 1992).

No discurso triunfalista das autoridades daquele período, a expressão *ocupação racional*, significava ocupação capitalista que, de imediato, privilegiava os *indivíduos com espírito empresarial*, assim definidos nos grandes projetos governamentais para a região. Em um desses projetos governamentais, o Programa de Desenvolvimento do Brasil Central (PADAP), coordenado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, os pequenos proprietários

²⁴ Isto aponta para o tema da produção e usos dos espaços. Ver, a respeito, Neves (1994).

locais eram, por exemplo, tidos como “de nível técnico baixo, de adaptação limitada e com o desconhecimento quase total dos mecanismos de crédito rural e da força do cooperativismo” (Ortega, 1992: 3). Esta visão refletia uma diretriz de modernização tecnológica (Embrapa, 1979), segundo a qual era necessário substituir os *sistemas de produção de baixo nível de rendimento por sistemas de maior energia*.

Excluía-se, assim, uma grande quantidade de agricultores das próprias regiões de cerrados, principalmente os menos capitalizados, proprietários de pequenas áreas de terra, com baixo capital econômico e social, definidos como *pequeno produtores*²⁵. Beneficiava-se com isto, principalmente nas áreas prioritárias dos projetos governamentais, aos produtores que emigraram para a região, detentores de um capital acumulado previamente e que dominavam quase toda a tecnologia adotada²⁶. A questão de não serem estes familiarizados com as terras dos cerrados foi resolvida pela pesquisa oficial e pelas empresas públicas de assistência técnica, que realizaram extenso trabalho de difusão da tecnologia de ocupação de terras com elevado grau de acidez, como o são as terras dos cerrados (Ortega, 1992).

Alguns dos grandes proprietários da região, não dispostos a se modernizarem, também se beneficiaram de tais projetos sem a necessidade de incorporar o tal *espírito empresarial*, atuando basicamente na pecuária extensiva. Seus benefícios procediam, de um lado, da não-cobrança de uma utilização produtiva de suas terras, e, de outro, do reflexo da modernização das terras de seus vizinhos, que proporcionou a valorização de suas propriedades. Esses grandes proprietários locais que se modernizaram ou continuaram praticando a pecuária extensiva e os forasteiros, emigrantes – em sua maioria sulista, japoneses e nisseis – que atraídos pelos projetos governamentais, constituiriam as bases de um pacto político que permitiu ao governo promover as transformações nos cerrados, já que foi preciso preservar a

²⁵ Para uma reflexão em torno da construção teórico-política da categoria *pequena produção agrícola*, ver Porto (1994) e Moraes (1998).

²⁶ Segundo Ortega (1992), estudos sobre os colonos assentados pelo PADAP, em Minas Gerais, demonstram quem serve para o cerrado. O gaúcho, o paranaense, o nissei, o japonês, o empresário rural com formação urbana foram considerados aptos para a administração do pacote tecnológico. Como veremos nos próximos capítulos, esta definição de um tipo apto à ocupação racional dos cerrados concretiza-se, no Nordeste, com o gaúcho.

terra como reserva de valor para um segmento não-disposto a semodernizar e cujo peso político na região era fundamental para a sustentação daquele pacto (Ortega, 1992).

Acompanhando-se a evolução da produção dos cerrados desde o início da década de setenta, é visível que a estratégia adotada teve muito êxito, do ponto de vista meramente produtivista, com a elevação do volume produzido de diversos produtos agropecuários e com os significativos aumentos nos níveis de produtividade média. Para o alcance desses resultados, tornaram-se necessárias desde a instalação de uma infra-estrutura básica, em transportes e armazenamento, até uma grande atividade de pesquisa e extensão rural levadas a cabo pelo Estado. As transformações ocorridas nos cerrados significaram, inclusive, uma mudança nas orientações produtivas, pois, de uma produção primária de produtos agroalimentares básicos e de pouca transformação industrial, como o arroz, o feijão e o milho, passou-se a uma produção mais integrada com a agroindústria, ou seja, a produtos com uma maior elaboração para o consumidor final, caso dos sucos de frutas, do café, da soja e, inclusive, do leite ou da carne, além do arroz (Cunha, 1994).

Por outro lado, produtos tradicionais, como o arroz, passaram a ser produzidos em novas bases tecnológicas, acompanhando as transformações ocorridas. Quase toda a produção dos cerrados chegou a passar por algum tipo de processamento, com grande integração ao capital agroindustrial. Boa parte desta produção destinava-se ao mercado externo, seu mais importante demandante, quer em termos tanto efetivos (soja, do café, dos sucos cítricos), quer em termos potenciais (carne de gado vacum). Agricultores que não conseguiram adotar o novo modelo foram excluídos do processo ou transformados em mão-de-obra urbana, ou temporária, nos cultivos que requeriam este tipo de trabalho (Ortega, 1992, Cunha, 1994).

Nas análises econômicas, as avaliações dos cerrados brasileiros enfatizam, em geral, o papel do Estado, a inserção da região no mercado internacional e os impactos ambientais provocados pela adoção daquele modelo tecnológico moderno (Ortega, 1992). São estas as questões destacadas como importantes, seja para dar continuidade aos grandes projetos lançados nos meados da década de 70, seja para uma reorientação do papel que os cerrados poderiam cumprir na divisão regional do trabalho no Brasil. No entanto, fica de fora destas

preocupações a questão da situação dos chamados *pequenos produtores*, marginalizados nesse universo analítico.

Um aspecto fundamental, nesse processo de desencantamento do sertão, foi a construção de uma nova dizibilidade e a difusão de novas imagens que se foram constituindo em uma memória da modernização agrícola. Com efeito, ainda na década de 70, o avanço da tecnologia agropecuária possibilitaria a chamada *exploração dos cerrados*, implantando não só 22 milhões de hectares de gramíneas exóticas, a cultura do milho e outros grãos, lavouras permanentes de café e seringueira e, ainda, o cultivo de hortaliças, frutas e produção de sementes (Cunha, 1994), mas também elaborando a imagem de *celeiro de produção*, que seria amplamente difundida.

2.3- A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA CERTA DIZIBILIDADE: DIAGNÓSTICO E GESTÃO DE UM ESPAÇO

A análise das narrativas mestras do processo de incorporação dos cerrados evidencia alguns momentos estreitamente vinculados por nexos de significação. Num primeiro momento, encontra-se a função do diagnóstico (espaço vazio) – em vez de uma anamnese –, que cumpre papel fundamental no rumo que as intervenções deveriam seguir²⁷. Em outros, essas narrativas revelam as medidas tomadas em decorrência do diagnóstico realizado, configurando, assim, a gestão de um determinado espaço transformado em território da modernidade agrícola²⁸.

²⁷ Esta distinção entre *anamnese* – referida no capítulo I –, e *diagnóstico*, foi sugerida pela discussão de Fabian (1983) e Chauí (1995), quando abordam algumas das funções da memória na antiguidade clássica. A referência, aqui, é a prática da medicina antiga, na qual a anamnese constituía um momento importante do tratamento, deslançado a partir das informações e dos sintomas do paciente, da sua história de vida. Já o diagnóstico, na medicina moderna, não implica, necessariamente, a participação ativa do paciente sendo, em grande parte, função dos exames especializados, externos ao paciente, e autorizados a *falar sobre* ele. Analogamente, as narrativas mestras ignoram as populações locais e suas memórias sobre o ambiente dos cerrados, colocando-se como sujeitos qualificados, dizentes especializados dos cerrados.

²⁸ A gestão do território, como observou Corrêa (1992: 115), "constitui uma faceta da gestão econômica, política e social, a ela subordinada mas também condicionando-a. É a dimensão espacial do processo de gestão, confinando-se ao espaço sob controle de um Estado, um grupo social ou de uma dada empresa". Voltarei ao tema no capítulo III.

Tais momentos – diagnóstico e gestão do espaço – não são excludentes nem ocorrem numa seqüência temporal linear. Tecem dizibilidades como racionalizações de uma práxis política perceptíveis no plano do discurso e da memória social. São *topos* da memória, *lugares do discurso*, no sentido, atribuído por Johannes Fabian, à tradição da arte da memória como “(...) um conjunto de prescrições, regras e técnicas desenvolvidas pelos retóricos gregos e romanos para capacitar o orador ancião, que fala sem manuscrito, a lembrar os pontos e argumentos da fala” (Fabian, 1983: 109).

O diagnóstico expresso pelas narrativas mestras revela que, até 1970, não se sabia cultivar os cerrados. Com efeito,

“segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (...), apenas 10% do potencial agrícola do Brasil, à data do estudo, estavam sendo utilizados, em comparação com 17% para a América Latina e 80% para os Estados Unidos. Haveria na América do Sul 362 milhões de ha. de terras potencialmente utilizáveis para fins agrícolas (...), 62% das quais (225 milhões de ha) localizadas no Brasil. E, entre essas, a porção mais promissora encontra-se justamente nos cerrados” (Cunha, 1994: 100).

Os solos dos cerrados eram considerados impróprios para o cultivo, e sua utilização mais *conhecida* era o extrativismo vegetal para produção de carvão e para a pecuária extensiva, o que teria levado o governo a optar pela colonização da Amazônia (Cunha, 1994). O termo *conhecida*, nesse contexto discursivo, ganha um significado importante, já que permite, imediatamente, velar/revelar o seu oposto, *desconhecida*, no sentido de que as práticas agrícolas de populações locais, tradicionais habitantes dos cerrados, em sua convivência histórica com o ambiente, não são, sequer, referidas.

De uma perspectiva agrônômica, fundamental nesse diagnóstico como sinônimo de competência científica, cerrados definem-se, em primeiro plano, com base no conceito biológico, ou mais especificamente, botânico:

“Desde os tempos em que o Brasil recebia a visita dos primeiros botânicos europeus, interessados em conhecer e descrever a sua flora, as formas de vegetação que dominam o vasto Planalto Central Brasileiro têm recebido diversas denominações. Àquela época, eram elas conhecidas popularmente por ‘tabuleiros’, os quais se distinguiam em ‘tabuleiros cobertos’ e

'tabuleiros descobertos', conforme apresentassem ou não um estrato arbóreo mais ou menos denso, além do estrato herbáceo. Caso possuísem ainda uma 'capoeira densa', de permeio com os troncos de árvores, eram então chamados 'tabuleiros cerrados'. Certas formas pouco mais baixas e abertas eram por vezes conhecidas como carrascos (...). Martius (...) reconheceu naquela extensão do território brasileiro uma província fitogeográfica distinta, a qual denominou 'Oreades', ou 'Regio montano-campestris' entendendo por campo, ou campestre, toda cobertura vegetal que não fosse propriamente floresta. Embora seu emprego persista até os dias atuais em regiões como Nordeste do país, a denominação 'tabuleiro' caiu em desuso na literatura botânica (...), cedendo lugar à palavra 'campo' (...). Os autores passaram então a referir-se àquela região fitogeográfica brasileira como região dos campos, ou região campestre. Distinguiam-se aí, formas diversas de vegetação como os campos limpos, os campos sujos, os campos cerrados. Outros (...) deram preferência ao termo 'savana'. Mais recentemente, a palavra campo também entrou em desuso, deixando de ser utilizada para designar genericamente todas aquelas formas de vegetação. (...), Podemos notar [que diversos autores] passaram a empregar o termo 'campo cerrado' não mais no seu sentido original, específico de um tipo de vegetação oreádica, mas, sim, com um caráter genérico, abrangendo todas as formas de vegetação do Brasil Central. Em geral não se referiam mais à 'zona dos campos' mas à 'zona dos campos cerrados'. (...) Estas modificações não pararam aí. Hoje já não é mais 'campo cerrado' que tem o caráter genérico, mas a palavra 'cerrado'. Esta tem-se consagrado tanto na literatura nacional como na internacional, como a designação geral daqueles tipos de vegetação predominantes na região do Planalto Central Brasileiro (...). Esta terminologia genérica evoluiu, portanto, de tabuleiro, passando a campo ou campestre, depois a campo cerrado e finalmente a cerrado" (Coutinho, 1978: 1-2.).

O ponto de partida da concepção botânica, por sua vez, é a cobertura vegetal:

"Por cerrados entende-se um tipo bastante característico de cobertura vegetal: árvores baixas, tortuosas, casca grossa, folhas largas, sistema radicular profundo, (...) além de gramíneas e outros tipos de vegetação rasteira. A densidade dessa vegetação é muito variável. Segundo a densidade, os cerrados classificam-se em campo limpo, campo sujo, cerrados propriamente dito e cerradão. (...) uma vez que ele [cerrados] é transformado pela agricultura, a mudança da cobertura vegetal é permanente. O que era cerrados deixa de sê-lo. A 'área de cerrados', por conseguinte, varia segundo a data em que foi elaborado o mapa de cobertura vegetal (...) e seu encolhimento tem sido dramático. A título de exemplo, menciona-se uma razoável faixa de terra que se alonga do Triângulo Mineiro até o norte do Paraná, que mapas mais antigos

indicavam como cerrados, e que hoje deixou de ser considerada como tal” (Cunha, 1994: 14-15).

O estabelecimento da agricultura nos cerrados dá-se pela remoção da vegetação, sendo mais ou menos profunda a transformação do espaço natural, dependendo da destinação dada à área desmatada. A extensão da ação antrópica em determinada zona agrícola mede-se de forma aproximada pela proporção da área alterada que, por sua vez, é definida pela diferença entre a área total dos estabelecimentos e aquelas cobertas por vegetação nativa ou por pastagens naturais. Cunha (1994) considera explosivo o crescimento da área explorada nos cerrados entre 1970 e 1985, sendo este da ordem de 151% no período, passando de 20,2 milhões de hectares em 1970, para 50,7 milhões, em 1985. O mapa PNUD-BRA 5 (Fig.5) (vegetação) refere-se à cobertura vegetal primitiva da vegetação nativa, com base no Atlas Nacional do IBGE, de 1992 (Cunha, 1994a).

O diagnóstico que embasaria o modelo de intervenção nos cerrados foi um importante momento na construção da memória social. Destarte, na representação dos cerrados, elaborada nesse diagnóstico, emerge uma genealogia pela qual os primeiros ocupantes dignos de nota são os exploradores de minérios no século XVIII:

“A ocupação do núcleo central dos cerrados teve início há muito tempo, tendo o processo se desenvolvido por espasmos e em consequência de eventos desconexos. A área de assentamentos mais antiga é a que vai da zona de Cuiabá em Mato Grosso ao oeste do atual Estado de Goiás. No séc. XVIII, ouro e pedras preciosas foram encontrados nessas regiões. Foram tais descobertas que atraíram os primeiros exploradores, iniciando o povoamento [sic]. Cuiabá logo tornou-se o ponto focal de expedições rumo a exploração de outras partes das regiões Norte e Centro-Oeste à procura de novas reservas de minerais preciosos. Estas expedições tiveram grande importância no alargamento do território da então colônia portuguesa do Brasil. Entretanto, as relativamente modestas reservas de minerais preciosos logo se exauriram. Tratando-se de uma região remota, sua economia regrediu a uma agricultura de subsistência rudimentar e a uma pecuária ultra-extensiva. A população que permaneceu era reduzida e muito dispersa. No auge do breve surto mineral, a principal ligação da parte oeste da região com o resto do mundo fazia-se por intermédio do sistema fluvial Paraná-Paraguai-Prata. Com o esgotamento das reservas, minguaram os contatos com o restante do país e com o exterior. As regiões do Triângulo Mineiro e sul de Goiás, por sua vez, somente foram

assentadas mais intensivamente após a construção da ferrovia, na década de 1930, ligando São Paulo à cidade de Anápolis, no centro do atual Estado de Goiás e atravessando o Triângulo. A área de influência da ferrovia não só contava com manchas de terra de considerável fertilidade - nos vales dos rios e na zona denominada Mato Grosso de Goiás - como se localizava favoravelmente em relação aos mercados do Centro-Sul do país. Foi por essa região que se iniciou o avanço da fronteira agrícola nos cerrados. No entanto, a expansão somente se intensificou com a construção de Brasília e do sistema rodoviário ligando a nova capital ao núcleo dinâmico do país na década de 1950. Digna de registro é a formação, no Triângulo Mineiro, de importante setor de engorda e comércio de bovinos. Antes mesmo de 1950, o Triângulo já se havia tornado importante entreposto comercial, com influência sobre partes do sul da região dos cerrados, de Goiás à zona de pecuária extensiva do atual Estado do Mato Grosso do Sul (especialmente a área de Campo Grande, cuja ocupação iniciara-se na década de 1920). A ocupação da parte da região Norte é bem mais recente e, ainda assim, limitada. Algumas dessas áreas haviam sido ocupadas ainda no século XIX, a partir de Belém, pelo sistema fluvial Tocantins-Araguaia. O sudoeste do Maranhão e o sul do Piauí receberam imigrantes oriundos de outras partes do nordeste, mas a agricultura era praticamente de subsistência²⁹. A abertura da Belém-Brasília viabilizou o assentamento de partes de Tocantins e sul do Maranhão, mas foi somente na última década que começaram a surgir núcleos agrícolas de alguma expressão comercial. Há áreas de razoável potencial agrícola na região, mas para que este se realize é necessário que se organizem os sistemas ferroviários Norte-Sul e Grande Carajás” (Cunha, 1994: 46-7).

Na citação acima, identificam-se passagens das narrativas mestras relativas a uma fase que antecedeu à exploração agrícola mais intensiva dos cerrados, e nas quais claramente se delineava a idéia de *espaço vazio* e, portanto, da *invisibilidade* histórica das populações locais (indígenas, camponesas), cuja ancianidade da presença, na região, é vista, pelas narrativas mestras, como *eventos desconexos*. É como se o povoamento fosse iniciado com os colonizadores, num vazio demográfico e cultural, sendo estes, como afirmaram Araújo e França (1991: 27), em relação ao Nordeste, os “(...) pioneiros exploradores vindos do sul do país”. A noção de vazio é, assim, a base para a passagem de ecossistema a agroecossistema, justificando a implementação de modelo de desenvolvimento propugnado.

²⁹ Ver, especificamente sobre o Piauí, os capítulos IV, V e VI.

O discurso modernizador (no qual se inclui o dos *cerrados*), enfatiza um *vazio* que, de fato, ocorre em termos relativos: os cerrados são agora áreas subpovoadas e sobretudo subutilizadas produtivamente, nas quais, com auxílio da técnica, e não simplesmente mediante o uso imediato e extensivo do solo, se poderá produzir mais e melhor.

Nesse sentido, a imagem do passado é o de uma *história das regiões* como a história de ciclos de produção e povoamento, sempre por ocupantes de fora, seguidos de regressão e estagnação. Os *eventos desconexos*, referidos acima, seriam ciclos de ocupação que, conforme o diagnóstico de Furtado (1967), teriam sido um desperdício de capital e mão-de-obra, por não gerarem um processo continuado de acumulação. Pode-se ver, então, a geopolítica dos governos militares como centrada no objetivo de reocupar esses espaços de regressão e estagnação. A noção de *vazio* é, assim, mais complexa e contraditória do que parece, à primeira vista, porque ela supõe a presença de populações *selvagens* (índios) ou *atrasadas* (sertanejo, caboclo), os resíduos de ciclos migratórios anteriores (colonizadores e escravos) e a erosão das sociedades indígenas.

Mas a idéia do *vazio*, embora pontuado de ciclos e regressões no passado, é um elo importante na construção de uma memória social hegemônica pelas narrativas mestras que, dessa forma, liga o passado ao presente: o passado é o *vazio* (de história, de progresso, de tecnologia, de capital) e o presente é o preenchimento desse *vazio*, pela incorporação dos cerrados com o concurso da tecnologia e do capital:

“Brasília foi um enclave plantado em uma área praticamente vazia. Substanciais investimentos tiveram de ser feitos no estabelecimento de um sistema de transportes ligando a nova capital ao Sudeste do país. Acompanhando o crescimento da malha viária, a agricultura comercial estendeu-se às partes ainda sub-ocupadas do Centro-Sul de Goiás e do Triângulo. Rumo ao Norte, a expansão ao longo da rodovia Belém-Brasília tomou a forma de frentes especulativas e camponesas (...). Nas partes norte de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, somente na década de 70, com a construção das rodovias ligando Cuiabá a Brasília e Cuiabá ao Sudeste brasileiro por Rondonópolis e Campo Grande é que se deslanchou o processo de crescimento da agricultura³⁰. Mais recente ainda foi a ocupação das áreas de cerrados do noroeste de Minas

³⁰ Nos princípios da ocupação dos cerrados, pela agricultura empresarial moderna (anos 70), a terra, na *região dos cerrados*, valia apenas 1/3 dos preços de terras em outras regiões agrícolas do Sul e Sudeste do País e

(região Unai-Paracatu) e da Bahia. Até fins da década de 1970, a agricultura nessas áreas era incipiente³¹. Desde então elas passaram a constituir um pólo de vigorosa expansão de uma agricultura altamente tecnificada” (Cunha, 1994: 47-8).

A importância desse diagnóstico reflete-se na presumida legitimidade do modelo de desenvolvimento implementado:

“Os cerrados se caracterizam por um tipo de solo, vegetação e clima completamente diverso das demais regiões do Brasil. Durante muitos anos, esta área, que chega a mais de 2 milhões de quilômetros quadrados, representando cerca de 25% do território nacional, foi considerada como área de solos degradados, fracos, com baixa potencialidade para exploração agropecuária. O esgotamento de terras férteis, devido a maior concentração populacional na faixa litorânea e nas regiões Sul e Sudeste, aliado ao desenvolvimento geral do país e ao próprio crescimento populacional, conduziu à necessidade de promover a elevação da produtividade agrícola e expandir as fronteiras da agricultura, interiorizando a produção no sentido dos trópicos. A pesquisa agrícola, nos países onde mais avançara, esteve voltada para a produção em solos mais jovens e mais férteis e nas regiões temperadas e frias. Os solos de cerrados considerados mais velhos, não haviam merecido a atenção dos pesquisadores até então. (...) A Embrapa foi concebida com o objetivo de suprir esta necessidade e, durante os últimos quinze anos, desenvolveu um trabalho de pesquisa que resultou na elaboração de um modelo de exploração para os cerrados (...) [que] conduziu a uma reversão total do quadro original. Atualmente, o cerrado é responsável por 25% da produção de grãos e 40% da pecuária nacional, além de ser apontado como a maior área com potencialidade para se tornar o celeiro de produção de grãos do país” (Araújo e França, 1991: 1).

transformou-se em ganho de capital pela especulação. Como veremos adiante, seu custo foi, no caso do sudoeste piauiense, reduzido via subsídios. O padrão de crescimento da agricultura na região de cerrados deu-se, e ainda se dá, pela superutilização de terra barata e poupança de trabalho caro, empregando muito capital e mão-de-obra qualificada (operadores de equipamentos, técnicos em agronomia e veterinária) e o mínimo de trabalhadores braçais (Cunha, 1994). Sobre evolução no uso da terra nos cerrados, ver mapa PNUD-BRA 2 (Fig. 2).

³¹ Gutberlet (1994: 186), numa perspectiva diferente, aponta, a respeito da trajetória da ocupação dos cerrados da Baixada Cuiabana, cinco fases principais: “(...) ocupação por diversas civilizações indígenas [Bororo, Umutina, Coxiponés e outros] como situação inicial até a chegada dos ibérico-brasileiros; penetração dos bandeirantes a partir do século XVIII, com a introdução da mão-de-obra de escravos negros e o extermínio dos povos indígenas; consolidação da produção agropecuária de subsistência e para abastecimento de Cuiabá (a partir do séc. XIX) e os seringais da redondeza (aproximadamente até 1930); estagnação na produção de subsistência (até final dos anos 60); decadência decorrente da introdução do capital com as conseqüências: aumento da pobreza, conflitos de terra por herança, êxodo rural, expansão da pecuária extensiva (até hoje)”.

Nas narrativas mestras, portanto, *agricultura incipiente*, *sub-ocupação* e *vazio* são elementos fundamentais de um diagnóstico que se constituiria em pré-requisito para a incorporação dos cerrados como fronteira agrícola, observando-se, no nível do simbólico, uma reconstrução do significado social dos cerrados, que passam, assim, de um *espaço vazio* a um espaço preenchido pela agricultura empresarial moderna, ou seja, a *celeiro do mundo*.

Para se entender o processo de incorporação dos cerrados no Brasil e sua subjacente noção de *desenvolvimento*, torna-se necessário conhecer não só as políticas agrícolas gerais do período que vai do final da década de 60 até a década de 80, e sua influência na transformação dos cerrados, mas também as determinações externas, no âmbito da produção internacional de alimentos, que estiveram envolvidas na construção material e simbólica desse espaço. Como já referido, anteriormente, o II PND, nos anos 70, incluía projetos de ocupação *racional* dos cerrados não circunscritos, apenas, ao âmbito dos chamados *interesses nacionais*.

Em setembro de 1974, alguns meses após a crise que sacudiria os mercados internacionais de cereais e oleaginosas, o Brasil e o Japão deram início a um *Acordo de Cooperação Internacional* para exploração do potencial agrícola dos cerrados brasileiros. Para Bertrand, Théry e Waniez (1990), esse projeto inscreveu-se na dinâmica da fronteira agrícola, tanto do ponto de vista interno de substituição de uma reforma agrária, quanto por seu papel na gênese da agroindústria moderna à montante e à jusante da produção agrícola. E, ainda, pela sua importância no abastecimento alimentar, notadamente, dos grandes centros urbanos, entendendo-se, aí, uma vasta cadeia do complexo carnes/grãos.

Esse projeto nipo-brasileiro de desenvolvimento agrícola revela, logo de entrada, a superioridade espaço-territorial do Brasil em relação ao Japão e, simultaneamente, a supremacia econômico-tecnológica do Japão em relação ao Brasil, com o Japão funcionando como exportador de capital e tecnologia e agro-importador de produtos alimentares. Isto conduz à questão da agro-exportação como política concorrente e/ou complementar ao abastecimento alimentar interno (Bertrand, Théry e Waniez, 1990), de tal modo que esse

acordo orquestraria toda a pauta de medidas internas para a constituição da fronteira agrícola dos cerrados³².

Segundo Cunha (1994), o acelerado crescimento da economia nacional no período 1968-1980, criou um ambiente propício a que políticas de fomento alimentassem as expectativas e os investimentos. A crise de 80 alterou esse clima, mas os efeitos defasados dos investimentos persistiram por algum tempo. Embora o crescimento urbano-industrial repercutisse favoravelmente sobre o chamado setor rural, a política macroeconômica não podia ser considerada exatamente favorável à agricultura: as exportações *in natura* sujeitavam-se a elevada tributação indireta, à qual somavam-se tributos implícitos, variados, decorrentes de tabelamento de preços de alimentos, quotas de exportação e embargos e a concorrência de estoques governamentais. Acrescia-se a isto, a supervalorização da moeda nacional, além dos preços de monopólio pagos pelos agricultores à indústria (insumos, máquinas e equipamentos). A política para a agricultura, então, foi a da quase total isenção de imposto de renda, dos subsídios ao crédito rural e da política de preços mínimos.

Entre as medidas que alavancariam a produção agrícola, um fator determinante foi o desenvolvimento científico e tecnológico, a partir de 1970³³, redundando para os cerrados em índices de produtividade semelhantes aos das regiões consideradas como melhores produtoras. Nesse sentido, "(...) os cerrados foram uma conquista da pesquisa agrônômica no país (...) [porquanto] a agricultura empresarial nos cerrados brasileiros não se modernizou: nasceu moderna" (Cunha, 1994: 123).

³² Para detalhamento do acordo, Brasil/Japão, ver Bertrand, Théry e Waniez (1990), Waniez (1992), Pires (1996).

³³ A constituição de um novo modelo institucional de pesquisa agropecuária, no Brasil, deu-se em meio a uma ampla e profunda reorganização do Estado brasileiro, entre 1968-1973. Essa reorganização resultou na proliferação das *empresas estatais*, marcando o esgotamento do modo nacional-populista de administração e a emergência do estilo tecnocrático de gestão dos mecanismos de intervenção direta e indireta do Estado, no cerne da propagação de um regime de acumulação fundado na internacionalização da economia brasileira. Coerente com esse modelo, em 1972, instituiu-se o *Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*, cujo organismo central seria a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em substituição ao então Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DNPEA), considerado, naquele contexto, insuficiente para atender às necessidades do desenvolvimento nacional. A implantação do *Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária* veio acompanhada da proposta técnico-metodológica de geração e difusão de tecnologia assentada na montagem de *pacotes tecnológicos*, por produto. Por essa forma, foram criados os diversos centros nacionais de pesquisa, por produto, da Embrapa (Aguiar, 1986).

A pesquisa agrônômica, para os cerrados brasileiros, evoluiu em várias direções: 1/ aprofundamento do conhecimento dos ecossistemas em seus diversos aspectos (solo, clima, flora, fauna e suas interações), estando em fase de aperfeiçoamento uma sub-regionalização dos cerrados; 2/ *construção do solo agrícola* (de recurso natural a capital tecnologicamente produzido), nos termos da agricultura moderna: correção de acidez, eliminação da toxidez, aumento da eficiência de fósforo; 3/ desenvolvimento de variedades de plantas adaptadas ao meio-ambiente: cereais (milho, trigo, arroz), leguminosas (feijão, soja), algodão, café, seringueira, frutas, hortaliças, forrageiras (*brachiarias*, andropógão, colômbio); 4/ aprimoramento genético do rebanho pecuário e desenvolvimento de nutrição animal e disseminação de raças híbridas. Tanto o processo de produção quanto o de adoção das novas tecnologias não encontrou dificuldades: os agricultores dos cerrados também *nasceram modernos*: grande parte dos agricultores, que *abrem* uma região, compunha-se de pessoas oriundas de regiões com agricultura já modernizada, ficando a população local à margem do processo³⁴.

A pesquisa agrícola para os cerrados, visando a instituição da fronteira agrícola voltada para a produção de *commodities*, desenvolveu-se em universidades da rede federal encabeçadas pela Universidade de Brasília (UnB), nos centros nacionais de pesquisa da Embrapa e nas empresas estaduais da órbita das secretarias de Agricultura que operam com a Embrapa, através de convênio. Criado em 1975, o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, da Embrapa (Embrapa/CPAC), deslançaria um intenso programa de pesquisas visando à moderna produção de grãos e carne, em parceria com outros centros da Embrapa, universidades brasileiras e instituições internacionais.

Além da Embrapa/CPAC, outros centros nacionais de pesquisa, na região de cerrados, participaram do processo, como por exemplo, o Centro Nacional de Pesquisas em Hortaliças

³⁴ Uma das reações sociais gestadas nesse processo de exclusão e já incorporando a problemática ambiental, em decorrência da exploração predatória nas regiões de cerrados, vem sendo a mobilização de populações locais, através de Organizações Não-Governamentais. Um dos eventos de maior amplitude, nesse sentido, foi a aprovação de um *Tratado sobre Cerrados*, no *Fórum de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais*, no âmbito do Fórum Global da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 (Rede Cerrado de ONGs/APR, 1992).

(CNPB), em Brasília/DF, Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte (CNPB), em Campo Grande/MT, Centro Nacional de Pesquisas em Arroz e Feijão (CNPB), em Goiânia/GO, e o Centro Nacional de Pesquisas em Milho e Sorgo (CNPMS), em Sete Lagoas/MG. Há também instituições localizadas fora da região dos cerrados, mas com programas de pesquisa voltados para os cerrados, como a Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa/MG, com pesquisa em soja, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em Campinas/SP, com pesquisa em feijão, café e soja, e outros centros nacionais da Embrapa, como o Centro Nacional de Pesquisa em Soja (CNPB), em Londrina/PR, que possui uma unidade de pesquisa em Balsas/MA, atuando em cooperação técnica com o Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte (CPAMN), sediado em Teresina/PI, e com o Centro Nacional de Pesquisa em Trigo (CNPB) em Passo Fundo/RS.

Nesse contexto, destaca-se a importância da Embrapa, uma ampla instituição de pesquisa tecnológica aplicada à agricultura – com impressionante série de centros de pesquisa que, em seu conjunto, contribuem para construir os cerrados: com pesquisa de solos, classificação de zonas, mapeamento de aptidões, desenvolvimento ou teste de tecnologias.

As instituições nacionais de pesquisa somam-se as da chamada *cooperação externa*, tais como a Universidade de Carolina do Norte, com voltada para problemas de acidez e fertilidade dos solos, o *International Center of Tropical Agriculture (CIAT)*, localizado em Cáli, na Colômbia, para pastagens e feijão, o *Internacional Potato Center (CIP)*, com sede no Peru, para batatas, o *International Maize and Wheat Improvement Center (CIMMYT)*, sediado na Cidade do México, México, para milho e trigo, e o *International Rice Research Institute (IRRI)*, cuja localização se acha em Los Banos, nas Filipinas, para arroz. O governo japonês compareceu por meio da *Japan International Cooperation Agency (JICA)* com equipamentos e assistência técnica para os centros nacionais e empresas estaduais. Criou ainda a empresa *Campo* – que, simbolicamente, remete ao conceito de cerrados na botânica –, a cujo cargo ficou o Prodecer. O governo francês, através do Instituto Francês de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento e Cooperação (ORSTOM) e do *Institute Nationale de Recherche Agricole (INRA)* cedeu pesquisadores. Já o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

(BIRD ou *Banco Mundial*) financiaram – via empréstimos – treinamentos de cientistas e infra-estrutura de pesquisa da Embrapa (Cunha, 1994).

Além da política científica e tecnológica, alguns programas e políticas tiveram impactos diretos sobre áreas de cerrados, melhorando a infra-estrutura e apresentando reflexo favorável sobre a produção agrícola. Entre estes, se destacam o Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran), o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Geoeconômica), o Polonoroeste (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), a pavimentação da BR 364 (entre Cuiabá e Porto Velho), bem como programas de colonização pública e privada (particularmente para o Mato Grosso) e as políticas de incentivos fiscais e preços mínimos, de forma que, “(...) manipulando um tal conjunto de instrumentos, o setor público criou estímulos à expansão da fronteira agrícola na forma de frentes de agricultura comercial e também na forma de frentes camponesas e especulativas (...)” (Cunha, 1994: 56). Ao mesmo tempo, os preços mínimos, sem diferenciação por região, garantem lucros extraordinários para as regiões em posição de vantagem relativa. Nesse sentido, são não apenas um pagamento da sociedade como um todo, para colocar em produção as regiões mais distantes, mas também uma espécie de imposto que remunera acima do lucro *competitivo* os produtores bem situados.

Dois programas foram criados especialmente para desenvolver a agricultura nos cerrados: o Polocentro (Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados) e o Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). O Polocentro vigorou de 1975 a 1980 e foi concebido para *pólos de crescimento* (Mato Grosso do Sul, Goiás Tocantins e Minas Gerais), atuando em 12 áreas de cerrados, com alguma estrutura e potencial agrícola prévios³⁵. Entre os anos de 1975 e 1980, o programa incorporou cerca de 2,4 milhões de hectares à agricultura dos cerrados, o que corresponde a 31% da área total acrescida nas zonas onde atuou. Dessa área total, 35,4 % foi no Mato Grosso do Sul

³⁵ A concepção de *Pólos de Crescimento* no chamado *Núcleo Central dos Cerrados* (Cunha, 1994) representa, em si mesmos, a contradição real da política de desenvolvimento, frente à ficção da *unidade* – forjada na definição de uma região dos cerrados. (O tema dos pólos será retomado no capítulo III).

32,2% em Goiás e Tocantins (principalmente em Goiás), 17,6% em Minas Gerais e 14,7% em Mato Grosso (Cunha, 1994).

Coerente com a concepção dos pólos de crescimento, o Polocentro alocou recursos para melhorias de infra-estrutura já disponível e para um generoso programa de crédito subsidiado através de três linhas de crédito – fundiário, investimentos e custeio –, com juros baixos e sem correção monetária. Segundo a Fundação João Pinheiro (1985), o Polocentro beneficiou principalmente a produtores de médio e grande porte, aprovando, de 1975 a 1982, um total de 3.373 projetos, o que corresponde a um montante de recursos de 577 milhões de dólares. Desse total, 81% dos beneficiários – aos quais se destinaram 88% do crédito do programa – operavam em estabelecimentos com mais de 200 hectares, sendo que os estabelecimentos com mais de 1000 hectares (39% do total de projetos) foram beneficiados com 60% dos recursos.

O Polocentro foi um programa oficial de custo social elevado que criou e sustentou alguns privilégios ao induzir a expansão da agricultura comercial nos cerrados. Sua meta inicial (destinar 60% da área explorada a lavouras e 40% à pecuária) foi invertida: os 60% foram destinados a pastagens e as lavouras – monoculturas de soja e arroz – ficaram com 40%, com a soja ocupando maior parte da área destinada à lavoura³⁶.

Tendo como um de seus componentes importantes o incentivo à pesquisa agrônômica, o Polocentro promoveu, através da Embrapa, o desenvolvimento de tecnologias especialmente voltadas para o cultivo produtivo e rentável dos solos ácidos e de baixa fertilidade dos cerrados. Os *pacotes tecnológicos* desenvolvidos pela Embrapa obtiveram notável sucesso no aumento da produção e da produtividade da agricultura dos cerrados, embora sejam questionáveis os seus impactos sociais, ambientais e distributivos³⁷.

³⁶ Da produção mundial de soja, 18% correspondem ao Brasil, sendo os demais (e principais produtores): Estados Unidos (51,8%) e Argentina (10,9%) (Araújo e França, 1991).

³⁷ Nos anos 90, a emergência da questão da incompatibilidade da tecnologia utilizada nos cerrados e dos seus efeitos ambientais predatórios leva a pesquisa oficial a elaborar zoneamentos agroecológicos (mapa PNUD-BRA 7 (Fig.7). Nesse contexto, e com a questão ambiental ganhando fôlego, a própria Embrapa passou a expressar essa preocupação, com a elaboração de zoneamento agroecológico e com programas de preservação ambiental ou *desenvolvimento sustentável*. Nesse sentido, pesquisadores da Embrapa/CPAC desenvolvem um

O Polocentro desempenhou, assim, papel fundamental na incorporação dos cerrados projetando, na memória social, a idéia de preenchimento do *espaço vazio* das narrativas mestras, segundo as quais

“(...) as atividades desenvolvidas nos cerrados só podem se viabilizar com utilização de moderna tecnologia. Essa tecnologia encontra-se disponível sendo imprescindível a adoção dos modelos de exploração preconizados pela Embrapa, incluindo correção da acidez e fertilidade do solo, rotação de cultura, inclusive com utilização de pastagens, uso de sementes selecionadas de variedades recomendadas, cultivo de leguminosas e manejo adequado de solo e água (Araújo e França, 1991: 30).

O Estado brasileiro, com o concurso de ampla rede da chamada *cooperação internacional*, instituiu cerrados como *celeiro de produção* a um custo social alto. Uma vez consolidados como uma região produtiva *moderna*, os cerrados passaram a ser objeto de investimentos privados internacionais, cujo exemplo é o Prodecer, um programa de *cooperação* nipo-brasileiro para assentamento de colonos, através de cooperativas credenciadas. Trata-se de um programa de colonização privada, com participação do Estado, promovido pelo governo Japonês, via JICA, prevendo crédito supervisionado, a taxas de juros reais positivas, para investimento e custeio. A primeira etapa teve início em 1980, em Minas Gerais, e a segunda, em 1987. Na década de 90, iniciou-se a terceira etapa, com expansão para o Maranhão, Tocantins e Piauí³⁸.

Além das políticas e programas referidos, a política de preços mínimos, a partir de 1985, foi o principal instrumento da política agrícola: o governo federal passou a adquirir grandes volumes da produção – principalmente de soja, arroz e milho – sustentando, assim, a agricultura nas regiões de cerrados. Com uma política de preços mínimos unificados – apenas recentemente estes passaram a ser diferenciados por regiões –, calculados com base

programa voltado para a valorização dos recursos locais de cerrados, com base nos conhecimentos das populações locais, através do *Projeto Silvânia*, em Goiás.

³⁸ Ver, especificamente em relação ao Prodecer, Pires (1996). O tema será retomado no capítulo III.

nas regiões onde os custos de produção eram mais elevados, esta medida garantia a sobrevivência daqueles que se encontravam em desvantagem relativa³⁹.

A unificação do preço do combustível, através do chamado *subsídio de equalização* – também modificada apenas recentemente – foi outro benefício estendido aos produtores rurais das zonas mais remotas dos cerrados. O setor público – a sociedade, enfim – assumia, assim, os custos de transporte mais elevados aos locais mais distantes dos pontos de refino, reduzindo-se os custos de escoamento da produção, de operação de máquinas e equipamentos e, por conseguinte, a desvantagem relativa dos agricultores de áreas mais distantes (Cunha, 1994).

A incorporação dos cerrados contou ainda com a construção de uma malha viária, fator estreitamente relacionado à expansão da agricultura nessas regiões, relacionada ao crescimento da demanda de produtos agrícolas no centro dinâmico da economia brasileira, o que passou a ser importante justificativa no discurso do *desenvolvimento* dos cerrados. É que, devido às deficiências da rede de transportes e à maior distância de mercados de produtos e de insumos, em particular dos portos, os cerrados têm uma desvantagem locacional em relação às regiões produtoras tradicionais (Cunha, 1994). Na década de 90, já no governo Fernando Henrique Cardoso, a preocupação com a malha viária para a circulação dos produtos das regiões de cerrados (mapas PNUD-BRA 8 e 9 – Fig. 8 e 9)) redundaram, no contexto das atuais políticas de desenvolvimento, nos chamados *Corredores Multimodais de Exportação*⁴⁰.

³⁹ As políticas de suporte a preços agrícolas iniciaram-se no Brasil na década de 40 (com exceção do café, para o qual elas datam do século XIX). Até 1984, os preços mínimos eram fixados abaixo dos de mercado, em épocas críticas, sendo utilizado como política, esporadicamente, respondendo a crises de abastecimento. A partir de 1985, os preços mínimos tornaram-se o principal instrumento de política agrícola, sustentando, dessa forma, a agricultura, notadamente nas regiões mais distantes e mais vulneráveis (custo de produção mais alto) e recém-abertas (Cunha, 1994).

⁴⁰ Os principais corredores multimodais em desenvolvimento no Brasil são: 1/ Corredor Centro-Norte, que envolve cerca de 80 milhões de hectares, distribuídos pelo Estado de Tocantins, sul do Maranhão (região de Balsas), sudoeste do Piauí, sudeste do Pará, leste do Mato Grosso e nordeste de Goiás. Este corredor utiliza os rios Araguaia, das Mortes e Tocantins, a Rodovia BR-010 (Belém-Brasília), as ferrovias Norte-Sul e Carajás e os Portos de Ponta da Madeira e de Itaqui (MA); 2/ Corredor Centro-Leste que abrange os arredores do Distrito Federal, o Noroeste de Minas Gerais e a região de Belo Horizonte. Utiliza a Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Cia. Vale do Rio Doce, e a Ferrovia Belo Horizonte/MG/Pirapora/MG; 3/ Corredor Noroeste, que abarca a área de atuação do Grupo André Maggi, com o uso dos Rios Madeira e Amazonas e as rodovias BR-

O discurso oficial elege a urbanização e a crescente demanda de alimentos como fatos que requerem uma nova solução: aumento da produção e da produtividade agrícola. A memória dominante incorpora estas *novas soluções*: 1/ diagnosticando o *vazio*; 2/ propondo o preenchimento desse *vazio*, pelo produtivismo; 3/ agenciando recursos e meios diversos para concretizar essa proposição. A solução aparece, então, discursivamente, como uma solução técnica. O conjunto de medidas aqui abordadas reitera a idéia de que o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas é a razão e o objetivo do social, orientando uma geopolítica e reelaborando não apenas espaços, mas, também, significados sociais de espaços.

2.4- CERRADOS MAPEADOS: LINGUAGEM CARTOGRÁFICA DAS NARRAÇÕES MESTRAS

Um importante *topos* das narrativas mestras são os *mapas da região de cerrados* (Cunha, 1994a) produzidos pelo Estado, tendo como horizonte temporal o período que vai de 1970 a 1985, e que representam, portanto, o auge da institucionalização de cerrados como fronteira agrícola. A análise desses mapas contribui para a compreensão do papel da comunicação e do discurso na vida social e política e na construção de uma memória social, apontando para a questão da produção social do espaço.

Como já observara Orlove (1991), mapas podem ser vistos como equivalentes cartográficos da vida social das coisas, com base em dois caminhos, que podem ser tomados do ponto de vista de uma *economia política* dos mapas: 1/ estudo da produção e 2/ estudo do consumo de mapas. Centrando na questão da produção de mapas, alguns mapas elaborados pelo Projeto PNUD/BRA/91/014, do Ministério do Planejamento são analisados aqui como uma fala, como linguagem cartográfica das narrativas mestras dos cerrados. Efetivamente,

364; 4/ Corredor Nordeste, que envolve o norte de Minas Gerais, a Bahia e Pernambuco, com ampla influência em todo o Nordeste. Sua base é o Rio São Francisco e afluentes e a malha rodoviária a partir de Pirapora (MG) e de Petrolina-Juazeiro (PE e BA) até Recife (PE) e Fortaleza (CE); 5/ Corredor Cuiabá-Santarém, que engloba a rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163) e os rios Teles Pires-Tapajós; 6/ Corredor Tietê-Paraná, constituído pelo complexo hidroviário dos rios Tietê, Paraná e Paraguai, com potencial de integração regional entre São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, sul de Goiás e Triângulo Mineiro; 7/ Corredor Paraná-Paraguai, também chamado de *Hidrovia do Mercosul*, que apresenta amplo potencial para interligar regiões do Brasil, da Argentina e do Paraguai. Seus eixos principais são Corumbá (MS) e Buenos Aires (Argentina), operando, também, a partir de Cáceres (MT) (Giordano, 1998).

podem-se tomar mapas como instrumentos apropriados para o exame das relações entre política e comunicação, poder e discurso, devido à sua natureza e uso e, ainda, como objeto e a relação específica implicada entre eles mesmos e o que representam. É que sua natureza como desenho os distingue de formas transitórias de comunicação, como a fala, e a sua permanência torna seu conteúdo sujeito a múltiplas interpretações. Através de mapas pretende-se representar uma realidade externa pintando porções da superfície terrestre com características naturais – especificamente no caso dos cerrados, como um agroecossistema – e humanas. Tais pretensões aumentam suas qualidades, permanência e acesso, tornando-os, também, comparáveis entre si: um conjunto de mapas de um determinado território, empresta-se, imediatamente, ao exame de semelhanças e diferenças (Orlove, 1991).

A análise da forma dos mapas produzidos pelo Projeto PNU/BRA/91/014 BIRD 2727/BR aponta para os modos pelos quais, o Estado entende suas relações com o outro e com a paisagem, enquanto a análise da prática permitiria um “estudo da categorização de mapas entre diferentes classes” (Orlove, 1991) sociais⁴¹. O exame dessas representações cartográficas dos cerrados coloca os mapas como signos que contribuem para a complementação da leitura da incorporação dos cerrados, como fronteira agrícola.

Na teoria dos signos de Charles Peirce, mapas são ícones, ou seja, símbolos que denotam algo em virtude de uma similitude, semelhança, mesmo que essa seja uma similitude de estrutura: “Um ícone é um signo possuidor de caráter que o torna significativo, ainda que seu objeto não existisse, tal um risco representando uma linha geométrica” (Peirce, 1962: 131). Nos *signos-ícones*, a associação apóia-se na analogia, na semelhança (como em um retrato):

“O único meio de transmitir diretamente uma idéia é por via de um ícone (...) todo quadro (...) é em essência uma representação daquela espécie. O mesmo é um diagrama, ainda que não exista qualquer semelhança sensível entre ele e seu objeto, mas apenas uma analogia entre

⁴¹ Enquanto, pela análise da forma, examina-se um mapa em relação a uma paisagem particular, a análise da prática inclui, também, o observador, com seus modos culturais e específicos de olhar mapas. Essa análise aproxima-se da noção de que, em geral, as pessoas voltam-se para mapas com um propósito específico: guiá-las para um ponto determinado, antecipar as condições climáticas, documentar propriedades, etc. A análise da prática inclui uma etnografia daquilo que é visto e um estudo da categorização de mapas entre classes sociais (Orlove, 1991).

relações das partes de cada um. Merecedores de particular referência são os ícones em que a semelhança é ajudada por normas convencionais [como nos mapas]" (Peirce, 1962: 117)⁴².

Os 9 mapas aqui utilizados, e apresentados no final deste capítulo, foram produzidos, com base no *Delineamento Macroecológico*, feito pela Embrapa, em 1992. Aqui, eles recebem a denominação de Mapas PNUD-BRA, acrescida do numeração correspondente: mapa 1 (Localização), mapa 2 (Evolução da ocupação de terra) mapa 3 (Densidade do rebanho bovino) mapa 4: (Evolução e intensidade da tecnificação da agricultura), mapa 5 (Vegetação), mapa 6 (Solos), mapa 7 (Delineamento macroagroecológico), mapa 8 (Malha rodoviária existente e planejada), mapa 9 (Malha ferroviária existente e planejada)⁴³.

Do ponto de vista da análise da forma, estas representações cartográficas que se apresentam todas sob uma única categoria – mapa – seguem convenções básicas da tradição ocidental de fazer mapas⁴⁴. Todos eles são retangulares, com os sinais convencionais de limites e a escala explícitos. Incluem títulos, legendas, fronteiras e a descrição das microrregiões

⁴² A definição de signo de Charles Peirce envolve três termos: o signo, o interpretante, e o objeto. O signo, diz Peirce (1962: 130), é "qualquer coisa que leva algo diverso (*seu interpretante*) a referir-se a um objeto a que ele próprio se refere (*seu objeto*) de maneira idêntica, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo, e assim por diante, *ad infinitum*". Isto significa que signo é qualquer coisa que determina que um interpretante se refira a um objeto. Assim, ao ver um mapa (signo), o observador (um interpretante) refere-se mentalmente a uma *região espacial* (um objeto). Note-se, porém, que o *interpretante* pode ser, e.g., um dicionário, que remete um *signo* (um verbete) a um *objeto* (o significado). Enquanto nos signos-ícones a associação apóia-se na semelhança, nos signos-símbolos, signo e denotação se associam em virtude de uma convenção (a palavra *casa* denota certo objeto por convenção) e, nos signos-índices, essa mesma associação se dá por uma relação concreta de causa efeito (presença de fumaça indica fogo) (Peirce, 1962).

⁴³ Corresponde, respectivamente, às referências originais na seqüência em que aparecem em Cunha (1994a): Figura I-1: Localização, Figura III-3: evolução da ocupação de terra, Figura III-6: densidade do rebanho bovino, Figura III-7: evolução e intensidade da tecnificação da agricultura, Figura IV-2: vegetação, Figura IV-4: solos, Figura IV-5: delineamento macroagroecológico, Figura IV-8: malha rodoviária existente e planejada, Figura IV-9: malha ferroviária existente e planejada. Além desses mapas aqui analisados, o documento apresenta mais 8 mapas: Figura III-1: Divisão política, Figura III-2: Núcleo central dos cerrados, Figura III-4: Área alterada em relação à área total dos estabelecimentos, Figura III-5: Áreas desmatadas, Figura IV-2: Sub-regiões segundo intensidade e tecnificação da agricultura, Figura IV-1: Relevo, Figura IV-6: Veranicos de 10 dias em janeiro, observados em 20 anos, Figura IV-7: Veranicos de 15 dias em janeiro, observados em 20 anos.

⁴⁴ Mapas, como representações culturais, não se reportam a uma forma universalmente válida. A respeito, ver Orlove (1991) quando se refere, por exemplo, a formas não-ocidentais de linguagens cartográficas.

correspondentes⁴⁵. Todos os mapas são apresentados, por Cunha (1994a), em cópias preto-e-branco, não permitindo, portanto, uma análise do uso e significado de cores.

Nos desenhos desses mapas a perspectiva aérea permite visualizar os cerrados como uma unidade, uma *região* (Mapa PNUD-BRA 1. Fig. 1) o que é mais possibilitada pela *convenção da vista aérea* (Orlove, 1991) utilizada na feitura dos mapas que permite uma localização precisa das características apresentadas. Estas são espacialmente conectadas entre si, em um mesmo mapa e entre os diversos mapas. Nesse sentido, qualquer parte da *região* dos cerrados pode ser precisamente localizada nos mapas PNUD-BRA.

Esse *olhar de cima* aponta ainda para a idéia do panóptico (Foucault, 1977), no sentido do olhar amplo, em volta, fixando uma atenção prolongada (*gaze*), e sendo capaz de estabelecer diferenças, de apreciar caracteres e estabelecer classificações rigorosas. Isto, no caso dos mapas dos cerrados opera-se pelo aparato tecnológico empregado pelo poder do Estado de, em podendo *olhar de cima*, tanto estabelecer classificações (mapas PNUD-BRA 2 a 9 – Fig. 2 a 9), quanto naturalizar a diversidade biológica, social, política e econômica (mapa PNUD-BRA 1 – Fig. 1)⁴⁶. Como observou Niemeyer (1994: 6), mapas “(...) representam um recorte num processo lógico permanente de seleção, organização e estruturação de informações espaciais (...). Mapas – cartográficos ou não – sempre transmitem um ponto de vista específico sobre o mundo” (Niemeyer, 1994: 21).

Como já observara Waniez (1992), para designar cerrados, emprega-se habitualmente o termo *região*, supondo-se, como base, uma *região natural homogênea*, de uma extensão do tipo savana arbórea (cerrado). As modificações recentes, de origem antrópica, transformaram os cerrados numa fronteira agrícola, com um desenvolvimento espetacular da produção agrícola de exportação e um claro crescimento da população, com a formação de uma rede urbana. No plano histórico, boa parte dos autores concorda em remontar a emergência de um novo conjunto geográfico no decênio 1970-1980, durante o qual as estratégias espaciais

⁴⁵ Embora os autores não esclareçam a fonte, deduz-se, por comparação, que a base utilizada para citar as microrregiões é o Censo do IBGE, 1980.

dos planos de desenvolvimento econômico regionais deram uma orientação geográfica aos processos de desenvolvimento. No entanto, na própria estratégia dos pólos de crescimento levada a cabo no curso desse período, as ações do Governo Federal afetaram partes dos cerrados de maneiras diferentes.

Para Waniez (1992), dois tipos de espaços coexistem nos cerrados. O primeiro deles resulta da evolução econômica do Brasil pós-século XVIII até início do século XX, com uma intervenção reduzida das políticas governamentais, como a das migrações internacionais, por exemplo. O segundo decorre de uma modificação do papel do Estado, que aparece como um agente de viabilização graças aos financiamentos de infra-estruturas e às vantagens oferecidas aos agentes econômicos, com o Estado orientando as ações de interiorização.

Assim considerados, os cerrados apresentam características comuns aos tipos clássicos de regiões: região natural ou humana homogênea, região polarizada e região anisotrópica. No primeiro caso, isto se dá porque, apesar da diversidade de formas vegetais e de domínios biogeográficos, o que se tem, numa certa escala, é uma certa monotonia da paisagem, conferindo-lhe uma certa fisionomia homogênea. Além disto, é possível perceber cerrados como um conjunto de sub-regiões humanas homogêneas ocupando o espaço na forma de arquipélago. No segundo caso, os cerrados podem ser vistos, pelo menos em parte, como região polarizada quando se consideram grandes centros urbanos como Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO) e Teresina (PI). E, no terceiro, o de região anisotrópica, tem-se uma organização por *eixos* definidos pelo Governo Federal, no sentido de ocupar os *espaços vazios*. Foi, aliás, esta ação planejadora que provocou a emergência de *goteiras*, orientando os fluxos migratórios. A rota Anápolis-Belém desempenha esse papel (Waniez, 1992).

A definição de cerrados como *região*, como aparece no mapa PNUD-BRA 1 (fig.1), não cabe exatamente nos modelos clássicos de organização regional. Para Wanniez (1992), isto significa que os tipos clássicos não dão mais conta de traduzir a particularidade de uma

⁴⁶ Uma imagem moderna do *panóptico* são as redes de satélites (como o LANDSAT) que monitoram, continuamente, a superfície inteira do globo terrestre, fornecendo imagens na escala 1: 100.000

região de fronteira que possui etapas históricas diferentes de integração regional. Observa-se, nesta análise, a tentativa de se construir uma meta-narrativa dos cerrados que, se por um lado contribui para trazer à tona o processo mais geral de ocupação de uma vasta região natural (o que já comporta boa dose de abstração), reforça, por outro, a idéia da tentativa de homogeneização da diversidade biológica, social, política, econômica e cultural dos cerrados.

Nesse sentido, a análise da forma dos mapas PNUD-BRA dos cerrados revela a inclusão e a exclusão de características, a classificação destas características e a relação entre elas, ou seja, a seleção de certos elementos naturais e humanos conduz à omissão de outros. Nesse sentido, chama a atenção, nesses mapas, a ênfase posta: nos aspectos naturais que embasam a idéia de agroecossistema, como é possível ver, por exemplo, nos mapas 5 (vegetação) e 6 (solos); no ecossistema e no agroecossistema como bases da idéia de região, tal qual aparece em todos os mapas e cujo delineamento é representado pelo mapa 1 (*região dos cerrados*); na idéia de progresso técnico na agricultura (mapas 2, 3 e 4), através da evolução da ocupação da terra, da pecuária e da agricultura; na rede viária e ferroviária (mapas 8 e 9), transmitindo a idéia de circulação da produção, com os cerrados imaginados como um rural urbanizado e interligado a outras regiões; na idéia de um espaço contínuo, em que pese a variada divisão política (10 estados e 78 microrregiões) representada no mapa 1. Este, o mapa 1, é corroborado pelos demais mapas que, como num quebra-cabeças, nele poderiam ser encaixados, ou seja, na memória cognitiva desse *discurso cartográfico*, os demais mapas seriam *momentos* do mapa 1. Esta seqüência integrada dos mapas reflete sua origem de uma única instituição: o PNUD-Projeto BRA/91/014.

Atentando não só para o significado das informações que aparecem nos mapas, mas também para o das omissões, reclama atenção uma importante omissão – partilhada por todos – de quaisquer informações, sobre 1/ populações camponesas tradicionais e 2/ agriculturas tradicionais nos cerrados. A linguagem dos mapas reforça e complementa, assim, visualmente, o discurso do *espaço vazio* versus *espaço de agricultura moderna* para uma memória social dos cerrados.

A omissão referida aponta para a questão segundo a qual um dos modos de olhar para o signo é pensar nas regras de sua organização interna, ou seja, 1/ na *gramática* dos mapas, no sentido de conhecimento sintático especializado e necessário para entender sua linguagem, uma vez que as convenções utilizadas os tornam opacos, e 2/ na sua *semântica*, no sentido de apreender o que os mapas significam.

Como é, então, que os signos correspondem à realidade? A escala adotada nos mapas varia de 1: 5.000.000 a 1: 10.000.000. Aqui se põe a questão do que é que *pode* ser representado nessas escalas. Quando se considera a escala de 1 para 10 milhões, pergunta-se: como é que um módulo rural aparece nessa escala. O maior módulo rural tem 100 ha. ou 1 Km² de área. Isto equivale a um quadrilátero de 1 Km de cada lado. Mas, na escala de 1 para 10 milhões, esse módulo corresponde a 1 decímetro de milímetro. E a área de 1 hectare apareceria como um centésimo da área de um milímetro por um milímetro. Canetas esferográficas ou lápis comuns não podem fazer traços com essas distâncias ou essa área. Um módulo rural reduz-se, então, a um ponto convencional ou, simplesmente, está aquém da resolução gráfica do mapa. Na escala de 1 para 5 milhões, um quilômetro linear apareceria como dois décimos de milímetro⁴⁷.

As escalas de 1: 5.000.000 a 1: 10.000.000 (Mapa PNUD-BRA 1) são escalas geopolíticas nacionais, aptas ao discurso regionalista e pensadas, portanto, numa *escala política* que não comporta referências *locais*. Esta questão conduz à análise de Castro (1995) acerca da *pertinência das relações*, esta sendo também definida pela *pertinência das medidas* na sua relação com seu espaço de referência. Para Castro (1995) esse é um problema fundamental na busca da compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas, apontando para a questão de como os fatos sociais são necessariamente relacionados. Nesse caso

⁴⁷Como observado pelo Professor Mauro W. B. de Almeida do Deptº de antropologia da Universidade Estadual de Campinas, em comunicação pessoal, os mapas LANDSAT têm um *pixel* de 30 m por 30 m. Isso significa que a menor área sobre a qual dão informação mede 900 m², ou pouco menos de um décimo de um hectare. Mas essa é a informação sobre um mero ponto: um *pixel* é aqui um número que vai de 1 a 256. Isoladamente, esse número é um ruído. Na prática, para visualizar uma área de *roçado de subsistência* aberta por alguém na floresta, seria preciso uma clareira de no mínimo um terço ou meio hectare. Isso já torna invisível a maior parte das marcas discretas e de baixo impacto deixadas pela presença de caboclos, índios e seringueiros. Eles tornam-se assim invisíveis vistos de cima, mesmo pelos *panópticos* espaciais.

específico, as medidas utilizadas ajudam a pensar as relações entre aspectos da realidade social *mapeados* e *não-mapeados*, ou seja, invisíveis em uma determinada escala.

Segundo essas escalas geopolíticas nacionais, enquanto o mapa 1 traduz a construção da *unidade*, os mapas 2, 3 e 4 podem ser vistos como narrativas que, *pós-facto*, descrevem a modernização dos cerrados, através da evolução da ocupação de terras, das culturas e da pecuária, expondo trajetórias de atores e propósitos levados a cabo no período de 70 a 85.

Outro aspecto da narrativa, agora como prolepsis (Orlove, 1991), pode ser percebido nos mapas 8 e 9, que representam, respectivamente, a malha rodoviária e a ferroviária, existentes e planejadas: as rodovias pavimentadas representadas por uma linha cheia e contínua, as implantadas, por uma linha tracejada, e as planejadas por uma linha dupla. As ferrovias existentes são representadas por uma linha cheia e contínua e as planejadas, por linha dupla. Os propósitos estão claros e previstos: os atos futuros aparecem como pré-ordenados, com o Estado antecipando suas futuras ações, projetando uma memória do futuro, no cerne da idéia de progresso.

Posicionando-se os mapas numa ordem diferente daquela em que são apresentados originalmente pelo PNUD/Projeto BRA/91/014, emerge outra seqüência narrativa que caracteriza a trajetória da intervenção do Estado, através dos momentos já referidos, em relação ao discurso verbal. Tais momentos supõem uma determinada racionalização das ações que implicam um diagnóstico e a gestão do espaço pelas intervenções subseqüentes.

O diagnóstico implica a idéia da *competência científica* e, portanto, da legitimidade das dizibilidades sobre o passado e o presente. Nele, podem ser alocados o mapa 5, com seu estudo da vegetação, o mapa 6, com o levantamento dos tipos de solos e, ainda, o mapa 1, pelo qual cerrados são apresentados, cientificamente, como uma região natural, com base nas idéias de ecossistema e de agroecossistema. Recoloca-se, agora em linguagem cartográfica, o diagnóstico como um momento fundamental ao trabalho da memória, territorializando-se o *espaço cerrados*.

Nos demais momentos, que corresponderiam à gestão territorial pela implementação de programas e projetos, a idéia de *progresso técnico* e, portanto, de uma legitimidade para produzir dizibilidades, principalmente sobre o presente, aparece numa trajetória linear e evolutiva, apresentando-se aquilo em que o *vazio* se transformou. Isto pode ser visto nos mapas 2 (Evolução da ocupação de terra), 3 (Densidade do rebanho bovino) e 5 (Evolução e intensidade da tecnificação da agricultura).

Os mapas 7 (Delineamento macroagroecológico dos cerrados), 8 (Malha rodoviária existente e planejada), e 9 (Malha ferroviária existente e planejada) também representam um segundo passo, além do diagnóstico: traduzem o trabalho da gestão do espaço, com ações propositivas, produzindo dizibilidades sobre o futuro. A racionalização desses momentos, inequivocamente, apresenta o Estado como competente não apenas para diagnosticar, mas também para propor soluções e administrar a *região*, inclusive atualizando esta gestão, pela incorporação da questão ambiental (mapa 7).

Esses mapas, produzidos pelo PNUD/ Projeto BRA/91/014 sobre cerrados, voltam-se, em geral, a um público urbano, para o qual o Estado direciona – embora não diretamente – suas narrações mestras, no processo de construção de uma memória social dos cerrados. Já para os técnicos das instituições públicas do Estado, esses mapas funcionam como fontes de pesquisa e de informação para produzirem novas informações, as quais, por sua vez, vão sendo acrescentadas à memória cognitiva social. Nesse sentido, o Estado, em certa medida, volve-se para si mesmo, preparando auto-representações.

Embora sem detença na análise das práticas ou nos *modos de ver* os mapas, é relevante lembrar com Orlove (1991), que esta questão conduz aos diferentes papéis desempenhados pelas diferentes categorias de observadores desses mapas. Poder-se-ia dizer que, no caso, em geral, os *modos de ver* do público urbano, para quem o Estado dirige seu discurso, são mais difusos, ao contrário dos modos de ver dos funcionários do Estado que produzem mapas. Para os primeiros, a inteligibilidade de nomes, lugares e convenções é menor, funcionando esses, como elementos mais difusos de uma memória cognitiva, em oposição aos modos de ver dos segundos, para os quais a inteligibilidade dos mapas é maior.

Essa questão remete para a episteme dos discursos e práticas como um sistema que, segundo Michel Foucault, fornece categorias e representações para o mundo social e natural, intimamente conectados com sistemas de poder e de dominação. O poder como sistema estaria caracterizado no Estado, embora não se restrinja a ele: padrões de pensamento e ação manifestam-se no Estado do mesmo modo que em outros instrumentos da vida social.

Nesse sentido, a cartografia pode ser tomada como reminiscência de outros campos, pela possibilidade de analisar a interconexão dos discursos e práticas:

“A cartografia trata sua matéria-sujeito, a paisagem, pela categorização e descrição, como muitos outros campos tratam o corpo humano. Paralelos importantes impõem que sejam oferecidas representações acuradas (nesse caso, do mundo), a associação com campos científicos (geografia); a dispersão do ‘fazer’ das representações (mapas) além do Estado, para profissionais e outros grupos sociais, e os elos do campo para sistemas de poder e dominação. Os laços entre cartografia e esses outros campos consistem na supervisão e controle dos movimentos e atividades de pessoas” (Orlove, 1991:25).

As questões apontadas acima aproximam-se, também, da idéia de hegemonia de Gramsci (1978, 1978a), segundo a qual elites exercem dominação política não apenas por coerção direta e controle dos recursos, mas também pelo estabelecimento de ideologias que legitimam as regras. Isto sugere que grupos dominantes procuram impor suas próprias ideologias: neste caso, o controle do Estado sobre o território e sobre uma forma de se ver o território⁴⁸.

Nesse processo, pelo qual um determinado modo de ver o território vai-se tornando hegemônico, produzem-se imagens, que também vão sendo legitimadas pela memória social sobre os cerrados, na forma de uma idéia espacial de *um mundo rural imaginado*, tanto pelos funcionários do Estado que desenham mapas, quanto por outros segmentos da população que os vêem. O Estado produz, assim, um discurso hegemônico, através de imagens verbais e cartográficas, baseadas em determinadas noções de território, grupo social,

⁴⁸ Os governos da América Latina mantêm uma presença administrativa efetiva sobre seus territórios, em relação a algumas nações da África e Ásia, por exemplo, fato registrado na recente literatura sobre Estados no chamado Terceiro Mundo e que tem focalizado a distinção entre Estados fortes e fracos. Convém lembrar, ainda, que os cerrados no Brasil – no sentido aqui analisado – instituíram-se em pleno regime militar, no cerne de sua geopolítica (Orlove, 1991).

campo e autoridade, dando, através destas implicações, uma determinada visibilidade aos cerrados.

Tal visibilidade, como tentei demonstrar ao longo desta argumentação, centra-se em torno de pelo menos dois eixos: 1/ naturalização do espaço social pela idéia de agroecossistema; 2/ produtivismo, com ênfase na idéia de progresso técnico e de racionalização da produção, transformando um espaço *vazio* num espaço de produção da agricultura moderna.

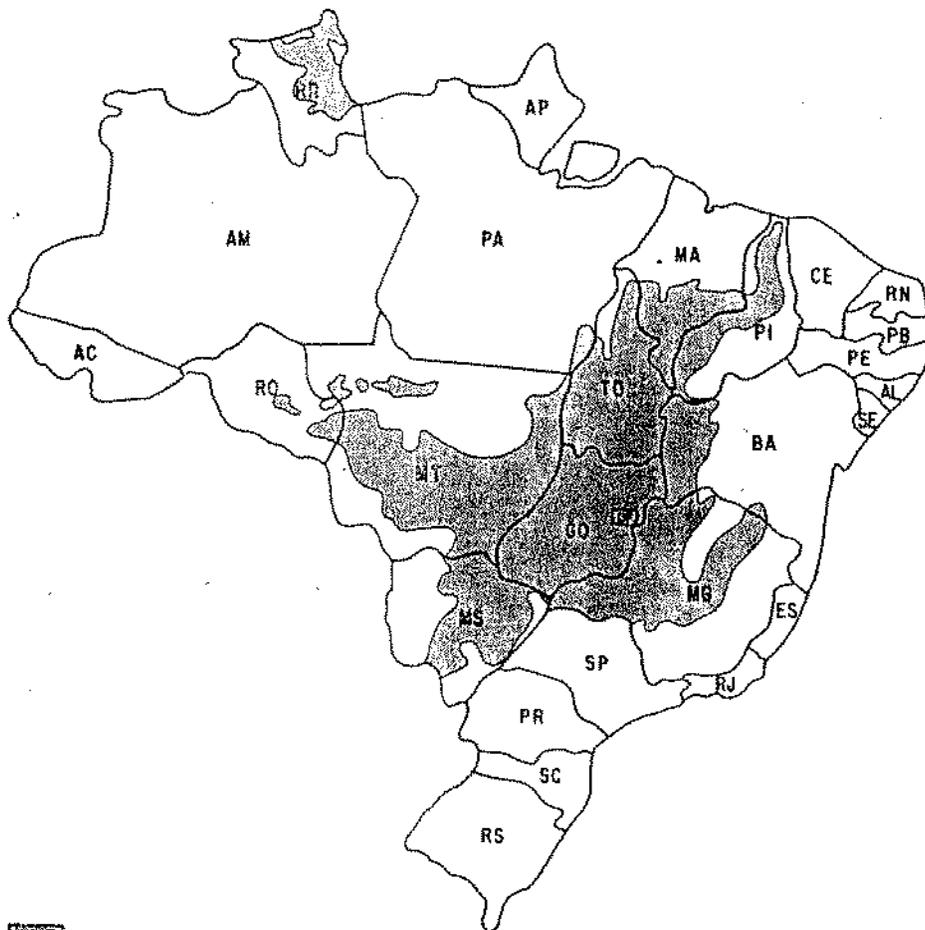
As narrativas mestras, no discurso verbal ou no cartográfico, retratam a *região* dos cerrados como um processo de concepção e de realização de atores, propósitos e projetos que aparecem como passos de um detalhado *plano de desenvolvimento* para um território específico. Neste processo, o Estado agenciou recursos naturais e populações humanas para capitais privados, excluindo as possíveis histórias diferentes que poderiam ser narradas pelas diferentes populações locais das diferentes áreas de cerrados no Brasil.

O trabalho de enquadramento da memória fabrica, assim, limites para se pensar o espaço e o tempo, definindo dizentes e (in)dizentes e estabelecendo critérios para se pensar o dizível e o indizível: “A fronteira entre o dizível e o indizível (...) separa (...) uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume as imagens que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar a impor” (Neves, 1994: 112).

Nesse sentido, a memória instituída no presente, em função do projeto modernizador dos cerrados, exclui as populações camponesas tradicionais. Assim como sua voz não aparece, elas são também invisibilizadas do discurso gráfico dos mapas. O presente institui a memória (Neves, 1994), evocando o passado a partir dos interesses do presente (Chauí 1995). Mas o trabalho da memória, no sentido aqui analisado, não é apenas memorização, mas é também aberto ao questionamento, às possibilidades de recuperação de outras narrativas, e de dúvida em relação aos projetos de universalização e homogeneização, como veremos adiante.

Mapas PNUD-BRA – Cerrados

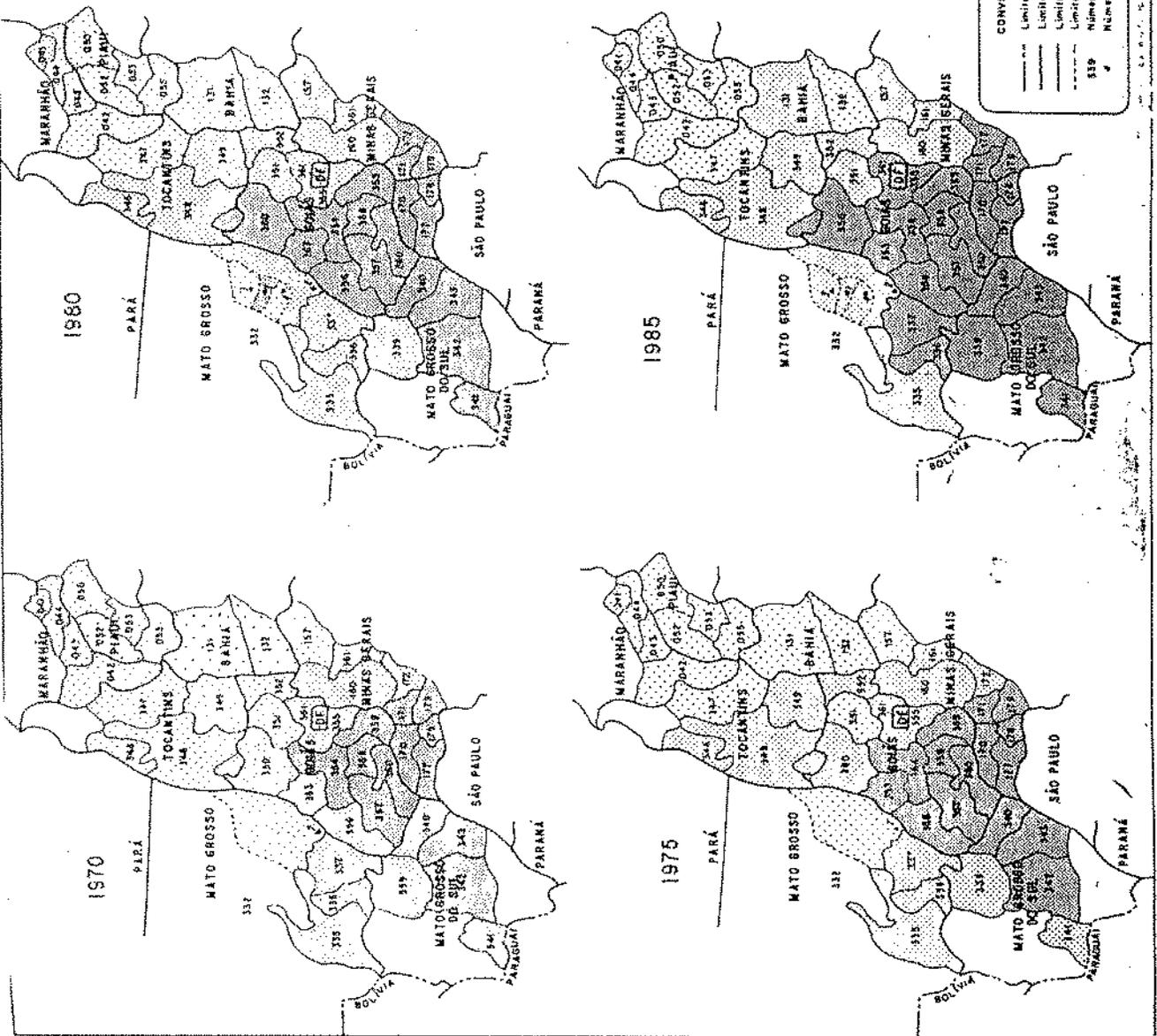
Figura 1
Mapa PNUD-BRA 1
Localização
Núcleo Central dos Cerrados



 Região dos Cerrados

Fonte: Mapa Delimitação Macrogeocológica do Brasil, escala 1:5.000.000, EMBRAPA, 1992

Figura 2
Mapa PNUD-BRA 2
Evolução da ocupação de terra

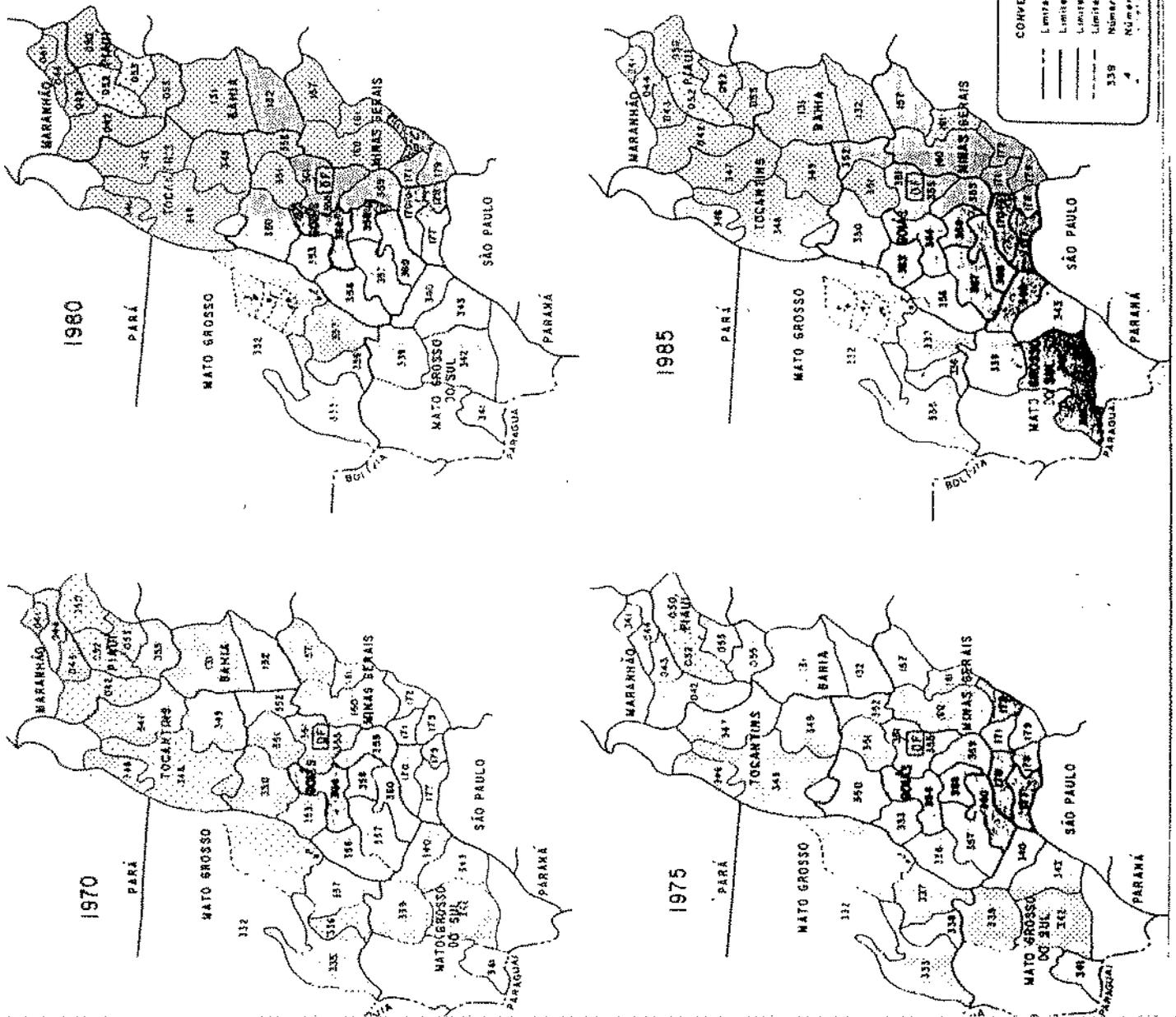


MP	NOME	Nº	MICROREGIÕES	NOME
041	Alto Taquari	336	Rondonópolis	
042	Chapadão do Sul	337	Castas	
043	Balsa Nova	338	MATO GROSSO DO SUL	
044	Paulista	339	Alto Taquari	
		340	Paranaíba	
050	Floreópolis	341	Redenção	
052	Alto Paraguai	342	Poço das Trincheiras	
053	Nova Esperança	343	Três Lagoas	
055	Chapadão de Itaipuaçu	344	GOIÁS	
131	Corumbá	345	Alto Taquari	
132	Corumbá do Rio Grande	346	Alto Taquari	
133	Corumbá	347	Alto Taquari	
134	Corumbá	348	Alto Taquari	
135	Corumbá	349	Alto Taquari	
136	Corumbá	350	Alto Taquari	
137	Corumbá	351	Alto Taquari	
138	Corumbá	352	Alto Taquari	
139	Corumbá	353	Alto Taquari	
140	Corumbá	354	Alto Taquari	
141	Corumbá	355	Alto Taquari	
142	Corumbá	356	Alto Taquari	
143	Corumbá	357	Alto Taquari	
144	Corumbá	358	Alto Taquari	
145	Corumbá	359	Alto Taquari	
146	Corumbá	360	Alto Taquari	
147	Corumbá	361	Alto Taquari	
148	Corumbá	362	Alto Taquari	
149	Corumbá	363	Alto Taquari	
150	Corumbá	364	Alto Taquari	
151	Corumbá	365	Alto Taquari	
152	Corumbá	366	Alto Taquari	
153	Corumbá	367	Alto Taquari	
154	Corumbá	368	Alto Taquari	
155	Corumbá	369	Alto Taquari	
156	Corumbá	370	Alto Taquari	
157	Corumbá	371	Alto Taquari	
158	Corumbá	372	Alto Taquari	
159	Corumbá	373	Alto Taquari	
160	Corumbá	374	Alto Taquari	
161	Corumbá	375	Alto Taquari	
162	Corumbá	376	Alto Taquari	
163	Corumbá	377	Alto Taquari	
164	Corumbá	378	Alto Taquari	
165	Corumbá	379	Alto Taquari	
166	Corumbá	380	Alto Taquari	
167	Corumbá	381	Alto Taquari	
168	Corumbá	382	Alto Taquari	
169	Corumbá	383	Alto Taquari	
170	Corumbá	384	Alto Taquari	
171	Corumbá	385	Alto Taquari	
172	Corumbá	386	Alto Taquari	
173	Corumbá	387	Alto Taquari	
174	Corumbá	388	Alto Taquari	
175	Corumbá	389	Alto Taquari	
176	Corumbá	390	Alto Taquari	
177	Corumbá	391	Alto Taquari	
178	Corumbá	392	Alto Taquari	
179	Corumbá	393	Alto Taquari	
180	Corumbá	394	Alto Taquari	
181	Corumbá	395	Alto Taquari	
182	Corumbá	396	Alto Taquari	
183	Corumbá	397	Alto Taquari	
184	Corumbá	398	Alto Taquari	
185	Corumbá	399	Alto Taquari	
186	Corumbá	400	Alto Taquari	
187	Corumbá	401	Alto Taquari	
188	Corumbá	402	Alto Taquari	
189	Corumbá	403	Alto Taquari	
190	Corumbá	404	Alto Taquari	
191	Corumbá	405	Alto Taquari	
192	Corumbá	406	Alto Taquari	
193	Corumbá	407	Alto Taquari	
194	Corumbá	408	Alto Taquari	
195	Corumbá	409	Alto Taquari	
196	Corumbá	410	Alto Taquari	
197	Corumbá	411	Alto Taquari	
198	Corumbá	412	Alto Taquari	
199	Corumbá	413	Alto Taquari	
200	Corumbá	414	Alto Taquari	
201	Corumbá	415	Alto Taquari	
202	Corumbá	416	Alto Taquari	
203	Corumbá	417	Alto Taquari	
204	Corumbá	418	Alto Taquari	
205	Corumbá	419	Alto Taquari	
206	Corumbá	420	Alto Taquari	
207	Corumbá	421	Alto Taquari	
208	Corumbá	422	Alto Taquari	
209	Corumbá	423	Alto Taquari	
210	Corumbá	424	Alto Taquari	
211	Corumbá	425	Alto Taquari	
212	Corumbá	426	Alto Taquari	
213	Corumbá	427	Alto Taquari	
214	Corumbá	428	Alto Taquari	
215	Corumbá	429	Alto Taquari	
216	Corumbá	430	Alto Taquari	
217	Corumbá	431	Alto Taquari	
218	Corumbá	432	Alto Taquari	
219	Corumbá	433	Alto Taquari	
220	Corumbá	434	Alto Taquari	
221	Corumbá	435	Alto Taquari	
222	Corumbá	436	Alto Taquari	
223	Corumbá	437	Alto Taquari	
224	Corumbá	438	Alto Taquari	
225	Corumbá	439	Alto Taquari	
226	Corumbá	440	Alto Taquari	
227	Corumbá	441	Alto Taquari	
228	Corumbá	442	Alto Taquari	
229	Corumbá	443	Alto Taquari	
230	Corumbá	444	Alto Taquari	
231	Corumbá	445	Alto Taquari	
232	Corumbá	446	Alto Taquari	
233	Corumbá	447	Alto Taquari	
234	Corumbá	448	Alto Taquari	
235	Corumbá	449	Alto Taquari	
236	Corumbá	450	Alto Taquari	
237	Corumbá	451	Alto Taquari	
238	Corumbá	452	Alto Taquari	
239	Corumbá	453	Alto Taquari	
240	Corumbá	454	Alto Taquari	
241	Corumbá	455	Alto Taquari	
242	Corumbá	456	Alto Taquari	
243	Corumbá	457	Alto Taquari	
244	Corumbá	458	Alto Taquari	
245	Corumbá	459	Alto Taquari	
246	Corumbá	460	Alto Taquari	
247	Corumbá	461	Alto Taquari	
248	Corumbá	462	Alto Taquari	
249	Corumbá	463	Alto Taquari	
250	Corumbá	464	Alto Taquari	
251	Corumbá	465	Alto Taquari	
252	Corumbá	466	Alto Taquari	
253	Corumbá	467	Alto Taquari	
254	Corumbá	468	Alto Taquari	
255	Corumbá	469	Alto Taquari	
256	Corumbá	470	Alto Taquari	
257	Corumbá	471	Alto Taquari	
258	Corumbá	472	Alto Taquari	
259	Corumbá	473	Alto Taquari	
260	Corumbá	474	Alto Taquari	
261	Corumbá	475	Alto Taquari	
262	Corumbá	476	Alto Taquari	
263	Corumbá	477	Alto Taquari	
264	Corumbá	478	Alto Taquari	
265	Corumbá	479	Alto Taquari	
266	Corumbá	480	Alto Taquari	
267	Corumbá	481	Alto Taquari	
268	Corumbá	482	Alto Taquari	
269	Corumbá	483	Alto Taquari	
270	Corumbá	484	Alto Taquari	
271	Corumbá	485	Alto Taquari	
272	Corumbá	486	Alto Taquari	
273	Corumbá	487	Alto Taquari	
274	Corumbá	488	Alto Taquari	
275	Corumbá	489	Alto Taquari	
276	Corumbá	490	Alto Taquari	
277	Corumbá	491	Alto Taquari	
278	Corumbá	492	Alto Taquari	
279	Corumbá	493	Alto Taquari	
280	Corumbá	494	Alto Taquari	
281	Corumbá	495	Alto Taquari	
282	Corumbá	496	Alto Taquari	
283	Corumbá	497	Alto Taquari	
284	Corumbá	498	Alto Taquari	
285	Corumbá	499	Alto Taquari	
286	Corumbá	500	Alto Taquari	
287	Corumbá	501	Alto Taquari	
288	Corumbá	502	Alto Taquari	
289	Corumbá	503	Alto Taquari	
290	Corumbá	504	Alto Taquari	
291	Corumbá	505	Alto Taquari	
292	Corumbá	506	Alto Taquari	
293	Corumbá	507	Alto Taquari	
294	Corumbá	508	Alto Taquari	
295	Corumbá	509	Alto Taquari	
296	Corumbá	510	Alto Taquari	
297	Corumbá	511	Alto Taquari	
298	Corumbá	512	Alto Taquari	
299	Corumbá	513	Alto Taquari	
300	Corumbá	514	Alto Taquari	
301	Corumbá	515	Alto Taquari	
302	Corumbá	516	Alto Taquari	
303	Corumbá	517	Alto Taquari	
304	Corumbá	518	Alto Taquari	
305	Corumbá	519	Alto Taquari	
306	Corumbá	520	Alto Taquari	
307	Corumbá	521	Alto Taquari	
308	Corumbá	522	Alto Taquari	
309	Corumbá	523	Alto Taquari	
310	Corumbá	524	Alto Taquari	
311	Corumbá	525	Alto Taquari	
312	Corumbá	526	Alto Taquari	
313	Corumbá	527	Alto Taquari	
314	Corumbá	528	Alto Taquari	
315	Corumbá	529	Alto Taquari	
316	Corumbá	530	Alto Taquari	
317	Corumbá	531	Alto Taquari	
318	Corumbá	532	Alto Taquari	
319	Corumbá	533	Alto Taquari	
320	Corumbá	534	Alto Taquari	
321	Corumbá	535	Alto Taquari	
322	Corumbá	536	Alto Taquari	
323	Corumbá	537	Alto Taquari	
324	Corumbá	538	Alto Taquari	
325	Corumbá	539	Alto Taquari	
326	Corumbá	540	Alto Taquari	
327	Corumbá	541	Alto Taquari	
328	Corumbá	542	Alto Taquari	
329	Corumbá	543	Alto Taquari	
330	Corumbá	544	Alto Taquari	
331	Corumbá	545	Alto Taquari	
332	Corumbá	546	Alto Taquari	
333	Corumbá	547	Alto Taquari	
334	Corumbá	548	Alto Taquari	
335	Corumbá	549	Alto Taquari	
336	Corumbá	550	Alto Taquari	
337	Corumbá	551	Alto Taquari	
338	Corumbá	552	Alto Taquari	
339	Corumbá	553	Alto Taquari	
340	Corumbá	554	Alto Taquari	
341	Corumbá	555	Alto Taquari	
342	Corumbá	556	Alto Taquari	
343	Corumbá	557	Alto Taquari	
344	Corumbá	558	Alto Taquari	
345	Corumbá	559	Alto Taquari	
346	Corumbá	560	Alto Taquari	
347	Corumbá	561	Alto Taquari	
348	Corumbá	562	Alto Taquari	
349	Corumbá	563	Alto Taquari	
350	Corumbá	564	Alto Taquari	
351	Corumbá	565	Alto Taquari	
352	Corumbá	566	Alto Taquari	
353	Corumbá	567	Alto Taquari	
354	Corumbá	568	Alto Taquari	
355	Corumbá	569	Alto Taquari	
356	Corumbá	570	Alto Taquari	
357	Corumbá	571	Alto Taquari	
358	Corumbá	572	Alto Taquari	
359	Corumbá	573	Alto Taquari	
360	Corumbá	574	Alto Taquari	
361	Corumb			

Figura 3

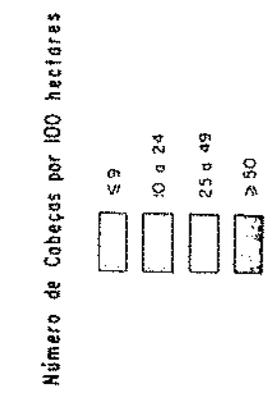
Mapa PNUD-BRA 3

Densidade do rebanho bovino



Nº	NOME	Nº	NOME
MARANHÃO			
341	Alto Itaipava	356	Pombal
342	Chapada de Sul Maranhão	357	Goianinha
343	Bezerros	MATO GROSSO DO SUL	
344	Passo Boqueirão	358	Alto Taquari
PIAUI			
350	Floresta	361	Paranaíba
351	Abraão	362	Pastoril de Campo Grande
352	Abraão Figueiredo	363	Três Lagoas
353	Nada Curupira	GOIÁS	
354	Chapada do Extremo Sul Piauí	364	Beira Rio
BÁHIA			
365	Chapada do Alto Rio Grande	365	Itapetinga
366	Chapada do Rio Corrente	366	Itapetinga
MINAS GERAIS			
367	Sarcandade de Jambú	367	Itapetinga
368	Chapada do Pico do Corcovado	368	Itapetinga
369	Alto-Médio São Francisco	369	Itapetinga
370	Uberlândia	370	Itapetinga
371	Alto Foz de Iguaçu	371	Itapetinga
372	Mato de Carde	372	Itapetinga
373	Alto Foz de Iguaçu	373	Itapetinga
374	Alto Foz de Iguaçu	374	Itapetinga
375	Alto Foz de Iguaçu	375	Itapetinga
376	Alto Foz de Iguaçu	376	Itapetinga
377	Alto Foz de Iguaçu	377	Itapetinga
378	Alto Foz de Iguaçu	378	Itapetinga
379	Alto Foz de Iguaçu	379	Itapetinga
380	Alto Foz de Iguaçu	380	Itapetinga
381	Alto Foz de Iguaçu	381	Itapetinga
382	Alto Foz de Iguaçu	382	Itapetinga
383	Alto Foz de Iguaçu	383	Itapetinga
384	Alto Foz de Iguaçu	384	Itapetinga
385	Alto Foz de Iguaçu	385	Itapetinga
386	Alto Foz de Iguaçu	386	Itapetinga
387	Alto Foz de Iguaçu	387	Itapetinga
388	Alto Foz de Iguaçu	388	Itapetinga
389	Alto Foz de Iguaçu	389	Itapetinga
390	Alto Foz de Iguaçu	390	Itapetinga
391	Alto Foz de Iguaçu	391	Itapetinga
392	Alto Foz de Iguaçu	392	Itapetinga
393	Alto Foz de Iguaçu	393	Itapetinga
394	Alto Foz de Iguaçu	394	Itapetinga
395	Alto Foz de Iguaçu	395	Itapetinga
396	Alto Foz de Iguaçu	396	Itapetinga
397	Alto Foz de Iguaçu	397	Itapetinga
398	Alto Foz de Iguaçu	398	Itapetinga
399	Alto Foz de Iguaçu	399	Itapetinga
400	Alto Foz de Iguaçu	400	Itapetinga

LEGENDA



CONVENÇÕES

- Limite internacional
- Limite estadual
- Limite de microrregião
- Limite de município
- 338 Número do microrregião
- 4 Número do município

Figura 4
Mapa PNUD-BRA 4
Evolução da intensidade da
tecnificação da agricultura



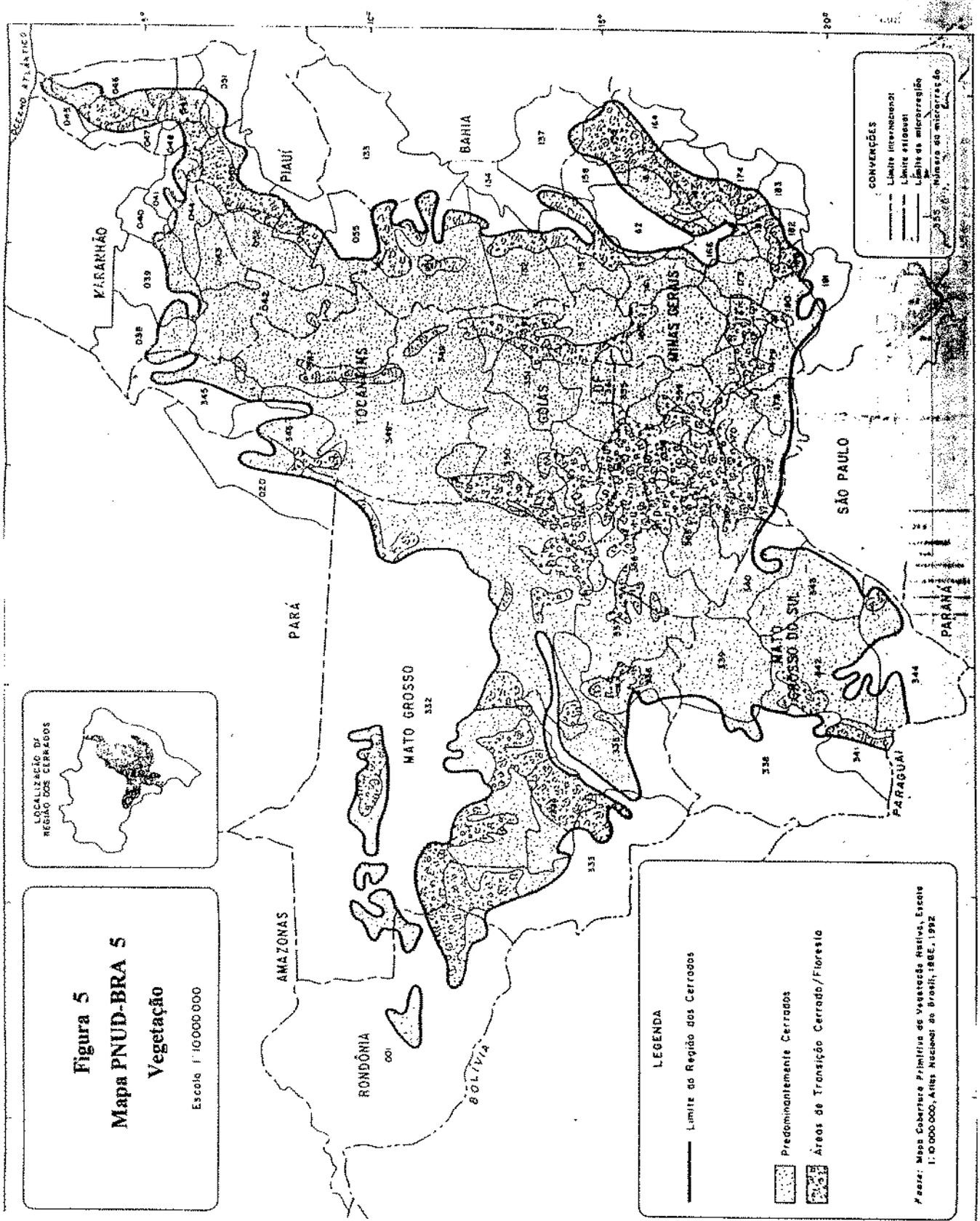
Nº	NOME	Nº	NOME
041	Alto Itaipava	336	Boa Esperança
042	Chapadão de São Matheus	337	Brasília
043	Paulista	338	Mato Grosso do Sul
044	Piedade	339	Alto Taquari
045	Piedade	340	Paraná
046	Piedade	341	Boa Vista
047	Piedade	342	Boa Vista
048	Piedade	343	Trib. Leste
049	Piedade	344	Boa Vista
050	Piedade	345	Boa Vista
051	Piedade	346	Boa Vista
052	Piedade	347	Boa Vista
053	Piedade	348	Boa Vista
054	Piedade	349	Boa Vista
055	Piedade	350	Boa Vista
056	Piedade	351	Boa Vista
057	Piedade	352	Boa Vista
058	Piedade	353	Boa Vista
059	Piedade	354	Boa Vista
060	Piedade	355	Boa Vista
061	Piedade	356	Boa Vista
062	Piedade	357	Boa Vista
063	Piedade	358	Boa Vista
064	Piedade	359	Boa Vista
065	Piedade	360	Boa Vista
066	Piedade	361	Boa Vista
067	Piedade	362	Boa Vista
068	Piedade	363	Boa Vista
069	Piedade	364	Boa Vista
070	Piedade	365	Boa Vista
071	Piedade	366	Boa Vista
072	Piedade	367	Boa Vista
073	Piedade	368	Boa Vista
074	Piedade	369	Boa Vista
075	Piedade	370	Boa Vista
076	Piedade	371	Boa Vista
077	Piedade	372	Boa Vista
078	Piedade	373	Boa Vista
079	Piedade	374	Boa Vista
080	Piedade	375	Boa Vista
081	Piedade	376	Boa Vista
082	Piedade	377	Boa Vista
083	Piedade	378	Boa Vista
084	Piedade	379	Boa Vista
085	Piedade	380	Boa Vista
086	Piedade	381	Boa Vista
087	Piedade	382	Boa Vista
088	Piedade	383	Boa Vista
089	Piedade	384	Boa Vista
090	Piedade	385	Boa Vista
091	Piedade	386	Boa Vista
092	Piedade	387	Boa Vista
093	Piedade	388	Boa Vista
094	Piedade	389	Boa Vista
095	Piedade	390	Boa Vista
096	Piedade	391	Boa Vista
097	Piedade	392	Boa Vista
098	Piedade	393	Boa Vista
099	Piedade	394	Boa Vista
100	Piedade	395	Boa Vista

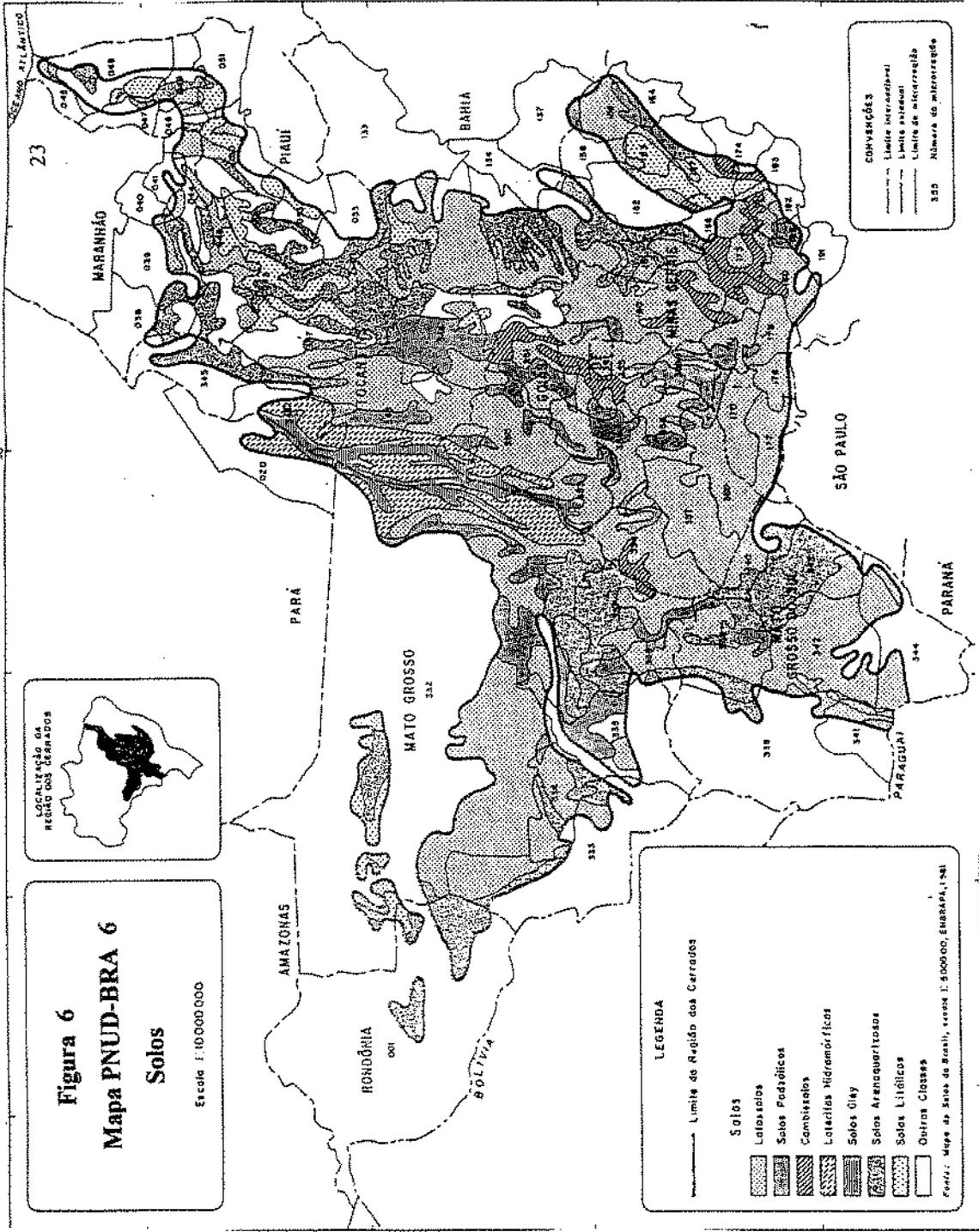
Simb.	Intensidade (%)	Tecnificação (%)	Características	
			Intensidade	Tecnificação
[Symbol]	≤ 10	≤ 10	vazio agrícola	ausente
[Symbol]	10,01-40	≤ 10	baixa a média	baixa a média
[Symbol]	≤ 40	10,01-40	baixa a média	baixa a média
[Symbol]	≤ 40	> 40	baixa a média	média a alta
[Symbol]	> 40	0-10	média a alta	ausente
[Symbol]	> 40	10-40	média a alta	baixa a média
[Symbol]	> 40	> 40	média a alta	média a alta

CONVENÇÕES
 --- Limite Interações
 --- Limite estadual
 --- Limite de microrregião
 --- Limite de município
 339 Número de microrregião
 4 Número de município

MICROREGIONES
NOME

001	Karabala
002	Pádua
003	Araxápolis
004	Araxápolis
005	Araxápolis
006	Araxápolis
007	Araxápolis
008	Araxápolis
009	Araxápolis
010	Araxápolis
011	Araxápolis
012	Araxápolis
013	Araxápolis
014	Araxápolis
015	Araxápolis
016	Araxápolis
017	Araxápolis
018	Araxápolis
019	Araxápolis
020	Araxápolis
021	Araxápolis
022	Araxápolis
023	Araxápolis
024	Araxápolis
025	Araxápolis
026	Araxápolis
027	Araxápolis
028	Araxápolis
029	Araxápolis
030	Araxápolis
031	Araxápolis
032	Araxápolis
033	Araxápolis
034	Araxápolis
035	Araxápolis
036	Araxápolis
037	Araxápolis
038	Araxápolis
039	Araxápolis
040	Araxápolis
041	Araxápolis
042	Araxápolis
043	Araxápolis
044	Araxápolis
045	Araxápolis
046	Araxápolis
047	Araxápolis
048	Araxápolis
049	Araxápolis
050	Araxápolis
051	Araxápolis
052	Araxápolis
053	Araxápolis
054	Araxápolis
055	Araxápolis
056	Araxápolis
057	Araxápolis
058	Araxápolis
059	Araxápolis
060	Araxápolis
061	Araxápolis
062	Araxápolis
063	Araxápolis
064	Araxápolis
065	Araxápolis
066	Araxápolis
067	Araxápolis
068	Araxápolis
069	Araxápolis
070	Araxápolis
071	Araxápolis
072	Araxápolis
073	Araxápolis
074	Araxápolis
075	Araxápolis
076	Araxápolis
077	Araxápolis
078	Araxápolis
079	Araxápolis
080	Araxápolis
081	Araxápolis
082	Araxápolis
083	Araxápolis
084	Araxápolis
085	Araxápolis
086	Araxápolis
087	Araxápolis
088	Araxápolis
089	Araxápolis
090	Araxápolis
091	Araxápolis
092	Araxápolis
093	Araxápolis
094	Araxápolis
095	Araxápolis
096	Araxápolis
097	Araxápolis
098	Araxápolis
099	Araxápolis
100	Araxápolis





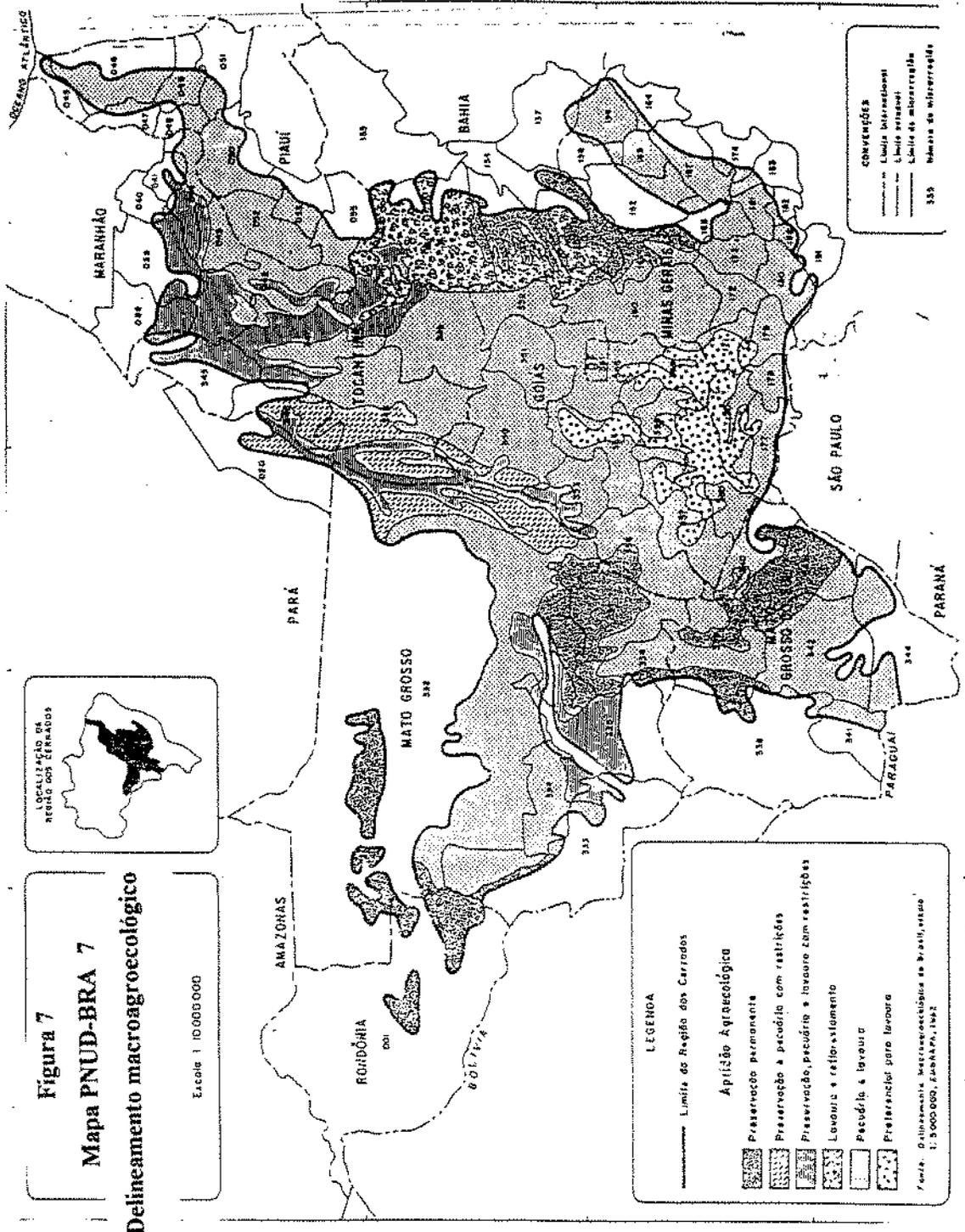


Figura 7
Mapa PNUD-BRA 7
Delineamento macroagroecológico
 Escala 1:10.000.000



LEGENDA

— Limite do Região dos Cerrados

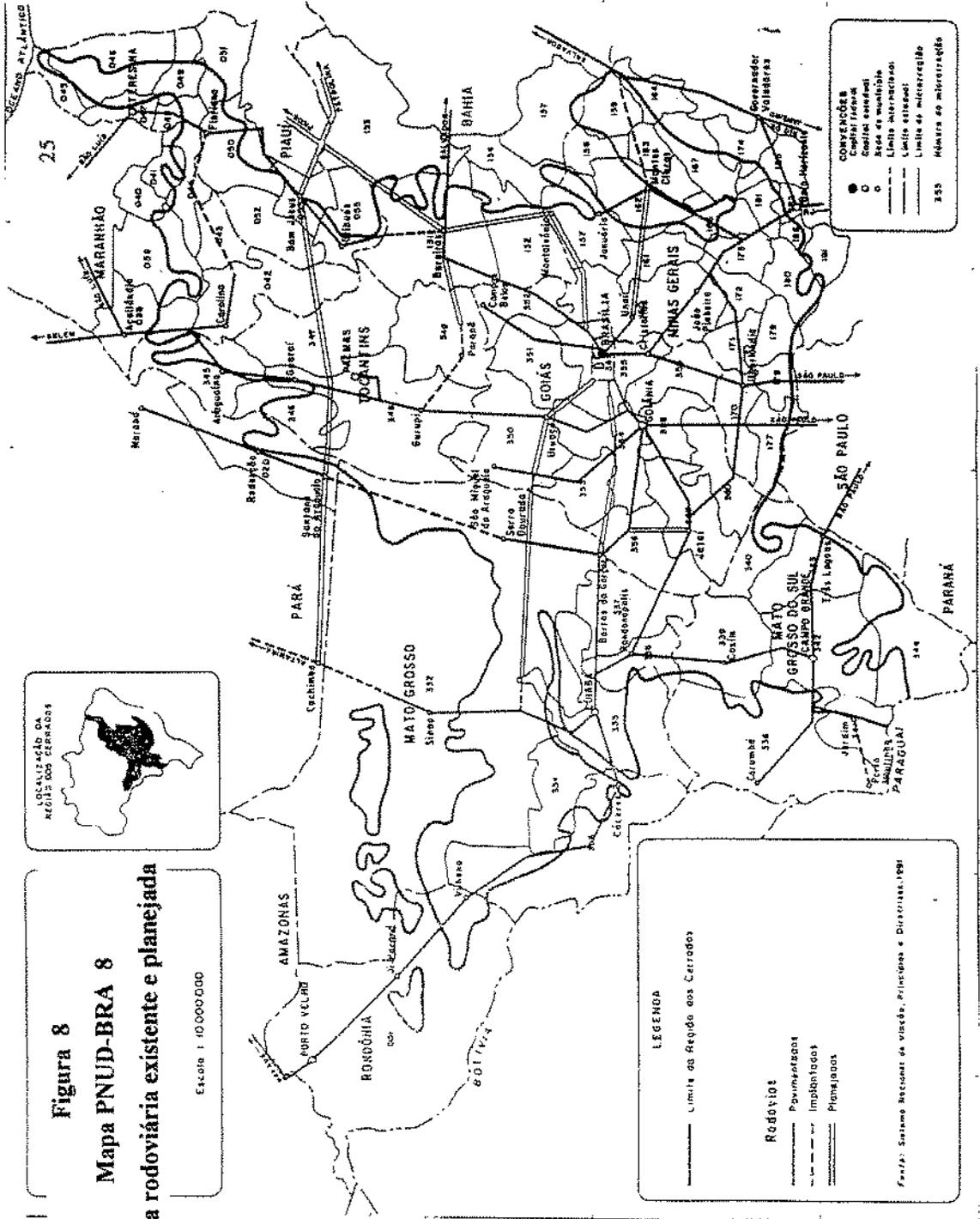
Apliação Agroecológica

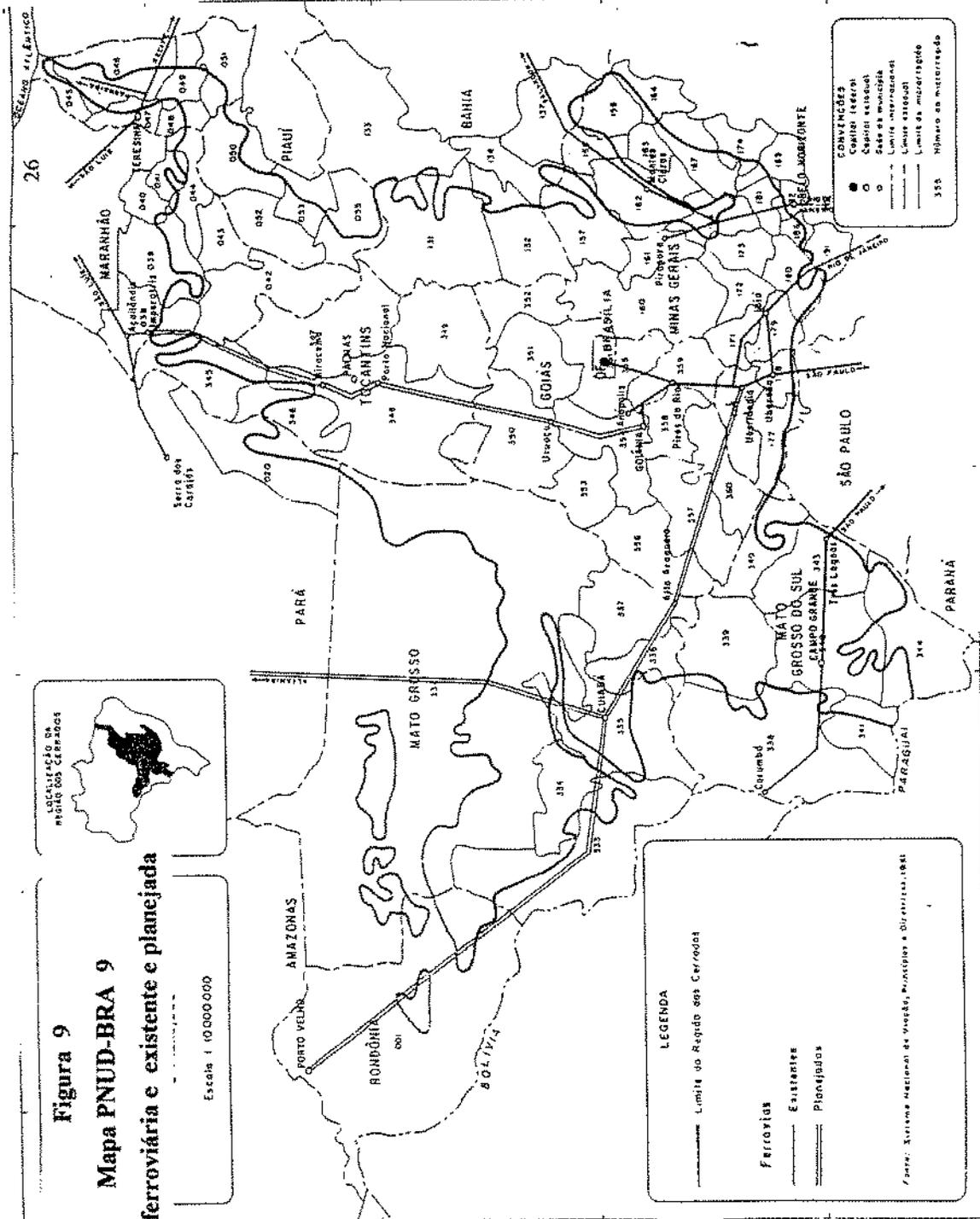
- Preservação permanente
- Preservação a pastagem com restrições
- Preservação, pecuária e lavoura sem restrições
- Lavoura e restoramento
- Pecuária e lavoura
- Preferência para lavoura

Fonte: planejamento agroecológico do Brasil, volume 1, 3.000.000, FUBA/PN, 1982

CONVENÇÕES

- Limite estadual
- Limite municipal
- Município de microrregião
- Município de microrregião





CAPÍTULO III

NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO NORDESTE:

O *NOVO* NORDESTE DOS CERRADOS

O tema deste capítulo são as novas dinâmicas territoriais no Nordeste, especificamente no que toca à constituição da fronteira agrícola dos cerrados nordestinos. O chamado *novo* Nordeste (Haesbaert Costa 1995, 1996) dos cerrados, será tratado, aqui, como tradução de projetos de desenvolvimento do ponto de vista da memória modernizadora dominante. Também será analisada, mais de perto, a incorporação dos cerrados maranhenses e baianos (o Piauí será tratado adiante, nos capítulos IV, V e VI).

Com esta abordagem, serão ilustrados os processos pelos quais o espaço se desorganiza e se reorganiza a partir de pólos dinâmicos, em segmentação vertical seja do território como mercado, seja do mercado como território, cumprindo um dos designios centrais à significação imaginária capitalista: o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas como razão e objetivo do social. No Nordeste contemporâneo, isto aponta para o tema dos verdadeiros *exércitos de reservas de lugares* (Santos, 1988), susceptíveis de acolher atividades econômicas do tipo hegemônico.

A idéia de novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro remete ao processo de integração econômica da região à economia nacional deslanchado nos anos 60¹. Tal processo pode ser visto pelo prisma da noção de territorialização, desterritorialização e

¹ A região Nordeste é tomada, aqui, no mesmo sentido que o foi pelo IBGE: espaço territorial que compreende do Estado da Bahia ao Estado do Maranhão. Para a SUDENE, incluem-se, ainda, nela, frações do norte e nordeste de Minas Gerais, a chamada *Área Mineira da SUDENE*, não contemplada diretamente neste estudo.

reterritorialização, introduzida pelos geógrafos, e designada pela sigla T-D-R, para tratar de fenômenos intrínsecos à contemporaneidade e cuja marca definitiva talvez seja a compressão espaço-tempo: na pós-modernidade, ou alta-modernidade, a territorialidade apresentando-se menos espacializada e mais temporalizada (Haesbaert Costa, 1995).

Esse processo provocou deslocamentos importantes e, num certo nível, redesenhou novas territorialidades no Nordeste contemporâneo, onde estruturas modernas de produção industrial, agropecuária ou de serviços convivem com outras áreas e segmentos econômicos considerados tradicionais, os primeiros identificados como *espaços em expansão* e os segundos, como *espaços estagnados* (Mueller, 1995)², não se homogeneizando, na integração econômica do Nordeste, as estruturas produtivas dos seus subespaços (Araújo, 1995, Mueller, 1995). Como observou Oliveira (1990), ocorreu uma desregionalização da economia, seja no sentido da integração extra-regional, seja no da heterogeneização interna, com o fortalecimento de grupos empresariais estaduais aliados à burguesia de outras regiões ou a grupos estatais.

Entre os tais *espaços em expansão*, encontra-se a chamada *região dos cerrados nordestinos*, formada por áreas de cerrados dos subespaços regionais conhecidos como oeste baiano, sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, a qual vem sendo, a partir dos anos 80, incorporada como fronteira agrícola para o agronegócio do complexo carnes/grãos. Do ponto de vista ecológico, os cerrados nordestinos não se restringem a essas áreas – embora sejam as maiores em áreas contínuas. No entanto, são estas áreas aquelas de relevância sociológica, do ponto-de-vista de sua adequação à expansão da agricultura intensiva de grãos nas chapadas, e conseqüentemente, de seu papel central na constituição da nova fronteira agrícola. Assim, a *região dos cerrados nordestinos*, no sentido aqui usado, não corresponde à definição estritamente geográfica, mas sim à noção sociológica de *região dos cerrados*, exposta no Capítulo II.

² Vilela (1999) ultrapassa a polarização de algumas análises (Mueller, 1995, Araújo 1995, 1997), apontando para o renascimento produtivo de áreas deprimidas (no contexto do padrão de produção de *commodities*), através da exploração dos *HVF* (*High Value Food*), destinados a nichos no mercado global e relacionados a novos hábitos de consumo.

A incorporação dos cerrados nordestinos é caudatária das importantes mudanças em curso no Nordeste brasileiro. Essas mudanças fazem parte do processo de integração da economia regional à nacional deslanchado nos anos 60, quando atividades urbano-industriais ganham espaço no Nordeste, revertendo o fraco dinamismo da base produtiva do setor primário-exportador, acusado pelo Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) nas décadas anteriores. A reversão resultou de incentivos fiscais e de investimentos de empresas estatais como Petrobrás (Bahia) e Vale do Rio Doce (Maranhão), de créditos públicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e de capitais privados nacionais e multinacionais. Com efeito, enquanto nos anos 60 e 70 as atividades produtivas apenas acompanhavam o ritmo de crescimento nacional, no início da década de 90 apresentam um dinamismo superior (Araújo, 1995).

Torna-se cada vez mais evidente, nas últimas décadas, a inexistência de um Nordeste como região autônoma, *locus* de uma dinâmica própria no seu movimento de acumulação. Não há mais *economias regionais*, mas uma economia nacional inserida num contexto globalizado, apenas regionalmente localizada, apesar das características específicas no âmbito de um comportamento econômico geral (Oliveira, 1990, Araújo, 1995, 1997). No Nordeste atual, a realidade regional é diferenciada, complexa, multifacetada, com os *vários Nordestes* (Araújo, 1995) exibindo suas particularidades, muitos dos quais com seus processos produtivos maciçamente organizados e dirigidos de fora para dentro da região, com atores sociais marcadamente não-nordestinos e, segundo tendências mais recentes, com interações econômicas cada vez mais voltadas para fora da região e do país³.

Sob o prisma da territorialização do capital, a fração territorial do *novo* Nordeste dos cerrados – abstraindo-se as particularidades dos três estados que o compõem – pode ser tomada como um desses *vários Nordestes*, embora seja vista (Haesbaert Costa, 1995) menos como uma reestruturação do espaço regional nordestino e mais como uma extensão do

³ O Nordeste, visto como uma região produzida, também, pelo imaginário social será, como sempre o foi, formado por *vários Nordestes*. Uma interessante abordagem da construção histórico/prático/discursiva da chamada região Nordeste, encontra-se em Albuquerque Júnior (1994).

Centro-Sul, através das redes de modernização agrícola de conexões globais vinculadas, majoritariamente, ao complexo agroindustrial da soja e difundida, sobretudo, pelos *gaúchos*, num processo marcado pela dialética da territorialização e da desterritorialização⁴.

Nesse quadro, antigos territórios sofrem deslocamentos, principalmente pelo impacto das redes de conexões globais vinculadas ao agronegócio do complexo carnes/grãos, inclusive com tentativas de controle político e de redesenho territorial, corroborando esta nova dinâmica econômica e envolvendo uma (re)invenção de identidades. É o caso das tentativas de legitimar novas unidades político-administrativas com projetos de criação de novos estados como São Francisco (oeste da Bahia e parte do norte de Minas Gerais), Gurguéia (sul e sudoeste do Piauí) e Maranhão do Sul (sul do Maranhão).

3.1- Espaço, territórios e redes: polissemia e variantes conceituais

Esta seção tratará das noções de espaço, territórios e redes, tendo em vista sua aplicação ao caso nordestino. A polissemia dessas noções é ilustrada já pela noção de território: termo que pode designar um espaço físico ou geométrico indeterminado, ou um espaço socialmente organizado enquanto *lugar* como querem geógrafos, e ainda uma área marcada e defendida por uma espécie animal segundo os etólogos.

Começaremos com a revalorização da espacialidade na teoria social contemporânea. Na década de 70, ocorre uma importante inflexão na teoria social, até então, fortemente subsidiada pela perspectiva histórica, que condicionava a percepção do mundo à temporalidade do devir, do progresso, com o espaço se restringindo ao cenário no qual se desenrolava a história do ser social – havendo na teoria social em geral, uma ditadura do tempo, em detrimento do espaço. A inflexão referida consiste na retomada da perspectiva espacial, fazendo com que a representação do espaço, suas escalas justapostas e sua

⁴ Nos capítulos seguintes, a figura do *gaúcho* será analisada. Por ora, vale adiantar que se trata de uma denominação genérica dada, nos cerrados nordestinos, aos empresários e colonos oriundos do Sul do Brasil.

reorganização/combinção constantes gerassem questionamentos instigantes para a teoria e para a prática da experiência social⁵.

Se a obsessão do século XIX fora a história, a era atual talvez seja, em grande medida, a era do espaço, pois, como disse Foucault (1986: 22):

“(...) estamos na era da simultaneidade, estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos num momento, creio eu, em que nossa experiência do mundo é menos a de uma vida longa, que se desenvolve através do tempo, do que a de um a rede que liga pontos e faz intersecções com sua própria trama. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõe os fiéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do espaço”.

Com isto não se quer dizer que a perspectiva temporal foi substituída pela espacial. Esse *retorno do espaço* (parafraseando Milton Santos e seu *retorno do território*) traduz novas complexidades posta pela relação tempo/espaço, contemporâneos que somos de uma época identificada, por muitos, pela compressão espaço-tempo.

Defendendo a importância da análise espacial para a compreensão das sociedades contemporâneas, autores como Michel Foucault, David Harvey e Henri Léfèbvre, dentre outros, advogam não o fim de uma perspectiva temporal ou historicista, mas o que pode ser chamado de uma história mais espacializada. É que a extensão dos acontecimentos e sua simultaneidade são, hoje, tão importantes quanto o fora a seqüência do processo histórico para o início da modernidade. Para Foucault, “resta escrever toda uma história dos espaços – que serão, ao mesmo tempo, a história dos poderes –, desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat” (Foucault, 1980: 149).

⁵ Em que pesem as críticas a uma certa falta de aprofundamento nas questões epistemológicas e à excessiva preocupação com a aplicação prática e utilitária por parte da geografia, há um arsenal conceitual, na ciência geográfica, que irradia vários conceitos cujo debate enriquece a discussão da relação espaço/tempo na teoria social. Categorias como espaço vital, paisagem, região, gêneros de vida, espaço funcional, classe de área, planejamento regional, espaço social, território, entre outros são instrumentos intelectuais que se constituem como norteadores paradigmáticos da ciência geográfica que não podem ser ignorados pela sociologia. Um exemplo é o conceito de região, um dos principais formadores de escolas dentro da geografia, e mais recentemente, o de território, termo polissêmico, mesmo no âmbito da geografia (Haesbaert Costa, 1995).

O próprio desenvolvimento histórico do capitalismo propõe um equilíbrio interpretativo – ainda longe de ser alcançado – entre tempo e espaço na teoria social. A espacialidade instrumental do capitalismo indica a necessidade de se trabalhar a narrativa histórica em diferentes escalas, posto que a própria economia capitalista, em sua teia global, também se rearticulou com um novo processo de espacialização (Harvey, 1994). Para Henri Léfèbvre, o capitalismo cria uma espacialidade própria, sustentando-se por uma ideologia social, ao mesmo tempo em que se reproduz através da homogeneização, fragmentação e hierarquização. Nesta perspectiva, há uma passagem, na reflexão, da categoria espaço para a categoria território, pela noção de apropriação, uma vez que “o espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, esvaziado. Seu conceito não adquire seu sentido, a não ser por oposição ao conceito inseparável de apropriação” (Léfèbvre, 1986: 191).

Milton Santos, entendendo que o território, nos marcos da globalização, exprime o conflito entre o local e o global, chama a atenção para a possibilidade de se reconhecerem novos recortes: as horizontalidades e as verticalidades, o espaço banal e o espaço das redes:

“(…) caminhamos ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território (...). Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (Santos, 1996: 15).

No entanto, nem tudo é estritamente transnacionalizado, mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes. E, embora o papel ativo do território difira, contemporaneamente, de outros momentos da história, o território impõe-se à reflexão, porquanto

“(…) vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, (...) praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que por isso mesmo carece de uma constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda de sentido da existência individual e coletiva, o risco da renúncia ao futuro” (Santos, 1996: 15).

Essas reflexões apontam para a necessidade de retomar, entre as várias acepções da noção de território, aquelas que trazem uma contribuição teórica mais diretamente relacionada à discussão do tema das novas dinâmicas territoriais no Nordeste. Nestas, confirma-se a polissemia do termo território, já que tais dinâmicas justapõem, na realidade nordestina, várias perspectivas territoriais. Começando por aquelas que poderiam ser caracterizadas como *jurídico-políticas*, e que predominam na geografia, suas raízes encontram-se na obra de Frederic Ratzel, numa perspectiva que enfatiza as circunscrições e controles pelos quais o território é delimitado e controlado por determinado poder, especialmente o de caráter estatal, cujos papéis são classificação (por área), comunicação (pelas fronteiras) e aprisionamento ou controle⁶.

Para Ratzel (1990), uma teoria de Estado jamais poderia fazer abstração do território, pois, sem território, não se compreenderia o incremento da potência e da solidez estatal. Nesse sentido, para Le Berre (1992), o território apresenta-se como o prolongamento do corpo do príncipe associado a três idéias básicas: *dominação*, *área* sob controle territorial, e *limites* materializados por fronteiras. Como observou Santos (1996: 15), "(...) o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território derivada do conhecimento das e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos chamados recursos naturais".

Isto aponta para a sociologia weberiana, na qual a definição de Estado refere-se necessariamente a um determinado território, cujas fronteiras podem variar, mas não podem deixar de existir: sem elas não se poderia falar em poder de Estado. Max Weber exige a territorialidade para a noção de poder político:

"Caracteriza hoje formalmente o Estado o ser uma ordem jurídica e administrativa (...) e que pretende legitimidade não apenas frente aos membros da associação – os quais pertencem a esta essencialmente por nascimento – senão, também, com respeito a toda

⁶ O determinismo geográfico ratzeliano e sua teoria do *espaço vital* são caudatárias do positivismo evolucionista, e emergiram num contexto no qual a Alemanha visava à sua unificação. Friederich Ratzel projetou a geopolítica conceituando o Estado como um organismo na sua relação necessária com o solo firmando, com isto, o espaço como um paradigma da geografia (Moraes, 1990).

executada no território ao qual se estende a dominação (ou seja, enquanto 'instituto territorial').” (Weber 1983: 45)⁷.

Isto implica uma característica inerente ao território, que é a separação entre interior e exterior, fundamental à idéia de Estado-Nação. A dimensão jurídico-política da territorialidade foi, portanto, enfatizada na clássica definição weberiana do Estado como grupo humano que reclama, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território.

Para Weber (1983), o monopólio do uso da violência para fazer cumprir ordens associa-se à legitimidade: trata-se de monopólio *legítimo* do uso da violência. É na operacionalização desses dois componentes do poder político, que assume um papel central a noção de *território* associado a um Estado. O monopólio legítimo do uso da violência se dá nas fronteiras de um *território* sobre cujos habitantes o poder de Estado opera legitimamente.

⁷ E aqui, convém lembrar as idéias de Max Weber sobre política, através de algumas definições: "*Poder* significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra toda resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade. Por *dominação* deve-se entender a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas; por *disciplina* deve-se entender a probabilidade de encontrar obediência para um mandato por parte de um conjunto de pessoas que, em virtude de atitudes arraigadas, seja pronta, simples e automática." (Weber, 1983: 43). O conceito de *poder*, diz Weber, é amorfo. Inclui relações familiares, amorosas, e outras situações imagináveis em que se aplica a definição acima. Já o conceito de *dominação* é mais preciso, porque só pode significar a probabilidade de que uma ordem seja obedecida. Contudo, pode haver dominação sem quadro administrativo: "a situação de dominação está ligada à presença efetiva de *alguém* mandando eficazmente em *outros*, mas não está unida incondicionalmente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação (...). Uma associação se chama *associação de dominação* quando seus membros, estão submetidos a relações de dominação, em virtude da ordem vigente" (Weber, 1983: 43). Imediatamente depois dessas definições Weber especifica o que é *política*: "uma associação de dominação deve chamar-se associação *política*, quando e na medida em que sua existência e a validez de suas ordenações, dentro de um *âmbito geográfico* determinado, estejam garantidas de modo contínuo mediante ameaça e a aplicação de *coação física* por parte do quadro administrativo. Por Estado deve entender-se um *instituto político* de atividade continuada, quando e na medida em que seu quadro administrativo mantenha com êxito a pretensão ao *monopólio legítimo* da coação física para a manutenção da ordem vigente (...)" (Weber, 1983: 43-44). Weber acrescenta ainda a seguinte explicação: "É evidente que, para associações políticas [inclusive o Estado], a coação física não constitui o único meio administrativo, tampouco o normal. (...) Entretanto, sua ameaça, e eventual emprego é certamente seu meio *específico* e, em todas as partes, constituem a *ultima ratio* quando os demais meios fracassam (...) Ao lado da circunstância de que a coação física se aplica (pelo menos como *ultima ratio*) para a manutenção e garantia de suas 'organizações', caracteriza também a associação política o fato de que a dominação de seu quadro administrativo e de suas ordens mantenha sua pretensão de validez para um *território* determinado, e que esta pretensão esteja garantida pela força" (Weber, 1983: 44). (Em todas as citações de Weber foram mantidos os termos em itálico e as aspas internas como no original).

Legitimidade que é pretendida pelo governante, o que não quer dizer que não seja contestada.

O poder político é assim definido como aquele que reivindica, para o governante, no âmbito de um território, e sobre a população que nele habita, o monopólio sobre o uso da violência, monopólio esse que tem a pretensão de legitimidade. É sobre essas bases que é possível, por exemplo, elaborar uma geopolítica que não é apenas *vontade*, mas é também *poder* de executar e implantar essa *vontade*. A idéia weberiana, que para muitos parece ser resquício de uma visão como resquícios de uma visão superada da política, em tempos de uma globalização econômica que questiona concepções típicas do predomínio do Estado-nação, encontra-se presente, de fato, na geopolítica que orientou o processo de incorporação dos cerrados no Brasil, referida no capítulo II⁸.

Na acepção jurídico-política de território, a territorialidade é uma estratégia para conter, restringir ou excluir pessoas, objetos e relacionamentos, remetendo à tentativa de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica (Haesbaert Costa, 1995), o que remete a duas questões relacionadas aos cerrados: 1/ sua transformação em *fronteira agrícola*, levada a cabo pelos governos militares na década de 70⁹, e 2/ (re)surgimento de propostas de criação de novos estados no *novo* Nordeste.

⁸ Weber (1983) lembra que nem tudo é discurso – trata-se também da capacidade *monopolística* de usar a violência –, mas por outro lado que nem tudo é violência – trata-se também da capacidade de ganhar legitimidade. Essa concepção – se deixarmos de lado a ênfase no território – tem afinidade com a visão de Gramsci sobre a política: o Estado como uma combinação entre violência e consenso; entre a ditadura das armas e a hegemonia das idéias. Ora, o primeiro aspecto, a ditadura das armas, foi enfatizado classicamente pelos marxistas (Engels, Lênin). O segundo diz respeito à dominação através do discurso – como construção de hegemonia – e foi valorizado por Gramsci. Foucault parece fundir esses dois componentes, já que para ele o próprio discurso dominante é violência, não havendo distinção essencial entre a violência contra o corpo e a domesticação da mente através de *narrativas mestras*.

⁹ Fronteira agrícola é um tema que aponta para a discussão da fronteira, em geral, que, por sua vez, relaciona-se com o da construção do território-nação e da ocupação dos *espaços vazios*. Mais adiante, ainda neste capítulo, a fronteira agrícola dos cerrados será tratada, embora sem uma incursão mais abrangente no tema da fronteira, o que extrapolaria, em muito, os limites desse trabalho. A respeito, ver Ricardo (1942), Buarque de Holanda (1957), Velho (1979), Monbeig (1984), Musumeci (1988), Martins (1996), entre outros.

Lembrando que o problema das *fronteiras*, ou seja, das delimitações e controles territoriais continua fundamental, mesmo na era da globalização, Haesbaert Costa (1995) chama a atenção para o tema da produção/definição do território, numa perspectiva jurídico-política, destacando três escolas de tratamento teórico do território como categoria jurídica: a do território-objeto, a do território-sujeito e a do território-função.

O território-objeto é território do Estado como seu elemento natural. Nesta acepção, há uma reificação do território considerado como o *ter* do Estado, em virtude de um direito de soberania, assimilável ao direito real do Estado sobre o solo. Este poder, distinto do exercido sobre as pessoas, transforma a territorialidade num ramo específico da potência do Estado. Como *sujeito* do Estado, território é um dos seus elementos constitutivos, seu modo de existência no espaço, uma naturalização do Estado que acaba legitimando sua expansão física. Esta idéia vive na noção de *espaço vital* de Ratzel (1990), para quem um povo – que pode decrescer em número, mas deve manter o território – decai quando sofre perdas territoriais. Como *função* do Estado, o território é seu meio de ação, sendo desnaturalizado e instrumentalizado como *locus* de administração, não mais objeto da soberania estatal, mas de intervenção de toda a coletividade, com um papel ideológico, fundamental: não é apenas funcional no sentido prático mas também no de permitir a síntese de um solo e de uma idéia, a própria essência da nação pensada pelo Direito e produzida pelas narrativas mestras: uma abstração acima das classes sociais.

Na perspectiva jurídico-política, a circunscrição num espaço ou num mapa identifica lugares, áreas ou regiões no sentido comum, mas não cria, em si mesmo, um território. Tal delimitação só se torna território quando suas fronteiras são utilizadas para afetar o comportamento através do controle do acesso. Esta territorialidade cumpriria, como já foi dito, vários papéis: classificação (por área), comunicação (pelas fronteiras) e aprisionamento ou controle. Neste sentido, não é qualquer espaço delimitado que se constitui em território: áreas que identificam a extensão geográfica de certas atividades só se tornam território quando suas fronteiras passam a ser utilizadas por alguma autoridade, visando moldar, influenciar ou controlar tais atividades (Haesbaert Costa, 1995).

A fronteira indica, ao mesmo tempo, fechamento e extroversão (Haesbaert Costa, 1995). A classificação proporcionada por esses recortes espaciais (territórios), que dão significados ao espaço, pode reforçar, legitimar ou dar forma a identidades territoriais específicas, extrapolando o caráter político-territorial enfatizado até agora, avançando na reflexão em direção à - dentro de uma dinâmica de territorialização – diferenciação entre *domínio* e *apropriação* do espaço. Embora não se esgotando nestas designações, o primeiro termo (domínio) define mais concretamente a prática do poder oficial expressa nas narrativas mestras relativas ao projeto de construção da nação, enquanto o segundo (apropriação) permite captar as práticas territorializantes expressas pelas memórias socialmente eclipsadas, como veremos nos capítulos V e VI.

Em sua grade de práticas espaciais, David Harvey identificou quatro aspectos ou dimensões do espaço interrelacionadas: (a) acessibilidade e distanciamento, (b) apropriação e uso, (c) domínio e controle e (d) produção do espaço. Para esse autor,

“a apropriação do espaço examina a maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos (casas, fábricas, ruas, etc.) atividades (usos da terra) indivíduos, classes ou outros grupos sociais. (...). O domínio do espaço reflete o modo como indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extraleais, a fim de exercerem um maior grau de controle (...)” (Harvey, 1994: 202).

No capítulo II, vimos como as narrações mestras traduzem tanto um diagnóstico quanto um projeto de domínio e uma auto-representação da capacidade técnico-científica de gestão do espaço, justificando a territorialização econômica dos cerrados. Aliás, quanto aos chamados *Pólos de Crescimento*, no âmbito do se convencionou chamar de *Núcleo Central dos Cerrados no Brasil*, houve uma forte presença estatal na gestão territorial, compatível, no plano político, com o Estado autoritário da época e sua correspondente Doutrina de Segurança Nacional. Essa etapa de incorporação dos cerrados deu-se sob a égide do Estado desenvolvimentista. Já a dos cerrados nordestinos ocorre num contexto de progressivo desmantelamento do Estado desenvolvimentista e de um correspondente avanço das propostas chamadas neoliberais, sem corresponder, no entanto, à ausência absoluta do Estado.

A gestão do território é uma faceta da gestão econômica, política e social que ao mesmo tempo subordina-se a estas e as condiciona. Como afirmou Corrêa,

“(...) é a dimensão espacial do processo geral da gestão, confinando-se ao espaço sob controle [domínio] de um estado, um grupo social ou de uma dada empresa (...) [é] o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, à criação e ao controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos, como concentração e dispersão espaciais, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância, a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial, a viabilizar a existência e a reprodução da sociedade. (...) Nas sociedades de classes a gestão do território implica a criação e manutenção de diferenças espaciais através das quais as diferenças econômicas e sociais se realizam, são legitimadas e se reproduzem. Trata-se da gestão das diferenças espaciais” Corrêa (1992: 115),

Para Harvey (1994), as representações, aqui, são relativas às hierarquias e interdições no nível institucional.

Continuando essa revisão da multiplicidade de sentidos da idéia de território, lembramos que a dimensão jurídico-política não esgota as possibilidades de compreensão do que seja território, porquanto este deve ser visto não apenas na perspectiva de um domínio politicamente estruturado, mas também, como uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária, afetiva. Nesse sentido, uma outra vertente, que poderíamos denominar *cultural*, investe na dimensão simbólica e subjetiva, com o território sendo visto como produto da apropriação pelo imaginário e/ou pela identidade social sobre o espaço, abordagem mais afeita a análises antropológicas. Esta abordagem possibilita captar como os diversos sujeitos individuais ou coletivos representam para si mesmos, de uma maneira própria, o que vem a ser território¹⁰.

¹⁰ David Harvey, mais uma vez, merece ser lembrado, quando se refere às “representações do espaço (percebido)”, agora no nível mais pessoal que institucional e como lugar dos *discursos espaciais* (Harvey, 1994: 203). Garcya (1991) também trata do tema dos discursos sobre o espaço com o qual se identifica determinado grupo (território), chamando a atenção para o discurso explícito e o implícito, presentes nas estratégias de legitimação do território. Questões estas, aliás, recorrentes neste trabalho.

Na perspectiva das análises socioantropológicas, cada vez mais assumida também por geógrafos, território define-se formal ou informalmente como um espaço ao qual se liga uma identidade através de um grupo distinto que mantém ou ambiciona este território e, cujo proveito deseja total controle. Sociologicamente, esta perspectiva aponta para a relação entre natureza (espaço material) e cultura (espaço do simbólico) na fundação de um território, este visto como fenômeno imaterial ou simbólico, produzido pelo imaginário humano (Haesbaert Costa, 1995). Nesse sentido, o homem é um animal não apenas político ou social, mas também territorializador, o que, na perspectiva sociológica, pode ser entendido como a capacidade de não apenas habitar como, ainda, de produzir territórios¹¹.

A relação entre espaço material e simbólico, por sua vez, remete à perspectiva psicológica de Guattari (1985), que relaciona territorialização à subjetivação individual e coletiva. A terra é vista como a unidade primitiva, selvagem, do desejo e da produção, não sendo apenas objeto múltiplo e dividido do trabalho, mas também a entidade única, indivisível, corpo pleno que se rebate sobre as forças produtivas, delas se apropriando, como pressuposto *natural* ou *divino*, como a grande *estase inengendrada*, elemento superior à produção que condiciona a apropriação e a utilização comum do solo.

A terra aparece como a quase-causa da produção e objeto do desejo, de tal modo que

“(...) a máquina territorial (...) é a primeira forma de socius, a máquina da inscrição primitiva, ‘megamáquina’ que cobre um campo social¹². Ela não se confunde com as máquinas técnicas.

¹¹ Nesse sentido, diferenças culturais na percepção do território podem ser observadas mesmo entre populações vizinhas: “Essa representação simbólica (...) lembra discussões de Simone Dreyfus sobre território. Esta antropóloga assinala um ponto importante em relação ao território e habitat no oeste da Amazônia, que é a diferença encontrada entre povos que habitam regiões geograficamente próximas, tanto em relação à prática social, quanto à percepção do território e à mitologia, que justificam a ocupação do território (...). As organizações sociais dos povos estudados por diversos pesquisadores (Tucano, Witoto, Bora, Yukuna, Bari, Matsigenka) não são uniformes. As diferenças entre eles devem ser compreendidas, segundo Dreyfus, não em termos de traços, mas dentro de um contexto político global. Este marca suas práticas sociais enquanto ideologia (...). A percepção do espaço (onde se inclui a de território) deve ser remetida a este contexto maior” (Niemeyer, 1994: 9-10).

¹² No entanto, lembram os autores, esta noção de territorialidade só aparentemente é ambígua. Se entendermos por territorialidade primitiva um princípio de residência ou de repartição geográfica, a máquina social primitiva não é territorial, pois é o parêntese de Estado que, mais tarde, segundo Friederich Engels, “subdivide não o povo, mas o território”, substituindo a organização gentilícia pela geográfica: “A máquina primitiva subdivide o povo (parentesco) mas o faz sobre uma terra indivisível onde se inscrevem as relações

Em suas formas mais simples, ditas manuais, a máquina técnica implica já um elemento não humano, agente, transmissor, ou mesmo motor, que prolonga a força do homem e permite um certo desembaraçar. A máquina social, ao contrário, tem como peças os homens, mesmo se os considerarmos com suas máquinas, e os integramos e interiorizamos em um modelo institucional em todos os níveis da ação, da transmissão e da motricidade. Ela forma uma memória sem a qual não haveria sinergia do homem e de suas máquinas (técnicas) (...)” (Deleuze e Guattari, 1976: 179).

Para Guattari (1985, 1986), a organização do espaço numa sociedade é um dado fundamental para a caracterização do poder nesta mesma sociedade, uma vez que “a ordem capitalista produz uma subjetividade própria, subjetividade esta que determina estrangulamentos no nível espacial” (Guattari, 1985: 109). O autor utiliza dois conceitos para refletir sobre a realidade contemporânea: *espaços lisos* e *espaços existenciais*¹³. Os primeiros compreendem um espaço desterritorializado, onde não mais existam os mesmos tipos de circunscrições ou de delimitações, por emblemas étnicos ou religiosos. No caso dos cerrados, este *alisamento* pode ser observado em relação a uma circunscrição territorial tradicional com base numa *economia moral* (capítulos V e VI). Mas se o alisamento dos espaços leva à destruição dos territórios existenciais, a emergência de novos territórios existenciais pode representar exemplos de insubmissão às arquiteturas disciplinares.

A relação entre territorialização e subjetivação evidencia ainda mais a polissemia e fluidez da idéia de território, desnaturalizando as referências geográficas *stricto-sensu* e remetendo, ainda, à distinção entre espaço e território, já que

“os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita. A partir daí, dá para

conectivas [alianças], disjuntivas e conjuntivas de cada segmento com os outros (...) Quando a divisão incide sobre a terra mesma, em virtude de uma organização administrativa, territorial e residencial, não se pode ver nisso uma promoção da territorialidade, mas, muito pelo contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização sobre comunidades primitivas” (Deleuze e Guattari, 1976: 185).

¹³ No campo da memória social, o conceito de território existencial, de Félix Guattari, pode ser visto dialogando com o de *experiência*, em Benjamín (1975) e Thompson (1981).

colocar uma série de questões. Como é que se pode fazer um território num certo tipo de espaço ou, inversamente, como no decorrer da história ou por ocasião de algum procedimento atual a gente desterritorializa territórios existenciais, distendendo-os em espaços lisos” (Guattari, 1985: 110).

Uma importante decorrência desta análise é a possibilidade de captar-se, em meio à homogeneização do espaço globalizado, a produção de *lugares* diferenciados, territórios-fragmentos, muitas vezes conflitantes com o espaço global. Isto se relaciona, sobretudo, à identidade espacial que, por sua vez, nos reenvia para o tema da apropriação simbólica do espaço tornado *lugar*. Como observou Tuan (1980), na territorialidade humana a emoção e o pensamento simbólico são fundamentais para uma *topofilia*, que transforma espaço em lugar¹⁴.

Chegamos, assim, a uma perspectiva territorializante que extrapola aquela do domínio ou controle econômico ou politicamente estruturado, posto que a fundação do território implica também uma apropriação que incorpora a dimensão simbólica, identitária, afetiva. Se, por um lado, esta perspectiva é útil para se pensar o espaço como força de coesão social, serve, por outro, para vê-lo como fonte constante de conflito, diretamente ligado à natureza cotidiana do seu uso, como observou Garcya (1991). Assim é que se pode ver, no caso dos cerrados piauienses, um certo campo conflitivo, à medida que a territorialização do capital, ali deslanchada nos 70 e baseada na apropriação privada da terra, deslegitimou outros processos territorializantes fundados em bases distintas¹⁵. O importante é ter em conta que as ligações simbólicas dos grupos sociais com seu espaço/lugar permite pensar território como uma área limitada *formal* ou *informalmente*, espaços aos quais estão ligadas identidades¹⁶.

¹⁴ Sobre a idéia de lugar ver, também, Augé (1994).

¹⁵ A categoria conflito, como observou Souza Filho (1995), expressa, genericamente, antagonismos marcados pela utilização – ou não – da força física, entre atores sociais. Daí a tendência de se ver a referida categoria como sinônimo de ação que proporcione danos físicos ou materiais e, até mesmo, a morte. Entretanto, minha análise não se limita a esta caracterização, posto que nela, o conflito é pensado como antagonismos entre atores sociais coletivos distintos em relação à terra e à sua utilização, na região em foco.

¹⁶ Como lembrado pelo professor Mauro Almeida, do Deptº de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas, em comunicação pessoal, geógrafos e, mais recentemente, também filósofos estão estabelecendo um contraste entre as noções de *espaço* e de *lugar*. Espaço aponta para um meio (*medium*) homogêneo, vazio,

Uma terceira dimensão, além da jurídico-política e da cultural, é a *econômica*. Nesta, a territorialização é, em geral, tida como: 1/ produto espacial de embate entre classes sociais na relação capital-trabalho, visão comumente encontrada em análises econômicas e sociológicas (Haesbaert Costa, 1995); 2/ produto de disputa econômica de grupos empresariais (Santos, 1999). No primeiro caso, segundo Moreira (1987), o espaço é tratado como espaço do capital e a territorialidade é tida como territorialidade do trabalho. Este arranjo entre espaço e território seria fruto da luta de classes, com a burguesia dirigindo e determinando a forma de arranjo espacial capitalista, num processo que aponta para o deslocamento do campesinato para a condição de operariado urbano. No segundo caso, o espaço e a territorialidade são vistos como definidos, verticalmente, pelo capital

Para Storper (1994: 15), em termos da territorialização econômica, uma atividade pode ser considerada como territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar) e quando tal localização é específica de um lugar, ou seja, quando “tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm”. Este é o caso específico dos cerrados, como espaço considerado propício à agricultura intensiva e que pode ser pensado aqui, nos termos da passagem, referida no capítulo II, de um ecossistema a um agroecossistema.

Como produto da disputa entre grandes corporações, o território é recortado, verticalmente, em função da territorialização do capital. No mundo contemporâneo, em que as técnicas tornaram possível a multiplicação da produtividade, os lugares distinguem-se pelas suas diferentes capacidades de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. De fato,

infinito, no qual corpos se movimentam e interagem no nesse sentido estabelecido pela física newtoniana. Essa noção de espaço está também subjacente ao planejamento que trata a base material da vida social como uma superfície desprovida de características permanentes, e que pode ser apagada (com tratores) e refeita a partir de um plano concebido em pranchetas. Já a noção de *lugar*, à qual a idéia de *território* é afim, aponta para uma noção segundo a qual o mundo é finito, heterogêneo, e formado por manchas carregadas de diferenças imprimidas pelas pessoas. Assim, há lugares sagrados, lugares da infância, lugares da memória nacional, lugares que construímos, e que não são substituíveis. Os geógrafos contribuíram para a reabilitação do enfoque de *lugar e território* e com a crítica ao planejamento *espacial*. Mas essa contribuição, que se incorpora hoje na sociologia e na antropologia, sofreu por sua vez a influência de sociólogos (como Lefebvre) e filósofos (como Gaston Bachelard e Merleau-Ponty)

“(...) é como se o chão, por meio de técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor. A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares” (Santos, 1999: 3).

Isto, do ponto de vista do capital, corresponde à chamada *vantagem locacional*¹⁷. As corporações elegem os pontos de seu interesse em cada país, exigindo condições técnicas e políticas adequadas. No primeiro caso, fazem-no por meio de equipamentos locais e regionais adequados, assim como pelo aperfeiçoamento de suas ligações através de elos materiais e informacionais modernos; no segundo, através de uma adaptação política, normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas, etc. Esse uso preferencial dos territórios por empresas globais provoca alterações rápidas que tornam o território

“(...) instável, nervoso e ingovernável (...). Impõe-se de fora do país o que deve ser a produção, a circulação e a distribuição dentro do país, anarquizando a divisão interna do trabalho com o reforço de uma divisão internacional do trabalho que determina como e o que produzir e exportar (...). Escolhem-se, também, pela mesma via, os lugares que devem ser objeto de ocupação privilegiada e de valorização, isto é, de exportação” (Santos, 1999: 3).

O que Milton Santos denomina *importação de empresas e exportação de lugares* como fenômenos contemporâneos, corresponde a um processo de (des)(re)territorialização, que se

¹⁷ Na economia clássica inglesa, norteadas pelo paradigma da universalidade das leis econômicas, o espaço não era variante importante. Esta perspectiva mudaria, em meados do século XIX, com a contribuição de membros da escola histórica alemã que destacaram os fatores locais específicos de cada país ou região como sendo importantes na atração de investimentos privados, refletindo as diferenças entre uma Inglaterra industrializada e uma Alemanha agrária, feudal e às voltas com questões de unificação. A partir daí, ganharam importância fatores como distância, custo de transporte, localização geográfica, concentração e aglomeração de atividades. Atualmente, são temas caros às teorias econômicas espaciais: a concentração industrial; a centralização do capital nas mãos de um número reduzido de capitalistas; a concentração e aglomeração geográfica das atividades econômicas; a desigualdade da distribuição pessoal e regional da renda e da riqueza; a divisão social e discriminação dos trabalhadores e de categorias sociais marginalizadas; a concorrência capitalista e o progresso tecnológico como formas de dominação, etc. Entende-se, hoje, que o problema do desenvolvimento econômico-social de uma dada região é, também, uma questão de localização (Silva Filho, 1998). Aos fatores relacionados, acrescento, com base em Vilela (1999), a importância dos recursos naturais, no sentido de uma incorporação da natureza, como qualidade, frente às mudanças no padrão de consumo, no mercado global.

observa atualmente no Nordeste brasileiro, sobretudo no que toca às chamadas áreas dinâmicas de modernização intensa, entre as quais se incluem os cerrados¹⁸. Neste processo, territórios tradicionais são recortados por novas dinâmicas econômicas que os incorporam a redes de conexões globais, constituindo-se, conforme salientou Haesbaert Costa (1995: 65), em "(...) territórios-redes modernos, muito mais funcionais que simbólicos, simples patamar de gestão dentro de uma ampla hierarquia econômica mundialmente integrada".

A dimensão econômica do território em sua face contemporânea, que implica nesta ampla hierarquia econômica, tal como referida por Haesbaert Costa (1996) e Santos (1999), remete, ainda, às abordagens semiológicas que tomam territórios mais como fluxos e redes e menos como espaço físico – tratando-os pelo prisma da tecnologia, da informação. Tais abordagens são úteis à compreensão dos cerrados inseridos num sistema agroalimentar de conexões globais, como produtor de commodities, no qual fluxos informacionais redesenham uma territorialidade para além do espaço físico. Nesta perspectiva, para Raffestin (1986, 1988),

“o território é uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura. O território pode ser considerado como o espaço formado pela semiosfera (1986: 177). (...) O acesso ou o não-acesso à informação comanda o processo de territorialização das sociedades (1988: 272). É a teoria da comunicação que comanda nos nossos dias a ecogênese territorial e o processo de T-D-R (1986:182)”.

Não decorre daí a compreensão de que rede e território apenas se opõem, no sentido de territorialização *versus* desterritorialização¹⁹, porquanto

¹⁸ Esse fenômeno referido por Milton Santos pode ser visto no acordo Brasil/Japão para exploração dos cerrados, referido no capítulo II.

¹⁹ Rede, no sentido geográfico, é termo de uso relativamente recente. Nasce com a modernidade capitalista e é utilizada pelos geógrafos urbanos, na primeira metade do século XX, nos estudos de rede urbana. Sua origem é atribuída ao pensamento utópico saint-simoniano dos anos 1830. A noção de rede, na terceira década do século XIX, associava-se também à estratégia militar (rede ou sistema de fortificações), à infra-estrutura urbana (rede de distribuição de água) e à medicina (rede sanguínea e nervosa, por sua vez associada à rede hidráulica). Mesmo estando já configuradas na prática, só a partir de 1863 – pelo menos no caso francês – passam a ser discutidas teoricamente (Haesbaert Costa, 1995).

“(...) uma combinação articulada de redes, uma malha, por exemplo, pode ser a base de um processo de re-territorialização (...), [já que] um território antes de ser uma fronteira é um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários (...). [Assim], a territorialidade (...) engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários quanto os lugares” (Haesbaert Costa, 1995: 66).

No entanto, se os territórios sempre foram constituídos por redes, é possível concordar com Haesbaert Costa (1995) que, contemporaneamente, estas passaram de elemento constituinte – na territorialidade mais tradicional – a elemento constituidor na territorialidade moderna, principalmente em sua dimensão econômica, enquanto malha cada vez mais globalizante dentro da qual muitos territórios passam a ser pontos ou parcelas elementares. Com efeito,

“muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes hierárquicas geralmente com o papel de dominação ou complementares. Muitas vezes de solidariedade e vice-versa²⁰. Territórios podem servir como patamar na articulação de redes que cooptem, hierarquicamente, outros territórios. O que distingue uma dinâmica da outra é fundamentalmente o domínio da extroversão ou da introversão – em outras palavras, o domínio de dinâmicas centrífugas ou centrípetas, as primeiras caracterizadoras de desterritorialização, as segundas de territorialização²¹” (Haesbaert Costa, 1995: 66).

A rede liberta-se da superfície construindo, livremente, relações entre os pontos. No caso em questão, elas são funcionais e desempenham papel estratégico e instrumental num mundo onde organizações mais territorializadas cedem, cada vez mais, lugar a articulações desterritorializadas o que não significa o desaparecimento ou a não-recriação daquelas. Augé (1992), pelas idéias de *lugar* e *não-lugar*, analisa a desterritorialização contemporânea, o que é relacionado por Haesbaert Costa (1995) às concepções de território (*lugar*) e rede (*não-lugar*). Para este autor, se é possível pensar uma *rede dos não-lugares*, esta seria a

²⁰ Nesse sentido, ver Scherrer-Warren (1996: 22) acerca das redes (*networks*) de movimentos sociais como “(...) práticas articulatórias das ações localizadas, de redes de movimentos (...)”.

²¹ São geralmente de ordem econômica os fatores que determinam o grau de extroversão de um dado território, em função das redes que o perpassam (Haesbaert Costa, 1995). Na análise dos cerrados, estes fatores são tomados como ponto de partida.

rede por excelência, radical, marcada pela hegemonia quase absoluta dos fluxos e da mobilidade sobre nódulos/pólos e sobre a fixação, assim como da funcionalidade e do anonimato sobre o simbólico e a identidade²²: rede-passagem, lugar de domínio do provisório, da desterritorialização.

Marc Augé, no entanto, rebate a idéia do desaparecimento dos territórios (lugares) pela proliferação dos não-lugares. Mesmo no estágio atual da modernidade (*supermodernidade*) cuja expressão espacial é o não-lugar, os lugares (territórios), paradoxalmente, subsistem e se refazem, porque

“(...) vivemos uma época (...) paradoxal: no próprio momento em que a unidade do espaço terrestre se torna pensável e em que se reforçam as grandes redes multirraciais, amplifica-se o clamor dos particularismos; daqueles que querem ficar sozinhos em casa ou daqueles que querem reencontrar uma pátria, como se o conservadorismo de uns e o messianismo dos outros estivessem condenados a falar a mesma linguagem – a da terra e das raízes” (Augé, 1994: 37)

A relação entre lugares e não-lugares, territórios e redes, tão peculiar à nossa contemporaneidade, conduz às posições de horizontalidade e verticalidade, identificadas por Santos (1996). A primeira corresponde aos domínios da contigüidade, da continuidade territorial, uma área com limites claros; a segunda, por sua vez, corresponde à rede, como pontos e linhas ligados por todas as formas de processo sociais e que, no caso das funcionais, estabelecem uma hierarquia ou complementaridade, na economia-mundo desterritorializada.

Nesse sentido, se território tem uma conotação mais política (controle concreto e disciplinar) e cultural (apropriação simbólica), definindo o espaço a partir de fronteiras e superfícies, a rede, ao construir-se pela articulação de pontos e linhas, ganha um caráter mais político-econômico, definindo, no espaço, uma hierarquia ou uma complementaridade.

²² Haesbaert Costa (1995), na análise que faz da modernidade sulista nos gerais baianos, contesta, em certa medida o mito da desterritorialização absoluta.

Assim, enquanto o território constitui-se pela contigüidade, a rede se liberta da superfície e constrói-se livremente sobre os pontos.

No entanto, é importante não dicotomizar territorialização e desterritorialização ou território e rede, haja vista que, mesmo com a globalização sendo quase-sinônimo de desterritorialização, as possibilidades de reterritorialização não deixaram de existir²³. De fato, o que há de novo em termos de territorialização é que o território tanto pode ser formado por lugares contíguos como por lugares em rede, sendo isto um dos fenômenos contemporâneos da compressão espaço-tempo mediatizada pela informação²⁴. Nesse sentido, tanto a destruição de antigos territórios ou a integração de novos espaços a uma rede globalizada (Haesbaert Costa, 1995) quanto a formação de novos territórios através da apropriação política e simbólica do espaço, notadamente com o concurso do poder econômico, fazem parte do atual estágio da modernidade.

Mas não se pode negar uma racionalidade mundial imposta às redes, de natureza sobretudo econômica. O mundo é quase-sinônimo de mercado e,

“na democracia de mercado, o território é o suporte das redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoísticas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades enquanto as horizontalidades hoje enfraquecidas são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores (...) Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordens à região onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio exclusivo benefício. Se aumenta a coesão horizontal, isso se dá ao serviço do mercado, mas tende a corroer a coesão horizontal que está serviço da sociedade civil como um todo” (Santos, 1996: 19-20).

O processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em curso no Nordeste, pode ser visto, então, pela relação estabelecida entre territórios, lugares e redes,

²³ “A globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias (...). assim se desenvolve o novo e surpreendente processo de desterritorialização, uma característica essencial da sociedade global em formação” (Iami, 1996: 92-93).

²⁴ A perspectiva da territorialização por lugares em rede aproxima-se da utilizada por Vilela (1999), em seu estudo acerca da relação entre globalização e emergência de múltiplas ruralidades, focalizando a reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado.

numa dialética de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Mas, como já observara Milton Santos, a arena de oposição entre um mercado que singulariza e a sociedade que generaliza é, ainda, o território em suas diversas dimensões e escalas e, mais especificamente, poder-se-ia pensar, o *território/lugar*. Nesse sentido, a resistência da sociedade civil encontra sua sede no *lugar*, nada impedindo que esta possa estender-se a escalas mais altas. O primeiro passo é o conhecimento sistemático da realidade do território usado, ou seja, o uso do território, partindo-se, sobretudo, da realidade interna, da sua própria constituição. O uso do território nordestino que redundará no *novo* Nordeste dos cerrados será tratado a seguir.

3.2- O *novo* Nordeste dos cerrados

A clássica espacialização do Nordeste em Mata, Agreste e Sertão constitui uma simplificação da divisão física do espaço nordestino com ênfase nos atributos do meio físico regional: litoral, zona da mata, agreste, sertão, chapadões do oeste, Meio-Norte e as manchas de brejos de altitude. Dentro dessa espacialização tripartite, Manuel Correia de Andrade é uma exceção, por sua preocupação em enfatizar as atividades econômicas e as relações sociais relacionadas às subdivisões físicas do espaço regional, em geral tratadas em segundo plano (Correia de Andrade 1964). De fato, embora a organização espacial seja em grande medida condicionada pelo meio físico, é necessário pensar os diferentes processos de *produção do espaço* regional, alguns de origem remota e outros de origem recente, muitos deles fortemente afetados por políticas de desenvolvimento regional (Mueller, 1995).

Em lugar da divisão tripartite clássica, tem sido proposta uma espacialização do Nordeste em quatro subconjuntos sócio-econômicos diferenciados que decorrem de vários processos históricos de ocupação: 1/ o Nordeste da economia açucareira e pecuária, com poderosas oligarquias e uma burguesia incipiente, que se estendeu do Rio Grande do Norte a Alagoas, num sistema sub-regional agroexportador tradicional associado mais recentemente ao complexo alcooleiro da Zona da Mata; 2/ o Nordeste do complexo gado-algodão-agricultura de alimentos, com sua oligarquia sertaneja expandindo-se via acumulação comercial – com destaque para o Ceará –, constituindo o semi-árido de agropecuária decadente, secas e

excedentes demográficos, mas com zonas de irrigação; 3/ o Nordeste dos pólos e complexos industriais – destacando-se os estados de Sergipe e Bahia, com sua burguesia banqueira, sob o comando de Salvador, cidade portuária e mercantil –, com o predomínio, no campo, de cana, cacau e zonas de combinações agrícolas sertanejas (o oeste baiano – cerrados – era considerado um *vazio*, até recentemente); 4/ o Nordeste das zonas de expansão recente das fronteiras agrícolas (pré-Amazônia maranhense e cerrados) (Mueller, 1995, Araújo, 1997).

Os dois últimos conjuntos são contemporâneos de uma desconcentração produtiva no país que atingiu a região buscando utilizar recursos naturais *disponíveis* – cerrados, por exemplo – nas diversas regiões do país. Em decorrência, as tendências de acumulação privada, reforçadas pela ação estatal, e comandadas por uma política desenvolvimentista, catapultaram áreas importantes de desenvolvimento agroindustrial e industrial, redesenhando o mapa anterior e nele introduzindo amplas redes com forte articulação externa.

Para Tânia Bacelar de Araújo, no Nordeste atual, as *áreas dinâmicas de modernização intensa* são: o Complexo Petroquímico de Camaçari, o Pólo Têxtil de Confeções de Fortaleza, o Complexo Minero-Metalúrgico de Carajás, o Pólo Agroindustrial de Petrolina-Juazeiro, cuja base é a agricultura irrigada do sub-médio São Francisco, as Áreas de Moderna Agricultura de Grãos, estendendo-se dos cerrados baianos ao sul do Maranhão e ao sudoeste do Piauí, e o Pólo de Fruticultura do Rio Grande do Norte, baseado na agricultura irrigada do Vale do Açu – além dos diversos Pólos Turísticos Litorâneos (Araújo, 1997).

Algumas dessas áreas dinâmicas correspondem aos chamados *subsistemas regionais de fronteiras agropecuárias* (Mueller, 1995) ou, ainda, aos *Pólos de Desenvolvimento Integrado* (BNB, 1998). Esses pólos foram definidos por um projeto operacionalizado pelo BNB (Banco do Nordeste do Brasil) com apoio do Ministério do Planejamento, em parceria com o Programa *Brasil em Ação*, do Governo Federal²⁵. Nas estratégias

²⁵ O BNB, um órgão auxiliar para gestão e execução das políticas de crédito do Governo Federal, foi criado em 1952, com a *missão* de contribuir para o *desenvolvimento sustentável* do Nordeste, promover a integração da economia regional à nacional e reduzir as desigualdades regionais. A partir de 1967, torna-se o principal repassador de recursos do Banco Central para o Nordeste (Alves e Silveira, 1998).

desenvolvimentistas do Brasil recente, acompanhadas de processos de produção de espaços, a busca de impactar realidades regionais reedita a teoria dos *Pólos de Desenvolvimento Integrado*, num processo capitaneado, regionalmente, pelo BNB e no plano nacional, pelo Ministério do Planejamento, através do referido Programa *Brasil em Ação*²⁶.

É nesse novo contexto de criação de pólos de desenvolvimento para o Nordeste que emerge, em 1998, o *Pólo Sul do Maranhão/Sudoeste do Piauí* e que em 1999, foi desmembrado em dois: o do sul do Maranhão e o do sul e sudoeste do Piauí. Este último recebeu o nome de *Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí/Gurguéia*²⁷.

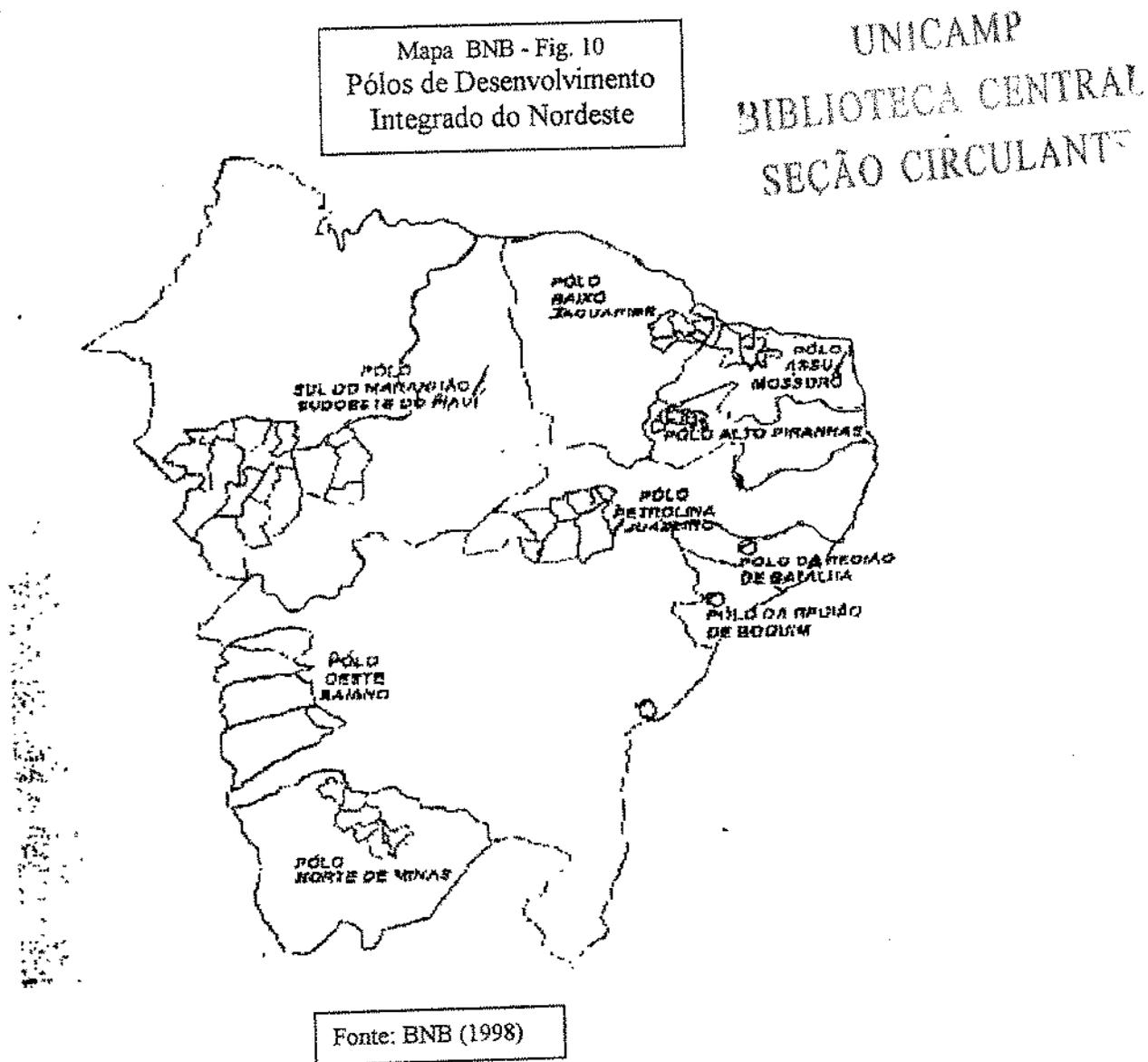
Na concepção deste projeto, o discurso do Banco do Nordeste propugna uma *releitura crítica* da teoria e prática dos pólos de desenvolvimento anteriores. À luz das teorias contemporâneas de desenvolvimento regional, o discurso do Banco do Nordeste propõe como novidade conceitual e operacional o *imprescindível* papel do *local*, ou do *desenvolvimento endógeno*, num mundo globalizado. De fato, o que se constata, com base em Jolivet (1984), é que o ideário de mobilização para o desenvolvimento, reelaborado com ênfase na participação do *local*, é consequência da crise dos próprios modelos de desenvolvimento e de suas repercussões sobre esse mesmo *local*.

O atual projeto de Pólos de Desenvolvimento para o Nordeste foi, segundo texto do Banco do Nordeste (1998), elaborado a partir de experiências favoráveis em dois outros, Petrolina/Juazeiro (PE e BA) e Balsas/MA, tendo como uma de suas justificativas, a *ambiência favorável*, traduzida como a “necessidade do Governo Federal em desenvolver mecanismos de gestão integrada de políticas públicas em apoio ao desenvolvimento local (...)” O texto acrescenta, explicitando o *desenvolvimento local*: “com o projeto, iremos

²⁶ *Brasil em Ação* foi um programa criado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, definindo eixos e metas de atuação e que, no segundo governo, no final de 1999, foi absorvido pelo Programa *Avança Brasil*.

²⁷ Esse desmembramento deu-se por pressão de políticos e empresários do sul piauiense, entre os quais, os defensores da criação do Estado do Gurguéia.

monitorar e otimizar as ações de empresas públicas e privadas, das comunidades e do próprio Banco para as áreas com grandes possibilidades de desencadear processo de desenvolvimento sócio-econômico” (BNB, 1998a: s/n). Os pólos são Alto Piranhas, Açú/Mossoró, Baixo Jaguaribe, norte de Minas, oeste Baiano, Petrolina/Juazeiro, Bacia leiteira da região de Batalha, sul de Sergipe, sul do Maranhão/sudoeste do Piauí²⁸ (BNB, 1998) (Mapa BNB, Fig. 10).



²⁸ Este último Pólo compõe-se dos municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Riachão, Feira Nova do Riachão, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colina, São Raimundo das Mangabeiras, Alto Parnaíba, Loreto, Sambaíba (MA); Uruçuí, Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves, Antônio Almeida, Manoel Emídio, Bertolândia, Sebastião Leal (PI).

Segundo texto do Banco do Nordeste, a concepção de *Pólos de Desenvolvimento de Base Local* ou *Pólos de Desenvolvimento Integrado* substituiu a visão de *Pólos de Desenvolvimento à Base de Matérias-Primas Locais* adotada no passado. Na chamada *visão tradicional*, atribuía-se grande importância ao capital e ao trabalho, às transferências governamentais, e à atração de investimentos externos, enquanto os recursos naturais eram considerados fatores secundários²⁹. Já na chamada *visão moderna*, propugna-se o tratamento dos fatores tradicionais em novas bases, e enfatizam-se os chamados “novos fatores ou variáveis endógenas: conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento, participação social, fomento às atividades de base local” (BNB, 1998a, s/n). Nesse discurso, ganha relevância “a comunidade emergindo como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência” (BNB, 1998b: s/n)³⁰.

Fundamentando-se na perspectiva da economia espacial no âmbito do desenvolvimento regional, os novos pólos de desenvolvimento, segundo seus ideólogos, afastam-se dos modelos neoclássicos, baseados em teorias de desenvolvimento econômico, cuja atenção, além de focalizar-se nos fatores econômicos tradicionais (capital físico e trabalho), assegurava um papel preponderante à inovação tecnológica determinada exogenamente, atribuindo um papel comparativamente pequeno a quaisquer outros fatores. Já nos novos modelos,

“(...) o crescimento é visto como um produto de forças econômicas endógenas aos sistemas de mercados descentralizados. São essas forças que comandam o processo mais do que

²⁹ De fato, o discurso do Banco do Nordeste, com sua ênfase na pontuação da diferença entre o que denomina *visão tradicional* e *visão moderna* dos pólos, não leva em conta o que Manuel Correia de Andrade já observara a respeito de quando, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) aderiu às tentativas de se aplicar a teoria dos pólos de desenvolvimento, à realidade brasileira. Nesse processo, “procurar-se-ia identificar os pólos de crescimento da região e de cada um dos estados nordestinos (...) e aproveitar vantagens locais, particularmente ligadas aos recursos naturais, implantando grandes projetos para aproveitá-los, com o que se criariam novos pólos de dinamização da economia regional. Os projetos integrados de estudo e aproveitamento de bacias fluviais, e a criação de grandes complexos industriais a partir das disponibilidades de recursos naturais da região (v. g. petróleo, álcool, sal, potássio, óleos vegetais) seriam (...) exemplos (...) [da] utilização dos instrumentos teóricos e operacionais da economia espacial para objetivos de ação” (Correia de Andrade, 1973: 101).

³⁰ Para uma análise a respeito da abordagem de intervenção do Banco do Nordeste, como uma ação que se caracteriza por uma postura que resvala do discurso tutorial ao participativo, ver Alves e Silveira (1998).

quaisquer inovações tecnológicas exógenas sobre as quais o mercado não tenha nenhum controle. Sendo assim, a economia pode atingir um equilíbrio de crescimento perpétuo através de suas forças internas” (Silva Filho, 1998: 7).

Nesse modelo, enfatiza-se o papel do Estado e das instituições, sendo o crescimento tido como “(...) função das políticas econômicas desenvolvidas pelos governos, notadamente através dos estímulos ao acúmulo de capital que ofertam para os agentes privados da economia” (Silva Filho, 1998: 8). As proposições de desenvolvimento econômico nacional e regional voltam-se para a formação de *clusters*, aglomerado de pequenas e médias empresas, associados aos novos arranjos institucionais, viabilizados por ação deliberada do Estado³¹. Estas narrativas mestras que, na forma de *novas* teorias e modelos de desenvolvimento regional, enfatizam o plano local e os pequenos e médios investimentos, no caso dos cerrados são contraditórias com a prática real de verticalização do território em redes hierarquizadas pelas grandes corporações.

Rediscute-se, assim, a estratégia industrial centrada no conceito de pólos e complexos agroindustriais integrados que, no Nordeste, originou-se e expandiu-se rapidamente no cerne da política de desenvolvimento regional, iniciada na década dos 60 e ampliada nos 70 com o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)³². Tais pólos foram pensados no sentido de impulsionar, na região, uma indústria moderna baseada no uso intensivo de capital – de origem predominantemente extra-regional ou estatal – voltada principalmente ao atendimento de demandas nacionais, em empreendimentos de grande porte concentrados em bens intermediários (indústria química e petroquímica, metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicação, minerais não-metálicos, etc.), quase sempre localizados nas regiões metropolitanas e em algumas das capitais e cidades grandes do litoral nordestino (Mueller, 1995)³³.

³¹ A idéia de ‘cluster’ tem sido apresentada na literatura como um mecanismo eficaz de promoção do desenvolvimento local” (Amorim, [199-]).

³² Sobre a teoria dos pólos, aplicada ao Nordeste, na década de 60, ver Correia de Andrade (1973, 1974). Sobre os *Subsistemas dos Pólos e Complexos Industriais no Nordeste*, ver Mueller (1995).

³³ Embora o foco dessa questão da polarização no Nordeste se dirigisse para a estratégia de desenvolvimento baseada nos pólos industriais, Manoel Correia de Andrade já apontava, em 1967 (ano da 1ª edição da obra tomada como referência), para a presença de pólos agrícolas, *espontâneos*: bacia leiteira de Alagoas, zona de

Essa polarização redundou, nos anos 80, numa especialização local do Nordeste na produção de bens de consumo intermediário, destinados, em grande parte, às exportações, o que explica ter sido a região menos atingida na crise dos anos recentes que afetou mais ao setor industrial e, em especial, aos segmentos produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Ale, disto, ao chamado *Subsistema dos Pólos e Complexos Industriais do Nordeste* (Mueller, 1995), somam-se, ainda nos anos 80, os novos *Pólos Agroindustriais* nordestinos: nos cerrados (Bahia, Maranhão, Piauí) e nas margens do submédio São Francisco (Bahia, Pernambuco), implantou-se moderna agricultura de grãos e carnes (cerrados) e de fruticultura irrigada (Vale do submédio São Francisco) visando à exportação e desempenhando importante papel na resistência aos efeitos da queda na demanda interna, o que levou o Nordeste, a enfrentar melhor, localizadamente, a crise nacional (Araújo, 1995).

As mudanças nesses Nordeste modernizados refletem-se também no imaginário da região, passando a conviver, lado a lado, os discursos de *região-problema*, e os discursos da *região potencial*. Segundo estudos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, corroborados por economistas sem vinculação com esta instituição, o crescimento econômico do Nordeste em 1997 (5,8%) foi quase duas vezes superior ao do Brasil como um todo (3%), sendo este o quarto ano consecutivo a registrar índice de crescimento regional superior ao nacional. O Produto Interno Bruto (PIB) da região passou de 117,5 bilhões em 1996 para 134,2 bilhões em 1997, representando 15,6% do PIB nacional, com o Nordeste começando a aparecer nas análises econômicas como uma região “com um potencial fantástico de crescimento (...) [e não mais como] um sorvedouro de recursos”, segundo o Ministro Mailson da Nóbrega (Folha de São Paulo, 21/6/1998)³⁴.

Em 1997, a renda *per capita* no Nordeste cresceu em 4,7%, totalizando R\$ 2.996,76, enquanto, no mesmo período, a do Brasil cresceu à taxa de 1,8%, embora aquela, em números absolutos, ainda estivesse bem abaixo da renda *per capita* do Brasil (R\$ 5.402,50)

cultura irrigada de cebola no médio São Francisco, expansão da fronteira agrícola na direção do oeste do Maranhão e do extremo sul da Bahia (Correia de Andrade, 1973).

³⁴ Jornal Folha de São Paulo, Seção economia, 21. de junho de 1998. Artigo intitulado: “Nordeste cresce mais que o Brasil”

e a região ainda possuísse alguns dos piores indicadores sociais do país³⁵. Os principais setores responsáveis pelo crescimento do Nordeste, em 1997, foram o industrial (liderado pela construção civil) e o de serviços (comunicações). Os índices de crescimento superiores ao do Brasil registraram-se nos seguintes estados: Maranhão (13%), Alagoas (10,7%), Bahia (8,1%), Sergipe 6,3%), Paraíba (5,2%), Rio Grande do Norte (3,5%) e Pernambuco (3,4%). Já os estados com desempenhos considerados insatisfatórios foram Ceará (1,8%) e Piauí (- 0, 7%). (Folha de São Paulo, Economia, 21/6/1998).

As mudanças na composição da produção nordestina, ocorridas desde o final dos 60 para início dos 70, acompanharam as tendências gerais da economia brasileira. Nesse contexto, as atividades agropecuárias perderam peso em relação ao produto interno bruto do Brasil e da região, com o avanço as atividades urbano-industriais, embora o Nordeste tivesse, ainda, um índice menor (30%) que o nacional (34%), em termos de crescimento industrial. Por isso é que ainda no início da década de 90, o Nordeste continuou sendo visto como região mais agropecuária (20%) que industrial (12%) ou terciária (15%) (Araújo, 1995).

³⁵ De fato, como lembra Nazareth Wanderley, no meio rural nordestino reproduz-se, ainda, parcela importante das questões sociais regionais e nacionais, que se expressam em acentuados índices de precariedade econômica, social, cultural e política. Em 1990, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) contabilizou 16,1 milhões de pessoas nas áreas rurais brasileiras com baixo nível de renda e com possíveis problemas nutricionais. Desse total, 10,1 milhões (62,7%) encontram-se na região Nordeste. A pobreza, medida pela baixa renda – ainda quando se leva em conta o menor custo de vida no campo – é bem maior nas áreas rurais, a ela associando-se problemas mais graves de subnutrição, moradia, mortalidade infantil e baixa expectativa de vida. Apesar dos progressos recentemente registrados, o Nordeste continua sendo um grande desafio nacional no que tange à chamada *dívida social* e persistência da pobreza. A região tem 29% da população brasileira, mas possui 55% dos analfabetos do País, 55% dos indigentes brasileiros, 45% das famílias pobres do Brasil (com rendimento *per capita* inferior a meio salário mínimo) e 50% das pessoas com consumo calórico muito baixo. Segundo critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), encontram-se no Nordeste os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): pequenos municípios com população preponderantemente rural. Os níveis de pobreza identificados revelam uma situação geralmente de precariedades, que têm causas estruturais, especialmente a desigual distribuição da propriedade fundiária e as estruturas de poder e dominação políticas predominantes na região. Os dados do Sistema Nacional do Cadastro Rural, de 1992, no Nordeste, demonstram que os imóveis rurais classificados como grande propriedade perfazem 1,5% do universo cadastrado, abrangendo 40,4% da área total. Em contrapartida, os imóveis rurais com área total de até 100 hectares constituem 86,3% do total de imóveis rurais, restringindo-se a meros 23,4% da área cadastrada. Tais números refletem-se no índice de Gini que, em todas as unidades da região, situa-se em níveis consideravelmente elevados, tanto em 1978 quanto em 1992, não ocorrendo variações substanciais nos mesmos (o índice de Gini passa, entre estas duas datas, de 0,8135 para 0,7918) (Wanderley, 1999).

No entanto, ocorreram, também, mudanças no perfil da produção agropecuária nordestina, com o surgimento de uma *nova* base agrícola na região. Com efeito, a partir dos 70, reduzia-se a área cultivada com algodão, mamona, mandioca e sisal e expandia-se a ocupada com cana-de-açúcar, arroz, cacau, feijão, laranja e milho, observando-se um peso crescente na produção regional de culturas não-tradicionais da região: mamão, manga, melancia, uva (nas áreas irrigadas do São Francisco), cacau e abacaxi (manchas férteis no sertão e agreste), tomate, café, soja, borracha (em áreas favoráveis do São Francisco, do agreste, do cerrados e da Zona da Mata, respectivamente). Nos anos 70, tais produtos representavam 3% do valor da produção agrícola nordestina, passando, no final dos 80, a representar 13,5% (Araújo, 1995).

A produção de soja, introduzida na região nos anos 80, expande-se nos 90. A previsão para a região de Barreiras, na Bahia, em 1999, foi de que esta teria a maior safra de grãos de sua história, segundo a Associação de Irrigantes da Bahia (ABIA). Apenas a soja deveria atingir 1,4 milhão de toneladas, 12% a mais que a safra de 1998 (1,250 milhão), devido à regularidade de chuvas e ao aumento da área cultivada, que saltou de 556 mil hectares em 98 para 582 mil hectares em 99. Esta região do oeste baiano possui, atualmente, cerca de 900 produtores de soja e sua produção escoar-se pelo porto de Malhado (Ilhéus/BA), que movimentou, em 1998, 782 mil toneladas de produtos, dos quais 590 mil foram de soja (Meio Norte, 1999)³⁶. No Piauí, a situação da safra de 1999 no mês de maio (IBGE, 1999) foi de 80.663 toneladas de soja em 32.181 hectares e 86.053 toneladas de arroz em 42.499 hectares. Esse paralelismo entre arroz e soja, nos cerrados piauienses indica o papel do arroz na fase de *abertura de áreas* para o cultivo da soja.

A soja do oeste baiano, do sul do Maranhão e do sudoeste do Piauí destina-se, em grande parte, ao atendimento da demanda externa:

“estima-se que apenas o oeste baiano, até 1995, produzia 1,7 milhão de t/ano, devendo destinar um milhão de toneladas de derivados ao mercado internacional (...). As produções maranhense e piauiense orientam-se basicamente para o exterior. A sub-região nordestina que vai do oeste baiano ao sul do Piauí e Maranhão tem experimentado um processo de ocupação comandado

³⁶ Jornal Meio Norte, Seção Regional, Teresina, 24 de janeiro de 1999. Artigo intitulado: “Soja no oeste baiano”.

por agentes econômicos extra-regionais e recebido capitais e capitalistas predominantemente não-nordestinos, implantando processos econômicos e construindo uma paisagem que se assemelha muito mais à macrorregião Centro-Oeste do Brasil. Sua ligações econômicas e semelhanças geo-sócio-econômicas com as demais Sub-regiões do Nordeste são muito tênues. Até os estrangulamentos à continuidade de seu desenvolvimento são mais parecidos com os de Tocantins ou Mato Grosso do que com os do lado oriental nordestino: infra-estrutura de transporte, por exemplo (...)” (Araújo, 1997: 20-21).

Assim como as áreas industriais do Nordeste, os novos pólos agrícolas voltam-se para a economia extra-regional e internacional. Nas áreas de modernização intensa (industriais e agrícolas), há forte articulação *para fora* da região, inclusive quanto a processamento de produtos (salvo frutas *in natura* e a uva transformada em vinho, bem como uma parte da soja transformada em óleo e farelo no próprio Nordeste). Importantes relações econômicas extra-regionais, em particular com o mercado internacional, apresentam maior dinamismo com o exterior que nas trocas inter-regionais. Mas mesmo últimas, o Nordeste apresenta-se como uma *região-mercado*, principalmente para o Sudeste e, particularmente, para o Estado de São Paulo (Araújo, 1995).

Esses pólos agrícolas são, assim, verdadeiros *enclaves*, pontos de uma rede de conexões globais, em um Nordeste de estrutura produtiva heterogênea, onde convivem, lado a lado, áreas de modernização intensa e áreas com um padrão predominantemente tradicional, e cuja diversidade extrapola perspectivas duais sobre atraso/modernidade. Para Araújo (1997), produz-se, neste processo, uma *fragmentação*, não se estabelecendo vínculos entre as áreas modernizadas e as não-modernizadas. Esta fragmentação aponta para o processo de desterritorialização em curso, porquanto as redes não estabelecem relações de contigüidade territorial³⁷.

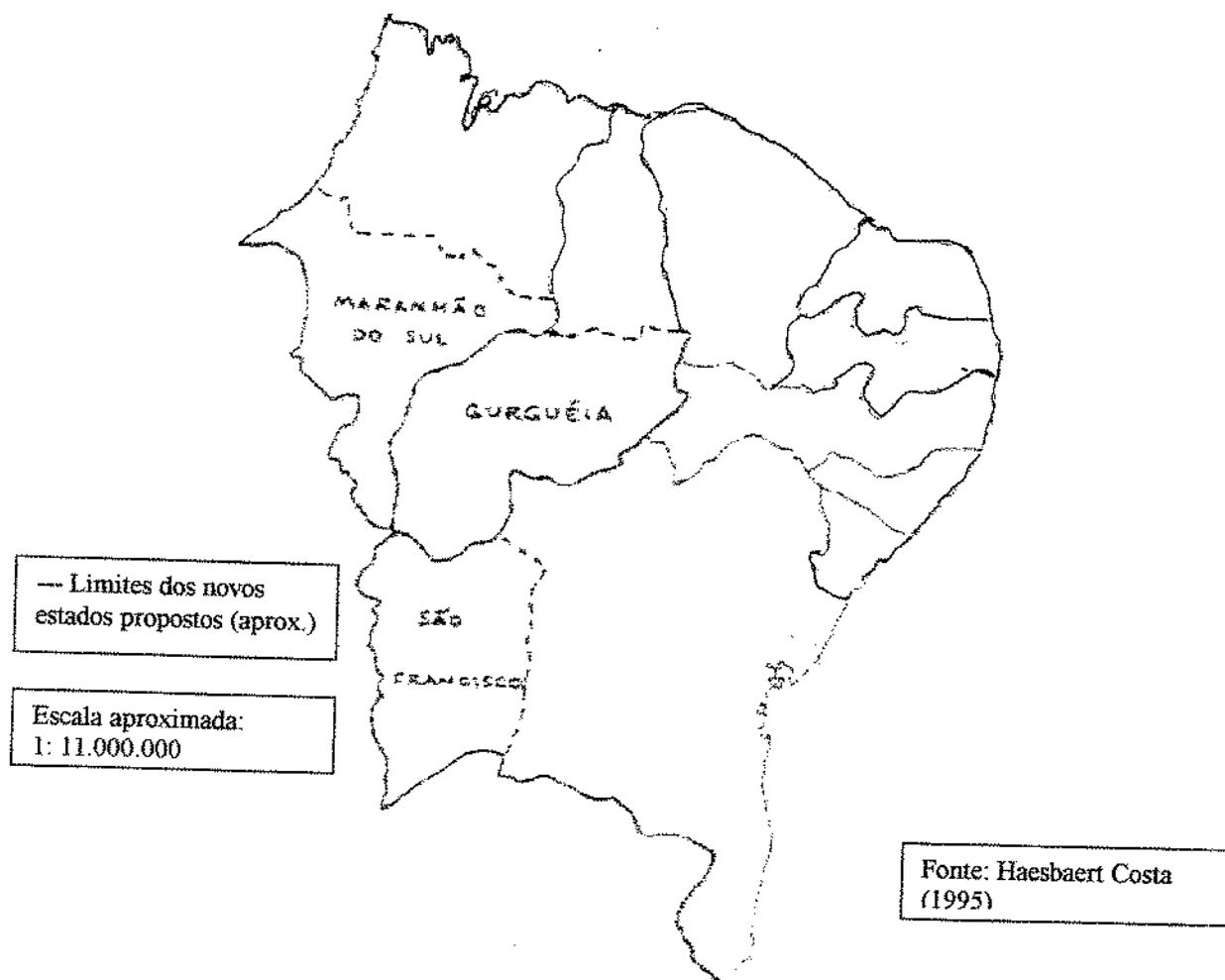
³⁷ Uma possível reação nesse processo começa a ser esboçada no Nordeste, com a discussão do tema do *Desenvolvimento Territorial*. No final de 1999, participei do Grupo de Trabalho *Desenvolvimento Territorial*, no IX Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste e do *Seminário Internacional sobre Planejamento e Desenvolvimento Territorial*, promovido pela Universidade Federla da Paraíba (Campina Grande) e pelo *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (CIRAD), no qual foram apresentadas e debatidas tanto concepções teóricas de território, quanto várias experiências locais relativas ao tópico. Na proposta elaborada para o X Encontro Norte/Nordeste de Ciências Sociais, permanece a proposta do Grupo de Trabalho sobre territorialidade.

São diversas as trajetórias estaduais e metropolitanas na região, num processo complexo e regionalmente diferenciado de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, no qual se inclui, mais recentemente, o (re)surgimento de propostas de reordenamento político-territorial diretamente relacionadas às disputas de poder político e à (re)construção de identidades de sulistas e nordestinos no *novo* Nordeste dos cerrados, o que se dá não apenas na esfera municipal – cujo exemplo emblemático é Mimoso do oeste, na Bahia – mas também na estadual, com propostas de criação de novos estados, como São Francisco (oeste baiano), Maranhão do Sul (sul maranhense) e Gurguéia (sul e sudoeste piauiense) (Mapa *novo* Nordeste, Fig. 11).

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Mapa *novo* Nordeste. Fig 11
Os estados propostos para o *novo* Nordeste



Nessa questão do separatismo, interesses e práticas político-econômicas não aparecem isolados, e sim aliados à invenção e fortalecimento de identidades territoriais, necessárias à sua consolidação, tendo, inclusive, respaldo popular. Neste sentido, as identidades são-franciscana, sul-maranhense ou gurgueiense são um cadinho onde se devem juntar projeções sulistas e nordestinas, projetos da elite política e econômica e aspirações dos segmentos subalternos da população, numa difícil articulação de representações e memórias: “a integração das forças nativas é de fundamental importância para o processo de emancipação” (Tribuna do São Francisco, n. 3, jun/1990, apud Haesbaert Costa, 1996).

No Piauí, o Vale do Gurguéia e as demais áreas dos cerrados do sudoeste, que formariam o pretendido Estado do Gurguéia, são tidas como as áreas *mais ricas* do Piauí, necessitando, porém, de “autonomia para andar depressa e construir seu próprio destino”, sendo necessário “dividir para crescer juntos” (Lima, 1995: 19 e passim). Para este autor, ex-deputado federal e empresário agrícola no Vale do Gurguéia, a criação do novo estado favoreceria a eficiência administrativa e a interiorização do desenvolvimento, prejudicada, em grande medida, pela distância da capital, Teresina, que fica há 900 km do município de Cristalândia do Piauí, no extremo sul, fronteira com a Bahia³⁸. Lima (1995) argumenta que o Piauí tem uma forma longitudinal com largura de 66 km de costa para um comprimento de cerca de 1.250 km.

O discurso de construção de identidades sócio-territoriais de bases regionais, segundo Haesbaert Costa (1996), visa integrar duas dimensões: 1/ histórica, à medida que um passado é relido à luz das novas pretensões, retomando-se mitos de origem, relativos, em geral, à autonomia e independência, e 2/ geográfica, dado que a distância e o isolamento das capitais dos estados atuais são, no caso dos três estados referidos, arrolados como

³⁸ Segundo moradores de municípios dessa região, a população reporta-se mais a Brasília (DF) do que a Teresina, para resolver questões diversas (tratamento de saúde, educação de filhos, etc.). Conforme o Jornal Meio Norte, estima-se em 1,5 milhão o total de habitantes da região compreendida pelo sul e sudoeste piauiense, sendo antigos os reclamos da omissão do governo em relação àquela parte do estado, havendo, portanto, uma compreensão generalizada de que o executivo estadual não dispõe de recursos para atender às demandas de todo o Piauí (Jornal Meio Norte, Teresina, p. 2, 20 de janeiro de 2000. Editorial: “Descaso condenável”).

argumentos das propostas separatistas. Mas é possível identificar, ainda, as dimensões: 3/ política, sob o argumento do *abandono administrativo*; 4/ econômica, baseada no *potencial* das novas áreas, caso em que os cerrados aparecem como o *grande celeiro*, e 5/ cultural, mediante o discurso da identidade própria à região, embora paradoxalmente vindo à tona quando uma nova identidade – sulista – busca se impor. Neste caso, os argumentos visam à construção discursiva de um “verdadeiro milagre impetrado pela identidade territorial: soldar ideologicamente (recorrendo a metáforas espaciais) o que está objetiva e hierarquicamente separado (...) [visto que ali] muitas são as identidades que se cruzam, todas com pretensão de legitimidade” Haesbaert Costa (1996: 403).

Os novos arranjos territoriais manifestam-se com tal complexidade no Nordeste que requerem, para sua compreensão, o uso de diferentes escalas (global, nacional, regional e local) de análise, assim como o entendimento de múltiplas dimensões (econômica, política, cultural) e elementos (redes, territórios, fronteiras) que compõem o espaço sócio-geográfico. Entender o *novo* Nordeste dos cerrados exige, pois, levar em conta tanto seu atrelamento às redes transnacionais vinculadas aos complexos agroindustriais e ao capital financeiro quanto a territorialização de grupos, sejam os de base cultural distinta (*gaúchos*), sejam os de base cultural local, na disputa quer da hegemonia político-econômica, quer da simbólico-cultural. Esta questão se torna ainda mais complexa ao ter-se em conta que tais grupos, em situação de fronteira, são perpassados por disjunções de classe e de poder social.

3.3- Cerrados: de *território do vazio* a fronteira agrícola³⁹

Como vimos no capítulo II, os solos dos cerrados foram até os anos 70, do ponto de vista da moderna agricultura brasileira, considerados impróprios para o cultivo. Na região Nordeste, até meados dos 60 os cerrados eram tidos como *fundo de quintal*, o que, na perspectiva produtivista, significava uma área de “população extremamente rarefeita [sendo que] as atividades ali desenvolvidas se relacionavam a uma agropecuária extensiva e primitiva, de baixíssima produtividade” (Mueller, 1995: 35).

³⁹ A expressão *território do vazio* foi emprestada de Courbin (1989), por adequar-se ao imaginário das *narrativas mestras* dos cerrados.

De fato, essa visão dos cerrados como um *quase-vazio* encontra-se, por exemplo, em José Guimarães Duque, um dos estudiosos referenciais em recursos naturais do Nordeste, cujo primeiro contato com os cerrados nordestinos, deu-se na década de 50. Nos anos 60, Guimarães Duque dividia o Nordeste rural em dez sub-regiões naturais, com base na vegetação, no clima e no solo. Nesta subregionalização incluíam-se os cerrados, assim descritos:

“A região oeste da Bahia, limítrofe com Goiás, que se estende até Gilbués, no Piauí, na altitude acima de 600 m, é denominada localmente de cerrados ou campos gerais. Não sofre seca, pois é chuvosa, embora a planície não mantenha a água; os riachos e os rios cavaram a chapada e a água permanente existe mais embaixo. A temperatura é amena, o vento é constante e as chuvas ocorrem de outubro a maio (...). O solo é amarelo, vermelho ou marrom, composto mais de areia do que de argila, ácido, pobre de matéria orgânica e de pouca fertilidade; tem pouco poder de retenção para a água, motivo por que, no verão, as plantas apresentam o aspecto seco (...). O planalto (...) foi cortado pelos rios Grande, Preto, Correntes, Carinhonha e seus afluentes, do que se originaram vales, embaixo, com diferenças de altitude de até 400 m, como acontece com o Vale do rio Grande onde está a cidade de Barreiras [BA]. (...) Há brejos ou ‘veredas’ de árvores altas e buritizais. O chão é coberto de gramíneas duras e Cyperáceas. Em largas distâncias surgem arbustos e árvores separados, retorcidos, com caules protegidos de cortiça, de folhas caídas, mostrando sinais de queimadas repetidas em anos anteriores. A vegetação rasteira é de capim agreste, capim barba-de-bode (*Aristida* sp.), tucum anão (*Arystricarium* campestre), barbatimão (*Stryphnodendron* barbatimão), catolé (*Syagrus* comosa), mangaba (*Ribeira sorbilis* A. C.), piqui (*Cariocar glabrum*), lixeira (*Curatela americana*). A flora é pobre de espécies⁴⁰, esparsa e rala, com arbustos e árvores independentes (...). Não há casa ou população fixa nos ‘gerais’. Os poucos homens isolados trabalham na extração da borracha da mangabeira, na coleta de cocos (...), na busca do piqui e caçam, especialmente, a ema (...). As áreas de cerrados calculadas a planímetro no mapa são, aproximadamente as seguintes: Piauí, 975.050 ha [e] Bahia, 8.468.750 ha (...). A primitiva exploração dos Cerrados foi a extração de diamantes, de mica e de cristal dae rocha, como ainda existe em Gilbués no Piauí. Depois vem a engorda de gado com as queimadas anuais dos campos nativos. A terceira fase depende de estudos e da experimentação agrícola, da correção de solos, da adubação, da adaptação das espécies, etc., tanto para lavoura, quanto para a pecuária” (Duque, 1980: 129:130).

Posteriormente, o chamado *fundo de quintal* revelar-se-ia, através de novos estudos, em suas consideráveis dimensões. De fato, dos 154.867.200 ha da área do Nordeste, cerca de 62,0% correspondem ao semi-árido e os restantes 38,0%, a áreas cuja maior parte é

⁴⁰ Estudos recentes (Castro, 1994, Alho e Martins, 1995, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1999) questionam esta visão, trazendo à tona o tema da biodiversidade dos cerrados. Castro (1994) lembra, ainda, que os cerrados nordestinos, do ponto de vista biológico, inserem-se em mais de uma província fitogeográfica. Isto quer dizer que há *manchas* de cerrados em outras áreas do Nordeste e também no Piauí, além das aqui referenciadas, sociologicamente, como fronteira agrícola.

formada pelos cerrados. Os estados do Piauí, Maranhão e Bahia têm 20,5% de sua área em cerrados, correspondendo a 15,8% dos cerrados do Brasil⁴¹.

Os cerrados nordestinos ganham visibilidade nas análises econômicas e nas políticas de desenvolvimento, como subconjuntos econômicos, a partir de sua instituição como zona de fronteira agrícola regional (Araújo, 1997, Mueller, 1995). A instituição dos cerrados nordestinos como *áreas dinâmicas* deu-se em duas etapas. A primeira, a partir do início dos 80, corresponde à expansão da agricultura intensiva de grãos no Brasil central em direção ao oeste da Bahia, onde ocorreu a rápida expansão da soja com participação dos *gaúchos*. A segunda vem-se desenrolando nos chapadões do sul do Maranhão e sudoeste do Piauí, onde a frente de agricultura comercial, associada principalmente ao cultivo de soja para mercados do Centro-Sul do país e para o mercado internacional, penetrou a partir da segunda metade dos 80.

Essas frentes de agricultura comercial pressupõem a existência da *fronteira agrícola* que, do ponto de vista da expansão do capital, é um *espaço potencial* (Sawyer, 1981), ou seja, um espaço que oferece condições favoráveis à expansão de atividades econômicas até então ausentes ou presentes em menor escala. A contraface desse potencial é dada pelo diagnóstico do *vazio* econômico, demográfico e cultural, que justifica a intervenção nessas fronteiras em apoio à expansão capitalista. A *frente*, por outro lado, é um conjunto de atividades ou combinação concreta de forças produtivas e relações de produção que se introduz numa área de fronteira, no caso especificada como base de produção agroalimentar para o mercado (Pires, 1996).

Entretanto, perceber os cerrados sob o ponto de vista adotado por Sawyer (1981) implica ir além das interpretações já sedimentadas na literatura, segundo as quais a expansão da fronteira agrícola teria exercido duas funções básicas no Brasil: servir como válvula de escape a tensões sociais geradas em áreas agrícolas tradicionais e permitir – num país com recursos *inesgotáveis* de terra – o incremento da produção agrícola *sem alterar* seja o

⁴¹ Cf. Anexo 2, Quadro 1: Distribuição espacial da área de cerrados no Brasil – 1977 (Fundação CEPRO, 1992).

sistema fundiário, sejam as formas predominantes de organização social, seja a base tecnológica dominante (Martine, 1994).

Se se tomam por base apenas essas duas funções básicas, como faz Martine (1994), o ciclo da fronteira agrícola no Brasil teria de fato terminado nos anos 80, como conclui este autor, que relaciona três ondas ou fases de ocupação da fronteira agrícola no Brasil: a primeira entre as décadas de 30 e 60, com a ocupação do conjunto de áreas cobrindo o oeste de São Paulo, o norte e oeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina e o sudeste do então Estado de Mato Grosso; a segunda entre meados dos 40 e fins dos 60, na Faixa Central do país, abrangendo Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão; a terceira na década de 70, na vasta região amazônica. Para Martine (1994), a ocupação de áreas *novas*, embora tenha incorporado regiões cada vez mais extensas, passou a ser uma fórmula cada vez menos eficaz para resolver as pressões sociais nas áreas agrícolas tradicionais, ou para aumentar a produção agrícola. As migrações teriam deixado de ser predominantemente compostas de pessoas com origem e destino rurais

Isto nos reenvia para o tema das *frentes*. Como observou Velho (1979), acerca da difícil apreensão da fronteira no caso brasileiro, o seu caráter intermitente fez com que alguns autores substituíssem a noção de fronteira pela de *frentes pioneiras*, tal como se encontra em Leo Waibel e, mais radicalmente, pela de *frentes de expansão*, como está em Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira em que até a noção de *pioneirismo* é evitada por ser portadora da idéia de ser o *primeiro passo* numa cadeia de desenvolvimentos necessariamente *positivos*.

Para Martins (1996), tais categorias – *frentes de expansão* e *frentes pioneiras* – refletem, antes de mais nada, *modos* de ver a fronteira, tendo-se em vista os diferentes lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada: o lugar dos chamados *pioneiros*, empreendedores ou *novos bandeirantes* – como se auto-referem os gaúchos nos cerrados nordestinos –, ou o olhar preocupado com o impacto da expansão sobre as populações tradicionais⁴². Com o

⁴² Com a expressão *frente pioneira*, difundida no Brasil pelos geógrafos, os índios ficavam invisíveis no cenário construído por esse olhar. Pierre Monbeig, por exemplo, definiu os índios, massacrados pela *frente pioneira* no oeste paulista, como *precursores* desta frente, como se ali estivessem, transitoriamente, à espera

tema da memória social, queremos trazer à cena o olhar que está presente nas memórias eclipsadas.

À primeira vista, as concepções de *frente de expansão* e de *frente pioneira* designa simples processos de expansão demográfica em certos territórios. Contudo, como enfatiza ainda Martins, mais que mero processo de ocupação de território,

“(...) a concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram esta concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas” (Martins, 1996: 19-20).

As idéias subjacentes à noção de fronteira sugerem portanto que elas se referem a um contraste entre realidades sociais substantivamente diferentes, implicando modos singulares de organização da vida social, de definição de valores e de orientações sociais. Martins (1996) critica a generalização da noção de *frente* no uso antropológico de *frente de expansão* e a correspondente diluição da noção de *frente pioneira*, que passa a ser entendida, sobretudo, como frente econômica. Para ele,

“(...) o desencontro entre o que foi visto originalmente pelo geógrafo e pelo antropólogo (...) é produto de observações feitas (...) [a partir de] desiguais lugares sociais (...) [que] correspondem à própria realidade da fronteira (...). O desencontro de perspectivas é, nesse caso, essencialmente expressão da contraditória diversidade da fronteira, mais do que da diversidade de pontos de vista sobre a fronteira.. Diversidade que é, sobretudo, diversidade de relações sociais marcadas por tempos históricos [espacialidades e memórias] diversos e, ao mesmo tempo, contemporâneos” (Martins, 1996: 30)⁴³.

da civilização que acabaria com eles. Acontece que a ênfase original era posta na mudança radical da paisagem modificada pela construção das ferrovias e das cidades e pela difusão da agricultura comercial em grande escala (Martins, 1996).

⁴³ *Frente de expansão* significando, originalmente, expansão da civilização passou a designar desde a expansão da sociedade nacional, do capitalismo até o modo capitalista de produção (Martins, 1996).

Dessa forma, segundo José de Souza Martins, enquanto os geógrafos viam a fronteira como uma das faces da reprodução ampliada do capital, da sua reprodução extensiva e territorial – essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria –, os antropólogos se refeririam, a uma forma de expansão do capital não caracteristicamente capitalista. Para estes, a expansão teria a ver com redes de trocas e de comércio das quais quase sempre o dinheiro está ausente, corroborando concepções contemporâneas acerca da distinção entre fronteira demográfica e fronteira econômica. A frente de expansão referida pelos antropólogos aproximar-se-ia, assim, mais da fronteira demográfica que da econômica, havendo, entre ambas, uma zona de ocupação pelos agentes da civilização, que ainda não se caracterizaria, propriamente, como agentes da produção capitalista plena (Martins, 1996).

As duas noções de fronteira destacadas acima – frentes associadas a agentes do capital, ou frentes pioneiras no sentido dos geógrafos, e frentes associadas a agentes não-capitalistas, ou frentes de expansão no sentido dos antropólogos – não deveriam ser tomadas como componentes de uma tipologia de fronteiras e, sim, como tradutoras de temporalidades diversas, próprias de cada situação e encontráveis na fronteira enquanto lugar de “(...) desencontros de tempos históricos contidos nas relações sociais reais, como expressões da diversidade na unidade, própria da sociedade capitalista moderna” (Martins, 1996: 33). Esta observação é importante para a compreensão do campo da memória social dos cerrados em seus desencontros de tempos históricos, expressos pelas narrativas mestras e pelas narrativas eclipsadas, que traduzem perspectivas diferenciadas entre um tempo de desterritorialização, que impõe ritmos velozes em direção acelerada ao futuro, apagando um passado, e um outro que memórias territorializadas buscam resgatar.

No caso brasileiro, segundo Velho (1979) e Martins (1996), o que se considera como frente de expansão foi, historicamente, a forma característica de ocupação do território durante longo período, por ricos e pobres⁴⁴ – exceção feita ao avanço do café no Sul e em relação a

⁴⁴ A caracterização da frente de expansão como frente demográfica de populações camponesas pobres e residualmente vinculadas ao mercado deu-se, no caso da Amazônia, a partir do refluxo da economia da borracha, em 1910. Com o encerramento dos empreendimentos extrativos, muitos trabalhadores ficaram para trás, dedicados à própria subsistência e comercialização dos excedentes em pequena escala. A chegada contínua de novos camponeses sem terra promoveu o crescimento dessas frentes (Ianni, 1978, Martins, 1996).

alguns núcleos de imigração estrangeira. Mas, a despeito do povoamento associado a essas frentes, a existência de grandes espaços supostamente desocupados, supostamente ricos em recursos diversos, permaneceu na retórica da unidade nacional, que se tornou mais importante após 1930, com o Estado Novo. Com a chamada *Marcha para o Oeste*, em 1943, acompanhada de intervenção direta do Estado, visava-se justamente acelerar o deslocamento dos agentes típicos da chamada frente pioneira – os empresários ou especuladores em terras – sobre territórios novos, em geral já ocupados por aqueles que haviam integrado as frentes de expansão em um período anterior, deslocando-se em busca de novas terras para se estabelecerem com base nos direitos assegurados pelo regime sesmarial⁴⁵.

A ênfase desse movimento de fronteira era posta no preenchimento dos *espaços vazios*, articulando as *fronteiras econômicas* com as *fronteiras políticas*. Isto se concretizaria através de algumas funções atribuídas à fronteira, como recuperar a posição do Brasil no mercado internacional da borracha, fixar excedentes populacionais, substituir a imigração estrangeira e promover a desconcentração populacional urbana (Velho, 1979). Nesse processo, há um aspecto importante, que é a crítica aos males do latifúndio, principalmente no tocante à sua baixa produtividade, feita já por Getúlio Vargas. Várias políticas agrárias, desde então, visaram a modernização dos latifúndio no Nordeste, com participação proeminente da SUDENE⁴⁶.

Dos anos 40 aos 50, a principal área de fronteira no Brasil ligava-se, efetivamente, à expansão do café (e da exploração madeireira), sobretudo em São Paulo e no Paraná. No final dos anos 60, a cultura dominante passou a ser a soja. Por essa época, no Nordeste, ocorriam transformações na estrutura da própria *plantation* e, nesse processo, a SUDENE representou a primeira tentativa de transformação global e sistemática da região. Sem entrar

⁴⁵ Embora o regime sesmarial tenha cessado às vésperas da Independência do Brasil (sendo substituído apenas em 1850 pela Lei de Terras), continuou ele norteando as concepções de direito à terra, em muitos casos, até hoje (Martins, 1996)

⁴⁶ Um exemplo é, nos anos 70, a atuação da SUDENE, através do FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste) Agropecuário. O tema será retomado no próximo capítulo, quando do exame desta questão no Piauí.

aqui nos detalhes desse processo, largamente analisado por diversos autores (Furtado, 1959; Correia de Andrade, 1964, Velho, 1979; Oliveira, 1985, Carvalho, 1988 entre outros), importante é ressaltar um aspecto diretamente relacionado ao tema das zonas de fronteira agrícola no Nordeste: as questões vinculadas a uma *solução para o Nordeste* eram postas em termos da industrialização, da irrigação, da utilização da Zona da Mata (considerada a terra mais rica da região) e da colonização organizada (dirigida pelo Estado) nas terras úmidas e florestas do Maranhão.

Isto é revelador de que nos anos 60 os cerrados ainda não existiam como potencialidade: a fronteira era a Amazônia (o Maranhão é parte da Amazônia Legal, ao mesmo tempo em que é considerado uma extensão do Nordeste, incluindo-se na jurisdição da SUDENE). Esta ênfase na fronteira amazônica traduzia um certo desapontamento com as possibilidades de que as transformações regionais fossem capazes, por elas mesmas, de solucionar os chamados problemas sociais do Nordeste (Velho, 1979).

Nos anos 70, diagnosticava-se o *atraso* do Nordeste. O diagnóstico oficial apontava, como problema básico do campo brasileiro, e do Nordeste em particular, a convivência de *latifúndios* e *minifúndios*. A solução proposta pelo governo foi a criação de grandes e médias empresas rurais, através do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA), criado em 1973, e do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), em 1974, visando transferir o modelo industrial para o campo e modernizar o *latifúndio improdutivo*. Subjacente a isto, estava a idéia de que geração de empregos e a migração para a Amazônia resolveriam a questão da população *excedente* (Velho, 1979).

Numa estratégia geral, que combinava transformações agrárias e colonização de terras *novas*, o segundo elemento, nos anos 70, aumentou de importância, sendo consideradas áreas ainda *livres*, na região, as terras devolutas do Maranhão, Piauí e Bahia, além da Amazônia. Como veremos no próximo capítulo, com base no caso piauiense, é nesta década que o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) Agropecuário passa a intermediar a territorialização do capital nessas regiões, promovendo uma *valorização*

futura (Moraes e Messias, 1987) do espaço, como etapa fundamental à incorporação dos cerrados pela moderna agricultura de grãos.

Nesse sentido, a fronteira agrícola constituída pelos cerrados nordestinos desempenhou dois papéis, conforme a visão de fronteira de José Graziano da Silva: primeiro, o de “intensificar a produção nas áreas já ocupadas fortalecendo o domínio da natureza pelo capital”; segundo, o de “incorporar novas áreas ao processo produtivo” (Silva, 1982: 115). Mas há duas especificidades da fronteira agrícola dos cerrados, de particular importância no caso nordestino: a primeira reside no fato de que estas não se constituem em um sistema absorvedor dos grandes contingentes de mão-de-obra definidos pelas narrativas mestras nacionais e regionais como *excedentes demográficos*; a segunda especificidade, que está na origem da primeira, é a sua vinculação à modernização da agricultura.

Quanto à primeira peculiaridade, é possível afirmar que as frentes de agricultura comercial nos cerrados, sendo intensivas em capital, implicam reduzidíssimos coeficientes de mão-de-obra e grandes extensões de terra, razão pela qual não se constituíram em áreas atrativas, mesmo em anos de seca, para imigrantes do semi-árido nordestino, por exemplo. As áreas de cerrados vêm atraindo, em vez de agricultores pobres, os migrantes oriundos do Centro-Sul que podem ser descritos como agricultores *modernos* em busca de terras baratas para cultivo da soja e de outras lavouras dirigidas para os mercados do Centro-sul do país e do cenário internacional. Embora, o discurso oficial, recentemente, propugne uma agricultura voltada para o mercado regional, a articulação dessas áreas com a economia nordestina, segundo Mueller (1995), ainda é bastante reduzida⁴⁷.

No tocante à segunda especificidade, também é possível dizer que essa foi uma fronteira *produzida* pela tecnologia cujo paradigma é o da chamada *Revolução Verde*⁴⁸. No caso dos

⁴⁷ Mueller (1995), como é corrente na literatura, reduz os cerrados às chapadas. Daí não haver referência aos segmentos camponeses que vivem, tradicionalmente, instalados nas áreas baixas e úmidas dos cerrados, a cujo uso associam o das chapadas, como veremos nos capítulos V e VI.

⁴⁸ *Revolução Verde* é uma expressão de uso corrente que designa o conjunto de avanços do setor industrial e agrícola e das pesquisas nas áreas de química, mecânica e genética, com início nos anos 60 e intensificados na década seguinte, e que tiveram como resultado tecnologias agrícolas de elevadíssima produtividade, mas altamente dependentes de insumos industriais. Tais avanços vieram a ser utilizados decisivamente na

cerrados, a *construção do solo agrícola* foi fator decisivo para a transformação das chapadas em áreas propícias à moderna agricultura. A incorporação desta região pela integração da agricultura brasileira ao sistema agroalimentar mundial, do qual se tornou dependente, deu-se, portanto, nos marcos da modernização agrícola⁴⁹. Nesse processo, que também foi de internacionalização do capital na agricultura, as empresas transnacionais detentoras de maior volume de capital e de tecnologias dominaram *espaços estratégicos* (Pires 1996) como os cerrados, que apresentam maior dinamismo na cadeia agroalimentar⁵⁰.

Coube assim ao Estado, como agente viabilizador do processo de internacionalização do capital na modernização da agricultura brasileira, mediar e conciliar os interesses dominantes em jogo, tornando-os complementares e propiciando condições políticas e infra-estruturais para acumulação. Nesse sentido, a presença estatal foi determinante para transformar os cerrados em fronteira agrícola, palco de atuação complementar de agentes econômicos nacionais junto às grandes corporações vinculadas ao capital internacional.

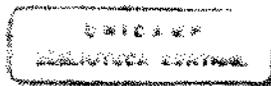
No caso dos cerrados, esta incorporação foi capitaneada pela cultura da soja. Como diz Araújo:

“Com a soja, implanta-se na região todo um conjunto de atividades e práticas ligadas à agricultura moderna. Entre 1980/81 e 19985/86, a área plantada com soja expandiu-se 143 vezes e a produção em 848 vezes, enquanto crescia também a produção de arroz. No início da atual década (safra de 1991/92) foram produzidas 80 mil toneladas de grãos no oeste da Bahia, especialmente soja (460 mil toneladas), milho, arroz e feijão. Para o processamento (...) da soja, foram instaladas no município de Barreiras, duas plantas industriais. Nos anos recentes a produção de grãos vem crescendo bastante (em 1992, produziu-se no Piauí e em Tocantins cerca de um milhão de toneladas). A produção também se estende para o sul do Maranhão.

modernização agrícola, culminando com um dos períodos de maiores e profundas transformações na história recente da agricultura.

⁴⁹ A respeito, ver Silva (1982), Kageyama e Silva (1983), Martine e Garcia (1987), Goodman et al. (1990), dentre outros.

⁵⁰ As etapas da cadeia agroalimentar são, basicamente, cinco: 1/produção de insumos e equipamentos industriais; 2/ produção agrícola e florestal; 3/processamento agroindustrial; 4/distribuição dos produtos até o consumidor final; 5/ serviços vinculados: crédito, assistência técnica, serviços tecnológicos e publicitários. As empresas transnacionais ocupariam as fases-chave de acumulação (1, 3, e 4), além de atuarem nas áreas de serviços e de influenciarem nas políticas públicas. Ao capital nacional restaria a fase 2 da cadeia e parte da fase 4, ficando, as demais sob o crescente controle do capital internacional (Pires, 1996).



Essas áreas não conhecem crise ou recessão. Nelas despontam atividades como avicultura, suinocultura, frigorificação de carnes. Começam a se desenvolver também atividades de produção de insumos (fertilizantes, calcários) e de equipamentos próprios para a agricultura” (Araújo, 1997: 16).

Em comparação com o oeste baiano, a lavoura de soja nos cerrados piauienses e maranhenses ainda é incipiente, mas encontra-se em expansão: entre 1985 e 1994, a área cultivada passou de 32.600 ha a 79.100 ha, numa taxa média anual de crescimento em torno de 10%. Especificamente no Piauí, em 1990 os campos de soja cobriam apenas 1.550 ha e produziam 906 t. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a área plantada com soja para safra 97/98 chegou a 28.600 ha, produzindo 57.100 t. A produtividade local da soja, atualmente, é de 2 t/ha, próxima da brasileira, de 2,3 t/ha (Gazeta Mercantil, 1998). A expansão da soja na região ainda depende de soluções para problemas de escoamento da produção. Segundo publicação do BNB, a criação dos *Pólos de Desenvolvimento* para estas áreas objetiva equacionar problemas dessa natureza. (BNB, 1988).

A literatura costuma registrar três tipos de fronteiras agrícolas: as voltadas para o mercado, para subsistência e para a especulação fundiária. Essa tipologia no entanto, ajuda mais a caracterizar processos sociais que se desenrolam em áreas de fronteira agrícola do que propriamente a conceituá-la. No caso dos cerrados e na perspectiva das narrativas mestras, pode-se tomar a fronteira agrícola como *espaço potencial* para o capital investir em atividades econômicas vinculadas ao complexo agroindustrial, oferecendo condições favoráveis à expansão de atividades econômicas anteriormente ausentes ou presentes em escala menor (Sawyer, 1981, Silva, 1982, Pires, 1996)

Mas essa fronteira é também um espaço socialmente definido, um amplo cenário com atores sociais diversos – no caso, camponeses tradicionais da região, *projeteiros*, *gaúchos*, trabalhadores assalariados, posseiros, técnicos, pequenos e grandes empresários e capitalistas em geral – que compõem uma trama complexa na qual intervêm fatores econômicos, políticos e sociais, marcada por conflitos e tensões (Figueiredo e Trigueiro, 1996; Martins, 1996: 27).

Finalmente, cabe acrescentar que, enquanto espaço potencial para o capital, o *novo* Nordeste dos cerrados pode ser visto mais como uma extensão econômica e até cultural e geográfica do Centro-Sul do que uma reestruturação do espaço nordestino, cuja articulação, fruto da divisão inter-regional do trabalho, instituída nos 80, remonta à criação de Brasília e à cooptação do oeste baiano e do sudoeste do Piauí. Economicamente, esse *novo* Nordeste parece cindido entre abastecer/integrar-se a o mercado regional ou estruturar-se em função do mercado externo e dos interesses do Centro-Sul (Haesbaert Costa, 1996).

3.4- Oeste baiano: novos ritmos e sentidos do desenvolvimento

Kraychette e Comerford (1991) e Haesbaert Costa (1995, 1996) identificam dois padrões dominantes de ordenação territorial do oeste baiano: o dos anos 50/60 e o dos anos 80/90. O primeiro caracterizou-se por uma tênue divisão do trabalho entre os *gerais* (cerrados) e o *sertão* (vale do São Francisco, semi-árido), ambos voltados para a pecuária extensiva, num sistema que lembra a transumância, com os rios comandando a vida e a economia regional⁵¹.

O segundo padrão instala-se após a construção de Brasília, com a abertura de grandes rodovias, perdendo os rios o papel que desempenhavam até então. A divisão do trabalho complexificou-se, estruturando-se uma rede direcionada externamente, e invertendo-se os papéis entre o sertão e os gerais: antes, o sertão era o eixo positivamente dinâmico e os gerais, o *vazio*. Hoje, os gerais ostentam maior dinamismo econômico e um processo de transformações territoriais mais aceleradas, cabendo ao sertão uma maior conservação da estrutura sócio-espacial, com a exceção do pólo de agricultura irrigada Petrolina/Juazeiro.

Os fluxos, que se aglutinavam outrora em torno do rio São Francisco, hoje o fazem em torno da BR-242/020, especialmente na área agrícola dos cerrados baianos. Os rios deixam

⁵¹ Esta oposição sertão/gerais pode ser vista como parte do processo gradativo – referido no capítulo II – de delimitação de um espaço outrora compreendido, indiferenciadamente, como sertão. A categoria *gerais* ou *campina* é utilizada correntemente no oeste da Bahia, no norte de Minas e no leste de Goiás. Já no Piauí, no Maranhão e no Mato Grosso, a designação corrente é *chapada*. Há ainda denominações para tipos especiais de menor área que recebem nomes como *morraria*, *costaneira* ou *carrasco espinheiro*, no Maranhão (Pires, 1996).

de constituir-se em vias de circulação, e sua água passa a ser gradativamente desviada para sistemas de irrigação organizados em torno de sistemas de irrigação à base de pivôs centrais conectados à rede global dos complexos agroindustriais⁵². Nesse processo, não há preocupação com as conseqüências ambientais dessa alteração nas funções dos rios e dos débitos fluviais decorrentes. De 11 pivôs centrais existentes em 1989 a oeste do São Francisco, na Bahia, passou-se para 376 pivôs em 1993. Como cada pivô cobre um área média de 104 ha, calcula-se um total de 39.104 ha irrigados, a maioria deles (32.468 ha) localizados nos cerrados (Haesbaert Costa, 1995).

No início dos anos 80, os cerrados baianos começaram a ser penetrados por frentes de agricultura comercial, associadas principalmente ao cultivo da soja para mercados do Centro-Sul do país, processo acelerado em meados da década (Mueller, 1995). Com incorporação de vastas extensões de terras, tidas como fronteiras para a cultura da soja, desenvolveu-se uma perspectiva de quadrilátero, conseqüência sócio-ambiental da nova geografia imposta à chapada, comandada por um *ideal linear* (Haesbaert Costa, 1995). Nesse novo traçado, os espaços dos cerrados que constituíam a vegetação original passaram a ser minoritários em relação às áreas devastadas que formam um imenso chapadão, considerado o maior platô mecanizável do país.

A biodiversidade original dessas áreas ficou cada vez mais enclausurada nos locais menos acessíveis, na raras *veredas* remanescentes, com seus vales úmidos identificáveis por seus buritizais (Haesbaert Costa, 1996). Esse ideal linear foi traduzido por um poeta barreirense como *a operação plástica da soja* (Haesbaert Costa, 1995), que elimina as rugosidades naturais das chapadas, aplainando grandes espaços para o plantio de grãos, evocando também, nesse sentido, a idéia de *espaço liso*, de Félix Guattari. Mas tal situação vem gerando protestos de entidades ambientalistas, pois os rios que nascem no Planalto Ocidental baiano, nas divisas com Goiás e Tocantins, constituem-se nos grandes abastecedores de água do médio São Francisco. Computam-se, entre os danos ambientais decorrentes, o

⁵² O sistema de irrigação por aspersão, conhecido como *pivô central*, é considerado dos mais complexos da irrigação mecanizada. Consiste em uma linha de aspersores montada sobre armações metálicas com rodas (torres), tendo uma extremidade fixa em uma estrutura (pivô) e a outra movendo-se continuamente em torno do pivô durante a aplicação da água. O comprimento do raio do pivô pode variar de 200 a 800 m.

aumento dos débitos fluviais e do lençol freático, a contaminação das nascentes por agrotóxicos e a erosão dos solos permeáveis (Haesbaert Costa, 1996).

Nos cerrados baianos, as novas relações de trabalho no campo, baseadas no assalariamento, promovem a expulsão de pequenos e médios produtores e a conseqüente destruição das áreas dedicadas à produção de alimentos. Apenas uma fração reduzida desses agricultores incorporou novas tecnologias e beneficiou-se dos serviços de assistência técnica e extensão rural conduzidos pelo Estado. Nos anos 90, a região apresentou assim um intenso processo de reterritorialização, com a rápida expansão da cultura da soja aprofundando os deslocamentos da economia e da sociedade regionais e definindo novos contornos (Kraychete e Comerford, 1991).

Ao mesmo tempo em que se desagrega e se reconstitui o território, o espaço urbano também se remodela, adequando-se às necessidades de reprodução da agricultura moderna. Surgem núcleos urbanos importantes, como as cidades de Barreiras e Santa Maria da Vitória, com novas atividades e novos atores sociais (Fernandes, Santos Filho e Almeida, 1988), de tal forma que, em 1970, uma proporção de 62% da população econômica ativa de Barreirassituava-se no setor agropecuário. Em 1980, este índice cai para 29% e, no início da década de 90, a estimativa era de que chegasse aos 11% da população total.

A incorporação dos cerrados nordestinos é um processo capitaneado por sulistas, embora atraia também capitalistas do Sudeste e do próprio Nordeste. Apenas no oeste baiano, em 1996, o número de sulistas era estimado em 40.000. Embora não dispondo de números em relação ao Piauí e ao Maranhão, *a olho nu* é visível a presença de sulistas também nestes estados, como produtores individuais, em condomínios empresariais, como colonos nos projetos implantados pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) ou por cooperativas. Eles estão presentes, também em funções como as de gerentes ou funcionários especializados dos empreendimentos agrícolas, gerentes de bancos, planejadores e elaboradores de projetos agrícolas, comerciantes vinculados diretamente ao agronegócio dos grãos ou a outros ramos como restaurantes, supermercados, etc.

A presença dos sulistas no Nordeste remete em certo sentido aos processos de colonização e migração e, portanto, de ocupação humana, de novas terras no Brasil (Santos, 1993), visto que parte dos *gaúchos* que chega aos cerrados nordestinos é composta de médios e pequenos agricultores em busca de alternativas para sua reprodução social e envolvidos em projetos de colonização privada. No entanto, este é um sentido secundário desta fronteira agrícola, pois, segundo Fernandes, Santos Filho e Almeida (1998), a incorporação do oeste baiano é dirigida e dominada pelos capitais financeiro e industrial, com as grandes empresas e as cooperativas centrais sendo os principais agentes consubstanciadores da nova lógica que passa a reger os investimentos na região e, também, a própria colonização dos chamados médios e pequenos agricultores.

Nesse contexto, grandes grupos empresariais como a OLVEBASA (processamento de soja) vinculada ao grupo Chaves, a METALMA (produção de latas de óleo), pertencente ao grupo Matarazzo, a CEVAL (processamento de soja), do grupo Hering, e as INDÚSTRIAS COELHO praticamente absorvem a produção de soja. No campo da irrigação, empresas como a ARTEX e a BAHIA-SOLO destacam-se pelo porte. Quanto a cooperativas, além da Cooperativa Agrícola de Cotia (COTIA) e da Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Estado de Tocantins (CACERAL), ambas provenientes do Sul do Brasil, nos início dos 90 organizava-se uma grande cooperativa local, a Cooperativa de Produtores de Grãos (COOPROD), e dinamizavam-se outras cooperativas, também locais, como a Cooperativa agrícola Mista do Rio Corrente (COARC) e a Cooperativa Mista de Produtores de Irrigação do Médio São Francisco (COMESF) (Kraychette e Comerford, 1991).

Apesar de as atividades agrícolas tradicionais não terem desaparecido de todo, ficam subordinadas a um *novo sentido e ritmo* que afeta profundamente a vida de posseiros, pequenos proprietários, parceiros, agregados, assalariados e colonos-irrigantes na região (Kraychette e Comerford, 1991). Tem-se, assim, a construção de um espaço bastante distinto do elaborado pelos antigos habitantes, onde relações de caráter local tinham papel preponderante, com laços comunitários que definiam ritmos mais lentos de mobilidade social e geográfica (Haesbaert Costa, 1996).

3.5- Cerrados maranhenses: da agricultura *de toco* à agricultura moderna

Segundo Souza Filho (1995) e Andrade (1995), na incorporação dos cerrados maranhenses a apropriação por parte de grupos empresariais das chapadas do sul e do leste do estado confrontaram-se violentamente com as formas tradicionais de ocupação e de exploração camponesa da terra e dos recursos hídricos e florestais. Esse processo de apropriação foi incentivado já nos anos 70 pelo Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria Norte e Nordeste (PROTERRA), em Balsas, no sul do Maranhão, e, nos anos 80, pela SUDENE (através do FINOR-Agropecuário), e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em vários municípios do Baixo e Médio Parnaíba maranhenses, provocando uma devastação ambiental sem precedentes.

No leste maranhense, constituído por 6 microrregiões (Chapadinha, Coelho Neto, Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadas do Alto Itapecuru, Codó e Caxias) instalaram-se grupos empresariais voltados para a exploração do carvão vegetal, do reflorestamento e produção de celulose (Andrade, 1995, Shiraishi Neto, 1995). Já a produção de grãos ocorre na região sul do estado (microrregiões de Riachão, Balsas e Tasso Fragoso), e seu início é marcado pela entrada dos *gaúchos* na cultura do arroz em 1974 (Souza Filho, 1995), objetivando modernizar esta atividade. Esta cultura foi introduzida no Vale do Parnaíba ainda no período colonial, mas é apenas a partir do início dos 80, com a soja, que se incorporam extensas áreas à produção de sequeiro (Auditoria Ambiental Ltda., 1998, 1998a).

A incorporação *incentivada*, já a partir da década de 1970, concebeu a introdução dos *gaúchos* no cultivo do arroz como forma de superar o que se considerava como atraso tecnológico da denominada *agricultura de toco*, praticada por camponeses maranhenses e tida por técnicos e planejadores de órgãos oficiais como *atrasada*⁵³. Essa investida modernizadora, baseada na introdução de inovações tecnológicas, apoiada no emprego intensivo de capital, visava alcançar maior produtividade na agricultura não apenas com a

⁵³ O tema da *agricultura de toco* – denominação corrente dada ao sistema de agricultura camponesa tradicionalmente praticada na região – será retomado nos capítulos V e VI.

introdução de técnicas intensivas em capital, mas também com o privilegiamento dos *gaúchos* em detrimento das unidades de produção camponesa, supostamente irracionais e ineficientes, embora se constatasse, *a posteriori*, o desconhecimento dos gaúchos em relação à cultura do arroz de sequeiro e aos solos maranhenses (Andrade, 1996).

Nos anos 80, foi introduzida a soja nos cerrados do sul maranhense, numa continuidade à política de apoio aos gaúchos, provocando danos ambientais e sociais, conflitos fundiários e trabalhistas e graves problemas para o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores (Souza Filho, 1995). As várias tentativas de implementar a agricultura moderna nos cerrados maranhenses, nessa década, visavam a utilizar a Estrada de Ferro Carajás, e posteriormente a Ferrovia Norte-Sul, para escoamento da produção. No tocante à pesquisa, a Embrapa procurava identificar produtos agrícolas adaptáveis à região, ao mesmo tempo em que oferecia técnicas capazes de ampliar a agricultura nos cerrados. Em 1984, a JICA encaminhou um relatório ao governo Brasileiro mostrando a necessidade de mesclar a produção agrícola com a produção mineral da região Carajás, concentrando a exportação para o mercado mundial. A exportação conjunta de produtos minerais e agrícolas favoreceria aos japoneses, diminuindo os custos com transporte (Pires, 1996).

Nesse contexto, implantou-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), no Maranhão, através do *Projeto de Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL)*. O interesse em implantar projetos dessa natureza na região, área de influência da Ferrovia Norte-Sul, existia desde o final da década de 1980, a partir de quando começaram a ser estruturadas propostas pela empresa Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) e pela empresa denominada Engenharia, Construções e Ferrovias S/A (VALEC), esta última subsidiária da Vale do Rio Doce. À implantação do PRODECER no sul maranhense integram-se algumas iniciativas governamentais, como o Programa Corredor de Exportação Norte (PCEN) – abrangendo o sudoeste do Piauí, o norte de Tocantins e o sul do Maranhão – e o Pólo Agroindustrial do sul Maranhense (POLAGRIS), criado como estímulo à produção de grãos, envolvendo

recursos dos governo federal e estadual, da iniciativa privada e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Pires, 1996)⁵⁴.

O incremento da produção agrícola e o baixo preço das terras tornaram o sul maranhense atraente para investimentos. Por isso, várias empresas do Centro-Sul do Brasil estabeleceram-se na região, sem que os custos sociais e ambientais desse processo entrassem no cálculo da nova racionalidade que se tornou hegemônica naquele espaço⁵⁵. Assim como ocorreu nas outras regiões brasileiras, que como vimos no capítulo II, constituíram o chamado núcleo central dos cerrados, no caso maranhense é também visível a paulatina expulsão dos segmentos camponeses para as cidades, justificada sob a alegação de que estes teriam baixa capacidade produtiva. Em 1996, Balsas apresentava uma taxa anual de crescimento de 5,26 , uma das maiores do estado.

Via de regra, os camponeses encontram-se localizados nos chamados baixões, enquanto as fazendas ficam no alto das chapadas. Aqueles camponeses que se localizavam nas serras são então pressionados a migrar para a cidade ou a descer para as vertentes (Pires, 1996). Ademais, a alta tecnificação da agricultura praticada nas fazendas não permite a absorção dos expulsos do campo o que resulta, por sua vez, no acirramento dos conflitos fundiários.

A devastação ambiental e a apropriação de recursos naturais da região por grandes corporações privadas é parte desse processo. Como observou Andrade (1996: 7), “as pastagens naturais do sul maranhense, as chapadas e seus inúmeros recursos vegetais como a fava d’anta, industrializada pela indústria farmacêutica Merck, estão sendo irremediavelmente destruídos”. No Baixo Parnaíba, segundo a mesma autora, implantaram-se empresas ligadas a grandes

⁵⁴ Balsas (MA), que já fora um núcleo importante de produção de arroz, decaiu nos anos 80, renascendo nos anos 90. Fator importante para isso foi a permissão da Companhia Vale do rio Doce (CVRD) para o transporte de grãos pela ferrovia que liga Carajás ao Porto de São Luiz (MA). A produção da região de Balsas é transportada até a estação ferroviária em Imperatriz (MA) de onde segue para o porto, apresentando a vantagem locacional de pagar a 37 dólares a tonelada de grãos, contra 41 pagos por produtores paranaenses para que a produção chegue a Roterdã (Grinbaum, 1997).

⁵⁵ “Há dez anos se comprava um hectare de terra virgem pelo preço de um prato feito. Hoje, o hectare a ser aberto custa 300 reais. Se já estiver preparado, sem mato, chega a 1.000 reais. Ainda assim, é mais barato que a terra em estados como Rio Grande do sul e Paraná” (Grinbaum, 1997: 112).

grupos econômicos transnacionais, como a Yanmar do Brasil, que exploram os cerrados para produção de carvão vegetal com vistas à produção de ferro gusa, através dos chamados projetos de *manejo florestal sustentado*, em que *sustentado* é apenas um nome incluído nas estratégias empresariais que estão na origem da concentração fundiária e da devastação de florestas nativas⁵⁶. Após a devastação de extensas áreas de cerrados no sul maranhense por empresas ligadas a esse grupo japonês, cerca de cem mil hectares foram vendidos à Suzano Celulose, para reflorestamento com eucalipto.

Nas novas dinâmicas territoriais em curso na região, o *novo* Nordeste dos cerrados pode ser visto como um sub-espço regional com características naturais favoráveis à agricultura mecanizada, e uma estrutura fundiária que possibilita a apropriação privada de enormes áreas de chapadas propícias às redes de modernização agrícola com conexões globais vinculadas, principalmente, ao complexo agroindustrial da soja. Nesse processo de desorganização e reorganização do território, grandes empresas implantam uma segmentação vertical do território com repercussões profundas na vida de significativos segmentos das populações locais (Santos, 1999).

Face a esta situação, torna-se necessário descobrir mecanismos capazes de promover uma nova horizontalização do território, uma democratização do uso do território que tenha o sentido não apenas de aumento da participação das populações locais nos processos em curso, mas também de conquista da capacidade de influenciar os rumos desses processos numa direção que possa incluir a dimensão de uso do *território* como *lugar*. Se, nas duas últimas décadas, criaram-se no Brasil o que Santos (1988) chamou de *verdadeiros exército de reservas de lugares*, susceptíveis de acolher atividades econômicas do tipo hegemônico, urge construir, segundo este mesmo autor, um modelo social alternativo da territorialidade.

No caso dos cerrados, seja no Nordeste ou em outras regiões brasileiras, diversos estudos vêm demonstrando a existência de segmentos camponeses enraizados nestas regiões há um tempo

⁵⁶ Ver em Shiraishi Neto (1995), a descrição do processo de grilagem de terras no leste maranhense, do qual faz parte o que Andrade (1996) denomina *ardil da posse justa*: um alibi que permite às empresas apresentarem-se ao IBAMA, através de uma norma interna desse órgão, para projetos de manejo florestal sustentado, viabilizando a transferência de terras públicas ao patrimônio privado.

bastante recuado, ao contrário tanto dos *projeteiros* quanto dos *gaúchos* das *frentes*. A antigüidade dessa ocupação permitiu por um lado o desenvolvimento de uma relação de apropriação dos recursos naturais apoiada em critérios diferentes daqueles da apropriação privada do território, e por outro lado gerou uma complexa classificação dos recursos naturais elaborada ao longo de gerações sucessivas, como veremos nos capítulos V e VI. A imagem do *vazio*, sobre a qual se definem os cerrados apenas como fronteira a ocupar e como palco do *agribusiness* das chapadas, fica pois posta em questão pela existência da diversidade social e da biodiversidade. Efetivamente, há sujeitos sociais para os quais o ambiente cerrados é o mundo da vida, o lugar da *experiência* e da construção de uma territorialidade na qual o passado não é um *vazio* a ser preenchido apenas com tecnologia e capital.

CAPÍTULO IV

CERRADOS PIAUIENSES

TOPOS DO DISCURSO: LUGARES DA MEMÓRIA SOCIAL DOMINANTE

As narrativas mestras dos cerrados piauienses podem ser identificadas em alguns *lugares da memória social* dominante. Esta memória aparece expressa em estudos, documentos e propostas elaborados pelo Governo do Estado do Piauí em diversos momentos e, ainda, em relatórios de instituições públicas e de empresas privadas, trabalhos de pesquisa de órgãos oficiais, atas, relatórios, anais, artigos de jornais, entrevistas e obras historiográficas e sociográficas, além de outros registros sobre o Piauí. O elemento comum a estas fontes é a sua relação, direta ou indireta, com a construção de uma linha discursiva que se caracteriza, predominantemente, pela defesa de um padrão de desenvolvimento dos cerrados como fronteira agrícola voltada para o agronegócio do complexo carnes/grãos.

Neste capítulo, descortina-se o imaginário social do sudoeste piauiense no processo mesmo de se pensar o Piauí historicamente. Num primeiro momento, o foco recai sobre narrativas que revelam imagens de um passado remoto que remete a mitos de fundação relativos à invenção de um Piauí de *destino pastoril*. Em seguida, a atenção volta-se para inflexões discursivas que demarcam uma nova dizibilidade – a da modernização da agricultura. Emergem, assim, os vínculos históricos que marcam o processo imaginativo de estratos sociais dominantes em uma trajetória de auto-representação como dizentes privilegiados, e de representação do outro como *in-dizentes* – indigentes, quase, da fala.

4.1- Prolegômenos a uma narrativa. Imagens de um *destino pastoril*

Há, na historiografia e em análises econômicas sobre o Piauí, um consenso visível sobre o fato de que, desde o período colonial até meados do século XIX, a pecuária extensiva foi não apenas a principal fonte geradora da riqueza de fazendeiros e comerciantes e dos recursos necessários à manutenção e funcionamento das instituições públicas ao longo do período, mas também a base de uma forma específica de sociedade. Nesse sentido, a pecuária constitui-se em um verdadeiro *topos* fundante da memória oficial piauiense.

Mesmo quando se considera, segundo Santana (1964) e Medeiros (1996), que a pecuária piauiense não se constituiu como um ciclo, por falta de dinamismo, a premissa da pecuária faz-se presente. O que estes autores dizem é que, embora fazendo parte de um circuito comercial e incorporando terras, aquela atividade caracterizou-se, no Piauí, pela falta de competitividade. Com efeito, de acordo com Medeiros,

“forja-se aí um tipo social de fazendeiro que, embora senhor de terras e de homem, como agente econômico era dado à acomodação. Sua ação o comprova: enfrentamento das precariedades do meio pela simples ação depredadora sobre novos e amplos territórios; técnicas rudimentares de manejo do gado; falta de inversão do capital, pois a acumulação consistia no crescimento vegetativo do rebanho e na incorporação de novas terras; regressão ao nível de subsistência diante de crises intermitentes dos eventuais reduzidos mercados” (Medeiros, 1996: 20-21).

Em que pese esta característica de falta de dinamismo comercial da atividade, é a pecuária a atividade econômica que dá origem à *nação piauiense*, como se depreende de relatos historiográficos, sociográficos e literários que se referem mesmo a uma *civilização do couro*, na segunda metade do seiscentos até o final do século XIX, reportando-se a Capistrano de Abreu: “(...) o gado é a própria alma do Piauí (...). Em nenhum lugar jamais foi tão nítido o caráter de uma civilização; em nenhum lugar poderíamos encontrar mais definido aquilo que Capistrano de Abreu chamou de a ‘civilização’ do couro” (Castelo Branco, 1970: 44-45). De fato, Capistrano falou de uma *época do couro*¹ e não de uma

¹ Ver capítulo II.

civilização. Castelo Branco, no entanto, parece querer realçar uma identidade histórica piauiense, marcada pelo que denomina *mística do boi*

A pecuária piauiense ocupava uma situação especial dentro do esquema geral de produção econômica colonial quando da implantação de uma estrutura econômico-social no Piauí colonial – entre 1670 e 1780. Na época, os dois setores que se constituíam nos principais mercados para os rebanhos encontravam-se na seguinte situação: a economia açucareira entrava em colapso e a mineração passava da fase do auge para o começo do declínio. Para permanecer infensa às crises do mercado consumidor – no caso, um mercado regional e não de exportação –, a pecuária via-se na contingência de criar um esquema de auto-subsistência, afastando-se do quadro geral da economia colonial, que era agroexportadora (Furtado, 1967, Fundação CEPRO, 1979, Brandão, 1999).

Já no século XIX, o comércio do gado foi responsável pela dinâmica da economia piauiense até 1870, devido, por um lado, às condições relativamente prósperas da economia nacional em meados desse mesmo século e, por outro, ao bom desempenho da economia regional nos mercados regional e externo. Entre 1850 e 1890, a pecuária era responsável por 50% das receitas auferidas pelo Tesouro Provincial (Queiroz, 1993)².

No entanto, conforme Queiroz (1993) a pecuária piauiense, embora continuando a ser a atividade econômica mais importante na província, perdia espaço, em termos nacionais, a partir de 1870, suplantada pela maior competitividade dessa atividade nas demais províncias e também pela falta de diversificação e pelo caráter puramente extensivo do crescimento do rebanho piauiense, devido à ausência de inovações no sistema de criação:

“a pecuária piauiense, enquanto atividade extensiva, era desenvolvida em grandes propriedades e não tinha muita exigência de mão-de-obra, quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Estas características, aliadas à sua importância também como economia de subsistência, induzem a ocupação de extensa áreas de terras, em que ela se tornava a atividade principal. Como da criação de gado derivavam os principais produtos alimentadores do

² Sobre a *indústria pastoril* no decênio 1869/1879, ver, em Nunes (1975), o levantamento, por município, do número de bezerras, burros e jumentos à época.

comércio interprovincial – o que a colocava na posição de maior responsável pela geração de renda para particulares – o interesse dos produtores concentrava-se nessa atividade, o que resultava na pequena diversificação no âmbito da economia” (Queiroz, 1993: 13).

A partir da segunda metade do século XIX, ocorreriam transformações importantes, com a inclusão do Piauí nas áreas nordestinas produtoras de algodão para atender à demanda internacional estimulada pela Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América. Mas a exploração do algodão – cujas exportações, entre 1850 e 1870, vinham em segundo lugar, depois do gado, na composição da receita geral da província do Piauí – entrava em declínio com o final da guerra nos Estados Unidos e com a recuperação da posição desse país como um dos principais fornecedores mundiais. Nesse contexto, a produção algodoeira piauiense voltou-se, quase que totalmente, para os mercados regional e nacional (Santana, 1964, Fundação CEPRO, 1979, Rocha, 1988)³.

Essa economia agrária, até então baseada na combinação entre pecuária extensiva e lavoura algodoeira passaria, no início do século XX, a inserir-se no mercado internacional através do extrativismo vegetal – com a borracha da maniçoba, a cera de carnaúba e a amêndoa de babaçu. O extrativismo vegetal, porém, como atividade basicamente dependente do mercado internacional, logo sofreria refluxos: a exploração de borracha de maniçoba paralisou-se totalmente por volta de 1920, como consequência da entrada da borracha produzida em plantações do sudeste asiático no mercado mundial, e as exportações de cera de carnaúba e de amêndoa de babaçu interromperam-se por volta dos anos 50. As explorações destes últimos produtos limitaram-se deste então ao fornecimento de matérias-primas às indústrias locais que, por seu turno, limitaram-se a fornecer subprodutos às indústrias do Centro-Sul e a abastecer com óleos comestíveis e outros derivados o mercado regional, numa atividade que permanece até hoje, pelo menos quanto ao babaçu (Rocha, 1988, Queiroz, 1993).

³ Embora o gado fosse a atividade mais importante, já se plantavam – pouco depois dos 1700 – algodão e fumo no Piauí (Alencastre, 1981). Segundo Agenor Miranda, as primeiras exportações de algodão da província do Piauí datam de 1815, com a queda do movimento agrícola ocorrendo em 1888, diante da dificuldade de substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada. Com isto, “só a pecuária bruta, sem reclamar cuidados além dos da ignorância dos vaqueiros, constituiu a riqueza que se multiplicou em meio natural” (Miranda, 1938: 159).

A partir dos anos 50, com o declínio da atividade extrativista no mercado internacional, ocorreria uma modificação na estrutura produtiva do Piauí. Até então, os excedentes eram auferidos tanto através da renda da terra – cobrada pelos proprietários de terra aos rendeiros, parceiros e meeiros – quanto dos lucros da exportação dos produtos extrativistas (caso dos comerciantes exportadores). A partir da retração desses produtos no mercado internacional os grandes proprietários passaram a captar excedentes apenas através da renda da terra auferida das pequenas unidades produtoras de bens de subsistência (Monteiro, 1993) vinculadas ao latifúndio, pelo arrendamento. Ao lado da pecuária extensiva, da lavoura de algodão e do extrativismo, passava-se, portanto, a considerar como parte da economia agrária piauiense a chamada *agricultura de subsistência*.

De fato, autores revisionistas da história do Brasil e do Piauí, como Mott (1985) e Brandão (1999) lembram que, além dos vaqueiros, havia no Piauí dos séculos XVII e XVIII, sitiantes, posseiros e agregados. No entanto, a linha geral da argumentação das narrações dominantes é a de que na medida em que o Piauí dedicava-se inteiramente à pecuária extensiva, a mão-de-obra que cuidava da criação dedicava-se ao cultivo da mandioca e do feijão, por exemplo, apenas como atividades que complementavam a alimentação. Parece, portanto, lógico supor que a chamada *agricultura de subsistência*, e a produção agrícola, de um modo geral, permanecessem por longo tempo restringidas à reprodução da força de trabalho no âmbito da grande propriedade dedicada à criação extensiva. Nesse sentido, do ponto de vista das narrações dominantes não haveria o que se pesquisar ou aprofundar a respeito da chamada *agricultura de subsistência*, já que era a pecuária a atividade economicamente importante; idéia implícita na própria adjetivação – *subsistência* – da agricultura praticada pelos segmentos sociais não-patrimonialistas.

É indiscutível a importância da pecuária na formação do mundo econômico e social piauiense como base de uma memória social de um passado remoto em relação ao qual não se registram análises do funcionamento interno de populações subalternas, sob o ponto de vista econômico ou cultural – embora haja referência à presença de índios, escravos,

vaqueiros e moradores⁴. As narrativas mestras de uma epopéia piauiense, mesmo tendo-se em conta a situação do vaqueiro, considerado como um herói cultural, este pode ser visto mais como uma metonímia em relação aos *criadores* do que propriamente como personagens principais. É o que se pode dizer, por exemplo, da definição do Piauí como uma *pátria de vaqueiros*, segundo Castelo Branco (1970).

De fato, não se pode ignorar a valorização do vaqueiro como herói cultural, no Piauí. Castelo Branco (1970), por exemplo, ressalta a *dança do boi* dos folguedos de São João – que considera como uma tradição de caráter verdadeiramente totêmico – e as *cantigas de gado*, como a que se segue, como gestas autenticamente piauienses:

“O meu boi morreu,
que será de mim?
Manda buscar outro, morena,
Lá no Piauí”.

Também, são exaltadas as *virtudes* do vaqueiro: a lealdade absoluta ao seu patrão – não somente a capacidade de subtrair o gado à ação asselvajadora da criação extensiva, mas a fidelidade à ordem social da fazenda, tendo como recompensa o direito à sua plantação e mesmo à sua própria criação⁵.

⁴ Conforme Brandão (1999), na estratificação social do Piauí Colônia podem-se identificar três categorias: a dos proprietários de terras, gado e escravos, a dos sitiantes, vaqueiros, feitores, posseiros e agregados e a constituída pela massa escrava. Dessas categorias, apenas o vaqueiro tinha maiores chances de mobilidade social ascendente, pelo sistema de partilha que lhe dava o direito a 25% das crias. Alencastre (1981: 86), descrevendo a agricultura piauiense, após dois ou três parágrafos dedicados à forma de reprodução social dos vaqueiros e à sua *fraseologia particular*, observa que “longe iríamos se fosse nosso propósito [grifo meu] entrar em detalhes minuciosos acerca da vida de um vaqueiro, e do que diz respeito a uma fazenda de gados”. O autor dá a entender que, dependendo do propósito, poder-se-ia narrar a história do Piauí também do ponto de vista dos vaqueiros, e, não apenas dos fazendeiros, ou criadores.

⁵ Como observado pelo professor Mauro Almeida do Departamento de Antropologia da UNICAMP, em comunicação pessoal, a tese das *cantigas de gado* como as únicas *gestas* autenticamente nacionais é uma tese de Celso Magalhães retomada por Silvio Romero. Além destas, a memória oficial, ao valorizar os vaqueiros como heróis culturais, não raro, enfatiza também o papel democratizante da pecuária extensiva, invocando o costume de pagar o vaqueiro da fazenda com uma proporção de bezerros (a *quarta*). Há certamente uma romantização desses aspectos da *época do couro*, e que perdura durante toda a primeira metade do século XX, com o uso que os folcloristas fazem das imagens do vaqueiro, presentes na literatura popular, inclusive, naquela literatura popular impressa, que são os folhetos de cordel.

A história da colonização portuguesa no Piauí confunde-se com a própria expansão da pecuária no vale do São Francisco, mais concentradamente na direção do sudeste piauiense, atingindo, também, em menor escala, o sul e o sudoeste do Piauí⁶. Estas são regiões tradicionais de pecuária de corte, cujo povoamento, nos marcos da colonização portuguesa, deu-se pela penetração dos aprisionadores de populações indígenas e criadores de gado, no século XVII⁷. Teriam ainda havido precursores cuja presença, no entanto, segundo vários registros, seria resultante da política metropolitana de expansão pelo litoral ante a ameaça de invasões, não tendo passado de rápidas incursões litorâneas que não visavam

⁶ Ver em Capistrano de Abreu (1982) sobre o desenvolvimento e expansão da criação do gado *vacum* a partir da Bahia, acompanhando o rio São Francisco e abrindo novos caminhos à medida que se afastava do litoral em direção ao Piauí e Maranhão. Também Darcy Ribeiro descrevendo o que denomina *Brasil sertanejo* (Ribeiro, 1998), refere-se à multiplicação do gado e do homem, pelo interior do Brasil, até o Piauí.

⁷ Fonseca Neto lembra que “a bacia do rio Parnaíba foi alcançada na segunda metade do Seiscentos. O processo de ocupação econômica, respectivo, lógico que potencializa tensões. (...) Vê-se que não há presença de Maranhão deste lado do Parnaíba. Aliás, nesta quadra histórica quando D’Ávilas, Mafrenses e paulistas iam-se estabelecendo, o Maranhão, parece, tinha olhares mais para o Pará (este é mesmo o tempo do Grão-Pará), que para os sertões das ribeiras média e alta do Parnaíba, assim como do Itapecuru e do Mearim. Disto há um lado interessante: nesse intermeio, organiza-se a nação gurguéia-pastos bons. Tomadas as terras e as águas dos vales e chapadas e ocupado o chão parnaibano pelo entradista, logo as autoridades da Capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão voltaram as vistas para o além-Parnaíba. Coisa que pela parte norte os padres da Companhia de Jesus já faziam por quase todo o século XVII (...). Como mecanismo para pôr termo a um quadro geral de guerra que se estabelece nas primeiras décadas dos 1700, que conflagra índios, posseiros, rendeiros, do litoral ao sertão do Parnaguá (...)... e para fazer frente a isso, mas sobretudo para melhor estruturar seus interesses oficiais, especialmente o de arrecadar tributos de uma estrutura produtiva em ascenso, o Governo de São Luis, atendendo mesmo a reclamos e interesses de setores locais, promove junto ao Rei a criação de uma Capitania na Bacia Oriental do rio Parnaíba: é o Piauí. (...) A nova capitania (já não tem este termo as significações de antes), será oficialmente criada por reais decretos, em 1718, recebendo a Freguesia da Mocha predicamentos de Vila para servir-lhe de sede. Anote-se, por ser de muita importância para o presente estudo, que a jurisdição da nova capitania que nascia sob o guarda-chuva político do [hoje] Estado do Maranhão, e Grão-Pará, teve sua jurisdição fixada, no formato e a seu jeito, pelo Bispo de Pernambuco, em 1697. (...) Os limites com Ceará, Bahia e Pernambuco serão mesmo os da primitiva capitania de Fernão D’Alvares (partindo dos sopés salgados da Ibiapaba) e do velho Estado Colonial do Maranhão, agora do Maranhão e Grão-Pará (grosso modo, da Serra dos Dois Irmãos às Mangabeiras). E entre a Capitania do Maranhão e a do Piauí, toma-se o rio Parnaíba como divisa, tal como traço unificador. Não é difícil de entender, posto que o Maranhão é ao mesmo tempo um Estado que se divide em Capitânicas. Desde então, o Piauí, uma entre elas. Daí ser esta subalterna ao Governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará e não a um Capitão qualquer da Capitania do Maranhão” (Fonseca Neto, 1997). Sobre a imagem dos *pastos bons* (que viria a ser nome de município) como metáfora de uma grande região do *sertão* à margem esquerda do rio Parnaíba, ver Carvalho (1924) e Capistrano de Abreu (1982). Esta região corresponde, hoje, à área dos cerrados maranhenses, limítrofe com os cerrados do sudoeste piauiense.

descobrimientos. Nesse sentido, um dos mitos de fundação do Piauí pode ser traduzido pela frase de Castelo Branco (1970: 68): “O Piauí é descoberta de vaqueiros”⁸.

Esse mesmo autor que apresenta o vaqueiro como herói cultural, elege como *ascendentes remotos*, quando se reporta a uma memória genealógica,

“(...) [os] netos dos sertanistas baianos e dos bandeirantes paulistas que, enquistados no Vale do São Francisco, aí se desenvolveram, bravos e autônomos, como uma nova raça de cruzados. Em seu isolamento étnico, cedo se cristalizaram – a exemplo dos antigos paulistanos – em um tipo racial definido, que novos cruzamentos não vieram perturbar. Entregues à atividade rude do pastoreio, criaram-se fortes e destemidos, dando origem a uma sociedade livre, movediça e varonil. Foi desse núcleo de irradiante força de expansão que partiram os verdadeiros descobridores, conquistadores e povoadores do vale parnaibano (...)” (Castelo Branco, 1970: 68).

Dessa *raça de cruzados* não fazem parte as populações autóctones, denominadas índios pela história oficial, e as populações negras de origem africana, que constituíam a mão-de-obra escrava. Nos relatos acerca do povoamento via colonização portuguesa, não se estabelece uma genealogia com as populações indígenas dizimadas pelo avanço dos criadores de gado, haja vista que “as terras que compõem a área do cerrado piauiense, assim como o restante do Estado do Piauí, começaram a ser povoadas na segunda metade do século XVII (...)”⁹ (Torres e Andrade, 1991: 38).

⁸ A polêmica entre intelectuais piauienses a respeito da colonização a partir do litoral *versus* colonização a partir do sertão aponta para dois processos distintos de ocupação do que hoje se conhece como estado do Piauí. A interpretação majoritária é a de que a ocupação que partiu do litoral teria mais a ver com questões de segurança, ocorrendo uma expansão do trabalho de catequese dos Jesuítas, caracterizando-se mais como um processo civilizatório decorrente da preocupação com a defesa do território e menos como uma colonização capitaneada por empreendimentos de caráter econômico. Este seria o caso, então, do processo que se deu com a atividade pecuarista, numa expansão das pecuárias baiana e pernambucana.

⁹ Parte da historiografia oficial não se debruça sobre a existência de escravidão no Piauí, com base na idéia da incompatibilidade do trabalho escravo com a atividade pecuária. Mas textos como o da Fundação CEPRO (1979) e de Mott (1985) referem-se tanto à caça, apresamento e tráfico de populações indígenas, quanto de negros, registrando que as “(...) inúmeras tribos indígenas que, perseguidas no litoral pelos senhores de engenho tanto do Sul (Bahia e Pernambuco) como do Norte (Maranhão) reencontram nas margens dos rios piauienses um pouco de tranqüilidade perdida com a chegada dos brancos” (Mott, 1985: 71). Segundo este mesmo autor, na documentação encontrada referente aos índios, estes “(...) são tratados e referidos como problema ou entrave à conquista e ocupação dos territórios ou espaços desejados à expansão da pecuária. Portanto, não interessa a quem escreveu tais ofícios e cartas, nem retratar, registrar ou descrever a vida, os

A pecuária de corte teria sido a base da chamada *civilização do couro* (Castelo Branco, 1970), já descrita por Capistrano de Abreu como *época do couro*, referindo-se explicitamente aos caminhos que “pela margem esquerda do S. Francisco demandavam o “chapadão do Parnaíba” (Capistrano de Abreu 1982: 133). Nas palavras de Mott,

“A conquista e povoamento do Piauí e de outras zonas áridas do Nordeste foi motivada sobretudo pela expansão da economia açucareira, dependente do gado bovino e cavalariço não só como alimento básico da população livre e escrava, mas sobretudo como transporte e força motriz dos engenhos de açúcar (...). Em 1674, Domingos Afonso Sertão conquista praticamente metade do território do Piauí, de modo que ao retornar à Bahia, onde tinha residência, deixa atrás de si 30 fazendas de gado (...). A fazenda de gado foi, por conseguinte, o germe do povoamento dessa região constituindo, a partir daí, o modelo dominante de ocupação do território (...)” (Mott, 1985: 72).

Ao afirmar que “o piauiense é antes de tudo, um vaqueiro”, Renato Castelo Branco define o ser piauiense por imperativos do meio, da origem e da tradição. Há um certo determinismo geográfico, no primeiro caso porque “(...) nestas chapadas imensas, (...) outra não podia ser atividade natural do homem que não a de pastoreio”¹⁰. No segundo caso, o imperativo de origem está em que o piauiense descende dos velhos criadores baianos dos Campos Gerais que se irradiaram das margens do São Francisco e, no terceiro, por ter, como consequência das primeiras, desenvolvido uma *vocação de criador* (Castelo Branco, 1970: 43-44).

costumes e a cultura de tais grupos indesejados. Queriam era submeter os grupos mais dóceis, destruir os mais renitentes. Assim sendo e por cause, tal documentação é extremamente pobre de informações qualitativas sobre os grupos indígenas contactados: quando muito, descrevem sumariamente campanhas militares de redução ou extermínio. Isto sem falar que a documentação mais recuada relativamente aos índios do Piauí é datada dos inícios da segunda metade do século XVIII, o que vale dizer, datada de um século após a conquista destes territórios, pelo que é considerado seu descobridor o mafrense Domingos Afonso Sertão” (Mott, 1985: 112). Conforme o texto da Fundação CEPRO (1979), o apresamento de índios teve uma importância especial numa zona de produção econômico-vegetativa como o Piauí colonial, em seus primeiros séculos e só não ultrapassa o século XVIII devido à precoce dizimação das tribos e à consolidação do tráfico de negros. Especificamente sobre a ocorrência da escravidão do Piauí, ver Brandão (1999).

¹⁰ Esta é uma idéia que, como veremos adiante, vigorará até o final de 1970. Já Queiroz (1993: 13) chama a atenção para a *função social* da pecuária na história piauiense, lembrando que “no plano social, mais importante que ser vaqueiro era, apenas, ser fazendeiro”.

Embora dedicando algumas páginas ao vaqueiro, o sentido utilizado por Castelo Branco (1970) revela muito mais uma visão romântica do vaqueiro como um herói idealizado da região sertaneja, numa semelhança ao modo pelo qual índio foi tomado pelos românticos como um símbolo da nacionalidade brasileira. O vaqueiro aparece assim, mais como fruto da *mística do boi*, do que como uma categoria social subordinada que se definia pelo trabalho nas fazendas de gado:

“pode-se dizer, sem exagero que, o gado está para o Piauí não apenas como a maior fonte de riqueza e esteio de sua vida econômica. Mais do que isto, o gado é a própria alma do Piauí. Há, ali, no indivíduo como na coletividade, uma perfeita mística do boi. O próprio estado é criador, nesta pátria de vaqueiros. Em 1811, já possuía ele 35 fazendas, numa extensão total de 145 léguas por 71, contendo todas, 1.010 cavalos, 1.860 bestas e 50.760 cabeças de gado vacum (...) Estas fazendas doadas por Mafrense [Domingos Afonso Sertão] aos jesuítas, foram confiscadas pelo governo em 1760, permanecendo até hoje como bem do estado” (Castelo Branco, 1970: 44-45)¹¹.

Esta definição genérica e idílica de um *tipo humano piauiense* traduz o trabalho de conceitualização, referido no capítulo I, realizado por uma memória coletiva, com os personagens comportando-se mais como significados corporalizados do que como personagens de carne e osso. De qualquer modo, é interessante ver como a classe dominante de fazendeiros não gerou heróis – precisando, para simbolizar sua hegemonia, de um tipo econômica e socialmente subordinado. O trabalhador pastoril parece ter, assim, uma eficiência simbólica própria: a de representar simbolicamente a subordinação da natureza¹². Também em Euclides da Cunha, a *rocha viva da nacionalidade* é vista no vaqueiro.

¹¹ Esse autor escreve na década de 40 e reedita na década de 70, época em que tem início o processo de alienação dessas terras para grandes projetos de pecuária e de reflorestamento de caju e de manga.

¹² Segundo comunicação pessoal de Júnia Antonaccio, antropóloga e professora no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí, que pesquisa as festividades de São João, São Pedro, Santo Antônio e a dança do Bumba-meu-boi, há, na figura do vaqueiro idealizado, uma apologia do macho, do homem que doma a natureza, o gado e a mulher.

Nessa idealização do vaqueiro, escamoteiam-se questões relativas à estrutura social. Em primeiro lugar, a relação estabelecida, desde o período colonial, entre terra e poder econômico, social e político; em segundo lugar, a constituição histórica das elites piauienses forjadas no jogo social desenrolado no contexto dos séculos XVII e XVIII, em verdadeira luta armada pela posse da terra, tanto no enfrentamento das populações indígenas pelos primeiros *desbravadores*, quanto no posterior confronto entre arrendatários e posseiros de um lado e potentados baianos de outro – com a vitória dos *interesses locais* piauienses consolidada na segunda metade dos 1700; finalmente, a estruturação sócio-econômica baseada na alta concentração da propriedade da terra, característica da pecuária extensiva, e que não foi modificada pela referida vitória (Fundação CEPRO, 1979).

Na retórica do *destino pastoril*, o discurso da construção de uma identidade piauiense cristaliza a história, ao estabelecer um prognóstico supra-histórico. “O Piauí viveu e viverá da pecuária. O Vale do Parnaíba deu-nos a independência física, a pecuária deu-nos a independência econômica e quiçá a política¹³”. Este discurso surgia num momento em que parecia fundamental às elites dirigentes do estado assegurar a transferência de recursos nacionais para a economia piauiense em crise. Como observou Albuquerque Júnior (1994), certos grupos cujos territórios tradicionais passaram por processos de destruição tendem a lutar por suas identidades tradicionais, principalmente afirmando sua *naturalidade* e, assim, seu *caráter permanente*.

As falas relativas a um Piauí pecuarista por vocação, guardadas as devidas distâncias entre simples descrições ou declarações idílicas e análises mais elaboradas, mantêm um foco, ou eixo discursivo, sempre no sentido de elaborar uma unidade imagético-discursiva que encobre uma multiplicidade de vidas, histórias, práticas e costumes. Além disso, a visão de uma natureza e destino *pastoris* teria levado à concepção da impossibilidade da agricultura, no Piauí, no sentido restrito do cultivo, com fins comerciais de maior vulto, de produtos agrícolas:

¹³ Pronunciamento do General Gayoso e Almendra, representante das grandes famílias proprietárias do Piauí, no fim da primeira república brasileira (Fundação CEPRO, 1979: 93).

“[O piauiense] raramente se dedica à lavoura. O roçado, quando o faz, é unicamente para a própria manutenção. O solo, arenoso nas regiões saarizadas, ou impermeável e granítico nas chapadas [cerrados], é um obstáculo invencível aos seus poucos meios de produção. A agricultura, em conseqüência, não é compensadora; só entra em segundo plano em sua vocação. Estas atividades, porém, quando as exerce, não lhe transmudam a feição tradicional. A alma fica fundamentalmente pastoril” (Castelo Branco, 1970: 57)¹⁴.

Um aspecto dessa memória de um *destino pastoril* que contrasta particularmente com o tema posterior da modernização agrícola é a imagem do sudoeste piauiense do ponto de vista da agricultura¹⁵. A ênfase na *vocação* pastoril do piauiense apoiada na negação de quaisquer possibilidades agrícolas utilizava, como um de seus argumentos, a *aridez* das terras do estado, em particular as dos cerrados da região sudoeste piauiense. A obra de Castelo Branco, citada acima, em sua primeira edição, é contemporânea das primeiras pesquisas, referidas no capítulo II, sobre a presença de água nos cerrados brasileiros, e que desembocariam em um amplo programa de estudos visando à moderna agricultura, cujos ecos alcançariam o Piauí somente nos 80, com a incorporação das chapadas, pela moderna agricultura de grãos.

De fato, os cerrados do sudoeste piauiense foram, até bem recentemente, considerados como uma região estagnada, cuja dinâmica econômica não fora reelaborada, exceção feita para o Vale do Gurguéia (sul/sudoeste), onde foi implementado, na década de 70, o *Plano de Desenvolvimento Rural Integrado* [PDRI] *Vale do Gurguéia*, visando à modernização agrícola da região. De fato, o Vale do Gurguéia passou por processos específicos em termos

¹⁴ Os autores que tratam da economia colonial piauiense enfatizam, em geral, o predomínio da pecuária e a ausência de cultivos e, portanto, de cultivadores. Um texto da Fundação CEPRO (1976) lembra, inclusive, a importância da atividade de coleta de produtos da natureza visando à subsistência das populações envolvidas com o trabalho pastoril. No entanto, tanto Mott (1985) quanto Brandão (1999) referem-se a registros historiográficos de cultivadores livres (sitiantes) nos interstícios das grandes fazendas de gado. Esse tema será retomado no capítulo seguinte.

¹⁵ Segundo Agenor Miranda, a parte sudeste do Piauí povoou-se mais rapidamente, favorecida pelas populações da Bahia e de Pernambuco. O mesmo se deu quanto à porção norte do estado, beneficiada pelas populações do Maranhão e do Ceará. “Mas a parte sudoeste encostada no extremo norte de Goiás [atual Tocantins], ao extremo sudeste do Maranhão e muito longe da Bahia, ficou virgem até a data em que estamos” Miranda (1938: 142).

de propostas de desenvolvimento, em virtude, sobretudo, dos seus vastos recursos hídricos. O rio Gurguéia nasce na Chapada das Mangabeiras (extremo sul do Piauí), desembocando no rio Parnaíba após percorrer 541 km. Nesse percurso forma-se um vale, na área de transição do cerrado com o semi-árido, com 27.743 km², onde se encontra o maior lençol freático (13.000 km²) da América Latina, com águas pouco profundas (inferiores a 50 metros) e até mesmo jorrantes com elevada vazão (até 100 m³ /h-km²) (Araújo e França, 1992)¹⁶.

Com relação ao manancial de águas superficiais nos cerrados piauienses, o destaque maior é para o rio Parnaíba que, no período de menor fluxo, apresenta uma vazão superior a 5.000.000 l/s¹⁷. Além dos vales do Parnaíba e do Gurguéia há ainda, na região, os vales do Itaueira e do Uruçuí-Preto. Quanto ao rio Parnaíba, este desempenhou, para os estados do Piauí e Maranhão, papel semelhante ao do São Francisco em relação ao oeste baiano. O Parnaíba, do norte ao sul, ao só um tempo separa e une os estados do Piauí e Maranhão e comandou, por muito tempo, a dinâmica da região localizada no Baixo e Médio Parnaíba. Castelo Branco (1970) descreveu a importância do Parnaíba para a vida sócio-econômica do estado em suas feições diversas: O Alto Parnaíba, que vai da nascente, em Pau Cheiroso, até Filomena, acima da barra do Parnaibinha; o Médio Parnaíba, que vai de Santa Filomena a Amarante, na barra do Canindé; e o baixo Parnaíba, que vai de Amarante até o delta.

¹⁶ Esses recursos hídricos, que desempenham papel estratégico no mundo contemporâneo, têm atraído o interesse de empresas nacionais e estrangeiras. Recentemente, grandes áreas de terra no Vale do Gurguéia vêm sendo objeto de negociações com grupos indianos, cuja proposta declarada é o investimento em agricultura orgânica.

¹⁷ A importância do Parnaíba transparece na literatura, na música, nas lendas. Por exemplo, o romance *Nas pegadas do Rio*, de Humberto Guimarães, no qual o próprio autor afirma misturar mito, história e folclore, lembrando – com certa melancolia – que “por muitos anos, as águas do ‘Velho Monge’ foram perturbadas no cotidiano pela explosão dos motores de embarcações possantes subindo e descendo no seu cursos a transportar cargas e passageiros, ancorando em portos improvisados ao longo das margens, entre tufos de canarana embalceirada, para recolher a lenha necessária às usas fornalhas, a trocar mercadorias com as populações ribeirinhas e a levar as notícias das ocorrências das cidades grandes (...)” (Guimarães, 1982: 24). A navegabilidade do rio Parnaíba foi interrompida na região, em virtude da construção da Barragem de Boa Esperança, na década de 60, no município de Guadalupe.

O Parnaíba nasce na chapada das Mangabeiras ou Jalapão. Recebe o seu primeiro afluente ponderável, o Boi Pintado, três quilômetros abaixo de sua nascente. Aos 23 quilômetros, já admite navegação, mas só depois de 153 quilômetros de percurso,

“(...) o rio se entrega ao homem. As gaiolas e as barcas montam-se em seu lombo (...). Daqui em diante, sua vida é árdua e trabalhosa. As barcas, carregadas até o bojo, substituem as balsas primitivas, verdadeiras palhoças flutuantes, construídas de talos de buriti (...). O rio agora é um operário. Os rebocadores afanados apitam triunfantes em seu dorso. Suas águas aumentam, dia a dia. Cessam os pequenos e inúmeros tributários que caracterizam seu curso superior. Três grandes afluentes – O Gurguéia e o Canindé, do lado do Piauí, e o Balsas, do lado do Maranhão – interceptam o curso de todas as águas, que despejam, de uma vez, no rio real. Os panoramas se tornam mais a mais diversos. O caráter da paisagem se transforma. Ao se aproximar do Balsas, começam a surgir os carnaubais e os extensos cocais de babaçu (...). Os centros comerciais ativos começam a aparecer. Floriano é o primeiro deles (...)” (Castelo Branco, 1970: 28).

Nessa descrição da trajetória do Parnaíba, há uma visão do percurso do rio – que simboliza uma visão do próprio Piauí – indo do *menos* ao *mais* civilizado: “O Baixo Parnaíba – aqui, finalmente, engrossado por três afluentes poderosos, o Parnaíba inicia o seu curso mais civilizado. Suas águas banharão, orgulhosas, duas cidades florescentes, as mais prósperas de toda esta vasta região e quiçá de toda a imensa secção geográfica que vai de Natal a Belém, excetuada Fortaleza. São elas, Parnaíba, empório comercial do estado, e Teresina, irradiante centro de cultura (...)” (Castelo Branco, 1970: 28-29). Esta descrição pode ser vista como uma metáfora de um processo civilizatório que se completa pelo contato com o litoral. Reitera-se, aqui, a relação sertão/cerrados, no nível do simbólico, tal como abordada no capítulo II.

A essa imagem, subjaz a idéia do *vazio* recorrente nos diagnósticos do sudoeste piauiense, sempre opondo, de um lado, a natureza rica e, de outro, a presença humana, pobre: “No sul do estado, sobretudo onde o Parnaíba apresenta a sua menor navegabilidade, esta premência atuou de maneira particularmente intensa. E isto explica porque, sendo esta a zona mais fecunda, mais rica e mais amena de todo o vale, é também a mais inculta e despovoada. É

que os colonizadores, fugindo do melhor modo ao problema do transporte, desciam o curso do rio até onde a navegação passava a ser franca, para aí se fixarem, de preferência” (Castelo Branco, 1970: 74).

Uma das explicações recorrentes para o *baixo dinamismo* da região é a de que os núcleos humanos baseados na pecuária eram disseminados através das chapadas e tabuleiros, sem escoadouro para os seus produtos, já que o Parnaíba, por si só, não era uma solução de transporte. Devido a isto, esses grupos viviam uma asfixia crescente, chegando a uma reprodução nos limites da subsistência, transformando-se em verdadeiras *ilhas humanas*.

A memória do destino pastoril, como se vê, se, por um lado, sustenta um *ethos* e uma genealogia que, por sua vez, alimenta um passado heróico, por outro, põe-se como um verdadeiro entrave à possibilidade de se pensar outras dinâmicas econômicas – agrícola, principalmente – no tocante à região interior que seria mais tarde chamada de cerrados. Soma-se a isto visão dessa mesma região como um espaço econômico estagnado.

A compreensão do decantado *vazio* do sudoeste piauiense passa, portanto, pela desconstrução analítica de uma certa feição agrícola do Piauí. A pecuária – entendida como carro-chefe do complexo gado-algodão-agricultura de subsistência – foi, até o final do século XIX, a base da economia piauiense. Entrou em decadência no final dos novecentos, vindo a se consorciar com o extrativismo vegetal da maniçoba, carnaúba e babaçu, atividades presentes em escala pouco significativa na região pesquisada¹⁸.

4.2 – Os 70: prenúncio da passagem do *destino pastoril* à *vocação agrícola*

Uma inflexão importante transpareceria nos discursos sobre o *agro* piauiense a partir dos anos 70: a agricultura (cultivo) como atividade econômica e a idéia da chamada *vocação agrícola* do Piauí. Há vínculos entre esta idéia nova e a implantação de programas

¹⁸ A respeito do extrativismo, ver Fundação CEPRO (1976) e (Queiroz, 1993).

especiais, como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), que “no que concerne à política agrícola, objetivava a promoção de uma ‘agricultura eficaz’, aumento do emprego e melhoria da renda no meio rural” (Domingos Neto, 1988: 20). As linhas de ação para o Nordeste, nesse contexto, passaram a ser definidas geoeconomicamente em vales úmidos, serras úmidas, áreas secas, tabuleiros costeiros e a pré-amazônia. O Piauí foi contemplado nas áreas de atuação dos *vales úmidos*, com os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs) Delta do Parnaíba, Vale do Gurguéia (este dividido em norte, médio e sul do Gurguéia) e Vale do Rio Fidalgo, este, posteriormente, desmembrado em dois, dando origem ao Programa de Desenvolvimento Rural Integrado das Fazendas Estaduais (Domingos Neto, 1988).

Nos anos 70, de acordo com Bandeira (1978), a agricultura piauiense tinha alta participação na renda do estado (45%) e empregava mais de 50% da População Economicamente Ativa (PEA) estadual, embora seus índices de produção e de produtividade se situassem abaixo da média nordestina, exceto em alguns produtos extrativos, como o babaçu e a cera de carnaúba. A condição de atraso da agricultura piauiense refletia pesadamente na economia global do estado, já que,

“(...) através do tempo, a pobreza absoluta e relativa do ruralista do Piauí vem aumentando, (...) a produtividade por unidade de terra e trabalho vem se reduzindo, (...) a distribuição da terra torna-se cada vez mais concentrada nas mãos de uma minoria privilegiada e (...) a participação dos estabelecimentos minifundiários vem aumentando e ao mesmo tempo reduzindo suas áreas médias”¹⁹. (Bandeira, 1978:15).

Mas a idéia das possibilidades de uma agricultura moderna no Piauí era, ainda, sujeita a controvérsias. Ainda no final dos anos 70, um vigoroso estudo sobre desenvolvimento do Piauí elaborava uma crítica à visão de estudos para planejamento e desenvolvimento do estado que propugnavam uma *vocação agrícola* piauiense. A tese defendida era a da “ilusão da indicação da estratégia agrícola (...), [pois], supor uma vocação agrícola não teria

¹⁹ A respeito dos resultados do POLONORDESTE, no sentido de promoção de focos de modernização na agropecuária piauiense, ver Bandeira (1993). Para uma crítica, ver Veloso (1998).

respaldo nem mesmo nos estudos sobre o meio físico, levados a efeito por alguns centros de pesquisa” (Fundação CEPRO, 1979: 96-97).

Essa avaliação fundamentava-se no seguinte:

“diagnósticos agrônômicos elaborados pela SUDENE ... assim se expressam: ‘a área total do estado é de 250.934 km² (25.093.400 hab), dos quais 77,98% não são apropriados para agricultura devido às condições desfavoráveis de topografia e/ou solos, enquanto somente 22% (5.616.800 ha) são propícios para o cultivo. Estas áreas são compostas por três classes de solos: a) Latossolo Vermelho-amarelo Distrófico; b) Latossolo Vermelho-escuro Distrófico; c) Latossolo Vermelho-amarelo Equivalente Eutrófico²⁰. Todos eles são medianamente planos ou suave ondulados, livres de rochas, razoavelmente profundos e relativamente fáceis de serem trabalhados; contudo são ácidos, relativamente pouco férteis, requerendo aplicações pesadas de fertilizantes (fórmula completa), para manter boas produções anuais. Dos 5.616.800 ha adequados para a agricultura, apenas 12% são cultivados anualmente (cerca de 659.000 ha em 1976). A área agricultável anualmente em descanso (cerca de 4.957.800 ha), mais a maior parte da área considerada imprópria para a agricultura (19.476.600 ha) são utilizadas para o pastoreio extensivo” (Fundação CEPRO, 1979: 97).

Esse diagnóstico parece ser caudatário de documentos como o *Relatório de Viagem* do engenheiro agrônomo Shiro Miyasaka (Fundação CEPRO, 1979: 97-98), segundo o qual “os resultados das análises químicas de terras realizadas, tanto no laboratório do DNOCS, em Teresina, como no Instituto Agrônômico de Campinas, indicam pobreza do solo em elemento fósforo”. Os autores citados apoiavam suas argumentações nos diagnósticos referidos acima, opondo-se a uma “idéia romântica da exuberância dos recursos naturais, [pois] o Piauí já chegou ao limite máximo do aproveitamento dos recursos produtivos da agropecuária, dadas as atuais condições tecnológicas e dadas as atuais formas de apropriação do total da área agricultável” (Fundação CEPRO, 1979: 98).

²⁰ O latossolo vermelho-amarelo é o tipo de solo predominante nos cerrados piauienses.

SEÇÃO CIRCULANTE

No final da década de 70, já existiam, como vimos no capítulo II, as condições de modernização tecnológica que permitiriam a incorporação agrícola dos cerrados brasileiros. Mas não era esse, ainda, o caso da agricultura piauiense. Como ressaltou William Bandeira,

“a participação do setor rural na renda estadual se situa em torno de 45%, contra uma participação de apenas 8% do setor industrial. Talvez tal situação tenha contribuído para se chegar à concepção de que o Piauí é um estado de ‘vocação agrícola’, expressão que aparece, sobretudo, em documentos oficiais. Porém, quando se confronta a agricultura piauiense com outros estados do Nordeste e Centro-sul do País, verifica-se o extremo atraso em que se encontra este setor (...). Os níveis de produ o e produtividade da agricultura piauiense situam-se abaixo da média nordestina, a participa o da produ o do estado na região, em quase todos os produtos,   insignificante, exceto em alguns produtos extrativos, como   o caso do babaçu e cera de carnaúba (Bandeira 1978: 1)”.

O final dos anos 70 pode ser tomado, portanto, como um momento no qual se preparava o terreno para a germina o de novos paradigmas de pensamento sobre a economia agrícola piauiense,   luz do que vinha ocorrendo no restante do país, desde o início da década. No caso piauiense, os programas especiais tiveram papel determinante. As negocia es para trazer recursos do Banco Mundial ao estado iniciaram-se em 1977. Esse banco passou a atuar no Nordeste diretamente em programas de desenvolvimento rural, a partir de 1976, e sua atua o confundiu-se com a implanta o do Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), criado pelo Governo Federal em 1974 e implantado no Piauí em 1976.

Em 1978, chegava ao Piauí a primeira missão do Banco Mundial e, em 1981, assinavam-se os acordos do empréstimo e do projeto que visava ampliar a área de atua o do POLONORDESTE no estado. Esta  rea ampliada ganhou o nome de *Projeto Vale do Parnaíba*. Entre 1982 e 1986, a interven o governamental no meio rural piauiense gerou intensa produ o de siglas e nomes dos diversos programas especiais: PDRI, Perímetros irrigados, POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, *Nordest o*, Programa Vale do Parnaíba, Projeto Mafrense, Projeto Vale do Itaueira, Projeto Vale do Gurguéia, Projeto Vale do Fidalgo, PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), etc. (Domingos Neto,

1988). Na região dos cerrados, apenas a área restrita ao Vale do Gurguéia foi contemplada²¹.

Naquele contexto, setores até então secundarizados nas narrativas mestras piauienses ganharam visibilidade. O advento dos recursos financeiros do Banco Mundial e o financiamento de programas de desenvolvimento rural acabaram por trazer à tona a questão fundiária, que passou, por imperativos externos, a fazer parte dos discursos oficiais. Com isto, emerge a situação de uma categoria social, promovida, no plano discursivo, de *agricultura de subsistência a pequena produção*.

Como observado em um estudo sobre o assunto,

“a discussão sobre o problema da posse da terra no Piauí foi tabu durante muitos anos. O termo reforma agrária era praticamente ausente dos textos que tratavam os problemas do desenvolvimento. Por isso, não deixou de causar repercussão o fato de um projeto oficial, orientado pelo Banco Mundial, adotar como centro de sua estratégia a intervenção no quadro fundiário (...). Repentinamente, as elites políticas e autoridades governamentais passaram a abordar a questão fundiária nos seus discursos (...). Naturalmente as propostas no campo fundiário não foram nada arrojadas nem pretenderam remover as causas do processo de monopolização fundiária que havia sido intensificado nas últimas duas décadas (...) Mas o projeto não deixou de sentenciar que o não-acesso à terra por parte dos trabalhadores poderia [citando Piauí, SEPLAN, Projeto Vale do Parnaíba, 1981:14] “limitar severamente a resposta aos melhoramentos na tecnologia e na prestação de serviços agrícolas, assim como os benefícios derivados deles” (Domingos Neto, 1988: 24).

Dados de distribuição de terra no estado, com base nos Censos Agropecuários de 60 e 70, indicavam que, em 1960, uma parcela de 54% dos estabelecimentos rurais, com área inferior a 20 há, ocupavam apenas 2,45% do total das terras (uma área de 222.947 ha), enquanto 4,15% dos estabelecimentos, com área superior a 500 ha, ocupavam aproximadamente 56% da terra. Em 1970, a participação dos primeiros aumentou para 3,77% e a dos segundos, para 63%. Só que os primeiros reduziram de tamanho: passaram

²¹ Para uma avaliação desses projetos, no Piauí, ver Veloso (1998).

de uma área média de 4,73 ha para 2,93 ha, num processo de minifundização. Ainda quanto aos estabelecimentos de área superior a 500 ha, observa-se um movimento de concentração de terra: em 1970, uma parcela de 2% das propriedades ocupava 63% da terra, indicando um aumento da área média, de 1.521,2 ha em 1960, para 1.743, 8 ha em 1970 (Bandeira, 1978). Esses dados são importantes porque, segundo Bandeira (1978), nesse processo de minifundização e de concentração deslocava-se, cada vez mais, para a faixa do campesinato mais pobre, a exploração agrícola propriamente dita.

Naquele contexto, elaborou-se em 1985 um diagnóstico para a implantação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) no estado. Pela primeira vez, a chamada *pequena produção rural* no Piauí ganhava visibilidade, no discurso oficial, como "(...) seguramente um dos traços mais importantes do sistema de organização social da produção agropecuária do Estado do Piauí. Em outros termos, ela representa um aspecto decisivo porquanto é dela que provém a maior parte da produção de alimentos, de matéria-prima e da produção animal" (Rocha, 1988:29).

Mas a emergente idéia da *vocação agrícola* não se concretizaria, na prática, com base na chamada *pequena produção*. No caso dos cerrados, por exemplo, esses pequenos produtores constituem um setor marginalizado pelo modelo de desenvolvimento implementado na região, como de resto ocorre em outras regiões brasileiras. No entanto, o registro de sua emergência nas narrativas mestras é importante para a compreensão da trajetória desse campo discursivo, e da própria marginalização dessa categoria social nos processos de modernização da agricultura piauiense, calcados na grande produção²². Com efeito, segundo o próprio governo do estado,

"os grandes estabelecimentos rurais piauienses, historicamente, desenvolvem suas atividades no segmento da pecuária. No entanto, nos últimos anos, alguns projetos estabelecidos no estado, com o apoio da SUDENE, têm propiciado maior contribuição desses estabelecimentos

²² As categorias *pequena produção* e *grande produção* estão sendo utilizadas aqui tal como aparecem no discurso em questão, para referir-se à estratificação de segmentos das populações brasileiras envolvidos com a atividade agrícola. *Pequena produção* foi uma denominação corrente, nos anos 70, nos meios acadêmicos e extra-acadêmicos, utilizada para referir-se às categorias sociais que, na década anterior, eram identificadas como camponesas. Para uma reflexão sobre as trajetórias das denominações atribuídas às populações agrárias no Brasil, ver Porto (1994), Vilela e Moraes (1997) e Moraes (1998).

no desenvolvimento da atividade agrícola, através da produção de arroz e de fruticultura, como caju, manga, dentre outras. Estes dois últimos produtos já fazem parte da pauta de exportação do estado” (Governo do Estado do Piauí, 1992c: 36),

Os primeiros programas especiais não atingiram a região dos cerrados do sudoeste do estado, à exceção do Vale do Gurguéia. Mas em setembro de 1991, os governos do Maranhão e do Piauí propunham ao Conselho Deliberativo da SUDENE a criação de um programa de ação conjunta para o Vale do Parnaíba, envolvendo todo o território piauiense e os municípios da área da bacia hidrográfica localizada ao nordeste do Maranhão. Este Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba (PRODEPLAR) seria implementado entre 1991 e 1995.

O programa incluía os cerrados para a agricultura de sequeiro, havendo critérios de determinação em que

“a seleção dos municípios levou em conta a disponibilidade de terras a preços relativamente baixos e com topografia adequada para mecanização agrícola; baixa ocorrência de seca e precipitação pluviométrica com média anual superior a 1.200 mm; existência de minas e jazidas de calcário dolomítico para os municípios situados na área dos cerrados; existência de projetos instalados e com sucesso na exploração, inclusive já ocupando uma faixa significativa do mercado nos principais centros consumidores regionais, e auto-suficiência na produção de sementes selecionadas” (MIR/SUDENE/Governo do Estado do Piauí/Governo do Estado do Maranhão, 1994: 9).

No Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba, os cerrados eram apresentados como dotadas de vantagens comparativas locais para o desenvolvimento de atividades econômicas, uma vez que

“as áreas de cerrados situadas ao sul e sudoeste do estado têm-se mostrado favoráveis ao desenvolvimento de uma agricultura de sequeiro com o uso da moderna tecnologia de produção, em especial nos municípios de Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Uruçuí, Barreiras do Piauí, Corrente, Cristalândia do Piauí, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Antônio Almeida, Bertolinia, Guadalupe, Marcos Parente, Landri Sales e Palmeira do Piauí” (MIR/SUDENE/Governo do Estado do Piauí/Governo do Estado do Maranhão, 1994: 23).

Esses municípios, acrescidos de mais cinco, compunham a chamada *Área Programa VI-Ribeiro Gonçalves*, sendo esta a maior área definida pelo programa.

Entre as recomendações e proposições do referido Programa, duas delas remetem, diretamente, à constituição da fronteira agrícola como espaço potencial para o capital:

“a/ elaborar e executar imediatamente um projeto de ‘marketing’ visando divulgar, junto à classe empresarial regional, nacional, e internacional, as potencialidades, as vantagens e os incentivos que os Estados envolvidos no Programa oferecem. No âmbito desse projeto deverão ser negociadas reportagens em programas tradicionais e de audiência nacional, como ‘Globo Rural’, ‘Manchete Rural’, alusivas aos projetos agropecuários implantados com sucesso, bem como às pesquisas que demonstram viabilidade da exploração econômica de novas culturas, especialmente as irrigadas; b/ divulgar novos incentivos para os empreendimentos industriais e agroindustriais nas fases de implantação, relocação, revitalização ou ampliação, bem como os benefícios na área tributária, como redução ou isenção de impostos e apoio aos programas de modernização tecnológica que resultem no aumento da qualidade, da produtividade e da capacidade produtiva” (MIR/SUDENE/Governo do Estado do Piauí/Governo do Estado do Maranhão, 1994: 50)²³.

4.3- Concretizando a vocação agrícola. Cerrados: de vazios a celeiros de produção

“Plantar os cerrados piauienses é certeza da colheita de uma nova e mais próspera realidade” (Governo do Piauí, 1992: 12).

A incorporação dos cerrados piauienses ao agronegócio do complexo carnes/grãos é, como foi dito, caudatária do processo que incorporou as chapadas do Centro-Oeste brasileiro e do sul do Maranhão e oeste da Bahia. O fato de a incorporação do Piauí ter-se dado mais tardiamente (embora seja, o Piauí, dos estados nordestinos, o que possui a maior área de cerrados), vincula-se a certas questões de âmbito interno e externo ao estado.

²³ O mesmo documento identifica como um dos pontos de estrangulamento a “tímida postura empreendedora dos empresários locais para investimentos modernos na agricultura, agroindústria, indústria e turismo” (MIR/SUDENE/Governo do Estado do Piauí/Governo do Estado do Maranhão, 1994: 35).

As questões de âmbito interno relacionam-se, em certa medida, com o ideário da *vocação pastoril*, parceiro de uma mentalidade pouco receptiva a outras alternativas de economia agrícola. Além disso, ocorreu, na construção política do Piauí, a crescente hegemonia de elites político-administrativas do Centro-Norte do estado fato este que alimenta o discurso separatista das elites do sul e sudoeste do Piauí referido no capítulo III. A incorporação das chapadas parece favorecer uma possível mudança nesse quadro hegemônico, permitindo colocar na cena política, com maior vigor, a proposta de divisão do Piauí expressa na idéia da criação do Estado do Gurguéia²⁴.

No âmbito externo ao estado, os cerrados do Maranhão e da Bahia foram incorporados antes que os piauienses por oferecerem, já no início dos anos 80, vantagens locacionais aos novos investidores no próprio processo de integração da economia nordestina à economia nacional, elemento que, como vimos no capítulo III, tem extrema importância nos processos de territorialização do capital. Dessa forma, quando os cerrados em outras regiões do Brasil e mesmo do Nordeste já se concretizavam como fronteira agrícola para os capitais privados, no Piauí eram, ainda, áreas de *valorização futura* (Moraes e Messias, 1987).

Esta forma de valorização, que repousa na relação entre *tempo tecnológico* e *tempo do capital*, é uma manifestação histórica de subversão da relação tempo-espço, levada a cabo pelo capitalismo, à medida que a velocidade tecnológica determina a possibilidade ou a capacidade de o capital explorar ou não determinados recursos naturais em determinados territórios. No entanto, o que vai determinar, de fato, uma exploração particular é o seu custo e não a disponibilidade da técnica, em si. Para o capital, é uma questão de oportunidade de investimento que depende, basicamente, da situação do mercado mundial de determinado

²⁴ Essa hegemonia política nortecêntrica, que vigora no Piauí, é um dos pontos de ataque dos defensores da criação do Estado do Gurguéia, que enfatizam o problema da distância da capital, Teresina, e do centro administrativo e o conseqüente abandono do *sul* piauiense (a expressão *sul* refere-se, correntemente, no Piauí às regiões sudeste, sudoeste e sul do estado). A primeira capital do estado foi a cidade de Oeiras, muito próxima às regiões sudeste e sudoeste e, praticamente, equidistante dos atuais limites estaduais ao norte e ao sul. Com a mudança da capital para a então Vila do Poti (atual Teresina), em 1852 – constituindo-se este fato, segundo Queiroz (1993), em um esforço no sentido de acelerar a integração da economia piauiense ao contexto nacional e internacional – aumentou a distância (física, administrativa e cultural) entre a capital do estado e os municípios do sul e do sudoeste.

produto que, no capitalismo monopolista, relaciona-se diretamente ao controle que países e empresas hegemônicos exercem sobre a tecnologia de exploração e determinadas reservas estratégicas. A situação de recursos e territórios fica, assim, condicionada aos contextos de mercado (Moraes e Messias, 1987).

Nesse sentido, uma importante etapa de consolidação da fronteira agrícola dos cerrados piauienses foi a constituição de um mercado de terras, ainda na década de 70, que viria a contribuir para a concretização, na região, da política desenvolvimentista promovida a partir dos anos 60 pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e que incluía a modernização da agricultura nordestina. A investida no sudoeste piauiense, ainda nos anos 70 é, segundo Monteiro (1993), caudatária dessa política. Os fatores atraentes de capitais privados foram o valor extremamente baixo desembolsado para aquisição de terras, pois, “(...) em oitenta, o preço de um hectare de terra era o preço de uma cerveja. Hoje já vale cinquenta dólares...”²⁵ (G. C., pesquisador da Embrapa/Teresina).

Nesse processo, implantaram-se grandes projetos agropecuários na região, mas há poucos registros das transformações provocadas. Guimarães (1988) informa que, principalmente no município de Ribeiro Gonçalves (sudoeste piauiense), um total parcial em torno de 382.867 ha de terras públicas foi vendido pela Companhia do Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) para instalação desses projetos. Nessa territorialização do capital, 60% do total dos trinta projetos relacionados por Guimarães (1988) adquiriram áreas entre 12.000 a 25.000 ha²⁶.

²⁵ Em fevereiro de 2000, as terras nos cerrados piauienses são comercializadas a um preço médio entre R\$ 100,00 e R\$ 150,00 o hectare (Jornal Meio Norte, Teresina, 10 fevereiro de 2000, caderno Cidades, Seção Municípios, p. 7. Artigo: “Empresários gaúchos querem investir em área dos cerrados”).

²⁶ Foram relacionadas 30 empresas e respectivas áreas adquiridas, em hectares: CONFIANÇA Agro-Industrial (25.000), José Gomes da Silva (12.000), Agro Pecuária Guimarães S/A (25.000), CREMAQ- Reflorestamento e Agropecuária Ltda. (25.000), Transzero – Transportadora de Veículos Ltda. (24.736), MAFISA – Agropecuária Ltda. (24.984), Alimentos Básicos do Piauí S/A – ABAPISA (25.000), Bastos Locadora Ltda. (22.553), PAISAGRO Ltda. (24.829), Serviços Agropecuários Ltda. (24.993), O.N.V. Participação e Administração S/A (05.961), O.N.V. Agropastoril Ltda. (05.929), Economisa Administradora de Imóveis Ltda. (05.952), Economisa Reflorestamento Ltda. (05.959), Antônio José Siqueira (02.990), Estrela – Engenharia Ltda. (20.059), BRASIDIESEL S/A Comercial e Importadora (12.000.00,00), Expresso Caxiense S/A (12.000) Automecânica S/A Importação e Comércio (12.000), Eletro Tecnodiesel S/A (12.000) EMAFLOR- Empreendimentos Agroflorestais Ltda. (12.000), Oscar Tadeu Medeiros (1.571), Osacra Dantas Medeiros

Os chamados *grandes projetos* foram financiados pelo Fundo de Investimento do Nordeste Agropecuário (FINOR Agropecuário), através da política de desenvolvimento voltada para o setor rural, promovida pela SUDENE, cujas premissas eram a mudança da base técnica e o fomento ao aumento da capacidade empresarial no setor rural e ao aporte de capital. Coerente com tais premissas, o FINOR-Agropecuário constituiu-se num mecanismo facilitador para a aquisição de terras por parte de empresários do Centro-Sul e do próprio Nordeste²⁷. A inserção do Piauí nesse mecanismo de financiamento deveu-se à existência de grande área de terras devolutas alienadas pelo governo do estado através da Companhia do Desenvolvimento do Piauí (Monteiro, 1993). Segundo esta autora, foram implantados, até 1984, 78 projetos no Piauí, em sua maioria na região sudoeste. Até 1990, o número de projetos, financiados pelo FINOR-Agropecuário, chegava aos 132²⁸.

Nesse processo, concentraram-se na região os maiores investimentos de iniciativa privada, como reflorestamentos de caju e manga e projetos de pecuária com incentivos públicos via FINOR-Agropecuário e o Fundo de Investimento Setorial (FISSET)²⁹. De acordo com Torres e Andrade,

(1.918), ALETRON – Produtos Químicos Ltda. (14.087), TAOMINA – Agro Florestal Ltda. (23.580), Felipe José da Silva (387.28) Neuza Maria de Souza (103.50), Gilmar Carvalho de Souza (109.40), Izidoro Pereira dos Santos (103.90), Josias Lino Marques (73.50) (Guimarães, 1988).

²⁷ O FINOR-Agropecuário foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.376 de 12 de dezembro de 1974, juntamente com o FINAM (Fundo de Investimento da Amazônia) e FISSET (Fundo de Investimentos Setoriais), em substituição ao mecanismo 34/18. A criação desses fundos visava ao desenvolvimento de regiões e setores considerados frágeis, economicamente, através da alocação e distribuição dos recursos provenientes dos incentivos fiscais (Monteiro, 1993, Oliveira, 1999).

²⁸ A autora pesquisou 13 projetos, implantados até 1984.

²⁹ O Fundo de Investimento Setorial (FISSET) constitui-se basicamente de incentivos fiscais e tem por finalidade fomentar desenvolvimento setorial nas áreas de turismo, pesca e reflorestamento. Quanto ao reflorestamento, coube, nos anos 70, ao então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) – hoje, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) – a responsabilidade pela política de aplicação dos recursos do FISSET, traçada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), cabendo ao Banco do Brasil a operacionalização dos recursos financeiros. Essa política visava contribuir na recuperação, em parte, da floresta brasileira, especialmente nas regiões sudeste e sul, ante a degradação provocada pela exploração da madeira voltada para as indústrias mobiliária, de papel e celulose e para o abastecimento das siderúrgicas com carvão vegetal. Pelas normas do FISSET, somente pessoas jurídicas podem ser beneficiadas com recursos do fundo. Os valores concedidos são passíveis de serem transformados em Certificados de Participação em reflorestamentos (CPR) que podem ser arrematados pelas próprias empresas (Oliveira, 1999).

“(...) as maiores plantações de caju do Brasil encontram-se na região Sul do Piauí, correspondendo a mais de 90 mil hectares, ou cerca de 81% do domínio dos cerrados, onde se destacam os municípios de Ribeiro Gonçalves, Uruçuí e Manoel Emídio (...) Esta tendência [para o reflorestamento], (...) principalmente a partir de 1977, [contou] com os incentivos do FASET (...). [Conta-se] atualmente com 19.100 ha de área implantada com reflorestamento, por conta de 65 empresas que atuam neste setor” (Torres e Andrade, 1991: 43 e 45).

No período de 1977 a 1987 foram aplicados, no Piauí, financiamentos para um total de 108.871,52 ha, sendo que 88,90% dessa área correspondiam a áreas de cerrados³⁰. Os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Canto do Buriti detiveram 81,4% dos projetos de reflorestamento. Em Uruçuí e Ribeiro Gonçalves foram aplicados recursos para plantio de 76.719,56 ha em reflorestamento com a cultura do caju, visando ao comércio da castanha.

Embora boa parte desses projetos tenha sofrido solução de continuidade, muitos dos quais encontrando-se atualmente em verdadeiro abandono, eles promoveram, de certa forma – até porque alguns permanecem operando produtivamente – uma inflexão na idéia do *destino pastoril*. Isto se deu porque, mesmo dedicando-se também à pecuária, muitos investiram na exploração comercial do caju e da manga, rompendo, assim, com o mito da impossibilidade da agricultura no Piauí. Nesse sentido, correspondem a uma etapa da incorporação dos cerrados piauienses que, a partir de meados dos 80, passariam a ser vistos como a *nova fronteira* para o complexo carnes/grãos.

Ocorreria, portanto, a partir desses projetos, uma inversão importante em relação à região, até então caracterizada como detentora de uma economia de pequena dinamização, pouco atrativa para grandes contingentes populacionais, em que pese o seu grande potencial econômico, sobretudo os recursos hídricos disponíveis e o relevo apropriado para mecanização (Torres e Andrade, 1991). Esta caracterização que dava sustentação à necessária idéia do *vazio*, cederia lugar, progressivamente, ao discurso da região como fronteira agrícola.

³⁰ Cf. Anexo 2, Quadro 3: Áreas com incentivos do FASET/Reflorestamento no Piauí – Castanha de caju – Período 1977/87 (Oliveira, 1999).

Assim é que, já nos anos 80, os cerrados do sudoeste piauiense eram apresentados como fronteira agrícola. O governo do Piauí preconizava, como parte de uma agenda para o seu *desenvolvimento* – com qual comprometia suas diretrizes do plano de governo, que

“no campo promocional, além da divulgação massiva das oportunidades de investimentos e a realização de simpósios e visitas de grupos empresariais à região, torna-se oportuno que o governo e as associações empresariais celebrem convênios com cooperativas e entidades de classe das principais regiões produtoras do país, visando, inclusive, à criação de mecanismos que venham facilitar a contratação de mão-de-obra qualificada e vivenciada em centros produtores mais desenvolvidos” (Governo do Estado do Piauí, 1985: 9-10).

Nesse processo, assim como ocorreu na incorporação dos cerrados em outras regiões brasileiras, também no Piauí reiterava-se a aposta num saber imaginado e projetado numa *mão-de-obra qualificada* externa à região, cuja contraface era a negação da potencialidade de um saber local para engendrar esta nova fase do projeto desenvolvimentista do estado. Esta mão-de-obra qualificada eram os *gaúchos* que aportariam na região a partir da segunda metade dos 80. Aliás, a idéia da superioridade gaúcha não é nova nas narrativas mestras piauienses, como se pode ver na seguinte passagem: “a economia de criação, indisciplinada e livre, não se coaduna, por sua natureza intrínseca, ao regime da escravidão. Gera, ao contrário, populações movediças e arrogantes, como o gaúcho, o beduíno ou o filho da estepe” (Castelo Branco, 1970: 80)³¹.

Mas não é tão curto o caminho entre as intenções expressas nos discursos de governo e a concretização da incorporação dos cerrados piauienses pela moderna agricultura de grãos. Comumente, a retórica nem sempre reflete a política estatal, embora deva ser vista como parte mesma dessa política. Em 1985, realizava-se o *I Seminário sobre o Cerrado Piauiense*, com o governo do estado apresentando *proposições básicas para uma política de integração socioeconômica*. Os cerrados eram, então, definidos como “o espaço geográfico mais adequado para expansão da fronteira agrícola”, com o Piauí “ingressa[ndo]

³¹ A primeira edição dessa obra é da década de 40. Para um exame do tema dessa representação social dos gaúchos, no pensamento social brasileiro, ver Costa (1996).

na fase empresarial de aproveitamento dos seus recursos naturais”, segundo o então secretário estadual de planejamento (Governo do Piauí, 1985: 5).

Esse seminário refletia um importante passo dado pela pesquisa tecnológica no Piauí, nos anos 80: uma linhagem de soja, resultante de uma seleção cultivar, a *Cristalina*, realizada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Soja da Embrapa (Embrapa-CNPSO), foi introduzida no estado pela então Unidade de Execução de Pesquisa Agropecuária Estadual de Teresina (Embrapa-UEPAE Teresina), sendo estudada, através de ensaios, no município de Uruçuí. Os resultados obtidos nesta pesquisa sobre o cultivo de soja nos cerrados piauienses seriam decisivos para o aporte tecnológico necessário à incorporação de suas chapadas, como já foi mostrado no capítulo III, quando do exame da natureza da fronteira agrícola dos cerrados como produto da modernização tecnológica.

Além disto, celebrava-se o convênio com o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado, da Embrapa (Embrapa-CPAC), em apoio às pesquisas na região. A racionalização científica demarcava, assim, um momento importante: a conquista da natureza passava a ser uma ação proativa. A pesquisa de soja no Piauí iniciou-se em 1978, com o lançamento do primeiro material de soja adaptada à região, em 1980: o cultivar *Tropical*, seguido pelos cultivares *Teresina* e *Carajás*, lançados em 1982, e pelos cultivares *Cariri* e *Seridó*, em 1985.

Os primeiros experimentos foram realizados na própria sede da então Embrapa UEPAE/Teresina (atual Centro de pesquisa Agropecuária do Meio Norte, CPAMN) e os primeiros testes ocorreram no município de Uruçuí, no sudoeste do estado. Simbolicamente, Uruçuí pode ser visto, portanto, como o berço da soja nos cerrados piauienses; nos anos 90, viria a ser o município-base do *Pólo de Desenvolvimento* dos cerrados piauienses. Com a referida pesquisa de soja no Piauí, objetivava-se chegar a uma variedade identificada com a latitude entre cinco e seis graus, e a materiais adaptados a climas tropicais. Posteriormente, esses materiais, saídos dos campos experimentais piauienses, viriam a difundir-se, através do Centro Nacional de Aproveitamento de Recursos Genéticos da Embrapa (Embrapa-CENARGEN), para outras regiões do globo localizadas na mesma latitude.

Como declara um pesquisador do Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte, o interesse em pesquisar soja para os cerrados piauienses, surgiu pela grande área que representam os cerrados.

”Você vê, no Piauí são onze milhões de hectares... pela topografia que essa área representa, uma topografia totalmente plana. Uma outra que eu poderia enumerar como a primeira, seria a sustentação que a Embrapa tem em pesquisa no cerrado... hoje nós temos um centro, o CPAC [Centro de Pesquisa Agropecuária do cerrado], que tem tecnologia que pode mudar esse panorama. Dai foi que nós acreditamos nessa região. Eu acredito bastante. O preço da terra também é um fator positivo... mais barata...(...) hoje, quem vende uma chácara de trinta hectares no Paraná, compra mil hectares aqui” (G. C., pesquisador, Embrapa-CPAMN, especializado em soja)

O Governo do Estado do Piauí (1985) anunciava, já em meados dos 80, que os cerrados piauienses respondiam por 24% da produção estadual de algodão herbáceo, 14% da produção de arroz, 10% da de feijão, 10% da de milho e 9% da de mandioca. Quanto aos novos produtos, a soja e o caju apareciam como prioritários para exploração. Em relação ao caju, registrava-se, então, mais de 90 mil hectares, ou 80% de toda a área cultivada³².

No início dos anos 90, proliferaram as falas oficiais sobre os cerrados piauienses, com o então Governo Freitas Neto incluindo em seus relatórios oficiais, o tema da incorporação dos cerrados ao processo produtivo:

“os cerrados piauienses apresentam-se, hoje, não só como a alternativa mais imediata para expansão da fronteira agrícola mas também como um celeiro capaz de produzir alimentos básicos (sendo responsável atualmente por cerca de 60% da produção de grãos do estado) e suprir a demanda protéico-animal. Sua exploração, conduzida racionalmente, proporcionará empregos diretos e indiretos, produtos agrícolas com menores custos, melhoria do nível de renda do produtor rural, bem como representará grande geração de impostos e aumento da arrecadação” (Governo do Piauí, 1992: 28).

³² Como observado por Oliveira (1999), entre 1984 e 1988 ocorreria um incremento de áreas cultivadas com o caju. Entre 1988 e 1992, observou-se uma estabilização nesse processo que se reduziria até a completa extinção em 1996. Além disto, pouco mais de 50% das áreas financiadas entraram em produção (Oliveira, 1999).

A construção social de uma dizibilidade nova para o Piauí, incorporando a região sudoeste do estado como produtora de riquezas oriundas da agricultura, levou à realização de estudos e levantamentos que promoveram a visibilidade de uma parte do espaço piauiense considerada, até bem recentemente, como um *vazio*, cuja contraface passava a ser, a partir da segunda metade dos anos 80, a fronteira agrícola para o agronegócio do complexo carnes/grãos. O que já fora tido como um *vazio* apresentava-se, a partir de então, como potencialidade para o capital e, nesse sentido, era preciso redescobrir e *reinventar* o Piauí, agora, não mais preso à imagem de um *destino pastoril*.

Nesse *retorno ao Sul*, ressemantizava-se uma região, na medida em que o seu espaço natural passava a ser moeda forte no promissor mercado do *novo* Nordeste dos cerrados³³. Nesse sentido, um dos primeiros passos a ser dado era justificar o *vazio*:

“O domínio da pecuária extensiva, pouco exigente de mão-de-obra, e das grandes propriedades rurais refletem o *vazio* demográfico que caracteriza a região sul do estado, evidenciado pelas densidades de 0,8 a 6,9 hab./km². É importante considerar, para compreensão dessa forma de ocupação do espaço piauiense que, ao lado da pecuária extensiva, por muito tempo o sustentáculo da sua economia, foi estabelecido no norte do estado (após a crise da pecuária exportadora), o extrativismo para exportação, maior dinâmica do comércio nas cidades de Teresina, Floriano, Parnaíba, Picos e Piripiri, além do desenvolvimento de uma agricultura de mercado, o que torna implícita a notável relação da localização e dinâmica das atividades produtivas com a distribuição espacial da população”³⁴ (Fundação CEPRO, 1992: 21)

³³ Essa imagem do *retorno ao sul* relaciona-se ao fato, ainda polêmico, de o Piauí ter sido colonizado do Sul para o norte (litoral), contrariando a tendência geral de colonização portuguesa no sentido litoral-sertão. Como lembram Torres e Andrade, “(...) é por demais conhecida, na história do Piauí, que, ao contrário dos demais estados nordestinos, a ocupação do Piauí não se iniciou na fachada litorânea, nem se efetuou em função do desenvolvimento de uma lavoura comercial. O povoamento acompanhou as correntes do interior, que seguiram a penetração do gado procedente do rio São Francisco e que, extravasado do território baiano, apoiava-se na expansão da economia açucareira no Nordeste oriental” (Torres e Andrade, 1991: 38).

³⁴ Em relação à distribuição espacial da população, no Piauí, em 1980, a região norte do estado concentrava 87,4% da população urbana e 74,5% da população total do estado. Nesse contexto, o Sul piauiense, apesar de concentrar os núcleos mais antigos de povoamento, apresentava cerca de 77% de suas cidades com menos de 3.000 habitantes (Fundação CEPRO, 1992).

Nessa ressemantização da região, que se metamorfoseia de *vazio* em *potencialidade*, tornava-se mister apresentar à população do estado, tanto o esforço do governo quanto o interesse que ela, a região dos cerrados, despertava nos novos *investidores*. Este suposto interesse passa a ser, então, presença forte no discurso oficial, como demonstração de valorização não apenas dos cerrados piauienses como do próprio Estado do Piauí:

“à luz do trabalho do governo do Piauí, grandes empresas desenvolveram seus projetos para os cerrados. A cooperativa Carol de São Paulo, vai gastar 250 milhões de dólares num projeto de 250 mil hectares de soja. A Ceval, do grupo Hering, também tem planos semelhantes, de olho nos altos índices de produtividade registrados. Os esforços governamentais sensibilizam além-mar. Os japoneses, por exemplo, se voltam para o potencial produtivo dos cerrados e já iniciaram estudo que vai levar à recuperação da navegabilidade do rio Parnaíba, importante canal de escoamento da produção até o Porto de Luís Correia e daí para o mundo (...)” (Governo do Piauí, 1992: 12).

No mercado do *novo* Nordeste dos cerrados, urgia dar visibilidade a essa área, iniciando-se a importante tarefa de delimitar, descrever, medir e mapear os cerrados, elaborando-se, nos termos das narrativas mestras, uma nova dizibilidade para o Piauí. Consolidava-se a idéia da *vocação agrícola* do Piauí, que passava a ser apresentado como um promissor produtor de grãos, possuidor de, aproximadamente, 11,5 milhões de hectares em áreas de cerrados, o que corresponde a 6% da área de cerrados do Brasil e a 37,3% dos cerrados do Nordeste. Desse total, segundo Castro (1995), 70,4% (correspondendo a 33% da área total do estado) encontram-se em áreas de domínio e 29,65% em área de transição. O Piauí ocupa o quarto lugar no país e o primeiro lugar na região Nordeste, em áreas de cerrados.

Em 1992, o Governo do Estado, através da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, publicava um estudo preliminar das potencialidades dos cerrados piauienses,

“no intuito de contribuir para o avanço do conhecimento técnico-científico sobre o Piauí, bem como fornecer subsídios aos interessados em conhecer a realidade econômica da região dos cerrados piauienses, a Fundação CEPRO elaborou o presente estudo, de conteúdo sucinto e geral, abrangendo aspectos naturais, sócio-econômicos, infra-estruturais e outros da região,

incluindo considerações pertinentes à elaboração de estratégias para a viabilização econômica das áreas de domínio e transição dos cerrados piauienses” (Fundação CEPRO, 1992a: 11).

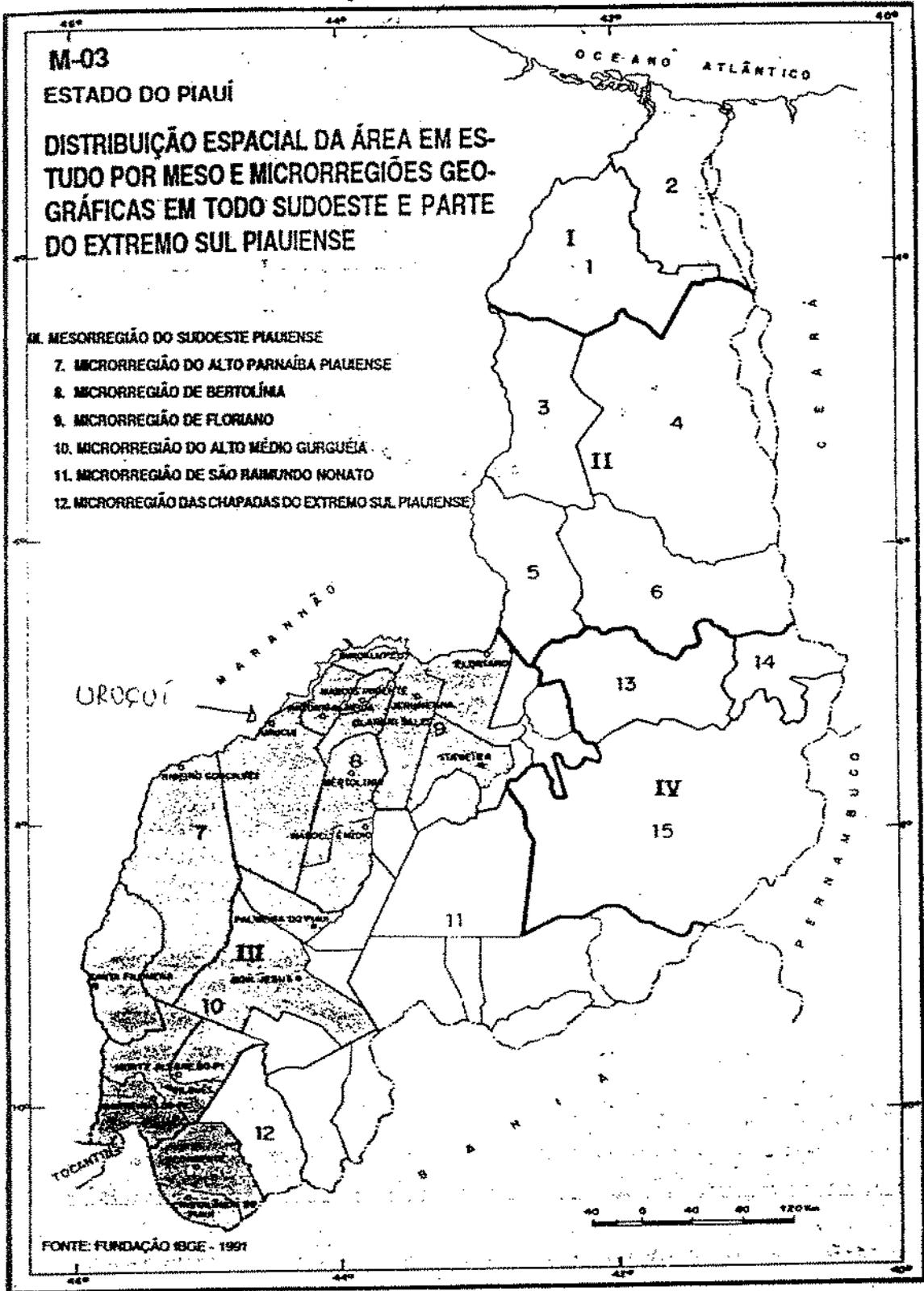
Nesse estudo, reiterava-se a visão dos cerrados como fronteira agrícola e procurava-se, para tanto, realizar um diagnóstico da região que permitisse um conhecimento técnico-científico sobre ela, levantando-se dados de clima, solos, vegetação, recursos hídricos, aspectos sócio-econômicos e infra-estrutura de apoio à produção e comercialização, visando ao estabelecimento de estratégias para sua promoção. Não se levou em conta, no entanto, a possibilidade de envolvimento das populações locais, numa *anamnese* que incorporasse outras alternativas de conhecimento e de propostas sobre e para a região.

Segundo esse retrato oficial da região, os cerrados piauienses localizam-se, em sua maior parte – e em áreas contínuas –, na Mesorregião do Sudoeste do Piauí³⁵, abrangendo os seguintes municípios³⁶: Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí (Mesorregião do Alto Parnaíba Piauiense), Antônio Almeida, Bertolândia, Landri Sales, Manoel Emídio e Marcos Parente (Mesorregião de Bertolândia), Floriano, Guadalupe, Itauêira e Jerumenha (Mesorregião de Floriano), Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Gilbuês, Monte Alegre do Piauí e Palmeira do Piauí (Mesorregião do Alto Médio Gurguéia), Corrente e Cristalândia do Piauí (Mesorregião das Chapadas do Extremo Sul Piauiense) (Fundação CEPRO, 1992a). (Cf. Mapa Piauí I – Fig. 12).

³⁵ Esta mesorregião compreende cinco microrregiões geográficas piauienses que possuem áreas de cerrados Alto Parnaíba Piauiense, Bertolândia, Floriano, Alto Médio Gurguéia e Chapadas do Extremo Sul.

³⁶ Nos anos 90, com a criação de novos municípios, essa relação viria a se alterar. Em 1993, criaram-se os municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Canavieira. O primeiro desmembrado de Ribeiro Gonçalves e o segundo de Jerumenha. Em 1997, surgem mais seis novos municípios: Sebastião Leal, originado de Uruçuí e Bertolândia; Porto Alegre do Piauí constituído por frações territoriais de Antônio Almeida, Guadalupe e Marcos Parente; Alvorada do Gurguéia, formado por partes do território de Cristino Castro e Manuel Emídio; Currais, emancipado de Bom Jesus; São Gonçalo do Gurguéia, decorrente de partes de Gilbuês e Barreiras do Piauí, e Sebastião Barros emancipado de Corrente.

Mapa Piauí I - Fig. 12



Com algo em torno de 8,35 milhões de ha de cerrados (Castro 1995), esta mesorregião é a parte dos cerrados piauienses incorporada pelo agronegócio do complexo carnes/grãos (chapadas) e agricultura irrigada (Vale do Gurguéia). Limitando-se, a oeste, com o Maranhão; ao sul, com Tocantins e Bahia e, ao leste, com o semi-árido piauiense, esta mesorregião forma, com estes estados, um *continuum* de cerrados (Cf. mapa 12). E sua transformação em fronteira agrícola para o complexo carnes/grãos demarca uma importante mudança no diagnóstico agrícola do estado, em relação ao elaborado pela SUDENE, na década de 70, que identificava apenas 5.616.800 ha, em todo o estado, como propícios à agricultura.

Essa nova fala apresenta como uma das grandes vantagens naturais dos cerrados piauienses – apesar da baixa fertilidade natural dos solos –, a grande presença de águas subterrâneas e superficiais, com diversos rios, como o Parnaíba (sul a norte do estado), Gurguéia (sul/sudoeste) e Uruçuí Preto (sudoeste), Uruçuí Vermelho, Paraim, entre outros. Dentre os recursos hídricos, apresentam-se ainda o riquíssimo lençol freático do Vale do Gurguéia e a barragem de Boa Esperança (rio Parnaíba), no município de Guadalupe, com cinco bilhões com cinco bilhões de metros cúbicos (Fundação CEPRO, 1992a). Além disso, alternam-se, na região, vales e chapadas, sendo os vales tidos como mais importantes o do Gurguéia e o do Parnaíba³⁷.

Nesse discurso, a pecuária, durante muito tempo a atividade econômica básica da região, é apresentada em dois padrões espaciais bem definidos: a/ o da pecuária extensiva que ainda persiste em boa parte dos estabelecimentos e é constituída de rebanhos pequenos de gado pé-duro e mestiço zebuino, com a presença destacada de suínos, caprinos e outros animais; b/ a pecuária semi-intensiva, que se expande do sul (Corrente e Cristalândia) em direção ao sudoeste, em níveis variados de modernização, com pastagens cultivadas, melhores raças e o

³⁷ O Vale do Gurguéia compreende o Baixo Gurguéia, onde se desenvolveu, em maior escala, a cultura do arroz, o Médio Gurguéia, onde ocorreu a mineração de diamantes, e o Alto Gurguéia onde se deu a pecuária, atualmente modernizada, apresentando rebanhos de alta linhagem das raças nelore e gir. Esse vale, a partir da segunda metade dos 80, recebe grandes investimentos em fruticultura e, nos 90, constitui juntamente com outros municípios do sudoeste piauiense, o *Pólo de Desenvolvimento Uruçuí/Gurguéia*. Já o Vale do Parnaíba corresponde, na região ao Alto e médio Parnaíba. Sobre a história do Vale do Gurguéia, ver Vasconcelos (1983).

leite começando a ter importância comercial, sem diminuir a da pecuária de corte, além de contar com o concurso de projetos de grandes empresas (Fundação CEPRO, 1992a).

O discurso oficial ressalta ainda que, ao lado da pecuária, há grandes projetos de fruticultura comercial de manga e de caju, ocupando grandes áreas. E, finalmente, chama a atenção para o fato de que o arroz e a soja passaram a ser produzidos em grande escala, sendo que o arroz, utilizado como cultura de *abertura de áreas* nos cerrados para rotação com a soja, é cultivado, ainda, em maior escala que a soja. Essa fala visa à difusão da imagem da modernização agrícola do estado, ao afirmar que:

“A agricultura, com adoção de novas tecnologias geradas pela pesquisa é a criação de programas de crédito por parte do governo, vem modernizando a cada dia, evoluindo da pecuária extensiva e do aproveitamento agrícola apenas em terras férteis para uma exploração agrícola mais moderna, tecnificada, racional, produtiva e empresarial (...)” (Fundação CEPRO, 1992a: 29).

Nessa apresentação discursiva da modernização dos cerrados piauienses, o preço da terra e o custo da mão-de-obra, praticados na região, são apontados como vantajosos:

“a grande quantidade de terras potencialmente produtivas e a preços insignificantes, bem como a disposição de mão-de-obra de baixo custo são características que têm atraído diversas empresas agrícolas e investidores individuais de outros estados (destaque para o Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso) a se instalarem e desenvolverem extensos projetos agrícolas na região dos cerrados piauienses, particularmente aqueles situados no sudoeste do estado como Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Gilbués, Corrente, Canto do Buriti, etc. São vários os projetos implantados, especialmente de arroz, em áreas que chegam a atingir 11.000 hectares contínuos. O arroz é o principal produto agrícola da região, mas a soja surge como opção promissora, sendo produzida em condições de perfeita adaptação às condições regionais (...). A pecuária se faz presente na região em projetos que contam com gado, em sua maioria, mestiços de zebu (anelorados) (...)” (Fundação CEPRO, 1992a: 29-30. Grifos meus).

As narrações mestras, coerentes com o projeto de modernização dos latifúndios improdutivos, apresentam a estrutura fundiária da região como sendo concentrada, no intuito de demonstrar

“as grandes potencialidades a serem exploradas economicamente, bem como mostrar a existência de grandes latifúndios improdutivos na região (...) [apontando para a] questão básica, que é a viabilidade econômica de cerrados, que já vem despertando grande interesse aos empresários da área agropecuária e o seu reflorestamento que, aos poucos, tem-se implantado na região e confirmado sua viabilidade econômica” (Torres e Andrade, 1991: 35).

Nessa questão, a referência aos latifúndios improdutivos insere-se numa linha teórica de racionalidade, que defende a sua modernização, distanciando-se da proposta de reforma agrária, haja vista que uma das vantagens locais apresentadas para atrair investimentos era o baixo custo da mão-de-obra, referindo-se, no caso, *naturalmente*, à população local em geral e aos camponeses da região, tidos como potenciais trabalhadores rurais assalariados. Aliás, o discurso oficial é inequívoco quanto às *vantagens* oferecidas pelo Governo do Piauí aos capitais privados: a terra e a força de trabalho são mercadorias ofertadas como tendo um *preço competitivo* no mercado de terras e de mão-de-obra.

No diagnóstico oficial, a região dos cerrados é caracterizada, em termos climáticos, como tendo de cinco a seis meses de irregularidades hídricas, clima úmido e sub-úmido, com sua estação seca podendo durar de quatro a cinco meses, com chuvas nos demais. Os valores pluviométricos médios anuais estão entre 1.000 e 2.000 mm, com problemas de má distribuição no tempo. Nos cerrados piauienses, a média pluviométrica oscila em torno de 1.100 mm, com períodos secos em torno de cinco meses por ano. Esses índices não se constituem, entretanto, em fatores limitantes ao desenvolvimento agrícola ou à vegetação predominante na região, já que as associações vegetais dos cerrados ligam-se tanto aos aspectos climáticos quanto aos edáficos (Fundação CEPRO, 1992a).

São registradas também a ocorrência de *veranicos*, no período chuvoso, consequência da má distribuição das chuvas, muitas vezes tardias e torrenciais, provocando a erosão do solo. “Tais deficiências, porém, podem ser corrigidas através da adoção de tecnologias, como a irrigação, e de medidas que venham a minimizar os efeitos desfavoráveis do clima, como o cultivo econômico de plantas adaptadas à região” (Torres e Andrade, 1991, Fundação CEPRO, 1992a).

No que toca aos solos, os cerrados piauienses foram diagnosticados, em sua maioria, como latossolos vermelho-amarelo, com a orientação de que sobre eles se voltassem ações especiais, principalmente de irrigação e adubação, com aplicação de calcário para corrigir o PH e neutralizar o teor de alumínio tóxico que interfere no sistema radicular da maioria das plantas cultivadas. Para essa correção de solos, o Piauí tem a seu crédito o fato de ser relativamente rico em afloramento de rochas calcárias³⁸. Quanto à irrigação, o estado possui um rico lençol freático nas áreas de cerrados (Fundação CEPRO, 1992a).

Por estar numa zona de transição climática entre o Nordeste semi-árido e a região Norte do Brasil, o estado do Piauí apresenta variadas formas de associações vegetais, refletindo as condições de umidade das suas diversas regiões. Nos cerrados, predominam o campo cerrado (estrato herbáceo com arbustos), o cerrado (estrato herbáceo com arbustos e árvores) e o cerradão (árvores de porte mais elevado em estrato quase contínuo), com solos mais pobres nos primeiros e mais férteis no último. Além disto, o substrato de gramíneas, de alturas variadas, constituem a formação florística propícia à criação de gado, em associação a pastagens cultivadas (Fundação CEPRO, 1992a).

Esse diagnóstico realça como fatores restritivos: a/ insuficiência de conhecimento das espécies nativas e da adaptação de espécies e cultivares que sejam mais produtivos que os cultivados atualmente³⁹; b/ conhecimento limitado dos recursos naturais e socioeconômicos; c/ inexistência de sistemas de produção alternativos para decisão segura dos produtores; d/baixa fertilidade dos solos; e/ ocorrência de pragas; f/ veranico, principal fator de risco para agricultura de sequeiro⁴⁰; e/ elevado potencial de erosão dos solos, devido à abertura de novas áreas de cultivo, à baixa utilização de práticas conservacionistas e à incidência de chuvas na reduzida cobertura vegetal (Fundação CEPRO, 1992a).

³⁸ O calcário é utilizado na correção da acidez do solo dos cerrados. As maiores ocorrências de calcário localizam-se nos municípios de Santa Filomena e Antônio Almeida. Segundo artigo do CREA-PI (1997), em 1997 existiam três unidades de moagem de calcário na região, com capacidade instalada de 720 t/dia.

³⁹ Para o caso do arroz e da soja, no final dos 90 já se considerava superada esta dificuldade.

⁴⁰ Uma questão correlata, que será retomada nos capítulos seguintes, diz respeito à situação de risco social dos camponeses que têm praticado, nos últimos três anos, o plantio de arroz de sequeiro na chapada.

A proposta de desenvolvimento que resulta desse diagnóstico converge para empresários e produtores, sem uma linha, sequer, dedicada a camponeses tradicionais da região – os tais *pequenos produtores* que haviam merecido um estudo no final dos anos 70. Embora as narrativas mestras, em alguns momentos, refram-se à presença desses *pequenos produtores de subsistência* de culturas tradicionais, não se ocupam de uma descrição detalhada a seu respeito, quer seja diagnosticando sua situação, quer discutindo suas condições no processo.

A invisibilidade e indizibilidade das populações camponesas locais ficam patentes, nesse estudo preliminar para as potencialidades dos cerrados, tanto no diagnóstico da região, quanto na proposta de desenvolvimento preconizada. No caso do diagnóstico, da mesma forma que havia ocorrido para outras regiões de cerrados no Brasil, também no Estado do Piauí o governo estadual, ao colocar-se como sujeito por excelência de um diagnóstico que seria a base do modelo de intervenção, elabora um discurso técnico-científico que não incorpora o conhecimento das populações tradicionais sobre o ambiente dos cerrados.

Quanto à proposta, ela é fortemente determinada por esse diagnóstico e por um projeto de exploração agrícola tido como mais moderno, tecnificado, *racional*, produtivo e baseado no grande empreendimento empresarial. Tanto é assim que, quando se discutem as *estratégias para promover o desenvolvimento dos cerrados*, em nenhum momento há uma referência sequer aos chamados *pequenos produtores*. A ligeira referência a esta categoria social na parte do texto que se refere ao diagnóstico apenas enfatizava o seu *fraco desempenho produtivo*, reiterando, uma vez mais, uma suposta *incapacidade de inclusão* dos camponeses da região numa proposta de desenvolvimento dos cerrados. E aqui, convém lembrar que a presença dos *pequenos produtores* já fora, anteriormente diagnosticada, em 1985, quando da elaboração do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), no Piauí.

Essa indizibilidade encontra-se também em outros momentos das narrativas mestras, identificados nas falas que, em seu afã de enfatizarem a modernização agrícola, ignoram a história da região, como se a incorporação das chapadas ao processo produtivo pela agricultura intensiva partisse de um *marco zero*: “o Sul do Piauí, de história recente pode ofertar produtos agropecuários, mesmo enfrentando dificuldades próprias de uma fronteira

agrícola” (Auditoria Ambiental, 1998: [11]). E isto se torna tão mais curioso quando se constata, por outras referências – do ponto de vista das próprias narrações dominantes –, que a região

“(...) no período colonial se tornou uma das regiões mais prósperas do Brasil. Os cerrados piauienses, ricos em vales férteis, durante este período da história brasileira, acolheram numerosos currais que abasteciam os principais mercados da colônia, dentre eles o Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Logo depois, a região foi abandonada [por] cerca de dois séculos” (CREA-PI, 1997: 24).

Estabelecer um *ponto zero* na história das conquistas de territórios, e inventar uma tradição são comportamentos que integram a estratégia dos novos dominadores, não constituindo este caso uma exceção. Mesmo assim, este aspecto possibilita estabelecer um paralelo com outro momento da história dessa região, pela qual se iniciou a colonização portuguesa no hoje chamado Estado do Piauí, quando também se estabeleceu um *marco zero* em relação às populações indígenas, a cujo respeito as narrativas mestras praticamente silenciam.

O que se constata é que a partir do referido diagnóstico, o governo do estado divulgaria *estratégias para promover o desenvolvimento dos cerrados* (Fundação CEPRO, 1992a), voltadas para o agronegócio do complexo carnes/grãos. O termo desenvolvimento, utilizado até agora tal como aparece nas narrativas mestras, merece uma reflexão. Desenvolvimento é uma das mais inclusivas noções presentes tanto no senso comum quanto na literatura especializada, algo filiado a um tipo de *universo ideacional* enormemente elástico (quase uma *noção vazia*), que se traduz em adjetivações várias, como representações de um campo de poder político e econômico em que atores coletivos estabelecem perspectivas particulares (Ribeiro, 1992, Shanin, 1999).

Há uma tensão subjacente ao conflito interpretativo e político próprio ao campo no qual movimentam-se as questões do desenvolvimento, que pode ser remetida a uma dupla face do iluminismo, tomado como “(...) momento fundamental para o desdobramento dos novos pactos econômicos, políticos e sociais da modernidade e suas ideologias associadas (progresso, industrialismo, secularização, racionalização, individualismo, por exemplo)” (Ribeiro, 1992: 4). Esta visão, inspirada em Habermas, aponta, de fato, para “(...) uma

dupla face dos defensores de um projeto vinculado a uma razão instrumental, alimentadora de processos de crescimento econômico e acumulação, baseados em relações de exploração entre classes desiguais; e aqueles defensores de uma razão histórica preocupada fundamentalmente com justiça social (...).” (Ribeiro, 1992: 4-5.)⁴¹.

A face do iluminismo que se torna hegemônica é a do desenvolvimento como ideologia/utopia central do mundo moderno, como herdeira da idéia de progresso. E, nesse sentido, como observou Teodor Shanin, este ideário comporta a idéia de que devemos pagar um preço pelo progresso. Assim, a pobreza e a exclusão, por exemplo, aparecem como um ônus temporário, pois, “mesmo que agora isso seja ruim para algumas pessoas, será bom a longo prazo. Assim, estabelecem-se o que é história, sociedade e o sentido do desenvolvimento, em suas dimensões éticas e estéticas”⁴².

Nas estratégias para promover o desenvolvimento dos cerrados, reiteram-se, portanto, os momentos referidos no capítulo II, indo do diagnóstico à gestão de um espaço, numa trajetória que vai de um suposto *vazio* a um *celeiro de produção*. Torna-se, assim, fundamental que essa estratégia discursiva refira-se ao *vazio* econômico, sócio-cultural e populacional, salientando a densidade demográfica da região, que é em média de três habitantes por quilômetro quadrado (Fundação CEPRO, 1992a), além da pequena participação da população da região em relação na população total do estado, de aproximadamente 8,6%.

Esta demonstração visa justificar a necessidade de povoar a região; ou melhor, repovoá-la. Assim, o discurso da fronteira agrícola faz pleno sentido: é preciso preencher um *vazio* de gente, de cultura, de economia, de saberes, de tecnologia, etc. No entanto, se o Governo do Estado promoveu a ocupação do *vazio*, pela propaganda de suas potencialidades, a ocupação fica, na prática, entregue à lógica do capital, segundo suas próprias vantagens locais.

⁴¹ A noção de justiça social, como veremos no próximo capítulo, corresponde, nas memórias dos camponeses e camponesas a uma *economia moral*, no sentido dado por Scott (1976) e Thompson (1984).

⁴² Anotações a partir da Conferência de Teodor Shanin, durante o *Seminário Teodor Shanin*, realizado em Recife, em outubro de 1999. Sobre o conceito de desenvolvimento ver também Escobar (1995).

Um grande exemplo disso é a ausência de um zoneamento da região, delimitador de áreas de preservação e de utilização para as diversas potencialidades de exploração⁴³.

Aliás, um dos efeitos dos grandes projetos da década de 70, que teve continuidade com a incorporação das chapadas pelos gaúchos, foi a mudança na proporção entre a população urbana e a população rural na região. Com efeito, a população urbana vem desde então crescendo a taxas mais elevadas que a população rural. Assim é que, em 1970, na região, a população rural correspondia a 64,9%, e a urbana a 35,1% da população total. Já em 1980, aquela estava em torno de 57,5% e esta, com 42,5% da população total da região. Vários municípios tiveram sua população urbana mais do que duplicada ao longo da década de 80, como Antônio Almeida (em torno de 177,29%), Marcos Parente (em torno de 149,70%), Landri Sales (141,56%), Gilbués (128,17%) e Bom Jesus (105,17%) (Torres e Andrade, 1991)⁴⁴.

Essas mudanças na distribuição da população remetem às rápidas transformações que a paisagem – tanto a natural quanto a social e econômica – vai sofrendo em decorrência da concretização da nova fronteira. Esta é uma nova realidade que imprime ritmos e sentidos

⁴³ Algumas vezes já defendem que a corrida rumo aos cerrados piauienses, visando à utilização das terras localizadas nas nascentes do Rio Parnaíba precisa ser contida: "(...) Os que lá já passaram sabem por que toda aquela região é recoberta por uma vegetação persistente aos períodos de seca. Na sua superfície, não existem condições para acumular a água face ao seu aplainamento. E ainda existe a constituição porosa de seu solo, que facilita a infiltração da água (...). Nessa região de alto risco ecológico nasce o Rio Parnaíba. É preciso urgentemente que seja resguardada uma larga faixa de terra que forma a aba da quebra da Chapada [dos Gerais] incluindo suas encostas, tornando-a intocada para que possam ser preservadas as nascentes do Rio Parnaíba. (...) Ocupar aquela região e perfurar poços tubulares é decretar a sentença de morte do Velho Monge [Rio Parnaíba] (...). Ali bem perto, na região de Gilbués (...) está a ocorrer o desenvolvimento de um incontido processo de desertificação. Observa-se, também, a morte lenta dos rios Uruçuí Preto e Uruçuí Vermelho e de seus afluentes (...). A cada dia [essa catástrofe], avança secando as fontes de água, rebaixando o lençol subterrâneo, arrasando o solo, extinguindo a sua vegetação e expulsando as pessoas que habitam no seu raio de domínio de destruição (...). A solução será a sua demarcação e a criação de uma reserva florestal – o Parque da Serra Tabatinga (...)". (Soares Filho, 2000). Em janeiro de 2000, a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí torna público um *Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Cerrados Piauienses*. Em novembro de 2000, o Gabinete do Vice-Governador do Estado do Piauí promovia um *Encontro sobre Desenvolvimento Sustentado do Cerrado Piauiense* do resultou uma *agenda de compromissos* envolvendo diversas instituições, entidades e pessoas interessadas no assunto. Com isto, emerge mais uma etapa prático-discursiva em relação aos cerrados piauienses, na qual a própria idéia de desenvolvimento sustentável está por ser melhor debatida e aprofundada.

⁴⁴ Dada a precária infra-estrutura urbana das cidades da região, este aumento da taxa de urbanização merece uma reflexão no âmbito da relação rural/urbano no Brasil e no mundo contemporâneos. Ver, a respeito, Wanderley (1999) e Abramovay (1999).

até então desconhecidos, com investidores em sua maior parte oriundos de outros estados e regiões, produtos até então incomuns, e investimentos em escalas inauditas no meio. Há, basicamente, duas formas pelas quais os novos investidores, na maioria *gaúchos*, aportam na região: como empresários de portes variados, e como colonos nos projetos de colonização privada dirigidos por grandes cooperativas provenientes do Sul do país.

No primeiro caso, há condomínios de grandes grupos empresariais, como o da Fazenda CANEL (Central Agrícola Nova Era), por exemplo localizada no município de Uruçuí (PI). Esta empresa cultiva 20.000 ha de grãos, controla a Mineração Graúna – cuja capacidade de produção é de 200 mil t de calcário dolomítico por ano –, e a Gironda Importação e Exportação, responsável pela comercialização de produtos agrícolas⁴⁵ (Gazeta Mercantil, 1998).

Esses empreendimentos, em alguns casos, conjugam-se com empresas autodefinidas como *colonizadoras*, caso do Projeto Mogiana, localizado no município de Palmeira do Piauí, numa área de 68.000 ha. Um dos seus proprietários, que possui terras também no oeste baiano, é o presidente da Empresa Agropecuária e Colonizadora (AGRO-PEC), Para ele, apresentado na imprensa local como *ícone dos cerrados*,

“[é tempo] de levantar a bandeira do progresso para o sul do Piauí – para transformar seus cerrados (...) na maior fronteira agrícola do Nordeste, conclamando sempre segmentos das elites regionais para juntar-se à AGRO-PEC nesta caminhada, preparando-se para futuras jornadas, visando assegurar aos colonos de outros centros do país que começam a chegar à região (principalmente nos municípios de Palmeira, Bom Jesus e Uruçuí ...), trabalhar e produzir em paz (Diário do Povo, 1999)⁴⁶.

⁴⁵ Segundo Torres (1994: 44), “entre os grandes projetos existentes na região dos cerrados piauienses, com plantações de arroz, soja, feijão, milho e de pecuária de corte, destacam-se: o SAPONGA [abandonado], AGRO-SOL, CANEL, PROJETO CONFIANÇA, VARIG AGROPECUÁRIA, FAZENDAS MATO GROSSO, COMAG, MAFISA, TRANSZERO, FAZENDA GRACIOSA e FAZENDA TABULEIRO, dentre outros”.

⁴⁶ Jornal Diário do Povo, Teresina, caderno Agrobusiness, 30 de abril de 1999, p. 2 e 3, artigo: “Raul: cerrado precisa produzir em paz”. Nessa reportagem com ares de matéria paga, o presidente da AGRO-PEC investe contra denúncia de representante do Ministério Público sobre grilagens de terras na região dos cerrados.

Além dos grandes grupos, há também condomínios médios, como o da Fazenda *Boa Esperança*, no município de Baixa Grande do Ribeiro (PI), cuja área plantada para a safra 1998/1999 foi algo em torno de 5.000 ha de arroz e soja. E há ainda condomínios menores, como a o da *Fazenda Agrobom*, de oito proprietários paranaenses, no município de Palmeira do Piauí (PI), com área plantada de 1.700 ha e, a *Fazenda Três Irmãos*, no município de Bom Jesus do Gurguéia (PI), com de 2.000 ha de soja e arroz. Estes são apenas alguns exemplos das novas formas empresariais de exploração agrícola da região que se multiplicam num ritmo crescente.

Quanto aos projetos de colonização privada, destaca-se o da Cooperativa Triticola Santa Rosa (COTRIROSA), proprietária de uma área declarada de 43.300 ha, no município de Uruçuí (PI). Esta cooperativa adquiriu terras através da referida Empresa Agropecuária e Colonizadora, implantando, em 1999, um assentamento (Projeto *Nova Santa Rosa*) com previsão de instalar, até setembro de 2000, um total de 500 colonos *gaúchos*, numa área de 187.500 ha⁴⁷. Ainda no terreno da colonização, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), referido no capítulo III, abriu escritório no município de Uruçuí (PI) para os primeiros levantamentos no estado. A essas, somam-se outras iniciativas nesse campo, freqüentemente noticiadas pela imprensa local, como a de empresários que representam uma cooperativa de Cruz Alta (PR) e que, juntamente com um outro grupo de empresários *gaúchos*, identificam áreas para instalação de novos projetos de colonização⁴⁸.

A região dos cerrados piauienses vem sendo enfaticamente apresentada, nos últimos anos, pela propaganda de governo e de corretores privados, como uma nova fronteira agrícola. Os

⁴⁷ Para se ter idéia da territorialização do capital, não apenas física, como apropriação privada da terra, mas também como poder de imprimir ritmos devastadores pela ação antrópica na região, a COTRIROSA, para implantar o projeto de colonização referido, desmatou 40.000 hectares em área contínua, sem apresentar o Estudo de Impactos Ambientais e o Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), que só foram feitos posteriormente.

⁴⁸ Jornal Meio Norte, Teresina, 10 de fevereiro de 2000, caderno Cidades, Seção Municípios, p. 7, artigo: "Empresários *gaúchos* querem investir em área dos cerrados". Segundo uma *gaúcha*, entrevistada durante a pesquisa de campo, a presença de empresas corretoras de terras dos cerrados piauienses na região Sul do país é um dos meios pelos quais se faz a propaganda, entre os sulistas, do mercado de terras dessa região. Esta informação foi confirmada, em entrevista, pelo principal fundador e presidente da FUNCERRADO (Fundação de Defesa do Cerrado), com sede em Bom Jesus

novos atores sociais, identificados localmente como *gaúchos* que para aí se dirigem, nos anos 80, expressam o desejo de se diferenciar daqueles que se instalaram na região, nos anos 70, com os referidos grandes projetos viabilizados pelo FINOR e pelo Fiset. É que esses grandes projetos de reflorestamento não tiveram continuidade, ficando a década conhecida, pejorativamente, na região, como a época dos *projeteiros* (ver capítulo V). Na tentativa de se diferenciarem dos *projeteiros*, os novos investidores da década dos 80 autodenominam-se *empreendedores*, alegando que

“os produtores de grãos na região de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena são empreendedores que pegaram projetos abandonados de plantação de caju, explorados por pessoas sem experiência no setor agrícola, [que] aportaram no Piauí vindo de Recife, com o objetivo tão-somente de fazer a captação dos recursos da Sudene e, posteriormente, desativaram estes projetos, abandonando as terras sem gerar produção e empregos, sem gerar impostos para o estado” (Seminário Piauí: Caminhos do Desenvolvimento, 1992: 75).

Esta distinção entre *projeteiros* e *empreendedores*, ambos tomados como tipos culturais que pertencem, hoje, ao universo simbólico dos cerrados, remete à distinção estabelecida por Viana Moog (1981) entre *bandeirantes* (espírito predatório, extrativista) e *pioneiros* (espírito de pertencimento)⁴⁹.

Na distinção entre *projeteiros* e *gaúchos*, a crítica destes dirige-se não exatamente aos chamados *aventureiros* (*projeteiros*) mas também ao próprio Estado e, mais diretamente, ao governo do Piauí, e aos *políticos* em geral. Ao mesmo tempo, os *gaúchos* revelam-se descontentes com a imagem das populações locais a seu respeito:

“(...) Olha, é muito relativa essa história dos aventureiros [*projeteiros*]. Nós também somos [tidos, aqui, como] aventureiros. Porque a gente largou tudo, trouxe a família e coisa e veio pra cá pra buscar melhora. Agora, a gente tem que entender o seguinte: houve uma série de incoseqüência, de irresponsabilidades... para esta região não ter dado certo até hoje. E esses aventureiros [*projeteiros*], essas pessoas, houve uma irresponsabilidade muito grande de quem pegou dinheiro, né? Agora também houve uma irresponsabilidade muito grande de quem deu o dinheiro. E nós estamos pagando... hoje, nós estamos pagando as conseqüências! Porque eles

⁴⁹ A respeito, ver também Oliveira (1993).

[população local] ainda nos olham na cara pensando... “– Esse é mais um que vai...”. Não, eles não confundem não, eles [dizem], né? “– O que que vocês estão fazendo aqui”, né? “– Tá chegando mais um aventureiro pra sugar essa região”. Então, esse preço.... porque nós não somos confundidos não. Nós somos é nivelados, como se fosse mais um aventureiro que chega aqui. Hoje nós temos o Paulo, o Pedro, o Miguelzinho, nós, o Marcelo, é..... um monte de gente! (A. D. F., empresário paranaense. Uruçuí, dez./97)⁵⁰.

As críticas dos empresários dirigem-se também às muitas dificuldades relativas à infraestrutura e às diferenças culturais, principalmente em relação ao trabalho na agricultura. Para esses *gaúchos*,

“(...) [a região] é atrativa mas eu vou dizer uma coisa: a gente pensava... de um a dez a gente esperava uma dificuldade de cinco. É nove! Depois que a gente tá aqui quase que há um ano... [as dificuldades são a] infra-estrutura e o próprio costume do pessoal daqui trabalhar. Aqui se trabalha visando um festejo. A gente lá no Sul não sabe nem o que é festejo. Aqui o pessoal trabalha a semana inteira, se no final de semana, onze horas você não liberar pra vir prum festejo, ele pede a conta.... e lá no nosso costume do Sul, época de plantio, feriado é no dia que chove. Não tem sábado, não tem domingo, quer dizer, não é o ano todo. Agricultura é o seguinte, ninguém estabelece o calendário pra ela. Ela tem o calendário dela. Não adianta você... então você tem que aproveitar aquele tempo e não o tempo que você quer... eu vou plantar em janeiro! Não, não é em janeiro que você vai plantar! Então a dificuldade é muito grande! (T. O. W., empresário paranaense, Uruçuí, dez./97)⁵¹.

⁵⁰ A expressão *monte de gente* aponta para a rede regional, analisada por Haesbaert Costa (1995), acerca da presença dos *gaúchos* no Nordeste e para as questões examinadas por Santos (1993), acerca dos processos de colonização envolvendo migrantes da região Sul do país o que é corroborado, em certa medida, pela seguinte declaração do presidente da Cooperativa Triticola Santa Rosa (COTRIROSA): “as áreas do sul do país são pequenas e já não podem ser aproveitadas para produção de grãos em grande escala e o Piauí é uma excelente fronteira ainda a ser explorada (...) se hoje abrissemos inscrições, teríamos pelo menos mil famílias dispostas a viajar amanhã mesmo (...) (Jornal Meio Norte, Teresina [Primeiro Caderno], Seção Política Local, p. 3, 03 de abril de 2000. Artigo: “Piauí disputa coma China implantação de indústria).

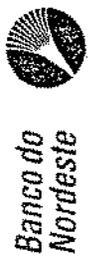
⁵¹ Na 13ª Festa Nacional da Soja (13ª FENASOJA) realizada em Santa Rosa/RS, ao mesmo tempo em que o Piauí era confirmado como estado-membro do *Circuito Nacional da Soja*, pelo Ministro da Agricultura, os *gaúchos* aproveitavam para reivindicar do governo piauiense ali representado pelo Vice-Governador e pelo Secretário da Agricultura, a infra-estrutura necessária para o escoamento da produção, como estradas e energia (Jornal Meio Norte, Teresina [primeiro caderno], seção Política Local, p. 3, 03 de abril de 2000. Artigo: “Piauí disputa com a China implantação de indústria”). Aliás, a presença de autoridades políticas piauienses, em eventos dessa natureza, tem reforçado a propaganda oficial da fronteira agrícola dos cerrados do Piauí, junto aos *gaúchos*.

Também pesquisadores da área de produção de grãos do Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte (Embrapa-CPAMN) dirigem críticas à lenta atuação do governo piauiense. Segundo um desses pesquisadores, em 1995, o Piauí já chegara a uma produtividade, em plantio de soja, superior à dos estados tradicionais, com uma média de 2.500 kg/ha, quando a média nacional fica em torno de 2.2000 kg/ha. No entanto, questões de infra-estrutura constituíam-se em impedimentos às possibilidades do desenvolvimento desejado para a região. O depoente recorre ao argumento da hegemonia política *nortecêntrica* no Piauí para fundamentar sua crítica, segundo a qual

“o Maranhão saiu na frente e hoje planta em torno de 80.000 hectares, contra 10.000 do Piauí [dados de 1995]. Por quê? Porque o governador do Maranhão é oriundo daquela região do Sul do Maranhão, ele se preocupou, no governo dele, em fazer a infra-estrutura básica: estrada, comunicações... e com isto, aquele pessoal que sempre vem do Sul, né, o gaúcho, paranaenses, mato-grossense, eles, em vez de irem para o Piauí, foram primeiro para Balsas, lá se alojaram e houve esse crescimento, essa explosão. E no Piauí, nós ainda estamos engatinhando, ainda estamos plantando só 10.000 hectares de soja. Agora, a perspectivas são excelentes, né?, é uma região que antigamente, na década de 70, era totalmente abandonada, eram uns chapadões como eles chamavam...” (G. C., pesquisador da Embrapa/CPAMN, especializado em soja).

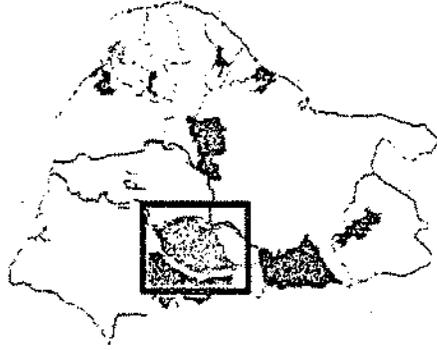
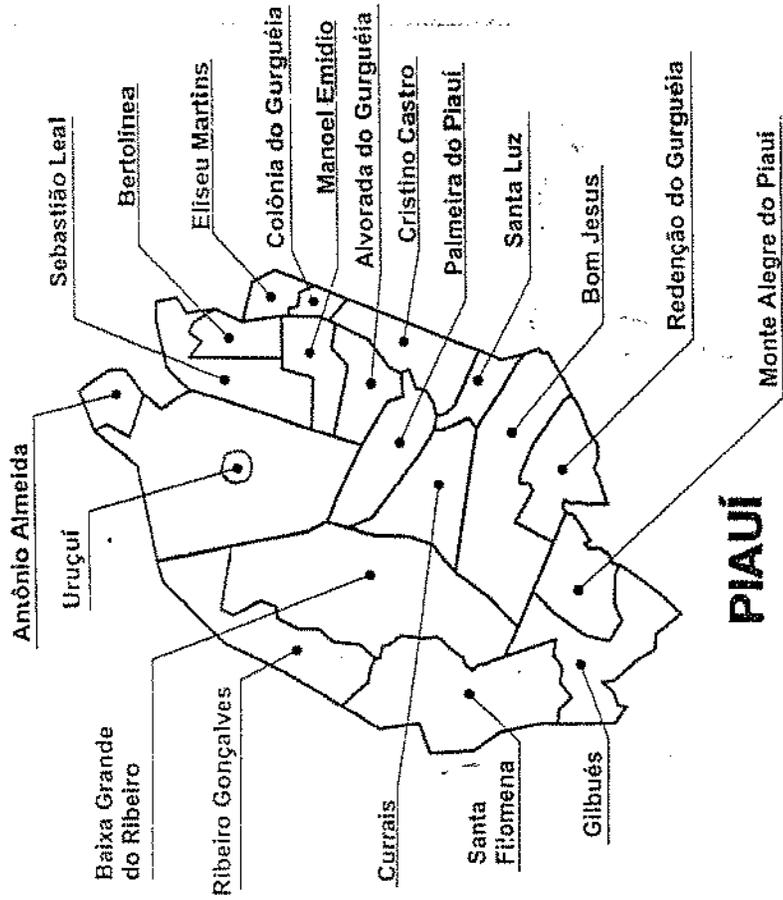
Pelo prisma dos novos investidores, essas avaliações fazem sentido, ante a precariedade da infra-estrutura ainda vigente. No entanto, na segunda metade dos anos 90, a região foi incluída nas metas do *Programa Brasil em Ação*, do Governo Federal, como um dos *Pólos de Desenvolvimento Integrado* do Nordeste. Inicialmente, em 1998, anexando-se ao Pólo Balsas e formando o Pólo Uruçuí/Balsas. Em 1999, porém, por pressões de políticos e empresários do Vale do Gurguéia, o Pólo Uruçuí/Balsas foi desmembrado, dando origem ao *Pólo de Desenvolvimento Integrado Uruçuí-Gurguéia* (cf. Mapa Piauí 2. Fig. 13).

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) estipulou para esse pólo um plano de metas que vai até o ano 2003, contemplando 4 dimensões: *econômica* (anel viário, eletrificação, barragens, estrutura de comunicação, irrigação, assentamentos, agroindústria, pesca, comercialização), *sociocultural* (saúde, abastecimento de água, saneamento, habitação); *ambiental* (capacitação, fortalecimento do IBAMA, matas ciliares, bacias hidrográficas, reservas



Mapa Piauí 2 – Fig. 13

PÓLO URUÇUÍ - GURGUÉIA



Fonte: BNB ([1999?])

ecológicas) e *informação e conhecimento* (infra-estrutura educacional, capacitação em produção e comercialização; ensino superior e pesquisa) (BNB, 1999).

De acordo com o Plano de Ação para o Pólo de Desenvolvimento Uruçuí/Gurguéia, coordenado pelo Banco do Nordeste do Brasil,

“a região do pólo Uruçuí/Gurguéia será a maior produtora de grãos e carnes do Estado do Piauí, bem como de produtos originários da agricultura irrigada, ambos com alta competitividade e forte inserção no mercado internacional⁵². A vitalização do pólo será feita por meio de dotação mínima de infra-estrutura econômica e social, da integração das cadeias produtivas e comerciais, do resgate da cidadania, do respeito ao meio ambiente e da massificação do processo de capacitação” (BNB, 1999).

Uma das vantagens locacionais desse pólo é que a soja sai dos cerrados do Piauí para o porto de Ponta da Madeira (MA) a um custo de US\$ 25,00/t, enquanto a soja enviada da região Centro-Oeste do Brasil para o porto de Paranaguá, no Paraná, custa US\$ 75,00 /t. Assim sendo, “quem embarca a partir de Ponta da Madeira para os portos da Flórida, nos Estados Unidos, e de Roterdã, na Holanda, consegue também reduzir em torno de 30% do frete marítimo”, segundo S. B., da empresa CANEL (Pinto, 1998: 9).

No entanto, um dos grandes problemas de infra-estrutura reclamado pelos empresários, diz respeito ao sistema viário da região, ainda bastante precário. Em vista disso, o secretário da agricultura do Piauí anunciava, no mês de março de 2000, que uma parceria entre Governo do Estado, produtores e Departamento de Estradas de Rodagem resultará, em breve, na *Transcerrado*, uma rodovia de 5000 km de extensão que deverá ligar os projetos às rodovias federais, facilitando o escoamento da produção⁵³. Esse investimento na melhoria do

⁵² Sobre o mercado internacional, cf. Anexo 4 (Mapa Pólo Uruçuí-Gurguéia – Principais Mercados) No segundo semestre de 1999, firmava-se um *Protocolo de Intenções* objetivando organizar a cadeia produtiva do agronegócio de grãos nos cerrados (Jornal Meio Norte, Teresina, caderno Municípios, Seção Geral, p. 5, 17 outubro de 1999. Artigo: “Banco do Nordeste investe em 81% dos financiamentos”). Embora o grande objetivo seja o mercado internacional, não se pode esquecer que há um mercado regional considerável para o farelo e óleo de soja, já identificado desde o início da década. Segundo Araújo e França (1992: 95), “(...) informações oficiais dão conta de que 80% de todos os óleos comestíveis consumidos no Nordeste são de soja e, ainda, de que apenas 28% é sua participação no total da rações demandadas no Nordeste”.

⁵³ Jornal Meio Norte, Teresina, caderno Cidade, seção municípios, p. 3, 15 de março de 2000, artigo: “Transcerrado”.

sistema viário decorre do incremento da produção de soja no estado: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1999 foram produzidas 180 mil toneladas de grãos, e a previsão para 2000 é de 235 mil toneladas⁵⁴. Para o Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, “o Piauí foi o responsável pelo equilíbrio da produção nacional de soja na safra 1999/2000 (...) tanto que estou abrindo as fronteiras do Piauí para o mundo”⁵⁵.

O que se depreende desses discursos é que, assim como ocorreu para o Brasil e o Nordeste, a memória dominante organizou uma visão da chamada região dos cerrados piauienses e estabelece hierarquias e interdições, delimitando assim *quem pode falar sobre o quê*. Nesse sentido, é a vez e a voz das agências do poder instituído, das empresas privadas e dos chamados *produtores rurais modernos* que estabelecem uma versão de uma dada região, versão que se vai reelaborando socialmente, delimitando contornos e dispondo os elementos explicativos numa lógica que se pretende sem contradições e cuja racionalidade visa apresentar a região como um novo espaço de construção de modernidade. Trata-se porém de uma modernidade seletiva e excludente: o *novo* Nordeste concretiza-se, na versão de um *novo* Piauí agrário, através de alguns atores sociais privilegiados que monopolizam o papel de *dizentes* de um projeto de modernização agrícola do estado, apresentando-se como os únicos com ela *condizentes*.

As várias falas que compõem essas estratégias discursivas têm em comum o ufanismo com a *proeza da incorporação das chapadas*, ufanismo que, no início dos anos 90 se expressava em termos como os do seguinte depoimento:

“Já convidamos o senhor governador do estado e o senhor secretário de agricultura do Piauí para visitar esse trabalho pioneiro que realizamos em Rondonópolis, Mato Grosso. Tenho certeza, senhores, que ao conhecer Uruçuí [sudoeste piauiense] há dez meses, eu vi o Mato Grosso de há vinte anos, pois as condições eram e são idênticas” (C.E., do setor de produção de grãos. Seminário Piauí, 1992: 76).

⁵⁴ Jornal Meio Norte, Teresina, seção Cidade, p. 3, 03 de março de 2000, artigo: “Safra de grãos pode render R\$ 194,5 mi”.

⁵⁵ Jornal Meio Norte, Teresina, seção Política Local, p. 3, artigo: “Piauí disputa coma China implantação de indústria”

Essa previsibilidade pode, no campo da memória social, ser analisada à luz das características da ruptura epistemológica efetuada pelo iluminismo, já referida no capítulo I, e que produz uma memória voltada para o futuro, através da visão evolucionista do progresso técnico-científico. Ao fazê-lo, no entanto, transforma o passado em um *vazio*, pela quase-indizibilidade e invisibilidade das populações camponesas tradicionais da região e de suas práticas de reprodução social no ambiente cerrados.

Essa reconstrução, centrada nas narrativas mestras, antecede o tratamento das outras narrativas: aquelas que não têm a mesma visibilidade social, pelo próprio lugar que ocupam na hierarquia das dizibilidades sobre a região. Isto equivale a dizer que as narrativas mestras não traduzem uma verdade única, embora tenham, em seu desejo de universalidade, grande poder de dizibilidade, de produção e difusão de imagens, e contendo em si a pretensão de se constituírem em memórias-conhecimento, em oposição às memórias pessoais.

No entanto, embora sejam as narrativas mestras uma importante porta de entrada para o exame sociológico dos cerrados, e tenham ocupado a maioria parte do espaço em virtude de sua própria dominância discursiva, outras dizibilidades precisam emergir, trazendo para o campo da memória social falas calcadas predominantemente não mais no modelo da memória cognitiva, mas na experiência de memórias pessoais, vividas e experienciadas e que trazem consigo, no entanto, outras possibilidades de conhecimento produzido sobre a região. É o que intento fazer no próximo capítulo, resgatando outras falas e imagens relegadas, pelas narrativas mestras, *ao sul da memória*.

CAPÍTULO V

AO SUL DA MEMÓRIA: FALAS DA EXPERIÊNCIA E DA PRÁTICA RECONSTITUINDO PROCESSOS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS NOS CERRADOS PIAUIENSES

5.1- Estudos sobre Camponeses nos cerrados: Brasil e Nordeste

“Quando uma comunidade de camponeses semeia o campo, está confiando sua vida à terra e ao tempo. A colheita só irá ocorrer após diversas lunações. A invenção da agricultura, elemento fundamental daquilo que chamamos revolução neolítica, é também a exploração de uma nova relação com o tempo. Não que os homens do paleolítico tenham desconhecido o ato de postergar ou a previsão de evento a longo prazo. Mas, com a agricultura, é a própria sobrevivência de comunidades que passa a depender da lenta maturação de grãos no solo, da existência de estoques enquanto se espera a colheita” (Lévy, 1996: 87).

Alguns estudos sobre camponeses brasileiros nos sertões conhecidos hoje como cerrados e que foram atingidos por processos de modernização recentes vêm contribuindo para a compreensão sociológica dos tipos de agricultura que se desenvolvem naquelas áreas, e também para a análise das transformações pelas quais passam esses camponeses no período recente. Guardadas as devidas proporções entre trabalhos de maior ou menor alcance teórico e empírico, tais análises ajudam a delinear um quadro das diversas formas de exploração agrícola camponesa no ambiente dos cerrados.

Nesse quadro investigativo, Péret (1997) analisa algumas questões sobre camponeses e a modernização agrícola no leste de Minas Gerais, na região conhecida como Triângulo Mineiro. A análise mostra que o processo de incorporação das chapadas a partir dos 70, contrasta enormemente com a

“agricultura popular e tradicionalmente desenvolvida nos cerrados [que] utiliza mais as terras de vegetação original de mata, com lavouras temporárias. Essas lavouras temporárias de cultivos alimentares são basicamente o arroz, o milho, o feijão, o algodão, a mandioca e a cana-de-açúcar (não em escala industrial), sendo que a cultura do arroz tem um caráter especial, que, revestida de um caráter transitório, serviu e em alguns lugares ainda serve para a formação de pastos” (Péret, 1997: 353).

Estudando o Triângulo Mineiro, sob o ponto de vista dos problemas de sustentabilidade na agricultura praticada nos cerrados da região, em termos econômicos, sociais e ambientais, Fernandes Filho e Francis (1997) voltaram seus esforços de pesquisa para a organização de uma tipologia das *unidades de produção familiares* ali encontradas, descritas em dois grupos: o primeiro, o da agricultura familiar tradicional, compreende a agricultura familiar voltada para subsistência e a agricultura familiar voltada para o mercado; o segundo, o da agricultura familiar modernizada, compreende os proprietários produtores de café, os proprietários produtores de grãos, e os arrendatários produtores de grãos¹.

Carlos Dayrell, no exame das questões ecológicas e agrárias nos cerrados da região norte de Minas Gerais, refere-se a camponeses da região – os *geraizeiros* – e ao seu sistema de produção que, segundo o autor, baseia-se na

“exploração de culturas alimentares e de fibras (algodão), criação de pequenos animais e pela utilização coletiva das chapadas (cerrados) para coleta, caça e criação de gado ‘na solta’. As áreas de cerrados passam então a se constituir em verdadeiros bosques comunais. Além da caça e criação extensiva de gado, nas pastagens naturais dos cerrados, se pratica a coleta de uma diversidade de frutas ricas em proteínas e vitaminas, plantas medicinais, madeiras-de-lei, fibras para linhas de pesca, esteiras, cipós, cobertura para casas, etc. A criação de gado passa a ser, aos poucos, a garantia dos camponeses para enfrentar os períodos de estiagem mais prolongada” (Dayrell, 1993: 75).

¹ A expressão *agricultura familiar*, que ganhou corpo no vocabulário acadêmico e extra-acadêmico brasileiro nos anos 90, é uma definição que deve ser vista, sociologicamente, como uma cristalização de investimentos políticos e de posturas ideológicas que mereceriam uma desconstrução crítica (Moraes, 1996, Vilela e Moraes, 1998, Neves, 1998), revelando pressupostos contidos por exemplo na definição de agricultura familiar do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em seu texto instituidor, Decreto n. 1.946, de 9 de junho de 1996 (Neves, 1998). Assim, de acordo com Wanderley (1995, 1996), no contexto brasileiro a noção de *agricultura familiar* subsume conceitos antes usados como os de *campesinato* e *pequena produção* – enfatizando agora principalmente a organização do trabalho, predominantemente familiar, e a relação com a terra como meio de trabalho e de constituição do patrimônio.

Voltando sua atenção para questões sócio-ambientais nos cerrados da Baixada Cuiabana, Jutta Gutberlet analisa o segmento social que denomina “pequena produção”, de “pequenos lavradores” dedicados à “agricultura de subsistência de produção sem cercas na base da cooperação intra e inter-familiar”, registrando que “a partir do começo da década de 80 surgem as primeiras transformações no sistema tradicional da agricultura migratória de ‘roça de toco’ e na extração dos recursos naturais da região” (Gutberlet, 1994: 176). Lembra que essa produção agropecuária de subsistência consolidou-se a partir do século XIX, com uso comunitário do solo e de *Terras de Santo*, que serviam à população como áreas comunitárias de pastagem ou de cultivo e que tal situação reverter-se-ia, drasticamente, em torno dos 60 e 70, em decorrência do “processo de capitalização, com a conseqüente individualização na produção agropecuária, caracterizada por delimitação das propriedades (‘cercamento’), vendas de terras e transformação de terras comunitárias em terras de domínio público, posteriormente loteadas pela prefeitura local” (Gutberlet, 1994: 187-8). Esse processo alteraria o sistema tradicional de *roça de toco*, praticada em áreas de meio a um hectare, cujas principais culturas são mandioca, milho, arroz, banana e feijão.

Quanto aos cerrados nordestinos, alguns trabalhos focalizam as populações camponesas ali estabelecidas em tempos pretéritos, embora a maioria das pesquisas sobre o processo de modernização em curso no *novo* Nordeste dos cerrados privilegie temas como a rede regional dos *gaúchos* e as redes de conexões internacionais do agronegócio das chapadas (Haesbaert Costa, 1995, 1996), o Prodecer e a sustentabilidade na agricultura (Pires, 1996), e as transformações da agricultura no Oeste baiano (Kraychette e Comerford, 1991, Fernandes, Santos Filho e Almeida, 1998). Esses estudos, porém, embora não focalizem diretamente os camponeses, apontam para essa categoria social, contribuindo assim para a discussão dos temas da identidade camponesa (*gaúchos* versus *baianos*), bem como de problemas agrários e ambientais e de movimentos sociais.

Godoi (1999) já lembrara que a produção antropológica sobre o campesinato nordestino, no *Sertão*, é quase inexistente, enquanto na Zona da Mata é intensa e no Agreste é menos intensa mas expressiva. Lembrou, além disso, que em geral as pesquisas realizadas na Zona da Mata e no Agreste preocupam-se em apreender as manifestações do capitalismo na

agricultura, enquanto no *Sertão* os estudos voltam-se para a dinâmica interna dos grupos camponeses (nessa geografia, o Maranhão é considerado, juntamente com o Piauí, como uma área de transição entre o Nordeste seco e a região amazônica, o chamado Meio Norte)²³.

Os estudos que se voltam mais diretamente para as populações camponesas no processo de modernização agrícola da parte do sertão constituída pelos cerrados nordestinos são os de Benedito Souza Filho e Maristela de Paula Andrade. Em Souza Filho (1995, 1998), a questão é abordada pelo ângulo da produção de soja e de seus impactos sobre segmentos camponeses nas chapadas do Sul maranhense, os quais, “afetados por grilagens de terras, conflitos agrários, agrotóxicos, entre outros problemas, reduzem consideravelmente as suas expectativas de produção e, em muitos casos, acabam se convertendo em assalariados temporários nas fazendas produtoras de soja” (Souza Filho, 1995: 273).

Mas é Andrade (1984, 1995, 1995a, 1996, 1998), de fato, quem mais expressivamente contribui para a compreensão de aspectos importantes da reprodução camponesa dos cerrados, ao identificar e analisar o seu *modus operandi* nos cerrados maranhenses, e trazendo à tona aspectos da dinâmica interna dos grupos camponeses, em sua relação com a terra e com os demais recursos naturais do ambiente dos cerrados:

“É nas chamadas chapadas que os trabalhadores praticam o extrativismo, a caça, a criação de animais. Essas áreas são apropriadas com base em regras consensualmente acatadas e que garantem o usufruto comum dos recursos da natureza. Quando contíguas às pequenas propriedades, são chamadas frentes de terra e sobras de terra e entendidas como recaindo sob a autoridade do pequeno proprietário⁴. Há, assim, vários níveis de entendimento do que seja esse usufruto comum, distinguindo os trabalhadores o que é passível de apropriação comum e o que é considerado usurpação dos direitos de determinada família ou grupo familiar. Esses pequenos

² Trata-se aqui sobretudo de programas de pesquisa antropológica no Nordeste, dirigidos por universidades de outras regiões do Brasil. Há ainda outros trabalhos, historiográficos e antropológicos, importantes para a compreensão do campesinato nordestino: Johnson (1971), Forman (1979), Silva (1981), Porto Alegre (1989), Palácios (1993), Woortman (1993, 1995). Acrescem-se a estes, as diversas pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação das universidades nordestinas, que resultaram em teses, dissertações e outros estudos cujo inventário extrapolaria os limites deste trabalho. Mais especificamente, sobre camponeses no Piauí, há os trabalhos de Silva (1986), Carneiro (1976, 1986), Godoi (1998 1999) e Pompa (1997), focalizando a região semi-árida do sudeste piauiense, vizinha aos cerrados do sudoeste.

⁴ Essa compreensão pode ser constatada, por exemplo, na narrativa do sr. Francisco de Souza Lima, no capítulo VI.

proprietários ou herdeiros de terras que não sofreram formal de partilha são, ao mesmo tempo, pequenos proprietários e posseiros” (Andrade, 1995a: 1).

Essa rápida incursão, mapeando autores e pesquisas sobre camponeses no ambiente dos cerrados, conduz a questões diretamente relacionadas à situação dos camponeses no Sudoeste piauiense, como a apropriação do meio ambiente transformado em recursos por essas populações, e as mudanças nas relações de produção tradicionais, provocadas pela incorporação das chapadas à agricultura intensiva.

Em que pesem as especificidades de cada caso estudado nos cerrados do Nordeste e das demais regiões brasileiras, quer em termos dos ecossistemas em jogo, quer em termos históricos e socioculturais, e ainda no que tange às formas diferenciadas de usos da chapada (reflorestamento, pecuária, agricultura irrigada, agricultura de sequeiro) promovidas pelo processo de ocupação intensiva deslanchado a partir dos 70, há um pano de fundo que, num certo nível, aproxima os diversos grupos camponeses e que se constitui num ponto de partida para a análise. Esse pano de fundo vem a ser o próprio processo, analisado em capítulos precedentes, que transforma os cerrados em fronteira agrícola para o *agribusiness* internacional ligado ao complexo carnes/grãos, impondo restrições à relação tradicionalmente desenvolvida pelos camponeses. É o que veremos em relação ao sudoeste piauiense. Antes de tratar dessas questões, convém que nos detenhamos um pouco na própria noção de camponeses e de campesinato.

5.2- Prolegômenos sobre camponeses, racionalidade e saber ambiental

O conceito de camponês, de acordo com Shanin (1980) e Vincent (1987) é uma abstração que pouco ou nada diz a respeito das populações agrárias assim denominadas (cf. também Almeida, 1998). Uma implicação dessa afirmação é que é necessário, ao falar de camponeses, especificar a que camponeses nos referimos – em outras palavras, é preciso referir-se a camponeses reais, cujo modo de vida possa ser apreendido, como observou Godoi (1999), pelo conjunto de suas práticas, permeadas pelo universo simbólico, categorias e regras mediante as quais esses sujeitos sociais pensam e vivem suas existências. Essa tarefa

tem sido realizada principalmente pela pesquisa antropológica, que busca, através do trabalho de campo que lhe é característico, apreender tanto as práticas em ação quanto seus supostos, nem sempre claros para os próprios sujeitos envolvidos – porquanto as percepções e ações dos sujeitos inscrevem-se em condições sociais, historicamente situadas, e funcionam em um nível mais profundo do que supõe a sua aparência imediata.

Cabe portanto ao pesquisador desconstruir o que Bourdieu (1994) denominou *amnésia da gênese*, focalizando não o *opus operandum* mas o *modus operandi* dos sujeitos investigados. O presente estudo, embora não tendo o estatuto de uma análise antropológica, procura não obstante reter esse princípio teórico-metodológico para analisar camponeses reais, a partir de suas práticas e dos seus discursos sobre elas ou seja, dos significados a elas atribuídos.

Coerentemente com a premissa acima, é necessário lembrar que, mesmo em pequenas comunidades, a pesquisa revela amiúde que elas em geral não são formadas apenas por camponeses (Wolf, 1984, Vincent, 1987), e que estes, longe de constituírem um grupo homogêneo, apresentam diferenças de comportamentos e de expectativas que, por sua vez, revelam distinções reais, tais como as concernentes à propriedade, à relação com os mercados e aos sistemas de comunicação e de poder (Wolf, 1984).

No caso em exame, uma distinção importante é a observada entre aqueles camponeses com história de ocupação antiga na região sudoeste piauiense – mais especificamente, no município de Uruçuí – e os recém-chegados, como os colonos *gaúchos*, que se instalam coletivamente na região através de projetos de colonização privada, ou até mesmo individualmente⁵. Nesse sentido, os camponeses focalizados nesta pesquisa constituem uma população de pequenos proprietários ou posseiros de até quatro módulos rurais, com história de ocupação antiga na região. No caso de Uruçuí, cujo módulo é de 75 hectares, quatro

⁵ Certamente, alguns autores questionariam a classificação desses últimos como camponeses. No entanto, pensando com Woortmann ([198-]), é muito provável que um olhar mais aprofundado para esses colonos *gaúchos* venha a revelar aspectos do que esse autor denomina *campesinidade* – como a tradição centrada no valor-família e no parentesco.

módulos correspondem a 300 hectares, sendo que os camponeses pesquisados dificilmente atingem esse limite máximo⁶.

Na verdade, não se trata de definir aqui os camponeses, que são objeto da investigação, pelo tamanho das áreas de terra da qual são posseiros ou proprietários. Esse tamanho – até quatro módulos rurais, dos quais são cultivados, anualmente, um máximo de três hectares – é aqui apresentado como um índice do perfil de uma população essencialmente dedicada ao cultivo da terra e cujos membros se diferenciam de outros trabalhadores do campo por algumas características distintivas que vale ressaltar. Primeiro, tomam decisões relativamente autônomas no processo de cultivo – distinguindo-se portanto dos trabalhadores assalariados. Segundo, na agricultura empregam tradicionalmente o chamado sistema de *roça de toco* (Andrade, 1984, 1995, Gutberlet, 1994, Toffoli, 1997), contrastando assim com os novos agricultores que empregam novos cultivares e técnicas intensivas.

Esses atores sociais estão inseridos de maneira restrita no mercado de fatores (Ellis, 1988): a mão-de-obra é familiar e raramente há contratação de braços ou trabalho por salário, a terra é formada de posses e raramente é arrendada ou comprada, o emprego de insumos e instrumentos manufaturados é mínimo ou nulo. A participação no mercado de produtos é também parcial tanto do lado da oferta, pois nem todo produto, e nem mesmo sua maior parte, chega ao mercado, como do lado da demanda, já que há um consumo relativamente baixo de bens importados. Dito de outra maneira, os atores sociais aqui caracterizados como camponeses utilizam esquemas tradicionais para ter acesso à terra e trabalho (dos parentes e vizinhos), além de utilizar técnicas que se transmitem em circuitos personalizados – um sistema irredutível à dimensão estritamente econômica, e, visando o objetivo de provisão material e de manutenção da posição social num círculo restrito de relações sociais.

⁶ Essa definição de quatro módulos rurais coincide com a utilizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí, seguindo orientação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da agricultura (CONTAG), da Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Piauí (FETAG) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para a chamada *Agricultura Familiar*, no sentido referido na nota nº 1 deste capítulo.

Esses camponeses não podem ser vistos apenas através da sua economia. Além dessa dimensão, é necessário ver as famílias camponesas aqui focalizadas, no contexto de um contrato social fundado na reciprocidade como valor (Valensi, Randles, Créthien et al, 1978, Woortmann, [198-], Sabourin 2000). Não se trata, portanto, de focalizar apenas um *pequeno produtor* mas, sobretudo, sujeitos sociais e históricos como *homo moralis* (Woortmann, ([198-])). Para este autor,

“Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto de trabalho mas como expressão de um amoralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorização ética. Vê-se a terra não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (Woortmann, [198-]: 3).

Nesse sentido, terra, família e trabalho são categorias centrais e sobretudo relacionais, no universo camponês pesquisado. Isto significa que não se pensa terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem que se pense a terra e a família. Além disto essas categorias encontram-se estreitamente vinculadas a valores e princípios organizatórios como honra e hierarquia. Esses valores tradicionais tornam-se ainda mais agudos nas situações de crise social onde concepções morais da terra como valor, contrapõem-se flagrantemente como concepções utilitaristas mercantis⁷. Essa tradição, assim não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que constrói, no presente, possibilidades de futuro (Woortmann, [198-]).

A agricultura praticada por esses camponeses dos cerrados pode ser pensada como uma *agricultura de provisão* num sentido próximo ao utilizado por Sahlins (1983), entendendo-se que nem a produção doméstica se define exatamente como produção voltada

⁷ Nas sociedades individualizadas e voltadas para o mercado, também existem as categorias terra, família e trabalho. No entanto, elas podem ser separadas umas das outras: a terra não é pensada em função da família e do trabalho, mas em si mesma como coisa, investimento, mercadoria. A família é também pensada em si, sem relação com o trabalho ou com a terra. Da mesma forma não-relacional, é pensado o trabalho, como abstração, como um *fator* (Woortmann, [198-]). Um aspecto interessante ressaltado por Woortmann ([198-]) é o da construção axiológica do mundo feita pelos camponeses, como um *discurso aristotélico* – no sentido da posição entre arte de aquisição e arte de enriquecer. Como Ginzburg (1987), Klaas Wortmann aponta para a *circularidade* entre categorias culturais do mundo camponês e categorias eruditas do pensamento social.

exclusivamente para o consumo direto da família camponesa, nem esta é auto-suficiente⁸. A venda e a compra, contudo, são aqui limitadas – o que é de decisiva importância particularmente no caso do mercado de fatores –, e freqüentemente visam prover o grupo daquilo que ele não produz, dependendo de circunstâncias tais como a necessidade de dinheiro em determinada ocasião e a quantidade de produto colhido em relação às necessidades anuais de consumo. Isso é ilustrado pela seguinte afirmação:

“Quando, às vezes, a produção é boa, a gente tira uma parte [para venda] e quando é fraca, às vezes não dá pra vender, encosta pra casa pra comer. A preocupação é essa! As outras coisas, a gente vai tirando pra frente, levando a vida...”⁹ (G. P. S., camponês da comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

Os camponeses envolvidos nessa agricultura de provisão, ancorada em um leque de práticas tradicionais de uso da terra, e dos recursos naturais dos cerrados, vêm nos últimos vinte e cinco anos sofrendo uma paulatina mas crescente restrição do uso do espaço no qual tradicionalmente operavam, devido à expansão da agricultura intensiva nas chapadas. A severa imposição de limites no acesso aos elementos materiais e relacionais necessários à reprodução social desse campesinato pode ser descrita, nos termos wolfianos, como uma *crise ecológica* (Wolf, 1984), num contexto em que se alteram profundamente as bases de sustentação dos seus *ecótipos* (Wolf, 1984 e 1976)¹⁰ ou, para usar a formulação de Henri

⁸ Claro está que a referência a Sahlins (1983) não supõe que os camponeses pesquisados tenham as características de sociedades tribais estudadas por Sahlins. De fato, esse autor por sua vez recorreu como se sabe à literatura sobre o campesinato e em particular aos trabalhos de Chayanov (1981) para a compreensão do funcionamento das formas de organização da produção que, embora inseridas em um sistema de acumulação envolvente, resistem à lógica do lucro.

⁹ Pode-se pensar a produção de arroz de sequeiro na chapada, a partir de 1995, como atividade produtiva destinada à venda, e não mais de “provisão” com a possibilidade de venda. No entanto, embora para alguns camponeses essa mudança possa estar-se concretizando, as condições gerais de produção, como se verá mais adiante, ainda são tão precárias que não permitem ver essa atividade como algo já consolidado. Mas ela pode ser, sim, sinalizadora de mudanças importantes no sistema agrícola tradicional dos camponeses.

¹⁰ Eric Wolf utiliza a expressão *crise ecológica* no exame da situação de camponeses em contextos de expansão da lógica capitalista, no México, na Rússia, na China, no Vietnã, na Argélia e em Cuba. Segundo este autor, “se no passado, o camponês elaborara uma combinação estável de recursos, a fim de subscrever um grau de domínio de subsistência, a mobilização separadora e diferenciada desses recursos [impetrada pela expansão do capitalismo agrário], como objetos a serem comprados e vendidos, punha em perigo aquele vínculo mínimo” (Wolf, 1984: 336). O mesmo autor (Wolf, 1976) denomina de *ecótipos* os sistemas de transferência de energia do meio ambiente para o homem. O autor identifica dois *ecótipos* camponeses: 1/ o *paleotécnico*, caracterizado pelo emprego do trabalho humano e animal; 2/ o *neotécnico*, caracterizado pela crescente confiança na energia proporcionada pelos combustíveis e aperfeiçoamentos científicos.

Mendras, do *ecúmeno*, que resulta da presença desses camponeses no ambiente natural dos cerrados e da relação estabelecida entre esse ambiente e a presença humana (Mendras, 1978).

Henri Mendras já chamara a atenção para o fato de que as comunidades camponesas se organizam no quadro e nas condições oferecidas pela natureza, mas não no sentido de que natureza que permanece sempre externa, sempre outra em relação ao humano, e sim no de uma simbiose (*ecúmeno*) que vem a ser exatamente o resultado da relação dessas populações com o meio¹¹. Esse intercâmbio que adquire, ao longo do tempo, uma dinâmica própria e uma forma peculiar tem enorme importância na compreensão do modo de vida dos camponeses dos cerrados.

Esse raciocínio conduz em Henri Mendras ao tema do habitat: “O habitat é também um reflexo da sociedade que abriga. O mapa de um habitat disperso, o traçado de uma aldeia, de um burgo ou de uma cidade fornece uma transcrição espacial das estruturas econômicas e sociais a quem saiba ler e conheça essas estruturas” (Mendras, 1978: 33-34).

A noção de habitat, por sua vez, remete, nos nossos termos, à discussão sobre *território e lugar* da qual nos ocupamos no Capítulo III. De fato, a definição material e simbólica de um habitat supõe a territorialidade como organização de um *lugar* (Tuan, 1983, Auge, 1994) – ao mesmo tempo habitação (alojamento), refúgio, oficina de trabalho e limite de vida.

Nesse sentido, no conjunto das terras de moradia e de trabalho (cultivo, criações, extrativismo, caça, pesca), instituído ao longo do tempo por uma determinada coletividade de camponeses, inscreve-se a organização social, a história do grupo humano que ali se estabelece – e também o modo como o grupo organiza e explora para o seu uso áreas cultivadas e ocupadas com a habitação e criações, como lida com as reservas naturais,

¹¹ Aliás, se uma determinada população dispõe, por exemplo, de tecnologia fixa, ela não pode ultrapassar um certo nível máximo num determinado meio natural, porquanto “um mesmo meio natural pode proporcionar recursos diferentes segundo a tecnologia empregada: desse modo, para um mesmo lugar haveria um jogo de vários ‘óptima’ correspondentes a um jogo de sistemas tecnológicos: o homem não encontra na natureza nada mais do que estava habituado a procurar e a ver e o que está equipado para dela extrair. Concepções técnicas e ferramentas disponíveis governam mais o sistema de produção que as potencialidades chamadas naturais” (Mendras, 1978: 24). Nesse sentido, a natureza traz a marca da presença dos sujeitos humanos, ao mesmo tempo em que circunscreve suas práticas.

como pensa atuar em caso de expansão demográfica, e finalmente seu saber tecnológico e agrônomo. Essa organização social e esse saber remetem, por sua vez, a um *savoir-faire* ou *know-how* (Godelier [196-]), que faz funcionar *sistemas de cultivo* (Wolf, 1976, Mendras, 1978) aos quais subjaz um determinado *ecótipo* (Wolf, 1976).

Um sistema de cultivo pressupõe, de acordo com Henri Mendras, duas exigências de naturezas diferentes, com suas respectivas limitações. Uma de ordem técnica, segundo a qual "os agricultores camponeses jogam com [as] complementaridades entre vegetais e animais para elaborar sistemas mais ou menos complexos, e portanto mais ou menos intensivos" (Mendras, 1978: 37) e outra, social, que é a de

"proporcionar ao grupo todos os produtos que constituem seu regime alimentar (e sua vestimenta) ou então produtos que possam ser trocados por aqueles que, fazendo parte da alimentação, não são produzidos no local e, sim, por coletividades vizinhas ou de regiões longínquas; finalmente, os produtos necessários para as exações. (...) [A limitação técnica está implícita na condição de que] as formas de cultivo e os cuidados para com os animais sejam factíveis com as ferramentas disponíveis, [sempre dependentes das] potencialidades naturais do lugar: fertilidade dos solos e condições climáticas" (Mendras, 1978: 38)¹².

Os sistemas de cultivos e seus modelos tecnológicos remetem, portanto, a uma combinatória de diversos elementos (ferramenta, planta, animal, técnica cultural). As ligações, os tipos de arranjo e os graus de liberdade entre os elementos supõem, ainda, uma determinada estrutura da sociedade agrária.

No caso dos camponeses do sudoeste piauiense, os aspectos referidos acima levam a enfatizar o fato de que a reprodução social, entre eles, vincula-se estreitamente à apropriação das diversas possibilidades oferecidas pelos ecossistemas presentes no ambiente dos

¹² Nesse sentido, observa o autor que determinados equilíbrios são possíveis em certas regiões e em outras, não. Por exemplo, a diferença entre o domínio florestal mediterrâneo, que parecia muito poderoso e era, na verdade, bastante frágil (degradação contínua a partir do momento em que foi talhado) e o equilíbrio sábio e delicado – observado entre pastagens, culturas e rebanhos –, estabelecido nas sociedades alpinas (Mendras, 1978). Vale lembrar que, segundo Resende, Kerr e Bahia Filho ([19—]), o povoamento dos cerrados remonta a cerca de 11.000 anos, quando a área era ocupada por caçadores e coletores adaptados às condições ambientais, explorando o que natureza lhes proporcionava. Por outro lado, o próprio sistema de *roça de toco*, que utiliza queimadas como parte de ciclos de uso e longos períodos de pousio, é visto por estudiosos do assunto (Toffoli e Oliveira, 1997) como sendo ecologicamente mais sustentável que sistemas agrícolas modernos altamente dependentes de máquinas pesadas e de insumos e controladores químicos de pragas e doenças.

cerrados, transformadas em *recursos* (Godelier, [196-]) numa agricultura que conjuga(va), tradicionalmente, sistemas de posse e de propriedade familiar nos *baixões*, com sistemas de uso coletivo do solo nas *chapadas*, como veremos adiante. Segundo Maurice Godelier

“toda exploração de recursos supõe um certo conhecimento das propriedades dos ‘objetos’, de suas relações essenciais em certas ‘condições’ e a aplicação de um know-how que ‘utiliza’ essas condições para produzir um resultado esperado. A atividade produtora é, portanto, uma atividade ‘regulada’ por ‘normas’ técnicas que exprimem as condições às quase ela deve-se submeter para ter êxito (...)” ([196-]: 328).

Poder-se-ia acrescentar que o resultado é *conhecido*, pela experiência e pelo *habitus* (Thompson, 1981, Bourdieu, 1994). Nesse sentido, a utilização dos diversos *recursos* pelos camponeses, a partir das possibilidades oferecidas pelo ambiente natural dos cerrados, supõe um *saber* e um *saber-fazer* (Godelier [196-]), uma *ciência do concreto* (Lévi-Strauss, 1989) que funciona nos moldes de um *sistema de conhecimento* (Suarez et al, 1983) capaz de transformar possibilidades em recursos, operando num quadro de relações sociais cuja dinâmica determina as transformações nesse sistema¹³.

No caso em exame, trata-se de segmentos camponeses com uma economia que relaciona meios e fins num complexo sistema cuja racionalidade – divergente da dos grandes projetos de agricultura intensiva nas chapadas – pode ser pensada nos termos de uma *economia moral* (Scott, 1976, Thompson, 1984)¹⁴ segundo a qual as chapadas, buritizais e babaquais são,

¹³E, nesse sentido, esse *saber* pode atuar não só como fator positivo de reprodução social, mas também se apresentar como um limite, dependendo do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Mas, deve ser pensado, ainda, com base na forma como Bourdieu (1994) vê a prática que, dentro da lógica do *habitus*, implica inventividade e criatividade, não se restringindo, portanto, à mera execução repetitiva. Isto é fundamental para se compreender, por exemplo, a lógica que rege as atualizações que ocorrem no modelo agrícola tradicional, mesmo quando contingenciadas por imposições do sistema dominante.

¹⁴ A idéia de *economia moral*, formulada por Edward Thompson (1984) vincula-se à crítica ao reducionismo econômico na análise histórica, que elimina as complexidades de motivação da conduta, fornecendo assim uma imagem abreviada de um *homo economicus*. A isto, Thompson opõe o ponto de vista segundo o qual é possível detectar nas ações de massa do século XVIII alguma noção de legitimidade, no sentido de defesa de direitos e costumes tradicionais, apoiada num amplo consenso de comunidade. Em Scott (1976), o uso da idéia se dá no exame de uma situação de exploração e rebelião camponesa no Sudeste da Ásia, envolvendo questões de segurança alimentar, com base em concepções de justiça social, direitos e obrigações e reciprocidade. Sabourin (2000) refere-se mesmo a uma *economia da reciprocidade*, baseada mais no *dom* que na troca monetária. Aliás, um interessante debate sobre o tema da reciprocidade, com base em Karl Polanyi, encontra-se em Valensi, Randles, Chrétien et al (1978). Cabe lembrar, ainda, a já referida análise de Woortmann ([198-]) sobre o campesinato como *ordem moral*, baseada em valores sociais, não em termos de *camponeses puros*, mas

tradicionalmente, áreas consideradas de usufruto comum, integrando assim o cálculo econômico das famílias camponesas. Isto, no entanto, vem sendo cada vez mais subvertido pelos novos agentes sociais interessados nas terras dos cerrados, guiados por uma lógica econômica baseada na apropriação privada e no uso intensivo de grandes áreas contínuas para a monocultura, no âmbito da produção de *commodities*.

Aliás, a existência de apossamentos comuns dos recursos naturais combinados com a apropriação familiar, conjugando sistemas de posse e de propriedade não é estranha ao mundo rural brasileiro¹⁵. No entanto, essa prática camponesa tradicional do uso comum de áreas de terra de chapada, sem cercamento, como parte de seu sistema agrícola, mas não no sentido de cultivo agrícola *strictu sensu*, tem alimentado uma visão etnocêntrica de técnicos, planejadores e pesquisadores – que produzem, consomem, realimentam e difundem as narrações mestras sobre desenvolvimento para a região – segundo a qual tais áreas não eram utilizadas pelos camponeses por estes lhes atribuírem *pouco valor* (Andrade, 1995), uma vez que, no sistema agrícola tradicional, a chapada não era lugar de agricultura. Com isto, dissemina-se o ideário produtivista da chapada como um espaço *vazio*, justificando os discursos da não-expulsão de camponeses, pelos grandes projetos agropecuários, idéia recorrente também em setores do governo.

Tal perspectiva – como se verá, pelo resgate de narrativas de mediadores e dos próprios camponeses piauienses, neste capítulo e no próximo – revela-se limitada quanto ao conhecimento dos usos do *baixão* e da *chapada* no funcionamento da agricultura camponesa nos cerrados, e presa a uma dicotomia de *atraso* e *progresso*. Esta oposição dicotômica linear deixa de captar a complexidade de sistemas operacionais agrícolas tradicionais camponeses, como também os processos de resistência e adaptação dessas categorias às transformações em curso nos cerrados, como veremos a seguir.

de uma *campesinidade* em graus diversos de articulação ambígua com a modernidade. Também entre os camponeses aqui examinados evidenciam-se idéias de legitimidade, justiça social, direitos, obrigações e reciprocidades, assim como transparece a questão da articulação complexa com a modernidade, como se poderá verificar nos depoimentos constantes neste e no próximo capítulo.

¹⁵ A respeito, ver Sá (1975), Meyer (1979), Andrade (1983, 1990, 1995a), Moura (1988), Almeida (1988), Godoi (1999) e Moraes Silva (1999).

5.3- Entre o *baixão* e a *chapada*: nomeando lugares e tempos, usos, atividades e produtos em um sistema agrícola

“A maniva é esta, ó [mostrando o pedaço do caule da mandioca usado para o plantio]! Agora a gente chega e cava a cova com a enxada e aí a gente vem e bota aqui e deixa uma pontinha de fora e aí a gente vai, ó! Ói o pé! Cobre e deixa aqui. E vai cavar bem aqui, né? Quando chega bem acolá, cava outra pra mode num ficar muito perto e engarranchar” (E. S., camponesa, 82 anos, Uruçuí/PI).

A *crise ecológica* que atinge os camponeses torna-se mais compreensível ao observador externo à medida que se analisam as formas tradicionais pelas quais essa categoria social relaciona-se com os diversos ecossistemas dos cerrados. A atenção aos *ecótipos* desses cultivadores também ajuda a compreender essa crise, ilustrada pelo conflito entre a monocultura dos grandes projetos agropecuários nas chapadas, por um lado, e por outro a policultura camponesa que articula os usos dos *baixões* ao uso das *chapadas*. Esse conflito se expressa ainda tanto no plano dos sistemas de apropriação da terra e dos demais recursos naturais – apoiados numa *economia moral*, no caso dos camponeses, e assentados na apropriação privada do território, no caso dos grandes empreendimentos agropecuários – quanto nos sistemas de classificação e uso dos recursos naturais.

Com efeito, “a economia camponesa, nessas regiões, expressa, justamente, a articulação entre a apropriação de áreas agricultáveis e de áreas de chapadas, de morros, de carrascos, onde praticam outras atividades econômicas” (Andrade, 1995: 39). Como observado por Andrade (1984), não há nessa economia camponesa o que possa ser considerado espaço inútil ou vazio, como quer o diagnóstico desenvolvimentista. Os camponeses dos cerrados, em seu relacionamento com o meio-ambiente, elaboram uma complexa classificação dos tipos de terrenos ali existentes, designando características relativas ao solo, clima e vegetação relacionadas às diversas formas de utilização desses espaços naturais em seu sistema agrícola. Esses recursos são acionados em função da combinatória do conjunto de atividades econômicas no qual sobressaem o cultivo do *legume* e o *criatório* (gado), complementadas pela criação da *miunça* (porcos, ovinos e caprinos), do *criatório pequeno* ou *criação* (aves) e por outras atividades, como o extrativismo, a caça, a coleta de frutos e a pesca.

Esse relacionamento ancora-se em um saber-fazer que subjaz, por exemplo, à complexa classificação dos tipos de terrenos associada ao importante par classificatório *baixão/chapada*¹⁶. A partir desse contraste morfológico, distinguem-se características do solo (*barro; barro e areia; vazantes e brejos*), da vegetação (*capim, mato, árvores altas, árvores baixas*), do clima (*lugar úmido, fresco ou frio; lugar seco*), de formações vegetais (*buritizais, babaçuais e catingas*¹⁷; *agreste, carrascos e cerradões*), e finalmente de usos (*agricultura, pecuária, extrativismo, caça*).

Nessa taxonomia, a *chapada* ou *serra* designa os terrenos altos e planos de longa extensão, com solos tidos como *de barro* (com maior teor de argila) ou *de areia* (solos mais arenosos) e o clima, como seco; com árvores esparsas e de porte baixo (*cerrado*), e um tipo de capim denominado *agresto*, encontrando-se ainda áreas de *carrasco*, com uma vegetação mais compacta, propícia para caça e coleta, e de *cerradão*, com árvores de porte mais elevado, onde se encontram madeiras consideradas nobres. Na economia camponesa tradicional, as chapadas são áreas consideradas propícias à prática da caça, da coleta de frutos, de mel e de plantas terapêuticas e à criação do gado e da miunça *na solta* (sem cercamento).

Já o *baixão* corresponde às terras baixas, com solos tidos como mais ricos que os da chapada, e com maior teor de umidade, devido à presença de rios, riachos, lagoas e brejos. Aí, localizam-se, também, as referidas áreas de mata denominada localmente *catíngá*, com

¹⁶ A referência a esses locais, como um par contrastivo, principalmente quanto às suas formas de ocupação por camponeses, encontra-se também em Moura (1988), em estudo realizado no Vale do Jequitinhonha, MG, em Godoi (1999) em pesquisa feita no sertão do Piauí e em Silva (1999), em trabalho feito, também, no mesmo Vale do Jequitinhonha.

¹⁷ Por *catíngá*, refere-se localmente a áreas de mata, nos baixões ou mesmo nas chapadas. Ferreira (2000) registra as grafias *caatinga* ou *catíngá*, significando “tipo de vegetação característico do Nordeste brasileiro (...) formado por pequenas árvores comumente espinhosas, que perdem as folhas no curso da longa estação seca [entre elas ocorre, numerosas plantas suculentas, sobretudo as cactáceas]”. No entanto, parece mais próximo do sentido referido pelos camponeses dos cerrados, a definição de Carlota Carvalho: “o que, nos sertões do Maranhão, Goiás e Matto-Grosso, chamam *catíngas*, – matto alto constituído por grandes espécies vegetaes como o Angico, Arueira, Ipê e Jatobá, árvores espaçadas, entremeadas de pastagens – não tem semelhança com a rachitica e enfeada vegetação de uma pequenina e única parte do território da Bahia magistralmente descripta por Euclides da Cunha no livro – Os sertões” (Carvalho, 1924). Já que comumente se refere à vegetação do semi-árido como *caatinga*, a opção aqui foi a de manter *catíngá*, como registrado por Carvalho e como falado pelos camponeses.

árvores de porte mais elevado e madeiras nobres como cedro (*Cedrella odorata*) e pau-d'arco amarelo e roxo (respectivamente, *Tebebuia serralifolia* e *Tebebuia avellanadae*).

O *baixão* é ainda o lugar onde se encontram dois tipos de terreno extremamente importantes para os camponeses: as áreas de *vazante* (às margens dos rios) e as de *brejo* (terrenos alagadiços). Nestes, florescem os *buritizais* e, nas imediações, os *babaçuais*, parte fundamental nas atividades extrativistas que compõem a economia camponesa dos cerrados. As áreas de brejo desempenham funções estratégicas no rodízio *inverno/verão*:

“No brejo, terra alagoada, faz uma vala no meio do brejo, a água encana ali e planta feijão, arroz... Arroz é em algum lugar, e é algum [camponês] que planta. Dependendo do brejo, planta a cana, a banana. Se ele não encharcar no inverno, planta a laranja, a banana, o ananás... O que alimenta o brejo é a chuva ou algum olho-d'água. Antigamente, era permanente, de seca a verde. Hoje, nós teve que abandonar o trabalho no brejo pra recuperar ele (...). Numa época de verão, o brejo secou, ficou todo seco, aí todo mundo abandonou o brejo¹⁸. Aí voltou [a ser como] o tempo antigo: juntar água, sustentar água, normalzinho. A gente hoje em dia abandonou o brejo e voltou a conservar a vertente. Se não conserva, apiora. Aqui, nesse brejo, é onde, pelo verão, quando tá um bicho meio magro, a gente coloca aqui dentro – porque aqui não falta o capim verde. A gente passa o verão botando [o gado no brejo] e quando é novembro, nas primeiras chuvas, a gente solta ele, cria na serra” (G. P. S., Camponês da Comunidade de Sangue/Uruçuí/PI).

O *baixão*, referido pelos camponeses como *interior*, é o local de realização do cultivo do legume, *verduras* e frutas e dos pastos (cultivados) e é também o lugar de assentamento, de morada, embora seja comum entre esses camponeses possuir uma segunda residência na sede do município, em bairros periféricos. Tanto as casas do *baixão*¹⁹ como as da cidade são construídas pelos próprios grupos domésticos. As da cidade seguem mais ou menos o mesmo padrão de edificação, e de mobiliário espartano das casas do *interior*, com a diferença da cobertura: enquanto aquelas se cobrem de palha, as da cidade levam cobertura de telhas.

¹⁸As áreas de brejo, de fato, são postas em risco, tanto pelo uso intensivo por parte dos camponeses quanto pelo desmatamento indiscriminado das chapadas, que acaba comprometendo as nascentes. A percepção desse risco tem levado os camponeses a serem mais cautelosos no uso dessas áreas e a explorar outras áreas, no *baixão* mesmo, porém mais distantes do brejo.

¹⁹ Ver Anexo 5: Caderno de registro Fotográfico, foto 13.

Esta segunda residência insere-se na lógica camponesa de reprodução do grupo doméstico. Ela é considerada pelos camponeses como parte das necessidades familiares relativas a escola para os filhos, tratamento de saúde, encaminhamento dos *negócios* (reuniões, visitas a bancos, vendas e compras de produtos, etc., e, mais recentemente, o plantio de arroz na *chapada*). A reprodução do grupo de vizinhança, na cidade, não é casual: sua importância fica clara quando se observa a função social desta segunda residência – e da reconstituição do grupo do *interior*, na cidade – como meio de garantir não só o ambiente social da comunidade de origem, mas também toda sorte de providências cotidianas requeridas (recados, encomendas, transporte de pessoas e objetos, cuidados com filhos que estudam ou com pessoas doentes, em tratamento, na cidade, etc.) para *tocar as coisas*, como costumam dizer. Essa residência, em alguns casos, passa a ser a principal, permanentemente ou durante certas épocas do ano, mormente para as famílias cujos filhos, ainda pequenos, estudam na cidade e dependem da presença dos pais. Nesses casos, é constante o ir-e-vir do chefe de família do *interior* para a cidade e vice-versa. Nesse sentido, essa segunda residência é um prolongamento da comunidade (*interior, lugar*) que funciona, de acordo com Mendras (1978) como a *cápsula protetora* do campesinato.

5.3.1.- A lógica do *baixão*

A forma tradicional de estabelecimento e de manejo dos recursos naturais pelos camponeses nos cerrados comporta um certo olhar para o ambiente e suas possibilidades de recursos, *a partir do baixão*. Isto fica claro, por exemplo, na narrativa do Sr. Gervásio Pereira de Santana (capítulo VI) a respeito de como o seu pai adquiriu o título da terra. A importância que os camponeses atribuíam ao baixão, em tempos pretéritos, para a produção do *legume*, em detrimento da chapada é assim explicada, já de uma perspectiva ligada à *chapada*:

“O pequeno produtor já fez a opção dele, inicial, pelo baixão, porque, primeiro, que ele não tinha dinheiro [para adquirir grandes áreas], e segundo, que a terra era mais fácil de se trabalhar e ele não acreditava que a chapada produzisse [legume]” (D. T. B. N., presidente da COOPAGRI, Uruçuí/PI).

O *baixão* é o lugar da realização da produção básica, nessa agricultura de provisão: o *legume*, designação dada aos produtos vegetais alimentares, no caso, o arroz (*Oryza sativa*),

o feijão (*Vigna unguiculata*), a fava (*Phaseolus lunatus*), a mandioca (*Manihot sculenta*) e o milho (*Zea mays*) cujo cultivo anual atinge, no máximo, dez tarefas. Estes são cultivos em escala adequada à provisão alimentar, em contraste com a *verdura* ou *verdurinha*, termos designadores das pequenas hortas nos quintais ou, ainda, de alguns vegetais (como abóbora, jerimum, quiabo, melancia, maxixe, por exemplo) cultivados em pequenas quantidades, no meio das roças de *legume*, nas *leiras* (restos de arbustos amontoados em linha ao longo do terreno). Mas o que é considerado *verdura* pode também ser tido como *legume*, dependendo da quantidade plantada, ou seja, da importância que aquele produto assume em termos de volume produzido e, portanto, de sua capacidade para alimentar a família e proporcionar alguma troca monetária²⁰. O *legume* se afirma, portanto, como base de sustentação dessa economia de aprovisionamento²¹.

O sistema de cultivo praticado é o chamado de *roça de toco*, um modelo de agricultura no qual a vegetação baixa é cortada (ou roçada), as árvores maiores são derrubadas e, após a queima a madeira é aproveitada. A lenha e o carvão também costumam ser utilizados, sendo o carvão produto do resto das árvores e arbustos *enleirados* para a conclusão da queima. Nesse sistema, planta-se por um período em torno de três a quatro anos numa mesma área, que então deve ser deixada em descanso, partindo-se para o cultivo de outra.

A *roça de toco* e suas variantes é um sistema largamente utilizado entre camponeses de diversas regiões brasileiras, conhecido em língua inglesa como sistema de *swidden* (Wolf, 1976), e comumente designado no Brasil como *coivara* ou *queimada*. Implica no pousio de áreas de cultivo conseguidas pelo fogo e cultivadas com enxada. Na descrição de Eric Wolf, que associa tais sistemas aos ecótipos ditos paleotécnicos da primeira revolução agrícola,

“os campos são limpos, ateando-se fogo à vegetação: gramas, pequenos arbustos ou florestas; depois são plantados até que haja queda na produção; e abandonados para readquirir sua fertilidade por certo período de tempo. Então, outros terrenos são franqueados ao cultivo, sendo

²⁰ Três tarefas correspondem a um hectare. Nos últimos anos, com o uso do trator nos *baixões*, a área cultivada chega até a cinco hectares.

²¹ Ferreira (2000) registra entre as acepções de legume a de “qualquer cereal no sertão”. Esse é um sentido também referido por Heredia (1979). Quanto aos camponeses aqui tratados, o sentido pode ser mais amplo, tendo a ver, ainda, com o volume da produção.

[os que se encontram em pousio] reocupados depois que o período crítico de regeneração esteja superado” (Wolf, 1976: 38).

Esse sistema de produção – roça de toco – funciona no ritmo de um ciclo anual dividido em duas estações: *inverno* ou estação das *águas* – meses de novembro a março, podendo iniciar-se até mesmo em outubro, indo até abril, em anos considerados *bons de chuva* – e *verão* ou estação *seca* – meses de abril a outubro. A primeira estação corresponde a uma intensa atividade agrícola e a segunda à entressafra, período no qual se vive do que se colheu na estação anterior, do fabrico e comercialização da farinha, do manejo do gado e de serviços extras em *ofícios* vários (pedreiro, carpinteiro, pequeno comércio), do extrativismo ou *dando a diária* para algum fazendeiro.

Esse sistema, no que concerne a sua dependência do ciclo de chuvas, é semelhante ao que vigora entre as populações camponesas da Zona da Mata (Heredia, 1979) e do semi-árido (Godoi 1999) do Nordeste, sendo que o *inverno* e *verão* dos cerrados *diferem* dos da Zona da Mata quanto às correspondentes épocas do ano, e diferem dos do semi-árido quanto ao volume e maior regularidade de chuvas anuais, embora os cerrados piauienses sejam sujeitos a veranicos que volta e meia interferem com prejuízos na safra dos *legumes* e na formação da pastagem natural e cultivada²².

Entre os camponeses dos cerrados piauienses, um terreno é cultivado, em geral, por um período de três a quatro anos, quando começa a ficar difícil o trabalho da *limpa* ou capina manual, feita com enxada, com intervalos em torno de trinta dias, o que dá um total de duas a três capinas por produto cultivado, dependendo do ciclo de cada um deles. Uma área cultivada por três ou quatro anos consecutivos é considerada *velha* ou *encapoeirada*, fato que significa que a intensidade da presença do *mato* (vegetação nativa pioneira) aumenta a necessidade de *limpas* e, também, que aquela área de terra está *perdendo a força*. O aumento da incidência do *mato*, portanto, é o sinalizador para efetuar o rodízio de terrenos:

²² Um esboço do calendário agrícola dos camponeses encontra-se no Anexo 6, numa descrição geral, que, evidentemente, não comporta as atualizações específicas de cada grupo doméstico, geradoras de algumas respostas individuais a partir das condições concretas de cada uma delas.

“A gente passa a trabalhar três, quatro anos, aí o mato aumenta na terra. Aí, o que a gente faz? A gente já vai escolher o tipo de legume pra plantar naquela área que dá muito mato. É o feijão que tira com noventa dias, é o milho... já o arroz, ninguém planta. A mandioca, às vezes a gente planta mas já não quer mais plantar porque não dá conta do mato e é extenso o tempo [o ciclo é longo]. Aí, quando o mato aparece muito, a gente abandona a área, deixa ela formar a mata. O tempo [de recomposição da mata], depende do local. Tem local, região, que ela forma... dentro de três a quatro anos a mata tá formada. E outras áreas, às vezes passa cinco, seis anos e a mata tá pequena, sem formar²³. Aí, quando ela forma, a gente esperou esse tempo, a terra tá semi-nova. O mato é mais pouco, nem cria tanto mato, aí derriba de novo. Quando fica velha, aí abandona de novo e vai caçar outra área pra trabalhar (...). A gente dá o nome – quando tá com uns três ou quatro anos que a gente trabalha – chama de terra encapoeirada. Porque aí a terra já tá mansa. Porque quando a gente vai derrubar a mata virgem, ela tá braba, a terra, ela não tá mansa, macia. Aí, com três, quatro anos, a gente chama – que abandona às vezes a roça – terra encapoeirada. Porque é terra velha. Porque [é assim]: derrubou o primeiro ano, daí pra frente é terra encapoeirada que dá o nome”. (C. R.L., camponês da Comunidade de Morrinhos, Uruçuí/PI).

Era comum, em caminhadas pelos sítios durante a pesquisa, os camponeses apontarem os terrenos que estavam *sendo formados*, ou seja, as áreas de terra em descanso, para reconstituição da mata. Com efeito, nesse sistema deixa-se à natureza o trabalho necessário à recuperação das terras usadas, sendo parte fundamental à administração da pequena propriedade tanto o escalonamento dos terrenos em uso e em descanso, quanto a combinação das culturas principais com culturas complementares de modo a que o terreno em uso seja bem aproveitado. A *abertura* de um novo terreno para cultivo implica a realização da chamada *broca* um pouco mais cedo do que em terrenos usados no ano anterior. Esse trabalho consiste em cortar o *mato* (arbustos) a foice para, depois de alguns dias, derrubar as

²³ Essa média de tempo de *recuperação* da mata – ou de *formação da capoeira* – como mencionado acima e por vários outros camponeses, varia conforme o terreno. De qualquer modo, o período de quatro anos é muito pequeno e contraria outras fontes (Gutberlet, 1994), sobre áreas de cerrados, que se referem, em média, a dez anos. Agrônomos, consultados a respeito, concordam em que uma boa capoeira se forma, em média, em torno de oito a dez anos. A diferença de tempo observada entre as informações dos camponeses pesquisados e as outras fontes referidas, deve ser entendida nos marcos de uma lógica que funciona, como observado por Bourdieu (1994), nos limites do senso prático. Nesse sentido, no sistema operacional desses camponeses, possuidores de pequenas áreas de terra, um terreno dificilmente pode ficar em descanso por mais tempo do que o período mínimo suficiente para o *encapoeiramento*.

árvores de maior porte a machado, as quais são depois enleiradas para a queima, após a madeira ter sido separada para ser aproveitada como lenha ou para outras finalidades.

Assim, quando há incorporação de novas áreas ao cultivo, o preparo dos terrenos – que ocorre a partir do mês de setembro em áreas já em uso – pode ser antecipado para maio ou junho:

“Inicia, a maioria, no mês de maio pra junho. Muitos deles começa brocar o mato fino, que o outro, grosso, a gente vai derrubar lá no final de agosto, que é os pau grosso que a gente chama, que [derruba] é de machado. O dia sete de setembro é o dia percurado para tocar fogo na roça. Porque o pessoal de antigamente tinha uma ciência que é o melhor dia para tocar fogo na roça, porque é bom pra roça. É uma data boa para o início do trabalho. É a ciência de quem trabalha. Todo trabalhador tem sua ciência. A gente tem um bom lucro [safra]. É a data do mês que a gente espera ter um bom lucro. Um bom dia para fazer as coisas. Quando termina de colher [a safra plantada no ano anterior] já vai brocar [novo terreno]... Às vezes é uma mata muito fechada, a gente vai e broca ela mais cedo...” (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

O sistema de *roça de toco* compreende, portanto, algumas etapas: 1/ *brocar*, derrubar e queimar o terreno da roça (em terreno velho ou abrindo novo terreno); 2/ plantar na terra limpa, sem adubo adicional além do que resultou das cinzas da vegetação queimada ou, no máximo, algum esterco; 3/ usar o terreno por um período de três a quatro anos; 4/ abandonar o terreno para que recupere a fertilidade, o que é sinalizado pelo retorno da vegetação de maior parte e pela diminuição do *mato*.

Todas essas etapas são, basicamente, realizadas à base de mão-de-obra familiar, envolvendo trabalho masculino, feminino e infantil, este iniciado entre os sete e oito anos de idade, através de *servicinhos maneiros* (leves) como costumam dizer os adultos. Por trabalho familiar entenda-se, aqui, o da família extensa, sendo comum a reunião de pais, filhas e/ou filhos e noras e/ou genros (em geral, residentes na propriedade paterna, indivisa), com suas respectivas famílias nucleares, no cultivo de terrenos. Isto significa que a família extensa trabalha coletivamente nas roças individuais de cada grupo doméstico em que seus membros se subdividem. A extensão das áreas cultivadas, a cada ano, depende, como se costuma dizer

localmente, da *disposição da pessoa*, o que significa, entre outras coisas, ter a quantidade de braços necessários para a *execução* [execução] *do trabalho*, em função da quantidade requerida da produção. Essa quantidade de braços é buscada primeiro na família e, secundariamente, em mão-de-obra contratada.

A possibilidade de ampliação da produção encontra-se, assim, diretamente relacionada ao ciclo de desenvolvimento da família camponesa que, em casos extremos de diminuição de braços, pode ver-se obrigada a contratar mão-de-obra temporária e até permanentemente. Esse é, por exemplo, o caso do Sr. F. S. L., de 61 anos, da comunidade de Bananeira. Ele, morando consigo apenas a esposa, a sogra parálitica, uma filha adolescente e um filho de nove anos, tem um morador que trabalha como vaqueiro²⁴ e, eventualmente, contrata mão-de-obra para o desempenho de outras tarefas.

O sistema de roça de toco funciona como base da produção dos principais *legumes*, como mandioca (e macaxeira), feijão, arroz, fava e milho, complementada pelo *criatório* (gado), pela *miunça* (suínos, ovinos e caprinos) e pela *criação* (aves). As culturas, todas de sequeiro, à exceção do *feijão de vazante e de brejo*, têm os seus ciclos – excetuando-se a mandioca, com ciclo entre oito e até vinte e quatro meses – no período de dezembro a julho, época de atividade intensa, com início deflagrado pelas primeiras chuvas:

“Em dezembro, planta milho, mandioca e feijão. Procura a fase da lua. Tem essa experiência. É a fase da lua e o inverno, também, porque tando molhado, às vezes, ninguém nem vai procurar [saber] como é que tá a lua. Tem vários tipos de cereais que [a gente] procura a lua. O milho e o arroz, procura a lua cheia. E a mandioca. Feijão e melancia, outros tipos de planta, é lua nova. Porque na lua cheia, o feijão engrossa a rama e não dá muito. Dá pouco, não carrega bem. É o mesmo tipo da fruta. Antigamente era quase todo mundo que tinha essa experiência. Hoje, só alguns. Acabou alguns. Poucos é que seguem aquelas experiências...” (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

²⁴ Trabalho este, contratado nos moldes das relações de patronato comuns na região, baseado na *quarta* e no cultivo de roçado próprio, como se poderá ver no capítulo VI, nas narrativas da Sr. Cesário Ribeiro Leite e da Sra. Maria Ribeiro de Moraes.

A mandioca é cultivada em duas variedades: a mandioca propriamente dita e a macaxeira. A primeira, também conhecida por *mandioca brava* ou *mandioca amarga*²⁵, destina-se ao fabrico da farinha, da goma (ou tapioca) e da puba. A macaxeira, tida também como *mandioca mansa*, é apropriada ao consumo humano, cozida ou assada. O ciclo de produção de ambas é o mesmo e, embora os camponeses distingam uma da outra, elas são, em geral, cultivadas em terrenos distintos: a mandioca, sempre em maior quantidade, na *roça*, enquanto a macaxeira, em menor quantidade, geralmente no *quintal*²⁶. O cultivo da mandioca, em função de seu ciclo relativamente longo, requer um escalonamento contínuo entre plantios mais antigos e mais recentes, de modo que se tenha sempre raízes em condições de serem colhidas para o fabrico anual da farinha.

O fabrico de farinha ocorre entre junho e julho e movimentada toda a família, podendo até mesmo ocorrer contratação de mão-de-obra, em geral feminina. Essa atividade, chamada *farinhada* ou *desmancha*, compreende um processo que se inicia com a colheita da mandioca e vai até o seu processamento. O processamento da mandioca é feito nas chamadas *casas-de-farinha*, as quais são hoje em geral equipadas com motor. Como nem todos os camponeses as possuem, é comum o uso das casas-de-farinha através de aluguel, com pagamento em produto. Esse pagamento pelo uso do equipamento tem origem no final dos anos 70, quando se inicia o uso do *motor* movido a gasolina ou óleo diesel, em substituição à antiga *roda*, de operação manual. O valor cobrado atualmente, em função do consumo de combustível, é de aproximadamente uma *quarta* de farinha e meia de tapioca. Uma quarta

²⁵ Essas denominações populares, bastante usadas Brasil afora, referem-se à maior ou menor presença de ácido cianídrico nas variedades. Na *mandioca mansa*, a proporção é menor que na *brava*.

²⁶ Como já registrado na literatura, sobretudo antropológica (Heredia, 1976, Soares, 1981, Godoi, 1999), *casa* e *roça* constituem espaços referenciais do grupo doméstico camponês. Entre os camponeses aqui referidos, esses espaços podem ser assim identificados: a casa (no *interior* e na cidade), a *roça* e o *quintal* (em ambas as casas, embora o da casa da cidade seja menor que o da casa no *interior*) e, mais recentemente, o *pasto* (cultivado) e a *serra*. A *casa*, tanto no *interior*, quanto na cidade, é a referência de assentamento da família camponesa, em estreita relação com a *roça*, espaço da produção do *legume*. O *quintal*, espaço contíguo à casa, é destinado ao cultivo de *verduras*, fruteiras, e de alguma *roça* menor, como a da mandioca, e a do milho e feijão, para serem consumidos *verdes*. É também o lugar da *bateção do feijão*, à época da colheita. Esse é o espaço onde se constroem os *chiqueiros* das aves, os fornos para confecção de bolos e biscoitos e se improvisam ou se edificam os *banheiros*: cercados de talos de buriti e sem cobertura, como se pode ver no Anexo 5, nas fotos de 24 a 26. Nas casas da cidade, o *quintal* é uma réplica, em menor escala, do *quintal* da casa do *interior*. Geralmente, nos limites entre o *quintal* e a *roça* são construídas as *casas de farinha*. Quanto ao *pasto* cultivado, este é um espaço contíguo à *roça*, porém cercado. Na fase de formação do *pasto*, certos *legumes* podem ser consorciados com o capim. Já a *serra*, esta é uma referência que surge nos últimos anos, designando o lugar do *arroz da chapada*, atividade analisada em outro item deste capítulo.

corresponde a 25 *pratos* do produto e um prato, a algo entre dois litros e dois litros e meio. É comum, ainda, que o dono da *farinhada* providencie o combustível que faz funcionar o motor, situação em que se dispensa ou se diminui o valor do aluguel.

O processo de fabricação da farinha entre os camponeses investigados é bastante semelhante ao de outros grupos rurais em diversas regiões no Brasil, tal como o descrito por Herédia (1979), embora esta autora refira-se apenas ao fabrico da farinha. De fato, além desta, extrai-se ainda, da mandioca, a *goma* (ou *tapioca*) e a *puba*. No fabrico da *goma* ou *tapioca* aproveita-se a lavagem da *massa* da mandioca utilizada para o fabrico da farinha: a água em que é lavada a *massa* é posta em descanso, em cochos (de madeira e, até mesmo, feitos de pneus de trator) sedimentando-se, ao final de algum tempo, um depósito de *massa fina*, então escorrida e posta a secar ao sol, resultando na *goma*, utilizada no fabrico de bolos e biscoitos.

A *goma* pode ser utilizada, ainda úmida, para o fabrico de *tapiocas*, nome que além de designar a própria *goma* é dado, também, à preparação feita com esse produto, que consiste em uma espécie de panqueca feita com a *goma* úmida, assada no forno da casa de farinha (ou, fora da *farinhada*, nos fogões domésticos), e em cuja preparação, geralmente, usa-se o *coco* (babaçu) ralado. Já o *beiju* é uma preparação semelhante, mas feita com a *massa* da mandioca ainda fresca, sendo, portanto, um produto feito apenas durante a *desmancha*. A *puba* é conseguida deixando-se as raízes da mandioca de molho em água, durante três a cinco dias, até amolecerem. A *massa* que se forma a partir daí é posta a secar ao sol, para depois ser utilizada no fabrico de bolos e biscoitos.

Dentre os produtos oriundos da mandioca, é a farinha o que mais se destina à venda, sendo que, geralmente, os camponeses diferenciam a farinha para consumo da destinada ao comércio. A reservada para os consumo direto da família costuma ter mais *goma*, ou *tapioca*, sendo menos *lavada* que a destinada à venda:

“Se você quer uma farinha bem boa... – porque o povo costuma assim... só lava mais quando vai vender... –, aí, tem essa treta. A farinha pra comer, [a gente] não tira a *tapioca*, fica mais gostosa” (M. R. M., camponesa, comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

O comércio da farinha, no entanto, vem, segundo depoimentos, sofrendo pesada concorrência, no mercado local, de comerciantes de farinha da região de Picos, no semi-árido piauiense.

Outro produto de grande importância para os camponeses é o feijão, sendo que os mais produzidos na região são o *caupi* ou *sempre verde*, também chamado *feijão-de-corda*, e a *fava*. O ciclo desses feijões varia entre sessenta e noventa dias e, dependendo da disponibilidade de terrenos, pode-se atingir até três safras anuais: a do *feijão das águas*, cultivado no início do *inverno*, com um ciclo de novembro a janeiro; o do feijão de *fins d'água*, cultivado no final do *inverno*, com um ciclo entre fevereiro/março e maio/junho; e a do *feijão de brejo* ou de *vazante*, cultivado entre os meses de junho/agosto a setembro por aqueles que possuam terras de brejo ou de vazante ou consigam acesso a terrenos com estas características, através de arrendamento, até mesmo nas margens do rio Parnaíba, na sede do município²⁷.

Essa variedade de feijão pode ser consumida com os grãos *verdes* ou *secos*. O *feijão verde* é bastante apreciado e, para ser consumido ou comercializado nessa condição, basta que seja colhido antes que as vagens amadureçam, sendo depois disso debulhadas manualmente. Quando seco, a colheita manual, com participação de toda a família, se faz arrancando as vagens (ou toda a planta), que são postas ao sol para secar no *quintal*, onde se realiza a *bateção*, processo pelo qual se pisa nas vagens ou se bate nelas com um *cacete* para que se soltem os grãos. Em seguida, realiza-se o trabalho de *ventar*, que consiste em separar a *palhada* (resto das plantas secas) mais grossa dos grãos, que depois são postos em peneiras que são movimentadas ao vento, para cima e para baixo, de modo que os grãos se separem, ao máximo possível, dos restos da *palhada*. O armazenamento é feito em sacos ou em *paióis* (recipientes feitos de talos de buriti). Processo semelhante é feito com a fava.

O milho, mais um dos produtos considerados indispensáveis pelos camponeses, também é plantado logo no início do inverno. Seu ciclo é de noventa dias, ao final do qual pode ser

²⁷ Camponeses já fixados na sede do município e sem terra nos *baixões* plantam *feijão de vazante* em terras cedidas ao longo do rio Parnaíba. Muitos sobrevivem, nessas condições, dessa atividade e do cultivo de hortaliças, nesses terrenos, regadas *à lata* (manualmente) e comercializadas na cidade de Uruçuí.

consumido *verde* – forma muito apreciada – assado, cozido ou em diversas outras preparações, como a *pamonha* e a *canjica*²⁸. Mas a maior parte do cultivo é colhida quando o milho está seco. Nesse caso, os camponeses fazem a *quebra* do milho, que consiste em quebrar o talo da planta, deixando-a secar no próprio roçado. Como a espiga fica voltada para baixo, ela nem apodrece, caso caia alguma chuva, nem é consumida por pássaros, já que fica misturada à folhagem. Esse processo de armazenagem natural permite ir colhendo as espigas aos poucos, por um período de até três meses, após o qual se colhe o que restou, debulha-se ou não e armazena-se em sacos, tambores ou *paíóis* de buriti. O milho seco destina-se em grande parte à ração animal e, ainda, em pequena escala, ao consumo humano, processado (moído ou ralado) para várias preparações alimentares.

O arroz, outro produto básico nesse sistema de roça de toco, era até pouco tempo atrás cultivado no *brejo* e no *baixão*. Atualmente, vem sendo cada vez mais plantado nas chapadas. Os camponeses referem-se a dois tipos de arroz, relacionados à duração do ciclo: o *tardão* (ciclo longo: quatro meses) e o *ligeiro* (ciclo curto: três meses). Em geral, nesse sistema agrícola extremamente dependente de chuva, a preferência recai sobre o arroz *tardão*. Isto porque, segundo a experiência dos sujeitos depoentes, o arroz *tardão* é mais resistente à escassez de chuva durante o seu ciclo que, por ser mais longo, favorece a recuperação dos efeitos dos veranicos que possam ocorrer no período:

“Depende do tipo de arroz que planta. Porque se plantar em dezembro, o arroz *tardão*, quando for em abril, ele já tá maduro. É quatro mês, dentro de cinco. E o [arroz] *ligeiro*, é noventa dias. Três meses. Se plantar em dezembro, em fevereiro, março, tá colhendo. A diferença é que o *tardão* tem como ele formar mais, e o *ligeiro*, se ele pegar trinta dias de sol, acabou-se o arroz!, não tem como ele recuperar mais. O *tardão*, não. Embora ele pegue trinta dias de sol, quando ele chove, ele recupera e acontece de não perder a *parição*, que é a época dele soltar o cacho. Na última frase [fase] do arroz, a gente chama ele de *embuchado* [grávido], com a bucha toda criada. Aí, a gente diz: “- Tá na hora de parir” (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

²⁸ A *pamonha* é uma preparação feita a partir do milho verde ralado, cuja massa é cozida enrolada na própria palha. Já a *canjica* é uma espécie de mingau, feito a partir da massa extraída do milho verde. Aliás, no sudeste brasileiro, esta preparação é conhecida como *mingau de milho verde* ou *curau*.

No entanto, muitas vezes, o produto estocado na safra anterior é insuficiente para atender às necessidades de aprovisionamento da família até à safra seguinte. Nesses casos, a necessidade que a família tenha, do produto, é que vai determinar o tipo do arroz a ser cultivado, sendo comum até mesmo o plantio de uma parte do terreno com arroz tardão e outra com arroz ligeiro. Essa necessidade leva, inclusive, ao consumo do chamado *arroz torrado*: parte do arroz é colhido verde e torrado, com casca, para depois ser pilado e consumido. Este hábito, surgido da necessidade, acabou por gerar um gosto pelo arroz torrado como um prato especial.

A colheita do arroz é feita manualmente, cortando-se os cachos que são postos dentro de casa, formando montes. Quando se colhe todo o arroz, faz-se a *bateção* dos cachos, ainda dentro de casa e, em seguida, *venta-se* o arroz que é então posto, sobre lonas, para secar ao sol, durante dois dias. Após a secagem, os grãos são ensacados, com casca. À medida que vão sendo utilizados no consumo alimentar, são pilados, pelas mulheres, em pilões de madeira, ou, como já ocorre ultimamente, com freqüência, são *limpos* nas máquinas beneficiadoras de arroz, que já existem em algumas comunidades e, em maior escala, na sede do município.

Esses são os principais *legumes* para cuja produção anual volta-se o esforço das famílias camponesas. Esse esforço baseia-se em grande medida no emprego do trabalho humano e animal e menos na energia proporcionada pelos combustíveis e aperfeiçoamentos técnico-científicos. Eric Wolf caracteriza sistemas como esse, ancorados nesse princípio da energia do trabalho humano animal, como ecótipos a meio caminho entre modelos paleotécnicos e neotécnicos (Wolf, 1976). As principais ferramentas utilizadas na agricultura são a enxada, a foice, o facão, usadas nas diversas etapas do preparo do terreno, a foice e o facão, na colheita de alguns produtos, e a matraca (plantadeira manual), no plantio dos grãos, com exceção da fava (a matraca não permite a passagem do grão da fava, maior que os demais).

As técnicas de cultivo baseiam-se o consórcio de plantas, chamado de *plantar junto* (milho + feijão, milho + fava, mandioca + feijão), cujo oposto é o plantio *solteiro* ou *sozinho*. Para os camponeses, estas associações *enfraquecem* a produção; no entanto, são bastante praticadas,

dependendo das condições de cada família para, a cada ano, trabalhar maior ou menor quantidade de terra. É comum, ainda, a sucessão de cultivos numa mesma área, na dependência dos ciclos de cada um dos *legumes* e da observância de seqüências que leva em conta certas culturas consideradas como *amansadora de terra*, caso, por exemplo, da mandioca, em cuja área, depois de colhida, costuma-se plantar feijão. Nos cultivos dos *legumes*, o adubo utilizado origina-se das cinzas das queimadas, não sendo usual os adubos químicos. O *estrume* (esterco do gado) é mais utilizado, em geral, em plantios de menor escala, como hortas.

Esses camponeses não utilizam sementes certificadas, e sim os grãos guardados de um ano para o outro, da própria safra ou de algum vizinho ou amigo:

“Semente da gente. Seleciona na época da colheita, já tira separado, pra planta. Guarda em saco, em coifos. Não põe veneno. Hoje em dia é que tão jogando veneno em tudo e a gente tá comendo coisa botada veneno. O feijão, a gente usa guardado em depósito: coifo [espécie de cesto, feito de tala de buriti], tambor, areado [misturado com areia], de um ano para outro, não dá inseto nenhum. A semente da planta, a quantidade depende da área que vai plantar. Esse ano eu já tou previsto: separei um saco. Com um saco se planta muita terra, porque não pode plantar muito de primeiras água porque ele [o feijão] enfiça [fica viçoso; produz muita folhagem] muito, vai muita terra e pouco feijão... O de primeiras água planta com a mandioca ou com o milho” (G. P. S. camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

As técnicas de colheita são também manuais e a armazenagem dos produtos se dá em sacos ou em *paióis*, feitos de talos de buriti.

Aliás, o sistema de *roça de toco* praticado nos *baixões* associa-se estreitamente, ao extrativismo do buriti (*Mauritia vinifera*), do babaçu (*Orbygnea phalerata*), denominado localmente de *coco*, e de um tipo de coqueiro anão denominado piaçaba ou *caroço só* (*Attalea* sp.), também conhecido como *tucum anão*. Todas estas espécies são encontradas em abundância nos *baixões*. O babaçu, embora produza durante todo o ano, é recolhido em geral no verão, porque no *inverno* fica *encharcado*. Além de seu consumo *in natura*, extrai-se, dele, ainda, o óleo ou azeite para alimentação humana, sendo esta, em regra, a fonte da gordura utilizada no preparo dos alimentos (cf. no capítulo VI, narrativa do Sr. Cesário Ribeiro Leite).

O buriti é recolhido entre outubro e janeiro e sua polpa é utilizada em várias preparações alimentares, que vão da *semberemba* ou *tiquára*, uma espécie de suco espesso (com a consistência de um creme), feito da polpa fresca e consumido com beiju ou farinha, até doces. O óleo ou azeite extraído do buriti tem finalidade terapêutica, sendo indicado para *pegada de cobra* e ferimentos. Tanto o *coco*, quanto o buriti são utilizados, ainda, no fabrico de sabão.

As palhas e *talas* (fibra flexível retirada do caule) dessas espécies vegetais são largamente usadas nas construções e coberturas de casas, construção de *chiqueiros* para aves, confecção de *coifos*, peneiras, abanos, esteiras e porta-utensílios domésticos. Do tronco, constróem-se *paióis* para guardar grãos, cestos, cercas em volta das casas e canteiros, *chiqueiros*, banheiros nos *quintais*, portas das casas, móveis, etc. e das *embras* ou *talas* confeccionam-se utensílios diversos, como o *tapiti* (feito de *tala* de buriti, utilizado na *farinhada* para pôr a massa da mandioca para escorrer). De fato, a participação do *coco* e do buriti na economia camponesa dos cerrados piauienses é inestimável²⁹:

“Aqui na roça, a gente vive é assim. Do coco e do buriti, nada se perde. A gente aproveita até o carvão.” (H. A. S., camponesa da comunidade de Bananeira, Uruçuí/PI).

Esse carvão utilizado nos fogões domésticos é feito, pelas mulheres, das cascas dos cocos e, até mesmo, dos frutos inteiros, quando os há em excesso.

Concentrando a maior parte dos esforços familiares na produção do *legume*, os camponeses produzem complementarmente, em menor escala, e sem uma regularidade nos ciclos anuais sucessivos, outros produtos como frutas (laranja, limão, tangerina, banana, abacaxi, goiaba, abacate, caju) e *verduras* (coentro, cebolinha, tomate, pimentão, cebola, alho), além do algodão, em geral, cultivados nos *quintais*. Alguns possuem pomares um pouco maiores, visando, também o comércio, porém, a maioria cultiva estas espécies em pequena escala, para consumo familiar.

²⁹ Ver no Anexo 5: Caderno de registro Fotográfico, alguns exemplos dessa larga utilização. (Foto 13 e fotos de 21 a 24).

Esse é o sentido, também, da *miunça* (suínos, ovinos e caprinos) e da *criação* (galináceos). Nos últimos anos, a miunça diminuiu muito, devido à restrição ao uso das chapadas e à exigência de criar os animais presos, já que eram tradicionalmente, criados soltos entre o baixão e a chapada. Essa restrição gera uma super-safra de produtos naturais dos cerrados, outrora consumidos pelos animais:

“O porco era solto para cevar [engordar] com buriti. O caroço do buriti e do pequi e o cajui [caju pequeno, natural da chapada]. Ele fica cevado³⁰. Hoje, não cria mais. Ai, perde pequi, cajui, buriti e a gente não liga mesmo pra aproveitar porque não tem concorrência [não tem venda, já que todos apanham para si] Só panha mesmo pra comer...” (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

É ainda no *baixão* que se realiza o trabalho de *formação de pasto*, com o cultivo de forrageiras como os capins *agropol* (*Andropogon gayanus*), *napiê* (*Pennisetum purpureum*) e *brequiara* (*Brachiaria decumbens*), em áreas cercadas, em torno de um a dois hectares no máximo, porquanto os rebanhos de gado *vacum* atingem até sessenta cabeças, envolvendo vários proprietários (pais, filhos, genros) de uma mesma família.

Além de abrigar as moradas dispersas dos camponeses, é também no *baixão* que se encontram pequenos núcleos comunitários, os povoados, nos quais se localizam a capela, o grupo escolar, um posto de saúde (onde existe), algum estabelecimento comercial e umas poucas casas. São locais de reuniões para fins diversos, de celebração religiosa e festiva, como, por exemplo, as festas dos santos padroeiros, realizadas nos meses seguintes às colheitas, a maioria delas concentrando-se entre junho e agosto. O *baixão* descortina-se, portanto, como o *locus* de uma sociabilidade que envolve aspectos diversos das populações que ali vivem. Tradicionalmente, é o lugar de constituição da posse e da propriedade, como se verá na narrativa do Sr. Cesário Leite (capítulo VI), despontando, material e simbolicamente, como o ponto nevrálgico do processo de territorialização camponesa (cf. mapa cognitivo da comunidade de Bananeira)³¹.

³⁰Segundo Ferreira (2000), *miúça* ou *miunça* é uma designação dada entre os camponeses nordestinos ao gado caprino e *ovelhum*. Entre os camponeses investigados, essa definição estende-se também aos suínos.

³¹ Elaborado pelo sr. Francisco de Souza Lima, cuja narrativa oral encontra-se reproduzida no capítulo VI. Cf. no Anexo 7, algumas informações complementares ao mapa, prestadas pelo seu autor.

5.3.2.- A lógica da *chapada*

Ao contrário do que afirmam as *narrativas mestras*, as chapadas sempre foram incorporadas ao cálculo econômico das famílias camponesas quer pelo extrativismo de madeira, para construções e fabrico de móveis, de frutos e plantas, para alimentação humana e animal ou ainda de ervas terapêuticas, quer pela caça, criação do gado e caprinos *na solta* e até mesmo por alguma agricultura de sequeiro – pequenas roças de mandioca e feijão – praticada nos *tabuleiros* ou nos *ourela do baixão* (área de transição entre o baixão e a chapada).

Um aspecto interessante nesta questão que pode, em princípio, induzir em erro é que os próprios camponeses costumam dizer, em conversas iniciais, que a chapada não tem *utilidade* no sistema tradicional. No entanto, à medida que se aprofundam as conversas com os sujeitos depoentes e aumenta a convivência com eles e com suas formas de trabalho, em seu ambiente de vida, vai-se delineando para o observador um conjunto de práticas e atividades desenvolvidas na chapada que são indicativas da importância desse ecossistema para a reprodução social dos camponeses no ambiente dos cerrados. Aí, sim, torna-se claro o sentido da falta de utilidade referida pelos camponeses: trata-se de utilidade para o cultivo agrícola do *legume*, em particular, no interior de uma estrutura de técnicas na qual este é apenas um componente, embora *strictu senso*³².

Como visto nos capítulos anteriores, os solos da *chapada* só passaram a ser considerados propícios à prática da agricultura com as tecnologias geradas pela *Revolução Verde*. Esse terreno tampouco era tido pelos camponeses como *lugar de agricultura*. No entanto, a agricultura camponesa no ambiente dos cerrados, tomada como parte de um sistema produtivo em sentido mais amplo, supõe uma articulação essencial entre *baixões* e

³² Este aspecto é destacado em virtude da argumentação, feita por alguns pesquisadores, segundo a qual são os próprios camponeses que afirmam a *inutilidade* da chapada nos sistemas tradicionais. Essa argumentação atribui aos próprios camponeses uma visão reducionista da reprodução camponesa (que a restringe a *cultivo agrícola*), desmentida porém pelas práticas camponesas reais e por seus conhecimentos e falas manifestados em aproximações menos superficiais. Cremos que se trata aí de um contrabando ideológico das idéias das *narrativas mestras* sobre as chapadas como zonas vazias (sem usuários), aqui supostamente confirmadas pela idéia de que seriam zonas sem usos.

chapadas. Nesse sentido, se o *baixão* é o lugar do assentamento, da posse, da propriedade, da morada, da delimitação dos parentes e vizinhos, da nucleação em pequenas comunidades, a chapada é o mundo a perder de vista, terra de ninguém e, portanto, de todos – cujas funções são nem por isso menos básicas para a economia camponesa. Nesse sentido era, no *sistema antigo*, segundo os camponeses, o lugar do uso em comum da *terra voluntária*, sem cercamento³³:

“Criatório, antigamente, era solto no mato, aí. Não tinha negócio de cercar, não. Eles [o gado] comiam na serra; no inverno, desciam para o baixão, bebiam e ficavam na solta mesmo. Mesmo no verão, na serra tem sempre um lugar que fica mais frio e eles procuram. Nunca [o gado] foi [criado] eternamente cá no baixão, junto da aguada. Sempre ia procurar [comida] pra fora (...). Naquele tempo antigo, não tinha negócio de plantar capim. Era solto, o gado, não tinha trabalho com criatório, não. Hoje em dia é que a gente tá tendo. Tinha muita terra e pasto à vontade. Hoje, [o gado] tem que ser preso: plantar o pasto, fazer a cerca primeiro, pra criar o gado preso dentro, na chapada ou no baixão” (F. S. L., camponês da comunidade de Bananeira, Uruçuí/PI).

O imaginário da *chapada* é rico e cheio de simbolismos. Um bom exemplo desse simbolismo é encontrado, por exemplo, na obra de Guimarães Rosa já referida no capítulo II. Nas narrativas populares dos habitantes dos cerrados piauienses, circula uma versão da *chapada* como lugar em que aparece a *luz do campo*, também chamada de *fogo do campo*, descrita como uma *bola de fogo* que aparece à noite. Essa luz é referida como sendo a alma de falecidos donos de fortunas enterradas em locais inconfessados. Essas histórias de fortunas enterradas em cumbucas são comuns no mundo rural brasileiro. No caso da chapada, vale a pena transcrever uma história que circula entre ex-empregados de grandes projetos que juram ter visto a *luz do campo*, quando trabalhavam à noite, na chapada:

“A luz do campo: o pessoal comenta que diz que foi esse pessoal dos antigos que enterraram dinheiro nas chapadas, porque naquele tempo não tinha banco, né? Então eles enterravam, botavam numa cumbuquinha de cuia, aí enterravam. Aí, quando ia procurar o dinheiro, que chegava lá, não encontrava mais. Aí, depois, começou essa história aqui dessa luz do campo, começada disso. Ela é redonda, tipo um farol de carro. Só aparece à noite. Já vi. Eu tava trabalhando no campo, na época, num projeto, projeto Merola, de frente à Saponga, plantado

³³ Sobre a visão de *terra voluntária*, ver a narrativa do Sr. Gervásio Pereira de Santana, no capítulo VI.

caju. Era uns quatro tratoristas, trabalhando à noite. Aí, apareceu! Nós ficamos preocupados: de onde é essa luz? Aqui não vem carro aqui!... Não era carro, porque lá nem estrada tinha. A luz saiu foi do mato. Aí, com pouco, a luz desapareceu. No dia seguinte eu falei pra o patrão: de noite, não trabalho mais. Todos quatro vimos. E já ouvimos falar dela na Fazenda Mafisa, na Serra Branca, onde hoje é o Projeto Cotrirosa e em vários projetos. Motoristas de ônibus também, diz que já viram ela. De longe, pensavam que era carro. Quando chegava perto, não era... desaparecia!” (G. S. B., Uruçuí/PI).

No depoimento acima, destacam-se dois pontos: um é o relato fático de um fenômeno. O outro é que esse fenômeno é interpretado como indicio da existência de dinheiro enterrado por antigos. Quanto ao primeiro ponto, esse tipo de visão é muito comum e a *luz do campo* tem toda a aparência do *fogo-fátuo*, da *fata morgana*, da *bola-de-fogo* (na Amazônia), e de *discos voadores* (vistos por *hippies* no litoral baiano). O fogo-fátuo é uma “inflamação espontânea de gases emanados de sepulturas e de pântanos” (Ferreira, 2000: 921).

Quanto ao segundo ponto, a associação da *luz do campo* a fortunas acumuladas em segredo, e escondidas em locais ermos pelos antigos, aponta para outras idéias. Certamente a *luz do campo* é uma marca da presença humana antiga nesses locais. E ao mesmo tempo assinala que esses locais de certa maneira, são ermos, *fim-de-mundo*, e têm um matiz sobrenatural. E hoje, com o processo de incorporação, essas marcas sobrenaturais como que perseguem os peões noturnos ocupados nas tarefas de *incorporação* das chapadas – como a lembrá-los de que elas não são lugares *vazios*, e sim lugares cheios de mistério. E, além disso, a lembrar que acumular dinheiro – em vez de usar a riqueza para provisionar a vida – produz castigos permanentes, ilustrados pelo possível destino das almas dos antigos – *almas penadas* – que, em vida, enriqueciam e não queriam partilhar sua riqueza e por isso escondiam-na em cumbucas nunca reencontradas pelos seus antigos donos.

Esse relato e sua interpretação nos termos do imaginário rural sugere, assim, algumas hipóteses a serem melhor verificadas. Um delas é a de reação de trabalhadores às condições de trabalho nos projetos, incluindo-se o trabalho noturno ao qual não estavam habituados, e

talvez à própria incorporação das chapadas que aparecem aqui como locais de há muito ocupados por *donos* simbolizados cujas almas parecem acompanhar as fortunas enterradas³⁴.

Essa chapada misteriosa oferece uma pastagem natural chamada, localmente, de capim *agresto* (*Trachypogon* sp.) que alimenta o gado no inverno e em boa parte do verão, além de uma variedade de outras espécies vegetais, como a faveira (*Parquia platicefala*) – uma especificidade dos cerrados piauienses, não encontrada nos cerrados do Brasil central –, consumidas pelos animais. A pastagem natural, constituída pelo *capim agresto*, implica um manejo anual feito à base de queimadas:

“O uso do capim agresto [agreste] depende das época. A maioria, o pasto sai nas primeiras águas e fica até junho, julho. Algumas partes. Outras partes, já sendo agresto de dois anos, sem queimar, já no mês de junho, a gente taca fogo pra não criar cobra dentro daquele agresto... A gente não deixa muito por causa de não criar cobra pra morder os bicho [gado], evita os inseto se ajuntar e aí cria o pasto pro gado (...). A época de verão, de junho em diante, a gente usa queimar o mato para sair a babuja [folhagem] nova –, num sabe? –, pro gado se refrigerar. Aí, a gente começa em junho, julho, esse período, fazer queimada, pra fazer babuja pro gado. Aí, quando parte de agosto em diante, só toca fogo mesmo pra, de início de primeiras água, sair o pasto pro gado comer, porque, aí, não sai mais babuja nenhuma. Só faz queimar mesmo pra limpar, pra criar pasto novo. A maioria das queimadas a gente faz nesse tempo, mas não pra esperar pasto [imediato, ou seja, a babuja]. Pra esperar pasto [imediato] é de junho pra julho. Sempre não falta. Quando não tem pasto seco, tem o verde. As queimadas, a gente faz cedo, enquanto o terreno tá fresco [resto de umidade do inverno]... e tem o brejo que não seca muito... aí o gado desce. Eles vêm por conta própria, pro brejo que não seca. Desce pro brejo, sobe pra chapada, pra comer a flor do pequi, a fava-danta”. (G. P. S., camponês da Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

Na utilização do fogo para formação do pasto nas chapadas, as árvores maiores são atingidas e, em parte, segundo os sujeitos depoentes, *sapecam mas brotam de novo*. Para evitar danos maiores à vegetação da chapada, os camponeses costumam fazer *aceiros* (faixas capinadas) em volta da área que vai ser queimada, para que o fogo não se espalhe.

³⁴ Essa interpretação é similar à que Michael Taussig dá a certas crenças (pactos com o diabo por exemplo) como protestos contra o capitalismo feitos em uma linguagem fetichista, pré-capitalista (Taussig, 1989).

Os habitantes dos cerrados utilizam-se ainda de uma enorme variedade de outras espécies vegetais, que, embora possam ser encontradas nos baixões, estão presentes em maior escala nas chapadas. Algumas são alimentares, como a cagaita (*Eugenia dysenterica*), a mangaba (*Hancornia speciosa*), a guabiroba (*Campomanesia* sp.), o pequi (*Cariocar coriaceum*)³⁵, o bacuri (*Platonia insignis*), o cajú (*Anacardium* sp.) - caju pequeno, típico do cerrado); outras são terapêuticas, como o angico (*Anademanthera macrocarpa*), a catinga-de-porco ou pau-de-rato (*Caesalpinia pyramidalis*), o barbatimão (*Stryphendron coriaceum*), a fava-d'anta (*Dimorphandra gardneriana*) e a pustemeira³⁶.

Há, ainda, espécies fornecedoras de madeiras, como a massaranduba (*Manilkara* sp.), a sucupira (*Bowdichia virgilioides*), a aroeira (*Astronium urundeuva*), o pau d'arco amarelo (*Tebeuia serralifolia*) e o pau d'arco roxo (*Tebeuia avellanadae*), o angico (*Anademanthera macrocarpa*), a candeia (*Plathymenia reticulata*), o jatobá (*Himeneae* sp.), a caraíba (*Tebeuia cariba*). Algumas espécies são utilizadas para outras finalidades, caso da sambaíba (*Curatella americana*), ou *lixeira*, cujas folhas possuem grande concentração sílica, sendo usadas como buchas para lavar utensílios domésticos; do pau-de-terra (*Qualea grandiflora*) usado para lenha; do referido barbatimão, que também é usado para curtimento de peles e do tingui (*Magonia glabrata*), para a fabricação caseira de sabão.

Entres as espécies animais, algumas têm a carne bastante apreciada para o consumo, como o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*), o tatu-peba (*Dasybus* sp.) e o tatu-galinha ou verdadeiro (*Dasybus novemcinctus*), a ema (*Rhea americana*), a seriema (*Cariama cristata*), a perdiz

³⁵ O pequi ou piqui é um dos frutos das chapadas, cuja safra ocorre no inverno, com larga utilização pelos camponeses. Seu fruto é comestível e consumido tanto in natura, quanto cozido, em preparações diversas. Da sua polpa, extrai-se o azeite ou óleo considerado medicinal e ainda se fabrica o sabão. Além disto, o fruto é comercializado nas cidades, sua árvore serve de alimento para o gado e o caroço é utilizado na produção de carvão para uso doméstico.

³⁶ A classificação científica da *pustemeira* - designação dada localmente a uma planta utilizada terapêuticamente para ferimentos, não foi localizada nem nas obras consultadas nem junto a biólogos e agrônomos com algum conhecimento da região. Quanto à *fava d'anta*, esta é utilizada pela indústria farmacêutica para produção de medicamentos, sendo recolhidas pelas populações locais dos cerrados que a vendem aos intermediários que negociam com os laboratórios (Anexo 5, Caderno de registro fotográfico, foto 12). O laboratório Merck (Andrade, 1995) é um dos compradores da *fava d'anta*.

(*Rhynchatus rufescens*), a cutia (*Dasyprocta agouti*), veados (*Ozoteceros* sp., *Mazama* sp. e *Mazama gouazoubira*.), a paca (*Cuniculus paca*) e a preá (*Cavea operea*)³⁷.

A *chapada*, portanto, não é um espaço inútil ou desvalorizado pelos camponeses, como poderia parecer à primeira vista. O que de fato fica evidenciado é que as populações camponesas nos cerrados vivem entre o *baixão* e a *chapada*, desenvolvendo entre ambos suas estratégias de reprodução social. No entanto, as limitações impostas à operacionalização do conhecimento tradicional baseado na existência de terras livres e abundantes, limitações estas trazidas pela incorporação das chapadas à moderna agricultura de grãos, induzem os camponeses a buscar novas soluções, através do que já foi chamado de um *processo cognitivo dinâmico* (Suarez et al, 1983).

É, portanto, a partir da própria necessidade de reprodução social que os camponeses desencadeiam novos ajustamentos e atualizações no modelo tradicional. Nesse sentido, destacam-se algumas inovações no modelo-padrão, como o uso de trator nos *baixões*, ainda incipiente, mas procurado principalmente para a formação de pasto e ampliação das roças, e o plantio de arroz na *chapada*. O uso do trator permite ampliar a quantidade de terra trabalhada nos *baixões*, possibilitando o cultivo de até cinco hectares de *legume*. O *arroz da chapada* é uma estratégia de ampliação do acesso à terra e do aumento do volume na produção do arroz de sequeiro. Esta última atividade, intimamente relacionada à incorporação das *chapadas* pela agricultura moderna, será abordada ainda neste capítulo.

5.4- Apropriação tradicional versus territorialização do capital

“lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fecho...”
(Guimarães Rosa, 1956: 9).

No capítulo III, foi examinado o processo de reterritorialização em curso no Nordeste. Aqui, ele é abordado em relação aos espaços tradicionalmente utilizados pelos camponeses

³⁷ A nomenclatura científica aqui utilizada para espécies vegetais baseou-se em Braga (1960) e em texto da Embrapa-Uepae Teresina (1982), e para espécies animais, em Carvalho (1979) e em texto da Auditoria Ambiental (1998). Foi importante, ainda, a orientação de José Herculano de Carvalho, pesquisador do Centro de Pesquisa Agropecuária Meio Norte da Embrapa (Embrapa-CPAMN).

dos cerrados do sudoeste piauiense, mais especificamente, do município de Uruçuí³⁸, num contexto de mudanças que atingem a forma de apropriação tradicional desses agricultores, num ritmo e com alcance impressos pela territorialização do capital deslanchada nos anos 70, até então desconhecidos dessas populações.

A relação dos camponeses com os diversos ecossistemas dos cerrados, abordada na seção anterior deste capítulo, evidencia a importância da conjugação da posse individual nos *baixões* com o uso coletivo das *chapadas* consideradas tradicionalmente como terrenos de usufruto comum, e integrando dessa forma o cálculo econômico das famílias camponesas. As regras de uso coletivo dessas áreas atualizam-se sobre uma base física, a partir do *baixão*, e essa base física é tratada como um território/lugar (ver capítulo III). A versão, difundida pelas narrativas mestras, de que os camponeses não usam as chapadas – *espaços vazios* – e que portanto não estariam sendo expulsos dessas áreas, é refutada por depoimentos que enfatizam a sua importância para a reprodução social camponesa:

“usava a chapada pra sobrevivência dela porque tirava o piqui e comia, né? Fazia sabão e tingui também era tirado, que é uma planta que faz sabão... É... eles criavam. Tinha gente que tinha gado. Não era muito, mas criava à vontade. Tinha um espaço que ele usava à vontade. Então eu, na minha opinião, pelo que eu conheço daqui, eles foram expulsos, não que eles chegaram e expulsaram: “– Vai embora daqui!”. Mas eles [projeteiros] compraram. Eles tinham muito dinheiro, jogavam nas mãos deles [camponeses] coitados, pensavam que o dinheiro nunca ia se acabar. Quando o dono não queria vender, eles cercavam tudo, tudo! Como é que a criatura ia ficar lá? Acostumado a viver num campo grande, como é que ia viver sem poder criar uma galinha? Houve isso. Isso é comprovado. Muita gente viveu isso” (M. P. P., presidente da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais, do município de Ribeiro Gonçalves/ PI).

Como foi visto no capítulo IV, no âmbito da política geral de modernização da agropecuária o governo do Piauí, através da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI) colocou grandes extensões de terras públicas à venda, no sudoeste piauiense, sob as

³⁸ Alguns dados sobre população, estrutura fundiária e produção, do município de Uruçuí, são apresentados no Anexo 8. Esses dados que não são objeto de análise direta, aqui, contribuem para se ter um retrato desse município que, como os demais da região, tem na exploração agropecuária sua base econômica.

seguintes condições: as áreas deveriam ter no máximo 3.000 ha para pessoas físicas, e 25.000 ha para pessoas jurídicas; deveria haver projeto de exploração produtiva agrícola; as terras retornariam ao patrimônio público se no prazo de cinco anos o projeto não fosse viabilizado. A quantidade de projetos, hoje abandonados, sem que suas áreas tenham retornado ao patrimônio público, atesta a inobservância de tais condições (Monteiro, 1993).

De fato, os projetos financiados pelo Fundo de Investimento do Nordeste, o FINOR/Agropecuário e pelo Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) permitiram a apropriação privada de grandes áreas de terra no sudoeste piauiense, tido até então como uma região de baixa dinâmica econômica e que, a partir dos anos 70, seria palco de grandes transformações. Em relação ao FISSET, conforme Oliveira (1999) houve, no Piauí, um desvirtuamento da política de reflorestamento:

“nas outras regiões do país, de fato este fundo [FISSET] financiou o reflorestamento de áreas devastadas, mas no caso do Nordeste e especialmente no Estado do Piauí, este programa financiou o próprio desmatamento, para em tese realizar o reflorestamento. Os recursos financeiros eram repassados ao longo de quatro anos para (...) efetuarem o desmatamento e nudez total da terra (...) para plantio da espécie arbórea *Anacardium occidentale* – castanha de caju, alterando radicalmente a biodiversidade (...)” (Oliveira, 1999: 3)³⁹.

Nesse processo de territorialização do capital, com conseqüente intensificação da concentração fundiária, na região, o FINOR-Agropecuário desempenhou um papel importante, financiando a compra de terras para grandes investidores, caracterizando-se, à época, a *valorização futura* (Moraes e Messias da Costa, 1987), já referida no capítulo IV. De acordo com Monteiro,

“(...) 48,1% do total das terras dos projetos financiados pelo FINOR (...) [sendo que] a área dos projetos corresponde a 47,2% do estrato de 10.000 ha. e mais (...). sabe-se que o FINOR-Agropecuário tem sido, desde sua criação, um mecanismo orientado para a instalação de grandes propriedades no Nordeste e particularmente no Piauí, com o objetivo de modernizá-las. Para tanto, o Estado coloca várias áreas de terras devolutas à venda. Os grandes capitalistas, então, adquirem essas terras. Compreendendo que representam um meio de

³⁹ Para se ter uma idéia da área financiada, em Uruçuí e Ribeiro Gonçalves, cf. Anexo 3.

produção passível de valorização, uma vez que a simples monopolização já garante um ganho patrimonial para o proprietário da terra” (Monteiro, 1993: 115-117).

o baixo preço da terra, à época, compensava os custos para aumento da fertilidade do solo, vindo a calhar para “(...) a opção do empresariado brasileiro de se proteger da crise econômica vigente no país, adquirindo terras, financiadas pelo FINOR-Agropecuário que se constituiu, no fundamental, num mecanismo de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada” (Monteiro, 1993: 104).

Ressalte-se que esse tão decantado baixo preço da terra, discurso utilizado, inclusive, pelo Governo do Piauí para atrair investidores, como vimos no capítulo IV, esconde questões de apropriação ilegal de terras na região, o que, juntamente com outros problemas agrários piauienses, viria a merecer, em 1997, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito [CPI] dos Conflitos Agrários e da Análise Jurídica das Alienações das Terras Públicas Patrimoniais, que apresenta, entre suas conclusões, a constatação de que:

“atualmente, a ocorrência de conflitos agrários está disseminada em todo o território do Estado do Piauí e decorre do confronto de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e grupos empresariais que são proprietários de imóveis rurais, na maioria dos casos, adquiridos, por compra, por desmembramento do Patrimônio Imobiliário Rural Estadual. Principalmente quando os conflitos agrários ocorrem nos municípios das regiões Sudeste e Sudoeste do estado” (Assembléia Legislativa do Piauí, 1998: 70).

Para a referida Comissão Parlamentar de Inquérito (Assembléia Legislativa do Piauí, 1998: 70), a Companhia de Desenvolvimento do Piauí e o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) foram ineficientes em suas atuações como administradores do Patrimônio Imobiliário Rural Estadual e executores da Política Fundiária Estadual em virtude de duas razões: realizaram uma anti-reforma agrária, ao vender terras públicas estaduais a pessoas físicas e jurídicas de direito privado, o que resultou no surgimento de novos latifúndios (dissimulados em empresas rurais); e promoveram doações de terras públicas estaduais aos excluídos sociais em frações inferiores ao módulo rural do município de localização, o que redundou no surgimento de novos parvifúndios e minifúndios. Além disto, segundo a mesma CPI, a Companhia de Desenvolvimento do Piauí e o Instituto de Terras do Piauí teriam sido

negligentes na administração do Patrimônio Imobiliário Rural por não terem ajuizado as Ações Discriminatórias para dimensionar e incorporar as terras devolutas estaduais a esse patrimônio, possibilitando, assim, a ocupação de terras públicas do estado por especuladores.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (Assembléia Legislativa do Piauí, 1998: 70) registra, também a atuação, nesse processo, de agenciadores de terras públicas estaduais, repassadores de informações, sob a forma de assessoria prestada aos compradores interessados na aquisição dessas terras por preços abaixo dos praticados no mercado imobiliário. A ação dessa assessoria consistia em informar aos interessados sobre os quantitativos de terras públicas incorporadas e em fase de incorporação e sua localização, com a provável conivência de informantes que tinham acesso aos acervos e arquivos da Companhia de Desenvolvimento do Piauí e do Instituto de Terras do Piauí.

Esses são aspectos que ajudam a compreender o processo de territorialização do capital deslanchado no sudoeste do Piauí, cujo ponto de largada foi dado pelos chamados *projeteiros*, nos anos 70, sucedidos pelos *gaúchos*, nos 80. Na linguagem local, o termo *projeteiros* designa os investidores – do Centro-Sul e do Nordeste brasileiros – que, ainda na década de 70, foram atraídos, para o sudoeste piauiense, pela possibilidade de adquirir grandes extensões de terra via projetos financiados pelo FINOR/Agropecuário e Fiset.

O termo – *projeteiros* – derivado da palavra projeto, incorporou-se definitivamente ao vocabulário local, a partir dos 70, ganhando, posteriormente, uma conotação depreciativa, ante a constatação do fracasso e conseqüente abandono da maioria dos empreendimentos implantados⁴⁰. Esse abandono dos projetos teve enorme repercussão na vida de grande parcela dos habitantes dos municípios da região já que à época de sua implantação, tais projetos apareciam como possibilidades de emprego e de *progresso*. Naquele contexto,

⁴⁰ De acordo com Oliveira (1999) o fracasso desses empreendimentos foi motivado por fatores como: política de incentivos, via Fiset, que, equivocadamente destinou recursos públicos diretamente para o desmatamento; utilização de uma cultura inadequada para reflorestamento, caso da castanha do caju que requer sistemático manejo; descompromisso dos *projeteiros* que não implementavam as tecnologias preconizadas, como correção de solo e tratamentos culturais. De fato, os projetos, via de regra, eram abandonados, logo após o recebimento de todas as parcelas do financiamento.

muitos camponeses chegaram a vender suas pequenas áreas de terra, mudando-se para a sede dos municípios, confiantes no alcance de melhores condições de vida, além de serem pressionados a vender ou a abandonar suas pequenas propriedades ou posses devido ao encurralamento progressivo promovido pelos grandes projetos⁴¹.

O termo *gaúchos*, por sua vez, refere-se aos novos produtores rurais, predominantemente do Sul do país, mas não apenas do Rio Grande do Sul. Os gaúchos, a partir de meados da década de 80, aportam na região, atraídos pela abundância de terras, as quais, comparadas às das suas regiões de origem, são bem mais baratas. Muitos deles já passaram por outras regiões de cerrados (alguns sendo de uma geração já nascida nessas regiões), como o Mato Grosso do Sul, por exemplo, que lhes serve de referência como modelo de progresso. Instalados nos municípios de Uruçuí e vizinhos, como Ribeiro Gonçalves e Antônio Almeida, cuja população mantém viva a experiência com os projeteiros, autodenominam-se empreendedores para se diferenciarem daqueles, que seriam aventureiros (ver capítulo IV)⁴².

Com os grandes projetos, iniciados pelos projeteiros e tendo continuidade com os gaúchos, os camponeses do sudoeste piauiense vivenciam mudanças em ritmo novo e em consequência dos quais os seus processos de trabalho tradicionais viriam a sofrer profundas alterações. Tais alterações resultaram numa tendência a restringir os elementos materiais e relacionais necessários à operação desses processos de trabalho, como é exemplificado no seguinte depoimento: “[o camponês] cercava, a roça, no baixão e soltava o gado na chapada. O pasto era comum. Com a chegada dos grandes projetos, diminuiu o rebanho de gado. Venderam para o gado não ser morto. Acabou-se o gado pé-duro” (J.P.L., representante do STR/Ribeiro Gonçalves).

⁴¹ Maria Aparecida de Moraes Silva examina um processo semelhante, no Vale do Jequitinhonha (MG), onde, segundo a autora, “(...) o medo de ficar sem as terras fez com que os camponeses a ‘vendessem’, a qualquer preço, aos compradores paulistas, aos estranhos recém-chegados” (Silva, 1999: 46) que se apropriaram das chapadas, na região, para projetos de reflorestamento.

⁴² Além dos municípios citados, particularmente marcados pela experiência com os projeteiros, outros municípios da região (Floriano, Gilbués, Bom Jesus, Correntes, etc.) têm, hoje, grande presença de gaúchos, cuja afluência à região é cada vez maior e diversificada: no final da segunda metade da década de 90, além de empresários, começam a chegar à região, também, colonos e, mais recentemente, há informações de que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) demonstra interesse em trazer *sem-terras* gaúchos para o Assentamento Flores, em Uruçuí.

Nesse processo, ocorreram deslocamentos importantes em relação às práticas camponesas fundadas na pequena propriedade ou posse familiar e no uso coletivo, resultantes da territorialização de segmentos camponeses em tempos pretéritos. A base do *lugar* passa a ser drasticamente subvertida, a partir dos 70. É que a territorialização do capital, para implementar-se, deslegitimou sistemas tradicionais de uso da terra baseados na posse familiar nos *baixões* e no uso coletivo das áreas de *chapada*, iniciados por antepassados dos camponeses atuais, perdurando até os anos 70⁴³.

Não se pode esquecer que as origens dos camponeses da região remontam a processos de ocupação vinculados à dinâmica do povoamento e da existência do, hoje, Estado do Piauí, no século XVII, abordada no capítulo IV. Luís Mott, historiador identificado com uma proposta de revisão da historiografia dominante sobre o Piauí Colonial demonstra que, apesar da predominância da atividade pecuária, naquele contexto, havia, nas *fazendas*, propriedades menos extensas, os *sítios*, separadas das terras de criação, e geralmente situadas nos brejos e terras úmidas nas quais se cultivavam gêneros de subsistência. As pessoas envolvidas com tais atividades eram identificadas por cronistas da época como “moradores que tratam de algumas pequenas roças de mandioca, milho e arrozes” (Mott, 1985: 56).

Aliás, visando demonstrar o peso histórico dos *sítios* no Piauí colonial, Mott observou que já nas duas últimas décadas do século XVII, os *sítios* representavam 37,8%, do total de propriedades rurais (Mott, 1985). Essa importância persiste no presente, como indicam os dados do IBGE (Anexo 8, quadro 3), quando se somam os estabelecimentos de menos de 10 até 100 hectares, no município de Uruçuí.

⁴³ Silva alude à *apropriação legalizada* – entendida pela autora como o exercício da *violência legal* impetrada pelas empresas de reflorestamento com a cumplicidade do Estado – de terras produtivas pertencentes a várias gerações de camponeses, compreensão que pode ser estendida, também, ao caso piauiense. Para esta autora, a análise da cadeia dominial revela que “(...) boa parte das terras era de campos e cerrados com plantações, benfeitorias e transmitidas, por meio de herança. Evidentemente, a cadeia dominial refere-se às terras com registro. As posses não registradas constituíam-se na maioria das terras e eram legitimadas segundo o direito costumeiro da associação entre grotas e chapadas, ou seja, terra pessoal, terra comum e terra em comum. Esses métodos de tomada das terras dentro da lei e da ordem representam um verdadeiro exemplo de acumulação primitiva sob a égide do Estado e de seus aparatos jurídicos (...)” (Silva, 1999: 52).

Esse passado de territorialização camponesa, que pode ser vislumbrado na pesquisa de Luis Mott, atualiza-se através das lembranças dos camponeses atuais, principalmente na representação de um tempo antigo de terras livres, em oposição à escassez cada vez mais definitiva do presente. A idéia de um cerrado *nacional*, entendido como *sem proprietário*, é um dos elementos de uma *memória do lugar*, idéia que reaparece nos relatos das terras *voluntárias* e disponíveis para os camponeses em tempos pretéritos, e que eram por eles apossadas, como se verá em narrativas do capítulo VI. Esse tempo da *terra voluntária* é acionado pela memória coletiva, frente à ameaça atual de desarticulação de sistemas tradicionais de acesso à terra, recuperando um passado legitimador de direitos, no presente. Ao trazerem essa memória do passado, os camponeses questionam a idéia de *vazio* veiculada pelas narrativas mestras, e evidenciam que a memória social é um espaço de disputa. O que esses camponeses trazem à baila é o sentido de largueza do sertão roseano, o que não pode ser confundido com o vazio.

Em relação ao presente, esse *tempo antigo* de terras abundantes, embora não significando uma absoluta autonomia dos camponeses em relação aos grandes proprietários de terra – com os quais tinham relações de dependência, como moradores (vaqueiros, meeiros) – aparece como melhor do que o presente. Com efeito, o sistema tradicional das fazendas de pecuária de corte desconhecia o uso intensivo das chapadas que eram assim áreas praticamente livres, em grande parte devolutas⁴⁴. Isto perdurou de certo modo até épocas mais recentes na região, onde a estagnação do mercado de terras antes dos anos 70, deixava grande quantidade de terras disponível para os interessados em se estabelecerem pela posse de fato. Chama a atenção, por exemplo, o fato de muitos camponeses terem eles próprios – ou seus pais ou avós – migrado de municípios próximos, principalmente no sentido *zona de transição cerrado-caatinga* (semi-árido), para as áreas de cerrados, em época pretéritas, e até mesmo, por volta dos anos 60.

⁴⁴ Muito embora os fazendeiros utilizassem as chapadas como pastos no contexto dessa pecuária tradicional, sua utilização diferia da que é atualmente levada a cabo pelos grandes projetos de monocultura, em vários sentidos: 1/ as áreas eram utilizadas para pastagens não-cultivadas; 2/ a área de pastagem assim utilizada sequer se aproximava, em extensão, da ocupada pelos atuais projetos de monocultura; 3/ nas áreas pertencentes aos fazendeiros, não havia, em geral, interdição à caça, coleta de frutos e pastagem de rebanhos de camponeses – sendo que a ausência de interdição era, em grande medida, parte do pacto subjacente às relações de patronagem que vigiam entre fazendeiros e trabalhadores dependentes; 4/ a terra, na região, não tinha o valor de mercado de – alcançado com a transformação dos cerrados em fronteira agrícola.

Isto, em certa medida, vai ao encontro das representações do *tempo da pecuária*, analisado no capítulo IV, nas quais os vaqueiros aparecem como heróis culturais e a pecuária como tendo um papel democratizante. De fato, aqui, as falas dos camponeses apontam para um maior espaço de liberdade *fática* para eles próprios nos sistemas tradicionais de pecuária ultra-extensiva sobre uma terra que não era mercadoria, em comparação com os sistemas modernos. A memória camponesa traz esse tempo passado como *melhor*.

No entanto, é possível apontar para uma diferença entre as narrações dominantes e a memória camponesa que pode ser vista na *função social do passado* (Hobsbawn e Ranger, 1984), referida no capítulo 1. Nas narrações mestras de um *destino pastoril* piauiense, tratava-se de construir um passado heróico, do qual as contradições sociais deveriam estar ausentes. O símbolo desse passado é a figura do vaqueiro, que mescla a possibilidade de unir numa genealogia mítica, o que socialmente estava separado: o vaqueiro e o criador. No caso das memórias dos camponeses trata-se de acionar uma imagem do passado, para lidar com os riscos do presente, principalmente no que toca à ameaça da perda da terra e de reprodução do grupo doméstico.

Como observado por Woortmann ([198-]), o agregado da fazenda tradicional do Piauí – assim como ocorreu com outros agregados estudados em outros locais do Brasil – embora imerso na hierarquia da fazenda, pensava-se a si próprio como um homem livre, uma vez que detinha o controle do processo de trabalho realizado pela família. Essa imagem de liberdade do homem e da terra é acionada no presente. Nesse sentido, vale lembrar Walter Benjamin quando ele diz que: “articular historicamente o passado (...) significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo (...)” (Benjamin 1985: 224).

Os camponeses operavam tradicionalmente num sistema em que, localmente, os direitos à terra eram reconhecidos para grupos sociais específicos como parte das relações sociais singulares. Nesse sentido, vale lembrar que, antes do advento dos grandes projetos, eles tinham acesso à terra por pertencerem a uma comunidade ou em virtude das relações de

patronagem e dependência para com algum fazendeiro. Nessas condições, instalavam-se como moradores nas fazendas de gado ou como posseiros, nos seus interstícios.

Nos casos evocados, há o caso dos direitos temporários de acesso camponês ao uso de recursos na propriedade de um fazendeiro – usando áreas de chapada para pasto, para caça e para coleta –, como parte de um contrato implícito onde o ocupante tem, como contrapartida, obrigações face ao fazendeiro e determinados direitos de uso sobre os recursos que são propriedade desse fazendeiro. Essa situação não conduz necessariamente a direitos de posse cristalizados. E são comumente descritas pelos camponeses.

Há o caso da apropriação por posse – que perdura na forma do usucapião no século XX, e que poderia ter ocorrido antes da Lei de Terras de 1850 por requerimento de sesmaria – e que dá origem a direitos que permitem a venda. Há também o caso de uso de territórios coletivamente apropriados – isto é, que são tratados como territórios de acesso reservado aos membros de uma comunidade –, e que podem surgir do anterior, quando um grupo de descendentes se considera como tendo direitos sobre um território apropriado por um antepassado comum – ou foi doado a esse antepassado, como é exemplificado na narrativa do Sr. Gervásio Pereira de Santana, no capítulo VI.

Esses exemplos refletem o fato de que, na economia que vigorava no *tempo dos antigos*, o mercado de fatores (no caso, a terra) era restrito e a terra não era inteiramente mercantilizada, ou seja, a renda da terra não era ainda plenamente capitalista.

Estas situações apontam para a complexidade dos sentidos e usos da noção de posse e de propriedade. Também evidenciam a continuidade entre os processos locais da vida rural e o mundo social mais amplo e envolvente, especialmente no tocante aos quadros políticos e simbólicos da posse e dos confrontos em torno dela, ponto que foi assim formulado por Renata Poliello: “[posse é uma] representação jurídica por excelência (...), em constante

diálogo com o sistema legal vigente e com as representações de direitos generalizados num mundo social mais amplo em que convivem seus agentes” (Paoliello, 1998: 206)⁴⁵.

Mas a territorialização do capital, deslanchada com a implantação dos grandes projetos, na região dos cerrados, sobrepôs inexoravelmente o direito de propriedade ao de posse, porquanto o poder público não interveio no sentido de garantir aos camponeses a legalização de suas áreas, deixando-os praticamente, à mercê de especuladores e grileiros. O Estado do Piauí não realizou ações discriminatórias das terras devolutas, demarcando-as tanto para evitar grilagem quanto para reconhecer o direito de antigos posseiros, através da Lei de Registros Públicos:

“no sudoeste do Piauí, onde o Estado não realizou ações discriminatórias, para se ter o domínio jurídico da terra, é necessário que sua origem seja comprovada como sesmaria (na origem) ou como sentença de usucapião com trânsito em julgado, antes de 1917, data até a qual a legislação brasileira permitia usucapir terras públicas” (F. T. A., representante do Ministério Público nas Comarcas de Bom Jesus e Cristino Castro).

De acordo com o referido promotor de justiça, o Estado – por meio de uma ação discriminatória – teria a prerrogativa de reconhecer, como de interesse social, o direito de posse de pequenos posseiros sobre áreas de até 100 hectares.

A omissão do Estado do Piauí ao não encaminhar dessa maneira a questão aponta para a importância teórica da posse da terra. A posse, como representação de direito, remete a condições e limites para a reprodução de setores sociais específicos, à medida que se dá em um campo de conflitos no qual segmentos sociais em confronto se expressam, através de

⁴⁵ O fato de estarem os camponeses, historicamente, envolvidos em processos de constituição de territórios marcados por práticas possessórias, não implica, primeiro, em esquecer que esses camponeses estão inseridos em relações com o mundo social mais amplo, do qual faz parte um mercado de terras e que a terra para eles, tem não apenas o significado de posse, mas também o de objeto passível de apropriação privada e individualizada – o que muitas vezes corresponde a um sentido de independência e de autonomia do grupo doméstico; segundo, em desconsiderar como observado por Paoliello (1998), que não há um caráter essencialmente camponês definido pela relação de posse em oposição, por natureza, a uma relação de propriedade. Ou, como salientou Godói (1999), não se trata de ver a posse exclusivamente como *categoria nativa* que denotaria a essência camponesa.

versões conflitantes e antagônicas e a lei, então, deixa de ser mera imposição externa ou como reflexo superestrutural da esfera produtiva⁴⁶.

Na perspectiva dos camponeses com história de ocupação antiga na região sudoeste do Piauí, remontando a um tempo registrado pela memória coletiva como tempo da *terra voluntária*, ou o tempo dos *troncos velhos*, a posse era tradicionalmente representada como um direito – de *apossado* –, sendo praticada como estratégia constitutiva de patrimônios territoriais familiares⁴⁷. Isto aparece em diversos depoimentos, como, por exemplo, nas memórias do Sr. *Cesário* Ribeiro Leite (capítulo VI), a respeito das origens de determinado grupo em determinado território, numa região tradicionalmente marcada pelas práticas possessórias e por um quadro jurídico em que propriedade, posse e presença de terras públicas conviveram até a década dos 70.

A desconsideração do que se poderia denominar *apropriação tradicional* dos camponeses – baseada na posse fática – pelos novos agentes condutores do processo de *apropriação recente*, baseada na grande propriedade privada, e pelo próprio Estado do Piauí, gera questões sociais diretamente vinculadas à prática da monocultura na chapada. No plano da produção de significados sociais que incidem diretamente na prática social, o discurso desenvolvimentista concorre para a construção de uma memória social dominante na qual se opera, cada vez mais, uma redução simbólica da região de cerrados às áreas de chapada.

Nessa visão, os *baixões* e seus habitantes, posseiros ou pequenos proprietários, bem como suas práticas agrícolas, não são tidos em consideração, assim como não se considera a importância estratégica da *chapada*, no cálculo econômico dos camponeses, nos marcos da

⁴⁶ Como observado por Thompson (1987), o direito, como criação social, é um campo de conflitos no qual ocorre uma confrontação dos agentes sociais pelas definições jurídico-legais dos seus espaços de reprodução social. Isto remete à idéia de Bourdieu acerca do campo simbólico privilegiado de disputas políticas pela legitimação, o que contribui para se pensar a deslegitimação e exclusão de certos grupos sociais, em determinados processos sociais (Bourdieu, 1983 e 1989). Sobre posse e camponeses ver, ainda, Ianni (1978), Martins (1980), Musumeci, (1988), Silva (1981), Godoi (1999) e Paoliello (1998).

⁴⁷ Sobre o termo *tronco velho*, no contexto da apropriação de terras em caráter coletivo por parte de comunidades indígenas no Nordeste, ver o artigo de Henyo Trindade Barreto Filho e outros na mesma coletânea (Barreto Filho 1999: 120). O *tronco velho*, ou *raiz de pau*, no Nordeste rural, apontaria para os antepassados como fonte de direitos de posse – em contraste com a *rama nova*, os descendentes.

agricultura de provisão. Esta visão predominante segundo a qual a importância dos cerrados deve-se exclusivamente às potencialidades de uso das chapadas para a monocultura, traz consigo uma idéia homogênea do espaço que só leva em conta os requisitos da racionalidade agrícola moderna. Em decorrência, as *chapadas* vão sendo conquistadas por uma racionalidade que tanto ignora a ecologia dos diversos ecossistemas em interação nos cerrados quanto relega à invisibilidade, práticas agrícolas, outras, como as dos camponeses, desqualificando-as como *irracionais e atrasadas*.

É curioso, por exemplo, observar que nos cerrados piauienses e maranhenses a pesquisa técnico-agronômica oficial não registra, até o momento, um projeto sequer sobre a agricultura praticada pelos camponeses, enquanto há vários experimentos de soja e arroz, de feijão *caupi* e de algodão, junto a agricultores *modernos* nas chapadas⁴⁸.

De fato, com a territorialização do capital que ocorre na região, os segmentos camponeses tornam-se cada vez mais impossibilitados de fazer uso da chapada, seja como o faziam tradicionalmente, seja como o fazem os produtores capitalizados e tecnificados, uma vez que não têm condições de atingir o nível de capital e tecnologia exigidos para se atingir a escala de produção com viabilidade econômica para o agronegócio dos grãos, que no caso da soja, por exemplo, implicaria uma área mínima de 500 hectares.

Ora, uma vez excluídos das possibilidades de uso dos recursos da chapada ao seu cálculo econômico, nos moldes tradicionais, os camponeses passam a arrendar terras de *chapada* para o cultivo de arroz de sequeiro. Esta situação constitui-se, por um lado, em uma estratégia de acesso à terra e a possibilidade de reduzir o uso das áreas de baixões e brejos

⁴⁸ Aliás, uma particularidade dessa questão merece atenção: à medida que o feijão *caupi* (*Vigna unguiculata*) passa a ser plantado na chapada (onde se planta mais o feijão *de arranca* - *Phaseolus* - preferido para consumo pelos gaúchos) em escala comercial, por ser muito consumido no Nordeste, a situação dos camponeses do Vale do Gurguéia e de outros que têm uma importante fonte de renda no cultivo desse feijão tende a agravar-se, já que não suportarão a concorrência dos grandes produtores. Nesse sentido, se a pesquisa para o cultivo do feijão *caupi*, na chapada, apresenta-se por um lado como tecnicamente promissora, por outro, contribuirá para o agravamento da situação dos camponeses do Vale. Trata-se de um exemplo dos efeitos perversos de métodos da Revolução Verde já observados em outros países: o de acelerar a desigualdades sociais, ao introduzir tecnologias associadas a capitalização e a novos empresários e que empobrecem os produtores tradicionais.

que começam a ser cercados; e, por outro, em transferência de renda dos camponeses para os grandes proprietários da chapada, principalmente para *projeteiros* inadimplentes.

5.5 - Imagens da *era dos projeteiros*: do encanto ao desencanto com os grandes projetos e a luta pelo seu *espólio*

“O senhor veio querendo desnortear, desencaminhar os sertanejos de seu costume velho de lei... o senhor não é do sertão. Não é da terra...” (Cuimaráes Rosa, 1956: 258).

Depoimentos sobre os inícios do processo de apropriação privada das chapadas da região descortinam a localmente chamada *indústria da exploração*, levada a cabo pelos *projeteiros*, viabilizada por incentivos fiscais destinados à aquisição de terras nos anos 70. Segundo tais relatos, os camponeses, de início, animaram-se com as possibilidades de empregos, do salário mínimo e de estradas. No entanto, o entusiasmo com o lado positivo dos grandes projetos durou pouco: já na década de 80, muitos proprietários revelavam-se inadimplentes com os financiamentos bancários e os projetos foram abandonados, como já foi dito.

Atualmente, a maioria dos ex-empregados de grandes projetos sobrevive de serviços temporários nas fazendas da região e muitos deles, nos últimos três anos, sem a terra e sem emprego, buscam outras alternativas de sobrevivência, entre as quais, a de arrendar terras para o cultivo de arroz de sequeiro nas chapadas. Na década de 90, portanto, o entusiasmo inicial com os grandes projetos cede lugar a avaliações críticas referentes à dupla face do processo desencadeado pelos *projeteiros*:

“Eu vejo os dois lados da coisa. Teve aquele impacto: o que vem, vem para melhorar. E surgiu emprego, claro. Mas teve gente que ficou sem condições de criar uma galinha! Teve gente que saiu, não porque quisesse, da terra dele, mas saiu praticamente forçado. Então, tem esses dois lados: tem quem melhorou de vida e tem muita gente que abandonou o que era seu, forçado, porque ele já não tinha como trabalhar: estava cercado por grandes projetos. Como é que o pequeno podia ficar lá e não criar nem uma galinha? Quando [o gado] cai dentro do projeto o dono manda matar. Ele [camponês] não tinha cercado. Ele usava tudo que estava à volta dele. Com a cerca dos projetos cercando tudo, o que é que ele ia fazer? Tinha que sair dali,

acabando com o que era dele” (M. P. P., presidente da Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais do município de Ribeiro Gonçalves/PI).

A respeito da instalação dos projetos na região, emergem, através de depoimentos, informações tanto a respeito da referida omissão do Estado do Piauí na regulamentação das terras, quanto acerca de pactos celebrados entre projeteiros e representantes da elite política da região, visando explorar os trabalhadores:

“os empresários encontraram mão-de-obra barata e muita terra plana, adequada para a monocultura mecanizada. Encontraram ainda uma legislação confusa: eles chegaram no sul [e sudoeste] do Piauí e a legislação agrária do estado não tinha nenhum controle sobre essas áreas. Muitas datas de terra ainda da União não tinham regulamentação. Encontraram também a conivência dos políticos locais que fizeram acordos com eles [projeteiros]: os políticos convencem os projeteiros a não pagar o salário mínimo e os direitos [trabalhistas], alegando que os fazendeiros piauienses não têm condição de fazer isto também. Em troca, os projeteiros devem dizer à população local que o emprego foi recomendado pelo prefeito do município. Por esse acordo, os políticos do Piauí controlavam a fiscalização do Banco do Brasil e a do Ministério do Trabalho. Em troca, os projeteiros ajudavam nas campanhas eleitorais. No começo, eles [projeteiros] ocupavam o cerrado e os trabalhadores iam-se confinando nos brejos. Mas depois, nem isso sobrava. Eles se apropriam dos vãos, pela grilagem, acabam com a caça, com a cachamorra, com o pequi. Você encontra hoje áreas de dez mil hectares totalmente desmatadas (A. B. S., representante da FETAG/PI).

Aliás, vários sindicatos, na região, foram criados no contexto de luta por melhores condições de trabalho face a fatos como esse. O surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí, em 1992, por exemplo, deu-se em meio ao enfrentamento das questões envolvendo os pequenos proprietários e posseiros e os trabalhadores assalariados rurais. Nesse sentido, é muito esclarecedora a fala abaixo, acerca da trajetória de organização do movimento sindical, ante as situações nas quais se viam envolvidos os trabalhadores do campo:

“Olha, o movimento sindical, ele não se encaixa nem tão só nessa linha [defesa do trabalhador assalariado]. É porque o movimento sindical, ele vem para defender o assalariado, o aposentado, o agricultor familiar, o vaqueiro, o pequeno garimpeiro. Sim, mas sem dúvida alguma, ele foi provocado mesmo, ele foi nascido da situação, até digamos assim, a situação de miséria que a gente vivia no nosso meio aqui, a exploração que vivia no nosso meio. [Hoje]

melhorou um pouco, pra nossa compreensão melhorou um pouquinho, pra compreensão de quem vivia lá dentro mesmo, quem tinha aquela convivência que melhorou cem por cento. Porque ninguém tinha a carteira assinada, ninguém [trabalhadores] tinha [nos locais de trabalho] sequer um tanque pra depositar água de beber. Tinha que ser numa lona. Num buraco, assim: passava muito barro molhado, batia e deixava ele secar e depois botava água pra ficar ali, aquele barreiro, o famoso barreiro. Então, a gente obrigou que os empresários comprassem pelo menos caixa d'água, registrassem as pessoas empregadas lá, e que depositasse o Fundo de Garantia, o PIS outras coisas assim. É, o essencial mesmo, é o essencial que tinha que ter. A gente, em noventa e três, a gente forçou tanto pela pressão dos empregados que tava pressionando o sindicato, a gente forçou tanto a barra... E houve assim, também, umas denúncias da situação de escravidão que tava acontecendo... Teve. Foi comprovado, o Ministério do Trabalho veio e comprovou juntamente com a Polícia Federal. Nós, o Ministério do Trabalho, a Polícia Federal e o Sindicato passamos cinquenta e quatro dias visitando todas as empresas no cerrado, de Uruçuí a Bom Jesus, todas as empresas que tinha aqui a gente visitou e foi comprovado, e aí, os empregadores acharam que devia chamar todos: a categoria deles, a nossa e sentar pra discutir porque, até aí, ninguém nunca tinha visto falar que trabalhador falava com empregador. Até noventa e três [1993], nunca ninguém tinha visto falar, aqui, que trabalhador falava com empregador! Aí, eles acharam que tava sendo notificado pelo Ministério do Trabalho e que deveria chamar a categoria pra sentar e conversar. Aí, a gente sentou e até que fez uma convenção. A gente não fez um acordo [coletivo], né. É, por parte deles, foi pela primeira vez que fomos reconhecidos como trabalhadores com direitos. Em noventa e três. É muito recente (F. J. S., ex-presidente do STR/Uruçuí. Acampamento Saponga)⁴⁹.

Essa situação vivida pelos trabalhadores agrícolas tinha como contraface a instalação de projetos que eram estruturados visando – após ter conseguido a terra – financiamentos bancários vultosos, mas sem o compromisso com o estabelecimento de um empreendimento duradouro na região conforme o depoimento abaixo:

“(...) os projetos deles são estrategicamente planejados: a maior parte do investimento é em infra-estrutura móvel. Eles não investiam em infra-estrutura física na região... e sim na móvel:

⁴⁹ Daqui em diante, as falas refletem em muitos momentos, a luta no campo institucional, o que é perceptível tanto pelo conteúdo das narrações quanto pela forma, na qual aparecem referências a muitas instituições, através de siglas. Para não perturbar a fluência das falas, as referidas siglas não são traduzidas no próprio texto, em sua forma extensa. Remeto o leitor para a relação de siglas referidas neste trabalho (Anexo 9).

coisas de que possam se desfazer: tratores, máquinas, gado... nem em agricultura perene... investiam em coisas que podiam retirar a hora que quisessem... (...). Ai eles plantam o arroz: um, dois, três anos. Chegando a época de pagar o projeto eles vendem todo o arroz, vendem ou carregam as máquinas para outra região. Não pagam mais a SUDENE nem investem mais na área que fica abandonada. Depois de algum tempo, repassam essa área para outro, que começa tudo de novo. Há muita enrolação nas vendas de terras: o cara compra um área pequena e explora uma área grande⁵⁰. Por isso é que as terras ficam ainda mais barata pros gaúchos... ou, então, compram terras que ainda são da União [do Estado do Piauí], na mão dos políticos locais que passam documentos nos cartórios, expulsando os antigos posseiros” (A. B. S., representante da FETAG/PI)⁵¹.

O pacto político descrito acima teria prevalecido ainda para garantir outras vantagens para os projeteiros, com base na aplicação da lei de cercamento das áreas de criação do gado, subvertendo-se o antigo costume local de, em vez de cercar os pastos, cercar as áreas de lavoura, conforme o depoimento de um pequeno comerciante e pecuarista de Uruçuí⁵².

“(...) ultimamente, com esses projetos que implantaram aqui, houve uma proibição de ordem aqui dos líderes políticos, de criar o gado solto, quer dizer, o povo não tava preparado pra criar o gado preso, não tinha nem condição de criar preso por falta de pastagem e instalação (...) Antes, a criação era solta, mas favorável, entendeu? Isso é, já prejudicada pelos cercados pra

⁵⁰ O representante do Ministério Público das Comarcas de Bom Jesus e Cristino Castro confirmou, em entrevista, apresentando documentos, a existência desse procedimento de apropriação de áreas de terras maiores que as adquiridas originalmente, através do recurso da *revisão da área* levado a cabo por simples petição de averbação, ao juiz, sem que o Ministério Público viesse a ser notificado e, portanto, sem que se procedesse a um levantamento da cadeia dominial, à vistoria da área, etc.

⁵¹ Esse é um trecho de entrevista realizada em 1995. Dois anos após, a *CPI dos Conflitos Agrários e da Análise Jurídica da Alienação das Terras Públicas Patrimoniais* (Assembléia legislativa do Estado do Piauí, 1998), referida na seção anterior registra, entre suas conclusões, a interferência direta ou indireta de grupos políticos e empresariais locais e originários de outros estados da federação, que viabilizaram as vendas das terras públicas por preços fixados abaixo dos praticados no mercado imobiliário, sem que os adquirentes dessas terras públicas nelas investissem para torná-las produtivas. Em julho de 2000, a imprensa (Jornal Meio Norte, Teresina, caderno Cidades, seção Municípios, 19 de julho de 2000. Artigo: “Piauí deve incorporar mais de 1 milhão de hectares à União”), noticia a inclusão do Piauí entre os estados nordestinos que apresentam maior área de terra sob suspeita de grilagem, algo em torno de um milhão de hectares. Os dados foram levantados pelo INCRA, que abriu um processo de recadastramento dos imóveis com área superior a 10.000 hectares, com base na portaria 579/99 do Ministério da política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. No Sudoeste do estado, registram-se os maiores índices de possível grilagem: Baixa Grande do Ribeiro (146.160 ha.), Bertolinia (40.000 ha.), Bom Jesus (240.000 ha.) Gilbués (28.000 ha.), Guadalupe (14.000 ha.), Jerumenha (37.000 ha.), Palmeiras (25.000 ha), Ribeiro Gonçalves (78.000 ha.), Santa Filomena (124.000 ha), Uruçuí (150.000 ha.).

⁵² Essa inversão de prioridades, aponta para a inflexão discursiva do destino pastoril para a vocação agrícola, ocorrida no Piauí, analisada do capítulo IV.

agricultura, o pessoal cercava pra fazer agricultura e o gado ficava coagido, entendeu? Mas em compensação estava solto, ele ia pra cima de uma serra e pastava. Aí, depois com essa vinda dos projetos, os políticos líderes daqui que tinham – que era projeto do PFL que era quem mandou aqui noventa anos –, então, pelo interesse de vender – eu quero que fique bem mesmo, bem claro, que pelo simples fato de interesse de venderem as terras do município e do estado para esses grupos do Sul [do país], de Minas, de todas as regiões de fora –, com o interesse de vender, eles criaram uma lei já imposta também por esses grupos que queriam comprar as terras, e criaram uma lei pra proibir nossa pecuária, acabar com nossa pecuária solta, a fim deles poderem vender as terras pra esses grupos que exigiu isso, que tinha que acabar com a pecuária pra eles poder implantar os projeto dele aqui, aberto [sem cercar]. Aí, os políticos pegaram e criaram essa lei., Com isso muitos desistiram, mataram o gado, acabaram e ficou meia-duzinha de criadores com o gadinho preso, sem condição (...) Aí, foi exatamente na época em que o banco se voltou pra apoiar só os grandes do Sul. Com a entrada deles, eles acabaram inclusive com o auxílio da pecuária para os pequenos daqui da região e acabaram com o auxílio à agricultura. Aí, se voltaram só pra esses grandes projeteiros pra financiar milhões, e milhões, e milhões que, por fim, só deu prejuízo. Hoje é que eles estão querendo voltar a recuperar o prejuízo em cima dos pequeninhos que já não tem mais condição, coitados....” (E. L. O., comerciante e pecuarista. Uruçuí/PI).

Além das questões acima referidas, a apropriação privada das terras fez-se acompanhar de problemas ambientais de proporções comprometedoras ao equilíbrio ecológico da região, ao promover o desmatamento de grandes áreas contínuas e caça predatória de animais, que apresentava uma particular perversidade:

“O desmatamento é um caso à parte. Eles escolhem dez mil hectares... o cerrado tem sessenta mil hectares numa área só, plana, né? Eles escolhem cinco, dez mil hectares e circulam com as máquinas. Aí, vão fazendo o desmatamento, circulando aquela área, desmatando ao redor, ao redor, até que vão fechando o centro. A partir do momento em que eles vão circulando ao redor, abrem um grande espaço e as caças que estão dentro daquela área não saem. Elas têm medo de sair para a área aberta e serem atacadas. Quando vai ficando assim uns dez a cinco hectares, todas as caças estão presas naquele espaço. Aí eles contratam um monte de homens armados para matar todas as caças. Aí eles matam, fazem a maior farra, levam pra fora e não

tem fiscalização nenhuma⁵³. O IBAMA só fiscaliza quando é o trabalhador que está queimando. Eles acabam com as caças dessa maneira. A maior bronca que os trabalhadores ficam com eles é por causa disto: eles acabam -- mas acabam com tudo!..." (A.B.S., representante da FETAG/PI).

Aliás, a caça predatória, que já existia na região antes do advento dos projetos, foi em certa medida favorecida pelo desmatamento. Esse é o caso, por exemplo, da caça a aves como emas e perdizes, hoje encontradas naquelas áreas que foram devastadas já há algum tempo e que apresentam uma vegetação modesta, e nas áreas dos grandes projetos de arroz das chapadas. Esta situação favorece os caçadores profissionais que se utilizam de fogo para cercar os animais, estratégia facilitada pela baixa vegetação que ocorre hoje em grande áreas:

"(...) aqui em Uruçuí, tá uma coisa séria a questão dos caçadores profissionais, que acabou com o tatu, acabou com o tatu-bola, tá acabando com a ema, a ema tá quase em extinção aqui, só ainda tem ema em algumas fazendas, como, por exemplo, do senhor Cláudio e a Canel [Central agrícola Nova Era] que são as fazendas que preservaram a ema, que tem muita ema ainda nessas duas fazendas, mas o caçador profissional ainda captura dentro, aqui é uma média de cinco, seis emas por semana que é matada aqui em Uruçuí e é vendida. Alguns, a gente conhece; outros, a gente nem sabe quem é... Muitos daqui mesmo, vive disso, por causa da dificuldade financeira passar a ir pra serra matar o veado, a ema... Pra sobreviver. E esses caçadores profissionais, todos os anos eles larga fogo nessas áreas de cerrado, que se hoje a plantinha começa nascer, mas a maioria do mato nessa propriedade era capim, o que que ele faz? Larga fogo nela, ela se acaba, mata esses pauzinhos que tão nascendo aí, no próximo, vai ter que nascer outros de novo. Aí, ele larga fogo. É por isso que hoje, a maioria tá deserto, deserto... Eles põe fogo pra facilitar a captura da ema, a captura da perdiz, que é outra caça muito capturada, a perdiz. É pra facilitar isso. Às vezes eles vendem aqui mesmo. Eu não sei aproximadamente o preço, mas ela não é barata não, sai em torno de cinco reais por quilo. É procurado, é procurado, o pessoal procura. E o IBAMA não faz nada. Pra você ver é sério a causa aqui". (J. C. R. L., presidente do STR/Uruçuí).

⁵³ Essa questão do desmatamento predatório, em círculo, segundo D.T.B.N., presidente da Cooperativa dos Pequenos Produtores de Uruçuí, ficou conhecida na região como "forma de desmatamento para caçador".

SEÇÃO CIRCULANTE

No que toca aos camponeses que permaneceram em suas terras, a instalação dos grandes projetos nas chapadas os foi *encurralando* (Woortmann, 1983), impossibilitando a forma tradicional de relação com os recursos naturais que os diversos ecossistemas dos cerrados permitiam:

“impossibilita a criação de miunça para não comer a plantação do grande fazendeiro. Mas o gado desse fazendeiro come a roça do camponês. O camponês passa a ter que criar sua miunça presa e de cercar sua roça pro gado do fazendeiro não comer... e quando se chega no juiz, ele manda sempre é o camponês cercar (...) A região é rica em buritizal. A cada vão, há um brejo com buritizal que hoje é usado apenas para sabão por falta de escoamento para o transporte de doces, por exemplo. Não há sistema de transporte para os camponeses que antigamente usavam balsa e que depois da barragem de Boa Esperança [construída na década de 60, no município de Guadalupe], que impede o uso das balsa, passaram a depender cada vez mais das máquinas para outra região (A. B. S., representante da FETAG/PI).

No entanto, a restrição das terras aos camponeses não se resumiu ao seu encurralamento nos *baixões*, pois estes também foram, em grande medida, apropriados juntamente com as chapadas:

“(...) porque é o seguinte: os grandes políticos aqui, prefeitos que passaram há vinte anos atrás, trinta anos atrás, o que eles fizeram? Eles desmataram o município todinho e em torno de sessenta por cento dessas terras ficaram concentradas nas mãos deles. Aí o que eles fazem? Moravam cem famílias [de camponeses] dentro dessa terra, ele pegava e demarcava essa terra pra ele e essas famílias passam a morar de rendeiro pra eles. Mas a terra não é dos trabalhadores. Eles têm direito à posse mas não é deles. Era terra devoluta, apossada pelos trabalhadores há muito tempo e os políticos demarcaram, passaram a ser propriedade privada, e principalmente os cerrados [chapadas], os cerrados, aqui, não tinha dono os cerrados, não. Os políticos pegaram e demarcaram e depois venderam tudinho. Na década de setenta (...). Essa situação dos pequenos produtores viver dessa forma lá no interior tem duas causas, uma das causas é a tradição política de mais de cem anos, a tradição política de morte, eu vejo isso e a outra causa, por causa dessa tradição política, os grande políticos concentraram a terra em suas mãos e noventa por cento dos pequenos produtores de Uruçuí trabalham de rendário, fazendo renda” (J. C. R. L., presidente do STR/Uruçuí).

Na perspectiva da crítica local, à chamada indústria dos projetos, os projeteiros são caracterizados pelo descompromisso com uma agricultura duradoura, pois, para eles os cerrados eram apenas um lugar de enriquecimento – um novo *potosi* –, principalmente através da apropriação de grandes áreas de terra que, com a afluência dos gaúchos, se valorizaram cada vez mais. Esse descompromisso revela-se hoje na referida desativação de muitos dos projetos instalados nos anos 70, e cujas marcas de abandono são visíveis: grandes áreas devastadas, grandes plantações de caju desconsideradas, estruturas fixas (secadores, armazéns, balanças etc.) deixadas ao léu⁵⁴. Isto passou a ser, na primeira metade dos anos 90, objeto de avaliação do movimento sindical:

“Olha, no município de Uruçuí tem, aproximadamente, uns doze projetos que tão abandonados. Hoje nós temos, que tou lembrando no momento, nós temos Saponga, com vinte mil hectares, nós temos a Serena, com quatro mil hectares, nós temos a Tucum, com sete mil hectares, nós temos a Valei-me-Deus – o pessoal chama Valei-me Deus, mas eu não sei o nome certo dessa propriedade, a gente conhece por Valei-me Deus – ela é em torno de vinte mil hectares, nós temos outros grandes projetos aí, que eu não tou me recordando o nome no momento, mas tudo área acima de seis mil hectares, abandonada. Nós temos o antigo Serra Branca, acho que você ouviu falar no Serra Branca, ele é mais de quarenta mil hectares e tá praticamente abandonado... É pra você ver o crime que foi feito naquela época: desmataram todo o cerrado pra plantio de caju e hoje, nem caju, e nem a floresta nativa. O projeto Serra Branca, mesmo, ele tem mais de vinte anos, foi desmatado, e esse projeto hoje você anda lá e agora é que tá começando o reflorestamento [natural] desse projeto. E hoje a árvore nativa que tem nesse projeto é pequi. O pequi lá é a única árvore nativa, porque o pequi tem uma raiz muito profunda. É a única árvore que tem lá. Conheço todos [projetos]” (J. C. R. L., presidente do STR/Uruçuí).

Antigos posseiros, que perderam suas terras, tentam, atualmente, ocupar essas áreas de projetos abandonados, deparando um ecossistema bastante alterado pela grande devastação promovida pelos projeteiros. Esta situação impõe novos desafios, tanto do ponto de vista da agricultura a ser praticada quanto da organização para a luta pela posse da terra:

⁵⁴ Cf. imagens desse abandono no Anexo 5: Caderno de Registro Fotográfico. Fotos 5 e 6.

“(...) os expulsos começam a retornar. Dois projetos abandonados foram ocupados este ano em Canto do Buriti⁵⁵, com participação de ex-possesores que retornam. A Inca [Indústria Nordestina de Carne] que desmatou sete mil hectares de terra e a Cajunorte que, abandonada há dez anos, já chegou a criar quatro mil cabeças de gado, sendo o caju apenas fachada para se conseguir mais financiamento. Inclusive com o aproveitamento apenas da castanha. A Inca e a Cajunorte são do mesmo proprietário. Em Uruçuí, na Parnaíba Agropastoril, a maior parte é remanescente: já entenderam o drama de voltar pra uma terra devastada e agora estão desesperados. Em Bom Jesus, a Fazenda Laranjeira e Pirajá, onde os trabalhadores reagiram mais cedo à devastação. Hoje estão sendo reassentados. São projetos mais recentes, da década de oitenta. Entre Uruçuí e Bertolinia, o projeto Sponga fez a maior propaganda, trouxe o ministro da agricultura que foi lá junto com o governador e logo depois que tinha conseguido prorrogação da dívida, o [proprietário] abandonou” (A. B. S., representante da FETAG/PAI).

Um exemplo desse movimento foi a ocupação do projeto Sponga (limite dos municípios de Sebastião Leal e Uruçuí), em dezembro de 1998. Vários membros do grupo de ocupantes já vinham desde 1997 plantando arroz na área, antes da ocupação definitiva. O relato abaixo, feito por uma camponesa, fala dos enfrentamentos face às condições adversas, revelando ainda a própria relação com projeteiros que, endividados, tentam jogar, como última cartada, a desapropriação de suas áreas:

“A gente veio pra cá, ele [o marido] já plantava aqui. A gente tem... já temos três anos que trabalha aqui no cerrado, só que teve um ano, em noventa e oito [1998], a gente perdeu totalmente [o plantio] porque não choveu. Pela seca. Teve a seca, ninguém produziu. Agora, esse ano, no cerrado, teve muita produção. Ai, a gente colocou, como eu torno a lhe falar, as famílias. A gente que ocupou aqui na Sponga, veio quarenta e nove família, veio no dia cinco de dezembro de noventa e oito [1998], essas quarenta e nove famílias. Passou até de cinquenta pra cá⁵⁶, mas gente lutou e não tivemos condição de colocar água aqui, [nem] energia. Porque a energia, o débito da energia são vinte e um mil reais, a gente não teve ajuda. A gente não teve como conseguir manter as famílias aqui dentro. Hoje se encontra cinco famílias -- dessas cinco famílias, tem três crianças -- que tamo aqui sofrendo (...). Mas a gente tá encontrando muita dificuldade [por]que não tem água, a água a gente tá comprando

⁵⁵ Município localizado na região de transição do cerrado para a caatinga (semi-árido piauiense).

⁵⁶ Chegou a 63 o número de famílias no Acampamento Sponga, segundo informações de Francisco José dos Santos, ex-presidente do STR/Uruçuí e um dos líderes da ocupação.

uma pipa de oito mil litros de água, e o custo é de oitenta reais. Essa água, quando não vem de Uruçuí vem dos projetos do cerrado (...). Eles dão a água pra gente, agora só que a gente paga o caminhoneiro pra ir pegar a água. Oitenta reais é o frete do caminhão, não é da água. Só que essa água se torna, pra gente, comprada, porque quem não tem renda como nós aqui na Saponga, não tem água. Tem vez que [a água] atura [dura] oito dia, nove dia, porque todos companheiro tão pegando dessa pipa de água. E tem companheiro que não tem condição, que quando ele veio chegar aqui já ele não teve condição de plantar uma roça pra colher o arroz, ele tá vivendo mesmo como Deus tá dando o poder (...).

Mas a gente tá encontrando muita dificuldade, porque a gente tá morando aqui e no mesmo instante não tá. Porque a gente tá satisfeito, porque a gente morar na área rural é a coisa melhor do mundo: você cria o seu criatório, não precisa ir pedir a ninguém porque se você tiver legume na sua casa, com certeza você não vai pedir. A gente tá encontrando dificuldade (...). Tem dia que as criança passa dois, três dias sem banhar, é muita dificuldade! Olha, a gente entrou em acordo com o proprietário, foi assim: ele se chama Carlão, ele mora em Londrina, ele não é piauiense. Ele sempre, dois anos atrás, já vivia no sindicato: “– Vão ocupar minha área que eu não vou mais voltar pra dentro. Eu não vou mais voltar lá pra dentro, eu ajudo vocês a botar o pessoal...”. Só que na hora ele... escapou! Ele ficou bonzinho [oferecendo terra] porque ele não teve mais chance dele entrar mais no projeto [conseguir financiamento], ele não tem mais condição de nada, ele tá devendo o mundo [muito dinheiro] pro Governo Federal, como é que ele pode não dar área pra gente? Ele quer que o Governo desaproprie, ele falou assim pra gente: “– Vão pra minha área porque se o governo desapropriar minha área com certeza meu CPF fica limpo, e eu não tenho mais condição de nada...”⁵⁷. A condição que ele tá tendo, que ele falou, é que tem muito débito e não tem condição de pagar. Aqui são onze mil hectares, tudo já devastado, passado máquina. E agora, além disso, o fogo, quase queima tudo (...).

Olha, eu tive lá no INCRA, ontem, e a nossa esperança é desapropriar uma área pra colocar cento e cinquenta famílias. Eu tive lá no INCRA e tive com a FETAG do Piauí – somos é uma entidade que luta pela agricultura familiar também – ele garantiu que a gente vai ser desapropriado. O INCRA que garantiu. O presidente [superintendente] do INCRA que trabalha

⁵⁷ Segundo F. J. S., ex-presidente do STR/Uruçuí e um dos líderes da ocupação, o débito do proprietário atinge a cifra de R\$ 44.000.000, praticamente o dobro do valor da fazenda. Daí o interesse dele, proprietário, na desapropriação da área.

lá. Tá chegando a desapropriação da fazenda Flores e da Santa Teresa I, mas por enquanto a gente tá interessado na fazenda Saponga⁵⁸. Ele quer desapropriar uma área, a fazenda Tucuns, aqui em frente. Disse que se torna mais barato. O governo tá dizendo que tá muito caro a fazenda Saponga, no preço, porque aqui tem mais coisa do que lá na fazenda Tucuns, mais investimento na fazenda. Mas aqui tá tudo é caindo e tem umas casa velha, não tem banheiro, não tem porta... Tem um poço, mas tem esse débito de vinte e um mil reais [de energia elétrica] e aí, o poço é mesmo que não ter. Tem o poço, tem bomba, tem tudo. Só falta energia pra ligar (...). Aqui, esses armazéns, esses secadores não tem mais. Já tudo sucateado [sucateado], aí, só tem mesmo as casa e as paredes tão rachando. A coisa de valor que tem aqui na fazenda Saponga é uma balança, mas já tão cavacando pra derrubar. Mas existe as pessoas do Banco do Brasil, um vigia, que mora aqui vigiando essas casa velha do Banco [hipotecadas], eles moram diariamente com a gente. Mora aqui na fazenda Saponga, ele tá aqui. O Banco dá traz a água dele, ele bebe.

Agora nós, esse pessoal que tá seguro aqui sete meses, só foi o Sindicato dos Trabalhador Rural, e a Pastoral Social, foi a Igreja, foi a Cáritas [que ajudou]. A gente recebeu adoação da Prefeitura de Uruçuí, da Prefeitura de Sebastião Leal pra manter essas cinquenta família, até agora no mês de junho, que, aliás, foi embora, só ficou seis família. Eles foram embora porque muitos companheiro não tinha condição [de ficar], e aliás ninguém tem. Tamos aqui dentro, porque tinha cinquenta famílias, tinha o colégio⁵⁹, tinha tudo, só que não tinha água. As família chorava, as criança com vontade de tomar banho e não tinha água. Foi só tudo a [falta da] água. As família tão em Uruçuí, todo dia alega [avisa] nós do sindicato que quer voltar pra Saponga. As crianças foge e vem bater aqui, quando a gente dá fé eles chega... então tá uma dificuldade muito grande que a gente tá se encontrando, porque tem água, mas a gente tá esperando o decreto da desapropriação da área ou da fazenda Cariri ou da Tucuns.

A Cariri é uma fazenda que fica extremando com Salviano, aqui no caminho o primeiro poste de cimento que vem de Uruçuí. Também tá pra ser desapropriada. [O melhor] pra nós, ou é a Saponga ou então a fazenda Cariri. Olha, nós tamo querendo a área da fazenda Cariri. Só que o

⁵⁸ Em junho de 2000, segundo informação dessa mesma depoente, vários camponeses do Acampamento Saponga aceitaram a proposta do INCRA, de assentamento na Fazenda Santa Teresa, em processo de desapropriação. A fazenda Saponga está sendo negociada com grupos empresariais *gaúchos*.

⁵⁹ Cujá estrutura física compunha-se de uma sala de aula improvisada num dos cômodos de uma das casas, e cuja lousa era o tampo de uma porta. (Cf. Anexo 5: Caderno de Registro Fotográfico. Foto 30).

INCRA me falou ontem que eles estão pedindo o decreto de desapropriação é da fazenda Tucuns, que é ela que vai desapropriada, que é privilégio, que tem água e cabe as cento e cinquenta famílias. Nós tamo querendo setenta hectares para cada família do cerrado. Porque se não for setenta, não tem como a gente produzir, porque todos os anos a gente planta dez hectare de terra [na chapada], a gente tem um criatório de gado, temos que cercar dez hectares. A gente já tem o cadastro das famílias cadastrada, porque em abril o INCRA veio, pegou o nome das famílias, de todo mundo que tava aqui no assentamento e cadastrou. Agora, os companheiro da fazenda Tucuns são cadastrado também, porque eles tão trabalhando lá. O INCRA pegou [cadastrou] eles. Eles tão trabalhando, tem três anos que eles trabalha lá dentro. É isso que eles [INCRA] querem: desapropriar uma área que é a área mais pequena, porque a área da Saponga são onze mil hectares de terra e só tem cadastrado cento e cinquenta famílias. Lá na área da Tucuns são cento e cinquenta famílias também. Foi isso que ele teve citando pra mim ontem no INCRA, lá em Teresina, o presidente do INCRA. Mas eu tô querendo a área da fazenda Cariri, fazenda Saponga, porque são vários tipos de nome de fazenda⁶⁰. Essa Cariri ela tá dentro da Saponga. É uma ponta da Saponga e a ponta do lado que vem de Uruçuí (...). Um quarenta família pode caber na fazenda Cariri, mas aqui tem seis família não tão falando em ir embora, tão falando que vão ficar na terra. (...)

O governo mais própria [mais certo] ele tem é de desapropriar essas áreas, que temos que manter o povo nas área rural pra produzir agricultura, porque não tá tendo agricultura, porque todo mundo tá indo embora pra São Paulo, tá tendo desemprego muito grande. O pessoal tão indo embora ocupando as área aí, invadindo, mesmo como o pessoal chama, mas a gente chama ocupação, porque ou vamo ocupar ou então não come, porque não tem emprego. (...) Esses companheiro que vieram pra cá a gente já tinha feito o cadastro dele lá no Banco, ele já tinha tirado o dinheiro lá do PRONAF, já que ele já tá com o dinheiro do PRONAF em mão eles plantaram, cada um plantou cinco hectare, outros plantaram dez, outros plantaram quatro... cada um plantou sua área. Agora, teve uma área coletiva que foi a área do feijão e do milho, porque teve quarenta hectare de milho e quarenta hectare de feijão. Esse queimou, foi, o coletivo... eles arrumaram recurso pra plantar esse milho, tinha um companheiro lá, o Clodoaldo, ele arrumou o milho pra plantar, a gente plantou o milho, mas como a gente tá com a colhedeira [colheitadeira], os companheiros tão pronto pra colher o milho, foi quando secou..

⁶⁰ O Projeto Saponga compreende, de fato, cinco fazendas: Mato Grosso, Cariri, Tropical, Santa Felicidade e Saponga, num total de 18.104 hectares.

o fogo veio e queimou⁶¹. O companheiro Clodoaldo teve prejuízo porque os sem-terra só tem a vida e os filho, não tem como pagar esse companheiro, e coitado, ele tá assim com a mão na cabeça... o próprio IBAMA, que não veio tomar de conta da área...

Eu tive lá no Banco do Brasil, pedi meno [ao menos] óleo pra eles dá o trator pra gente acceirar [isolar] a área da Saponga pra não queimar, ele falou pra mim que não tinha condição, o que que era de fazer? Deixar o fogo queimar, sair das casas pro mode [para] não ser queimada também. E o feijão, que foi plantado quarenta hectares de terra e os sem-terra tiveram um grande prejuízo. Foi plantado com o próprio recurso deles, só que a gente teve uma ajuda, adoação pelas prefeitura, do óleo diesel e o trator. O feijão foi arrumado pelos próprios companheiro. Quando o feijão já tava todo embageado [com vagens] deu uma doença porque a gente não tinha técnico, não tinha nada, o feijão amarelou a bage [vagem], cresceu a bage e caiu todos o canivete [vagens] de quarenta e um hectares de feijão. Aí, tá todo mundo no prejuízo (...). Mas se esse assentamento tivesse água, aqui tinha mais de cem família, nesse cerrado” (M. C. S., camponesa, líder do Movimento de Mulheres do STR/Uruçuí, Acampamento Saponga).

5.6- Imagens da Era dos Gaúchos: “*boi erado, nas terra alheia é bezerro...*”

“Tem muita terra sem ser explorada ainda. Mas tudo já tem dono. A Batavo está comprando terras na região desde Santa Filomena até Ribeiro Gonçalves, ao preço de mais ou menos cem reais o hectare. Onde tem energia e está bem localizada perto de estrada e tem água, chega até a cento e cinquenta reais” (J.P.L., representante do STR/Ribeiro Gonçalves).

Se a chamada época dos *projeteiros* é tida como um marco no processo de apropriação privada das áreas de cerrados piauienses que provocou a expulsão de segmentos camponeses da chapada e o seu progressivo encurralamento nas áreas de baixões, este acuoamento intensificar-se-ia nos últimos anos, com a definitiva implantação da agricultura intensiva nas chapadas, a partir da segunda metade dos 80, pelos *gaúchos*, que aportam na região numa extensão da ocupação dos cerrados do oeste baiano e do sul maranhense, como já foi dito.

⁶¹ Essa plantação de 43 hectares de milho, segundo a narradora, foi queimada por caçadores profissionais de perdizes (cf. Anexo 5: Caderno de Registro Fotográfico. Foto 29).

Localmente, essa movimentação inusitada faz surgir, no final dos anos 80, questionamentos às novas investidas agrícolas na região. Assim, afirmou-se que a nova ocupação agrícola era de fato uma fachada para a exploração de minérios por parte de grupos japoneses. Segundo camponeses, agentes pastorais e líderes sindicais da região, houve muita pesquisa nos cerrados, realizada pelos tais grupos japoneses, não-divulgadas oficialmente, visando localizar os minérios da região: cassiterita, diamante, calcário e mármore⁶².

Parcela significativa dos *gaúchos* que chegam ao Nordeste pertencem a uma geração ou nascida no atual Estado do Mato Grosso do Sul, ou que migrou para lá ainda na infância, de onde partem, uma vez mais, em busca de terras mais baratas e de maiores áreas. Para esses *gaúchos*, o Mato Grosso do Sul, em seu processo de modernização agrícola e de urbanização acelerada, promovido com grande presença de sulistas, é referência e modelo de progresso para áreas de cerrados. Isso leva os gaúchos, não raro, a verem as populações locais como inferiores, em uma dicotomia entre os capazes e os incapazes de promover o progresso, como vista no capítulo IV.

Da parte dos camponeses piauienses, ao lado da descoberta da agricultura mecanizada nas chapadas, há uma percepção dessa visão de superioridade dos gaúchos e um sentimento de exclusão desse processo de modernização da agricultura, no qual lutam por se inserir:

“Sim, a gente diz assim, os gaúchos chegam aqui batendo os pés no povo do Piauí, mas a gente sempre cita pra eles: “– Boi erado nas suas terras, quando chega nas terras alheia é bezerro”. Aí a gente pede pro governo desapropriar uma área de cerrado, para nós também ter informação do próprio Piauí. Nós piauienses precisa de cerrado, será que nós só pode ser explorado? Nós não tem capacidade de ter uma parte do cerrado também? Do jeitinho do próprio gaúcho, porque os gaúchos que vêm pra cá produzir, só vêm explorar as terras do Piauí, como tem os cerrados de Uruçuí que tá todo complicado, você encontra muitas fazendas

⁶² Para representantes dos movimentos sociais organizados na região, a proposta de divisão do Piauí visando à formação do Estado do Gurguéia (ver capítulo III) é vista, nesse contexto, como a construção de um novo bloco no poder, que, à frente de um novo Estado e de uma nova legislação, favoreceria ainda mais a apropriação das terras e das demais riquezas minerais da região. Com efeito, segundo Rodrigues, Lima, Fontelles et al (1987), a mineração de diamantes foi uma atividade desenvolvida na região, principalmente no município de Gilbués, iniciando-se em 1920, conhecendo seu pico entre os anos 40 e 50, estabilizando-se a partir dos anos 60, com uma exploração residual. A referência à presença dos japoneses, nas narrativas locais, corresponde à versão, no discurso oficial, da presença da *Japan International Cooperation Agency* (JICA), para implantação do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

sem dono e muita máquina enterrada [da época dos projeteiros]" (M. C. S., camponesa, líder do Movimento de Mulheres do STR/Uruçuí, Acampamento Saponga).

De fato, os efeitos provocados pela incorporação das chapadas pelos grandes projetos de pecuária e reflorestamento de caju e, mais recentemente, pelos de monocultura de arroz e soja, em termos de deslocamentos de camponeses no *território*, fazem-se sentir não apenas no encurralamento desses camponeses nos *baixões* e na sua exclusão do processo de modernização da agricultura regional, como também na sua crescente expulsão do campo para a periferia das cidades, que experimentam acelerado aumento populacional. Em Uruçuí, por exemplo, novos bairros surgidos a partir do início dos anos 90 têm a maioria de sua população formada por famílias desalojadas das áreas rurais, que se encontram sem terra e sem trabalho:

"(...) nos últimos três, quatro anos, Uruçuí cresceu quase cem por cento. Uruçuí era bem pequenininha e cresceu nesses últimos anos, por causa dos cerrados⁶³ e da dificuldade dos trabalhadores rurais não ter terra nas comunidades, eles vieram pra cidade⁶⁴. E na verdade, já tem é trabalhador voltando novamente para o interior, porque já viu que a dificuldade aqui é muito grande (...).

Nós temos três bairros que é só de gente que veio do interior pra cidade: Aeroporto, Areia e Boa Vista. O bairro Aeroporto, ele surgiu em um período de dois anos. É. E é um dos maiores bairros de Uruçuí, o bairro Aeroporto. É. Ele surgiu no período de dois anos. Tem um outro que é mais antigo, ele apenas cresceu e o novo bairro que tá surgindo agora, o Boa Vista, ele é um bairro ainda pequeno, mas o maior mesmo é o bairro Aeroporto ele tem quase trinta por cento da população da cidade de Uruçuí. E todos são trabalhadores rurais que vieram das comunidades pra Uruçuí. Oitenta por cento dessas pessoas vieram do interior (...).

⁶³ A frase "por causa dos cerrados" é indicativa do trabalho de conceitualização (ver capítulo I) em curso: *cerrados* são um novo modo de uso do território das chapadas.

⁶⁴ Segundo dados o Censo Demográfico de 1970 e de 1980 e da Contagem de População de 1996, do IBGE, a população de Uruçuí teve a seguinte evolução da década de 70 para de 90: em 1970, a população urbana era de 2.869 e a rural era de 7.984, num total de 10.853 habitantes; em 1980, esses números passaram, respectivamente, para: 6.030 e 8.516 e 14.546 habitantes. Em 1996, essa relação era de 9.953 habitantes urbanos para 5.477 habitantes rurais, num total de 15.430 habitantes no município.

Aí tem região, por exemplo a região da Estiva [área rural de Uruçuí] que você toda hora se depara com casas abandonadas com gente que veio pra cidade. Esse pessoal, vai entrar aí, na questão de produtor que planta no cerrado, enfim era influência disso dos cerrados, de trabalhar como empregado nos cerrados e viver na cidade, só que os grandes projetos acabaram e hoje eles vivem de quê? De bico. Faz um bico aqui, outro bico amanhã, quando é no mês de novembro eles planta um hectare de arroz, uma coisa assim, de uma forma ou de outra a tradição política aqui tem contribuído pra isso, de que forma? Eles [políticos] pra ganhar voto, quando chega o tempo do plantio, eles gradeiam o hectare e dá pra pessoa plantar, essa pessoa às vezes colhe dez sacos de arroz num hectare, e ali ele vive o resto do ano, consegue mais uns trinta pratos de feijão, vinte pratos de feijão, plantando aqui na beira do rio [feijão de vazante] arrendado com os donos da beira do rio, aí consegue passar o resto do ano com os biquinhos que ele faz aqui na cidade.

É uma realidade triste que você anda nesses bairros, é triste a realidade, é por isso que tá aumentado a marginalidade no município de Uruçuí, que tá triste, triste” (J. C. R. L., presidente do STR/Uruçuí)⁶⁵.

Nesse processo de transferência gradativa de um contingente significativo do meio rural para o urbano, em Uruçuí e municípios vizinho, convém lembrar que, no contexto da chamada *época dos projeteiros*, estes “(...) no início, usavam os trabalhadores para fazer o desmatamento. Depois, vinham as máquinas e a dispensa da mão-de-obra, reduzida em oitenta a setenta por cento” (A. B. S., representante da FETAG/PI).

Também os atuais projetos de arroz e de soja geram poucos postos de trabalho, pois implicam o uso de alta tecnologia e de mão-de-obra especializada e reduzida. Nesse sentido, as atuais possibilidades de emprego, nesses projetos, envolvendo um maior contingente de trabalhadores, restringem-se a atividades sazonais como, por exemplo, a de

⁶⁵ Segundo Torres e Andrade (1994), a predominância da população rural sobre a urbana, na região vem-se alterando, com um crescimento proporcionalmente maior da população urbana: em 1970, a população rural correspondia a 64,9% e a urbana a 35,1%. Em 1980, a população rural estava em torno de 57,5% e a urbana, em torno de 42,5% da população total da região. Os municípios que apresentaram maior grau de urbanização, nesse período, são Antônio Almeida (em torno de 177,29%), Marcos Parentes (em torno de 149,70%), Landri Sales (em torno de 141,56%), Gilbués (em torno de 128,17%) e Bom Jesus (em torno de 105,17%). Esse fenômeno pode ser constatado em Uruçuí (cf. Anexo 8, quadro I).

catadores de toco, na fase de abertura de novas áreas para plantio do arroz. O restante das atividades (plantio, colheita, tratos culturais, etc.) é totalmente mecanizado⁶⁶.

A grande afluência de *gaúchos* à região – cada vez mais estimulada pela propaganda oficial – efetivando a incorporação das chapadas pela moderna agricultura de grãos, abre para os camponeses locais a possibilidade, até então desconhecida por eles, de produzir arroz nas chapadas, em escala muito maior do que aquela à qual estavam familiarizados, nos marcos do sistema da *roça de toco* que era praticado nos *baixões*. A via utilizada para isto, até o momento, têm sido as tentativas de ocupação de áreas abandonadas, como vimos na seção anterior no exemplo da ocupação da Fazenda Saponga, o emergente movimento de ocupação de áreas com um percentual significativo de vegetação nativa, caso do *Assentamento Flores*, e o arrendamento de áreas de chapada para o cultivo de arroz.

O caso do *Acampamento Flores* merece atenção, por ser o primeiro em que se concretiza o acesso de camponeses da região a áreas de *baixão* e *chapada*, em condições semelhantes às dos *gaúchos*, ou seja, em áreas que ainda não sofreram muita devastação, como a dos grandes projetos abandonados. A fazenda Flores, a 70 Km da sede de Uruçuí, foi ocupada por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí, da Igreja Católica e do Movimento dos Sem Terra. Sua área é de 11.909 hectares, tendo sido desapropriada no final de 1999, estando assentadas, até o momento, 35 famílias. Possui 7.182 ha de chapada e o restante é área de *baixão*, com três riachos permanentes e mais de 60% de mata nativa de característica amazônica (STR/Uruçuí, 2000)⁶⁷:

“As 35 famílias assentadas, das 2000 cadastradas pelo INCRA, vivem de plantar no toco e na safra 1999/2000 conseguiram, com toda dificuldade financeira, plantar 23 ha (69 tarefas) e se preparam para iniciar o plantio no cerrado [chapada], com a perspectiva de chegar a explorar uma área de 4000 ha. Até a safra de 2003, iniciando com o plantio do arroz e podendo chegar até a produção de soja e milho, de acordo com a direção da Associação [dos assentados]. Para isto é necessário que o restante dos cadastrados, até 20 de maio, estejam de fato no assentamento e o INCRA-PI agilize a liberação dos créditos de direito dos assentados, sendo

⁶⁶Segundo o presidente do STR/Uruçuí, a exploração de uma área de 10.000 hectares gera apenas 30 postos de trabalho permanente.

⁶⁷ Ver Planta do Assentamento Flores, Anexo 10.

que as verdadeiras dificuldades enfrentadas são estrada, escola, posto de saúde, energia, além dos créditos já mencionados" (STR/Uruçuí, 2000).

À primeira vista, parece estranho que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tenha que conclamar o restante das famílias já cadastradas para se fixarem no assentamento, quando há um desejo manifesto por terra, principalmente da parte dos ex-possesores que se encontram atualmente morando na periferia da cidade. No entanto, essa aparente contradição parece ter explicação no fato de que, para muitas dessas famílias que já passaram pela experiência de ter apostado alto na expectativa gerada pelos grandes projetos cujas conseqüências foram desastrosas, qualquer nova mudança requer mais cautela. Assim, muitos não se deixam mais levar pelo entusiasmo que pode abalar, de novo, a precária situação na qual se encontram e que, aprenderam, a duras penas, a administrar. Parece que, também neste caso, acionam a decantada *aversão ao risco* (Ellis, 1988), identificada por estudiosos da economia camponesa.

Enquanto isto, já instalados na cidade, juntam-se aos camponeses que ainda continuam nos *baixões*, formando grupos para arrendarem terras nas chapadas visando ao plantio do arroz. E, nesse particular, são diversos os sentidos das estratégias em curso: para os *projeteiros* inadimplentes, o arrendamento visa auferir a renda da terra que se valoriza (enquanto rolam as dívidas com os bancos), ou a possibilidade de desapropriação; para os *gaúchos*, significa a renda do aluguel de máquinas e da prestação de serviços. Para os camponeses, tanto os que continuam nos *baixões*, quanto aqueles que vivem na cidade, passa a ser uma estratégia de sobrevivência que, ao mesmo tempo, os aproxima do modelo de exploração da chapada, com sua implícita ideologia de progresso.

Nesse sentido, se a modernização dos cerrados piauienses instaura, por um lado, um novo padrão tecnológico na agricultura, por outro reedita velhas fórmulas de extração do valor-trabalho, baseadas na renda em produto. É que esse processo de modernização agrícola só alterou as bases tradicionais de relação com a terra no sentido de intensificar a grande propriedade privada que, se antes coexistia ao lado de grandes extensões de terras públicas – as terras *nacionais* ou *voluntárias* referidas e utilizadas pelos camponeses –, agora, progressivamente, toma conta praticamente de toda a região dos cerrados. Nesse contexto, o

que sobra para as categorias não-patrimonialistas, como os camponeses, é o arrendamento e a diminuição progressiva das possibilidades de acesso livre às terras.

Inicialmente, foram agricultores com e sem terra, residentes na sede do município de Uruçuí que, na safra 1994/1995, começaram a arrendar áreas nas chapadas. Já em 1997/1998, grupos de camponeses dos *baixões*, premidos pelo encurralamento, liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais, passaram também a buscar essa alternativa. Um desses grupos, em 1997, conseguiu uma área no projeto Sponga, cultivada por eles com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁶⁸. E um outro, da própria Cooperativa, com recursos do Banco do Nordeste, *amansava* a terra, com o plantio de arroz, numa área nova, de 200 hectares, onde o proprietário (do Ceará) plantaria soja no ano seguinte⁶⁹.

Convém ressaltar uma diferença de práticas e de projetos, entre *gaúchos* e camponeses, no cultivo do arroz de sequeiro nas chapadas. Para os *gaúchos*, o arroz, como cultura de rotação com a soja, é plantado durante os três primeiros anos nas áreas *novas* (desmatadas pela primeira vez), visando *amansar* a terra, ou seja, corrigir a acidez do solo e incorporar-lhe nutrientes dos quais a soja necessita. O arroz, para os *gaúchos* é, portanto, uma cultura de transição para a soja, embora possa continuar a ser produzido ao lado dela.

Já para os camponeses que arrendam áreas degradadas pelos *projeteiros*, plantar o arroz é a meta principal, em primeiro lugar como estratégia para sobreviver, uma saída da situação de crise na qual se encontram. E também como uma tentativa de se incluírem, de alguma forma, no *negócio do cerrado*: vários dos camponeses que arrendaram terra no projeto Sponga, por exemplo, haviam sido empregados no projeto quando este funcionava. Para eles, estar plantando ali, agora não mais como empregados, era como uma *desforra* dos *projeteiros*. Pelo menos até o momento, os camponeses não visam ao cultivo da soja e, sim,

⁶⁸ Cf. algumas imagens dessa atividade no Anexo 5: Caderno de registro Fotográfico, fotos 7 e 8.

⁶⁹ Essa situação de acesso a uma *área nova*, nessas condições, foi excepcional, não se constituindo, portanto, em regra de acesso às terras de *chapada*, pelos camponeses.

ao cultivo do arroz, possibilidade que se lhes aparece como uma *brecha*, uma via para garantir simultaneamente o estoque alimentar anual e alguma renda monetária.

Essa aproximação parcial dos camponeses, ainda que precariamente (sem terra, sem assistência técnica, sem capital), ao modelo de exploração adotado pelos grandes projetos, aponta para a hegemonia de um modelo de agricultura que, embora criticado como responsável pela crise no sistema agrícola camponês tradicional, consegue, ele próprio, ir-se impondo como estratégia de sobrevivência e, em certa medida, como objeto de desejo por parte dos próprios camponeses, de entrarem no *negócio dos cerrados*.

Essa situação leva esses camponeses, como sujeitos históricos concretos, a participar de dois universos ideacionais distintos, com ambos coincidindo em sua consciência, o que aponta para a complexidade da relação dos camponeses com a modernidade⁷⁰. Com efeito, eles se dão conta da instabilidade das condições da prática agrícola copiada precariamente dos grandes projetos baseados na monocultura de grãos na chapada, seja em termos ambientais, seja como modelo de reprodução social para si mesmos, em decorrência de limitações de várias ordens, principalmente a econômico-financeira e tecnológica. Nesse processo, entre os próprios camponeses, há aqueles mais propensos a partilhar a idéia hegemônica da prática da monocultura na chapada⁷¹, justificada pelo produtivismo, enquanto há os que defendem um modelo menos agressivo, principalmente no que toca ao uso de agrotóxicos – *o veneno*, como dizem.

O arroz na *chapada* é cultivado pelos camponeses em maior quantidade do que o era no *baixão*, e a maioria dos que vivem nos *baixões* vêm praticando esta atividade há três anos, financiados com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar,

⁷⁰ O tema será retomado no próximo capítulo.

⁷¹ Nos grandes projetos em operação nas chapadas piauienses, embora já se fale em diversificação, a ênfase ainda é posta na cultura de arroz e de soja. Entre as práticas conservacionistas para o cultivo da soja, difunde-se o plantio direto, que embora funcione em termos de conservação do solo, é consumidor de agrotóxicos por implicar o uso de desfolhantes químicos.

em grupos de até trinta componentes, para atingir a escala necessária⁷². Esse *retorno* dos camponeses à chapada através do plantio do arroz iniciou-se em, Uruçuí, na safra 1994/1995, incrementando-se em 1997, a partir de quando, a cada ano, novos grupos vão-se organizando e enfrentando, cada um a seu modo, as novidades – em relação às quais confessam estranheza – como a quantidade de terra ou de sementes a serem cultivadas, dentro das novas orientações tecnológicas e normas bancárias com as quais deparam, praticamente sem assistência técnica⁷³.

De fato, causa grande impacto, nos camponeses, a diferença do tamanho das áreas cultivadas no *sistema antigo* (roça de toco) em relação ao *sistema novo* (monocultura de chapada). Do mesmo modo, a maior quantidade de sementes requerida e o uso de equipamentos como plantadeiras e colheitadeiras mecânicas – embora alguns camponeses já viessem, nos últimos anos, utilizando trator no preparo de terras do *baixão*⁷⁴.

Esse impacto explica-se pelo fato de serem agricultores acostumados a cultivar, anualmente, pequenas áreas de produtos diversificados (arroz, mandioca, milho, feijão, etc.), vendo-se agora cultivando entre cinco e dez hectares – se tomados em termos individuais – ou até 500 hectares – se tomados em termos coletivos – de uma única cultura, em área contínua. Essa mudança brusca no ecótipo desses camponeses promove uma série de alterações em seu mundo de vida e de trabalho. Nessas experiências, os camponeses contam praticamente

⁷² Embora plantem em grupo, o financiamento é individual. Alguns camponeses conseguem *multiplicar* esse recurso, colocando esposa e filhos, muitas vezes em grupos diferentes, como veremos no depoimento do Sr. Gervásio Pereira de Santana, no próximo capítulo.

⁷³ A precariedade das condições de cultivo desses camponeses reflete-se na produtividade do arroz que, em 1998, ficou entre 1.500 e 1.600 kg/ha. Resultado distante da média da região que é de 2.500 kg/ha, sendo que produtores altamente tecnificados, segundo informações de pesquisador da Embrapa/CPAMN, já atingem até 4.000 kg/ha, caso, por exemplo, do *Condomínio Boa Esperança*, localizado no município de Baixa Grande do Ribeiro. A baixa produtividade atingida pelos camponeses inviabiliza o pagamento do financiamento para custeio da lavoura, com a inadimplência atingindo a casa dos 70%.

⁷⁴ Essa utilização de trator é uma prática ainda bastante irregular, por depender de vários fatores, como situação das estradas, disponibilidade e condição das máquinas, formação de grupo para ter volume de áreas que justifique a ida da máquina ao local, entre outros. A questão das estradas, por exemplo, passa pela tradição político-administrativa clientelista, que coloca esses camponeses na arena das negociações com o poder político. Em muitos casos, até mesmo para se conseguir a máquina também ficam eles sujeitos a negociações dessa natureza.

apenas consigo mesmos e com alguns mediadores como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Cooperativa de Pequenos Produtores, que, no entanto não estão aparelhados para, por exemplo, prestar assistência técnica ou financiamento. Esses mediadores, aliás, têm funcionado mais como aglutinadores e prestadores de serviços atuando em limpeza de áreas, transporte, plantios, vendas de sementes e aluguel de máquinas e contatos junto a agentes financeiros.

Nesse contexto, assim como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as cooperativas de pequenos produtores rurais também são entidades organizadas no cerne dos movimentos sociais vinculados às estratégias de reprodução social dos camponeses nos municípios da região. A Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Uruçuí (COOPAGRI) foi fundada, juntamente com as dos municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves e Antônio Almeida, no final de 1993. A fundação dessa cooperativa deu-se por iniciativa do movimento social, mediado pela Igreja Católica:

“No final de noventa e três [1993], nós tínhamos fundado a cooperativa. Naquele momento estava aqui em Uruçuí a irmã Inês, que é missionária da Igreja Católica, o padre Zezinho estava chegando a Uruçuí e, com a minha chegada, coincidiu na vontade de se constituir uma organização⁷⁵. Nós fomos informados que teria o programa do projeto, o Programa de Geração de Emprego e Renda [do Banco do Nordeste] e que a cooperativa seria um caminho pra se chegar a esse financiamento, trazer esse financiamento pros agricultores. (...). A grande dificuldade era se conseguir fazer uma organização sem que houvesse interferência do poder político local dentro dessa associação, porque a prática aqui era que eles intervinham e até mesmo se fosse uma coisa muito discutida poderia até assumir, eles, a direção dessa entidade porque tinha um controle sobre os agricultores. (...).

Nós fundamos essa cooperativa aqui mas também estendemos a discussão na região, né, fizemos uma reunião [nos municípios vizinhos de] Baixa Grande [do Ribeiro], Ribeiro Gonçalves e Antônio Almeida e organizamos então mais duas cooperativas. (...) Nós fundamos uma cooperativa em Antônio Almeida, fundamos uma cooperativa em Ribeiro

⁷⁵ O sujeito depoente é nascido no Rio de Janeiro onde viveu até por volta dos 30 anos e militava no Partido dos Trabalhadores. Veio para Uruçuí, acompanhando seu pai, da vizinha região sul maranhense, que retorna à região de origem após aposentar-se da atividade que exercia no Rio. Estabelece-se em Uruçuí, vindo a ser eleito vereador pelo referido partido, integrando-se ao movimento social, mediado pela Igreja Católica, participando, assim, da fundação da Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais, da qual é o atual presidente.

Gonçalves e na cooperativa de Baixa Grande aconteceu justamente o que tínhamos que acontecesse em Uruçuí: o prefeito participou da reunião da cooperativa e acabou assumindo a organização dessa cooperativa indicando, inclusive, um funcionário da prefeitura pra participar e nós nos afastamos então dessa organização (...). [A nossa] estratégia era a de formação de uma coisa que não era de interesse do poder público, né, e a gente tem um exemplo concreto porque essas nossas três cooperativas, todas as três chegaram a alcançar o financiamento. [Quanto à] cooperativa de Baixa Grande, [criada] com o apoio do prefeito, a primeira coisa que ele fez foi mudar os objetivos da cooperativa: de cooperativa de pequenos produtores rural, pra cooperativa de eletrificação rural, que o objetivo era não mais aí a questão dos agricultores, mas sim a visão de levar eletricidade a uma fazenda e isso aconteceu que inviabilizou [o acesso ao recurso bancário] (...). E a cooperativa depois de algum tempo que o projeto já tava no banco teve que refazer todos os seus estatutos porque o banco não financiava esse tipo de cooperativa, porque percebeu que não era uma cooperativa voltada pros pequenos produtores.

Então, a estratégia que nós utilizamos aqui com o apoio da igreja, do Partido dos Trabalhadores, foi a de a gente fundar uma associação que tivesse o objetivo, uma cooperativa que tivesse o objetivo de organizar esses trabalhadores. Teve alguns problemas de percurso porque tu acaba tendo uma cooperativa que na sua base tem, aí, um grande número de pessoas que não têm terra e isso dificulta na hora que se tem pra fazer esse trabalho cooperativado mesmo, ou seja, você tem que ter uma cooperativa que produza, que tenha produção pra poder se sustentar. Então, essa cooperativa, ela tinha muitos trabalhadores que não tinham terra, então eles também tinham dificuldade em desenvolver sua produção. Alguns até, ainda hoje, tão com gado em terra de outras pessoas. (...).

[Quando] nós iniciamos, tínhamos duzentos sócios mais ou menos. Na hora do financiamento nem todos quiseram o financiamento, pela coisa nova, as pessoas tinham medo, não tavam acostumadas a essa questão e apenas trinta cooperados participaram do financiamento. Desses trinta, hoje, nós temos aí em torno de... quer dizer, terra legalizada, em si, poucos têm. Outros, uma boa parte tem terra de posse, terra de herança. O cara tem, a família deixou quinhentos hectares e ali dentro moram quatro, cinco agricultores. Eu acho que já chega um percentual de oitenta por cento [que têm terra]. Com título, tem talvez aí uns dez por cento teriam o título definitivo da terra, proprietários com terra. Os outros seriam proprietários de terra de posse e

uma parte, aí, vinte por cento, seriam pessoas que não têm terra, estão com gado em terras dos outros ou estão aí, com terra arrendada. (...)

A cooperativa, do ponto de vista econômico ela... quando o financiamento beneficiou esses trinta cooperados, do ponto de vista de financiamento no Banco do Nordeste (...), ela trabalhou nesse universo desses trinta (...). Mas do ponto de vista de organização dos agricultores, aí, a gente trabalha com um universo muito grande, porque nós temos uma certa credibilidade no que diz respeito à questão de mobilização desses agricultores. Exemplo: na época de custeio de PRONAF a cooperativa sempre mobiliza um grande número de agricultores e organiza grupos de agricultores para plantio em áreas arrendadas. Nesse último ano [1999] nós já organizamos em torno de uns duzentos agricultores. Nós távamos inicialmente, parece que eram quatro grupos, aí, teve um problema de dispersão por problema da área que nós iríamos plantar e que não foi suficiente: o proprietário deu mais carta de arrendamento do que tinha a área, inclusive o grupo do João Carlos [STR], o grupo do outro sócio da cooperativa, o Expedito, também plantariam nessa área que não foi, porque a gente fez o seguinte: por exemplo, o João Carlos é sócio da cooperativa e presidente do sindicato, o Expedito também é sócio da cooperativa e é agente de pastoral da igreja, o seu Gervásio é sócio da cooperativa e o Sabino é um morador dos Morrinhos, que também é sócio da cooperativa. Então o seu Gervásio organizou um grupo de umas dezesseis pessoas, o Sabino organizou um outro grupo com umas vinte pessoas, o João Carlos e o Expedito e esses grupos, eles tinham idéia de trabalhar baseado na infraestrutura da cooperativa, se utilizando do aluguel do trator, do caminhão, né? A cooperativa baseada nesse grupo alugou outras máquinas que eles iriam usar: a plantadeira... alugou antecipadamente uma colheitadeira, para já ter, antecipadamente, a garantia da colheita desse arroz. Só que, por falta de água [nos terrenos], houve dispersão e dois desses grupos saíram, foram plantar em outras terras e, pela distância [em que esses grupos ficaram dos demais], acabou que a cooperativa não deu assistência. Mas nesses momentos, então, a cooperativa atua de forma mais ampla porque ela atua tanto nessa área que vai prestar serviço quanto na questão de pressão junto ao banco, né? Aí a gente encaminha ofício junto ao banco com a relação dos nomes, solicitando que seja feita a inclusão dessas pessoas na relação das pessoas que vão ser financiadas e acaba sempre até mesmo assumindo... em alguns casos, nós assumimos até o serviço burocrático que seria da EMATER em elaboração de projetos. Nós pegamos o disquete [com o roteiro para elaboração do projeto] que é padrão, para agilizar. A cooperativa fez então alguns projetos pra essas pessoas de uma forma de não deixar que as

pessoas fossem prejudicadas pela falta de infra-estrutura da EMATER.” (D. T. B. N., presidente da COOPAGRI/Uruçuí/PI).

A organização dos camponeses em grupo, mediados pela cooperativa e pelo sindicato, visando ao cultivo do arroz na *chapada*, pode ser vista como uma solução baseada na *economia da reciprocidade* (Valensi, Randles, Chrétien, et al, 1978 e Sabourin, 2000), acionada para formar escala e possibilitar certas etapas dos serviços não-contratados e executados pelos próprios camponeses, viabilizando assim a execução do projeto de plantio do arroz. Essa atividade implica, por exemplo, a contratação de máquinas e serviços, que seria impossível caso os plantios fossem feitos individualmente, já que cada um deles cultiva apenas de cinco a dez hectares. Embora os contratos não sejam coletivos, em termos de financiamento e área, há um investimento conjunto na negociação dos contratos, nas aquisições de sementes e insumos e na contratação dos serviços. Mesmo que o grupo delegue tais funções a um *enfrentante* (ver capítulo VI), o que se observa na prática é uma freqüente troca de opiniões e avaliações coletivas dos passos a serem dados e, até mesmo, troca de serviços, embora haja casos em que se delega tudo ao próprio dono das máquinas, contratado para fazer o *serviço do cerrado*.

As colheitas das safras de 1997 a 1999 não foram boas para os camponeses. Atingiram apenas de 50 a 60% em relação ao esperado. Em 1997 e 1998, devido à escassez de chuvas; em 1999, devido ao surgimento de doenças. Esta situação indica o risco que esses camponeses convivem, nessa atividade, até porque a cultura do arroz de sequeiro é muito dependente de chuva. Segundo informações de um pesquisador do Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte (Embrapa-CPAMN), nos últimos 57 anos o comportamento, para o Meio-Norte, é de uma seca a cada dois anos. Isto, para os cerrados, implica a seqüência de uma safra boa, uma safra média, uma safra ruim.

Não é demais lembrar que o plantio de arroz na chapada não fazia parte do sistema agrícola camponês tradicional. Portanto, embora acionem sua experiência como agricultores, os camponeses estão entrando em contato com uma atividade nova para eles, fruto da modernização agrícola que define o paradigma de exploração agrícola da chapada. Há, portanto, uma significativa distância, entre as condições dos camponeses e dos produtores

modernos nesse cultivo do arroz de sequeiro, que pode ser melhor considerada tendo-se em conta os aspectos técnico-agronômicos referidos a seguir.

Em primeiro lugar, os solos das chapadas apresentam vantagens agrícolas do ponto de vista físico e topográfico, facilitando a mecanização, mas não do ponto de vista químico, devido à abundância de elementos tóxicos, como alumínio e ferro, entre outros. Esse alumínio imobiliza o pouco fósforo existente no solo e do qual a planta necessita para adquirir mais resistência aos veranicos, já que o fósforo age sobre o sistema radicular da planta, aprofundando-o e permitindo que ela possa retirar água do subsolo. Para neutralizar a presença dos elementos tóxicos, há que se fazer a chamada *calagem* do solo, através do uso de calcário.

Além disso, essa terra necessita receber adubação, além da calagem. O cálculo básico seria o de duas toneladas de calcário e de 200 a 300 quilos de adubo, por hectare. E o adubo só tem eficácia se o calcário for aplicado. Caso contrário, a produtividade é baixa. Ademais, recomenda-se o uso de sementes certificadas e a pesquisa, tanto a oficial quanto a que é levada a cabo por empresas privadas, anda extremamente atenta à seleção das variedades mais interessantes para a região, levando em consideração as características edafoclimáticas. Nesse percurso, há uma questão central: o arroz, embora seja uma cultura tida como mais resistente às deficiências químicas dos solos dos cerrados é, por outro lado, a menos resistente à seca. Em decorrência, os produtores que desenvolvem uma agricultura altamente tecnificada procuram minimizar os efeitos dos veranicos, investindo nas soluções técnicas recomendadas pelo pacote tecnológico⁷⁶.

Por seu turno, os camponeses realizam essa atividade apenas parcialmente, com se tivessem apenas um pé na modernidade. Nessa condição híbrida, eles vivem toda sorte de limites. O primeiro diz respeito à própria relação precária com a terra, resultante da natureza dos os contratos entre camponeses e proprietários das terras de chapada e que resultam da estrutura fundiária da região. Os camponeses encontram-se na condição de arrendatários itinerantes,

⁷⁶ Agradeço ao pesquisador Antônio Almeida da Embrapa/CPAMN, as valiosas informações técnico-agronômicas acerca da cultura do arroz de sequeiro nos cerrados piauienses.

por dependerem das condições impostas pelos proprietários, tais como aquela descrita pelo sr. Gervásio Pereira de Santana, no capítulo VI, segundo o qual em algumas cartas de anuência consta *cessão gratuita* da área quando, na prática, esses arrendatários pagam até 120 quilos de arroz por hectare, correspondendo a um saco de arroz já pilado. A maioria dos contratos baseia-se entre 50 e 60 quilos/ha, o que corresponde a um saco de arroz com casca:

“Olha, dessa última vez negociou em torno de... se queria cento e vinte quilos, mas ficou em torno de noventa quilos. Isso não tem assim um valor fechado na região. Como a gente considera saco de sessenta quilos, seria um saco e meio mais ou menos. Quarenta e cinco quilos é o que o saco em média pesa, mas quando o cara vai tratar o arrendamento ele quer considerar o saco de sessenta quilos, porque seria o saco de arroz pilado, mas considera como arroz em grão, sessenta quilos. Um saco de arroz pilado ele dá sessenta quilos. Tem que pilar vários sacos pra dar um saco de sessenta. A quantidade que cabe num saco de arroz com casca é mais ou menos quarenta e cinco quilos, só que, pra efeitos de quilos, na hora de pagar renda não é quarenta e cinco. Então, o cara diz assim: dois sacos de sessenta quilos. Cento e vinte. Aí, a gente negociou [para] um e meio, noventa quilos. Teve gente que só pagou um, isso depende muito....” (D. T. B. N., presidente da COOPAGRI/Uruçui).

A necessidade da carta de anuência do proprietário, para conseguir o financiamento pelo PRONAF, coloca os camponeses à mercê de condições impostas pelos donos da terra, como se poderá ver no depoimento do sr. Gervásio Pereira de Santana no capítulo VI. Nos casos raros, em que não é cobrada a renda, os proprietários de terra ganham na prestação de serviços, através do aluguel das próprias máquinas aos camponeses. No caso dos projetos abandonados, os proprietários – que não plantam mais e têm débitos atrasados com os bancos, não podendo mais conseguir financiamento – arrendam parte de suas áreas aos camponeses.

O conjunto de recomendações do pacote técnico agrônômico referido acima, para o cultivo do arroz de sequeiro, inclui, como foi dito, o uso de sementes selecionadas e certificadas, calagem, adubação química e controle químico de pragas e doenças, plantio na época certa, etc. Esses requisitos estão, em sua grande maioria, excluídos das condições operacionais dos camponeses, que utilizam, muitas vezes, o próprio grão colhido na safra anterior, em

lugar da semente certificada. Isto traduz a precariedade e a parcialidade da adoção do pacote tecnológico pelos camponeses:

“É, porque alguns fatores tem que levar em consideração. Primeiro é o seguinte: o banco tem liberado o dinheiro muito tarde, tem liberado o dinheiro lá pelo dia quinze de dezembro e os valores chegam tarde, tem dificuldade. O outro fator é que o parque de máquinas tá sucateado, os fazendeiros, quem têm máquina boa, tá plantando na época, os outros que tão com máquina ruim é justamente porque não tão plantando e alugam essas máquinas [para os camponeses]. Máquinas quebram muito, plantadeiras não têm boa qualidade, a colheitadeira não se tem, dificuldade muito grande, então boa parte dessas pessoas perderam roça – embora tenham pego o dinheiro tarde –, mas perderam roça principalmente devido à forma como alguns fazem: eles contratam o dono da fazenda pra dar a área plantada.

Então você é um agricultor, pegou o pronafe [PRONAF], aí o cara diz: “-olha, adubo tu vai comprar. Isso eu vou te cobrar cinquenta reais por hectare, pra dar plantado. São cinco hectares, tu me dá duzentos e cinquenta reais e eu te dou a área plantada”. Alguns desses agricultores nem dão a cara na área, nem vão lá! Deu o dinheiro pra você, depois vai saber da notícia, se foi plantado ou não. E aí, o fazendeiro se sente muito à vontade pra fazer da forma que ele achar que vai plantar: faz um trato cultural ruim, quer dizer, faz uma mecanização ruim, correndo no meio da chuva, uma série de coisa, num descansa a terra porque tá tudo corrido e planta coisa errado e a qualidade com certeza é ruim. Tanto é que a área que a Cooperativa plantou foi considerada um das melhores, por quê? Os grupos acompanharam a qualidade do serviço e a Cooperativa conseguiu ter máquinas com mais qualidade. Nós alugamos uma boa plantadeira e nosso trator é um trator razoavelmente novo, né, fez um serviço melhor. Esse problema das perdas ele tá ligado nesses fatores: o fator das áreas também serem áreas que já não são mais áreas propícias a fazer plantio sem alta tecnologia, inclusive, de combate às pragas, a erva daninha, porque são áreas que já estão com grande quantidade de carrapicho, essa série de coisas. Então o que é que você tem? Você planta o arroz, começa a se desenvolver, se chega no período da colheita, tu não tem a colheitadeira na hora, o mato passa do arroz, e a qualidade... Tu colhe com uma produtividade pequena e tu ainda tem a qualidade ruim.

Um outro fator pesado também é que com as máquinas ruim tu vai colher... O Tide, aqui que é agricultor, tava fazendo levantamento de perda, disse que a máquina tava perdendo em torno de trinta por cento jogando arroz no chão, na colheita. Tem a questão da máquina desregulada,

equipamento ruim, não tem técnicos que deveria ter pra acompanhar a colheita. Muita precariedade. Eu tenho aí o arroz que tem o acamamento [tempo da colheita], demora vir a máquina o arroz cai, né, então o que significa? Que de mil quilos, trezentos ficam no chão. Aí, tu tem, no final, que calcular: de uma produtividade de mil e quinhentos quilos por hectare, a produtividade cai pra mil quilos mas tu ainda tem uma perda de trezentos quilos e tu vai ficar com setecentos quilos, mais ou menos.

Então é tudo feito com arranjo, com gambiarra, com remendos, pra poder dar certo. E começa desde cedo. Olha, você tem aqui: primeiro os valores que o banco libera é pequeno, se eu não me engano foi duzentos e dez reais, por hectare. Ainda tem o adubo caro, a semente de qualidade, por sinal ela é cara. - a semente, nesse ano [1999] os agricultores que plantou com grãos da cooperativa que não é semente, foi grão da safra anterior. Outros compraram semente de fora. A Cooperativa vendeu a sessenta e cinco centavos e o pessoal tava comprando a noventa centavos fora. Nós tivemos alguns problemas com essa semente mas, no todo, a gente percebeu que o problema não era da semente, o problema foi da forma como foi plantado. Olha, tu tem aí o quê? Tu tem a necessidade de utilizar o veneno pra proteger a semente contra cupim, jogada na terra ali enquanto ela não germina. Muitas vezes tu pode ter o cupim comendo a semente, então a gente utiliza produtos, inseticidas que vai proteger a semente, furadan [pesticida] e outros, para o tratamento de semente, e outros mais fracos. Isso é caro, é caro. Aí, o agricultor... muito desses agricultores plantam sem veneno, uma boa parte. E o tratamento de sementes é feito por eles mesmos, sem acompanhamento técnico e, inclusive, tem até riscos em alguns casos de intoxicação, como já aconteceu. E outros usam formas alternativas, usa benzocriol, usa a creolina, misturam na semente, e aí, acabam matando a semente. Porque usou, achou que aquele bensocriol vai dar um cheiro forte e que vai proteger, porque o outro disse. Então o agricultor tem muito isso, a ignorância de não saber o que é a coisa e às vezes quer fazer o remendo que sai pior, isso faz com que baixe a produtividade. Mas eles tão dando um pulo de anos. Eles tão se confrontando com uma coisa que eles nunca acreditavam.

E eles estão se adaptando a essa questão porque o grande produtor não tá fazendo diferente não. O novo [gaúcho], que tá chegando agora, pode até fazer, mas o grande produtor que tá alugando essas máquinas pra eles, quando vai plantar ele tá plantando também dessa forma, porque o dinheiro é pouco e o cara vai remendando, né? Aí, outra coisa, o banco manda botar sessenta quilos de semente por hectare, o cara joga quarenta, cinquentas... Isso reduz a

possibilidade de perdas, né... A questão, basicamente do lucro, se foi bom ou ruim, né? Foi bom por um lado porque as pessoas estão pegando essa experiência de plantar em chapada, a gente tá levando a tecnologia, aí, a gente tá também disputando a ocupação dos cerrados, a gente não tá deixando só pros grandes produtores, nós vimos que o pequeno produtor também pode trabalhar nos cerrados, e que por outro lado é ruim porque as terras que estão sendo utilizadas são terras ruins, terras com poucas qualidades porque já foram muito trabalhadas. A maioria são terras de projetos já, daqueles grandes projetos abandonados, né? Agora, a Cooperativa ta... eu já iniciei essa discussão, estamos pra fazer um contrato com um dono de terra, um contrato de três a quatro anos, terra nova⁷⁷. A gente quer fazer esses contratos, com a garantia de poder produzir em terras com qualidade Nós estamos querendo fazer esse contrato [de modo] que [n]ele não entraria a renda nos primeiros anos. Mas, como é uma terra nova, eles tariam pagando a renda no serviço de cata de garrancho (...)" (D. T. B. N., presidente da COOPAGRI/Uruçuí).

Em que pesem as precárias condições de acesso à chapada, os camponeses mostram-se interessados no plantio do arroz. Para a safra 1998/1999, havia em torno de 400 camponeses envolvidos nessa atividade, apenas no município de Uruçuí, e um total de 3.500 hectares cultivados. De 1994/1995, para cá, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí, a média anual de área cultivada tem sido de 3.000 hectares. Com efeito, a mesma conjuntura que engendrou a redução das áreas de chapada para segmentos camponeses dos cerrados gerou, em conseqüência, a situação em que estes se vêm na contingência de voltar à chapada pagando renda pela terra, submetidos, na maioria dos casos, aos referidos contratos temporários de arrendamento que os colocam na precária condição de buscarem, a cada ano, novas áreas e novos contratos.

Esse interesse dos camponeses torna-se compreensível quando se tem em conta que esta categoria encontra-se em um momento de grandes transformações em seu mundo social, cuja ancoragem tradicional se vê questionada em ritmo e intensidade até então desconhecidos, na região, como argumentamos ao longo deste capítulo. Esse panorama

⁷⁷ Na vizinha região de Balsas (MA), já se efetuam contratos mais longos de arrendamento, com duração de três anos, sendo o primeiro deles sem pagamento de renda e os subseqüentes com pagamento de dois sacos/ha. Segundo um empresário *gaúcho*, em Balsas, com essa modalidade de contrato, os camponeses funcionam como mão-de-obra para eles, *gaúchos*, na fase de abertura de áreas, a um custo bem inferior ao que seria desembolsado para contratação de mão-de-obra com encargos trabalhistas.

traçado ficará mais claramente delineado no próximo capítulo, à medida que as trajetórias de vida dos narradores, expostas através de suas memórias, contribuirão para tornar mais preta de sentido o objeto da análise feita até aqui.

CAPÍTULO VI

MEMÓRIAS APALAVRADAS¹

RECONSTITUINDO TRAJETÓRIAS E PROJETANDO ITINERÁRIOS

“A experiência transmitida oralmente é a fonte de que hauriram todos os narradores. E, entre os que transcreveram as estórias, sobressaem aqueles cuja transcrição pouco se destaca dos relatos orais dos muito narradores desconhecidos” (Benjamin, 1975: 64).

Para Walter Benjamin, o narrador que vem de fora e narra suas viagens vence distâncias no espaço e volta para contar suas aventuras naquele lugar do mundo no qual estas possuem significação, enquanto aquele que ficou, e conhece sua terra e seus conterrâneos habitados pelo passado, vence distâncias no tempo para contar sua experiência naquele lugar do mundo capaz de a ela conferir significado: “um dito popular (...) afirma que ‘quem viaja tem muito para contar’ e assim imagina um narrador vindo de longe. Mas não é com menos prazer que prestamos atenção a quem permaneceu (...) tratando de sobreviver e vindo a conhecer as suas estórias e tradições” (Benjamin 1975: 64).

De fato o narrador vence distâncias no tempo, trazendo, como observou Bosi (1994), um *fardo de conhecimento* do qual se tira o conselho, algo que soa antiquado ante a diminuição da comunicabilidade da experiência na época da informação, porquanto a busca da sabedoria foi substituída pela multiplicidade e abundância da opinião².

¹ A expressão *apalavradas* (Soares (2000) refere-se às memórias eclipsadas, que têm na palavra falada sua possibilidade de dizer-se. Note-se que o verbo *apalavrar*, do qual deriva o adjetivo *apalavrado*, tem o significado de *dar a palavra* – estabelecer um pacto com base na palavra dada ou empenhada.

² Sócrates foi o introdutor desse tema, ao contrastar o filósofo que busca a verdade com o sofista que ensina que todas as opiniões podem ser defendidas. Ver o diálogo “O Sofista” (Platão, 1972).

No entanto, a memória é não apenas a atualização do passado, sua presentificação, mas também o registro de acontecimentos presentes – memória ativa – não se reduzindo, entretanto, ao registro cerebral ou à gravação automática de fatos, acontecimentos, coisas, pessoas e relatos, efetuada pelo cérebro. É que, embora este grave e registre, a memória não se reduz a isto. Como foi dito no Capítulo I, ela diz respeito ao que foi gravado com *sentido* ou *significado*.

O estudo da memória individual e coletiva dos camponeses focalizados nesta pesquisa tem por suposto que o ato de recordar implica a elaboração de uma *representação do sujeito* que recorda, não só para ele próprio, mas também para os que o rodeiam. O sujeito pode, assim, revelar-se de modo articulado; a maneira como se recorda é a maneira como é, pois *o sujeito é aquilo de que se lembra*. Esta maneira como se lembra é a mesma pela qual o sujeito se apresenta nas suas memórias, ou seja, o modo pelo qual se definem suas identidades pessoal e coletiva através das memórias, como ordena e estrutura as idéias nas suas memórias e a própria maneira pela qual as transmite – no caso pela *oralidade* - a outros.

Assim é que as trajetórias de sujeitos da pesquisa são aqui trazidas a público pelos próprios entrevistados, de modo que as questões abordadas nos capítulos anteriores possam ser vistas por novos ângulos da memória social. Através de trechos das histórias de vida de quatro narradores, evidenciam-se certos aspectos dos processos sociais em curso nos cerrados piauienses, alguns já apontados por autores que se dedicaram ao estudo de populações camponesas em regiões de cerrados, Brasil afora – resguardadas certas especificidades do processo de incorporação das chapadas do Piauí em relação ao das demais regiões do país. Essas histórias são pois fundamentais para a compreensão da especificidade camponesa do Piauí, ao mesmo tempo que remetem à compreensão de aspectos mais gerais da condição camponesa nos cerrados, já abordados no capítulo V: a relação entre a terra, a família e o trabalho; os sistemas de produção, notadamente quanto à relação com as variadas possibilidades agroecológicas que os diversos ecossistemas dos cerrados ofereciam aos cultivadores tradicionais; os limites e possibilidades da reprodução social dessas populações,

com a incorporação das chapadas pela agricultura intensiva para exportação; a reorientação das suas estratégias de sobrevivência, guiada pela lógica do abastecimento.

Contudo, a diferença da abordagem aqui empregada, em relação aos demais estudos comentados no início do capítulo V, encontra-se no papel proeminente conferido à memória social eclipsada, através da qual os próprios recordadores/narradores expõem a trama social em seus diversos aspectos. Esse enfoque na memória não supõe uma leitura ingênua da narração, mas, antes, como diria Bosi (1994), um interesse *no que foi* (pelos narradores) *escolhido para ser lembrado*, a fim de perpetuar-se na história de suas vidas, produzindo sentido no momento presente, em que novos itinerários de vida emergem em rapidez e ritmos inusitados.

Esta compreensão da narração permite delinear, com base nos relatos dos narradores, dois eixos de reflexão em torno dessas memórias socialmente eclipsadas. O primeiro diz respeito às profundas alterações que o tradicional processo de trabalho dos camponeses vem sofrendo em decorrência da incorporação das chapadas, a partir de quando esses sujeitos sociais, que tradicionalmente opera(va)m nos diversos ecossistemas dos cerrados, o fazem num espaço social progressivamente mais restrito. O segundo, refere-se à complexidade desse processo de modernização agrícola instaurado em ritmo galopante, e diante do qual os camponeses, eles próprios, podem aparecer como portadores de atitudes ambíguas: por um lado maravilham-se ante a formidável diferença entre o sistema da *roça de toco* nos *baixões* e o da monocultura do arroz de sequeiro na chapada e reclamam, na prática, seu direito à inclusão nesse processo; por outro, não querem abandonar o *baixão* e tudo o que isto significa em termos de um modo de vida calcado na tradição e, sobretudo, na valorização do *lugar*.

Como observado por Woortmann ([109-]) os camponeses realizam uma ética fundada na reciprocidade mas, como sujeitos históricos concretos, não permanecem à margem da história. Mas o que as falas – até aqui – mostram é que eles, de fato, têm uma posição complexa e apropriada a uma situação objetivamente complexa, como é a relação com a modernidade. Assim, por um lado querem participar dos aspectos vistos como positivos do processo de modernização – ou seja, querem ter acesso a tecnologias que permitam o uso

agrícola das chapadas, e através das quais possam ampliar as atividades de provisão e também de produção para o mercado.

Mas ao mesmo tempo querem manter o uso que tradicionalmente faziam dos baixões, como lugar, e suas estratégias – mesmo aquelas de inserção no *negócio do cerrado* – devem ser vistas como voltadas para a reprodução do grupo doméstico. Essa aparente incoerência – a de querer a modernização, e ao mesmo tempo recusá-la (ao subordinar a nova tecnologia a um sistema de uso que inclui dimensões tradicionais) – é efeito de um ponto de vista externo, segundo o qual só há uma via de modernização, que é aquela que se dá como puro negócio agrícola (*agribusiness*), e não como desenvolvimento da vida humana.

Talvez seja preciso aqui distinguir o que é mera submissão à ideologia dominante – querer modernizar-se para ter a ilusão de participar do mundo dos poderosos – e o que é sabedoria desses camponeses (que querem utilizar todo o conjunto de recursos naturais acessível, visando o provisão da vida). Talvez se possa dizer que ambígua é a própria realidade – que tem dimensões díspares e inseparáveis. Ou seja: a modernização das chapadas por um lado amplia o espaço de possibilidades produtivas no uso das chapadas, e ao mesmo tempo, reduz o espaço dessas possibilidades produtivas, ao restringir o uso dos baixões. Essa ambigüidade aponta para a complexidade do real que é acentuada no contexto do capitalismo contemporâneo no qual há uma imbricação entre tradição e modernidade – de maneira que, por exemplo, características locais, ou de lugar, possam ter valor de mercado enquanto tais.

Essa noção de revalorização da tradição aponta para dois cenários, pelo menos, para a modernização das chapadas: um baseado na introdução da tecnologia da Revolução Verde, na intensificação tecno-agrícola, e na substituição do ecossistema de cerrados pelo agro-ecossistema das monoculturas; outro, baseado na exploração dos ecossistemas dos cerrados através da modernização de tecnologias agrícolas e extrativas, em um sistema integrado com o uso dos baixões, e baseado no controle social de ambos os ecossistemas (baixão e chapada) pelas populações locais organizadas. Nesse sentido, a tradição não é o passado que teima em

sobreviver no presente, mas a construção de possibilidades de futuro, tendo o passado como fonte. Esta é uma questão recorrente nas falas da experiência aqui reproduzidas.

Ao tomar o relato dos narradores como base deste capítulo, merece ter-se em conta, ainda, o que Bourdieu (1996) denomina *ilusão biográfica*, apontando para a questão do *postulado do sentido da existência narrada* – e de qualquer existência como um *cursus*, um trajeto dotado de sentido – aceito tanto pelo investigador, quanto pelo investigado, algo que seria uma idéia contrabandeada do senso comum para o universo científico³. Para Bourdieu (1996), a história de vida supõe uma propensão do narrador a tornar-se ideólogo de sua própria existência, uma vez que ele, o narrador, seleciona certos acontecimentos *significativos*, dando-lhes coerência através das conexões – causas, conseqüências e, acrescentaríamos, projetos –, com a colaboração do profissional da interpretação que é levado a aceitar essa criação artificial de sentido elaborada no ato narrativo.

No entanto, não quisemos expor aqui biografias lineares, e por isso mesmo não fizemos nenhuma tentativa para impor linearidade às narrativas⁴. Em vez disso, valorizaram-se as reminiscências dos sujeitos, os silêncios, as amnésias e sombras, moldados por condicionamentos múltiplos, e que certamente constituem uma mediação simbólica através da qual *o significado é construído*⁵.

O interesse das narrativas não é reconstituir o passado – de fato, a memória social do *acontecido* pode ser vista como a imaginação coletiva do *acontecendo* (Brandão, [199]). Mas não procuramos, aqui, fornecer mais uma vez o contexto mais amplo desse *acontecendo* – pressupondo conhecidos pelo leitor as situações históricas *sucessivas* e o conjunto das

³ Bourdieu (1996), citando Allain Robe-Grillet (1984), lembra que o advento do romance moderno, que rompe com a narrativa linear, liga-se precisamente à descoberta de que o real é descontínuo e formado de elementos justapostos, sem razão, aleatórios.

⁴ Pierre Bourdieu, na crítica ao que denomina *ilusão biográfica*, diz: “não podemos nos furtar à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência da vida como unidade e como totalidade” (1996: 185). O mundo social dispõe de instituições de totalização e de unificação do eu – a começar pelo nome próprio – porquanto esse mesmo mundo tende a identificar normalidade com identidade, esta entendida como constância de si mesmo, como ser inteligível (Bourdieu, 1996).

⁵ Sobre a importância das omissões, ver Feldman Bianco e Huse ([199-]).

relações objetivas que constituem esse contexto e que foram, em certa medida, apresentados nos capítulos anteriores, como cenários onde se movimentam os atores sociais, os narradores, sujeitos que têm agora a vez de trazer à luz as memórias de si e do mundo. Assim, os comentários serão reduzidos a um mínimo, e colocados em notas.

Fizemos também a opção por manter os relatos, onde são comuns os anacolutos, em sua inteireza – com a supressão das perguntas que ficam subentendidas –, até onde foi possível, para que o leitor possa entrar em contato, embora indiretamente, com os próprios narradores e com o seu processo de memorização, nem sempre linear, como de resto é característico do ato de recordar, porquanto este não tem compromisso com a estrita sucessão do calendário. As tramas de vida, assim expostas, fecham o círculo do cenário e dos atores sociais, contribuindo, inclusive, para preencher de sentido certas lacunas da exposição até aqui desenvolvida.

Fica, então, a palavra com os narradores.

6.1- Apalavrando experiências: imagens de ontem e de hoje

“Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? (Guimarães Rosa, 1956: 183).

6.1.1- Seu Cesário: Entre a inovação e a tradição: o gosto pelas mudanças e o sentimento do lugar

“O lugar que Deus deixou daquele jeito e o povo ficaram tomando de conta...” (C.R.L., Comunidade de Morrinhos, Uruçuí/PI).

I

“Sou Cesário Ribeiro Leite. Eu sou de Morrinhos, município de Uruçuí. Nasci lá em casa, na região. E vivo lá. Só não ficava lá quando eu era vaqueiro, saía pras fazendas. Mas na hora que se desencolocava da fazenda voltava pra casa. E moro lá. Hoje, sou agricultor, sim senhora. Filho de agricultor. Olha, eu tenho sofrido bastante, que toda vida a gente luta sem condições e tenho trabalhado, criei uma família grande e aí de vaqueiro, da roça, e hoje me acho feliz

devido os meus filhos tá tudo criado, não é? Tá tudo criado... eles já tão me ajudando. Mas não era pra eu tá ficando nesta luta de serviço de cerrado⁶, trabalhar pra cá, mas, aí, tem que trabalhar, o corpo pede [tem disposição para] trabalhar e é o jeito trabalhar, botar força. Ando no campo, ainda, na roça... de todo serviço eu tou fazendo. Mas só de agricultormente e vaqueirisse. É. Não tenho emprego, não tenho nada.

II

Na minha comunidade, participo. Porque sou sócio da Cooperativa, sou sócio da Associação, sou sócio do Sindicato, eu ando em reunião direto, porque lá dentro da região nossa, é vez em quando uma reunião e eu não perco uma. Aqui, por dentro da cidade venho de lá de casa pra cá, por via as reuniões aqui. Agora sou sócio da Cooperativa, sou sócio do Sindicato, sou sócio da Associação, mas não comando nada, apenas sou sócio. Pois é eu. A comunidade dos Morrinhos, ela começou de poucos tempo pra cá⁷, porque lá era o seguinte: nós ficava trabalhando na roça, na enxada... de quatro ano pra cá, nós vem trabalhando em terra aradada. Tá com quatro anos! E me dei bem com essa aradação, que ninguém capina mais. Alimpa o arroz, alimpa fácil, não é? Mas que também estamos trabalhando só terra aradada. É, no baixão. Mas agora vou trabalhar aqui nessa serra [chapada] do Cavalcante, este ano. Já está aradada a terra, a semana que entra nós queremos ver se damos ela plantada, se Deus quiser. No Cavalcante, é chapadão. Tá com quatro anos que eu trabalho lá em casa no baixão, usando máquina [trator], mas nunca tinha vindo aqui pra chapada. Mas este ano tô com roça plantada lá em casa e venho aqui pra chapada. Na chapada, é este o primeiro ano. No baixão, nós planta o arroz, nós planta o milho, planta o feijão, a mandioca, essas coisas que nós lavra, lá pra casa, pra comer, que não dá pra venda. A gente até vende, mas aquilo quando tira uma casa como a minha, que é muita gente - e eu faço muita coisa -, mas se vende, é besteira, o mais fica pra consumo. É pro consumo de casa. Eu sou aposentado [eu] e a mulher. É nós dois. Nós temos nosso salário. Na comunidade, tem porção de gente que é aposentado. Mas continua trabalhando e produzindo pra despesa [consumo]. Vender é pouco. Nós vende mais é o milho, o arroz, a farinha, tapioca, tudo vende, aqui no Uruçuí. É noventa quilômetros daqui lá em casa.

⁶ Com a expressão *serviço de cerrado*, o narrador refere-se ao plantio de arroz na chapada. Antes, o termo usado seria *serra, chapadão, gerais...* Quando o narrador alude a *serviço de cerrado*, está-se referindo a um serviço característico desses novos tempos do advento dos *cerrados*, tomando-se o termo ressemantizado pelo *agribusiness* do complexo carne/grãos.

⁷ A referência à comunidade, aqui, dá-se no sentido de organização da Associação dos Agricultores. Daí, o narrador dizer que a comunidade é *recente*. De fato, a palavra *comunidade* não faz parte do vocabulário tradicional dos camponeses que utilizam o termo *lugar*. Em geral, *comunidade* é um termo introduzido no mundo desses camponeses por agentes externos que atuam na área da chamada *organização rural*, como extensionistas rurais e outros agentes de programas e projetos voltados para sujeitos do mundo rural, ou ainda, por religiosos (e leigos) empenhados em organizar *comunidades de fé*. (A respeito, ver Bezerra, 1980).

E nós trazia embarcado, nas épocas atrás, era no rio Uruçuí Preto dessa largurinha, fazia a balsa, saía no Parnaíba e vendia bem aqui. Eu vendi muita balsa aqui. Mas hoje eu não tô mais com isso não. Mas o pessoal lá ainda faz isso: traz pelo Uruçuí Preto, vende aqui, não tem feira, vende pra esses comerciantes, esse povo todo compra, todos compra. Terra de baixão é terra boa, terra beira rio. O criatório lá nós, às vezes, quando tem, vende lá mesmo, traz pra cidade, vende na cidade e vende lá em casa, e nós mata [para alimentação], também. É gado, é porco, é essas coisas... Galinha. Não crio o bode e nem a ovelha. Nós lá no Morrinhos, nós ainda não tinha trabalhado em chapadão, inda não, só no baixão. [Chapada], só pro bicho mesmo, criar o bicho [gado]. Quando precisava de uma madeira, tirava assim numas meia serra, assim perto das roças pra cercar de arame. O baixão é tudo arrodado de chapadão. Vai até os projetos. Quando precisa de alguma madeira, sobe, tira, assim perto, e carrega pra roça. O pequi dá muito lá na chapada... Esse é perdido [grande quantidade], que não tem como aproveite... Agora, este ano não deu pequi, não deu pequi, a fruta... não sei o que foi aquilo, porque ele não teve a fruta, não deu... pequizinho pouco, mesmo.

III

Nos Morrinhos, tem uns mais e outros menos, tem uns mais e outros menos, mas não tem grande fazendeiro, tem não senhora. Todo mundo lá tem uma sementinha de gado [poucas reses], o mais é de cinqüenta a sessenta gado, pra cá. É, mas não tem fazenda deste povo da cidade lá dentro da região não, tem não senhora. É uma família reunida, só a família. De Leite com Tintino... é José Raimundo, esse povo, tudo parente. Como começou o lugar, eu não sei, que eu já sou um pouco... tenho idade, mas quando eu me entendi, já tinha esse lugar por nome Morrinhos, já era esse lugar, lá onde nós habita, Morrinhos. Não sei como ele começou, eu acho que Deus já deixou ele daquele jeito e o povo ficaram tomando de conta. É. Os Leite e Tintino ficaram, tomaram de conta desse lugar e estamos lá. A família Zé Raimundo é todo uma família só e nós é tudo parente, e lá é gente muita! E lá nós tem uma sede da Associação, nós temos a máquina do [beneficiamento] arroz lá, tem, da Associação. Nós fundamos uma Associação, um grupo de pessoas e compramos a máquina e tá limpando arroz lá em casa! Faz o xerém do milho, molha o coco, faz a ração pro gado, tudo isso... É, tudo isso, nós temos lá a máquina de arroz, formado por nós mesmos, lá do interior: “- Vamos fazer uma associação!...” aí, paga, um reais de cada mês todo sócio, tem que pagar um reais, mas já tem a máquina. A idéia começou de nós mesmos, agora, não tem três anos. Tá funcionando bem, graça a Deus. Esse arroz que nós beneficiamos era das roças de baixão, de vereda, que nós nunca tinha trabalhado no cerrado, não. O primeiro ano vai ser este que eu venho mais este rapaz e a turma dos Morrinhos. É onze dos Morrinhos e dois daqui da cidade. Essa área já foi plantada arroz,

mas tá descansada, a mata tá grande já, é... precisa engarranchar [juntar os garranchos para queimar]... depois de amanhã vamos estar lá, fazer o serviço, e tá aradada, já, e vamos plantar essa semana que entra, se Deus quiser. Só falta o segundo corte.

IV

Os plantios, nós, cada quem, lá nos Morrinhos cada quem tem sua roça. Cada quem tem sua roça, cada quem trabalha em sua roça com a família dele e aquele legume vem pra casa. Eu tenho os meus rapazes lá em casa, três, eu trabalho lá em casa com essa rapaziada, mas eles são solteiros. Eu trago tudo pra casa, o legume, e aí, eles querem vender uma parte – que ajudaram a trabalhar, não é? – aí eu cedo e eles vendem arroz, é milho, a farinha, é tapioca, é o feijão, é a fava, é essa coisa toda. Quando precisa, nós paga a diária. É cinco reais uma diária, às custas da gente... Lá vão sempre só os homens; as mulheres, é difícil... vai as mulher é rapar mandioca, quando tá na desmancha [época de produção da farinha], elas rapa, é quatro ou é cinco, conforme as cargas de mandioca. Esse pessoal que trabalha na diária é de lá mesmo. Tem muito rapaz... é filho dos outros, é filho meu, filho do Antônio Leite, é filho desse povo, de lá mesmo. Os filhos trabalham mais nós e trabalham pra outros... Nós nunca fizemos aquele sistema de mutirão não. Nós nunca juntamos grupo de pessoas de dez homens pra ajeitar roça dum, de outro... Cada quem cuida. Agora também é uma família só, uma família unida, lá é uma família, é um lugar muito quieto [sossegado], graças a Deus. Essas áreas, eu não sei nem lhe dizer, mas é muitíssimas, dentro do rumo dos Morrinhos é o compadre Zezinho, sou eu, é Tintino, é Manoel Chaves, é muita gente! é Sabino, é João da Mata, é Oriele, é David, é Filó Leite, tudo é apossado lá dentro. Tudo pertinho, tudo pertinho, dentro dum baixão só. Do rio à cabeceira é nove quilômetros. E umas áreas do porto, donde nós embarcamos, até a cabeceira dos Morrinho é nove quilômetro e umas metragens, passa de légua... Tudo na beira do Uruçuí Preto, mas sai pra dentro do vão, pra cá no rumo da Estiva, pra o nascente.

V

Nós costuma plantar o mês de dezembro, nós começa brocar [preparar o terreno] roça no mês de julho pra agosto: nós broca, derruba, queima, aí vai cercar ela em setembro. Quando dá de novembro pra dezembro nós tamos plantando. A mandioca nós planta ela solteira. Nas primeiras chuva nós planta de outubro pra novembro... plantar só a mandioca – essa época agora, é época de muito trabalho, é sim senhora –. Colhe essa mandioca -- ela é demorosa, é dois anos – e outros legume. Esse arroz é de quatro meses: se planta ele e com quatro meses é que tá no ponto de panhar [colher]. E o milho é três meses. E nós guarda a semente, nós guarda da roça lá, nós planta de lá mesmo. De lá mesmo das nossas roça. E é boa, é... dá o mesmo produto dessa. De março pra abril a gente tá começando a panhar... Esse resto de ano a gente

fica fazendo uma desmancha, fica moendo uma cana, fica plantando uma vazante, feijão... é brocando uma roça... pois é, e fica brocando a roça e quando é dezembro, de novembro pra dezembro a gente tá plantando. Eu tô com minha roça lá, plantada, lá em casa. De abril até dezembro tem trabalho pra trabalhar, tem a desmancha pra fazer, mês de junho pra julho tem que trabalhar na desmancha, tem o feijão pra plantar mês de junho... É, feijão planta de vazante. É duas, três safras de feijão no ano. E lá tem gente que faz duzentas, trezentas quartas de farinha, cento e cinqüenta. Aí, nessa beira de rio, aí, produz farinha. Pois é. Vem pelo Uruçuí Preto e embarca bem aqui. Vende bem aí, no porto aqui, ali na Codipi e bem aqui no cais. A farinha é desta mesmo que nós usa lá no interior, não é desta aqui que faz na Cooperativa. Essa que eles faz aí fica amarela, não sei se é devido aquele tempo que dá aquela mandioca arrancada, não é? e ela dá amarela... E a nossa fica alva, e essa é assim, amarela. [A farinha, a gente] faz de qualquer jeito, [se] quiser fazer um pouco grossa faz, se quiser fazer um pouco fina faz....

VI

Eu tenho sessenta e nove anos. Vou completar agora no dia vinte e oito deste... Vinte e oito de dezembro [de 1997]. Eu me lembrei disso. Virando pros sessenta e nove anos, vou completar e entrar nos setenta anos e nunca tinha visto uma plantadeira de arroz!... Nunca trabalhei com essas coisas. Essa colheideira [colheitadeira], eu vejo elas em riba [em cima] de carro viajando pra esses cerrados, mas eu nunca vi ela colher. Uma tá bem aí, pra colher nossa roça. Vou ver. Essa [máquina de limpar arroz] nós já conhece, nós tem a forrageira, nós tem ela lá em casa. Tem a máquina de arroz, o motor de pilar o arroz, limpar e tem a forrageira de moer o milho, moer a ração pro gado, moer o coco pra fazer o azeite. O coco que nós usa pra fazer o azeite é o coco palmeira [babaçu] que lá tem demais. É bom demais pra se comer, é melhor que esse óleo que a gente come aqui. É desse coco babaçu. Cozinha, faz o tempero mais é dele, eu não compro óleo lá pra casa. O buriti é em quantidade lá em casa, nos Morrinhos. Usa, vende direto, vende direto. É bom, a gente lá faz o doce do buriti direto e traz praqui e vende, e traz a rapa e vende, é um reais o prato da rapinha seca. Eu trouxe mais de quarto de buriti, vendendo ele ali. Tira o azeite do pequi, come o pequi... mas esse povo do mato - uma fartura de pequi que dá - quando dá, a gente quando rói é um dois pequi, três. Aquilo fica estruído [desperdiçado] só o peba [tatu] dá conta e apodrece lá da terra. A senhora acha bom pequi? Tá certo.

VII

As grande diferença eu estou vendo de mais a mais, que naqueles tempo que eu fui criado era a maior luta e hoje eu tô vendo o desenvolvimento em cima do cliente. O homem que quer

trabalhar de roça hoje, tá na dele porque tem tudo ao lado da pessoa: a plantadeira do arroz, o trator pra aradar, a colhedeira pra apanhar, é facilidade... O serviço tá mais facilitado hoje, tá sim. Naqueles tempos que o homem relava mandioca era no braço, na roda, enfrentava serviço pesado, não é? E hoje, é o motor. Tudo isso nós tem lá em casa, o motor pra ralar a mandioca, pra fazer a farinha, ninguém mexe mais com roda, com aviamento⁸, de jeito nenhum. A vida hoje tá mais fácil pra nós e esperando que melhorasse cada dia a mais, melhorando aos poucos, é porque o negócio não tava mole não. É.. diminuir mais aquela luta, pelo menos no lado do trator tá bom pra nós, né?

VIII

Eu não aboio mais. Mas agora, aí, eu não sei mais. Eu aboiei muito, mas também [agora] não vou dar um aboi, que falta a voz. Aprendi [a aboiar], era lutando com gado e aquilo a gente dava um aboi tão bonito!... Comecei lutar com gado, de pequeno, de doze anos pra frente eu fiquei labutando com gado toda uma vida e ainda hoje labuto. Gado – que nós era vaqueiro dessas fazendas daqui da cidade mesmo, do Cavalcante... Eu fui vaqueiro, do Manezinho Claudino eu fui vaqueiro, e aí, nossa vida era esta. Agora aí, eu ia pra fazenda, quando chegava cinco anos, cincava, aí nós voltava pros Morrinhos, mas levava a semente [a quarta da partilha do gado]. Porque cinco anos era o contrato pra poder ter um gadinho. Era o contrato. Todo ano tinha partilha: de quatro, um. Nego sofreu! Se a gente tem uma besteira hoje, eu juntei um gadinho foi assim, é, bem assim. Trabalhando de vaqueiro e comprando um aqui outro acolá e que tanto... E aboiando e conquistando as morenas no aboi. Hoje, não vai sair nenhum aboi não, porque eu tô ruim pra aboiar hoje. Mas lá nos Morrinhos, se a senhora for lá, eu vou dar um aboi pra senhora gravar ele. Muito bem.

IX

Tenho três filhos em Brasília, em Brasília não, em São Paulo, três rapazes. Moram lá, trabalhando, rapaz solteiro, fica ganhando dinheiro aí fora. E tenho uma filha em Brasília e tenho dois filhos aqui na margem do rio Parnaíba aqui pra cima, aqui no beira do Parnaíba, mas aí, eles são é vaqueiro. Os meus filhos têm pretensão [vocação] pra labutar com gado, e aí a gente não tem como dar pra eles, e aí, eles acha colocação com os fazendeiros, eles chama e eles tão trabalhando. Herdaram o gosto do pai, é, eu acho bom. Mora só o vaqueiro do Nagibe Demes em Floriano, esses filho meu [que trabalha para] Nagibe Demes. Então tem filho em São Paulo, tem em Brasília, tem aqui em Uruçuí, tem lá em casa nos Morrinhos... Eu tenho três

⁸ “Aviamento”, refere-se a implementos utilizados nos engenhos rústicos para fabrico da farinha de mandioca, como a bola ou caititu acoplados à roda para desmanchar a mandioca.

SEÇÃO CIRCULANTE

casados, quatro casados e tem dois casados aqui nesta margem de Parnaíba e tem três solteiros em São Paulo, tem uma moça em Brasília, tem três rapazes lá em casa. Esses moram na nossa terra. Vai casando e vai ficando. Fazendo as casas, cada quem tem sua casa. Tem as deles – tem três filho lá, casados – tudo em riba de nossa localidade e tem uma vaqueirando mais em baixo, essa não tá lá em casa porque é vaqueira [o marido é vaqueiro] de um velho que mora aqui dentro. É serviço só pra homem mesmo. Lá nos Morrinhos, é os parentes, uma família. Os casamentos faz aqui por Uruçuí ou no dia que o padre vai à desobriga⁹ lá, nos Morrinhos, que tem missa direto. O padre Zezinho, padre João Batista... é, faz o casamento. Eles lá ficam casando dentro da família mesmo, primo com primo, é sobrinha com tio, é assim, o povo lá é danado pra casar só na família e eu nem gosto disso mas já dava luta [era difícil impedir] naquelas época. Não é pra não dividir terra não, é porque parece que tem medo de sair outra família. É porque eles agrada e aí, pega aquele namoro, quando cuida que não, casa. Muitos casa nos festejos do Senhor do Bom Jesus da Lapa, uma festa que começa dia vinte e oito de julho e termina dia seis de agosto. É... bem pertinho lá de casa, bem assim [de casa] até a igreja. Tem o padroeiro lá. Bom Jesus da Lapa. É sim senhora. Umas festas mais... tem missa... O tempo do festejo o padre vai, celebra, mais é um dia. Aí, ele volta. Mas vai direto. A festa continua à noite. É só terminar a novena o pau quebra direto aí até o dia amanhecer, sem movimento de briga que o povo é todo unido, não tem esse movimento. Esse festejo é muito velho, eu nunca vi uma desordem dentro desse festejo. Quando eu era criança, já tinha ele e eu fiquei rapaz e fiquei brincando esse festejo lá direto e nunca criou uma confusão... e cachaça, botequim, tem anos que tem quinze, dezesseis, dezoito botequim. Só vende cachaça, cerveja, é alumiadozinho, é a motor direto. É claro [iluminado], não é, nas festas. Fora das festas não tem o motor. Não tem não. Mas nas festas tem o motor pra alumiar e fora das festas, é lamparina a querosene que o azeite do coco não serve pra isso não, porque nós tira [o azeite] pra o consumo da casa. Pra tempero, temperar comida é muito bom. É bom pra fazer bolo... é. O melhor azeite, gordura, pra fazer bolo é o azeite do coco. Todo mundo usa. Tira direto, nós quebra é meia quarta de coco e torra ele e aí leva pra forrageira, é num momento... sai só água, aí cozinha e tira o azeite. Quando tira, ele tem que ser fritado né, pra poder fazer o azeite, mas aí tira ele e usa. Não arruina não. De jeito nenhum. Apura ele bem apuradozinho e pode litrar e aí fica temperando [a comida], é bom. Tinha coco que nós vendia lá dos Morrinhos, muito coco, era... aqui no Uruçuí, a bage do coco, era vendável. Mas hoje, o coco tá se perdendo, as

⁹ *Desobriga*, que no vocabulário da Igreja Católica designava o cumprimento do preceito da confissão durante a quaresma e a própria ação do sacerdote nessa oportunidade (Silva et al [coord.], 1975), passa a significar, na linguagem popular, as periódicas e, em geral, esparsas visitas do sacerdote às comunidades, momento em que são realizados diversos sacramentos como: missas, batizados e casamentos.

mulheres nem fiam mais, e nem quebram coco... [quebram] somente pra tempero, pra fazer o azeitinho pra casa e não fiam, não tecem mais uma rede... e naqueles tempo que eu fui criado, eu só deitava em rede tecida no tear de algodão. Hoje não, tem não, e é bom [rede] de algodão, mas os homens largaram de plantar... na hora em que quer comprar uma rede aí tem muita essas redes de... essas de carregação... encontra uma rede dessas – e são boas – se compra por dez reais. E, aí, acaba que não compensa fazer. Dá uma luta!

X

A escola... lá tem o colégio, direto. Da Prefeitura. É minha nora, essa professora, de lá mesmo. Outra, mais embaixo, é a Ana Amélia... Alderina... é o Cornélio... tudo é professor. É três escolas dentro dos Morrinhos, três escolas... lá são bem cuidados os meninos. Todas da Prefeitura. Quando adoece, vem, traz, que não falta carro, traz pra cá. O doutor faz a consulta no posto [de saúde] dos Morrinhos, direto, todo mês. Lá tem um posto de saúde, tem sim senhora. E vai receitar a gente lá nos Morrinhos, o doutor Wagner, o Gilberto... é, era o doutor Zé Wiliam, uma vez por mês. E quando adoece, tem o expresso [ônibus] direto, duas vezes por semana. Adoece uma pessoa, se traz pra o tratamento. Venho no expresso e volto pelo expresso. Ele vai até os Morrinhos, cabeceira do vão. Ele sai daqui e chega lá. Vai e, amanhã, ele volta. Dorme lá e amanhã volta. Duas vezes por semana. É, ele sai daqui uma hora, quando dá cinco horas ele tá chegando lá nos Morrinhos... é porque é devagar, é cheio de gente, é parando, tirando gente, tirando bagagem e tudo, mas vai ligeiro daqui nos Morrinhos, no expresso. Aí, no outro dia ele volta no mesmo horário... sete da manhã, ele tá voltando.

XI

Tenho uma casa aqui [em Uruçuí], tenho sim senhora. Mas fico lá [Morrinhos]. Eu estou aqui agora porque tou neste serviço aí, eu cheguei domingo, mas já tou me vendo pra voltar pra casa, pra minhas roças, lá. A mulher fica lá, mais eu. A casa aqui fica só, mas é difícil tá sem gente, porque aí, eu tenho um menino que estuda, o caçula, ele estuda aqui. Só não tá estudando esse segundo semestre porque ele terminou o ginásio e aí, pra fazer o segundo grau não deu dele estudar esse final de ano, mas agora em janeiro, se Deus quiser, vai fazer o segundo grau. Mora aí, na casa. Mas aí, toda semana tem gente de lá [Morrinhos]. Toda semana. Não fica sozinho, é difícil, é raramente ele passar só dois, três dias, é gente mais ele, direto. Nos Morrinhos tem muitos jovens. Eles têm vontade de vim pra cidade, mas às vezes não dá de vim, fica por lá mesmo, estudando lá mesmo. Agora, esse menino meu já não podia mais estudar lá com as professoras, aí, eu botei ele aqui pra fazer o ginásio. Terminou em julho. Quando encerrou, ele tinha feito o ginásio completo. Agora, só falta estudar o segundo grau e aí, vai estudar novamente. Eu não estudei não dona, não estudei. Naqueles tempos que eu fui criado os pais

não interessavam pelos filhos, não é? Aí meu estudo foi pouquinho, somente pra fazer o nome. Assino. Não tiro conta, não senhora. E leitura é [preciso alguém] pra ler pra mim ouvir. A mulher lê. Só não lê bem, porque já tá uma mulher de idade, a vista já curta, mas essa lia bem. Foi bem estudada a Adelaide... o nome dela é Adelaide. Aqueles tempos que eu fui criado, aquilo foi um tempo de atraso, não é? Eu acho, pra mim, o tempo de hoje, pra esta rapaziada, a coisa tá boa demais, porque tem o estudo, por conta, aí direto... e quem quer estudar, estuda direto. E naqueles tempos que fui criado não tinha quase escola, não! era difícil demais e era os pais que panhava [contratava] o professor e botava na casa, e ficava pagando, não tinha essa história da prefeitura botar as professoras, professor, não. Hoje tá bom demais. Talvez que não tinha alguma coisa naquele tempo melhor que hoje e podia até ter, mas eu acho até difícil, porque as coisas têm que mudar, as coisas têm que mudar mesmo, não é? É como diz, lei é lei, ninguém pode ser contra a lei não. E é o que a gente tá vendo: hoje a lei é uma, amanhã já é outra e a gente tem que acompanhar essas coisas novas que vêm, não é não? Eu acho bom, sim. Pra ajudar, é pra ajudar... De primeiro não tinha essas facilidades que tá tendo hoje não rapaz, não tinha não. A dificuldade era maior pra trabalhar. Era maior, era maior dificuldade, era pesada. E hoje a coisa tá fácil. [Antigamente], carregava o sal daqui lá pra casa... o sal, o querosene, era no jumento, nas costa do jumento, daqui lá pros Morrinhos, noventa quilômetros, na carga! Era dois dias e meio de viagem daqui lá pra casa tocando carga. Dois dias e meio e hoje a gente faz em menos de meio dia! Olha, o padre Zezinho [pároco de Uruçuí], ele sai daqui, ele gasta uma hora e meia daqui lá pra casa, o padre Zezinho! hora e meia naquela D-20 [modelo de caminhonete] dele! É uma diferença... tá de mais a mais. E naquela época eu cansei de botar carga, aí, duas, três cargas aqui, tocava aí, de cabeça arriba, fazia um pano de frito [alimentação para viagem], um saco de arroz e tocava no meio do mundo aí, viajando. Levava a rede e era botando abaixo meio-dia... de noite, dormia, de manhã, tornava. Era uma luta, aqueles tempos, ave Maria, foi ruim demais! e hoje, na hora em que a gente quer ir pra casa é só apanhar os trem [os objetos] ali em casa, botou dentro do expresso [ônibus], é ligeiro! Tira bem no terreiro de casa, o carro passa bem no terreiro, o expresso. Só faz tirar do carro e joga dentro de casa, pois é. É. As compras são feitas no Uruçuí, na cidade de Uruçuí. Nós compra o tecido, nós compra o sal, nós compra o tempero, no caso de alho, cebola, a pimenta ... É a pimenta do reino, é o cumim, é o cravim [cravo-da-índia], essas coisas nós compra aqui, sal, querosene, é o óleo... o que não produz lá. E quando falta, lá, nós leva daqui pra lá, o arroz pilado. Às vezes, falta.

XII

Eu acho que a coisa, a reunião [união] do pessoal, uns aos outros, eu acho que, hoje, terei melhor. É que naqueles tempos, era os tempos... aquele povo que tinham aqueles negro carrancismo danado... era judie [maus tratos] demais!... Matavam -- e, hoje, ninguém vê quase isso. E aí, tinha muita coisa que não dava certo, pegava um amarrava -- como lá mesmo, um velho pegou um e amarrou num pé de laranja, surrou demais e amarrou aí [até] o pender do sol [pôr-do-sol] -- e hoje ninguém vê isto, ninguém tá vendo, é... mas lá se dava esses causo. Eu era criança nessa época. A violência era maior. E hoje pode ter violência, mas é difícil até a gente ver. Aqui mesmo pra nós, aqui no nosso município dos Morrinhos, ninguém vê tratar essas coisas... delegacia... Ninguém vê dizer: “-- Fulano foi buscar... soldado! Povo [alguém] dos Morrinhos, matou, surrou, fez isso, furou, deu pancada... não!” não, nós não trata disso pela delegacia aqui não, nós somos unidos, lá na região nossa, graças a Deus. Os lugares vizinhos, é muito, é muita gente: é Morrinhos, é Sambaíba, tudo é, é Cipó, é Verdura, é Arara, é Melancia, é tudo numa ribeira só, mas cada quem, uma morada, tem o nome. Nos Morrinhos, é tudo parente. Sambaíba é outro grupo de parente. É dentro da Fazenda Velha, é dentro de Arara, tudo é uma familhinha só. Lá esse povo foram todo nascido e cada quem tinha sua terra dos troncos velhos. O tronco nosso é da família Leite, é... meu pai era apossado lá, os pai dele já eram donos deste lugar, é sim. E aí, ficou os filhos. Não largou aquele lugar, é, nunca largou. Esse apossamento é antigo, vem de... quando eu me entendi já era nos Morrinhos. Meu pai me criou lá nos Morrinhos, rapaz, e o pai dele já criou ele, Raimundo Leite, que era o meu pai, avô Viríssimo, pai de meu pai. E o pai de avô Viríssimo já criou eles, lá. Acho que essa geração... e aí, eles ficaram zelando do pedaço da localidade deles, a terra, não é? E ainda hoje, nós estamos lá, [com a terra] escriturada, pago o INCRA. Antes do avô Viríssimo, daí eu não sei mais pra onde vai, que não era do meu tempo. Mas eu acho que essa terra, quando o pai era dono dela, já adquiriu do avô Viríssimo. O avô Viríssimo, eu acredito que ele já fiou lá, panhado [herdado] do pai dele. O avô Viríssimo era Leite, Ribeiro Leite. Viríssimo Ribeiro Leite... tá sepultado lá no cemitério dos Morrinho e tá escrito. É. O meu pai chamava Raimundo Ribeiro Leite. E aí, a assinatura Viríssimo Ribeiro Leite. E aí, a assinatura deste povo é toda com Leite: fulano de tal Ribeiro Leite. Meus filhos são Ribeiro Leite, são sim senhora. Tem deles que leva o sobrenome da mãe, mas assina com o nome do pai: Domingo Ribeiro Leite, Júlio Ribeiro Leite, José Ribeiro Leite... As filhas assina também com o nome do pai: Jesus Leite. Aí, já carrega o nome do marido, casamento civil que aí junta, mas o do pai continua, é verdade. É. Lá tem muito, família grande, mas a maior família que tem lá seja, talvez, a minha. É que foi dezoito... [e hoje são] catorze [filhos] vivos. E lá talvez não tenha um pai que tenha catorze filhos vivos.

É, graças a Deus eu não me dei mal com a minha família, não. A coisa mais difícil do mundo é reunir essa irmandade com os pais, porque neste mundo tá espalhado gente, as quatro providências [cantos] do mundo tem gente. E aí, é difícil eles ajuntar. Ora por outra, vem um aí em casa, dois... passa um mês, dois, três, aí torna . Nem nos festejos vai tudo não, vai não. É, não pode sair, e eles tão trabalhando em São Paulo, três filhos. E aí, pode ser que venha um agora em janeiro, aqui pelo Uruçuí, pode ir até lá em casa. Mas eu acho difícil, até porque eles tão trabalhando.

XIII

Criamos uma Associação dentro dos Morrinhos. Sem a orientação de seu ninga! [ninguém]. Nós ajuntamos o grupo de uns trinta homens e fizemos a Associação, pegamos os dados pelas outras Associações que tão fazendo e nós, hoje, nós temos uma Associação. Nós somos, parece, uns quarenta sócios. Aí, nós paga todo mês, um reais, todo mês. O sócio é pai da família, às vezes, um filho. E aí, nós já compramos essa máquina de arroz, forrageira e nós tamos querendo comprar um trator pra nós ter lá com nós. Tamos trabalhando a esse beneficio. E já foi até aprovado o projeto nosso com o Banco do Nordeste. Aprovado e o negócio [sai] parece que daqui pra julho. A Associação foi criada tem uns três anos a mais, já, que ela foi criada. A finalidade era facilitar um pouco trabalho dos conterrantes lá do interior. A máquina de arroz num lugar, num setor daquele é uma benção. Uma forrageira muito boa tem lá, pra fazer ração pra bicho, pra moer o coco, moer o milho, faz tudo isso! Nós tem ela lá... A farinha nós faz nas oficinas, mesmo. É, cada um tem a oficina, tem o motor, rela a mandioca, é o coco, faz tudo. O arroz na serra é a primeira vez pra todo mundo dos Morrinhos. E a primeira vez que nós vamos plantar, ninguém nunca tinha plantado. A área é aqui no José Cavalcante. É sessenta e cinco hectares e treze pessoas. Divide [no final]. Essa aí é conjunta, esse grupo é junto: nós planta junto, alimpa junto e quando panhar , aí, nós tem que dividir. Agora, eu achei arroz demais! É quatro mil e duzentos e vinte e cinco quilo que nós compramos, bem aqui nessa cooperativa [COOPAGRI/Uruçuí] pra plantar essa área de terra. Mas eles [projeto de financiamento] deram a base de sessenta e cinco quilos por hectare! Eles dão a norma, o banco dá a norma. Eles deram a norma: sessenta e cinco quilo pra plantar um hectare. Não temos orientação de técnico, não. É nós mesmo é. Aí, por ora, é o Davi [presidente da Cooperativa dos Pequenos Produtores de Uruçuí] quem tá com a empeleita [empreitada] e nós vamos seguir com ele. Ele pégou a empeleita pra aradar. A cooperativa, pegou a empeleita pra aradar e dar plantado, a sessenta reais o hectare. Ele dá cortado e plantado. Dá cortado e plantado e nós paga sessenta reais pelo hectare. Nós não temos esse trabalho não, não tem. Só tamos aqui porque tamo ventando [limpando o arroz]. Quando eu preciso carregar o adubo, eu preciso carregar

esse arroz, tá a caçamba aí, pra nós carregar e ainda vamos ajudar a plantar. Aí, nós tem que estar uns dois em ríba da plantadeira mode ficar desentupindo aqueles bico, [que] às vezes entope. Na panha, nós mesmo faz o serviço, já tem a colhedeira . Até o motorista... nós junta tudo e nós colhe. É todo mundo. Eu estou animado, vou ver! Eu nunca trabalhei na serra, vou dar esta trabalhada este ano, se eu me der bem eu torno a fazer outra maior, o ano que entra se Deus quiser. Tem que fazer o primeiro pra ver se tem sucesso ou não. Verdade. É, esse arroz... [que estão limpando] esse povo panharam arroz no ano passado não foi brincadeira não!¹⁰ Foi numa área lá em Antônio Almeida. Nossa. A nossa área é perto, é aqui, quando passa ali na serra, que passa ali naquele açude das fazendas, ali é logo a nossa área de terra, na beira da pista [estrada]. É, o projeto tava de abandono de muito tempo. Cavalcante plantou muito, mas depois não plantou mais e aí... Já trabalhei de vaqueiro com os Cavalcante, mas já não sou mais não.

XIV

Teve uns filhos [meus] que trabalharam ali, na CANEL, muito tempo. Tá ainda hoje funcionando a CANEL. Eles trabalharam muito aí, [por]que tinham precisão de um dinheirinho, de ganhar um dinheiro, aí, ia bater lá. Trabalhava e aí, na hora que queria ir embora, eles pagavam. Não era de carteira assinada, era nada. Era por tempo. Não tem carteira assinada pra essa peãozadinha, não! Trabalhava aí, na doida... era [catar] garrancho, era encoivarar, queimar garrancho, era isso. A CANEL ainda funciona. Agora, o [projeto] Saponga, aquele... as máquina tá tudo lá, rapaz! É, eu acho que aí isolou [deixou de funcionar] mesmo, tá de abandono a Saponga, uma terra que produziu coisa demais ali, mais aí, não sei como foi que [hoje] tá de nada, o projeto. O ano passado tinha um grupo do sindicato plantando lá, tinha. Plantando arroz, não sei deu certo também... Chiquinho [então, presidente] do sindicato aqui, eles plantaram lá uma área, se não me engano, era duzentos hectares que eles iam plantar... duzentos hectare, terra muita! A gente vê cinqüenta hectares de terra cortada, a gente fica besta de ver o mundo de terra... quanto mais duzentos hectares! Nossa fazenda, lá [Morrinhos], é uma com duzentos e dezessete hectares e a outra com cinqüenta e três – esta é minha mesmo, essa de cinqüenta e três, e esta outra era de meu pai – mora os filhos tudo lá em ríba! É de herança e a média lá é esse tamanho. É duzentos e dezessete e tem delas maior um pouco e tem delas menos. É nessa faixa, se tiver alguma [maior] é de trezentos pra cá. Eu moro nessa de duzentos e dezessete hectares, e um filho mora nessa de cinqüenta e três hectares. Eu planto, eu trabalho uns cinco hectares de roça, todo ano. Cinco, todo ano eu faço – só o meu

¹⁰ Referência ao arroz plantado pela Cooperativa, na safra anterior, numa *área nova* de chapada, no município vizinho de Antônio Almeida.

serviço, fora os dos meninos –, plantando arroz, planta o feijão, planta a mandioca, planta o milho. É, cinco hectares... eu trabalho e é aradada, ainda mais. Já aradei. Este ano, a prefeita mandou o trator foi cedo, aradou esta terra, nós pagamos cinco reais por hectare, cinco reais! A prefeita fez isso, uma benção que ela fez. Aí, eu paguei trinta reais. Ficou bom e a roça tá plantada, já tem arroz lá desse tamanho e tava começando a limpar pra plantar a outra mas aí tinha esse serviço aqui, deixei os três rapazes lá nessa roça e [disse]: “– Vão capinando aí e plantando que eu vou lá na outra roça”. O arroz, plantamos lá com essa matracazinha de mão. O milho nós plantamos dentro do arroz. Nós plantamos solteiro, de lá, nós plantamos só mesmo o feijão. O feijão, só, ele rende mais de que plantado misturado com outro legume, não se dá bem com o milho não. Já com o arroz, o milho dá certo, dá certo, faz uma colheita boa de arroz e milho. Eu venho plantando assim direto. Agora este ano eu já plantei. Planta o milho e o arroz tudo numa vez. Planto na carreira, na enxada, o milho, e o arroz planta na matraca. O milho chega primeiro, o milho [com] três meses ele tá seco. Nós só quebra quando panha o arroz que dá de julho pra agosto, setembro, é que nós quebra o milho, fica na roça, secando. Fica seco lá, bicho não come, não. [A gente] só quebra no duro do verão, o milho. O arroz tem que panhar. Na hora que amadrece [amadurece], panha. Lugar pra guardar [o milho] às vezes a gente tem, mais o milho ficando na roça é melhor mesmo. Nós deixa na roça e aí, na hora em que é pra quebrar nós ajunta, quebra, bate, aí bota dentro de casa. Fica bom pra bater que ele frouxa [afrouxa], basta triscar o cacete, ela larga o caroço todinho! Ele fica bem sequinho bom pra debulha e ele verde, mole, é ruim pra debulhar. Tando seco, deixa na roça por isso. Já o arroz, é na hora em que amadrece tem que colher, tem que botar dentro de casa, porque depois dele secar, aí, dá luta pra se panhar ele, dá uma luta! As mulheres ajudam [na colheita]; no plantio não, porque elas não plantam arroz de matraca. É os homens mesmos que plantam. Pra plantar uma roça é num instante. Tando aradada, os meninos planta lá é de um dia pra outro. O difícil é preparar a terra, mas tando aradada, os menino lá é de um dia pra outro, eles plantam é hectare e hectare de roça. Duas, três matracas, entram numa roça... num instante planta. É.”

6.1.1- Seu Gervásio: Da terra voluntária à terra arrendada

“Depois que passou a ter dono as terras, ficou muito difícil para o trabalhador porque... se ele quer trabalhar, vai se curvar, vai se sujeitar” (Sr. G. P. de S., Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

I

“Gervásio Gervásio Pereira de Santana. Eu nasci e me criei aqui no município de Uruçuí, a residência Sangue, que é minha propriedadezinha que eu tenho. Sangue, a gente vê falar pelos

antigos que foi a morte de uns índios antigamente, que eles perseguiam índios, aí mataram muito índio e fizeram grande derrame de sangue e, aí, ficaram chamando Sangue. Só o que eu sei é que naquelas data que era desabitada e viviam perseguindo os índios pra desabitatar aquela localidade, o que eu sei é só isto. Porque lá antigamente disse que era uma aldeia de índio. Não sei o nome deles. Não é do meu tempo não. Só tem um tio meu, Zé Delmiro, esse sabe desenrolar tudo enfim (...). Estou com idade de cinquenta e quatro anos e nunca morei em outro lugar não. A única viagem foi de lá do interior [Sangue] pra cidade [Uruçuí]. Abandonei lá e, hoje, há três anos, voltei de novo lá pra minha propriedade. Abandonei, devido aquela vida [em que] começou a chegar menino e eu não queria que meus filhos fossem criados que nem eu, quase sem saber ler. Aí, vim embora pra cidade, lutamos aqui com eles até que hoje estou terminando de ensinar eles, como estou terminando quase de ensinar um que tem em Teresina e outro que mora lá na propriedade. Aí, há uns três anos voltei de novo pra situar nos meus terrenos. Eram oito filhos, quatro casal, mas com dezesseis anos morreu uma filha minha com a meningite. Diz que foi a meningite, mas ninguém nunca ficou certo que fosse não. Por aí, a gente tem a suspeita que tenha sido cobra. Os anos que tem eu aqui em Uruçuí, tem ela de idade. Em sessenta e seis... em setenta e seis, eu cheguei aqui, em novembro, e ela nasceu em dezembro. Ela morreu, uma moça bem forte, bem morena. Tenho sete [filhos] vivos. Minha esposa fica mais é aqui. Quem fica mais na roça é eu. Os filhos, tem dois em Teresina, um dos mais velhos e o terceiro. O mais velho, já casado e o terceiro estudando. Eles tudinho tão empregados pra lá. E tinha outro em São Paulo, que é o pai desse menino aqui, desse meninozinho que tá morando aqui, tá aqui em casa. E tenho três [filhos] comigo, morando mais eu, aqui em casa, que é duas mulheres e um homem. Um é aquele que a senhora viu, trabalhando na casa lá na cooperativa, um moreno, bem moreno. A esposa ajuda na lavoura, quando tem tempo, quando não tem, fica é em casa. Lá no Sangue, fica um filho que é quem toma de conta. Eu passo um mês pra lá trabalhando, dois meses. A esposa fica com os meninos e eu vou, vou só, lá pra onde o outro¹¹. Essa senhora aí, [ao lado], tá no lugar de sogra, foi quem criou a mulher [do narrador] que tá lá pra baixo [em outra parte da cidade] agora. Ela luta lá com roupa. Tem uma banquinha de roupas prontas, próxima ao Banco do Brasil. Porque eu passei três anos trabalhando assim [vendendo roupas], aí depois, então... a coisa pegou, aí, eu disse: “— Mulher fica, toma de conta aí que [isso] aí é um quebra-galho. Eu volto pra roça antes da coisa arruinar de todo”. Ela vende pano, vestido, é calça, ali na porta do banco. É uma banquinha, mesmo na quina... Eu vim de lá [mudou-se para a sede do município] foi em

¹¹ *Pra onde o outro* é uma forma usual de referir-se a algum lugar aonde se vai ter com alguém. Nesta fórmula, o verbo é suprimido.

sessenta... em setenta e seis. A família ficou aqui dentro, agora a minha vida é lutando com roça. Abandonei a propriedade mas fiquei arrendando terra. Mas há três anos voltei de novo a trabalhar nas minhas terras que, esse tempo todo, ficou sem gente: casa caiu, cerca acabou, abandonou, ficou parado! E eu como arrendatário, porque não podia abandonar a lavoura, porque a minha vida, minha profissão é essa. Lá [Sangue] é terra de brejo. É o brejo, que é esse mesmo aqui do Careca, que a gente passa aqui no açude, é esse mesmo¹². Agora lá é brejaria, brejo. Agora ele seca. Esse ano secou. Tem parte que não seca nunca e outras partes seca. Agora, nesse tempo ele tá cheio. Mas se vem uma seca, aí ele seca. Tem buriti... Mas ele seca. Esse ano, mesmo, secou. Eu lutei pra ver se conseguia um empréstimo pelo Banco do Nordeste, esse ano, pra fazer um açude, mas não consegui. Um bocado saiu, mas o meu não saiu, não.

II

A comunidade de Sangue, geral, na região toda, chega uma faixa de – eu não tou bem presente [certo] – mas chega numa faixa de umas duzentas pessoas. Eu tou jogando pela cotação que existe, agricultor mesmo. É porque tem o pai, tem o filho que tudo trabalha lá na agricultura. Os duzentos que eu joga é no ribeirão todo. Então, lá em nós mesmo, na comunidazinha minha mesmo é na faixa de uns dez. É irmão, é cunhado, é sobrinho, é Sangue. E onde tem esses duzentos, também é Sangue, é a região mesma. Agora, devido à localidade, tem diversos nomes. A minha é Lagoa do Sangue, mas trata Alto Bonito, mas na escritura mesmo é Lagoa do Sangue. Dentro do Sangue, tem de várias localidades... Deixa eu ver... tem o Acampamento, que é do Ribamar Coelho [proprietário], é de morador mesmo, trabalhador rural; tem a Cabeceira do Brejo, que é do Ribamar Coelho, que é de trabalhador rural; tem a minha propriedade, a localidade que é Lagoa do Sangue, tem o Brejo, que era uma fazenda antigamente, que tem dois moradores; tem o Coco que é uma localidade... vem pra os Madalenos, que nós chama Baixa Funda... vem, aí desce pra Feira, tem Chapéu... e ainda tem mais, mas não estou lembrado do nome... Ainda tem outra região chamada a Lagoa. A região que faz parte dos Abelhas antigamente. Essa região toda é brejo, passa brejo. Agora, seca o brejo, fica local assim, córrego, lagoa, sem secar, mais a maior parte, época de seca ele seca. Esse ano mesmo secou. E eu quis tentar fazer o açude pra combater o gado [ter água para o gado], mas eu tentei e não consegui no Banco do Nordeste e fiz por minha conta o açude, o poço.

¹² Referência ao *Açude do Careca*, nas proximidades da cidade de Uruçuí (cf. Imagem desse açude no Anexo 5: Caderno de Registro Fotográfico, foto 20).

III

Da estrada, da linha normal [de ônibus] pra descer no Sangue são seis quilômetros. Pra descer no Ribeirão do Sangue. Agora, lá pra onde eu moro é... parece que é vinte e cinco quilômetros. Tem os ônibus que passam acima, uns cinquenta quilômetros, ainda... vai pra outro Ribeirão, outra região, distante. O ônibus passa lá. Agora, não a Princesa do Sul¹³, outros ônibus! Ele [ônibus] vai e vem. É um do vereador [de Uruçuí] Ribamar Mateus. Passa bem de juntinho... abeirando a casa! A gente vai sábado no ônibus, quando é domingo, meio dia, ele volta. Aí é que a gente pega a volta de novo. Ele vai num dia e volta no outro. Ele passa lá, por semana, três vezes na porta da minha casa. A escola lá é mais distante. Fica a dois quilômetros de distância. Escola municipal. Posto de saúde tem cá embaixo, na Feira, tinha, não sei se já acabou. A Feira é a primeira comunidade que é quando chega, desce e vai pro Sangue. A Feira é um povoadozinho. Tem igreja, tem o poço, água encanada, escola... Fica na faixa de dezoito quilômetros, dezoito a vinte... três léguas da minha casa.... Lá no Sangue, mora um filho meu. É considerado casado. Ele é junto com uma mulher e é quem toma de conta do meu gadozinho lá. Perto, tem a casa de um irmão meu que é até motorista do ônibus, Lourival, da Princesa do Sul. Tem ele que mora de juntinho de mim, as nossas casas são todas próximas da outra. Tem um cunhado que mora perto, tem uma moradeira minha [sogra do filho] que mora de junto, tem uma moradeira dele, Louro [Lourival], que mora pertinho e tem duma sobrinha e dum irmão e de outra irmã. É irmão, sobrinho, mora tudo junto... O tronco é de meu pai que ele era de Itaucera. Ele chegou pra lá, morando de agregado até que conseguiu um... como é que dava o nome antigamente? É.. posse. Uma posse de terra. Aí ele comprou, aí ele ficou morando. Aí, ele morreu, foi a época que foi a demarcação, ele demarcou, tirou a escritura. Aí, ficou... com uma faixa de quarenta e cinco anos ele morreu, aí ficamos tudo pequeno junto com a minha mãe, o meu irmão mais velho era o que tinha e ficou trabalhando junto com nós na roça. Aí, foi o inventário, a gente dividiu as terras e cada quem ficou com seu lotezinho dividido. O meu é de vinte e três hectares. É. Somos dez irmãos, todos dez é essa quantidade!... Agora tem deles que tem mais. Todos dez. Agora uns deles tem mais, porque teve da irmandade que já vendeu um para o outro. Assim, no caso de uma visita, nós tem casa lá à vontade. Esse ano agora, eu não sei se vai dar [produzir bem], eu tô com uma partida de abóbora lá e melancia [numa área] que eu enleirei [fiz leiras] o ano passado e plantei sete hectares de capim. Aí, fui e queimei as leiras e enleirei no trator. Aí, eu plantei no dia quinze do mês outubro num curso que teve lá,

¹³ O ônibus que passa na Comunidade de Sangue não é o mesmo que faz a linha Uruçuí-Teresina, da Empresa Princesa do Sul.

que eu puxei um curso de roça pra lá¹⁴. Foi. Aí, nesse dia, eu fui e plantei as fruteiras e depois, eu quase não andei lá, tá já quase com um mês, disse que já tava começando a puxar rama, tava bom o chão.

IV

Às vezes a gente não tem só um ramo de vida, não. Diversos. A gente não pára. Quando um não dá, o outro dá. Eu trabalho de pedreiro, não é profissão, é pra época que... à vezes tem assim, uma necessidade. É... A gente achando, a gente ganha o dinheiro. Eu trabalho em teto de casa, eu fui vaqueiro muito tempo. Então eu dou a diária em qualquer serviço que aparecer, pra ganhar. Eu enfrento, não tenho escolha pra serviço. Sou vice-presidente da cooperativa – que está com três, quatro anos, três anos que foi aprovado os empréstimos [para criação da Cooperativa], começou a ser beneficiado. Davi [presidente] está no segundo mandato. É lutador. E sou do Conselho Fiscal do Sindicato e faço parte do Conselho do Colégio, da merenda escolar de Uruçuí. No Sangue, a Associação que tem é só da pastoral mesmo. Ainda sou vice-presidente da Associação da Pastoral da Criança. É porque é uma coisa quase ligada na outra, esses movimentos, organizações, tudo fazem parte um do outro. É. Então não dá trabalho pra gente. Agora se fosse separado, aí não dava como a gente dar conta. A gente até ocupou... a pastoral ocupou o fundo rural [sede do FUNRURAL] dos grandes aí, que era consultório, antigamente, e a gente tá tentando, tá quase decidido a ganhar, porque estava abandonado, cobriu de mata, estava sendo coito de malandro!... Aquela casa da cooperativa, ela faz parte da Pastoral da Criança, lá. E antigamente, eu doeí muito meu trabalho pra Pastoral, voluntário. Sempre é o único homem que acompanha, que vive dentro da pastoral adoando o seu trabalho é eu.

V

No Sangue, é tudo [agricultores] mais ou menos do mesmo tamanho. Não chega a ter um grande que se destaca dos outros, não, no restante do Sangue todo, que eu conheço, a maioria. A Lagoa do Sangue ela é solta dentro de uma propriedade, de uma fazenda. Ela fica solta dentro da propriedade do fazendeiro. Era uma posse. Certo. Ela é pequena de cada um, somos dez herdeiros, ela é solta dentro de uma fazenda de um grande fazendeiro, pra todo lado é desse fazendeiro e nós fica solta dentro dessa área deles. É que foi na época que tirava negócio de posse, comprava título de posse, aí meu pai foi e adquiriu essa posse, depois veio a demarcação, aí o fazendeiro deu ordem pra ele topar no perímetro até onde ele quisesse ir na serra, mas era

¹⁴ Referência a cursos ministrados pelo Centro Educacional São Francisco de Assis (CEFAS), OnG vinculada à Diocese de Oeiras/Floriano, com sede no município de Floriano/PI e atuação nas regiões Sudeste e Sudoeste do Piauí.

muito atrasado naquelas época, ele só tirou próximo, perto do ribeirão, não aprofundou na serra, não topou no pique dele em cima da serra¹⁵. Aí, ficou solta dentro, a gleba dele. Pega uma chapada também. Chapada e brejo, porque a chapada é muito grande, não dá pra pegar só brejo, não. É brejo e morro. Eu não tô lembrado bem, mas eu faço a base que era cinqüenta a cinqüenta e dois [1952], nessa faixa, que eu era pequeno quando nós se mudemos pra esse terreno. Eu não lembro, mas no máximo eu tinha a faixa de oito a dez anos. Nós morava numa propriedade do proprietário. A fazenda grande é chamada Brejo, essa que a nossa é solta dentro dela. É, só define Lagoa do Sangue a propriedade [nossa] de morada, o nome, mas que a fazenda mesmo chama Brejo. [Meu pai], ele comprou negócio de posse, cinco minréis [mil réis] de posse, aí foi a época em que veio a demarcação, aí ele demarcou a aí passou a tirar a escritura, legalizar a terra. É, que naquelas época não tinha... era negócio de posse que comprava... Nem entendia bem desse negócio de posse. Quando ele chegou pra lá, ele ficou de agregado do dono dessa terra, aí quando passou a ser dono de terra, aí nós se mudou pra cima da terra. Em [1932] eles chegaram aqui, ele mais a minha mãe. Trabalhava de roça, eternamente agricultor. Aí nós ficamos tudo pequeno, ele morreu e nós ficamos se batendo [na luta pela sobrevivência], meu irmão mais velho casou e ficamos tudo junto ajudando a minha mãe, até que cada quem ficou dono de sua pessoa. Meu pai, de agregado, pagava renda. Naquela época eles cobravam duas quartas por tarefa, uma... a renda era essa. O dono recebia. Se plantasse o arroz com o milho, ele recebia do arroz, o milho não. Se plantasse só mandioca, dela recebia a farinha, a tapioca não. Agora tinha deles que exigia receber tapioca também, ter a renda da tapioca, mas não era todos. Tinha muitos [camponeses] que morava lá nessa condição. Bastante, era. Na região, cinqüenta por cento era dessa maneira. Mas nessa fazenda tem só a nossa mesmo que foi dividida em muitos donos, então não tem outra pra ser solta igualmente a nossa. Mas a fazenda continua ainda sendo grande. Passou a ser herança dos filhos do velho, que ele morreu, faleceu, aí os herdeiros pegou e vendeu, e ela hoje tá sendo de um senador da Paraíba. Não, eu não sei quem é esse senador. Ela [a fazenda] tá aí no abandono, improdutiva. Tirando de dois agregados que tem em cima dessa terra, só com a rocinha mesmo... A maior parte [da fazenda] é chapada mas ninguém não planta lá porque não tem quem vá entrar, porque tem dono que até agora não faz nada, tá lá só criando terra, tá só empatada! Ninguém não pode entrar lá prá plantar, que tem dono. Problema com ele [fazendeiro] não dá não com nós, não, porque cada quem tem sua escritura, então... nós estamos dentro, nessa gleba. Bom, eu até podia dizer diferente, quer dizer, que a maioria lá [em volta], pra efeito de proprietário de terra,

¹⁵ A agricultura então praticada não utilizava as chapadas para cultivo, motivo pelo qual seu pai não se interessou por uma área maior desse terreno.

a maioria é grande. Pequeno é pouquinho. É uma região de grandes fazendas de cinco mil, oito mil, dez mil... Delas chega até a faixa de... eu acho que até quinze mil hectares. Tudo já pertence a cerrado¹⁶. Circulando tudo, pegando isso, pega chapada e brejo. E a Lagoa do Sangue fica solta dentro da fazenda do Sangue, que se chama Brejo. Fazenda por nome Brejo, que era do Cavalcante. Ele morreu, aí, ficou os filhos, o Djalma, o Cavalcante... Agora, arrendamos pra plantar arroz numa chapada dos Cavalcante, é... mas é porque ele tem o cerrado aqui e tinha as heranças deles, antigamente do pai dele. E essa outra que nós mora que vive solta, hoje é dum senador da Paraíba, que ele já comprou, eles já venderam. E essa outra ficou de herança pra o Zé Francisco, que mora em Floriano, ele pegou e tirou o resto do gado. O nosso [a terra] é garantido, foi demarcado. A área total que o meu pai tinha eu não tou bem presente o total, mas é muito simples porque é vinte e três hectares de cada um e nove ares de dez. É na faixa de duzentos e trinta e pouco...

VI

O que a gente usa mais plantar é o arroz, a mandioca, o feijão, o milho é em algumas partes que dá, não é geral, não. A maioria a gente planta no toco, derruba a roça na foice, no machado, antigamente... agora já está mais melhor um pouco. A gente já tá sendo beneficiado, mecanizada as terras, aluga o trator, paga o hectare para aradar. Certo que tá melhorando aos poucos. Uns cobram por hora, outros por hectare, mas é uma coisa só. Porque eles cobram a hora a vinte e cinco reais e só dá um corte, então o hectare ele cobra cinquenta pra dar dois cortes. Tanto faz pagar por hectare como por hora, então é cinquenta. Se é pra dar dois cortes a gente paga cinquenta, que é duas horas, no corte. Agora, plantar pra venda não tem como... a gente luta pra ver se tem pra venda, mas o que tá acontecendo é que não tá dando nem pra despesa de casa, na maioria. Por causa da seca. Aí, a condição é muito pouco, pequena e não tem como aumentar, plantar muito. E quando a gente termina a colheita às vezes não dá. A maioria é assim: a gente vai dar diária é na região, é fora, onde conseguir a trabalhar, a dar diária ou empleita pra comprar o de comer pra ir passando quando termina o da roça. Aí, cidade não é bom não, porque nunca compra o suficiente, a quantidade que quer...

VII

A terra produz algumas partes, não é geral e algumas partes elas produzem bem assim mecanizado como tava sendo no adubo. Mas pela força da terra, se dá um ano no outro ano não dá. Aí, tem que ver onde vai, porque no primeiro ano pega uma boa produção, no segundo ano já vai caindo e aí o camarada não tem como adubar aquela terra... aí então, quando chega a três

¹⁶ A expressão "tudo já pertence a cerrado" indica que se trata, em grande parte, de áreas de novos exploradores do cerrado: *projeteiros*, *gaúchos* ou empresários do próprio Nordeste envolvidos com empreendimentos agrícolas modernos.

anos ela não panha [produz] pra comer dois meses. Nós planta arroz, o feijão e a mandioca. Época mesmo de maior força pra nós é dezembro. Aí depende do inverno. Porque às vezes tem acontecido que quando é em novembro, começa a chover, a gente se anima, planta o feijão... é o primeiro que se planta. É. Aí, pronto, é o feijão e a mandioca, é os primeiros. Aí, o último é o arroz. A gente só quer plantar em dezembro, até o fim de janeiro é a época em que a gente planta. Passou fim de dezembro em diante, é via caçar arroz ligeiro [arroz de ciclo curto] pra plantar, que dá mais ligeiro. Feijão, a gente procura plantar cedo pra chegar as primeiras chuvas. Às vezes, quando chove em novembro, talvez tarda. O feijão, nós plantamos duas vezes por ano. De primeiras águas e de fim d'água. De primeiras águas é esse que planta em novembro, primeira chuva, plantou. Aí, colhe ele em janeiro. De fim d'água a gente prepara as terras – depende do inverno, que às vezes o inverno não está muito bom –, aí distancia muito porque se plantar cedo ele cai a folha, madroce [amadurece] tudinho e não dá nada. Em fevereiro, é pra plantar esse de fim das águas, de fim de fevereiro pra março. De maio pra junho é época que a gente colhe. Se o ano for bom de inverno; se não for bom de inverno, atrapalha tudo... o feijão atrapalha, agora, o arroz [plantado na chapada], não. É porque é terra alta, é chapada, mas se for bom o inverno ele madroce a folha e cai. A gente usou, muito, plantar arroz no brejo, mas o brejo a gente largou, a gente abandonou o brejo, porque o brejo, à volta, fica seco do jeito da chapada, do cerrado. A gente usava antigamente era brejo e baixão. Aí, quando viu que a chuva, que o inverno era fraco, a gente corria pra beijo do brejo pra plantar, devido aquelas experiências que a gente tem do inverno, às vezes a gente tinha um experiência [previsão]: “– Não, o inverno esse ano vai ser bom!”, aí a gente corria cá pro baixão porque dá mais, derrubava a roça e corria. Quando a gente pensava assim: “– Este ano é ruim o inverno”, a gente vinha pro brejo. É porque tinha como a gente não perder total. Agora, é chapada, mais, que a gente procura. Só mais a terra de chapada, cerrado, porque é mecanizada, dá mais facilidade pra gente. Há dois anos, três anos pra cá. Antes [até então], os mais [que plantavam na chapada] era os ricos, os fazendeiros. Mas nós... agora, é sempre em terra arrendada. Quem não tem [terra] é arrendada. Onde cabe quem não tem [terra], é arrendada. No sistema mais antigo, aqui, era o feijão, o milho, o arroz, a mandioca tudo cá no baixão e no brejo. É, duas safra de feijão. O arroz era plantado em dezembro, novembro e dezembro, depende do inverno. Se planta em dezembro, [colhe] de março pra abril, dependendo do arroz: tem o arroz tardão [ciclo longo] e o ligeiro [ciclo curto]. Em abril a época em que está colhendo, de abril pra começo de maio, que a gente planta em dezembro, arroz tardão. Quem planta o ligeiro, quem planta em dezembro quando é fim de fevereiro pra março, ele tá maduro, já tá colhendo. Dependendo do ano, plantava no baixão ou no brejo. A mandioca era [plantada]

dentro da terra do arroz, misturada com o arroz. Plantava no baixão e no brejo, mas usava mais o baixão pra mandioca. O milho, no baixão, junto com a mandioca. Era a mandioca, o milho e o arroz tudo misturado. Tudo junto. E ainda tinha a fava que era junta. Era tudo junto. Era algum [um ou outro agricultor] que separava, plantava só a mandioca com o milho na terra, só. O primeiro de tudo que nós plantava era o feijão, nas primeiras chuvas. Se trata de plantar o feijão e a mandioca. A mandioca, depende da terra, dá até com seis meses, sete meses. Tem terra que é dois anos mesmo. Nós tinha uma terra aqui, uma gleba de terra no baixão, que era de meu pai, que nós plantava esse ano e ela só dava boa pra arrancar com dois anos, que era terra de barro [terreno argiloso]. Lá em baixo, não... se planta no comezinho de novembro, quando é em agosto arranca e faz farinha, ela prospera ligeiro. Esse ano mesmo nós fizemos. A mandioca dá mais rápido é no brejo e até na chapada – a gente chama de chapada, também, o agresto, que é terra de agresto [terreno de capim agreste], que é o beijo do brejo. Esse ano mesmo nós plantamos em novembro lá. Foi novembro, dezembro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho... com nove meses ela arrancou [foi arrancada] e [se] fez farinha. A mandioca de meu filho, lá. E se a gente planta no terreno fresco, mesmo com seis meses ele pode arrancar e fazer beiju, a macaxeira pode arrancar e comer. É... primeiro de tudo é o feijão, a mandioca acompanha o feijão e planta também milho. É esses três. É tudo junto, a gente usa mais é junto, misturado. Na mesma área. Porque não temos como nós separar. E o primeiro de tudo que colhe é o feijão. O feijão e o milho, ele dá quase igual. O milho, quem planta assim em novembro, é só pra comer verde. A força mesmo do milho é em dezembro, é junto com o arroz. E chega e a gente vai panhando [de acordo com] a necessidade do trabalhador. Ai, dizer: “– Eu vou plantar milho mesmo pra secar”, é quem planta junto com o arroz, em dezembro. É no brejo ou no baixão. No sistema novo, o arroz é plantado na chapada. Daqui do Sangue, quem tava plantado ainda no Brejo é somente eu mesmo e meus irmãos. O mais [os outros] deixaram de plantar no terreno fresco, no brejo. Mas nós tamos plantando na chapada, também, porque estióra [estiola] muito o brejo e não tem como o brejo agüentar água [reter água] no verão. Estióra... e tem que conservar o brejo. Foi a experiência que a gente teve e abandonou o brejo. Planta lá no cerrado. Tava prejudicando. Tinha uma boa produção, mas enfim lá na frente a gente tava se prejudicando, por causa da aguada, que não tava ficando permanente o verão. Tem um gadinho lá que se vira com essa água do brejo na época da seca. No verão, esse ano mesmo secou, o brejo todinho, ninguém tava esperando. Seco, seco mesmo... ficou algum lugar no ribeirão que ficam os poços de água, mas a maior parte secou esse ano e a gente fica usando, fazendo o açude, fazendo um buraco dentro do brejo pro gado beber... outros fazem o poço. Onde é brejo, cavando, dá água, mesmo no verão. Eu mesmo fiz um poço esse ano. Eu

tive medo de me aperrear tanto, o brejo secou -- eu pedi o açude pra cá, pelo Banco do Nordeste, mas nunca saiu -- aí eu agi com medo de morrer gado de sede. Aí, eu fiz por minha conta própria um poço, nem calcei ainda, prevenindo, porque tava faltando água.

VIII

O arroz na chapada, bom, tá dando assim, porque a gente paga o débito [ao banco]. A maioria tá trabalhando pelo banco, pelo PRONAF. Eu estou com três anos esse, que estou trabalhando pelo PRONAF. Devido ao seguro que a gente paga o Proago que tem, dá e a gente vai pagar o que a gente colheu em riba da [na] área. Mas as colheitas não vêm sendo boas, não. A gente tá pegando [colhendo] cinquenta, sessenta por cento, onde a espera é cem por cento. É por causa da seca que está acontecendo, o verão. Falta de chuva. Perdeu. Nós tamos com dois anos tirando... e nós tamos pagando só por causa do PRONAF, que a gente tem o Proago, uma parte. Tendo o Proago, a gente está conseguindo pagar o débito e ficar [com parte do arroz] pra despesa, mais nada. De três anos pra cá, é o arroz na chapada que tá dando pra nós, porque tem mais facilidade, porque é mecanizado que a gente tá usando, tem como produzir mais pra plantar mais. Produz mais. Mesmo pagando [renda da terra], mas tem como a gente plantar mais. Aqui eles estão cobrando... o primeiro ano nós arrendamos a fazenda Serena, pagamos noventa quilos por hectare, com a produção. Aí, o segundo ano foi na [fazenda] Tucum, vizinho à [fazenda] Saponga. Nós plantamos lá, essa o dono deu sem cobrar nada. Foi. Este ano o dono está cobrando o valor de cento e vinte quilos por hectare. Logo ele deu as cartas [anuência para financiamento bancário] e no contrato de arrendamento, pra nós, não consta cobrar renda por fora, mas ele está cobrando renda, mas o contrato não está constando renda. Então, é o laço que ele joga, porque se bater nele [se chegarem a ele], amostra o contrato. Se nós não aceitar essa condição, nós não planta porque quem tem terra é eles aí. O cerrado é todo composto de fazendeiro. A gente se arrisca a sujeitar pra não passar o ano sem plantar, pra ter o que comer. [Mostrando cópia de um contrato¹⁷]: esses aqui eu não assinei não, porque tive que autenticar no cartório, aí eu comprei uma, autenticada, e tirei a xerox tudo, já tinha tirada esse monte de xerox.

IX

Antigamente, o cerrado era todo nacional, era composto. Era todo composto, nacional...¹⁸ lá onde nós mora eu conheci muitos, era a... veredão que a gente chama lá, quatro veredão, tudo

¹⁷ Ver Anexo 11: Cópia de Carta de Anuência.

¹⁸ Dizer que o cerrado era composto, significa tinha espaço para todos. A expressão *nacional* aponta para existência de terras devolutas no sudoeste do Piauí. Andrade (1984) registra o uso dessa expressão entre camponeses maranhenses, no sentido de *terra de nação*.

de lagoado [com lagoas] e de terra boa, onde a pobreza [camponeses] tava lá! Tudo [terra] aí do município, do estado. Até a época sessenta e três, quando a gente trabalhava nessas terras... não, sessenta [1960], a gente colhia muito milho, arroz, à vontade. Sem pagar, sem pagar renda, sem nada. Aí, onde a gente agradava da terra a gente plantava. Não tinha negócio de escolher ou fulano mandar derrubar, não. Onde tivesse terras boas se tivesse desocupada, a gente plantava e era dono. Aí, surgiu eles, os próprios da cidade, os grandes, dizendo que tinha arrematado aqueles veredão – os próprios políticos mesmo –, aquelas vereda, é... uns veredão de terra de trabalho, sim de baxiado, morro prum lado, moro pro outro, a terra plana, é... dizendo eles que tinha arrematado aquelas terras. Aí, todo mundo se retirou daquelas terras, aí eles tomaram de conta, no Sangue. Aí, [muitos] deles começaram vender as terra nacional, do estado, do município... Aí, foi chegando paraibano, paulista... foi chegando do Paraná... tudo!... e eles foram vendendo as terras, chegando [comprador] e [eles] vendendo, os próprios políticos daqui, tudinho. Até que acabou as terras. No município não tem mais terra sem dono. Se tiver, é cabeça de morro que não presta pra nada. E hoje, estamos arrendando, se quiser plantar. Antes, a chapada era pra nada. Somente, assim, pedacinho pra plantar mandioca, a gente usava. Depois de encapoeirada, planta feijão, só isso. Tinha o gado, o gado, também. Mas quem tinha gado naquela época, a maioria era os ricos, os grandes fazendeiros. Mas assim pra tirar madeira, tirar, pegar pequi, a gente usava. Essas coisas, tirar um remédio, uma planta, ah, não! Era voluntário aí, não tinha proibição!... não usava pra plantar, né, mas pra outras coisas a gente usava. A gente usava pra tirar uma madeira, apanhar um pequi, um caju, apanhar o buriti. Buriti não dá na chapada não, mas é porque quase que as chapadas, a maioria também pertence o brejo. Mas o gado era voluntário mesmo nas terras. Hoje continua, mas tendo precisão, dificuldade. Tudo cheio de dono. Eu, pelo menos, tenho um contrato, ainda, dele bem aí, dele agora, desse que tá cobrando cento e vinte quilos por hectare. É porque ele tá cobrando o valor dum saco de sessenta quilos, é... cento e vinte quilos – a quebra é da metade. Porque o valor dele, ele tá cobrando é de um saco de arroz pilado, não é com casca [como] a maioria tá cobrando: um saco por hectare, que é o valor de cinqüenta quilos. Porque nós... ninguém tem terra [na chapada], luta pra conseguir as carta da [fazenda] Saponga... o homem enrolou, enrolou e nunca deu. Era todo dia: “– É hoje, não... é amanhã... manda hoje, não... amanhã manda...” e ficando tarde! O que fez a gente fazer isso [contratos desse tipo] foi as cartas [por]que, onde nós estava trabalhando nunca deram carta e nós não podia mais esperar, porque cada dia que se passava estava ficando tarde. E no contrato, pode ler que ele não acusa nada. Lá tá: “cessão gratuita”. Tem é muito [contrato] assim!. E já batemos nele [insistimos] pra fazer diferença, e ele disse que não pode mesmo, não, tem que ser esse valor. O contrato é individual

porque o PRONAF, ele é individual. A gente se junta em grupo. É, mas [o contrato] é individual. Pra conseguir o PRONAF, tem que ter esse contrato. Tem que ter, quem não tiver propriedade tem que ter. E quem tem propriedade, manda: se eu for trabalhar na terra alheia, tenho que conseguir o contrato de arrendamento. Porque eu tenho até terra, mas não tenho onde trabalhar nas minhas terrinhas. Cinquenta por cento é reserva da floresta do IBAMA, e embora não fosse reserva não tinha como eu trabalhar em riba desses cinquenta por cento, porque só é morro. É. Esse nem que eu quisesse não trabalhava porque só é morro. E a outra, derrubei e enchi de capim, deixei umas garrinhas [área pequena] lá só pra meu menino trabalhar, plantar um feijão, plantar mandioca somente e o resto é morro e dez hectares de pasto. O jeito que tem é arrendar de qualquer maneira, arriscar. Terra pra plantar [arroz] é fácil, não é tão difícil, agora, pagando renda... Aí, o jeito que teve foi se sujeitar pra poder tirar [ter acesso]. A situação é pesada. E hoje, a gente se sujeita porque não quer passar um ano sem trabalhar de roça porque, se passar, piora a situação pra gente. Esse proprietário [do qual o narrador é arrendatário, no momento] foi à falência, abriu [desistiu], acabou com tudo, [o projeto] tá abandonado. Aí, a gente tá querendo as terras. É daqueles grandes projetos. É o Cavalcante, Fazenda Redenção. Eu não vi o contrato dos outros [grupos], mas todos tão pagando renda. Todos. E vai chegando a faixa de... pode chegar a faixa de quatrocentos trabalhadores rurais nessa situação¹⁹. Todos assim, pequenos proprietários que estão plantando arroz na chapada. Em área nova ou de projeto abandonado. Ano passado, plantaram numa área nova, a Cooperativa. Era uma área nova [ainda não desmatada]. Ali foi sem renda, porque o dono queria beneficiar a terra. De qualquer forma, ele [dono] ganha: [o arrendatário] pega, aduba toda a terra... [e a gente usa] só um ano! Aí, tá lá, já tá cortada lá, mas o dono não deu mais, não. Só um ano. Esse ano, agora, o dono mesmo planta. Hoje, eles [fazendeiros] oferecem mesmo [para] quem quiser plantar: “– Na minha terra”, ainda dizem, “a renda, é um saco por hectare”... diz renda e, não, que dá, dada, sem pagar renda, não. E só com as máquinas atrás, pra ganhar o dinheiro! Alugando as máquinas. Eles arrendam e eles mesmo querem que o camarada dê o dinheiro pra eles e não aceita outro trator entrar dentro da área; quer que seja pra eles fazer o serviço. Ganha na renda e no aluguel da máquina. Porque se achou numa condição meia fraca pra eles, então eles não se conforma com o pouco e não vão plantar. É porque antigamente eles pegavam em muito dinheiro, achavam que não iam devolver. Hoje, quando chegou a época de devolver o dinheiro e eles não têm, não têm como ir pegar de novo²⁰.

¹⁹ A expressão *trabalhadores rurais* não designa aqui trabalhadores assalariados, e sim quem trabalha na terra, em sentido amplo.

²⁰ O narrador refere-se, nesse trecho, aos *projeteiros*.

Então eles não têm como pagar os débitos deles atrasados que o banco tá querendo receber e nem pode fazer novo empréstimo no banco, porque o banco não libera.

X

Hoje, os donos das terras, a maioria é de fora, como os da *Leal Tratores*, essa mesma foi quem foi contratado serviço nosso com ela, *Leal Tratores*²¹. Agora, mudou [o nome] pra *Uruçuí Tratores*. Ela mudou de dono, de diretoria agora, parece que é desse senhor que nós plantamos... que a cooperativa plantou, no ano passado, na terra dele. Não tô lembrado o nome do rapaz agora. No ano passado, era o Telmo e o Altair [*gaúchos*] que eram responsáveis pela *Leal Tratores*. Aí, eles venderam pra esse outro rapaz e estão com uma área de terra muito grande. Tão plantando esse ano. Ano passado eles plantaram soja, bem pouco, chegou uma faixa de cinquenta hectares de soja. Aquela área perto do Saponga, ela tá plantada de soja agora, plantada já. E eles tão com um campo de arroz, não sei se é uma área de quinhentos hectares aqui em cima, no abeirando a estrada do [município de] Ribeiro Gonçalves. Esse ano, é o ano que eles estão trabalhando mesmo, os outros anos eles tavam só alugando máquina²². Tem mais *gaúchos* em Uruçuí; não é só eles não, tem mais. Agora, dos projetos de antes, tão tudo abandonadas as áreas. Aqui não tem mais nenhum fazendeiro grande de projeto que esteja trabalhando nas terras.

XIII

Ficou muito difícil para o pequeno. Pesou muito porque depois que passou a ter dono as terras, então ficou muito difícil pro trabalhador. Quem não tem terra, se quer trabalhar então ele vai se curvar, se assujeitar à condição de um desses fazendeiros, porque ele [camponês] não quer passar sem trabalhar na roça, então tem que se assujeitar, já que não tem terra. E antigamente, quando era voluntário aí, as terras do município, só não trabalhava quem não quisesse, mas a terra tava aí pra trabalhar. Qualquer dia que a gente quisesse trabalhar a terra tava aí, a gente trabalhava. Hoje não. Às vezes tem muitos que têm vontade de trabalhar, mas vai correr atrás dos donos de terra, das grandes propriedades, pra eles arrendar um pedaço. Não [significa] dar! [significa] arrendar um pedaço pra ver se ele trabalha, se produz. Não temos intenção de plantar soja, não. A produção nossa que a gente executa aqui, mais, é o arroz, por causa da despesa em casa, a preocupação é em casa. É... Agora quem quer produzir renda grande, a soja é... eu acho

²¹ Firma de venda de equipamentos e insumos agrícolas e de aluguel de tratores.

²² No contexto da *rede regional gaúcha*, referida por Haesbaert Costa (1995) e definida pelos gaúchos como *corrente*, os *gaúchos*, no Nordeste, ocupam também áreas estratégicas da cadeia produtiva de grãos nos cerrados, como a comercialização de insumos e implementos agrícolas e a prestação de serviços, como aluguel de máquinas (trator, plantadeira, colheitadeira, etc.). Estas são posições estratégicas, inclusive, para o conhecimento do mercado de terras na região.

que seja viável. Agora, a gente se preocupa mesmo é [com] o do dia-a-dia. O gasto durante um ano, ninguém tem uma idéia, não tem bem assim uma coisa certa aí, porque quem tem filho, a gente às vezes vê eles meio... a gente fica sustentando. A despesa aumenta muito, a minha faixa mesmo de eu passar o ano, sempre ajudando os outros filhos quando precisam, que não tem, é na faixa de mil e quinhentos quilos. É a faixa de trinta sacos, em casca. Trinta sacos de cinquenta quilos. Se é um arroz muito bom, ele não chega a diminuir muito, não quebra [diminui] muito, só se o arroz for ruim. Agora, só que a previsão da gente mesmo é meio [quebra a metade]... Nessa área de cinco hectares, aí, é uma previsão que... primeiro, as duas áreas que eu plantei, os dois anos, a gente tava ficando com uns trinta sacos a vinte, dependendo... a gente só sabe o certo é quando colhe, tira o do banco, o que ficar, aí, é nosso. Às vezes sobra vinte, quinze. Não é coisa que dá pra vender não. Até aconteceu em dar, agora só que esses dois anos num tá dando por causa do inverno que não tá muito bom. Mas dá uma boa renda se Deus der um bom inverno e a gente plantar no tempo, dá uma boa renda pra gente. Tamos plantando agora. Não tá tarde para o cerrado não, porque choveu agora. Agora, só o que tá atrasando demais aí é o banco. É quem tá matando, pra liberar o dinheiro, porque todo mundo tendo, liberando o dinheiro cedo, quando é em dezembro ele planta no pó, sem chover. Quando chover, vai nascer. E agora tá acontecendo, a época de tá com as terras aradas é que eles tão começando a liberar o dinheiro. Termina, quando vier terminar o fim, já é passado o tempo da chuva. Aí, só que eu não sei dizer nem por que tá demorando tanto. O pessoal faz pressão, os trabalhadores fazem pressão pra ver se sai, mas o banco fica amarrando... “- É hoje, é amanhã”, a gente vê falar: “- Não, o dinheiro tá aí”, mas ele [o banco] disse que não tem dinheiro, que está esperando ordem e ninguém sabe o significado disso aí, não. Certo que o amarradio [demora] mais é do banco liberar o dinheiro pra o trabalhador rural, é o que tá atrasando muito²³. Pra plantar cinco hectares, recebi mil e cem reais, só pra custeio. É, agora desconta quinze reais, que é o seguro, e ficam mil e oitenta e cinco. Esses mil e oitenta e cinco reais nós vamos distribuir o seguinte: é comprar a semente do arroz, é comprar o adubo, é comprar o veneno e é pagar a máquina pra fazer. Eles [EMATER], agora, só que [o valor] é

²³ Segundo informações (em entrevista) do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruçuí, houve um grande índice de inadimplência em relação aos empréstimos liberados no ano anterior, o que teria levado a agência local do Banco do Brasil a reduzir o valor do empréstimo, diminuindo de dez para cinco hectares área a ser financiada pelo PRONAF. O atraso na liberação dos recursos, pelo Banco, em alguns casos se vincula a essa inadimplência, mas não se resume a isto. Em geral, os recursos do PRONAF não são liberados em tempo hábil, para os camponeses, de forma que as terras possam estar preparadas para o plantio, nas primeiras chuvas. Acresce-se a isto o baixo capital social desses agricultores nas negociações com os bancos, nas quais, segundo depoimentos de camponeses, chegam mesmo a serem tratados com descortesia por funcionários da agência bancária.

baixo. Foi a maior força pra ver se não cai em falta com esse dinheiro e pechincha muito. A despesa [previsão de gastos] já vem toda contadinha, contadinha, em riba desses objetos pra comprar. Dá porque a maioria não vai pagar [mão-de-obra], para o restante [do serviço] dá, limitado. A parte que a gente vai fazer -- quem trabalha assim não vai somar os dias que vai passar lá -- não conta, não. A maioria é sem [terra], os que tão arrendando²⁴. Tem pouco com terra, é bem pouco. Mas esses que têm propriedade, que têm terra, esses têm família, uma parte que está aqui, e a outra tá lá na casa cuidando... dividido. Os que não têm terra é composto, [moram] na cidade, no interior. É em fazenda, morador, agregado que chamam. A maior parte é arrendada. Mais ou menos, talvez não chegue... eu até sabia a quantidade de gente que tinha no Brasil que tinha terra, parece que não chegava a quinze por cento. Desses que estão arrendando terra aqui, acho que pode chegar a cinco por cento que tem terra, se chegar. Se chegar, eu estou dizendo isso, porque a maioria não tem. Aquele primeiro grupo que você entrevistou lá, aqueles ali, quase tudo é proprietário. A maioria deles é proprietário, tem as terrinhas dele²⁵. Mas a maioria dos outros, tudinho, que tem aqui, é bem pouco que tem terra; a maioria hoje tá aqui na cidade. Esses plantios, de dentro da cooperativa só tem dois, três grupos: [um] da Beira do Mato e outro da Cooperativa. Eu tou no grupo da cooperativa que tem a Noemia [cabeça do grupo] dentro, que tá plantando no Cavalcante. E tem os da Beira do Mato, e dos Morrinhos, no Cavalcante. A cooperativa mesmo não tá plantando nada esse ano, ela tá sendo uma empleiteira [para arar, plantar, etc.]. O ano passado ela plantou a área dela, mas esse ano não, a gente concordou que ela podia entrar ganhando o dinheiro [do serviço]. Ele [Cavalcante] deu carta em quantidade, foi obrigado. Ele soltou carta porque não teve o meio [condições para produzir]. A [Fazenda] Tucum é dum... esqueci o nome dele, é do Paraná, é paranaense o Carlão. Agora eu mesmo é que estou plantando lá na Tucum. É, eu organizei um grupo, mas eu já vinha com um grupo organizado... tou dentro de outro grupo. É. Agora porque eu tou dividindo nos [incluindo os] filhos. O primeiro ano [Tucum] foi dado de graça. Agora, nesse segundo, tão cobrando um saco por hectare. É, tão cobrando um saco por hectare esse ano. Eu tou com os contratos, donde trabalhei, tudinho, tá guardado. É o segundo ano que planto lá, mas [todos] faz parte da Cooperativa. Tudo tem sócio da Cooperativa dentro. Lá são vinte e quatro [camponeses]. Parece que é cento e cinqüenta hectares, tudo pelo PRONAF. Todo trabalho

²⁴ Parte dos camponeses que estão arrendando terras nas chapadas possuem áreas nos baixões. Muitos, porém, migraram definitivamente para a cidade, à época dos *projeteiros*, para trabalharem nos grandes projetos. No entanto, quando o narrador diz que a maioria é *sem terra*, ele não se está referindo, tão somente, àqueles que já não possuem terra alguma, mas também aos que, como ele, possuem áreas de baixão superutilizadas e desgastadas, a chamada *terra fraca*.

²⁵ Referência aos camponeses da comunidade de Morrinhos.

esse ano é pelo PRONAF. Eu coloco a mulher ou o filho. Eu coloquei o filho, aí o [financiamento] dele não saiu, não foi feito. Aí, eu botei a mulher em um grupo, o dela saiu e aí nós cedeu pra um filho. Se for tudo no meu nome, não sai não, é individual. A gente chama dois grupos assim... eles botam a gente de cabeça, de enfrentante, para organizar o grupo, mas [o financiamento] é individual. Mas é em conjunto que planta, junto. No grupo de Cavalcante tá em nome da mulher [do narrador]. O meu é só de cabeça, de enfrentante. Os cinco hectares, tá em nome da mulher. E no Tucum, tá em meu nome, quer dizer, você não pode ter mais de cinco hectares em seu nome pro PRONAF e pode até passar de dez, mas não só em um grupo. Tou com dez hectares, mas eu considero como cinco, porque o outro é dum filho. Porque se não colocar gente pra ver se aumenta mais a terra... A gente tem direito, é pobre, tem direito, o pequeno, então acho que não deve discriminar.

XIV

Quando for no plantio próximo, do ano que vem, aí volta toda uma negociação. Esse [contrato] aqui só é [para] uma safra. O contrato é por safra. De três, quatro anos, nunca fizemos, não. Tem diversos deles [proprietários de terra] que já propôs: a cooperativa pegava esse contrato de três, quatro anos até cinco, eles já ofereceram. O que eles querem é jogar área velha matadeira em riba da gente e outra, ainda pra engarranchar. Eles [os proprietários] são sabidos. Eles não jogam nada pra perder em riba do outro. Com o contrato anual, a gente pode, se for só por uma safra, então, no próximo ano, se a gente não se der bem nessa área aqui, a gente pode... não tá nem aí! No outro ano vai pra outra área. É. A vantagem é essa. Pra gente pegar uma área nova, fazer o contrato é bom. Mas, do contrário, não sendo nova, é melhor a gente pegar por safra. É. Porque contrato de ser por safra, anual, só por uma safra é bom porque, se a gente pegar uma área velha e ruim, a gente não tá obrigado a plantar o outro ano, nela. A gente vai procurar outra área. Quando a gente vai arrendar, vamos primeiro olhar a área. A gente vai, se não se agradar também não quer. Agora, é sujeito assim, a gente dizer que vai plantar sem arrendamento, e o dono só faz apontar: “- É aquela área acolá!”. Se a gente agradar, bem, se não agradar, é aquela mesma... Mas no contrato, não, a gente vai olhar primeiro. Pra fazer um contrato de uma mesma área de vários anos, garantindo que seja aquela mesma área, os donos não querem. Ah não, não querem não! Eles oferecem assim, por uma safra. Pra fazerem um contrato de mais tempo, algum acontece isso, algum... um já ofereceu. Tem uma propriedadezinha pra cá da Saponga, se ela [cooperativa] quiser diz que passa três, quatro anos, faz o contrato. Mas o que eles querem é fazer esse contrato, mas lá na frente, eles querem é fazer conta pra cooperativa ficar pagando... um carro! É. Assim eles têm uma renda, não vão fazer só contrato aí, sem renda nenhuma. Mas ninguém vai se assujeitar...

XV

Do tal do pólo [Pólo de Desenvolvimento Uruçuí/Gurguéia], não tou vendo ainda nada não, pode ser que surja, ainda. Quase não tenho participado. Dessa [reunião] do Prodecer eu participei, já. Os homens [técnicos do programa] contaram vantagem. Sempre contam vantagem, agora ninguém sabe se adquire vantagem todo tempo, pra animar. A reunião do Prodecer foi agora esses dias. Não conheci nenhum deles, a maioria dos que vêm pro Prodecer é gente de fora, do Sul, *gaúcho*. Mas eu não participei total dela não, só foi o início, eu tava ocupado noutra área, eu entrei e encostei uma hora... É o que acontece, eles vêm tudo de fora. Eu participei um pouco dela [da reunião], não foi toda, só um pouquinho²⁶. Mais é os *gaúchos* que aparecem, mas quem bota mais força [quem mais luta] aqui é só os daqui, é quem mais trabalha assim nessa área aí, quem enfrenta mais.

XVI

Querida saber se a senhora sabe, referente a esses empréstimos de agora, se tem alguma previsão de anistia. Certo. Porque a gente foi prolongado a conta aí, por mais um ano, passou a dois anos, aí, sujeito a pagar com um ano... depende que os vereadores aqui, a Câmara entrou com um pedido de anistia. Sim, desse próximo agora passado. Aí, tem a Câmara de Deputados que tá se batendo muito e ninguém sabe e quietou [parou] tudo. Foi o ente [foi o tempo] que entrou a campanha de novo, a política. Lá em Brasília, tá se batendo. Porque foi encaminhado um ofício daqui pra Brasília. Eles responderam que não, que podia era prolongar as contas por mais um ano, pra uma safra, mas não riscar as contas. Mas que tava batendo duro pra anistia, pra ver se conseguia anistia, pra negociar o resto da conta pro próximo ano. É tanto que quando eles [banco] recebiam – a gente teve informação – quando um [camponês] pagava todinha a dívida eles [funcionários do banco] ficavam numa alegria aí, ninguém sabe por que essa alegria. Certo que o direito nós tinha era que devolver duzentos e dez reais, devolver que era da política esse dinheiro. O outro, a gente logo só pagava se quisesse. Mas quando ele [banco] recebia ficava muito alegre com esse dinheiro, os bancários. Eu mesmo tava com dinheiro no bolso pra pagar, mas não paguei não, devolvi os duzentos e dez. O meu deu oitocentos, devolvi os duzentos e dez, o resto comprei aí três novilhas aí, porque... eu tinha o direito de negociar a conta. Eu ia pagar, empurrando pra frente. Se anistiar, fico com as novilhas aí, né? se não, vende um garrote e paga. Dos grandes fazendeiros, empresários eles [o banco] sabem riscar a conta. O Proago [PROAGRO – seguro agrícola] do ano passado cobriu. O Proago só garante a

²⁶ Como referido nos capítulos III e IV, a empresa Campo já se instalou em Uruçuí e realiza levantamentos para instalação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) na região. O narrador refere-se, neste ponto da fala, a uma reunião relacionada a esse fato.

porcentagem da perca. Ele jogou noventa e cinco por cento de perda. É certo que ele cobriu. O Proago foi de mil e quatrocentos e quarenta e uma fraçãozinha. O desconto que nós tivemos em riba, de dois mil e duzentos, dois mil e cento e sessenta – é dois mil e duzentos mas nós só recebemos dois mil e cento e sessenta porque paga o Proago – e uma fraçãozinha que eu não tô lembrado. Deu setecentos e noventa e nove reais pra pagar. Essas quantidades só tá dando a conta do arroz que a gente colheu mesmo. Nós tamos com o [arroz] da cooperativa, nunca tivemos resultado [do pedido] da anistia. Tá em decisão, aí, nós tamos vendendo o arroz, mas nunca tivemos uma pequena decisão do Proago daí da Cooperativa, mesmo. Esse arroz é do campo que ela [a cooperativa] plantou. Agora a gente tá comprando dela a semente pra plantar. Pros cooperados tem uma diferença. A gente mesmo tá limpando porque a gente iniciou [a compra] a sessenta e cinco [reais], aí, [como] tem um pouco de talo no arroz, começaram reclamar. Aí, dizem: “– Vamos diminuir pra sessenta, o pessoal limpando e [para] quem quiser limpo, a gente vende a sessenta e cinco [reais]”. Hoje mesmo tinha uns lá comprando quinhentos quilos, mas vai querer desse sem limpar, a sessenta, e quem quiser limpo tá a sessenta e cinco”.

XVI

Este ano [1999] a gente tava muito animado, tava tendo informação que o inverno era muito bom, todo mundo tava animado que ia ter uma boa colheita, mas deu o contrário. A gente plantou animado, quando o arroz nasceu, ficou a faixa de trinta dias ele atacou uma doença, um amarelidão, aquelas maiada [malhadas], então nós não sabemos. Não era no arroz todo, não. Era aquela roda no arroz, aí nós não soubemos o que era de fazer, nós não sabia se era da terra, não sabia se era defeito do adubo, porque uma parte a gente tá queixando muito do adubo que não prestava. Então não foi esperada a produção esse ano que a gente esperava, não. Deu diferente. Na produção, na parição [surgimento dos cachos] do arroz atingiu uma doença - há dois anos tá atingindo, o ano passado atingiu, a gente falava: “– Não, é a seca!”. Justamente, teve seca no ano passado mas, devido esse ano, a gente novamente teve uma experiência que não era só da seca. Esse ano choveu bem. Devido o inverno nós não queixamos, porque choveu bem. Aí nós reconhecemos que é uma doença que tá atingindo. Na parição [surgimento dos cachos do] do arroz, ele pariu a lista a largura de duas colheitadeiras perdido, perdido, perdido total, encarunchado o arroz, assim preto, o arroz não, só a palha!, e as outras partes bem cheinho, aqui e acolá tinha uma bola, uma lista, perdida. Eles [técnicos] andaram, mas ficam atrasado, à toa, sem saber o que é, também. Aqui quem davam... quem tinha acompanhado isso aí era o EMATER. Há dois anos [essa doença] tá atingindo aqui. Há dois anos. As manchas amarelas, as rodas amarelas dentro do campo de arroz. E o arroz, na parição,

SEÇÃO CIRCULANTE

ele, quando é pra ele segurar ele perde, fica encarunchado, preto, perdido total mesmo. Com trinta dias de nascido, aparece as manchas no arroz. Aí ele, com muito, muito tempo ele [parece] que amelhora um pouco, mas não é. Ele atrasa e morre mesmo. Aí, na parição. Em quase todo campo, que eu vi esse ano, atingiu. Foi muito pouco campo que não atingiu. A gente tá, achou que foi prejuízo grande porque onde a gente espera pegar seis, sete mil quilos em cinco hectares, deles pegou quatro, pegou três. Agora o banco tá em cima da gente, quer porque quer que pague, se passar do vencimento e não pagar a parcela, vai assujeitar às condições do banco. A gente tá sem saber porque o que colheu não dá, no preço que tá hoje vendendo não dá de pagar. Vinte e cinco centavos o quilo. Se atingir trinta e cinco centavos uma parte pode vender que paga o banco, o débito. E se não aumentar de preço, não paga. A gente espera de setembro em diante [melhorar o preço] que na colheita sempre todo mundo tem e ele [comprador] amolece pra não comprar caro, quer comprar bem baratinho. Aí nós guarda em casa, ensacadozinho. Pra enfrentar essa situação com o banco, aí, a gente tá pegando as cartas no EMATER — eles procuram [perguntam sobre] a produção pra levar pra o banco a informação [do] que a gente colheu. A gente pega lá, eles já prepara e a gente leva, eles procura o [quanto] que a gente colheu, a gente dá o total, aonde está o estoque, endereço, onde é que tá... A gente já fez uma parte e tá esperando o que eles vão decidir pra frente. E ainda tem a outra [dívida da safra anterior]. Tá ainda, agora pro ano dois mil tem mandado officio pro presidente. O presidente, o que podia fazer era prolongar essa dívida. Aí, ficou boiando aí... Tem mais! eles não querem fazer isso. Pode perdoar de um igual a ele, mas de um pobre, não! Bom, a única ação que o Sindicato fez agora é que eles estavam dando Proago pra uns e outros não, porque [tinha] deles que colheu bem e tavam dando Proago, assinando, e outros que não colheu, que queria, num dava Proago e aí foi onde o sindicato encaminhou officio pra eles informando situação, porque eles tavam dando Proago em riba de quem colheu bem. E não foi problema da semente da cooperativa não, porque quem plantou da semente classificada deu o mesmo. A mesma doença. Essa semente classificada o pessoal compra do [Estado do] Mato Grosso. Ela vem por Balsas [MA], de Balsas se chega até aqui. Plantei da nossa mesmo, comum. Da Cooperativa. Deu a mesma doença. Mas é vários problemas, como na época da colheita, que não tinha quem tinha essa colheitadeira, pra colher de um e de outro E chega tudo de uma vez só, o pior é isto. Mas a gente pretende continuar eternamente, enquanto puder plantar. O que a gente pensa é o seguinte: é ver com o dono de máquina, fazer contrato, pra na época não ficar na mão, já que a gente não pode comprar uma máquina o apelo [a solução] é esse: fazer contrato com os donos de máquina. Quando a gente aluga a máquina por conta da gente, tem que fazer o contrato. O grupo que se interessar pela máquina faz. O dono que se

interessar também, bate aquele contrato, com aquela condição, a renda, conforme a renda que ele pede pra colher na época. Agora mesmo, o dono cobrou... em oitenta hectares, nós pagamos... ele cobrou cinco mil quilos de arroz de renda. Cinco mil quilos. Ele tava cobrando dois sacos por hectare, um peso de sessenta quilo, acho que era pilado. É. Com muita luta nós brigamos que nós não ia levar arroz pra secador pra dar renda limpa [arroz passado pela pré-limpeza no secador], que o direito é pegar lá na roça e entregar a renda, do jeito que colher, do jeito que colher lá na roça. Levar pro secador já depende de despesa. Ai esse ano, como o sindicato tinha uma despesa com ele, com o dono dessa terra, nós negociamos e pagamos quatro mil quilos. Ele tomou o dinheiro do sindicato, dos trabalhador e não plantou. Ai, negociamos com o Sindicato, que era quem tinha a dívida pra receber. Sempre ele fez essa diferença por causa de ser seco o arroz no secador. Por causa dessa diferença, a gente teve essa diferença. E saiu ganhando uma coisinha. E a outra, na Tucum, que fica próximo a Saponga, nós pagamos um saco por hectare. Nós plantamos cinquenta e seis hectares e foi cinquenta e seis sacos. Da minha colheita esse ano, tá todinho estocado. Esperando preço. A gente tira o da despesa da gente e estoca o outro, esperando preço pra pagar o débito do banco. Esse arroz, a maioria, há dois anos que nós vem panhando um pouco nos projetos, nós vende aqui mesmo dentro da cidade. A gente vende aqui no Piauí, vende no Maranhão... Os vizinhos aqui no Maranhão, daqui pra São Domingos [município de São Domingos do Azeita (MA)], eles compram bastante. A gente fica vendendo de pouco pra cada um, pro consumidor mesmo. Não interessa muito em vender pra comerciante não, porque eles quer comprar mais barato no interesse de matar os mesmos trabalhador mais na frente, vender caro. E os trabalhador, eles compram mais em conta a gente. Ajunta duas, três família, compra mil quilo, dois mil quilo, na casca. É, eles levam pra lá e vão pilando de pouco, quando precisa comer pila um saco, dois. Aqui nós mesmo, os pobre que trabalha, a maioria faz assim. Fica esperando preço, quando dá um bom preço pilado a gente vai beneficiar e vende beneficiado aqui mesmo. É pilado assim: a gente vai lá na máquina. Todo mundo, aqui no bairro, tem muita máquina, um pouco. Ai a gente vai ver qual é a vantagem, onde compensa: se é pilar ou é vender com casca. Pilado tá a trinta [centavos], o saco, e nós paga pra pilar a quatro centavos o quilo. Então, no preço que tá hoje compensa vender a vinte e cinco com casca do que pilado porque a despesa quase fecha os trinta. É. Não tem muito pra onde correr, tem não. Agora, nesse tempo, alguns deles, como lá em casa [no Sangue], tem deles trabalhando com irrigação, meu irmão mesmo tá trabalhando com feijão. Tá aguando feijão. E a maioria trabalhando em diária pra sobreviver. Algum planta vazante nesse beijo de rio, a maioria, não. Quem não tem – a maioria dos beijo de rio é tudo ocupada dos rico, o pobre não tem acesso, quando dá pra plantar o arroz, só deixa mal tirar o

arroz e joga os bichos dentro, aí ninguém pode dizer nada. Os bichos dos donos da terra mesmo. Aí, no verão, eles não dá porque é cheio de gado. Bota os bicho eternamente pra aproveitar o pasto. Quem tem seu pedacinho de terra planta, quem não tem fica sem plantar. Algum que tem brejo, terreno fresco, planta feijão de vazante. Já tem deles com feijão já carregando. Começa em junho, mas também só tá mesmo agora, só zelando A colheita, de agosto pra setembro é a época. Depois vamos partir pra preparar a terra pra primeiras águas, pra plantar arroz, plantar o feijão, plantar mandioca, certo?, esperar o banco, ver se o banco libera, financiar de novo. O problema maior é que sai muito tarde e enquanto a gente não pega o dinheiro no banco tem medo de mandar fazer o serviço pra ficar devendo os dono das máquina. Tem medo de mandar fazer, ficar devendo e não sair do dinheiro. Porque quando sai cedo, a gente fica despreocupado, começa cedo pra preparar as terras”.

6.1.3- Dona Maria: Entre a labuta (enxada, casa, pequeno comércio...) e a Pastoral da Criança: quem tecia lençóis e redes, novas solidariedades tece.

“Aqui, nesse bairro, somos cinco [agentes da Pastoral da criança] (...). Eu coordeno (...). Eu é que fico ali no bairro convidando o povo, fazendo reunião.(...). Aqui na Água Branca tem cinco líderes... Eu ando muito. Esse bairro cresceu. Cresceu. Agora, quero que a senhora vá no bairro Aeroporto. É todo de gente que veio expulso do campo, do interior, que é uma pena, né? (...) tem gente assim pobre – todos nós somos pobres mesmo... – vindo aí do interior, né? mas é uma besteira da gente, né (...) tem hora que eu me arrependo assim, eu digo: “ – Ai meu Deus mais antes a gente tivesse colocado, só botado os meninos lá [na cidade] com uma pessoa, assim com os tios e a gente tivesse ficado... sabe? (...)” (Sr^a M. R. de M. Comunidade de Sangue, Uruçuí/PI).

I

Maria Ribeiro de Moraes, cinquenta e um anos. Minha sogra, o povo me chamava de Mariinha, mas pode me chamar de Maria. Pois é, eu morei lá em Itaueira²⁷, a gente lá em Itaueira trabalhava muito assim de lavoura, sabe, a gente brocava roça, coisa que eu mais adorava, aí, depois a gente plantava o milho, feijão, mandioca e arroz, depois, quando era tempo de colheita, a gente entrava na colheita, isso era muito animado, com muita gente, isso era bom demais! Desde criança, fui criada na roça. Quando [me] entendi, já foi na roça, meus pais já trabalhavam de roça e, ainda hoje, trabalham. Eu vou lhe contar. A gente veio com

²⁷ Município localizado na zona de transição do cerrado para o semi-árido piauiense.

quinze anos – não tinha dezesseis anos direito ainda não – a gente veio passear onde meus tios, aqui em Uruçuí. Aí, aqui eu fiquei com meus tios pra voltar depois. Irmão do meu pai. Aí, era pra mim voltar, aí foi que eu achei o casamento. Foi a primeira pessoa que namorei, na chegada, bem ali no Careca – você passa ali no Careca²⁸ –, quando a gente vinha de pé – não, negócio de carro não! [a gente andava] era de animal. Aí, a gente ficou lá no Careca, ele [o namorado] era vaqueiro. Então, nós chegamos lá tarde e, aí, ele disse que me achou bonita – [eu] tinha os cabelão!... – aí, depois a gente conversou, assim, muito já na chegada. Nós ia chegando, não tinha chegado ainda e, aí ele me viu e disse que gostou muito de mim e, ali mesmo, nós tivemos um papo. Não ficou naquele. Aí meu pai voltou, foi embora, aí disse: “– Olha, depois você vai deixar ela”, que era meu tio, irmão do meu pai. Tudo moravam no interior, sim; não morava aqui na cidade, não. Eles moravam no interior, que é aqui no [rio] Uruçuí Preto, já ouviu falar? Aí, a gente foi pra lá, fiquei com eles, mas trabalhando de roça, ajudando sempre eles. É beira de... aqui no Uruçuí Preto, fica aqui no lugar chamado Coité. Aí, lá a gente quebrava o coco [babaçu] e tudo. Pra gente vestir [comprar] uma roupa tinha que quebrar o coco, pra vender o coco e ganhar aquele dinheirinho e aí a gente ficava muito feliz. Isso. Aí, a gente vendia, comprava roupa – a gente queria andar bem arrumadinha, né? –, a gente achava era bom. Depois, com três anos que eu tinha visto ele [o namorado], a gente foi numa novena aqui perto e, aí, encontrei com ele numa festa. Ele era tocador. E aí, eu fiquei nessa festa, mas a gente não dançou não, que eu não dançava. Ele era tocador e aí, depois, ele ficou de olho [em mim]. Era [tocador] de sanfona, bem animado, dava tanta gente [nas festas]! Sempre no interior, aqui perto, sabe? Aí, quando terminou a festa, [ele] foi pra casa do meu tio, aí ficou, passou lá três dias com a gente lá, me conquistando, se eu queria casar com ele e eu disse que não. Aí, depois eu dei o sim, sabe? Aí, depois, ele marcou de ir lá pra onde eu morava, aqui no Coité, sabe? Aí, marcou dia trinta e um de agosto, eu não tô lembrando agora a era [ano], sabe, que não gravei agora. Aí, ele foi lá e pediu casamento [a] meu tio e a gente casou. Passou assim um mês a gente casou. Aí, fui m'embora pro Sangue, que é lá onde a gente tem essa propriedadezinha, a terra da família dele. Aí, lá a gente construiu nossa família lá, começou... mas trabalhamos toda a vida de roça. Eu trabalhando de roça com ele, ele numa enxada e eu noutra. Eu gostava – que a gente sempre foi criado naquilo que a gente gosta, né? Era na enxada mesmo e era longe lá. São três léguas pra gente ir pra roça. Ia de pé, menino nos quartos [conduzido nas ancas] Quando a gente tinha filho, chegava lá, deixava os meninos assim, botava pra dormir e ia capinar, semear arroz, quando a gente ia plantar. Levava comida. A gente levava o arroz pisado [pilado], feijão, a gordura e tudo, só não tinha aquela carne,

²⁸ A narradora se refere ao *Açude do Careca* (cf. Anexo 5) nas imediações de Uruçuí.

porque, sabe, no interior é muito difícil carne. Era carne de caça, se achasse; se não encontrasse, era feijão mesmo. A gente morava lá mesmo, ficava lá até – se a gente quisesse passar até o inverno, ficava por – fazia era casa lá mesmo, lá no interior, depois do interior lá, porque lá é interior e mais na frente é os Veredão, que é lá nos terrenos da mãe, dos irmãos dele. Era da mãe mas vendeu pros irmãos. Toda junta é uma família unida eles, sabe? Era todo mundo junto sim, era bom. A gente gostava muito mesmo. Ai, lá plantava mandioca e quando era no tempo mesmo a gente subia no Veredão pra ir pra lá, um frio danado!, passava lá o verão mais era pra lá, farinhando [fazendo farinha], depois que pegava os legumes [que colhia as lavouras], sabe? Ai, a gente, depois, trazia pra casa.

II

Foram sete anos lá, nesse local. Ai, depois, a gente veio ser vaqueiro e passei mais três anos nesse local donde a gente veio ser vaqueiro, que ele disse que queria pegar um gadinho, sabe? Ai, a gente veio, aí depois ele disse: “– Olha, Maria...” – o mesmo Sangue, só que num lugar chamado.... esqueci agora do nome. É a que hoje é a fazenda é... do menino, do Rochinha, daquele que trabalha na EMATER. A gente passou três anos aí, nessa fazenda. Depois aí, ele disse: “– Maria, a gente precisa de colocar os meninos pra estudar, que já tão bom de estudar e eu quero colocar ...”. Ele era vaqueiro, mas era sempre lá [plantando na roça], era sempre lá, a gente plantava algodão, mas só que a gente não deixava a lavoura, não sabe? A gente nunca deixou. Ele foi ser vaqueiro mais era pra juntar um gadinho. É pra tirar o... quando tinha... parece que é três, né? Sei que tem a sorte, né? Quando o gado tem umas crias – eu não lembro quantas crias – é pra gente tirar uma, parece que é três, não... são quatro... É, deve ser, eu acho que sim. Quanto completar quatro pode tirar uma. Ai, passamos três anos, mas nunca deixamos abandonar lá nosso terreno. Olha, minha irmã, não deu não [pra juntar gado], porque a fazenda era assim fraquinha e a gente não tinha condição e, aí, a gente vendia um pouquinho pra comprar coisa, sabe, que a gente tinha os meninos!.... A gente não tinha condição, minha irmãzinha, era só mesmo... só os meninos mesmo. Não tinha outro apelo, só da roça mesmo, porque você sabe que lavrador não tem dinheiro, tem o que comer, mas dinheiro não tem. Ainda hoje, tá aí: nós temos o arroz, às vezes a gente tem um feijãozinho, mas dinheiro, não! A gente luta mas... Meus filhos, eram nove filhos por – hoje tenho só sete. É... lá foi. Só tive aqui só dois. Os outros, foi tudo lá. Ele [o marido] disse assim: “– Ó Maria, a gente vai pra lá [Uruçuí] pra colocar os meninos pra estudar, mas não pra abandonar [a roça]...”. Ai, eu ficava aqui e ele na roça, sempre lá. Eu ficava só com os meninos aqui. Quando era na colheita, a gente deixava os meninos aqui com as tias e ia lá pra roça, sempre, eu nunca deixei de ir. Eu ajudava, eu nunca deixei de trabalhar na roça. Ainda vou. Quando é no tempo da roça, a gente

vai plantar feijão lá e a gente fica lá, porque é assim: às vezes eu passo a metade do mês aqui, sabe?, quando é no final do mês eu vou pra lá pra cuidar. Aqui, eu tenho um negocinho, mas é bem pequenininho, não dá pra sobreviver, não. Vendo umas pecinhas de roupa, mas é pouquinha... A gente vende, Dione, mas a renda é pouquinha, não dá não. Eu não compro, sabe como é? As pessoas botam pra mim vender, aí eu vendo para aquelas pessoas e elas me dão uma coisinha, um lucrzinho de um real, dois reais, é assim. É gente que já tem comércio, que já me dão, né? O lucro, acaba que, não é grande. É não, não tem lucro, não. Olha aí [apontando em volta] como é a casa da gente, né? Sempre eu digo assim: aí, meu Deus, não sei como é que nós vamos passar! Mas depois eu confio em Deus. Tá bom, a gente já chegou até aqui, já criamos nossos filhos, né, tá bom. Sei que nós não vamos... nós trabalhamos de roça, temos nosso arrozinho, que no dia que não vier o feijão pra comprar, o arroz nós temos. [A gente] come o arroz branco, mas a gente come.

III

O arroz na chapada eu achei bom. Foi a primeira experiência que ele [o marido] teve foi no ano retrasado [1997]. Aí, pegaram o dinheiro [crédito do PRONAF] plantaram e perdeu muito, né, mas sobrou um pouquinho. Foi seca! Perdeu quase todo, sobrou quase nada, mas deu de ele vender e pagou o banco e ficou com um pouquinho, né? Sempre o banco diminui um pouco, né? [referência ao desconto do Proagro] Que era... parece que naquele época era mil e oitenta [reais]... Aí a gente vendeu, ele vendeu o arroz e, aí, pagou, mas ainda ficando com um pouco pra gente, pra gente comer. Aí, depois, tornou a vim outra planta [outro plantio de arroz] e aí foi mais dinheiro que eles [o banco] deram: dois mil [reais] e pouco pra cada um, pra plantar. Foi dez hectares. Aí, se o inverno fosse bom tinha dado uma boa safra. Mas aí foi seca de novo. Aí, perdeu muito [arroz], muito mesmo, quase a metade. Aí, essa... o banco não exigiu assim, sabe? Parece que prolongaram [prorrogaram] a conta, [os camponeses] deram só uma parte do dinheiro e ficou a outra, pra depois eles pagarem. Já, desse ano, a gente fez... O dele [empréstimo em nome do marido], ganhou mais um pouquinho; agora, o meu [empréstimo em nome dela] foi pouco. O meu só deu três mil quilos de arroz. Não perdeu por causa da seca, não. O inverno foi bom. Mas é que a terra de um homem lá, que é de um Cavalcante, que eles tiraram [arrendaram], a terra foi ruim, não deu nadinha. Nós era dezoito. Foi muito bom o grupo, foi boa essa experiência. Foi a primeira vez que eu entrei. Ontem, mesmo, eu assinei lá os papel pra prestar conta. Aí, ele conseguiu um financiamento e eu outro, porque a gente já vive na organização de cooperativa. Agora, o prejuízo foi grande com o arroz, foi – que eram cinco hectares de arroz, pra dar só três mil quilos, né? –, foi grande. E teve deles que nem isso não pegou. Cada um de nós – dos nossos amigos que a gente trabalhou junto – cada um foi

três mil quilos de arroz que a gente já prestou conta já pro banco, sabe. Agora esse plantio na chapada é assim: às vezes [a gente – as mulheres] vai, a gente vai lá faz a comida... eu mesmo não fui [por]que ele [o marido] foi quem dominou [fez] meu todo trabalho; eu não fui. Mas as outras mulheres foram, sabe? A gente viu que muita mulher este ano... eu vi, muito, elas lá no banco, sabe, mas não dá pra dizer se o casal tava junto [no grupo]. Mas já tinha mais mulheres. A gente [grupo] foi lá assim: quando foi pra olhar que o arroz tava bom de apanhar, aí foi. Na limpeza a gente [grupo] não foi, só foi [serviço] contratado mesmo, que o dinheiro é pra isso né? Agora, a roça, lá no baixão, é diferente. No baixão a gente tá lá, né? A gente mesmo vai, leva a enxadinha... quando é pra apanhar a gente amarra a capanga aqui na cintura e fica colhendo o arroz e lá [na chapada] não, porque já é máquina que vai pra fazer tudo. Na hora da comida, pra fazer a comida às vezes a gente [mulheres] vai, só que eu não fui. Mas a gente [grupo] trabalha [no plantio na chapada] sim. Tem que [fazer algumas coisas. A gente] vai porque tem que limpar, sabe, tem que arrancar aqueles... as moitas. Isso aí já fica a critério nosso da gente fazer aquele trabalho. O trator só é contratado, é assim: o trator arada a terra, aí gradeia [aração mais profunda], né? Aí vai a plantadeira plantar. Se tem toco, mas o arado passa primeiro pra poder plantar, num sabe? Mas [nessa terra] não tem mais, porque essa terra aí, que a gente plantou, já é um projeto velho antigo, já muito, muito... só mesmo pro trator aradar, gradear. Já era mato pequeno, não tem negócio de arrancar os tocos, torar os paus e depois... Não tinha mais isso. Não é área nova não, por isso que o arroz deu ruim. Era área velha, já velha, cansada. A gente pisa o arroz, vai catar, dá o maior trabalho. Tem que demorar muito pra gente catar porque só tem semente. Na época de aradar, nós fica acompanhando. Não deixa [o tratorista] sozinho não, eles [homens do grupo] ficam acompanhando sempre, olhando se o trabalho está sendo bem feito. Aí, depois disso vem o plantio, né? O plantio também é com máquina, mas a gente fica lá, o pessoal [do grupo] fica lá assessorando, botando o veneno... ele mesmo, o meu esposo, ele é quem fica na frente pra colocar o veneno, aquilo que precisar. No ano passado, mesmo, se prejudicou foi muito [lidando com agrotóxicos]. [Colocar] o veneno na semente é trabalho nosso [do grupo], também. Agora, depois que o arroz já nasceu, nós, o pequeno, não usa veneno, não. Isso, porque se a gente jogar, assim, é sujeito se envenenar, não é, Dione? Não, aqui não usa esse veneno que os grandes usa, não²⁹. Aí, no plantio volta de novo o serviço contratado, que é na plantadeira. Aí, depois disso pronto, tá plantado, né? Aí, pronto. Aí, a chuva vai e chove e chega o tempo de tirar a moita, a gente junta o grupo – É. Os mesmos do grupo. É. Não bota ninguém de fora [contratado] não, que

²⁹ Referência à pulverização de agrotóxicos (pesticidas, inseticidas, adubação folhear) – que, nos grandes projetos, é feita de avião – sobre a planta, como parte dos *tratos culturais*, no contexto do pacote tecnológico da agricultura moderna baseada na referida *Revolução Verde*.

esse trabalho é na mão mesmo. E aí, o grupo se reúne e faz o seguinte: fica unido. Aí, a gente combina: essa semana vai um grupo, né? Aí, na outra semana aquele que foi não vai, já vai outro, entendeu?, até quando termina. E na colheita é a mesma coisa [trabalho coletivo]. É limpar o arroz, de mato. Se a gente deixar no mato, não presta também. Aí, na colheita é um serviço contratado de novo, com as máquinas pra colher, né? Aí, a colhedeira vai colher, aí eles [camponeses] pagam a colhedeira, pagam secador, etc. Aí, depois tem aquele trabalho de pagar o caminhão pra trazer pra casa. Já vem ensacado. Eles mesmos [camponeses] é que ensacam. [A colheitadeira] só faz colher, despeja no chão, a gente, aí, vai levar pra secador. É um sofrer. A gente sofre muito: bota aqui, bota acolá... Esse ano foi muito pesado porque, logo, tava chovendo muito, chovendo mesmo, que a gente imaginava de perder o arroz. Aí, levava pra um secador, diziam: “- Não, aquele ali não tá bom não, vamos levar pra outro!”. “- Ai!, mas eu tenho medo porque, lá, o secador come o arroz todo!...”. Eita! Era um cinema!... Ele [o marido] adoeceu, foi uma coisa mesmo! Mas o lavrador tem que ser assim mesmo. A gente tem que vencer, né, porque eu acho que é melhor lutar do que a gente ficar de braço cruzado, porque sem luta nós não conseguimos nada. Plantar o arroz na chapada é diferente. No baixão, a gente mesmo roçava o mato e capinava, e ciscava, queimava e depois a gente plantava o arroz, feijão e tudo. Aí, quando o matinho ia [crescendo] nós vamos cuidar logo com tempo pra não crescer, porque você sabe, era na mão. Eram pequeninhas [as roças], por isso que dava [pra fazer na mão]. Agora, não. Agora tem que ser contratado um recurso [pra fazer o que antes] tinha que fazer na mão, né? Pois é muito bom, eu gosto dessas luta. Mas sempre Gervásio planta assim... ele planta lá no projeto mas sempre ele nunca deixa de plantar o arrozinho lá na rocinha, no brejozinho que a gente tem, a gente planta sempre lá, né? Lá nós temos o poço bem na porta. Agora, o arroz na chapada eu achei que trouxe... - a comparação - só não é boa a renda porque perde muito, mas melhorou muito [em relação à quantidade que se produz no baixão] porque a gente, no bracinho, é difícil, pra gente fazer um paiolão de arroz. É difícil, só faz pouco. A gente trabalha muito e colhe pouco porque a gente não tem condição de pagar o trabalhador e é a gente mesmo, então, a colheita sai pequena. Agora no projeto [chapada] não é assim. [O marido, presente, acrescenta:] “- É porque a terra mecanizada a gente tem mais uma fonte de produzir mais, não é que nem a gente trabalhar manual, no toco. Eu já vou indo, já tá passando da hora” [D. Maria continua]: “É, [tenho] essa experiência [viver e trabalhar na roça] bem de perto e não vou desistir não, porque pra mim foi donde eu nasci e me criei naquela região de lavoura. E ave Maria, Deus nos livre de passar um ano sem plantar! Porque na hora em que começa, que a gente vê aquelas primeiras chuvas, aqueles trovãozinhos, sabe o que a gente lembra? Daqueles feijãozinho de primeiras águas. Aí, a gente não consegue deixar, não.

IV

Nas áreas de baixão, lá nas roças, a gente planta aqueles canteirinhos, mas sabe como é, o canteirinho, não é assim horta não. A gente pega os paus lá, aquelas forquilhas, aí faz o canteirinho pra gente ter aquela verdurinha, mas não é assim verdurona muita, não! Só pra plantar aquela cebola, plantar o coentinho [coentro], para dar um cheiro na comida. O pimentão, às vezes planta um tomatinho... mas é pouquinho, sabe? Não é essa coisa com coisa. É. Minha nora mesmo, lá, ela não passa sem uns canteirinhos. Aquela – não sei se você já viu ela – que eu já disse: “ – Olha, a Dione vai lá pra casa!”. [Aquela que você viu aqui da outra vez é] minha moça, minha moça, que ela tava viajando. Pois é, a gente faz os canteirinhos mesmo. A gente pisa arroz no pilão, arroz mais gostoso, Dione, tem mais vitamina. Quando a gente morava lá, onde meus pais – aqui mesmo, ninguém ia com negócio de pagar arroz pra pilar, não. Quando era dia de domingo, a gente não tinha pra onde ir, né, eu pegava uma lata de arroz, botava assim no sol, numa esteira, num negócio, botava pra esquentar. Quando era assim umas três horas da tarde eu ia pilando... Achava bom pisar [pilar]. Não achava bom pisar – achava bom ver o arroz pilado lá na lata pra passar a semana trabalhando, fiando, que eu fiava rede, e muito. Olha, fiava no fuso e na roda. Nós plantava algodão, lá no interior, lá no Sangue. E aí, fazia a linha e depois tecia e fazia o lençol... Não tinha condição de comprar... Era, fazia tudo. Ah não, agora ficou mais assim um pouco difícil, mas às vezes, tem mulher que [ainda] faz isso. Não plantaram mais algodão, tá com tempo que eles [a família do marido] não plantaram mais algodão, que depois que a mãe dele vendeu lá o terreno dela, ele ficou trabalhando só no terreninho dele mesmo, sabe?, fica muito distante pra gente ir, não tem condição, aí, não plantaram mais algodão. Tá um pouco fraca a lavoura de algodão. Mas, naquela época, eu não tinha dinheiro pra comprar nada, como ainda hoje não tenho. Aí, de madrugada eu levantava, batia o algodão ali, aquelas coisinhas ali, quando o dia clareava, ia cuidar do quebra-jejum, ia buscar água. O quebra-jejum era cuscuz de milho, às vezes, de arroz, beiju.... Eu pisava o milho de tardezinha. A gente pisa o milho, bem pisadinho, a gente bota de molho na agüinha morna, quando é de madrugada a gente levanta e pisa ele, peneirado numa peneira bem fininha, é um cuscuz mais gostoso do que esse [flocos de milho industrializado] que a gente compra. Depois, “ – Vamos botar o feijãozinho no fogo!”. Aí, botava o feijão no fogo, o foguinho já tava ali, fazia um fogãozinho bem feitinho, assim dessa altura assim, de barro, colocava ali o feijãozinho no fogo, o interesse aí, de fiar o algodão, fazer a redinha, sentava ali, sabe, só levantava pra colocar, lá, o fogo no feijão. Agora, minhas filhas não sabem [tecer] não, porque logo botei pra estudar, queria que elas estudassem, né, que eu sempre dizia assim: “ – Ó, minhas filhas, eu vou botar vocês pra estudar [por]que é tão ruim a

gente não saber fazer as coisas... e eu não aprendi quase nada, aprendi só isso, né?, então eu não quero isso pra vocês não, eu quero que vocês estudem, pra vocês arrumarem um empreguinho quem sabe, pra não ficar como eu, na roça...”. E aí, não sabem não, não vou dizer que sabe, né? mas eu aprendi muito. Olha, eu aprendi a fazer tarrafa... sei fazer ainda, se eu for fazer eu faço. Lá não tem rio não, agora, no Uruçuí Preto, ali a gente pescava. Agora eu fui ruim de peixe, Dione, eu não pego um peixe!... Aqui, eu já fui pescar, mas não pego peixe, não. O peixe não gosta do anzol que eu joga no rio, não. Eu ia pescar, aqui, com a colega e ela pegava uma ruma de peixe e, eu, nadinha! quando eu pegava, era lá uma vez e era o maior barulho: “Chega, Justina!”.

V

Eu sou sócia da cooperativa, nós participamos das reuniões da cooperativa e também sou sócia do sindicato e faço parte não da diretoria, mas toda reunião que tem do sindicato, eu gosto de participar. E trabalho na Pastoral da Criança, que é aquela coisa da gente pesar menino. É... e participo da igreja também, reunião da igreja, escola da fé, um bocado de coisa que a gente participa. A gente faz aquelas atividades, ensina pras mães, a gente pesa os meninos, aí, depois, o menino tá desnutrido, aí a gente vai e... – aqui tem muito, muito mesmo, muito problema mesmo, de desnutrição! – Aí a gente ensina as mães fazerem aquelas mistura, né? Esse monte de mistura! Tou ali com umas folhinhas ali empenurada já pra pisar. Ali [apontando] é a folha da macaxeira, tem muito ferro, né? A gente pisa ela pra colocar no leite, é tão gostoso! Se eu tivesse um pouquinho aqui... Porque tá na casa da outra líder. Lá, nós fizemos muito agora, sexta-feira. A gente faz o seguinte: a gente pega o milho, passa ele na forrageira e depois a gente torra ele com todo carinho. Quando ele tá cheirando a pipoca, a gente coloca ali na vasilha bem limpinha. Aí vai e torra o cuim do arroz também bem limpinho, com muito cuidado. O cuim do arroz é uma vitamina, sabia que é bom? [diante da manifestação de ignorância da pesquisadora] O cuim do arroz é aquele pozinho mais fininho, que a gente pisa o arroz e sai uma palha grossa, depois sai a fina. Aquela fina se pega ela, passa na forrageira pra sair mais fina, aí, essa é que a gente torra também. A gente torra ela separado, um pouco, e bota prali. Aí, pega o farelo de trigo. Ele é difícil aqui pra nós, mas a coordenação [da Pastoral], de Teresina, manda pra gente. A coordenadora é – ela é estadual, ela compra lá e manda pra nós aqui, aí a gente pega. Aí, a gente torra também, aí junta... Tem a casca do ovo, semente de abóbora, melancia, gergelim, é um bocado de coisa, sabe? E esses outros matinhos que a gente – quer dizer, os matinhos é muito difícil – o cariru³⁰ –, que é o mais difícil pra gente encontrar,

³⁰ Também conhecida como caruru – designação comum a várias plantas da família das amarantáceas cujas folhas são utilizadas na culinária (Ferreira, 2000).

né? Eu só gosto de fazer mesmo o que eu conheço, que é a folha de macaxeira, que é mais conhecida mesmo, pois tenho medo de dar algum problema, né? Eu gosto muito desse trabalho, gosto muito, ando muito. A gente usa [em casa] também. Tem uma menina, [apontando] aquela ali, ela gosta quando eu trago e todo dia, aqui, acolá, quando tem um leitinho, ela toma de manhã no leite. A gente grande também, que não é só pra criança não. A doutora Zilda, que é do Paraná, que é nossa coordenadora geral, que é coordenadora nacional, ela disse que na mesa dela não falta essa farinha. [Há] pouco tempo agora, nós tivemos em Floriano com ela, num encontro lá em Floriano. É bonito. Gosto muito do trabalho. Agora mesmo estamos preparando... – eu vou até te convidar, sei que não dá pra você vim não, você só volta aqui em setembro... –, agora, no dia vinte e oito e vinte e nove [agosto], a gente tem o primeiro congresso das líderes [da Pastoral]. Vai ser aqui em Uruçuí. Nós estamos organizando. Vem gente de todo canto: de Teresina, vem, né, a coordenação de Teresina, que é a estadual, a diocesana... e a paroquial, que já é daqui mesmo de Uruçuí, que a gente já tem essa coordenação aqui. Aí vêm os outros setores que fazem parte, outras pessoas que quiserem vir também... Aqui, nesse bairro, somos cinco [agentes da Pastoral]. Agora o meu trabalho é o seguinte – porque a minha leitura é pouquinha, não aprendi ler, com essa dificuldade não aprendi ler, minha leitura é só... só coloquei [aprendi assinar] meu nome mesmo, sabe? Aí, agora, só que eu gosto do trabalho... Assim, eu coordeno, eu tenho minha moça [a filha] que é ela quem pesa os meninos, ela entende de tudo, do cartão... ela fez cursinho fora, mas eu é que fico ali no bairro convidando o povo, fazendo reunião. [Funciona] por bairro. Aqui na Água Branca tem cinco líderes... Eu ando muito. Esse bairro cresceu. Cresceu. Agora, quero que a senhora vá no Aeroporto, no bairro Aeroporto. É todo de gente que veio expulso do campo, do interior, que é uma pena, né? Aqui na Água [Branca] tem muita gente mas só que Água Branca é mais pequeno do que o bairro Aeroporto. É mais antigo, tem muita gente assim pobre, todos nós somos pobres mesmo... que tá vindo aí do interior, né? Mas é uma besteira da gente né, Dione? Tem hora que eu me arrependo assim, eu digo: “– Ai meu Deus, mas antes a gente tivesse colocado, só botado os meninos lá [cidade] com uma pessoa, assim com os tios, e a gente tivesse ficado!...”. Sabe? Que a gente saindo assim mesmo só indo trabalhar, lá, a gente perde alguma coisa. Mas ninguém abandonou [a roça], né? E meu sonho é de voltar pra lá. Eu digo assim: “– Eu vou ficar nessa vendinha mas é poucos dias, que vou pra minha roça, que eu gosto é de roça”. Ela [filha, ao lado] já tá acostumada [a viver aqui] mas ela gosta [de lá]. Quando chegam as férias ela [fala]: “– Minha mãe, quero ir lá pro Sanguê!”. Ela gosta lá, do interior. Tudinho [todos os filhos] gosta. Quando os meninos que estão lá em Teresina, quando eles vêm pra cá, aí o destino deles é ir pra lá. [Na] Semana Santa, a gente fica lá. Quando eles

vêm, nós vamos todos pra lá. Tenho dois, três, em Teresina. Agora tenho quatro mas é porque ela [filha] foi fazer umas consultas, mas ela tá chegando [de volta]. Ela sai de lá sexta-feira, a Marisa... Ela foi só passar as férias lá com os meninos. Sete filhos... eu tive nove, mas morreu dois. E aqui tem três, só que os de Teresina tão vindo já. Agora, dois de Teresina moram lá mesmo, sabe, aquela luta! Sofri tanto, dona Dione, pra mim criar meus meninos, minha filha!

6. 1.4- Seu Francisco: Fazendo cercas e driblando cercos ou vivendo a luta e trabalhando dentro da roça.

“Se não fosse o problema com os projetos, aí nós estava numa boa, porque a vantagem era nossa, que só cercava as roças. O gado era solto. Comia na chapada. Eles vão, porque aí, onde é a CANEL, tudo era lugar deles mesmo, eles iam aí, passavam um dia, dois, pra poder descer pra beber. Porque o gado vivia lá mesmo”. (Sr. F. de S. L., Comunidade de Bananeira, Uruçuí/PI)

I

“Meu nome é Francisco de Souza Lima, e a idade é sessenta e um anos, que eu tenho. Sou do dia vinte e oito do cinco, quer dizer, de maio, que é justamente [o mês] cinco, de trinta e oito [1938]. [Sou] lavrador. Sempre, minha profissão toda vida foi essa mesma. É lavrador. Tenho bastante trabalhado, lutei com cana, fizemos tipo até de barragem para irrigar, juntamente com meu pai, tudo isso nós fizemos. Lutava com esse tipo de coisa, canavial grande em Alto Longá³¹. Aí, depois, que a gente foi acabando os canavial, e a gente foi saindo... até que me destaquei [separou-se do pai] e vim ficar aqui por Uruçuí. Sou nascido em Alto Longá. Nasci e me criei lá. Meu pai era agricultor. Era cearense e era agricultor. Ele plantava sempre era roça mesmo: a mandioca, o feijão, o grão, essas coisas que ele sempre lutava. E a cana que era o que muito nós produzia, né? O canavial era o que mais nós sempre produzia e com o canavial, era o arroz, o milho e o feijão, eram essas coisas que nós mais trabalhamos. Ele era um homem que muito gostava de trabalhar nessas coisas e morreu trabalhando, assim, dentro da agricultura. Na lavoura mesmo. Ficou velhinho e acabou a vida dele, mas dentro da lavoura. Eu vim [para Uruçuí] em sessenta e cinco [1965]. Em sessenta e cinco eu cheguei aqui no Uruçuí. Aqui dentro de Uruçuí, em sessenta e cinco, quando eu cheguei, eu vim acompanhando essa central aqui, e até trabalhei [nela]. Saí nela [cheguei por ela] e vim trabalhar aqui [em Uruçuí]. Nessa central que vem de Floriano para Uruçuí. Eu saí nela aqui, em sessenta e cinco. Essa estrada sim, que nós chamamos Central, essa estrada que nós saímos nela aqui. Trabalhando. Aí,

³¹ Município piauiense.

depois, fiquei aqui. Que eu larguei lá da roça [do pai] e saí. Primeiro, eu saí para a Usina Santana [município de Teresina], lá onde fabricava açúcar... era o doutor Aluísio, é, um pernambucano... aí, depois ele vendeu isso lá. Mas eu trabalhei com ele muito tempo lá, na Usina Santana, depois saí. Cortei muita cana ali. Tinha dias que tinha duzentos e cinqüenta homens, o menos, o menos era duzentos e cinqüenta, todo dia. Eu era solteiro, saí [de casa]. Dei vontade de sair, pedi ao papai, queria dar uma volta pra mim aprender alguma coisa. Aprendi uma arte de pedreiro, mas não saí, como eu queria, para Fortaleza [Ceará]. Eu tava com a idade de dezoito. Resolvi sair, dar uma volta, com dezoito anos. Aí, tive trabalhando por aí... ainda trabalhei de roça mesmo. Os velhos não queriam que a gente sáísse assim. Mas quando a gente aprende uma arte... – que eu tinha inteligência para muitas artes, né? – mas ele, sempre que os homens [alguém] se apegavam [insistiam] comigo e com ele mesmo, pra eu ir trabalhar, aí ele não deixava sair para trabalhar nas firmas, na empresas, ser mecânico... Aprendi, sim, a arte de pedreiro, trabalhando. Eu trabalhava com meu pai e fui para Campo Maior³². Em Campo Maior, trabalhando no [na construção do] frigorífico, lá com o mestre Antônio, que veio de Fortaleza, nós trabalhando lá, aprendi. Ele disse: “– Agora eu lhe levo para Fortaleza comigo”. Papai não deixou. Eu voltei para onde ele mesmo, lá na roça e ficamos trabalhando até que eu disse assim: “– Papai, agora eu quero dar uma volta, eu vou sair”. Mas antes de eu sair de vez, eu tava em Campo Maior [por]que tinha uma irmã minha lá, mas só mesmo porque eu fui trabalhar, assim, uns dois meses. Era mês de verão, sempre, né?³³. Ficamos lá, depois foi que eu voltei e ficamos trabalhando em casa [do pai] até que eu resolvi sair de vez. Aí fui pra Usina Santana e quando eu saí da Usina Santana, eu fui ao Maranhão. Tive em Santa Vitória, uma propriedade do José Napoleão, que eu não sei se você conhece ele, talvez não. Mora em Teresina, tem uma fazenda lá [no Maranhão]. Tive nessa fazenda dele uns dias, daí foi que atravessei [o Rio Parnaíba] para cá e vim direto aqui trabalhar. Daí eu fiquei aqui, fui em Elesbão Veloso³⁴ e tornei voltar para cá e depois casei. Em sessenta e oito, eu casei aqui, em Uruçuí. Estava no município [na comunidade] mas o padre da desobriga sempre faz isso pra lá, na Bananeira, lá mesmo onde eu moro. Ele foi, tinha uma missa dele pra lá... Ela [esposa] é daqui. E aí, continuamos e até hoje vivendo na luta, trabalhando dentro da roça.

³²Município piauiense.

³³ Como vimos no capítulo anterior, para esses camponeses o ano tem duas estações: inverno ou estação de chuvas, e verão ou estação seca. O verão, época de entressafra, é um momento no qual a maioria realiza outras atividades, com base em diversos *ofícios* e pequenos negócios.

³⁴ Município piauiense.

III

A gente adquiriu o seguinte [terras]: o pai dela [da esposa] tinha comprado [comprado] uma terra lá de um pessoal parente dela mesma. Foi o ente [o tempo] em que o rapaz que vendeu a terra, adoeceu e morreu. Os filhos e a viúva tomaram a terra dele [do sogro], que tinha comprado. Depois ele comprou outra da mesma família. Quando ele comprou essa terra, aí ficou morando aí todo tempo, isso parece [que foi] lá em quarenta e três [1943] que ele comprou ela. Certo que quando foi um certo tempo que ele vinha pagando os impostos, juntamente com eles, com os donos, diretamente pagando aqueles impostos sem escriturar – nunca escrituraram não, pegou só uma declaração de compra e venda, ficaram dentro dessa terra e foi o ente que foi indo, foi indo, eu fiquei lá, entrei na família também, fiquei por lá – eles [os ex-donos] falaram que iam tomar a terra e devolver o dinheiro dele. Aí, eu disse pra eles por que eles iam fazer aquilo, que já tinham tomado uma, e iam tomar aquela outra! Cinqüenta e dois hectares de terra! Eles iam tomar aquela terra. Ele [o sogro] disse: “– Não toma!” e eu disse: “– Toma com certeza, mas existe um meio [forma de resolver] pra você”. Eu tava trabalhando aqui na Madre de Deus, quando ele [o sogro] me mandou me chamar. Madre de Deus fica na fazenda Santo Antônio, que é desse doutor Valdivino. É uma fazenda deles. Aí, eu tava aí, fazendo um serviço dos poços dele, aí quando foram lá e disseram que [o sogro] tava doente e mandaram chamar, aí eu vim. Depois eu falei pra ele [sogro]: “– É bom você mandar contar aqueles pé de árvores que tem aí...”. Naquelas épocas, eles [moradores] tinham o direito de dar [ficar]... era dez, é... [com] dez anos que morava na propriedade não tinha aquele direito [dever] de sair... Sempre tinha o direito que os donos, os proprietários, os fazendeiros deixassem aquela pessoa criar as famílias lá dentro, não correr com eles. Só que eles não executavam isso, dentro do estado [Piauí], né? Ou que fosse, seja no país mesmo não existia. Tinha a lei mas eles [proprietários de terras] não vigorava [cumpriam]. Mas eu dizia pra ele [sogro] sempre: “– Por outra, tem esse pés de laranja, eles dá direito em três tarefa de terra, por causa das mudas de pé de laranja, desse”. Aí, dei uma moitinha de pasto – eu tinha assim uma meia tarefa de pasto, capim rio de janeiro! –, dei umas cercas de madeira de lei que tinha, umas três bolas de arame, contei os pés de abacate que tinha, tudo! Fiz por nota [tomou nota] de tudo bem e disse pra ele [sogro]: “– Vai, entrega ao doutor Valdivino”. E [quanto a] ele [dr. Valdivino], mandei pedir que ele orientasse o velho [sobre] como era que ele devia adquirir aquilo dali [o direito à terra] e ninguém tomar. Aí, o velho [sogro] foi. Eu disse: “– Ele, o doutor Valdivino vai mandar você ir lá pra onde o juízo [juiz], o juízo manda que você vá onde essa família, mas não brigue. Vá calmo! Se ele disser que não vem, volte que o juiz manda chamar”. E isso aconteceu. Do jeitinho que eu disse lá, ele fez. Chegou, falou, o doutor Valdivino recebeu o bilhetezinho,

olhou aí ... [O doutor Valdivino] é doutor advogado. Aí ele [disse]: “– Vá onde o juízo!”. Depois ele mesmo resolveu ir. Aí, eles foram lá, conversar. Ele [o juiz] mandou chamar o povo [os proprietários da terra], o povo disse que não ia, depois resolveram ir. Eu não me contive lá e, com isso, vim atrás. Cheguei, eles souberam que eu tava aí, foram me procurar. Aí, eles [os proprietários] vieram tudo, o juízo ajeitou e mostrou quais eram os direitos do velho e os deles e disse que eles tinham que soltar a terra do velho, que ninguém podia tirar o velho de lá não. Já o velho, nessa época, já tava com trinta e três anos que morava em cima [da terra]. Tava com tempo. Eu ainda disse mais para eles, disse: “– Existe dois direitos: o direito do velho ele tem, e o direito deles eles têm. Se eles disser que o dinheiro do velho fica pelo tempo da moradia – os cinquenta contos –, fica e eles indenizam o sítio desse velho. Mas se eles disserem que o sítio fica pela indenização, eles vão pagar juros, o dinheiro com juro, até o dia que eles pagaram, quando eles deram, eles vão pagar isso aí”. Aí foi que eles disseram: “– Pois com isso ninguém vai entrar, porque nós não pode entrar aí”. Aí, tiraram [desistiram] e deixaram a terra. Quer dizer tiraram de banda, não ligaram mas com isso, foi. Ficou o velho e foi o ente em que viemos pra cá. Mas eu nunca também larguei ele. Fiquei lá junto com ele e terminamos vindo pra cá. Quando chegamos aqui lutamos [trabalhamos] juntos. E dizia: “– Agora você escritura aquela terra”. Ele nunca escriturou. Aí, foi o ente que ele morreu. Quando foi agora o ano passado, o ano trasado [anterior ao ano passado]... não, foi no ano passado... foi no ano trasado! Eu fui e levei o certidão dessa terra de quinhentos e tantos hectares e demarquei lá dentro da Receita Federal mesmo só pelo conhecimento [do narrador]: com quem eu ficava, onde eu extremava, os limites, todos os limites, né, e eles pegando tudo e, aí, jogaram no computador e deu tudo certo. Eles já tinham mandado que eu fizesse o usucapião, aí, foi o ente em que isto saiu e eu estou pagando os impostos. Eles vieram, quando foi agora, no meu aposento [aposentadoria], o doutor Guimarães disse: “– E isso aqui?”, perguntou. Eu cortei o caso todo aí ele disse: “– Isso aqui é usucapião mesmo”. Justamente foi o que o juiz mandou que eu fizesse. Eu não tinha mais o direito de soltar a terra lá, nem ninguém tinha direito de entrar lá. Eu fiquei, cerquei mais terra, estou lá trabalhando. Foi assim que adquiri a terra que estou trabalhando. Eles perguntaram, a terra é sua? Eu digo, não é minha, só que estou dentro e o juízo já mandou eu fazer o usucapião. Conseguí fazendo. A terra é minha, que estou dentro trabalhando, quem trabalha sou eu. O usucapião é o seguinte: ele dá o direito de posseiro. É porque se eu tou com tantos anos que moro nessa terra, tem benfeitoria, eu tenho direito, sou posseiro, ninguém pode mais me jogar fora. Mesmo que a terra [seja] de compra. É, porque essa terra que é de compra, como essa que foi, elas deram direito também. Aí, podia fazer das cinquenta e duas hectares, a gente fez. Tem o título de propriedade porque está hoje nesse

documento que eu tenho aqui. O que não está é o restante, do usucapião. É o restante, que é dos outros, dos outros condôminos, que não tem documento dessa mesma terra. Quem só adquiriu foi eu porque entrei pela Receita Federal. E eles perguntaram: “– Como você adquiriu isso?”. Eu digo: “– Não quero saber. Vocês perguntem à Receita, eles lhe conta”. Porque eles perseguiam a gente pra tirar de lá... A mesma família que era dona, que venderam [para o sogro], eles eram assim. Eles já tinham tomado uma primeira que tinham vendido e iam tomar a outra, mas que eu nunca abandonei, nunca abri mão. Aí, hoje estou lá em cima e eles não podem mais mexer comigo. Eles tinham vendido cinquenta e dois hectares, era, para o velho. Mas já queriam tomar de novo como tomaram a primeira. Só que tem o usucapião de mais de cinquenta e duas hectares, que é essa que estou em cima. Só que eles estão me dando o direito de eu entrar na área. Quando eu tirar – tem uma frente lá que tenho que tirar ela, que vai completar –, vai chegar umas cem [hectares], por aí, dentro dessa área, né? No total, hoje, são esses cinquenta e dois mesmo que eu estou em cima trabalhando, mas com essa frente que tem lá que eu tenho que botar no limite também, ela vai ficar numas cem, por aí. Ela [a terra] é tabuleiro, baixão é assim. A chapada dela é um tabuleiro que tem e uma chapada que tem, mas é de pedra é um pedacinho bem pequenininho. A outra não, a outra é toda baixão, é a Bananeira. Bananeira é um o povoado, quer dizer, lá é umas dez casa, é o que tem lá, são dez casa que tem, somente, dentro de lá, da cabeceira do brejo até a barra onde mora esse pessoal. Agora em redor, tem outras casa vizinha né? Perto... tem delas com seiscentos metro, outras tem quilômetro... É, de distância. Pois é. Sempre eles chama povoado Bananeira, porque lá já foi, teve muita gente mesmo, que dava de ser um povoado mesmo. Hoje sempre, se tiver dez casa eles já chamam povoado, né? Tem que ser assim mesmo. Contanto que é assim eu, tenho uma idéia aí, tava sempre na idéia, tenho a idéia de lhe ver você dentro da região pra você ver como é o jeito do rio, as localidade, as coisa ... Sim, tem que ver ao baixão. Lá tem escola, lá tem uma escola, não tá muito boa não, a escola não, por causa que a meninada terminou... Podemos dizer que hoje só tem gente grande, os adultos, né? Aí, adulto cai no mundo grande, as rapaziadas, as moças, ficam bem poucos. Mas as crianças que ainda tem tão lá na escola. E tem mais a vizinhança também. Tem escola lá mais perto. Mas o que a gente queria e gostaria é que o lugar desse pra gente criar os filhos, pra não estar aqui dentro da cidade, dando muito trabalho. Se tivesse... – tem chance pra isto – professores adequados pra esse tipo de cousa, pra lecionar lá, pra gente criar os filhos, é... domesticando no trabalho, ensinado como trabalhar... Porque eles estudavam [lá] e quando tivessem mais interessado no estudo [mais adiantados], eles podiam chegar na cidade, procurar outros estudo melhores. Porque, antigamente, a gente se criava assim e todo mundo aprendia a trabalhar, não dava tanto trabalho. Hoje a maioria, você veja, se

torna muito marginal, é tanto coisa!... É preciso estar muito seguro dentro das áreas de colégio, dentro do... se os pais não estiverem com tanta segurança, as mães, as professoras... [os filhos] estão dando trabalho demais, é difícil... [e não querem] trabalhar, nada! Se estudasse o dia todo podia ser... mas como que pode? não tem como, também. Aí, estudam aquele meio dia e pronto! O resto da tarde é brincar. Não querem atender [aos pais] e estando lá fora, você bota pra trabalhar.

IV

Com a [implantação da] CANEL, lá, tirou-se tudo [gado] em quanto tinha. Lá ninguém criou mais nada. Nós mesmos, de dentro da Bananeira não criou-se mais nada. Todos nós, o grupo todo, não é, limita com a Canel. Porque nós, hoje – fora o rapaz que está em cima, a terra dele –, nós tamos no mesmo grupo. Aí, circulamos, tiramos uma terra na serra que tinha lá, que era do Estado, nós circulamos ela e estamos dentro do cerco, com ela dentro do cerco. Já encaminhamos, entramos em contato, aí, com o INCRA, os merinos [direção do sindicato e da cooperativa] estão sempre conversando com eles [INCRA]. Essa área nós vamos ficar mesmo [nela], porque já está dentro do cerco, pra nós criar [gado] mesmo, é pra criar. É na chapada. Essa não é área pra lavoura, não, que ela tem assim uns pedregulho], não dá pra nós fazer agricultura, lavoura, nela, não dá. Até porque são muitos donos para fazer. Não tem condições. Se fosse para um só, até dava. Mas devido ser a gente interessado mesmo é na criação, que já está dentro. Já que nós não criava mais nada... Aí, quando o gado ia pra serra [não podia mais]... foi preciso sair [pôr em pasto alugado] tudo... a miunça se acabou tudo... Da minha parte – é que tinha um rapaz lá que é primo dessa mulher [esposa] que fazia as cercas em pé alto encostadinho de mim –, eu chamava ele pra dividir a cerca, mas ele não queria. [Eu dizia]: “– Te ajudo, a fim de deixar minhas criações”. “– Não aceito” e não ia mesmo não. Dizia: “– A criação é sua, a roça é minha. A criação é sua, se você quiser, cerca”. Eu digo: “– Não, vamos fazer acordo...”. Até que, nunca, esse rapaz, ele nunca entrou em acordo. Terminou ele levando a mim aqui na justiça, mas perdeu porque quando eles da justiça falaram, aí a doutora disse: “– E ele não está fazendo o bem pra todos? S seu Francisco [narrador] está fazendo o bem pra todo mundo”. Eles disseram que não, não aceitariam. E nós tinha ganho a questão porque nós era nove, dez, que quisemos, que aceitamos. Era catorze, mas quatro não quis e dez aceitou. Ela [juíza] disse: “– Aqui é pela maioria e a maioria é quem ganha”.

V

Isso aqui depois da CANEL... – porque essa parte aqui que eles me trouxeram na justiça porque nós queria cercar tudo, pra criar dentro, todo mundo junto, porque não tinha mais criação e aí, nós não ia fazer nada –, a CANEL tá fora de nós [da área deles] mas nós limita

com ela também. Numa parte, é limitado com ela; a outra parte com o Henrique, que é um homem aí, do Mato Grosso, que também é ligado à CANEL. Ele é ligado à CANEL. Hoje nós limitamos com ele, a extrema é ligada a ele. Essa área é de chapada, pelo lado a outro, tá toda cercada. Nós cercamos tudo, pra poder criar [gado] dentro. Lá, nós temos uma base quase chegando a uns vinte quilômetros de cerca. É porque nós circulamos todo, né? Arroteando [rodeando] todo. Quando ela [a cerca] sai do rio – que circula lá pra chegar no rio –, ela vai dar saída. A questão nossa com a CANEL é porque a CANEL é o seguinte: ela plantou; ela levou muito arame no começo, mas quando ela tentou plantar tudo mesmo em aberto, que disse que era por lei adquirida – que tinha lei que podia plantar, porque quem tinha gado, quem tinha criação que prendesse, que a criação é quem anda, o legume não anda. Aí, não teve uma lei do Estado, como existem em outros lugares, quer dizer do município, mesmo, que sustenta isso aí, mediante o prefeito e os fazendeiros que se reúnem pra criar junto, como fizeram ali em São Félix, no Maranhão. O prefeito, lá, fez isso. Quando a juíza chegou e disse que a lei era federal, ele disse que não, enquanto ele governasse não ia [ser]. A lei federal é a lei de criar preso e de plantar no aberto. Aí ela [CANEL] disse que a lei Federal era pra prender o gado e pra plantar no aberto, que isso era federal. A lei é federal, bom, tudo bem, mas, aí, cada município pode tomar uma atitude: o prefeito, vereadores e fazendeiros. Em Uruçuí existe sim, mas aqui foi os prefeitos primeiro que fizeram [época dos *projeteiros*], que eles deixaram os projetos fazer do jeito que queriam, aí os outros já não dão mais jeito. Porque os primeiros que aceitaram [os projetos] entrar [dessa forma] no campo... que entrou esses projetos, não teve mais limite. Porque, de primeiro, eles [projetos] era cercado, mas depois os que era cercado abriram, depois desses os que vieram, plantaram no aberto. Os outros abriram, pois foi: abriram a cerca, fizeram tudo, tiraram arame. E aí é o que acontece... Já teve lei de plantar no cercado. Era. Os projetos, aqui, de primeiro, quando plantavam, eram cercados, os primeiros projetos que chegaram aqui. A criação é que era solta. Depois isso mudou. Quando eles chegaram, com as leis vindo lá de fora pra cá. E disseram que iam plantar no aberto, onde [como] a CANEL, outros projetos teve aqui. Não estou bem presente a época que começou isso aí, deles plantarem [no aberto], porque a a própria CANEL tinha levado arame pra ela mesmo cercar, [mas] não cercou mais. Depois, eles mesmos deram esse arame para o povo cercar pra lá, para poder segurar as criações. Uns cercaram, mas [nem todos].. cercaram tudo E nós mesmos não tinha recebido nada [aramé], nunca cercamos. Aí, o gado de lá [da Bananeira] tinha saído todo e nós ficamos sem nada. É, o conflito é esse, é... porque eles pediram o seguinte: que quando desse de setembro em diante, não pisasse mais gado lá dentro. Mas não tinha, ninguém, onde prendesse. Ninguém tinha campo pra prender, quer dizer uma solta pra prender, não tinha cercado... tinha

que tirar pra fora, matar ou vender ou tirar pra outro lugar. E aí, ficava de aluguel! Mas esses donos... – com pouco, tinha conflito por causa de outros donos – eram muitos, cada um tem uma garrinha [pequeno rebanho] e começava a briga lá, era obrigado a trazer de novo. Não tinha pra onde nós botar. Quando ia pra CANEL... a CANEL andou avisando – depois não avisou mais. Ele matou muito –, que ele matava. Matava, matava e ainda hoje mata, sim. E os que entram lá, eles matam e dizem é o seguinte: “– Nós pagava [pelo gado morto], e agora não pagamos mais por causa do prejuízo que tem. Quem quiser o pagamento da rês vai pagar o prejuízo que elas deram”. Embora tenha sido do outro, mas entrou pegou lá dentro, né?... Foram muitas, e muitas, e muitas. Foi um negócio muito sério. Daí, não ficou criação dessa parte, foi obrigada a sair. Hoje tem ainda um restinho de gado e esse pessoal tão tudo cercando. Ela [CANEL] já deu arame aí pra um pessoal, mas pra nós mesmo, nós não recebemos. Nós cercamos o nosso. Sim. Porque foi isso, foi esse negócio. Esse conflito foi assim e esse rapaz [que não queria dividir a cerca] trouxe nós pra cá, os donos lá de dentro, junto com nós, que não aceitaria nós cercar, entendeu? Mas nós ganhamos isso aí porque a própria juíza deu o direito pra nós. Quatro [agricultores] de dentro do grupo é que não queriam. Porque eles eram de dentro, junto com nós, só que não queriam. Disseram que não queriam de jeito nenhum. Aí, foi que a juíza falou pra eles que era uma coisa que eu tava fazendo o bem para todos. Doutor João Batista também, que veio de Teresina, o advogado, também falou a mesma coisa. Mas esses quatro botaram o pé na parede e não quiseram. Um vendeu a terra, pra gente mesmo lá do grupo que comprou. E agora, o outro tá lá com a cerca no meio, que ele tem uma terra entre eu e outro e tirou a cerca que era abeirando [beirando] a estrada, ele tomou, cercou pelos talhados [barrancas íngremes], o gado fica lá represado, lá, berra à noite... [e a gente] precisa ir buscar, mesmo, pra dar água, porque tá circulado [cercado em volta] e o gado desce pro baixão e não quiere voltar, porque fica longe. Ele [o gado] vai voltar, pra subir lá nas ladeiras e voltar pra beber com duas léguas de distância. E adonde ele fica, do pé da cerca que ele fica amuado sem querer sair e nem voltar, se der mil e quinhentos metros, é o máximo. Não dá dois mil metros... uns mil e quinhentos de onde eles estão pra água, só é uns mil e quinhentos... Só que eles não podem passar. O juízo disse que ele tinha que soltar a cerca de um jeito ou d’outro ele tinha que tirar, soltar, liberar a estrada. Aí, ele tá preferindo vender mas não faz [o que o juiz mandou]. Então nós estamos lutando pra comprar isso, aí, dele pra poder liberar a estrada pro gado passar. A disputa foi essa. Foi. Porque a CANEL é o seguinte: botou o pé na parede pra não pisar mais gado [lá], porque o que pisasse morria. E nós não tinha como, nós não podia entrar nessa batalha. Nós perdía. Nós não tinha como entrar, porque... o que nós ia fazer no meio deles lá, diante deles lá? Era o que tantos [gado] pisasse [na CANEL] e eles matava e nós

nada podia mais fazer. Aí, eu combinei, chamei eles, o grupo [de camponeses], lutemos muito, eles estavam, assim, sem entender, sem querer entender, mas eu lutei, lutei, até que sempre convenci todo mundo de nós fazer isso: um cercado. De todo mundo criar dentro seu animalzinho, sua resinha, quem tivesse e, aí, tinha que ser assim. É porque esta lei que existe como ela está, como existe ela aqui, é que tem que ser preso o animal, que é a lei, eles dizem, que essa lei mesmo que é federal e tem que ser assim. Só que, a lei do município, ela também traz isso aí, de acordo com o estatuto da lei, ela também dá direito ao criador. Agora, isso combinado com os próprios fazendeiro e autoridade e tudo. Juízo e tudo. Se eles têm combinado isso, o prefeito do começo... mas os primeiros prefeitos fizeram isso, deixaram pra plantar no aberto e combinaram tudo... aí, hoje não tem mais jeito. Essa área que cercamos é terra do Estado. Essa parte, que nós estamos com ela cercada, é terra do Estado. Nós tiramos uma parte, Chico Martins tirou outra e tem um rapaz que tem lá uma terra dessa, que disse que comprou. Não sei se ele comprou terra do Estado ou se deram pra ele, não sei. Sei que tá lá essa, tá em aberto e se nós pudesse pegar ela, nós pegava. Estamos usando. Nós temos lá, tá cercada. Já mesmo o sindicato [Sindicato do Trabalhadores Rurais] está em cima pra nós documentar essa terra mediante o INCRA, também, que eles [sindicato] trabalham lá juntamente com eles [INCRA], né, sempre se comunicam, e aí, nós estamos com essa área cercada, pra criação, é só por causa da criação que nós estamos com ela lá. Lá é quase todos eles, porque só tem um que não está no nosso meio que não tem criação dentro, mas os outros todos têm. É todos da Bananeira, dentro dessa área. E desses donos que tinha, que eu disse que não quiseram, recusaram, tem um que bota o gado dele que é dentro dessa roça, aí ele bota o gado dele lá dentro. E o outro, que a roça dele é cercada que é essa roça que nós tem que voltar [dar a volta] a cerca. E o outro vendeu, esse não tem nada lá dentro, mas vendeu. E tem outro rapaz que tem lá, que não tem gado. Tem uns dois animais... esse fica mais na beira do rio, fica mais perto do rio ainda, dentro de um círculo na beira de um brejo. A maioria mora lá, mora lá [comunidade de Bananeira]. A família está lá.

V

Sempre é o seguinte, aqui, a forma de se explorar a terra, sempre só se usava mesmo o machadinho, a foicinha quando era pra brocar a roça, quando era pra derrubar, no machadinho, depois tocar um fogo e depois cortar, cercar, desde que era preciso destocar primeiro, quer dizer, capinar o mato que nascia pra poder plantar e, outra vez, que precisava só tirar a moita, plantando mesmo no toco, toda vida. Ainda hoje eu estou com essa terra por causa de dificuldade de maquinário [trator] que não tem pra fazer um hectare de terra, dois hectares, três hectares... Arranjei vinte e nove hectares [reunindo áreas de vários camponeses], agora, e fiz

assim, pra dar certo: o trator da cooperativa ir, nós pagando cinquenta o hectare, ao menos pra passar a lâmina nuns tocos mais fracos, no baixão mesmo. Mas não foi possível. Aí, outro rapaz garantiu que ia, mas o trator estava ocupado, nunca desocupou também, está lá numas derrubadas, não pode sair. E, aí, a gente está lutando. No baixão, a gente planta mandioca, planta milho, é fava, é amendoim, planta o gergelim, tudo aí. E tudo, que você plantar nos baixão, dá. Tem uns baixão que eles dão esse abacaxi... isso dá. Porque tem um ananás aqui pra nós, que eles dão. Cada uma cabeça de ananás, ninguém nem zela deles, não. Só faz plantar aí. Pois é. Agora só falta é executar, trabalhar pra fazer tudo isso e se ver o resultado. Trabalhando vê. Porque a mandioca, essa é mais fácil. Faz farinha. Aqui, antigamente, foi lugar de grande produção. Pessoas que tiravam duzentas quartas de farinha, cinquenta de tapioca, cem quartas de arroz, trinta quartas de milho... faziam isso, e é porque eles plantavam lá no sorteio. No sorteio porque ali dentro... É gergelim, tudo dentro dessa roça. E de tudo dava, o algodão, e de tudo dava, pois era. Eles panhavam, tiravam aqueles legumes... Tirando o arroz, ficava mandioca, ficava o algodão, a fava... É. Assim sempre. As terras tem essa maneira, dá esse legume. Agora, hoje, a maior parte tá encapoeirada, não tem como nós trabalhe com uma estrutura melhor, nós não temos. As terras foram ficando encapoeirada, a gente trabalhando, trabalhando e as terras foram se encapoeirando, né? Pois é. E aí, quando eles botarem assim umas roças grandes, derrubar dez, doze tarefas, juntar aqueles companheiros pra derrubar, aí, vão acabando com os mato de roça. Agora, só que enquanto eles iam plantando um ano, dois anos numa roça daquelas, as outras iam descansando. Quando eles saíam fora, a outra estava formada novamente. Daí vem vindo. Mas depois eles tomaram o cálculo de explorar duma vez... Em casa mesmo eu sustento [planta como antigamente]. Antes plantava áreas menores, porque cada dono derrubava e fazia aquelas lavouras. E era bem zelada e terra bem nova, depois das terras encapoeirada ela vai voltando, ela vai enfraquecendo, daí ela vai diminuindo. É porque é o seguinte: ela vai trabalhada, daí ela começa a encapoeirar, virar assim... o matinho não forma mais porque não dá tempo, eles derrubam, né. Porque não tem como renovar aquela terra, eles ficam só explorando, explorando na mesma. Daí, pronto!, eles arrendavam com quem tinha muita terra. Arrendava com aquelas pessoas e botava roça aí no mundo, derrubando. É que eu dizia mesmo: “- Quem tem terra pouca saiba trabalhar nela, que todo tempo você tem”. Saber trabalhar na terra pouca... ou seja, eu tenho uma roça cercada aqui em casa, eu trabalhei nela o ano passado, nós vinha trabalhando dentro dessa roça, na mandioca, no milho e fava, algodão, que essa roça era cercada e se trabalhava nela, direto, sim. Era uma base de umas doze tarefas, que era. Hoje que eu tou com quase nove hectares dela derrubada. E ainda tem uma roça que eu mostrei para o Adriano, que é esse do Banco do Nordeste, que ele viu

aqui, que dá outra roça do mesmo tamanho, que está cercada também, dentro dessa mesma roça. Mas o quê!... A gente saiu daqui e deixou as terras, não teve mais quem viesse trabalhar. Eu tornei a trabalhar nela. Dei um tempo. Trabalhar direito dentro, é isso que eu quero. Porque essa terra, essa pouca terra que está cercada, essa área nós pode trabalhar nela, nós fica trabalhando numa parte dela. Esse ano, se tiver com que nós mecanize ela agora, ela vai renovada e aí nós pode ficar trabalhando nela e deixar a outra lá. Quando ser no outro ano, depois que nós tirar daqui, nós deixa essa daqui e vamos fazer outra área nova, vamos trabalhar naquela dali, três anos, quatro anos, conforme seja. Quando nós voltar pra essa daqui ela está boa de novo. Quem tem terra pouca tem que deixar uma parte descansar. É isso que tem que fazer. Ele não pode... Uns deixam e outros não, quer botar uma roçona grande, aí, de uma vez, e se torna um legume pouco, se torna em nada e a terra fica acabada. Tem que plantar uma parte e a outra, fica formando. Nós tem terra formada aqui dentro. Essa que eu derrubei o ano passado, que eu plantei é a que eu vou plantar esse ano de novo, do ano trasado. Tirei uma mandioca dela agora. E já nasceu mato de novo, já está a moita lá. Agora eu quero é destocar ela. Só que a terra destocada ela é boa porque se corta ela, pode botar adubo, botar essas coisas. Mas a terra no toco ela forma mais ligeiro. Ela tem isso: ela forma mais ligeiro. Com o tempo, a terra fica encapoeirada lá, já não está dando quase nada, tá fraco o legume, você deixa a terra. Deixa estar que ela vai formar, a moita vai formando, o mato dela vai formando... Depois você pode derribar ela. O tempo, aí, depende: se ser um lugarzinho mesmo que a terra já é fraca ou o matinho é fraco, você derruba ela com dois anos, três anos você pode soltar ela. É. Mas se é uma terra que ela é forte, [isso] a gente sabe, pela mata. É pela mata: é como quem vai tirar aqui uma área que você veja, no lugar que tem uma corrente de água, você veja que a parte que a água passa ali perto ou passa por dentro do chão, aquela árvore ela permanece verde, mais frondosa [frondosa] e as outras amarelinha. É a mesma coisa da roça da terra. Aonde a terra é bem boa, não é, ela, o mato dela é bem formado. Forma ligeiro. É mais forte. Ela forma ligeiro. Tem vez que é terra de remonte, essas coisas. Agüenta mais lavoura. Porque se ela ser uma terra de remonte que sempre ela [a água] lava e remonta, essa ela garante muito, é terra de muita garantia. É o que acontece, né? Remonte é o seguinte [dirimindo a ignorância da pesquisadora sobre o tema]: porque ela aqui – tem ali, junta aqui ou acolá, ou seja, no baixão, joga em cima –, e por onde ele [o rio] vai remontando, tudo que é de bagulho vai ficando naquele mato, aquela mata vai formando, vai formando... com pouco tá uma mata, tudo frio de baixo, uma beleza! Você entra por dentro chega estar, assim, fofó! É o remonte que vem, todo bagulho velho de pau, folha velha, a água arrasta e joga tudo que a água traz, joga tudo ali, ela fica dessa maneira. Uma roça que está lá dentro, que tá formada, ela tá toda de remonte, ela. A

gente não planta direto em cima, porque a gente tem que queimar. Tem que queimar. Quando queimar, queima tudo. Só que fica aquele negócio, aquele fogo... tem lugares que o fogo fica dentro, passa dias ali dentro. Nós faz, queima toda a roça, depois junta as coivaras, tudo, pra tornar a queimar o garrancho. Depois da roça queimada, corta tudo e aí vai juntar o garrancho. É assim que a gente faz. Mas dá! A gente faz um plantio bom dentro das área de terra, a gente tem as terras que é mesmo de barro [terra úmida], no meio do baixão elas produzem bem fruta. É, produzem bem fruta, produz o milho, pois é. Os arroz vão enfraquecendo, mas a mandioca e o milho esses todo tempo ele se dá bem. A terra do baixão é assim, porque ela, terra de baixão, ela se torna mais úmida do que a da chapada. Ela fica mais úmida. É mais escura, ela mais... tem mais lugar, tem mais tranqüilidade da mata, né? A mata esfria mais, é assim. É, mas nessa terra nossa, até os tabuleiro é bom de mandioca. Encostado cá em casa mesmo. [Tabuleiro] é terra dessa piaçaba, é terra de agresto [capim agreste] É assim. Ela é ali, no ourelo do baixão, fica dentro mesmo do baixão, mas fica assim fora, em torno das serras, assim uma boca de vão, essas coisas assim. Sai muita perna de vão, assim, dentro do baixão, que tudo dá roça e aí a pessoa trabalha nisso tudo. E aí, aqui em casa, como eu tava dizendo, a gente, um tempo, eu destoquei uma área de terra, assim umas duas tarefas de terra, no intuito de trazer um trator, não deu certo, não trouxe. Mas aí, depois, eu limpando a terra, aí vi: inventei outra coisa. A piaçaba que eu cortava, não queimei mais, deixei ela ficar. Aí, ela apodreceu na terra e essa terra ela foi plantada, um arrozinho nela deu cacho bom, milho deu cacho bom só com esses adubozinhos velho que a gente vai deixando na terra sem queimar. Aí fica melhor pra gente lutar. Houve um tempo em que essa terra hoje que a gente está lá dentro e combinou fazer essa área, cercamos, estamos criando é adonde todo mundo trabalha de roça também. Nós trabalha dentro das roças, vamos trabalhar com tudo cercado, nós mesmos, por causa do gado, a criação que nós não pode deixar, que não pode invadir. Nós cerca a área de plantar, tratar, dentro do círculo. Tá dentro do círculo. A cerca está fora. Cercamos tudo, porque nós tem que trabalhar ali dentro e o gado lança de um lado e outro do vão e entra pra dentro do baixão, aí tem que ser assim: nós luta junto com ele. Agora, só que as áreas de roça que nós planta tem que ser cercada. E dentro dessa área grande cercada ainda tem que fazer áreas menores cercadas que é pro gado não invadir as roças. A primeira cerca é pra não ter problema com a CANEL. Essa é que tá certa que foi a primeira que nós fizemos pra não ter problema com a CANEL. E a outras menores é para o gado não comer as roças. É trabalho, mas temos que agir dessa maneira. Que de primeiro era assim, mas não cercado fora, porque se criava solto todo mundo, né, não tinha projeto [tipo a CANEL] em cima. Mas hoje temos que cercar as roças. Nós temos que fazer o seguinte: hoje, como nós quer criar e quer plantar, aí, nós temos que usar mesmo como

fizemos: a cerca pro gado, pra livrar dos projetos e a cerca do plantio da lavoura, pro gado não comer ela. Se não fosse o problema com os projetos, aí nós estava numa boa, porque a vantagem era nossa, que só cercava as roças. O gado era solto. Comia na chapada. Comia na chapada. Eles vão, porque aí, onde é a CANEL, tudo era lugar deles mesmo, eles iam aí, passavam um dia, dois, pra poder descer pra beber. Porque o gado vivia lá mesmo. Nós criava na chapada, aí, onde está. De um certo tempo aqui, um companheiro, vizinho, que hoje está nesse círculo também com nós, ele disse, o seguinte: que o governo estava cobrando áreas de terra muito cara deles lá, que a terra deles só era quinhentos hectares que eles tinham e era pouca para pagar uns imposto daqueles. E era muito caro. Ele disse que a terra não produzia nada. Aí, eu levei ele e cheguei na prefeitura e chamei o rapaz que trabalha lá nos papel do INCRA e disse pra ele: “ – Eu digo, vou te falar aqui perante esse rapaz que trabalha bem aí. O erro das pessoas dizerem que a terra não produz nada, eu acho erro. Ela só não produz se ser um lajeiro e esse mesmo já vi um canavial dentro dum riacho em cima de um lajeiro, de um velho mecânico, ele era de Pedro II³⁵, de Pedro II não, de Tianguá, no Ceará, ele era de lá, velho Manoel Rufino. Ele plantou uma cana dentro do -- ele cavou no lajeiro e botou um adubozinho e com a mesma terra que ele cavou jogou a cana e deu um canavial monstro [muito grande] dentro desse riacho, em cima do lajeiro”. Eu digo a ele: “ – A produção da terra quando ela não dá o legume, ela cria. Existe um jumentinho teu, de tu andar em cima, de tirar uma carga?” [ele disse]: “ – Tem”. “ – Tu tem uma criação lá?” Disse: “ – Crio porco”. “ – Tu cria gado?” “ – Crio”. “ – E como tu diz que essa terra não dá produção? Meu amigo, toda terra produz. Quando ela não produz o legume, ela produz uma criação, a criação vai dar um aumento nela lá, ela vai produzir dentro daquela terra, se ela é boa e tem muita rebaixa como tem lá, de carrasco, serve pra criar bode, serve pra criar a ovelha em outros lugares, em outras áreas que serve pra ovelha. E dentro desses rebaixos, nessas meia serras, o gado que tá lá criado, que é gordo que é uma beleza e você disse que não dá produção! Pois a terra produz. Ela não dá o legume, mas cria outra produção. Ela vai dar outra produção é do que ela cria”. Aí, ele até que concordou e o rapaz, que é o Zé Pereira que é lá da prefeitura, disse: “ – O seu F. está certo, o caso é esse aí mesmo, ela produz, gente”. Não existe terra pra não produzir. Agora precisa é você colocar o que ela pede. Se ela pede uma batatinha doce, você planta num lugar de areia. Você tem que plantar e ela não vai morrer não. Todo ano no inverno ela nasce. Eu tiro aqui por casa, que ela não acabava, ela nascia quando chovia. Você via, logo, logo você arrancava cabeça de batata com quilo e meio, era assim. Pois é, então ela é uma terra que produz essa coisa, outra que produz algodão, com tanto que ela não deixe de não produzir.

³⁵ Município piauiense.

VI

O que eu não compro hoje em dia, sempre é o seguinte: aquelas coisas que a gente vem do alimento... que nos vem trazendo sempre que é o alimento, eu hoje, como moro aqui dentro da cidade a gente sempre compra, pelo menos é a carne que se compra, já é a água que se paga, lá [Bananeira] pra nós, lá, não precisa isso né? Agora, hoje, aqui, nós tem que pagar. Paga energia, é o qual que eu estou com esse [gerador] aqui montado e tenho esse gerador aí. Eu lá tinha a minha energia, mesmo gastando mas tinha. Mas não posso ir pra lá, assim. Comprei o feijão também que esse ano não produziu feijão. O negócio foi difícil. Deu assim uma praga nos feijão que não foi fácil. É... muita gente plantou e não deu, foi difícil o negócio! Aí, nesses projetos, colheram um pouco de feijão sempre verde... É o que mais se planta mesmo. Aí, tem uns feijão, ali, pros projetos que deu umas sacas de feijão que os meninos venderam pra eles. Mas a nossa terra ali, não tá dando feijão. Agora que os meninos plantaram na beira de rio, lá na vazante, disse que tem uns feijãozinhos até bom, tá sustentando. Aqui, o feijão se tira três [safras].no ano. É, porque se plantar de primeiras águas, planta de fim [das águas]. De fim, vem é o mês de fevereiro em diante, certo? E de primeiras águas se planta de novembro, começo de dezembro, por aí. Mas já no fim de fevereiro... tando de fevereiro ao começo de março, se planta de novo. Quando é em junho, em junho não, em maio já tem terra se preparando pra se plantar em beira de rio, nas vazantes, nos brejos, é assim, pra plantar em junho. Terra que não depende de chuva. Porque as outras, de primeiras águas e de fim depende um pouco de chuva, precisa da chuva, já estas do mês de maio e junho não precisa chuva, só mesmo das áreas mais úmidas. A última safra de feijão foi ruim, porque agora que eles plantaram mês de maio, os feijão estão bom, não estão ruim não, tão tendo uma boa saída. Agora os que foram plantados primeiro, de primeiras águas não prestou não, plantado de fim também não prestou, teve que plantar três vezes...

VII

Tem três anos que os agricultores daqui começaram a plantar arroz na chapada. Mas os que têm área de baixão querem continuar plantando no baixão. Porque a serra [chapada], hoje, se descobre muita coisa nela: ela dá mandioca, ela dá tudo, não é? Mas pra segurança do ligume, dentro desses baixões existe mais uma vantagem, dentro dos baixões, não é? Pois é. Então eles... a metade não quer vim pra serra não, eles querem ficar lá. Aqueles que a terra já está cansada – dizem que não vão mais botar terra de capoeira, que não tá tendo produção – não têm um trator pra cortar a terra deles, aí ele quer vim pra serra, deixar a terra [do baixão] descansar pra vim pra serra. Falaram pra mim agora, outro dia andando lá, eles falaram isso: “– Vim [vir] pra serra, também tá sendo usado pra deixar a terra descansar”. Uma parte sim, outros

não [vêm], porque tem outros que têm a terra formada, vai trabalhar na terra mesmo, deles mesmo. É pelejando pra levar trator pra lá, é peleja que tá grande, essa de se conduzir os trator. É esse caso que eu estava dizendo: formamos até vinte e nove hectares de terras dentro desse grupo, mas ainda não arranjamos a máquina. Vinte e nove hectares só no baixão, porque uns tem três, outro tem quatro, é tudo perto uns dos outros assim. Cada quem, um faz três, outro faz quatro, tem outro que vai fazer cinco e assim vai. Mas não achamos máquina pra alugar porque as máquinas estão ocupadas. A nossa que tem da cooperativa, os meninos não quiseram meter pra lá, na ilusão, não sei o porquê. [Talvez] porque a terra era pouca, só vai, se ser de quinhentos hectares pra cima [senão, acham] que vai desgastar [a máquina], tudo. Vinte e nove hectare que tinha aparecido, mas ia aparecer mais, porque vinte e nove era só dos que tinham já combinado. Depois do arroz na serra, ninguém quer mais trabalhar com poucos hectares com trator não. Porque quer plantar, quer plantar muita e aí, fica mais assim. No ano passado eu plantei dez [hectares] não colhi nada. Plantei na serra, não colhi nada. Arroz importante, bonito e importante mesmo. Mas não teve inverno. Os meninos da Leal Tratores olharam lá. Foi eles que plantaram mesmo. E eles agora lá, junto conversando, e eles passando pra outras pessoas, amigas deles, disseram: “– O melhor arroz que plantamos e vimos foi o de Seu Francisco, bem aí”. Mas foi plantado tarde e perdemos³⁶. Os que colheram mais cedo plantaram cedo, colheram mais um pouco, mas nós que perdemos todo. Plantei com o financiamento do PRONAF [PRONAF] e, aí, eles fizeram a prorrogação. Deu o Proago [PROAGRO] e prorrogaram aí. Foi feito isso. Agora esse ano a gente plantou, agora a gente vai pagar o banco. É o seguinte: o arroz plantado na serra a gente paga o maquinário, paga tudo, o plantio e tudo. Quando é na limpa é que nós vamos. É, porque nós vamos pra plantar, porque nós temos que ser nós mesmos, nós não temos... lá só entra [contratado] o trator com os tratoristas. O outro [restante do trabalho] é nós mesmos que acompanha, diretamente. É com plantadeira, mas nós acompanha. Tem que ter duas pessoas sempre de plantão na plantadeira. Um, dois, todo tempo e os outros [camponeses do grupo] é pra estar lá porque depende de [catar] um toco, de uma coisa, precisa nós estar por lá, né?³⁷. Nós acompanha carregando saco de adubo, é essas coisas

³⁶ Essa é uma questão recorrente e que advém de diversos tipos de atraso: do Banco, em liberar os recursos, da terra para arrendar, das máquinas, para fazerem o serviço. Esses atrasos, com resultados comprometedores para uma agricultura de sequeiro, numa região sujeita a veranicos, são indicadores da precária incursão dos camponeses no processo da modernização da agricultura nas chapadas. Metaforicamente, é como se eles subissem a serra a pé, enquanto os *gaúchos* sobem de avião.

³⁷ Os camponeses armam barracos e instalam suas redes e cozinha nas áreas onde estão plantando e ficam ali, de prontidão, pois são muitos os imprevistos, sempre tendo algo urgente para resolver. (Cf. Anexo 5: Caderno de Registro Fotográfico, foto 7) Não raro, é a máquina que quebra (geralmente, alugam as mais velhas), é o combustível que acaba, é o transporte da semente ou do adubo que atrasa... Em geral, os veículos da

SEÇÃO CIRCULANTE

pra botar dentro da plantadeira... Nós vinha comprando essa semente fora. Nós compramos a semente de Maceió [AL] o ano trasado, que plantamos na área do Salviano [proprietário], colhemos bastante arroz, graças a Deus. Essa deu pra nós pagar o banco, sobrou muito arroz. Já no ano passado perdemos, não colhemos nada, trouxemos de fora também o arroz. Esse ano, plantamos daqui mesmo, colhemos um pouco, só que não foi boa a semente, não. Veio semente de fora, mas nós já tinha comprado aqui mesmo. Porque nós tinha a cooperativa [intermediando] nós entramos por essa bocada e plantamos, mas perdeu muito arroz. Teve deles que aí que plantou não perdeu. Entrou com a cooperativa em questão fez tudo, fez tudo. Mas eu não porque não ia [fazer] isso mesmo. Sou da cooperativa, não ia acabar com ela, né? Tinha que defender qualquer coisa. Não defender todos os erros. Mas esse foi um erro não só da cooperativa porque o Davi [presidente da cooperativa] falou com eles [camponeses] e disse que era pra eles [camponeses] experimentarem a semente, plantar e ver se ele ia germinar ao menos noventa por cento. Se desse, aí, podia plantar. Foi o que eles disseram: que plantaram e deu e aí, não sei como foi aquilo, não. Fizeram experimento lá. Disse que foi. Aí, disse que tava nascendo boa quando o povo plantou³⁸. Teve uns que não, mas tinha um arroz, mesmo, ruim lá no meio. Eles botaram misturado, que era pra venda e aí, terminou. O plantio de arroz na chapada exige tudo. Primeiro, quando se tira o dinheiro do banco, esses donos de máquinas já estão de plantão. Você tem... eles querem o dinheiro primeiro pra poder ir para a área, se não der eles não vão. Tem que dar um dinheiro, fornecer pra ele, primeiro, o dinheiro. Eles vão pra área. O banco exige três cortes [no terreno]. Aí, acontece que a maioria deles [dos tratoristas] só dá dois cortes, quer dizer: um corte e nivela. E [muitos] deles, quando cortam, já volta nivelando. Essa semente dentro desse mato, ela não vai nascer. [Tem] delas que apodrecem e não nascem, como houve, lá, no projeto aonde eu estava plantando. [Tem] cara [tratorista] que corta à noite. A máquina, quando ele não fecha, não fecha a grade – trabalha numa grade controlada, é de controle – ele baixa os pneus e arriba e sai riscando de – foi o que aconteceu com a nossa terra de – e, aí, corta mal cortada. O cara [camponês] já deu dinheiro, a metade... aí, ele [o dono da máquina] vai exigir o outro dinheiro [a outra metade] novamente na hora do plantio, que você tem que dar. Aí, essa terra, para cortar novamente, dá trabalho... Porque eles não querem cortar, dar os três cortes. Eles só querem dar um corte e nivelar. Cortar e nivelar.

Cooperativa e do Sindicato são muito demandados nessa época, para baratear os custos. Daí, os compromissos se avolumam e nem sempre são cumpridos no tempo previsto.

³⁸ Esse episódio é revelador da ausência da assistência técnica e da omissão da pesquisa oficial junto aos camponeses em sua inserção apenas parcial num sistema de agricultura moderna, no qual os grandes produtores já conseguem diminuir, ao máximo possível, os riscos. Estes, em geral, contam com assistência técnica privada, com pesquisa privada (geralmente levada a cabo por empresas de insumos agrícolas) e a oficial (Embrapa), todas de alto nível.

Aí, exige são dois cortes: dois cortes fundo e uma nivelação. Eles deviam dar dois cortes fundos, assim: dão o primeiro, passa vinte dias pra poder dar o outro corte, depois do outro corte eles nivelam e vão plantar. Aí, tem que ser [termina por ser] dessa maneira. É o quê! [Tem] deles, depois de estar com o dinheiro na mão, bota é pra brigar!... Bom, esse ano se tá na expectativa, e, de acordo, se der, de comprar uma máquina. Se compra um grupo ou dois, que seja, e se não se faz [se não comprarem], mais é com preto no branco como sempre que deve ser [os novos contratos de prestação de serviço]. Estamos adquirindo experiência, porque tem que ter uma assinatura, de cada um assinar como ele vai dar um contrato de três cortes mesmo, que é pra ser os três cortes e plantar. Não tem como, não tem como apanhar toda vida. Pra apanhar, nasceu nem todo menino; tem menino que é velhaco para o lado de taca [experiente com surras] que não quer mais apanhar, quanto mais depois de grande. Depois de grande, ficar levando taca todo tempo, fica difícil. E é das tacas pior, que é pro prejuízo! Fica difícil pra gente. Mas o que a gente tá prevendo é isso. Se der certo... Eu digo sempre como nós estamos lá e queremos trabalhar. Hoje, tamos vendo se puxa uma área de... quer dizer, uma rede de irrigação, de energia pra lá [Bananeira] pra ter trabalho de irrigação, pra melhorar a comunidade que fica na beira do Uruçuí Preto. Agora então, lá, a gente á ligado a isso aí, com duas associação trabalhando pra levar a energia pra dentro. Tem uma Associação, em Bananeira, tem outra no Porto Velho que tá junto com nós. Aí, nós tamo combinando isso: levar a energia porque o Banco do Nordeste vai financiar e através da energia é mais melhor pro financiamento, porque quem quiser fazer irrigação – como eu que tenho conjunto e outros que querem comprar – vão tirar dinheiro aí no banco, ser financiado, então tem como ser mais fácil a irrigação das pessoas, eles trabalhar na irrigação, o que se torna o custo mais barato. O motor a diesel é muito caro, o cara trabalha mais sai muito cara a irrigação. Pra você fazer um hectare, dois, à base do motor, sai caro demais, mas que na energia se torna mais barato. Então é isso que nós estamos lutando pra ver se ocorre por lá.

VIII

[Aqui] é o seguinte: se tiver bastante produção eles caçam um meio como ela sair, mas se não, ela vai consumida aqui mesmo. Os que traz de lá do interior vende bem aqui, bem baratinho. Vende aqui em Uruçuí. Outros guardam bem aí, porque a farinha não dá dinheiro, aí o [comerciante] cearense vem, compra ela aqui a cinco ou mais um pouco, chega lá vende mais cara. O quilo do arroz em casca está a vinte e cinco centavos e o banco está cobrando o seguinte: ele disse que se não pagasse no dia certo, mesmo com quatro parcela – porque ele deu quatro parcelas – vai ter essa taxa, em vez de ser seis por cento, vai ser dez por cento. Então, que tá ocorrendo isso aí. Até o mês de outubro são quatro parcelas, começando do dia

vinte e cinco de julho. Mas uns dizem que vão pagar, outros têm que esperar mais e tão nessa luta assim. O que eu acho é que se tem alguém que tem condições de pagar, paga e se não tem... Mas o arroz não tem preço, não tem preço. Agora, aí, que eu acho, que se tem condição, é como eu disse [deve] pagar, e se não tem [o banco deve] esperar, porque não vai pagar! Vendendo o que tem, e ainda não paga sempre. Todo trabalho que fez e não vai dar de pagar. É, tem que negociar com o banco, eles [sindicato, sooperativa] têm que entrar por aí, fazer um esforço. Eles tão aí assim. Eu não sei o que eles vão fazer porque eles tão... disse que já conversando com eles [banco] aí, assim, que eu ouvi falar. Sou do Conselho Fiscal da cooperativa. Eles me trouxe aqui, eu tava ali em casa, veio um aqui, que era da PLANEJA [firma de planejamento], andava atrás de quem tinha colhido e tinha pedido o Proago. Eu não pedi Proago porque quando eu fui falar sobre o Proago por causa da perda dos arroz... eu já tinha levado... tinha vindo um fiscal de Teresina, foi um do banco, levei um da EMATER e não foi aprovado nada! A doença que deu no cacho do arroz, porque deu foi uma doença mesmo, se percou [perdeu,] muito arroz, porque deu foi doença mesmo no arroz, muito arroz que aí que deu foi uma doença, mesmo. Tem deles [camponeses] aí, que não colheu, colheu coisinha. É que secou o cacho do arroz. Um deu um preto no arroz, outro ficou assim, cinzento. Mas foi perda mesmo no arroz. Ele [técnico] foi lá, esse da EMATER, teve lá e aí disse que tinha sido doença mesmo, no arroz. Aí, o que acontece? uns diziam: “- Não, foi pouco adubo”, outros [diziam]: “[Foi] adubo demais”. “- Como”, eu disse, “se aí tá maduro desse jeito?”. Outro [falava]: “- Foi falta de chuva”. Eu disse: “- Falta de chuva não foi, porque se tem os discos da máquina, é dessa largura uma da outra, aí essa parte aqui tem dez carreira de arroz de cacho amarelinho, bonito que é uma beleza, cheinho, quer dizer, Deus só mandou chuva só nessa carreira de arroz aqui e esse outro tá perdido aqui?...”. Foi isso aí que eu disse pra o rapaz lá. Aí, o técnico confirmou, disse: “- Tá certo, não pode mesmo. Como que pode ter sido perda por causa de chuva? Foi doença que deu no arroz”³⁹. Aconteceu isso, mas eles [banco] não quiseram dar por isso aí. Aí, eu vim aí e falei se eles iam mandar [fiscal]. Eles disseram que tinha que ser aprovado com o fiscal da Planeja [empresa de Planejamento]. “- Pois mande o rapaz que eu vou apanhar o arroz, porque um [fiscal] eu já paguei o óleo do carro pra levar ele lá”⁴⁰; já foram

³⁹ Nessa região piauiense, a pesquisa agrônômica com arroz (soja e outros produtos) encontra-se bastante avançada, com muitos experimentos montados anualmente tanto pela Embrapa quanto por empresas privadas, em grandes projetos, objetivando diminuir cada vez mais os riscos e aumentar a previsibilidade (cf. Anexo 5, Caderno de Registro Fotográfico, foto 3). No entanto, os camponeses encontram-se à margem desse aporte de conhecimento tecnológico.

⁴⁰ “Pagar o óleo do carro” significa arcar com o pagamento do combustível e não do aluguel do veículo. Esta é uma prática corriqueira nessa economia da reciprocidade, que vai lidando assim com situações como esta, em que o custo de um aluguel de veículo é, muitas vezes, impraticável para os camponeses.

três lá e ainda não podem aprovar um Proago, então manda esse lá”, eu disse. “— Agora manda o rapaz lá e depois que ele ver o arroz é que eu vou pedir o Proago; enquanto ele não vem eu não vou mais, porque os outros que foram lá, uns disseram que nós tinha com o que pagar o banco; e eu peguei toda essa produção e eu tô aqui com ela toda anotada”. O que eles vieram pedir aqui pra mim eu não tava [anotado] fui levar lá, sexta-feira. Foram vinte e oito mil e setecentos e oitenta quilos de arroz pra dividir em dez, certo? Eu conversei com o gerente e mostrei a nota. Ele disse: “— Só pra um?” Eu digo: “— Pra todos, foi dividido em todos, tocou dois mil e pouco pra cada”. Esse arroz pra se pagar novecentos no banco — novecentos e setenta e três que tem que pagar —, pra se pagar esse dinheiro tinha eu tinha de vender três mil e tantos quilos de arroz! É... cada um ficou com dois mil quilos. É dois mil e pouco. E tinha despesa ainda do caminhão, pagamos o óleo, que compramos pra colher... isso, fora o arroz de lá que deu na colhedeira: dez por cento, e o arroz [de pagamento] da renda da terra: um saco por hectare. Mas esse nós pagamos tudo. Um saco por hectare, mas nós pagamos tudo. Um saco de arroz em casca. É quarenta e cinco, cinquenta quilos, depende do saco. E o da colhedeira, que era dez por cento, nós pagamos. Aí, sobrou dois mil e seiscentos e tanto pra cada, né? E desse arroz, ele tem que ficar pra comer. Aí, eles disseram o seguinte: “— Se você tiver o lucro de cinquenta reais dê por onde der, o banco não vai dispensar, o PRONAF não vai dispensar, [essa determinação] tá vindo de Fortaleza...”. Eu disse: “— Gerente, vamos fazer assim: o grupo tá na disposição a pagar o banco, só que uns vão trabalhar em olaria, outros vão caçar [procurar] alguma empreita [empreitada] pra poder pagar, porque se dá pra eles pagarem em parcela, eles querem pagar, mas só vão dessa maneira, porque é preciso ficar com arroz pra comer”. E aí, disseram: “— Tá certo, muito bem, o importante é que paguem, né?”. Pois é, eles vão trabalhar nessa finalidade, que não querem ficar sem a comida. Que apenas [se] vender o que tem, sempre não dá de pagar o banco. Eles vende um pouco e paga a primeira parcela, mas tão trabalhando na finalidade de pagar e vamos ver o que vai acontecer”. Depois, eu tornei ir lá novamente, tornamos conversar, aí a mulher que pega sempre os Proago... que trabalha com isso, disse: “— Vocês não fizeram Proago? Não tem importância que vocês fiquem com o arroz de vocês todo, o importante é pagar”. [Eu disse]: “— Se arranjar o dinheiro de pagar todo, paga novecentos e tanto, seja arranjando esse dinheiro por empreita, tem uns [camponeses] na olaria [olaria], outros caçando um meio... vão vender o pouco do arroz e ficar com um pouquinho pra comer, que eles não podem vender tudo. Vendendo a vinte e cinco esse arroz!... se fosse vender a trinta, dava seiscentos reais, dois mil quilos, eles ficava com seiscentos e oitenta quilos. E se eles fosse vender só a vinte e cinco, tá longe! vai ficar difícil pra eles...”. Aí, ela disse que sim, justamente era, mas não tinha nada a fazer, pois é: “— Vocês não pediram

Proago?”. Eu digo: “– Não. Eu não pedi porque eu não vim aqui, e não pedi que mandasse o rapaz, que eu não ia mais levar fiscal lá, que já tinha levado um da EMATER? Num já tinha ido três? E eu levei um, eu não podia mais levar. Isso não é nem direito meu [obrigação minha], é direito [dever] do banco, direito da EMATER. Como é que eu posso, eu que trabalho na lavoura, pagar óleo de carro, pagar, fretar carro, eu não posso fazer isso não, isso é direito deles!”. Só que é uma pior coisa! E ainda tem mais: se levasse o rapaz e nós tivesse com que pagar aí, quer dizer, o arroz, o banco... nós ia pagar o fiscal e o transporte. Porque sempre aparece aquelas coisas, amedontração [amedrontamento, ameaça], alguma coisa, por isso que eu levei toda nota do que tinha, do que produziu, nome por nome de cada, quilo por quilo de cada pessoa que recebeu eu levei pro banco, levei pra EMATER! Somos dez. Levei pra EMATER, levei pro banco, mostrei pra eles. Eles não ficam nem fazendo caso. Eles olham ali tudo: “– Deu isso aqui é?”. Mas não fazem muito caso assim pra dizer assim: “– rapaz, vocês devem fazer assim, assim...”. Eles não dizem isso aí. Só dizem o seguinte: “– Se... pagando, tendo com que pague é o que é importante, não importa que fique com o arroz de vocês tudo”. E [pior] é que se vender todo, ainda não paga, sempre, e não sei como vai fazer, é um negócio difícil, é. Então foi o que eu disse a ele: “– Esse ano, ou entra com áreas importantes pra plantar, áreas nova que não dê muito mato, área bem mecanizada, ou não vai ter como o cara mais plantar na serra, a não ser que o cara fique sacrificado com um mil e oitenta” [valor do financiamento]. Nos outros lugares, no Ribeiro [município vizinho de Ribeiro Gonçalves] deu dez hectares [o banco financiou até dez hectares] e aqui, não deu. Mas já esse ano disse que é pra dar mais. Não sei, vamos assuntar [observar] aí. Eu vou pagar o meu. Nós plantamos cinquenta, no grupo. Cada quem recebe o seu dinheiro, mas aí, eles entregam pra mim fazer... É tudo combinado. Eles entregam pra mim fazer [coordenar] todo o plantio, comprar a semente... eles vão até comigo, mas quem faz todo o pagamento sou eu. Eles dão o dinheiro pra mim pagar... Eles ficam com uma parte e dão aquele só da despesa, né? E o outro eles vão guardando lá, quando precisa da despesa de novo, eles vão liberando. É assim. Porque eu disse a eles que não quero dinheiro de ninguém nas minhas mãos. Cada quem fique com seu dinheiro pra num dar bronca pra nada. Justamente, graças a Deus, correu bem. Uns andaram cada quem com o dinheiro deles e não deu azar. O ano passado, nós tinha um dinheiro aí dum rapaz de Pernambuco, que era de um adubo, um mil e seiscentos reais, o rapaz pegou o dinheiro e pagou direito, mas outros, aqui, dizia que eu tinha era o dinheiro no banco. Foram lá no banco, pra ver se achavam minha conta lá, eles não deram, porque eles não dão mesmo, e eles pensando que eu estava com esse dinheiro na minha conta ali, e o dinheiro em Pernambuco. Quando o rapaz chegou, que pagou tudo, que eu chamei eles e fui pagar, trocar o cheque e

pagar todo mundo, aí eles, foi que eles vieram, eles vieram e acreditaram. Também ficaram tudo envergonhado porque eu não tenho cara pra isso mesmo. É chato se lutar com gente. Não é fácil, dá trabalho, mas eu já estou acostumado. É, a vida de agricultor.

X

As filhas são todas mulheres, tem só um menino, né? A falta de rapazes é dura porque qualquer serviço que eu tenho que fazer, tudo eu pago, não tem quem mande, só eu mesmo que vou. São quatro filhas mulheres. É, tem essa mais nova, essa mais nova tá com... dentro dos treze, treze anos mesmo que vai completar agora. E casou uma, tá com vinte e cinco anos. Essa tá morando aqui, ela casou. Sexta-feira ela foi pra casa dela. E tem essas duas em Brasília. As duas de Brasília, tem uma delas com vinte e seis, e tem a outra de vinte e dois a vinte e três, é por aí assim que ela tá. Estudando, trabalhando nas cozinhas [como trabalhadora doméstica], estudando... Aqui acolá elas vinham mandando um dinheirinho pra mim, mas devido o estudo delas que pesou por causa de uns cursos que elas têm que fazer, eu disse a elas: “– Guente [aguentem] sem mandar dinheiro”. Elas vinham mandando, mas agora eu disse a elas: “– Guente, guente até...”. E tem, esse garoto de nove anos. O ganho [renda] mesmo é da agricultura. A mulher [esposa] ela não trabalha, não. Agora que eu aposentei, agora esse ano passado, o primeiro dinheiro no dia trinta de dezembro, foi vinte e oito reais. Aposentadoria de idade. Aí, esse é que eu venho me virando... foi, aí depois, logo depois chegou o outro, no começo do mês, veio os cento e trinta, mas o primeiro mesmo... É um dinheirão! [ironizando]. Ainda bem que chegou esse aí, senão eu num sei como é que a gente vive. O homem tem que enfrentar tudo na vida. Agora eu tenho lutado e tenho pelejado. A Doralice⁴¹ [esposa] trabalhava também na lavoura. Quando eu terminava de cortar, ela terminava de juntar os garranchos; quando eu terminava de limpar, ela terminava de ciscar a terra toda pra nós plantar. Ela era desse jeito, foi criada dentro da roça. E depois é que foi o ente em que a gente viemos pra cá e ela não ligou-se mais com roça e eu dou razão. Hoje, quando nós fala pra aposentar ela, eles diz que não, só se ela voltar pra roça. Ela não é mulher dum lavrador, como que não pode? Mas não, só se voltar. Aí eu fico... eu digo: “– Já pensou?! Por que que existem essas leis? Por que, se a mulher vive diretamente com o marido agricultor?”. Como o Guimarães perguntou pra mim, se minhas meninas me ajudavam, eu disse: “– O mesmo que eu tô dizendo pra você lá como é que elas vivem, também essas meninas trabalharam na roça, limpando arroz, mandioca, isso tudo elas trabalhavam. Depois que partiram pro estudo foi que parou mesmo tudo, né? Só ficou eu. Minhas filhas trabalharam quando começaram, começaram que nem aquele garoto bem ali [apontando], dentro da roça, de enxadinha. Esse

⁴¹ Dona Doralice assistiu à conversa mas não quis participar.

menino não, que se criou-se aqui dentro e ... mas as meninas, nessa idade, já trabalhavam. Estudavam de manhã pra meio-dia e de tarde... já saíram de casa moça já feita.. Aí o que aconteceu... elas saíram e ficou eu e ela [a esposa] e viemos pra cá". O Guimarães perguntou se ela trabalhava na roça! Toda vida é nós quem faz as coisas! E ele notando [anotando] tudo, tudo, tomou nota de tudo. "– Mas mesmo assim não pode aposentar, não", ele diz. Aí, o rapaz do sindicato diz que não, que não pode. Só se ela voltar pra roça. Pois é dessa maneira. E aí, o que acontece é que o que nós tamo vendo é que eu sozinho mesmo é que tenho que enfrentar a barra, pagando gente diretamente. Esse ano se tudo correr bem e der certo – o gerente [do banco] perguntou por que eu não ia plantar mesmo lá – eu quero destocar essa terra que eu tenho lá no baixão. Se eu arranjar recursos eu vou levar o trator pra lá como eu disse ao gerente. Tem um rapaz que tá morando lá, ele tá limpando uns pés de fruta que eu tenho lá, roçando lá umas beira de brejo... Ele trabalha, tá morando porque não dá pra manter um empregado. Dá não, num dá, num tem como! E aí, a gente tem que fazer o lugar [refazer estrutura da propriedade] novamente, tenho que voltar a fazer. Fiz uma aguada lá mas ainda nem terminei de fazer o poço que é pra mim fazer, porque faltou lá um cimento, agora eu tenho que comprar cimento novamente. Eu fico sempre, fico pra lá sim, trabalho lá e esse ano vou tornar trabalhar lá dentro, plantar como plantei no ano trasado... no ano passado, que diga⁴².

⁴² Cf. Anexo 12, texto de autoria do seu Francisco, enviado por ele, pelos Correios, em agosto de 2000, para que fosse incluído neste trabalho.

CONCLUSÃO

A construção social do agroecossistema *cerrados* implicou a transformação de imensas áreas de chapadas em fronteira agrícola. Isso se deu não apenas com o concurso de tecnologias de correção de solos, de espécies adaptadas ou de programas específicos de desenvolvimento – a construção contou, também, com a produção de narrações mestras acerca do *vazio* econômico, demográfico e cultural que caracterizaria essas regiões. Essas narrações justificaram um modelo de desenvolvimento que incorporou à produção de carne e grãos extensas áreas de terra à revelia de seus ocupantes camponeses tradicionais. A capacidade de difusão dessas narrativas dominantes na construção de um imaginário social dos *cerrados* obliterou outras dizibilidades, que ficaram assim ocultas. É o que levou à meta desse trabalho: proceder a uma aproximação empírica dessas dizibilidades obliteradas e do universo social no qual elas têm existência e sentido.

A noção de campo da memória social como arena social em que versões e representações do passado, presente e futuro se digladiam em busca de legitimidade foi utilizada como referencial para tratar, analiticamente e como tema de pesquisa, do fenômeno social da construção do agroecossistema *cerrados*, no Brasil, e em particular no Nordeste e no Piauí. A escolha desse caminho analítico decorreu da percepção de que há uma arena específica, no nível superestrutural, que constitui um espaço privilegiado para a apreensão da própria dinâmica social, reiterando-se assim a dimensão da cultura como um território onde se atualizam as lutas sociais.

O pressuposto do campo da memória social como fonte de conhecimento em um espaço não-unívoco criou a desafiadora possibilidade de penetrar nos meandros de construtos ideológicos e de suas reverberações na prática social. Essa possibilidade atualizou-se ao longo da pesquisa, como um caminho profícuo que permitiu fixar como textos os aspectos

de uma situação social estudada. Esse caminho produz por sua vez uma expectativa: a de que esses textos não se esgotem em si mesmos, mas possam funcionar, quem sabe, como memória de um tempo e de um *topos* social que proporcione uma leitura crítica e significativa da realidade social.

O grande desafio – e o que diferencia este trabalho de outros que tomam a memória social como eixo analítico¹ – foi o de procurar captar o imaginário dos cerrados não a partir de um único grupo social, mas através de posições assimétricas no campo da memória, correspondentes a poderes diferenciados na arena social. Com isto, foram evidenciados não apenas os conteúdos discursivos e suas formas narrativas, o distanciamento e as aproximações entre as referidas posições, mas sobretudo, as imbricações dessa assimetria discursiva com as práticas sociais em conflito. Nesse sentido, o foco recaiu tanto sobre os discursos oficiais da modernização agrícola – o que chamamos de narrativas mestras – como sobre as falas camponesas; e tanto sobre os processos em curso de incorporação das chapadas à produção capitalista, como sobre a questão da reprodução social dos camponeses nas regiões de cerrados.

Ao penetrar no mundo invisível do par *sertão/cerrados*, e dos *sertanejos* que vivem entre o baixão e a chapada, o que se buscava era a compreensão de uma travessia real e também simbólica – a partir de um ponto de observação interno àquele mundo. Por outro lado, impunha-se um olhar externo, capaz de vislumbrar o cenário mais amplo no qual se encontram esses personagens, e a partir do qual se traçam caminhos, muitos dos quais desconhecidos e não-previstos por eles. Esses dois pontos de observação permitiram captar o campo de posições assimétricas da memória social.

Esse cenário mais amplo foi exposto através de aproximações sucessivas – do Brasil ao Piauí – nos capítulos II, III e IV. Essa seqüência reproduziu, no plano da redação, de certa forma a própria estrutura hierárquica na qual se inserem os discursos no campo da memória social, indo da maior para a menor visibilidade. Ademais, permitiu evidenciar as relações dos

eventos locais e estaduais com acontecimentos desenrolados em escala nacional (em suas conexões internacionais), abrindo, assim, o cenário mais amplo do drama social dos camponeses, cujas trajetórias pessoais e coletivas evidenciaram-se, com base na pesquisa empírica, nos capítulos V e VI.

A ênfase na assimetria discursiva foi acompanhada de instrumentos heurísticos que tiveram um papel de fio condutor na aproximação ao real buscada. Esses instrumentos foram os conceitos de *narrativas mestras* e *narrativas eclipsadas*, que esclarecemos na Introdução. Esses conceitos encerram um certo nível de abstração, o que não implica, porém, a suposição de que estes dois tipos de narrativas se constituam univocamente, sem fissuras ou contradições internas – como se existisse de um lado um único bloco de narrativas mestras e dominantes; e do outro um único bloco de narrativas eclipsadas. O que estava em jogo na análise, contudo, era ressaltar a construção da hegemonia num espaço de relações de poder através do concurso de imagens com extraordinária capacidade de consenso (como as de *progresso* e *desenvolvimento*) e de difusão, como o são as narrativas mestras, em oposição às eclipsadas. Um trabalho de pesquisa que se dedique a vasculhar os meandros de umas ou de outras encontrará, certamente, as suas contradições e variantes. Aqui interessava, sobretudo, tomá-las, sociologicamente, como tipos ideais, movimentos que traduzem disputas entre versões do passado, presente e futuro.

Os discursos dominantes foram focalizados nos capítulos II, III e IV, vinculados a projetos agrícolas dirigidos à incorporação dos cerrados, nas escalas do Brasil, Nordeste e Piauí. Pelos mecanismos materiais, políticos e simbólicos de que dispõe para se difundir e para convencer, esse corpus discursivo ganhou legitimidade social, e ao mesmo tempo obscureceu outras dizibilidades. Estas, por sua vez, só podem ascender à condição de dizeres atualizados quando contingenciadas por movimentos sociais, intelectuais ou políticos com os quais adquiram visibilidade. A dizibilidade é assim algo que está em jogo no conjunto de enfrentamentos sociais – coisas que não podiam ser ditas se tornam dizíveis no interior de movimentos sociais como os que foram tratados no Capítulo V.

¹ A exemplo, ver Godoi (1999), Fentress e Wickham (1994), Kenski ([199-]), Feldman-Bianco e Huse

A pesquisa sociológica participa desses processos sociais. No caso da incorporação dos cerrados piauienses, o passo dado aqui decorre da percepção da própria existência dessa discursividade oculta, porém, pulsante, que luta por emergir – e que é vista como parte das transformações econômicas, sociais e culturais em curso no sudoeste do Piauí. Pensamos que essas memórias podem-se constituir em contraponto às narrações mestras, à medida que o seu desvendamento, de fato, contribua para conferir legitimidade a novos interlocutores nos debates públicos acerca dos projetos de desenvolvimento para a região. Isto equivale a dizer, também, que há um grande percurso por se construir, relativo à necessidade de organizar essa nova interlocução.

A questão, porém, vai mais adiante. O tema das memórias eclipsadas não tem apenas o papel de criar um contraponto no plano discursivo. O que se pode perceber é que está em jogo a questão do *deseclipsamento* dessas memórias, a qual aponta, efetivamente, para o tema da construção de propostas e projetos que questionam potencialmente o modelo de desenvolvimento dominante. Isto pôde ser observado, empiricamente, nas tentativas de reorganização dos camponeses referidas nos capítulos V e VI, experiências estas que redundam na constituição de cooperativas, de sindicatos, na ocupação coletiva de projetos abandonados, como o *Saponga*, ou de áreas ainda não totalmente devastadas como a do *Assentamento Flores*. Além disto, há as próprias buscas de inserção no *negócio do cerrado*, através do plantio de arroz na chapada, mesmo em condições precárias, o que amplia o acesso à terra e à produção do arroz sem abandono dos marcos de uma agricultura de provisionamento.

Mais um exemplo dessa ação em curso, é a programação de um evento – a ser realizado na segunda quinzena do mês de outubro de 2000 –, reunindo camponeses e assalariados rurais de toda a região dos cerrados, bem como representantes institucionais (da pesquisa, de agentes financeiros, do IBAMA, do Ministério Público, de prefeituras, entre outros), com o fim de discutir os cerrados do ponto de vista de questões relacionadas aos interesses da

([19--]), e Sousa (1997).

chamada *agricultura familiar* da região². Isto ganha relevância quando se considera que até então os camponeses e suas entidades sempre receberam um espaço reduzido em eventos sobre cerrados no Piauí.

Talvez a contribuição fundamental deste estudo, para a prática social, seja a de apontar para o fato de que, vive-se no Brasil um momento em que aparece uma demanda por canais através dos quais as memórias eclipsadas venham a emergir – caso específico dos camponeses da região dos cerrados do Piauí. Torna-se necessário, então, criar condições para que essas memórias, possam ascender ao status de *dado*; para que possam evidenciar-se como dizibilidade significativa da realidade social. É um momento, portanto, em que o que emerge é própria expressão da identidade social dos sujeitos através das narrativas subalternas, insurgindo-se contra o silêncio imposto por falas hegemônicas.

A pesquisa empírica junto ao universo social dos excluídos do processo de modernização dos cerrados permitiu apreender que os excluídos possuem uma percepção elaborada a respeito da exclusão a que vêm sendo submetidos. Ao lado da percepção de exclusão apareceu também uma consciência de direitos à inclusão, e assim o desejo de modificar os rumos e a própria face do processo excludente. Trazer isto à tona, através das narrativas dos próprios camponeses e camponesas e de seus mediadores, é muito mais que registrar notas de rodapé às narrações mestras. Trata-se, de fato, de acenar para possibilidades de ação em relação ao presente a ao futuro, para as quais os atores sociais envolvidos acionam imagens de um passado que funcionam como legitimadoras de direitos e definidoras de identidades e percursos.

² O evento – *Seminário da Agricultura Familiar do Cerrado* – está sendo organizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Uruçuí, com apoio da FETAG e da CONTAG, tendo em sua pauta temas como o processo de incorporação dos cerrados, a questão fundiária e a situação dos assalariados rurais, a necessidade de articulação das entidades piauienses com a *Rede Cerrados de ONGs* e com o *Projeto Silvânia*, o Banco da Agricultura, Familiar, a biodiversidade e a questão ambiental nos cerrados. Além desses, fará arte do programa do seminário uma visita dos participantes a dois assentamentos – *Flores* e *Santa Tereza* (capítulo V) –, com a finalidade de conhecer e discutir experiências de camponeses assentados em áreas de cerrados.

Enquanto nas narrações mestras de incorporação dos cerrados, o passado tende a ser solapado, transformado em *vazio*, pelo discurso dominante – um *vazio* preenchível no presente com tecnologia e capital. Nessa arena social, das narrativas obliteradas o passado emerge com outra função: as imagens pretéritas são acionadas pelos camponeses para fazer frente a um presente ameaçador, desterritorializador (cf. Godoi, 1993, 1999 e Wachtel, 1986). A memória social dos cerrados evidencia-se, assim, como um campo de disputa no qual o passado é esgrimido para negar ou para afirmar direitos no presente e em relação ao futuro.

A esse respeito é pertinente uma citação de Walter Benjamin:

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin 1985: 224)

As narrações dominantes constituem peça fundamental de um projeto desenvolvimentista que resultou na instituição social de uma fronteira agrícola para o capital, através da criação de um agroecossistema baseado nas *chapadas*, dominado pelos interesses do *agribusiness*. Já as narrações obliteradas emergem como falas sobre os cerrados que trazem à tona o *mundo da vida* que se desenrola entre o *baixão* e a *chapada*. Assim, enquanto as primeiras diagnosticam as *chapadas* como um *vazio* demográfico, cultural e econômico a ser desenvolvido, silenciando sobre os *baixões*, as narrações subalternas contribuem para uma compreensão dos cerrados como um lugar social e ecologicamente integrado, no qual tanto o *baixão* como as *chapadas* desempenham papéis humanos e ambientais. Fazem isso através de

uma verdadeira *anamnese* do par *sertão/cerrados*, através da qual o passado é recuperado como pleno de historicidade. Essa recuperação do passado do ponto de vista dos sujeitos ameaçados é acionada para garantir a legitimidade de seus direitos e de seus projetos de inclusão, ante a ameaça de exclusão cada vez mais definitiva que paira no presente.

O presente é portanto aqui descrito como lugar de *tensão entre memórias*. E como um instante de perigo – que, como diz Benjamin, consiste na possibilidade de que o sujeito histórico aceite “sujeitar-se a ser um instrumento da classe dominante”. A tarefa do pesquisador da memória aparece como a de “captar no pretérito a centelha da esperança” – não para recusar o futuro, mas recusando sim fitar o futuro como o fazem as “narrativas mestras”, cegas pela confiança na marcha de progresso que acumulou “uma catástrofe única” no passado. Nessas circunstância é que cabe “juntar os fragmentos” do passado, em narrativas que permitem vislumbrar um futuro diferente.

Essas considerações trazem à baila a questão das formas de existência social das narrativas eclipsadas. No passado houve outras formas de visibilização da memória social, exemplificadas pela a indústria de folhetos de cordel, no Nordeste brasileiro, exemplo de uma atividade de registro de memória subalterna (Almeida, 1979). Esse tema é também tratado por Fentress e Wickham (1994), na abordagem do que esses autores chamam de *memória camponesa* nordestina. Além disto, intelectuais que compõem uma ampla tradição escrita e, ainda, poetas e cantadores populares, de tradição oral, traduzem, no Nordeste, uma memória não-hegemônica, resultado, combinado, desses movimentos de intelectuais e de poetas populares, a qual não exclui os habitantes da parte do sertão nordestino que corresponde aos cerrados.

No entanto, como exposto no capítulo III, a instituição de uma região dos cerrados no Nordeste é recente e se insere no contexto dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em curso na região, cujos contornos não são ainda muito nítidos. As próprias análises desse processo encontram-se em fase de acúmulo de

construção analítica e com uma distribuição assimétrica: há mais estudos voltados para a incorporação do Oeste baiano que para a dos cerrados maranhenses e piauienses, por exemplo. Nessa situação, é preciso trazer para o diálogo com a produção literária escrita os depoimentos orais – que nos levam a um universo de metáforas mais que de conceitos. Estas trazem contudo, para o terreno da análise sociológica, uma tal riqueza de imagens que desafiam o pesquisador a dar-lhes a devida atenção. Como lembrara Ianni (1996), as metáforas parecem florescer quando os modos de ser, mais ou menos sedimentados, são abalados. Nesse sentido, ganham extrema importância vozes e metáforas como as de Clérbet Luiz poeta baiano, da cidade de Barreiras, quando diz:

“Ah, plástica de soja para as rugas!
 Para quem? (...)
 Para alguém de gula *sangue-suga*?
 (...) Com o verde que veste a dama do Oeste
 agride o agreste.
 Eu agrido, tu agrides, ela agreste.
 Há muito tempo guardava no armário,
 A anágua casta do cerrado (...)”³.

Os versos falam da operação *plástica da soja para as rugas* e da ruptura da *anágua casta do cerrado*, apontando para a transformação das áreas de cerrados. E evocam o ideal de urbanização e de ruralização nos moldes – segundo expressão de Haesbaert Costa (1995) – da perspectiva *linear de quadrilátero*, cuja funcionalidade e ímpeto da regularidade geométrica modelam os espaços da modernização instaurada, arrasadora em sua rapidez e intensidade, em sua *gula sanguessuga*.

Ao mesmo tempo em que a modernização dos cerrados impõe uma nova geometria da paisagem, também no nível do imaginário estabelece-se uma representação dominante do mundo social, verdadeira cirurgia plástica das rugas que não suporta história, memória, atalhos, desníveis, rugosidades, desvios de percurso, diferenças: não é mais possível viver-se

³ Fragmento do poema “A dama do oeste” (Luiz, 1990).

entre o *baixão* e a *chapada*. Essa planura da *chapada* levada ao paroxismo pela mecanização agrícola passa a ser o ideal da modernidade rural e urbana instaurada com a incorporação dos cerrados ao processo produtivo, que exclui quem não se enquadra na perspectiva do paradigma linear de progresso⁴.

Podem-se retomar aqui, para pensar a situação dos habitantes dos cerrados, com base nos depoimentos e histórias de vida apresentados nos capítulos V e VI, duas imagens do romance roseano: a da *travessia perigosa*, do personagem Riobaldo, e a do elemento humano estranho, vindo *de fora*, como é visto o personagem Zé Bebelo (Guimarães Rosa, 1956). A primeira dessas imagens referencia o fato de que, para os camponeses dos cerrados, a vida nos *baixões* sempre supôs a *travessia* da *chapada*, passagem em grande medida familiar aos habitantes dos cerrados e aos que se aventuram em conhecer aquelas paragens. Nestas, em geral, qualquer deslocamento de uma comunidade a outra, das comunidades às sedes dos municípios, de um município a outro, etc., é feito através de vales e *chapadas*.

As narrativas eclipsadas registradas nesta pesquisa remetem à imagem da *travessia perigosa*, relacionado-a ao elemento social *de fora*, seja *projeteiro*, seja *gaúcho*. Esses personagens – como significados corporalizados que traduzem o trabalho de conceitualização levado a cabo pela memória coletiva – são, de fato, a ponta de um *iceberg*, visível para aqueles cuja trajetória social não permitiu o contato analítico com o cenário mais amplo do qual eles próprios fazem parte: o do próprio processo de incorporação das chapadas no Brasil e Nordeste. Para os habitantes tradicionais dos cerrados, os *projeteiros* e *gaúchos* são como Zé Bebelos querendo mudar a cara do sertão, domando-o por dentro: “Ah, esse norte em remanência: progresso forte, fartura para todos, alegria nacional! (...). A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro...” (Guimarães Rosa, 1956: 275). Em sua ânsia de trazer a modernidade rural e urbana, esses novos atores sociais estabelecem novas relações econômicas, políticas, sociais e culturais, à medida que se

⁴ Talvez Brasília seja um signo disso. Datando dos anos 60, Brasília encarna e projeta esse modelo “plástico” de reterritorialização radicalmente linear dos cerrados, assentada em uma chapada artificial e terraplenada – umidificada por um lago igualmente artificial. Brasília anunciava o sonho do progresso que poderia não só controlar a natureza do sertão, mas construir no antigo lugar um espaço coordenado inspirado na modernidade.

reterritorializam no Nordeste e pretendem, através de alianças com as elites locais, reterritorializar a própria região, como visto no capítulo III

A imagem da travessia conduz, ainda, a sonhos e projetos dos camponeses que não renegam as possibilidades de modernização: que desejam novas tecnologias que reduzam o peso do trabalho e aumentem a produção; que anseiam um futuro melhor para os filhos, o que passa, necessariamente, na visão dos pais, pelo estudo. Que querem ter acesso a uma melhor qualidade de vida e ao contato com a vida urbana, sem abrir mão da permanência no baixão, como se pôde ver nas falas reproduzidas nos capítulos V e VI. Querem *re-unir* de fato e simbolicamente aquilo que a memória dominante insiste em separar: sertão e cerrados. Nesse sentido, não se pode ver tais camponeses como *avessos à modernização*, imagem comum nas narrações dominantes. O que os camponeses almejam é *entrar no negócio do cerrado* sem sair do baixão, questionando, assim, no âmago, o modelo dominante de incorporação das chapadas.

Mas a própria trajetória de vida desses camponeses tem-se tornado, nas últimas décadas, cada vez mais difícil, mais incerta, no cerne desse processo de dimensões incomensuráveis que assume formas diretas de violência, como a da grilagem de terras e extermínio das criações, ou indiretas, como a da violência legal (Moraes Silva, 1999). Esta, com base no princípio da propriedade privada, deslegitima práticas tradicionais de constituição de patrimônios e da instituição de um território/lugar, ancoradas na posse individual, nos baixões, e no uso coletivo de áreas de chapadas. Pode-se falar, ainda, da violência tecnológica (Porto, 1992), relativa aos efeitos do processo de modernização da base técnica da produção na reelaboração da representação do sujeito portador de saberes e de uma identidade política e social, desconsiderada no cerne das transformações em curso. Finalmente, deve-se considerar a violência da desterritorialização exacerbada, cujos deslocamentos, sem roteiro, promovem uma desorganização dos pontos de referência, dos espaços conhecidos (*lugares*) e dos territórios demarcados com base numa economia moral e promovem ainda uma urbanização acelerada e precária nas cidades da região.

Para quem se dispõe a ver e ouvir há, relacionada a esse processo, uma latência de vozes abafadas em busca de canais de comunicação. Como dizem os versos de Deusdete Nunes:

“A luta já começou
entre a soja e o piqui
e os políticos querendo
separar o Piauí.
o povo só fala nisso
de Atalaia a Uruçuí (...)⁵”

Embora postas *ao sul da memória* pelas narrações mestras, como enunciado no capítulo V, as falas eclipsadas têm sua existência social. O que se precisa fazer é procurar uma frequência capaz de sintonizá-las e publicizá-las. São falas calcadas na experiência e no *habitus*, na lógica operacional dos camponeses no ambiente dos cerrados, em sua prática agrícola orientada para o provisionamento dos fins humanos. Fazê-las emergir contribui não só para dar estofamento prático às dizibilidades obliteradas, mas ainda para dar visibilidade, como dito por Godói (1999), a mais uma face do campesinato brasileiro, aquela que vive nessa parte do sertão, constituído pelos cerrados, esse sertão desencantado, que se moderniza vorazmente. São camponeses que se vêm apanhados pela dinâmica avassaladora da modernização tecnológica, tendo que enfrentar o que quer que isto signifique no – e para o – seu mundo e, ao mesmo tempo, construir novos significados para esse mundo em mutação acelerada.

Nesse sentido, a análise da secundarização de segmentos camponeses nos processos econômicos, objetivados em regiões de modernização recente, como os cerrados, reafirma a atualidade do chamado *mundo rural* e da temática agrária. Como observara Paoliello (1998), em vez de anacronismo dessas questões, o que se tem é um contexto em que os objetos empíricos referentes a essa temática – como os conflitos fundiários, a questão possessória, a identidade, etc. –, acham-se, todos eles, pressionadas por processos globais,

⁵ In: Lima (1995).

relacionados à perda da terra, a novas relações entre o *lugar* e o global e a um deslocamento permanente e acelerado das populações rurais. Estas, que parecem, à primeira vista, nesse contexto, em vias de desaparecimento, poder-se-ão revelar, no entanto, ante um olhar mais aprofundado, recriando-se dentro de contextos em mudança e constituindo, assim, novos objetos de investigação.

Assim, a imagem do *vazio*, quer em relação à temática agrária, quer nos termos do diagnóstico desenvolvimentista que vê os cerrados apenas como fronteira e como *agribusiness* de chapada, fica posta em questão pela presença de sujeitos sociais para os quais, mais do que um lugar propício ao agronegócio do complexo carne/grãos, a chapada é parte do mundo da vida, onde produzem não apenas arroz, mas também significados sociais e categorias explicativas de sua própria existência social.

Coloca-se à pesquisa social uma tarefa: a de contribuir para o desvendamento do silêncio imposto a falas que podem ser buscadas não mais nas formas narrativas próprias à memória dominante, mas junto aos próprios camponeses, seus mediadores e pesquisadores envolvidos. Nesse sentido, também, analiticamente, fecha-se o círculo que une o fim ao começo, como o próprio movimento da memória, sendo possível reafirmar o pressuposto da memória social como um instrumento heurístico que permitiu perceber, empiricamente, a memória social como fonte de conhecimento e campo de disputa.

Concluir esta pesquisa foi como dar um importante passo na direção de compreender, um pouco mais de perto, a dinâmica social em curso nos cerrados brasileiros, nordestinos e, em particular, nos piauienses. O contato com o tema e com a realidade empírica por cinco anos (desde 1995), permitiu atentar para outras possibilidades que poderiam compor uma agenda de pesquisa sociológica voltada para os cerrados, mencionada brevemente a seguir.

Pensando em termos de Brasil, emergem com grande força as questões que podem ser vistas pelo ângulo da chamada dimensão ambiental do bioma cerrados. Como se sabe, os cerrados

têm grande importância, pela sua biodiversidade, pelo seus papéis de guardião natural das nascentes de rios importantes e de distribuidor de águas, e pela capacidade de sua vegetação nativa de fixar carbono (cerca de 2,5 t/ha-ano) através de suas raízes. De fato, a vegetação dos cerrados é considerada pelos estudiosos do assunto como uma verdadeira *floresta de cabeça para baixo* (Glass, 2000). Por um lado, essas qualidades naturais dos cerrados são ameaçadas pelas formas predatórias de utilização (queimadas, monoculturas, desmatamentos de extensas áreas, contaminação de fontes de água por agrotóxicos, caça indiscriminada). Por outro, estão em curso iniciativas de enfrentamento dessas questões. Esse é o caso da *Agenda 21*, por exemplo, que resulta do esforço de uma ampla aliança entre setores do governo e da sociedade civil no sentido de nortear as ações governamentais relativas às questões ambientais. A *Agenda 21* propõe duas linhas fundamentais de atuação nos cerrados: a necessidade de suspensão de abertura de novas áreas e a substituição do manejo ortodoxo, baseado no paradigma da *Revolução Verde*, por técnicas que causem menos impacto ambiental.

Quando se reduz a grande diversidade de ecossistemas presentes nas regiões de cerrados às chapadas, promovem-se conseqüências nos planos ecológico e social. No primeiro caso, afeta-se a biodiversidade; no segundo, a diversidade humana e social, à medida que, primeiro, não se considera região dos cerrados pelo ângulo da coexistência de ecossistemas diversificados; segundo, não se vê, ali, espaço para outras práticas agrícolas que não a da agricultura intensiva do complexo carne/grãos e, conseqüentemente, não se tem olhos para a inserção de outros sujeitos sociais no processo produtivo. Nesse sentido, ainda na escala nacional, tem relevância a questão da marginalização das populações locais, nos processos de incorporação das chapadas, o que, como visto no capítulo II, já estava implícita nos programas iniciais de desenvolvimento dos cerrados. No entanto, há que se considerar, também, as ações dos excluídos e de seus mediadores visando à busca de alternativas, caso, por exemplo da chamada *Rede Cerrado de ONGs*.

Em termos regionais, além dos aspectos acima referidos, válidos também para o Nordeste, há uma questão muito particular, discutida no capítulo III e já acusada por Araújo (1997) que

SEÇÃO CIRCULANTE

é a criação, na região, de *ilhas* de excelência, que conduzem a uma fragmentação da região. As propostas de uma nova divisão político-administrativa partir da idéia do *novo* Nordeste dos cerrados (capítulo III) são, em certa medida, uma evidência desse processo. Esta questão rebate na própria idéia de uma região Nordeste, já exemplarmente desconstruída por Albuquerque Jr. (1994), mas cujo debate se revigora com os novos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em curso. Certamente, este debate, na atualidade, deve estar intimamente relacionado à temática do desenvolvimento territorial, uma vez que este enfoque permite pensar possibilidades que podem ir de encontro à perspectiva de fragmentação.

Finalmente, quanto ao Piauí, além das questões postas em termos de Brasil e de Nordeste, que tendem a se reproduzir no âmbito do estado, a observação empírica possibilitou perceber os cerrados piauienses, hoje, como um espaço social em ebulição. Nesse sentido, há todo um leque de problemas reais à espera de serem transformados em problemas de pesquisa. Um deles é o próprio mapeamento da chamada *agricultura familiar* na região, cujas características necessitam ser mais bem conhecidas. De fato, além da mais tipicamente camponesa, abordada nesta pesquisa, essa agricultura apresenta uma estratificação que necessita ser perfilada.

De um ponto de vista da necessidade de políticas de inclusão dessas categorias em programas de desenvolvimento, tais pesquisas contribuiriam para que isso viesse a se dar com maior grau de adequação, inserindo-se, aí, uma orientação da pesquisa técnico-agronômica para identificação dos chamados *gargalos* nas cadeias produtivas dos diversos produtos em cuja produção esses agricultores se encontram envolvidos.

Os próprios sistemas de produção dessas categorias sociais necessitam ser investigados a fundo, para que se possa, em vista dos processos de modernização em curso, buscar alternativas mais concernentes à sua reprodução social, já que esta não se viabilizaria nos marcos das monoculturas de soja e de arroz. Relacionado a isto, surge um amplo panorama de estudos relativos ao conhecimento e à utilização das espécies nativas pelas populações

locais, quer na alimentação, quer na terapêutica, quer para outras finalidades. Ainda mais quando se considera que há todo um levantamento da biodiversidade dos cerrados piauienses à espera de pesquisas.

O caldeirão cultural em gestação, com a grande afluência e estabelecimento de *gaúchos*, desperta a curiosidade científica para o próprio universo desses chegantes, apenas aparentemente unívoco, já que, também entre eles, há distinções socioeconômicas e culturais, uma vez que se tem desde agricultores sem-terra, passando por colonos, até grandes empresários. Abre-se, assim, um amplo leque de possibilidades para se pensar trajetórias identitárias e projetos.

Além disso, o próprio processo de urbanização acelerada das cidades da região, dando origem a categorias sociais *rurbanas* (Carneiro, 1997), cuja configuração, nesse contexto, está por ser mais bem entendida, merece ser analisado. Nesse particular, a mobilidade geográfica dessa população, no sentido rural-urbano, intensificada nas últimas décadas, aponta para processos de desterritorialização cada vez mais acelerados.

Finalmente, voltando ao ponto de partida desta pesquisa, não seria exagero afirmar que todos os temas elencados acima abrem-se a abordagens pelo prisma do imaginário, visando a uma aproximação ao universo simbólico das populações dos cerrados, incluindo-se aí temas como o da *luz do campo*, referido no capítulo V, e que está por ser melhor investigado.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

BIBLIOGRAFIA

ABNT. NB – 80 – 23. 1986.

ABRAMOVAY, R. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo (primeiro relatório de pesquisa). IPEA. São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Projeto BRA/97/013 – Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social), 44 p.

----- Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, 1992, 275 p.

----- Moratória para os cerrados. Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável. São Paulo: Consórcio Museu Emílio Goeldi/Agenda 21. Fevereiro de 1999, 21 p.

AGUIAR, R. C. Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo/Brasília: Polis/CNPq, 1986, 156 p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. O engenho anti-moderno: a invenção do Nordeste e outras artes. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, 1994. 2 vol., 500 p.

ALENCASTRE, J. M. P. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. Teresina: COMEPL, 1981, 190 p.

ALHO, C. J. R., MARTINS, E. S., ed. De grão em grão o cerrado perde espaço (cerrado – impactos do processo de ocupação). Brasília: WWF, 1995. (WWF – documento para discussão), 65 p.

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: posse comunal e conflito. Humanidades, Brasília: UnB, v. 4, n. 15, p. 42-48, 1988.

ALMEIDA, M. W. B. Folhetos: a literatura de cordel no Nordeste brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, 1979, p. I-VI; 01-49.

----- Linguagem Regional e Fala Popular. Revista de Ciências Sociais, vol. 8, n. 1-2. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1982, pp. 171-181.

----- Imagens e narrativas agrárias: ementa do curso de Antropologia das Sociedades Agrárias. Curso HS 139 A – II Semestre. Campinas: UNICAMP, 1998, 18 p.

- ALVES, M. O., SILVEIRA, L. L. Entre o tutorial e o participativo: a abordagem de intervenção na estratégia de ação do Banco do Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, 1998, Poços de caldas, SP. Anais... Poços de Caldas: SOBER. 1998, p. 965-981.
- AMORIM, M. Promoção de "clusters" e aglomeração de pequenas e médias empresas: idéias para difundir e fortalecer a industrialização do estado do Ceará. Fortaleza: BNB [199-].
- ANDERSON, B. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1989, 191 p.
- ANDRADE, M. P. Os gaúchos descobrem o Brasil: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. São Luís: Cáritas Brasileira Estudos e Pesquisa, 1984, 147 p.
- . Terra de índio: terras de uso comum e resistência camponesa. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, 1990, 378 p.
- . A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no leste maranhense. In: CONCEIÇÃO, F. G. (Org.) Carajás: desenvolvimento ou destruição? São Luís: CPT. 1995, p. 15-64, (Relatórios de Pesquisa).
- . Uma reflexão sobre os conceitos de posse e propriedade da terra em contextos de áreas de ocupação antiga, no Maranhão. Trabalho apresentado na REUNIÃO DA SBPC, 47, 1995, São Luís, MA (Mesa Redonda: a política de posse e propriedade da terra – etiologia da violência no campo), 1995a, 3 p.
- . A farsa dos projetos de manejo florestal sustentado: fachada ecológica para a devastação e concentração fundiária. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia, Belém, v. 12, n. 1, p. 7-36, jul. 1996.
- . Campesinato de terras de uso comum e crise ecológica. Trabalho apresentado na REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21, 1998, Vitória, ES. (GT Padrões de Herança, organização social e questão ambiental no meio rural brasileiro), 1998, 10 p.
- ANDRADE, M. P., IANDANZA, E. E. S. Pantanal: notas sobre o desenvolvimento econômico e ambiental. In: SHIKI, S., SILVA, J. G., ORTEGA, A. C. (Org.) Agricultura, meio-ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: UFU. 1997, p. 167-195.
- ARAÚJO FILHO, A. A., FRANÇA, F. M. Subsídios a uma política de financiamento rural para os cerrados nordestinos. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 23, n. 1/4 p. 1-118, jan./dez., 1991.
- ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A, BARROS SILVA, P. L. (Org.) Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento. Jaboticabal: UNESP, 1995, p.125-305.

- , Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. Estudos Avançados, São Paulo, n. 29, p. 7-36, abr. 1997.
- ARROYO, L. A cultura popular em Grande Sertão: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984, 315 p.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ. Relatório conclusivo: Comissão Parlamentar de Inquérito dos Conflitos Agrários e da Análise Jurídica das Alienações das Terras públicas Patrimoniais. Teresina, 1998, 74 p.
- AUDITORIA AMBIENTAL LTDA. Estudo de impacto ambiental para implementação do Projeto Nova Santa Rosa. Teresina, 1998, 92 p.
- , Relatório de impacto ambiental para implementação do Projeto Nova Santa Rosa. Teresina, 1998, 50 p.
- AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994, 111 p.
- BAKHTIN, M. M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1996, 419 p..
- , (VOLOCHIOV) Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1995, 196.
- BANCO do Nordeste investe em 81% dos financiamentos. Jornal Meio Norte, Teresina, 17 out., 1999. Caderno Municípios, Seção Geral, p. 5.
- BANDEIRA, W. Piauí: agricultura e desenvolvimento. Carta CEPRO. Teresina, v. 5, nºs 1 e 2, pp. 10-17, jan./ago./ 1978.
- , Os programas e projetos governamentais e seus efeitos na estrutura agrária piauiense no pós-70. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, 1993, 2 vol..
- BARBOSA, A. S., SCHMITZ, P. I. Ocupação indígena do cerrado. In: SANO, S. M., ALMEIDA, S. P. (Ed.) Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1998, p. 3-43.
- BARRETO FILHO, H. T. Invenção ou Renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: A Viagem da Volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena, Rio de Janeiro: Contracapa, 1999, pp. 91-136.
- BENJAMIN, W. O narrador. Observações acerca da obra de Nicolau Lescov. In: ABRIL CULTURAL (São Paulo, SP). Os pensadores. São Paulo, 1975, p. 63-81. (Tradução Erwin Theodor Rosental).
- BENJAMIN, W. 1985. Sobre o Conceito de História. In: EDITORA BRASILIENSE (São

- Paulo, SP). Obras Escolhidas, Volume I. São Paulo, 1985, pp. 222-234. (Tradução de Sérgio Paulo Rouanet).
- BERTRAND, J. P., THÉRY, H., WANIEZ, P. Les Japonais et la mise en valeur agricole des cerrados au Brésil: pour quelle maîtrise de l'espace et de l'approvisionnement alimentaire? Paris: Societé Francaise d' Economie Rurale, 1990, 28 p.
- BEZERRA, S. Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 1980, 176 p.
- BHABHA, H. H. (Ed.) Introducion. In: Nation and narration. London: Routledge, 1994, p. 1-7.
- BNB (Fortaleza, CE). Novos rumos para a economia do Nordeste: o pensamento do BNB. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 23, n. 1/4, p. 7-44, jan./dez., 1992.
- . Documento Referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Sul do Maranhão Sudoeste do Piauí. Fortaleza, [1998?], 35 p.
- . Pólos de desenvolvimento integrado no Nordeste: Projeto do Banco do Nordeste com apoio do Ministério do Planejamento. Fortaleza: BNB/Brasil em Ação, jan./1998a, 23 p.
- . Notícias. Fortaleza, 1998b, 2 p.
- . Plano de ação: visão de futuro - Pólo Uruçuí/Gurguéia. Fortaleza, [1999?], 15 p.
- BONNAL, P., ZOBY, J. L. Pesquisa-desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados. Caso do Projeto Silvânia. Seminário Procitrópicos, de 01 a 03 de fevereiro, Brasília, DF, 1994, 18 p.
- BORGES, M. A conquista do cerrado: uma posição para duplicar a produção de grãos. Brasília: Senado Federal, 1995, 85 p.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 484 p.
- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, 208 p.
- . A economia das trocas simbólicas. 2. ed. São Paulo: Perspectivas, 1987, 361 p.
- . O poder simbólico. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 311 p..
- . Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais), p. 46-81.
- . A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Org.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191.

- BRAGA, R. Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará. Fortaleza: Imprensa oficial, 1960, 540 p.
- BRANDÃO, C. R. O sentimento do mundo: memória, destino e cenários de vida entre errantes mineiros. In: ----- (Org.) As faces da memória. Campinas: CMU, [199-], p. 61-84.
- BRANDÃO, T. P. O escravo na formação social do Piauí. Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora da UFPI, 1999, 189 p.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. Caminhos e fronteiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1994, 301 p.
- CÂMARA CASCUDO, L. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1962 (Vol. II).
- CÂMARA MUNICIPAL DE URUCUI. Lei orgânica do município de Urucuí. Urucuí, 2000, 64 p.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 344 p.
- CARDOSO, R. (org.) A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 156 p.
- CARNEIRO, M. J. Terra de pobreza: um estudo antropológico de uma comunidade rural piauiense. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1976, 190 p.
- . Vidas irrigantes. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 4, n. 24, p. 66-72, 1986.
- . Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, 1997, Natal-RN, Anais..., Natal: SOBER, 1997, p.147-185.
- CARVALHO, C. O sertão. Rio de Janeiro: Empresa Editora de Obras Científicas e Literárias, 1924, 147 p.
- CARVALHO, C. T. Dicionário dos mamíferos do Brasil. São Paulo: Nobel, 1979, 135 p.
- CARVALHO, O. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 1988, 505 p.
- CASTELO BRANCO, R. O Piauí, a terra, o homem, o meio. São Paulo: Quatro Artes, 1970, 185 p.
- CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 418 p.

- CASTRO, A. A. J. F. Comparação florístico-geográfica (Brasil) e fitossociológica (Piauí - São Paulo) de amostras de cerrados. Tese (Doutorado em Biologia) – Universidade de Campinas, 1994, 538 p.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.
- CATANI, D. B. et al. História, memória e autobiografia na pesquisa educacional e na formação. In: CATANI, D. B. (Org.) Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997, pp. 15-48.
- CENSO demográfico/1970. Teresina: IBGE, 1970, 384 p.
- CENSO demográfico/1980. Teresina: IBGE, 1980, 287 p.
- CENSO Agropecuário 1995-1996. IBGE.
http://www.ibge.net.estadistica/economia/agropecuaria/censoagro/22/d22_t02.shtml, setembro/2000.
- CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1995, 440 p.
- CHAYANOV, A. Chayanov e la teoria de la economia campesina. Mexixo: Siglo XXI, 1981, 194 p.
- CONNERTON, P. Como as sociedades recordam. Oeiras: Celta Editora, 1993, 126 p.
- CONTAGEM da população/1996. Teresina: IBGE, 1996. 724 p.
- COURBIN, A. Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Schwarz, 1989, 385 p.
- CORRÊA, R. L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-121, jul./set., 1992.
- CORREIA DE ANDRADE, M. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1964, 251 p.
- , Espaço, polarização e desenvolvimento: a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. 1973, 125 p.
- , Cidade e campo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974, 37 p.
- COUTINHO, L. O conceito de cerrados. Revista Brasileira de Botânica, v. 1, p. 17-23, 1978.
- CREA-PI. Sul do Piauí: fonte de riquezas. Revista do CREA-PI, Teresina, n. 25, pp. 24-26, 1997.

- CRUIKSHANK, J. Tradição oral e história oral: algumas questões. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996, pp. 149-164.
- CUNHA, A. S. (Coord.) Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados. Brasília: IPEA, 1994. Relatórios de pesquisas, 204 p.
- Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados. Brasília: IPEA, 1994a, (Mapas).
- CUNHA, E. R. Os sertões. 27 ed., Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo, 1968, 471 p.
- DACANAL, J. H. Nova narrativa épica no Brasil: Grande sertão: veredas, O coronel e o lobisomem, Sargento Getúlio, Os Guaianãs. 2. ed. São Paulo: Mercado Aberto, 1988, 164 p.
- D'ALMEIDA, O. G. O povoamento do Piauí pelos criadores de gado: Domingos Afonso Sertão. Boletim Geográfico, v. 20, n. 169, p. 409-414, 1962.
- DAYRELL, C. A. A questão ecológica no limiar da questão agrária: o caso dos cerrados do norte de Minas. Reforma Agrária, v. 23, n. 1, p. 70-80, jan./abr., 1993.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. O anti-Édipo. Rio de Janeiro: Imago, 1976, 511 p.
- DESCASO condenável. Jornal Meio Norte. Teresina, 20 jan., 2000. Editorial, p. 2.
- DIRETO dos pampas. Balanco anual - Piauí. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1998, pp. 12-13.
- DOMINGOS NETO, M., BORGES, G. A. Seca seculorum: flagelo e mito na economia piauiense. Teresina: CEPRO, 1987, 106 p.
- O rastro dos dólares do Banco Mundial no Piauí. Carta CEPRO, Teresina, v. 13, n. 1, p. 15-28, jan./jun., 1988.
- DUARTE, L. F. D. Memória social. In: SILVA, B. (Coord.). Dicionário de Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1986, p. 740-741.
- DUQUE, J. G. O Nordeste e as lavouras xerófilas. Mossoró: ESAM - Fundação Guimarães Duque/Brasília: CNPq, 1980 (Coleção Mossoroense, 143)
- DUQUE-ARRAZOLA, L. A condição camponesa: aparência e realidade no capitalismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, 1985, 344 p..
- DUVIGNAUD, J. Prefácio. In: HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, p. 9-17.
- ELLIS, F. Peasant economics: farm house-holds and agrarian development. Cambridge:

- Cambridge University Press, 1988, 257 p.
- EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (Planaltina, DF). Programa do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados. Brasília, 1979, 35 p.
- EMBRAPA/CPAMN. SIMPÓSIO SOBRE OS CERRADOS DO MEIO-NORTE, 1, 1997, Teresina, PI. Anais... Teresina: Embrapa/CPAMN, 1997, 217 p.
- EMBRAPA/UEPAE de Teresina (Teresina, PI). Avaliação de plantas xerófilas na região semi-árida do Estado do Piauí. Teresina, 1982, 21 p.
- EMPRESÁRIOS gaúchos querem investir em área dos cerrados. Jornal Meio Norte, Teresina, 10 fev. 2000. Caderno Cidades, Seção Municípios, p. 7.
- ESCOBAR, A. Encountering development: the making and unmaking of the third world. Princeton: Princeton University Press, 1995, 299 p.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1978, 276 p.
- FABIAN, J. Space and memory: topoi of discourse. In: ----- Time and other: how anthropology makes his object. New York: Columbia University Press, 1983, p. 109-114.
- FELDMAN-BIANCO, B., HUSE, D. Entre a saudade da terra e a América: memória cultural, trajetórias de vida (re)construções de identidade feminina na intersecção de culturas. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) As faces da memória. Campinas: CMU, [199-], p. 25-60.
- FENTRESS, J., WICKHAM, C. Social memory. Cambridge: Blackwell, 1994, 229 p.
- FERNANDES, A., SANTOS FILHO, M., ALMEIDA, P. H. A modernização do campo nos cerrados baianos. Espaço e Debates, n. 25, p. 63-75, 1998.
- FERREIRA, A. B. H. Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, 2.128 p.
- FERREIRA, M. M., AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, 277 p.
- FIGUEIREDO, V. M., TRIGUEIRO, M. G. S. O processo de modernização das fronteiras agrícolas: a região geoeconômica de Brasília. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v. 3, n. 2, p. 199-224, maio/ago., 1986.
- FILHO, J. F., FRANCIS, D.G. Agricultura familiar nos cerrados da região de Monte Carmelo e a questão da sustentabilidade. In: SHIKI, S. et al. (Org.) Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: UFU, 1997.
- FONSECA NETO, A. É o Piauí uma invenção do Maranhão? In: Revista da Academia

Piauiense de Letras, n. 54, 1997 (no prelo).

FORMAN, S. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 340 p.

FOUCAULT, M. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979, 296p.

----- FOUCAULT, Michel. Questions in geography. Power, knowledge: selected interviews and other writings. Edit by Colin Gordon. New York: Pantheon Books, xxii, 1980, pp. 63-77, 270 p.

----- . Of Other Spaces. Diacritics, v.16, n.1, p. 22-27, spring, 1986.

----- . Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1991, 280 p. .

----- . A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996, 79 p.

FRANÇA, F. M. (Coord.) Plano de ação para potencializar o desenvolvimento do Pólo de Balsas. Fortaleza: BNB, 1997, 58 p.

FREIRE, E. C. Potencialidade para a produção de algodão nos Cerrados do Meio-Norte. In: SIMPÓSIO SOBRE OS CERRADOS DO MEIO-NORTE, 1, 1997, Teresina, PI, Anais... Teresina: Embrapa/CPAMN, 1997, p. 200-215.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise). In: ----- . Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. 12, p. 191-203.

----- . Lembranças de infância e lembranças encobridoras. In: ----- . Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1976a., v. 6, p. 67-76.

FUNDAÇÃO CEPRO (Teresina, PI). Piauí: evolução realidade e desenvolvimento. Teresina, 1979, 262 p.

----- . O polonordeste no Piauí: uma avaliação referencial. Teresina, 1981, 368 p.

----- . Piauí: visão sumária. 5.ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1992, 56 p.

----- . Cerrados piauienses: estudo preliminar de suas potencialidades. Teresina: Fundação CEPRO. 1992a, 64 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (Belo Horizonte, MG) Análise e conjuntura. Belo Horizonte, v. 15, n. 5/6, maio/ago., 1985.

FURTADO, C. Operação Nordeste. Rio de Janeiro: ISEB, 1959, 78 p.

----- . Formação econômica do Brasil. 23. edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1967, 248 p.

- GABINETE DO VICE-GOVERNADOR. Relatório do encontro sobre desenvolvimento sustentado do cerrado piauiense. Teresina, 2000, 13 p.
- GARCIA, J. L. G. El uso del espacio: conductas y discursos. In: ALCANTUD, J. G., MOLINA, M. G. La tierra: mitos, ritos y realidades. Granada: Anthropos, 1991. p. 400-411. Coloquio Internacional., Granada, 15-18 de abril de 1991.
- GINZBURG, C. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 309 p.
- GIORDANO, S. R. Agronegócio em regiões de cerrados. Teresina, 1998, 10 p. (Seminário Técnico de Lançamento do Projeto Pólo de Desenvolvimento Integrado do Sudoeste do Piauí, março, 1998).
- GLASS, V. Cerrados – Reservas de esperança. Revista Globo Rural, ano 16, n. 178, agosto, 2000, p. 20-29.
- GODELIER, M. Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [196-], 397 p.
- GODOI, E. P. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, A. M., GODOI, E. P. (Org.) Além dos territórios. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 97-131.
- O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: UNICAMP, 1999, 165 p.
- GONDIM, N. A invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1994, 277 p..
- GOODMAN, D. et al. Das lavouras à biotecnologia: a teoria do desenvolvimento agroindustrial. Rio de Janeiro: Campus, 1990, 192 p.
- GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. Cerrado Piauiense: proposições básicas para uma política de integração econômica do cerrado piauiense. Teresina, 1985.
- Piauí: dois anos de trabalho. Teresina, 1992 (Revista comemorativa dos dois anos da Administração Freitas Neto), 24 p..
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS. Plano de desenvolvimento sustentável dos cerrados piauienses. Teresina, janeiro de 2000, 51 p.
- GRAMSCI, A. Introdução à filosofia da práxis. Lisboa: Antídoto, 1978, 165 p.
- Hegemonia (sociedade civil) e divisão dos poderes/ Hegemonia entre nações. In..... Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978a, p. 224-225/ 236.
- GRINBAUM, R. O novo eldorado. Revista Veja, n. 1489, p. 110-115, 02 de abril de 1997.

- GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. Espaço & Debates, v. 5, n. 16, p. 109-120, 1985.
- Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986, 327 p.
- GUIMARÃES, H. Nas pegadas do rio. Teresina: Comepi, 1982, 234 p.
- Ribeiro Gonçalves: um município do tamanho do mundo. Teresina: COMEPI, 1988, 131 p.
- GUIMARÃES ROSA, J. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, 594 p.
- GUIVANT, J. S. Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola; uma revisão temática. In: BIB - ANPOC'S 38. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 51-78 (BIB - ANPOC's, 38).
- GUTBERLET, J. Pequena produção dos cerrados e transformações sócio-ambientais recentes: o caso do município de Acorizal na Baixada Cuiabana. Cuiabá: Editora Universitária, 1994. (Cadernos do NERU – Ambiente: uma abordagem sócio-econômica, 3).
- HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 233 p.
- [HAESBAERT] COSTA, R. "Gaúchos" no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 1995, 387 p.
- HAESBAERT [COSTA], R. Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção de identidades territoriais. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.) Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1996, p. 367-415.
- HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990, 189 p.
- HARVEY, D. A Condição pós-moderna. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994, 348 p.
- HEREDIA, B. M. A. A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 164 p.
- HOBSBAWN, E., RANGER, T. (Org.) A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 316 p.
- HORKHEIMER, M., ADORNO, T. Conceito de iluminismo. In: ABRIL CULTURAL (São Paulo, SP). Os pensadores. São Paulo, 1975, p. 97-124.
- IANNI, O. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978, 235 p.

SEÇÃO CIRCULANTE

- . Teorias da globalização. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1996, 225 p..
- . Sociologia e literatura. Campinas, 1997, 44 p.
- ITURRA, R. La representación ritual de la memoria oral en el trabajo de la tierra. In: ALCANTUD, J. G., MOLINA, M. G. La tierra: mitos, ritos y realidades. Granada: Anthropos, 1991, p. 234- 250. Coloquio Internacional. Granada, 15-18 de abril, 1991.
- IZQUIERDO, I. El olvido. In: ----- . Qué es la memoria? Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1992, p. 59-75.
- JOHNSON, A. W. Sharecroppers of the Sertão: Economics and Dependence on a Brazilian Plantation. California: Stanford University Press, 1971, 153 p.
- JOLLIVET, M. Le développement local: mode ou mouvement social? In: Coloque Sociologue Paris: Societé Française d'Economie Rurale, Paris, session des 4 e 5 oct., 1984, pp. 2-20.
- JOUTARD, P. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 43-62.
- KAGEYAMA, A., SILVA, J. G. Campepinato e tecnologia: o caso brasileiro. Campinas, 1983. Mimeo.
- KENSKI, V. M. Memória e prática docente. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). As faces da memória. Campinas: CMU, [199-], p. 101-114.
- KRAYCHETTE, G., COMERFORD, J. C. Oeste baiano. Os movimentos sociais face ao novo cenário regional. Cadernos CEAS, Salvador, n. 131, jan./fev., 1991.
- . A nova face agrária do Oeste baiano: diversidade e ambigüidades. Cadernos CEAS, Salvador, n. 132, março/abril, 1991a.
- KUJAWSKI, G. M. A cultura popular em Grande Sertão: Veredas. Fontes populares na inspiração roseana. Jornal o Estado de São Paulo, São Paulo, [Caderno Cultura], pp. B, ano IV, n. 222, de 9 setembro de 1984. .
- LAMARCHE, H. (org.) Produção familiar. Campinas: UNICAMP, 1993, 336 p.
- . L'agriculture familiale: du mythe à la réalité. Paris: L'Harmattan, 1994, 303 p.
- LE BERRE, M. Territoires. In: BAILLY, A. et al. Encyclopédie de Géographie. Paris: Economica, 1992.
- LÉFÈBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1986, 485 p.
- LE GOFF, J. História e memória. Campinas: UNICAMP, 1990, 553 p.

- LEVANTAMENTO sistemático da produção agrícola: produção dos projetos nos cerrados do Piauí, março de 1999. Rio de Janeiro: IBGE/DERE/NE-3/DIPEQ/PI, 1999.
- LÉVY, P. A escrita e a história. In: -----, As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Ed. 34, 1996, pp. 87-100.
- LÉVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989, 323 p.
- LIMA, J.C.C. Gurguéia: um estado com vontade de nascer. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995, 179 p.
- LUIZ, C. Rodeios e interiores. Brasília: Ed. Independente. 1990, 106 p.
- MALUF, W. S. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. Horizontes Antropológicos, ano 5, n. 12, dezembro de 1999 (Número temático: Cultura Oral e Narrativas), 353 p, pp. 69-82.
- MANNHEIM, K. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 330 p.
- MARTINE, G., BESKOW, P. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura produtiva agrícola. In: MARTINE, G., GARCIA, R. C. (Org.) Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Caetés, 1987, p. 19-39.
- MARTINE, G. Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectivas e perspectiva par o fim do século. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 11, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 1994.
- MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira – retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.8, n.1, p. 25-70, maio, 1996.
- , POLETTO, I. O projeto cerrado. As multinacionais da agricultura brasileira: um caso concreto. Caderno do CEAS, n. 71, p. 44-49, novembro/dezembro, 1980.
- MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: HUCITEC, 1986, 138 p..
- MEDEIROS, A. J. Movimentos sociais e participação política. Teresina: CEPAC, 1996, 240 p.
- MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 265 p.
- MENESES, A. B. Memória: matéria de mimese. In: BRANDÃO, C. R. (Org.) As faces da memória. Campinas: CMU, [199-], p. 11-24.
- MEYER, D. R. A terra dos Santos e o Mundo dos Engenhos. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989, 186 p.
- MIRANDA, A. A. Estudos piauienses. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, 221 p.

- MIR/SUDENE/GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ/GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. PRODEPAR – Programa de Ação para o desenvolvimento do Vale do Parnaíba. SUDENE: Recife, 1994. (Versão preliminar), 52 p.
- MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1984, 392 p.
- MONTEIRO, M. S. L. Grandes propriedades financiadas pelo FINOR - Agropecuário no Piauí: análise dos impactos sócio-econômicos. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, 1993, 189 p.
- MOOG, V. Bandeirantes e pioneiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, 13ª edição, 361 p.
- MORAES, A. C. R., MESSIAS DA COSTA, W. Geografia crítica: a valorização do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1987, 196 p.
- MORAES, A. C. R. M. Introdução – a antropogeografia de Ratzel: indicações. In: -----, Ratzel Geografia do homem (antropogeografia). São Paulo: Ática, 1990, pp. 7-27.
- MORAES, M. D. C. Organizações não-governamentais e campesinato: novas alianças políticas no campo tecnológico (os camponeses de Corgão/Boa Esperança e CAA/Norte de Minas). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, 1993, 266 p.
- , Diversidade na globalização: concepção e apropriação da natureza entre camponeses no contexto de uma agricultura globalizada: o caso de populações camponesas nos cerrados do sudoeste piauiense. Anteprojeto de pesquisa para seleção de doutoramento no IFCH/UNICAMP, 1995, 30 p.
- , Espaço e memória social dos cerrados: de espaço vazio a espaço agrícola moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, Natal – RN. Anais... Natal: SOBER, 1997, pp. 246-260.
- , De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato como identidades da ordem da razão. In: WANDERLEI, M.N.B., DUQUE, G. (Org.) Agricultura familiar. Raízes, n. 17, 1998. Campina Grande: UFPB, pp. 121-134. (Edição especial).
- , A conquista do cerrados na memória oficial e na memória camponesa: o caso do Sul/Sudoeste do Piauí. Campinas, 1998a, 38 p. (Projeto de Pesquisa para doutoramento em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP).
- , O trabalho da memória: a memória como fonte de conhecimento do social (elementos para uma reflexão teórica). Campinas, 1998b. (Texto para exame de qualificação para doutoramento em Ciências Sociais, no IFCH/UNICAMP), 25 p.
- , Peões da chapada (contingências da agricultura familiar camponesa nos cerrados piauienses). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA

- RURAL, 37, Foz do Iguaçu – PR, Anais... (CD Rom), Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- Da terra voluntária à terra arrendada. Trabalho apresentado no XI Congresso Nacional de Sociólogos, Salvador – BA, de 11 a 14 de maio, 1999a, 15 p.
- Fronteiras da memória: atores e memórias nos Sul/Sudoeste piauiense. Trabalho apresentado no IX Encontro de Ciências Norte-Nordeste, Natal - RN, 1999b, 31 p.
- Redesenhando territórios no novo Nordeste: o caso dos cerrados no Sul/Sudoeste piauiense. Trabalho apresentado no IX Encontro de Ciências Norte-Nordeste, Natal – RN, 1999c, 15 p.
- Novas dinâmicas territoriais no Nordeste: o novo Nordeste dos cerrados: o caso piauiense. Trabalho apresentado no SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, Campina Grande – PB, 26 a 30 de outubro, 1999d, 25 p.
- Marchando para o Oeste chega-se também ao Nordeste. Artigo enviado em colaboração à agenda 21, tema Cerrados e aceito para apresentação no Congresso da SBS, em Porto Alegre - RS, 1999e, 20 p.
- Descerrando cerrados: veredas da memória (o caso do Sul/Sudoeste piauiense). Aceito para apresentação na VI Reunião Regional de Antropologia do Norte/Nordeste, Belém, 1999f, 20 p.
- O novo Nordeste dos cerrados (transformações na agricultura nordestina: o caso piauiense). In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10, e CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL/2000, 38, Rio de Janeiro – RJ, Anais... (CD Rom), Rio de Janeiro, 2000.
- Agricultura camponesa e modernização agrícola nos cerrados: processos, atores e memórias – o caso piauiense. In: X CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10 CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL/2000, 38, Rio de Janeiro – RJ, Anais... (CD Rom), Rio de Janeiro, 2000.
- MOREIRA, R. O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987, 190 p..
- MOTT, L. R. B. Piauí colonial. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, 142 p.
- MOURA, M. M. Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 250 p.
- MUELLER, C. C. Projeto Áridas: GT IV – Organização do espaço regional e agricultura. Relatório final. Brasília, 1995, 154 p.
- MUSUMECL, L. O mito da terra liberta: colonização ‘espontânea’, camponato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Anpocs/Vértice, 1988, 419 p.

- NEVES, D. P. O econômico e o familiar: interdependências, potencialidades e constrangimentos. In: MOTA, D. M. et al. (Ed.) Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade (coletânea). Aracaju: Embrapa-CPATC, SDR/MA, 1998, p. 13-33.
- NEVES, F. C. Imagens do Nordeste: a construção da memória regional. Fortaleza: SECULT/RCV, 1994, 128 p.
- NIEMEYER, A. M. Desenhos e mapas na orientação espacial: pesquisa e ensino na antropologia. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994. (Textos Didáticos, n. 12), 24 p.
- NORDESTE cresce mais que o Brasil. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 21 de junho, 1998. Seção Economia.
- NUNES, O. Pesquisas para a história do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 4, 303 p.
- OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, 137 p.
- A metamorfose da Arribação – fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 17, p. 67-92, 1990 .
- A reconquista da Amazônia. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 38, p. 3-14, março, 1994.
- OLIVEIRA, L. L. Bandeirantes e pioneiros. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 37, p. 214-224, novembro, 1993.
- OLIVEIRA, P. A. A participação das políticas públicas de incentivos financeiros na exploração dos cerrados piauienses. Teresina, 1999 (Artigo apresentado no Curso de Especialização em Gestão ambiental como requisito de conclusão), 7 p.
- ORLOVE, B. S. Mapping reeds and reading maps: the politics of representation in Lake Titicaca. American Ethnology, v. 18, n. 1, p. 3-38, fev. 1991.
- ORTEGA, A. C. Política agraria, comercio exterior y pautas tecnologicas: El futuro del Cerrado brasileño en cuestión. Madrid, 1992, 24 p. (Texto apresentado no IV Congreso Español de Sociología). Madrid, 1992.
- PALÁCIOS, G. Campesinato e historiografia no Brasil; comentários sobre algumas obras notáveis. BIB/ANPOCS, Rio de Janeiro, n.35, p. 41-57, 1993.
- PAOLIELLO, R. M. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira. In: NIEMEYER, A. M., GODOL, E. P. (Org.) Além dos territórios. Campinas: Mercados das Letras, 1998, p. 201-227.
- PEIRCE, C. S. Classificação dos signos/ O ícone, o indicador e o símbolo. In: Semiótica e filosofia. São Paulo: Cultrix, 1962, pp. 93-134. (Textos escolhidos)

- PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. História, história oral e arquivos na visão de uma socióloga. In: FERREIRA, M.M. (Org.) História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994, p. 101-116.
- PERET, R. A. A questão da sustentabilidade da agricultura nos cerrados. In: SHIGEO, S. et al. (Org.) Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: UFU, 1997, p. 363-372.
- PIAUI disputa com a China a implantação de indústria. Jornal Meio Norte, Teresina, 3 abr. 2000. Primeiro Caderno, Seção Política Local.
- PINTO, T. Mestria de pioneiros. Balço anual: Piauí. Gazeta Mercantil: São Paulo, out. de 1998, pp. 8-10.
- PIRES, M. O. Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Brasília: UNB, 1996, 191 p.
- PLATÃO. Sofista. In: ABRIL CULTURAL (São Paulo, SP). Os pensadores. São Paulo, 1972, p. 135-204. (Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa)
- , Mênon. Lisboa: Edições Colibri, 1993, 92 p.
- POMPA, C. O. Parque Nacional Serra da Capivara: um drama social. Campinas: PPGAS/UNICAMP, 1997, 18 p.
- PORTELLI, A. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.103-130.
- PORTO ALEGRE, M. S. Vaqueiros, agricultores, artesãos: origem do trabalho escravo no Ceará colonial. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 20/21, n. 1 /2, p. 1-29, 1989/1990.
- PORTO, M. G. A tecnologia como forma de violência. In: Sociedade e Estado, vol. VII, nºs 1-2, jan./dez. 1992, pp. 79-97.
- , A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, n.6, p. 75-80, 1994.
- PROENÇA, M. C. Trilhas no Grande Sertão. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1958. (Os Cadernos da Cultura, 114), 101 p.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD Projeto Bra 94/016 Área temática: agricultura sustentável. Texto para o Workshop de janeiro de 1999. São Paulo: Consórcio Museu Emílio Goeldi, 111 p. (Documento inicial).

- Área temática: agricultura sustentável. Texto para o Workshop de janeiro/1999a. São Paulo: Consórcio Museu Emílio Goeldi, 145 p. (Documento final).
- QUEIROZ, T. Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo. Teresina: APeCH/UFPI, 1993 (Série Curto-Circuito, História), 40 p..
- RAFESTIN, C. Ecogénese territoriale et territorialité. In: AURIAC, F., BRUNET, R. Espaces, jeux et enjeux. Paris: Fayard/Fondation Diderot. 1986, 343 p.
- Répères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. Réseaux territoriaux. Cen: Paradigme, 1988.
- RATZEL, F. O povo e o seu território. In: MORAES, A. C. (Org.) Ratzel. São Paulo: Ática, 1990, p. 73-82 (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 199 p.
- RAUL: cerrado precisa produzir em paz para poder crescer. Jornal Diário do povo, Teresina, caderno Agrobusiness, p. 2-3, 30 de abril de 1999.
- REDE CERRADO DE ONGs. Tratado sobre os cerrados. Rio de Janeiro, 1992, 2 p.
- RIBEIRO, D. O Brasil sertanejo. In: ----- O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 339-363.
- RIBEIRO, E. Safra de grãos pode render R\$ 194,5 mi. Jornal Meio Norte, Teresina, seção Cidades, p. 3, 03 de março de 2000.
- RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. Brasília: UNB, 1992, 55 p. (Série Antropológica, 123).
- RICARDO, C. Marcha para o Oeste: a influência da "Bandeira" na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 2 v.
- REIS, A. Gurguéia – o vale da esperança: a maior bacia artesiana do mundo. Brasília: INCRA, 1995.
- RESENDE, M., KERR FILHO, J. C., BAHIA FILHO, A. F. C. Desenvolvimento sustentado do Cerrado. [s. l.], [19--], p. 166-199.
- ROCHA, C. M. C. A região dos Cerrados e as pesquisas desenvolvidas pela Embrapa Cerrados. In: SIMPÓSIO SOBRE OS CERRADOS DO MEIO-NORTE, 1, Teresina, PI, 1997. Teresina: Embrapa/CPAMN, 1997, p. 57-80.
- ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. Carta CEPRO, Teresina, v. 13, n. 1, p. 29-68, jan./jun. 1988.
- RODRIGUES, H. R. Prefácio. In: CAPISTRANO DE ABREU, J. Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. Brasília:

- Editora Universidade de Brasília, 1982, 344 p.
- RODRIGUES, V., LIMA, M. G., FONTELES, M. M., et al. Processos de desertificação no estado do Piauí. Carta CEPRO, Teresina, v. 12, n. 2, p. 85-105, ago./dez. 1987.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 93-101.
- SÁ, L. M. O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Oriental Maranhense. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 1975, 159 p.
- SABOURIN, E. Changement sociaux, action collective e intervention externe. In: CARON, P. SABOURIN, E. (Coord.). Paysans du Sertão: les mutations des agricultures familiales au Nordeste du Brésil. Montpellier: Editions du CIRAD, 2000. (Collection Repères). No prelo.
- SAHLINS, M. Sociedades tribais. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, 148 p.
- SAINT-HILAIRE, A. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geras e a São Paulo (1822). Rio de Janeiro: Nacional, 1932, 242 p.
- Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz. São Paulo; Companhia Editora nacional, 1937 (Tomo primeiro). (Série 5ª - brasileira - vol. 68, Biblioteca Pedagógica Brasileira), 307 p.
- SALIM, C. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, vol. 3, n. 2, p. 297-342, maio/ago., 1986.
- SANTANA, R. M. Evolução histórica da economia piauiense. Teresina: Cultura, 1964, 141 p.
- SANTO AGOSTINHO. Livro X. O encontro com Deus. In: ----- Confissões. De Magistro. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 195-229. (Coleção "Os Pensadores").
- SANTOS, B. S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989, 176 p.
- SANTOS, C. A. Esboço histórico das reuniões sobre cerrados. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1982. (Embrapa-CPAC. Documentos, 6), 28 p.
- SANTOS, J. V. Matuchos: exclusão e luta. Do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993, 282 p.
- A construção de um novo olhar sociológico sobre o campo. (Natureza, História e Cultura. Repensando o Social). Porto Alegre: UFRGS/SBS, 1993a, p. 77-84, (Cadernos de Sociologia Número Especial).

- SANTOS, L. B. Aspecto geral da vegetação do Brasil. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 68-73, ago., 1943.
- SANTOS, M. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. Espaço & Debates, n. 25, p. 59-62, 1988.
- Guerra dos lugares. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 8 ago., 1999, p. 3, c. 5.
- SAWYER, D. Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. In: SEMINÁRIO EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA, MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA, 1981, Brasília. Anais... Brasília: UNB, 1981.
- SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1996, 143 p.
- SCHILLER, N. G., FOURON, G. "Laços de sangue": os fundamentos do estado-nação transnacional. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 48, p. 33-66, junho de 1997.
- SEMINÁRIO PIAUÍ: Caminhos do desenvolvimento. Anais... Teresina: Secretaria do Planejamento do Estado, 1992, 278 p.
- SCOTT, J. The moral economy of peasants: rebellions and subsistence in the southeast Asia. New Haven, Conn: Yale University Press, 1976, 246 p.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. In: Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.
- The idea of progress. In: CICLO DE ESTUDOS TEODOR SHANIN, Recife, 28 de outubro a 03 de novembro de 1999, 6 p.
- SHIKI, S., SILVA, J. G., ORTEGA, A. C. Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Brasília: Embrapa, 1977, 372 p.
- SHIRAIISHI NETO, J. Grilagem de terras no leste maranhense. In: CONCEIÇÃO, F.G. Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995, p. 67-77.
- SILVA, A. B. Padrão tecnológico da agricultura piauiense. Carta CEPRO, Teresina, v. 5, n. 1/2, p. 18-21, jan./ago. 1978.
- SILVA, A. P. et al (coord.) Grande dicionário brasileiro Melhoramentos ilustrado. São Paulo: Melhoramentos, 1975, 5 vol.
- SILVA, E. A. L. M. A duplicidade das regras numa colônia agrícola. Trabalho apresentado à XV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (G.T. Antropologia do Campesinato), Curitiba, 1986.

- SILVA FILHO, G. E. A estratégia dos Pólos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste no contexto das novas teorias de desenvolvimento econômico. Fortaleza: BNB/ETENE, 1998, 13 p. (Versão preliminar).
- SILVA, F. C. S., Camponeses e criadores na formação social da miséria em Porto da Folha no Sertão de São Francisco (1820-1920). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, 1981.
- SILVA, J. G. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192 p.
- SILVA, J. R. Memória histórica sobre a transferência da capital do Piauí. Boletim Geográfico, v. 10, n. 11, p. 720-723, 1952.
- SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, 370 p.
- SIMSON, O. M. V. (org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil) São Paulo: Vértice, 1988, 195 p.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE URUCUI (Uruçuí, PI) Boletim do trabalhador rural. Uruçuí: STR/Uruçuí, fev./2000, 1 p.
- SIRINELLI, J. F. A geração. In: FERREIRA, M.M., AMADO, J. (Orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 131-137.
- SOARES, L. E. Campeinato: ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 230 p.
- SOARES, M. W. Sentimentos apalavrados. Recife: Ed. do Autor, 2000 (Coleção Trem das Letras), 77 p.
- SOARES FILHO, A. R. Ocupar com responsabilidade. Jornal Meio Norte, Teresina, 01 abr., 2000. Opinião, p. 2.
- SOJA no oeste baiano. Jornal Meio Norte, Teresina, 24 jan. 1999. Seção Regional.
- SOUSA, S. V. Cultura de falas e gestos: histórias de memórias. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1997, 185 p.
- SOUZA FILHO, B. A produção de soja no Sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses da região. In: CONCEIÇÃO, F.G. (org.) Carajás: Desenvolvimento ou Destruição? Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995, pp. 243-274.
- A produção de soja no Sul do Maranhão e suas implicações para a pequena produção de alimentos. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia, Belém, v. 12, n. 1, julho de 1996, pp. 37-53.

- STORPER, M. Territorialização numa economia Global. In: LAVINAS, L. et al. Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SUAREZ, M., et al. Seminário – Saber e reprodução camponesa. In: Anuário Antropológico/81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1983, pp. 147-209.
- TAUSSIG, M. The Devil and Commodity Fetishism in South America. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980, 264 p.
- TESE vê relação com viajantes do século 19. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo, 30 de junho de 1996, p. 5 (caderno Mais!: “O sertão místico de Rosa”)
- THINES, G., LEMPEREUR, A. (Dir.) Memória. Dicionário geral das ciências humanas. Lisboa: Edições 70, 1984, pp. 576-581.
- THOMPSON, E. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In:-----, Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial. Barcelona: Crítica. 1979, pp. 238-293.
- , A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 231 p.
- , La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In:-----, Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial. Barcelona: Crítica. 1984, p. 62-134.
- , Senhores e caçadores: as origens da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Col. V. Oficinas da História, 7), 432 p.
- THOMSON, A., FRISCH, M., HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (Orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 65-91.
- TOFFOLI, D. G., OLIVEIRA, R. R. Caçara Agroforestry Management. Human values of biodiversity, [s. l.]: UNEP/Cambridge University Press, 1997. No prelo.
- TORRES, R. W. C. Cerrados piauienses: o celeiro de alimentos para exportação. Carta CEPRO. Teresina, v. 15, n. 1, p. 43-45, jan./jun., 1994.
- , ANDRADE, M. E. S. Os cerrados do Piauí e seus aspectos sócio-econômicos. Carta CEPRO, Teresina, v 14, n. 1, p. 43-50, jul./dez. 1991.
- TRANCERRADO. Jornal Meio Norte, Teresina, caderno Cidade, seção municípios, p. 3, 15 de março de 2000.
- TRAVESSIA – Revista do Migrante. Memória, São Paulo: CEM, v.11, n. 32, set./dez., 1998.
- TUAN, Y. F. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983, 250 p.

- VALENSI, L., RANDLES, W.G.L., CHRÉTIEN, J. P., et al. Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade. Lisboa: Edições 70, 1978, 141 p.
- VASCONCELOS, L. A promessa da terra no vale do Gurguéia. Revista Geográfica Universal, p. 62-75, mar., 1983.
- VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: DIFEL, 1979, 261 p.
- VELOSO, F. A. Planejamento regional e transformação da agricultura tradicional – lições da experiência no estado do Piauí. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 1998, 248 p.
- VERGARA, M. A. C., Cotidiano e memória na cidade histórica de Piratini-RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1997, 186 p.
- VIDAL DE SOUZA, C. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997, 171 p.
- VILELA, S. L. Globalização e emergência de múltiplas ruralidades: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Campinas. 1999, 205 p.
- MORAES, M. D. C. Para além da agricultura familiar. In: SEMINÁRIO AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Jaguariúna: Embrapa/CNPMA, dez., 1997. No prelo
- VILLAR, A. A. Território. In: SILVA, B. (Coord.) Dicionário de Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p.1227-1229.
- VINCENT, J. A sociedade agrária como fluxo organizado: procesos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.) Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Global Universitária, 1987, p. 375-402.
- WACHTEL, N. History and Anthropology. London: United Kingdom, 1986, v. 2, p. 207-224. (Special number: Between memory and history).
- WAGNER, E. Política de ocupação e utilização dos cerrados. Brasília: Embrapa – DID, 1981, 13 p.
- WAIZBORG, L. Pequena sociologia das notas de rodapé. Novos Estudos CEBRAP, n. 48, p. 183-186, jul. 1997.
- WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária, Campinas, 25, (2/3): 37-57, mai./dez. 1995.

- Raízes históricas do campesinato brasileiro. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17 (Processos Sociais Agrários), Caxambu, MG, Outubro de 1996, 20 p.
- O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, 1997, Natal, Anais.. Natal: SOBER, 1997, p. 90-113.
- Laboratório de observação permanente sobre as transformações do mundo rural do Nordeste. Marco de referência. Recife: UFPE, 1999, 13 p.
- WANIEZ, P. Les cerrados un "espace frontiere" brésilien. Montpellier: Reclus/Orstom, 1992, 334 p.
- WEBER, M. Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, 1.237 p.
- WEBER, R. Relato de quem colhe relatos: pesquisa em história oral e ciências sociais. DADOS; Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 39, n.1, p. 163-183, 1996.
- WOLF, E. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 150 p.
- Guerras camponesas no século XX. São Paulo: Global, 1984, 361 p.
- WOORTMANN, E F. O sitio camponês. In: Anuário Antropológico/81. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, p. 164-203.
- A árvore da memória. In: Anuário Antropológico/92. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, pp. 113-131, 250 p.
- Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo/Brasília: HUCITEC/EDUMB, 1995, 336.
- WOORTMANN, k. Com parente não se neguceia. Série Antropológica n° 69, Brasília: UnB, [198-], 101 p.
- YATES, F. L'art de la mémoire. [Paris]: Galimard, 1975, 432 p.

ANEXOS

ANEXO I¹

GLOSSÁRIO SUCINTO

Abeirar – Beirar.
Aboi – Aboio.
Adoar – Doar.
Adonde – Aonde; onde.
Agregado – Morador.
Agresto – Agreste. Tipo de capim nativo do cerrado, encontrado principalmente nas chapadas.
Agricultormente – Ao modo do agricultor; no sentido de prática do ofício de agricultor.
Ajuntar – Juntar, reunir.
Alimpar – Limpar.
Alumiar – Iluminar.
Amadrocer – Amadurecer.
Amarradio (Amarradilho) – Nó (no sentido figurado de *entrave*).
Amedontração – Ameaça.
Amelhorar – Melhorar.
Apelo – No sentido de solução.

¹ Convém lembrar que as palavras que merecem explicação cabem em diferentes grupos. O grupo das *variantes de pronúncia* contempla as *verdadeiras variantes* e as *variantes "livres"*. Quanto às primeiras, não é possível pronunciar na maneira pretendida a palavra a partir da forma escrita padrão (caso, por exemplo, de: Amadrocer – Beirar; Aboi, etc.). Nesse sentido, foi mantida a grafia que melhor exprime a forma utilizada na fala dos narradores. Quanto às *variantes livres* (Exemplos: arroiz, butiquim, ligume, pião, são meras variantes de pronúncia de arroz, botequim, legume, peão) – isto é, podem ser pronunciadas de diferentes maneiras, com a mesma grafia. O entendimento, aqui, foi o de não adotar uma grafia diferenciada. Há ainda os *Regionalismos verdadeiros* (quase sempre estão dicionarizados (cf. Ferreira, 2000) que se subdividem em: *Autênticos regionalismos* – frequentemente, uma palavra preexistente que é dotada de novo significado (exemplos: Assuntar – Aviamento – Despesa da casa – Enleirar – Erado – Legume) e, finalmente, há os *Pseudo-regionalismos* – formas do português castiço que se mantêm em uso na zona rural, como: Bagem – Vagem – Capoeira – Leira – Monstro (usado como adjetivo) – Ourelo – Quartos – Ruma.

Apiorar – Piorar.
Aposento – No sentido de aposentadoria.
Aradação, aradada – Trabalho de arar a terra.
Área velha matadeira – Terreno utilizado de forma intensiva, sem que a mata tenha-se recuperado. O mesmo que “Área velha cansada”.
Arrodear – Rodear.
Assujeitar – Sujeitar.
Assuntar – Prestar atenção, considerar, verificar.
Aviamento – Equipamento da casa-de-farinha.
Bage – Bagem, vagem.
Balsa – Transporte fluvial feito de toras de madeira (no caso, troncos de buritis).
Baxiado – Terreno de baixão.
Beico do brejo – Terreno na orla do brejo.
Bem de juntinho – Próximo, beirando.
Boca de vão ou perna de vão – extensões do baixão.
Brocar – Ato de cortar arbustos ou mato, preparando terreno para a roça.
Cabeça de morro – Terreno alto considerado ruim, rochoso.
Cacete – Pedaco de pau utilizado na *bateção* dos cereais após a colheita.
Cada quem – Cada qual; cada um.
Capoeira – Vegetação secundária.
Capanga – Espécie de bolsa de tecido, couro ou de palha de buriti usada para finalidades diversas. É usada, amarrada à cintura, na colheita do *legume*.
Carregação – mal feito; mal-acabado. Localmente, usado no sentido de feito em série por oposição ao feito artesanalmente.
Catar – Escolher o arroz.
Cocho – Espécie de vasilha, em geral feita com tronco de madeira escavada, para a água ou comida do gado, para lavar a mandioca (na desmancha), etc.
Coento – Coentro.
Coifos – Espécie de cesto, feito de tala de buriti.
Coivara – Restos ou pilhas de ramagens

- não atingidas pela queimada, na roça, à qual se ateou fogo e que se juntam para serem incinerados a fim de limpar o terreno e adubá-lo com as cinzas, para uma lavoura.
- Colhedeira** – Colheitadeira.
- Colocação** – Emprego de vaqueiro.
- Combater o gado** – Lutar para manter o gado.
- Compro** – Usado como participio passados de comprar, no sentido de comprado.
- Conterrantes** – Conterrâneos.
- Cravim** – Cravo-da-india.
- Cuim do arroz** – Palha fina do arroz da casca pilado.
- Cumin** – Cominho (tempero).
- Dar a diária** – Trabalhar como diarista.
- Desencolocar** – Perder a colocação, isto é, o emprego.
- Despesa da casa** – No sentido de *consumo* da casa.
- Direito** – No sentido de *dever, obrigação*.
- Embuchado** – Grávido: referente ao arroz que também embucha, como as mulheres.
- Empeleita** – Empreita.
- Empendurada** – Dependurada.
- Em riba** – Em cima de; sobre.
- Enfrentante** – Cabeça de grupo, representante do grupo de plantadores de arroz.
- Engarranchar** – Juntar os garranchos para queimar.
- Enleirar** – Fazer leiras.
- Enviçar** – Criar viço. Usado no sentido de a planta produzir muita folhagem.
- Era** – No sentido de ano.
- Erado** – Animal adulto, próprio para reprodução ou para o corte. Animal gordo, bom para corte, no Mato Grosso e Nordeste.
- Estar bem presente** – Ter certeza.
- Estiorar** – Estiolar.
- Expresso** – Ônibus.
- Familhinha** – Diminutivo de família.
- Farinhada ou Desmancha** – Operação de reduzir a mandioca a farinha.
- Farinhra** – Fazer farinha.
- Festejo** – Festividade.
- Ficar besta** – Ficar admirado.
- Ficar se batendo** – Lutar pela sobrevivência.
- Foicinha** – diminutivo de foice
- Foi o ente** – No sentido de tempo em que determinado fato aconteceu.
- Frandosa** – Frondosa.
- Fritado** – frito.
- Froxar, frouxar** – Afrouxar.
- Garrinha [de terra]** – área pequena.
- Guentar** – Agüentar.
- Interior** – A região do município, excluindo a sede. Utilizado no sentido de oposição à cidade; sítio no baixão.
- Judie** – Maus tratos; judiação.
- Juízo** – Juiz.
- Lajeiro** – Afloramento rochoso.
- Lavrar** – Cultivar a terra.
- Legume** – No sentido de qualquer cereal. A variante pronúncia local é “ligume”.
- Leira** – Sulco para receber a semente, canteiro entre dois regos, pequeno campo cultivado, elevação de terra entre dois sulcos. Usado ainda no sentido de monte de restos de arbustos cortados durante limpas dos terrenos.
- Litrar** – Guardar em um litro (referindo-se ao engarrafamento doméstico do azeite do coco babaçu).
- Madrocer** – Amadurecer.
- Máquina** – Equipamentos agrícola como: trator, máquina de beneficiamento do arroz, plantadeira, colheitadeira..
- Matraca** – Implemento agrícola: plantadeira manual.
- Meninozinho** – diminutivo de menino.
- Minréis** – Mil-réis.
- Miuça ou Miúça** – designação dada entre os camponeses nordestinos ao gado caprino e ovelhum. Entre os camponeses investigados, essa definição estende-se ainda aos suínos.
- Mode** – Modo; no sentido de *por modo de, a modo que*.
- Monstro** (usado como adjetivo) – Muito grande, fora do comum.
- Mundo de Terra** – Grande quantidade de terra.
- No sorteio** – No sentido de plantar vários legumes juntos em uma mesma área.
- Oleria** – Olaria.
- Ourelo** – Variante de *ourela*. Margem, beira, costa: “ourela do baixão”.
- Panhar** – Apanhar. Usado no sentido de colher (“panha do arroz”), contratar (“panhar o professor); de herdar (“terreno panhado do

pai”).

Pano de frito – Comida para viagem, farnel.

Parição [do arroz] – Época de o arroz soltar o cacho: “parto” do arroz.

Peãozadinha – Vaqueiros jovens.

Pender do sol – Por do sol; fim do dia.

Percar – Perder. De perca, no sentido de perda.

Perdido – No sentido de grande quantidade, ou seja, numa quantidade em que não é possível utilizar tudo; desperdiçado.

Pisar – Pilar.

Plantar no pó – Plantar antes de chover.

Porção de – No sentido de grande quantidade.

Por via – Devido a, por modo de.

Pretensão – No sentido de aspiração, intenção, vocação.

Quando eu me entendi – No sentido de se referir a quando começou a perceber o mundo, a vida. Tempo do qual é possível se lembrar.

Quartos – Ancas, cadeiras, quadris.

Quatro providências do mundo – Quatro cantos do mundo; por toda parte.

Quebra-jejum – Desjejum.

Relar – Ralar.

Renda limpa – no sentido de pagamento da renda em produto com o arroz passado pela pré-limpeza no secador.

Resinha – Diminutivo de rês.

Ruma – Pilha, grande quantidade.

Sementinha de gado – No sentido da *quarta* ou *quarto*, a parte da partilha do rebanho que cabe ao vaqueiro.

Seu ninga – “Seu ninguém”. Ninguém.

Talhado – No sentido de trecho de um rio apertado entre ribanceiras íngremes; propício; barrancas de um rio.

Tirar a moita – Fazer a limpeza do mato que brota junto com o arroz.

Tirar conta – Calcular.

Tocar no meio do mundo – Viajar, andar muito.

Tomar de conta – Cuidar, tomar conta de algo ou de alguém; apropriar-se.

Trasado – atrasado.

Trem – objetos.

Vaqueirar – Atuar como vaqueiro.

Vaqueirice – Ofício do vaqueiro.

Vereda – Terrenos úmidos.

Ventar – Limpar o arroz, suspendendo-o ao vento, em peneiras.

Voluntário – Livre, à vontade.

Xerém – Milho pelado grosso, que não passa na peneira; canjiquinha.

ANEXO 2

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Quadro 1:
Distribuição espacial da área de cerrados no Brasil – 1977

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA ÁREA DE CERRADOS NO BRASIL – 1977
(%)

ESTADO	ÁREA DE CERRADOS (Milhões/ha)	PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO À ÁREA TOTAL DO ESTADO	PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO À ÁREA DE CERRADOS DO BRASIL
1. Goiás	55,5	88,0	30,0
2. Mato Grosso	47,9	39,0	26,0
3. Minas Gerais	30,8	53,0	17,0
4. Piauí	11,5	46,0	6,0
5. Bahia	10,5	19,0	6,0
6. Maranhão	9,8	30,0	5,0
7. Roraima	4,4	19,0	2,0
8. São Paulo	4,1	17,0	2,0
9. Pará	3,9	3,0	2,0
10. Amazonas	2,0	1,0	1,0
11. Distrito Federal	0,6	100,0	1,0

FONTE: Dados diversos extraídos do documento referente ao IV Simpósio sobre o Cerrado: Bases para utilização agropecuária (Fundação CEPRO, 1992).

ANEXO 3

Quadro 2

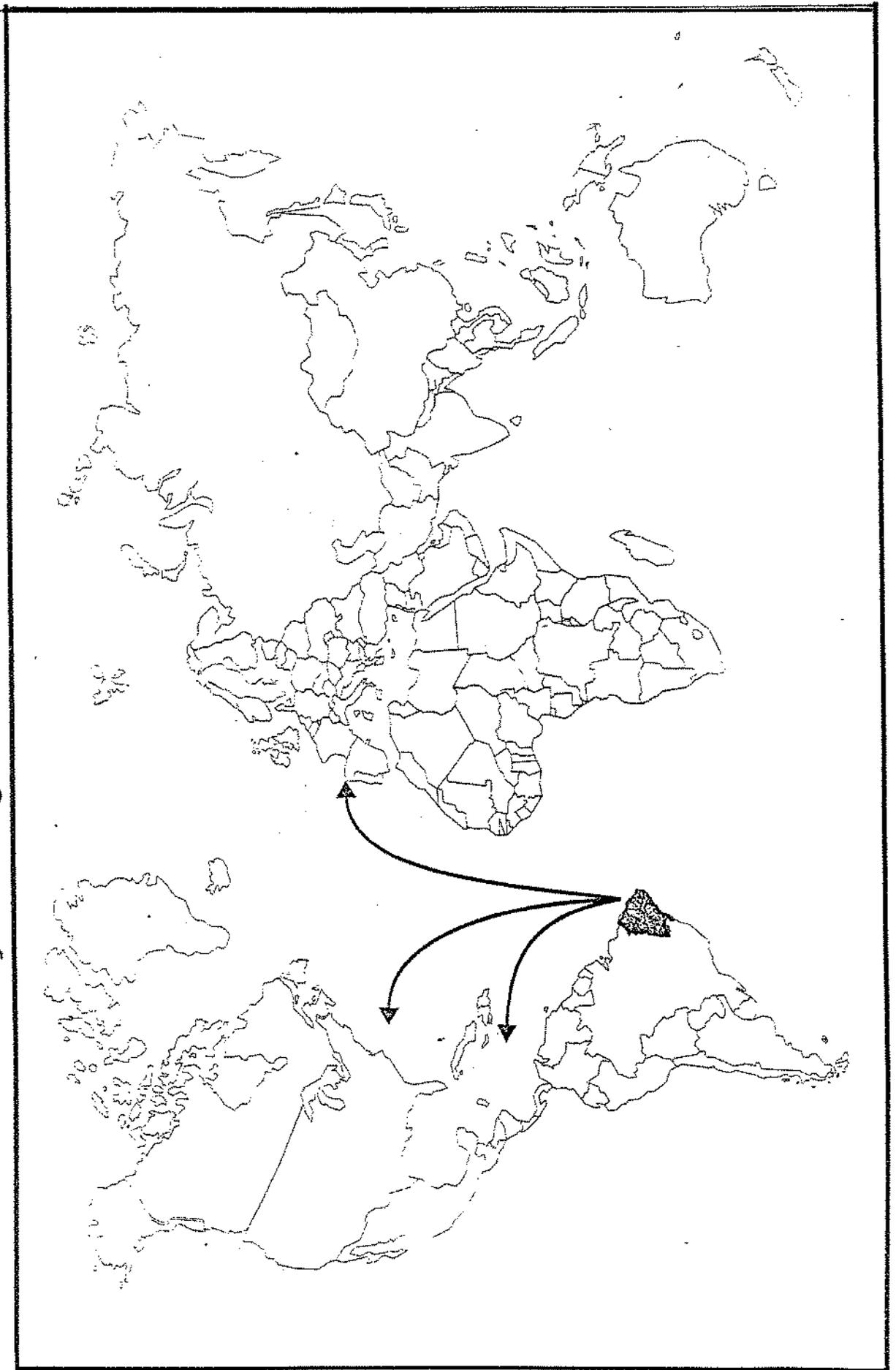
UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTEÁREAS COM INCENTIVOS DO Fiset/REFLORESTAMENTO NO PIAUÍ
CASTANHA DE CAJU – PERÍODO 1977/87

MUNICIPIOS	ÁREAS	%
Ribeiro Gonçalves	48.292,82	44,36
Uruçuí	28.426,74	26,11
Demais Municípios do Cerrado	20.067,18	18,43
Demais Municípios do Estado	12.084,78	11,10
TOTAL DO ESTADO	108.871,52	100,00

Fonte: IBAMA (Oliveira, 1999).

ANEXO 4- Pólo Uruçuí-Gurguéia. Mapa dos Principais mercados

Pólo Uruçuí Gurguéia X Principais Mercados



CADERNO DE REGISTRO FOTOGRÁFICO

“A fotografia fixa, embora muda, admite uma volta infinita ao ponto de observação, uma contemplação detida, longa e repetida. Que este momento de contemplação seja propício ao aflorar de outras imagens, adormecidas no fundo da memória de cada um, e despertadas por estas (...) [aqui] apresentadas” (Moraes, 1999: 328).

Sinais dos tempos...

Na extensa planura da chapada, a monocultura praticada nos grandes projetos:



Foto 1 – Campo de Soja – Município de Baixa Grande do Ribeiro

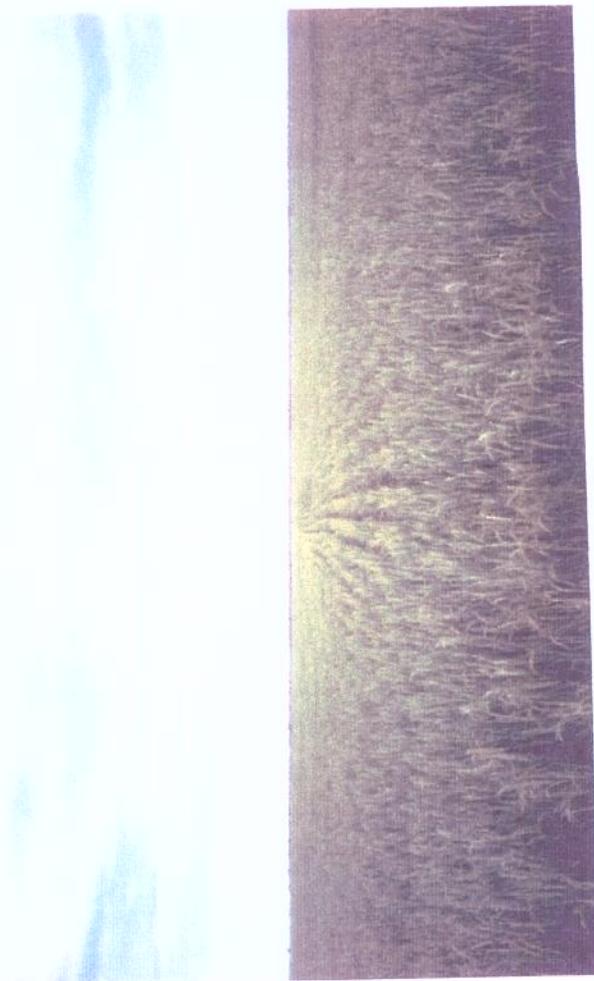


Foto 2 – Campo de Arroz – Município de Bom Jesus



Foto 3 – Rotina da Modernização Agrícola: Pesquisadores da Embrapa/CPAMN, acompanhando experimentos na chapada.



Foto 4 – Sinais dos Tempos e da *Era dos gaúchos*: A faixa convida para a realização, em Uruçuí, da *Oktoberfest*, uma festa tradicional do Sul do país.



Foto 5 – A luta pela terra: o projeto *Saponga*, abandonado e ocupado por camponeses de Uruçui. Na foto, representantes do STR/Uruçui.

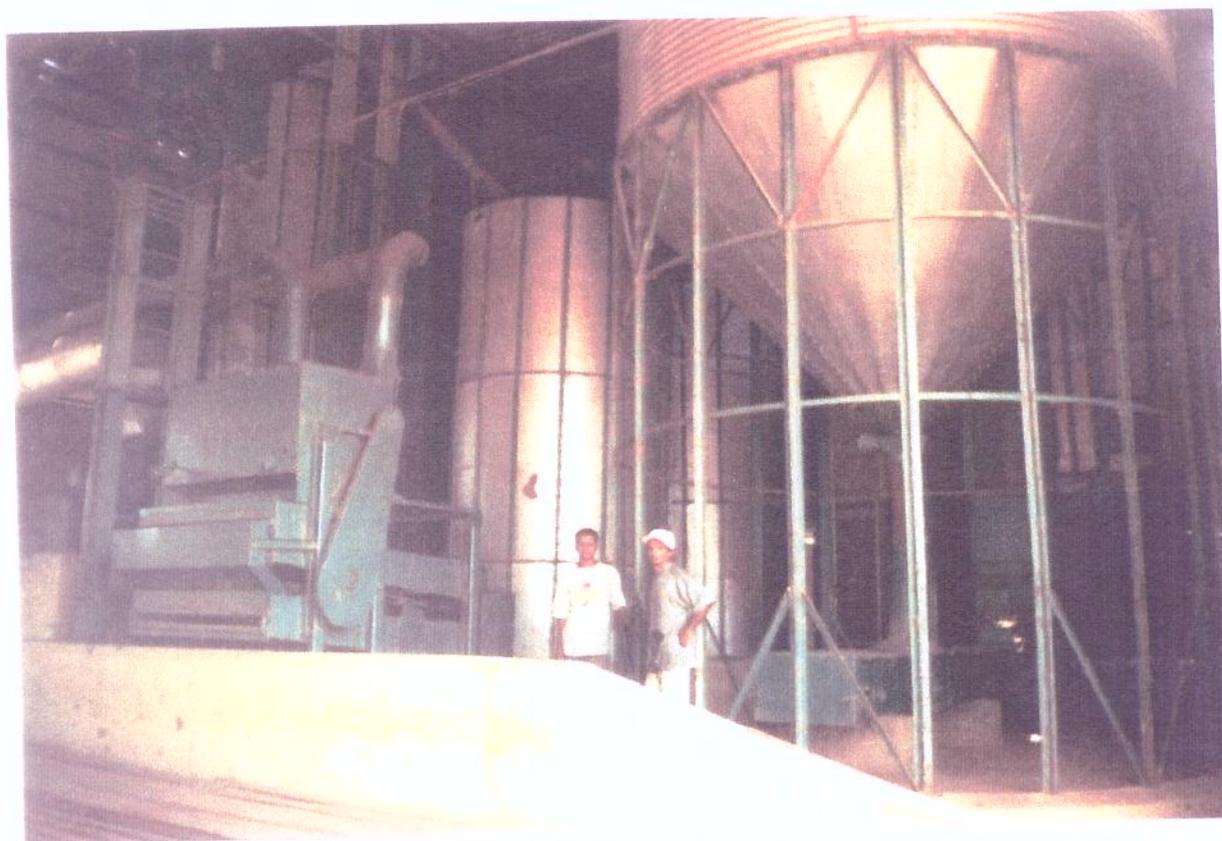


Foto 6 – Espólio da Era dos Projeteiros: Secadores abandonados. Projeto Saponga. Na foto, representantes do STR/Uruçui.

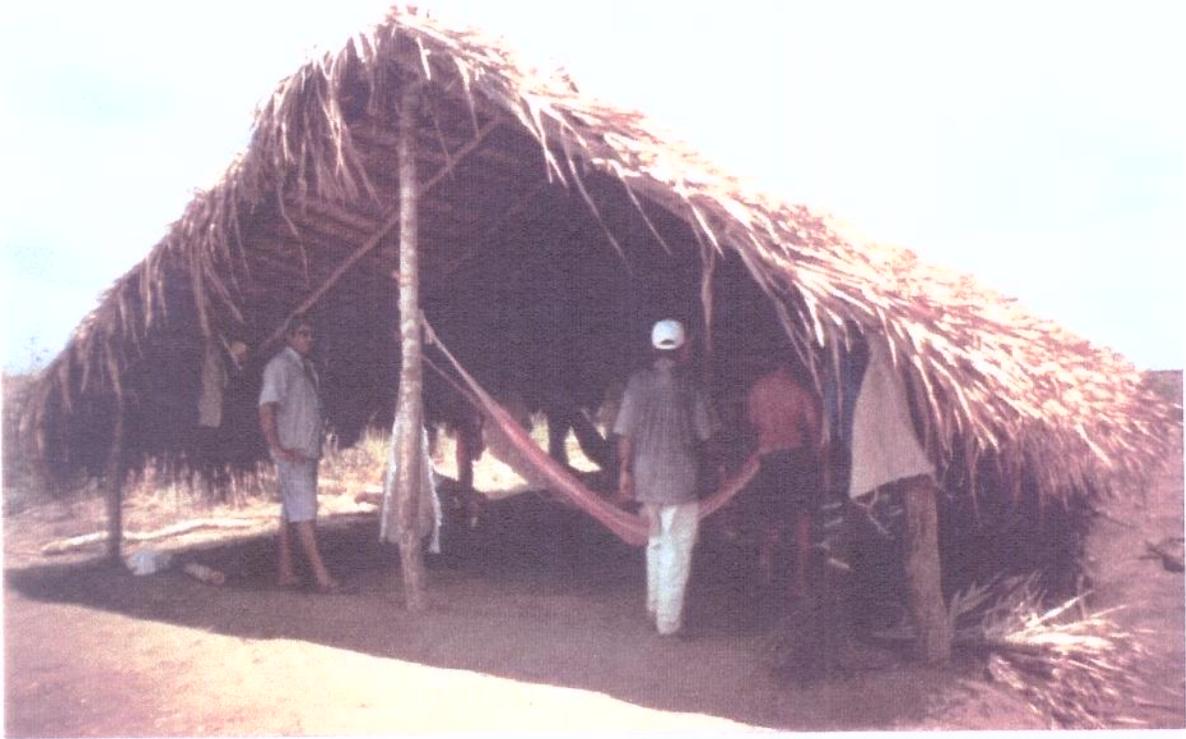


Foto 7 – A luta pela inclusão no *negócio do cerrado* (I): acampamento de camponeses, na chapada, a época do plantio de arroz. Fazenda Tucum.



Foto 8 – A luta pela inclusão no *negócio do cerrado* (II): Transporte de materiais para áreas de plantio de arroz na chapada. Fazenda Saponga



Foto 09 - Estruturas materiais da luta: a construção da sede da Cooperativa dos pequenos Produtores do Município de Antônio Almeida



Foto 10 - Veículos da *travessia* (I): o vai-e-vem da *cidade* para o *interior* e vice-versa Uruçui.



Foto 11 - Veículos da *travessia* (II) atravessando o rio Uruçui Preto em direção a Comunidade de Bananeira



Foto 12 - Comércio da fava d'anta - Município de Uruçui



Foto 13 – Família camponesa em frente à casa de morada do *interior*. Comunidade de Sangue, Uruguí.



Foto 14 – Economia da reciprocidade: os próprios camponeses, coletivamente, vacinam seus rebanhos. Comunidade de Bananeira, Uruguí.



Foto 15 – Uma casa de farinha. Comunidade de Bananeira, Uruçuí.

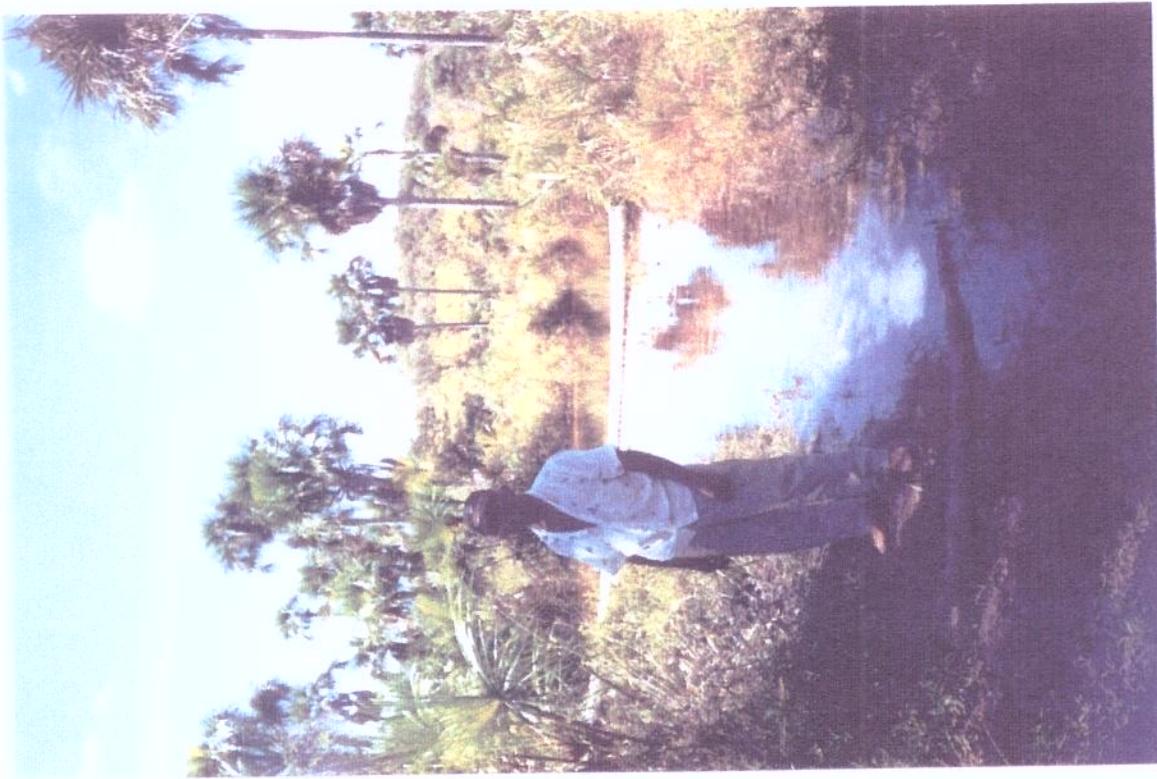


Foto 16 – Um camponês em sua área de brejo. Comunidade de Sangue, Uruçuí.



Foto 17 – Arrancando macaxeira, no quintal, para o almoço. Comunidade de Sangue, Uriçuí



Foto 18 – O vaqueiro



Foto 19 – Vista de uma área de baixão (entre Uruçui e Antônio Almeida), a partir da chapada.



Foto 20 – Açude do Careca na memória afetiva de D. Maria, o lugar onde iniciou seu romance com seu Gervasio.



Foto 19 – Vista de uma área de baixão (entre Uruguai e Antônio Almeida), a partir da chapada



Foto 20 – Açude do Careca na memória afetiva de D. Maria, o lugar onde iniciou seu romance com seu Gervasio

A diversificada utilização do *coco* e do *buriti* na vida dos camponeses dos cerrados



Foto 21 – Um *buritizal* Comunidade de Bananeira, Uruçui



Foto 22 – Na confecção de utensílios domésticos.



Foto 23 – Na edificação



Foto 24 – Na construção de banheiros nos quintais



Foto 25 - Na construção de chiqueiros de galinhas



Foto 26 - Na confecção de paióis para armazenamento do legume



Foto 27: Fios e tramas da vida camponesa nos cerrados



Foto 28: Sede da COOPAGRI – Uuçui



Foto 29: Imagem da luta e da resistência: o que sobrou do campo de arroz destruído por incêndio provocado pelo fogo ateado à vegetação da chapada por caçadores. Acampamento Saponga.



Foto 30: Imagem da luta, da resistência e da construção do futuro: a sala de aula improvisada no Acampamento Saponga.

Camponeses "limpando arroz" para plantio em grupo na chapada. Sede da COOPAGRI – Uruçuí

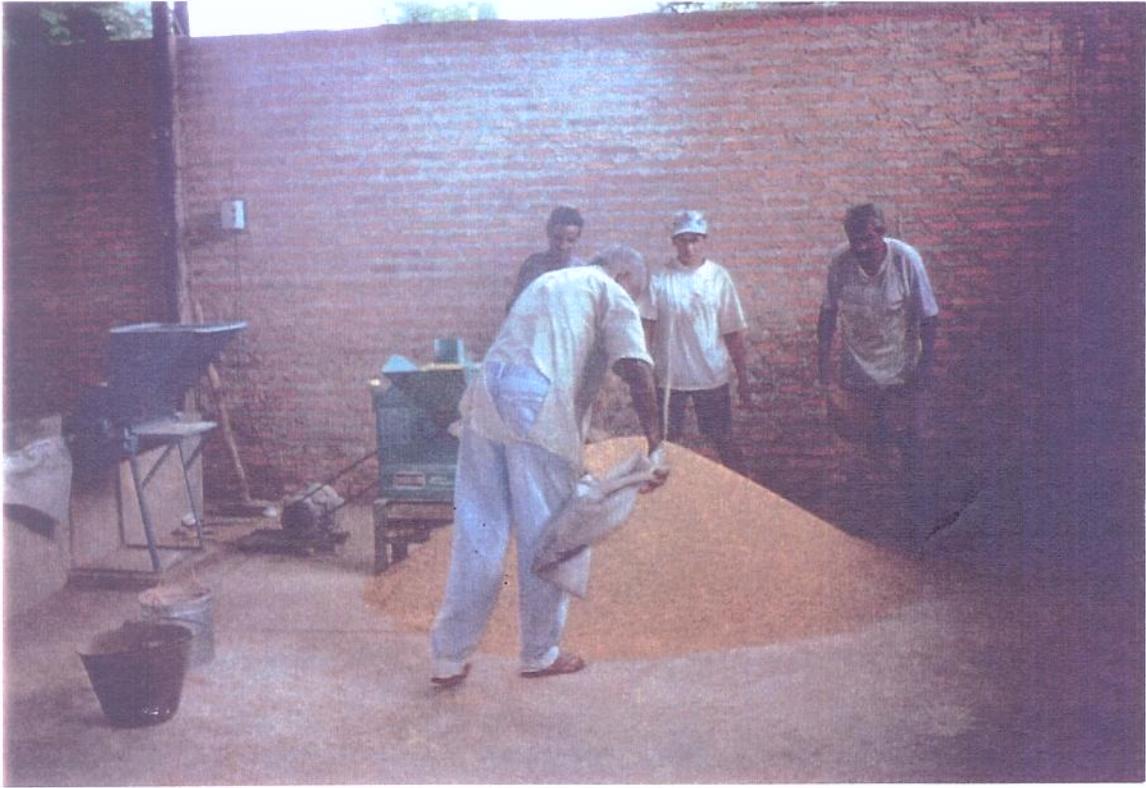


Foto 31

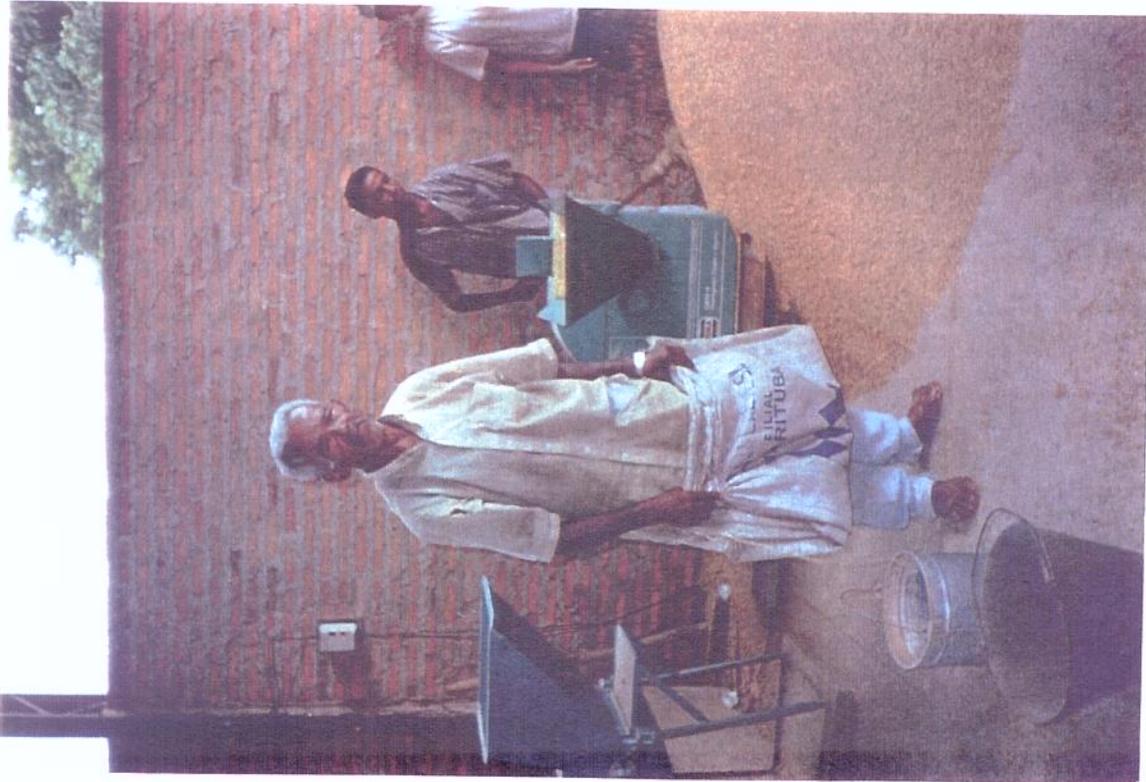


Foto 32

ANEXO 6 - Quadro 3 - Esboço do Calendário Agrícola dos Camponeses

Meses	Terreno	Atividades	Divisão do trabalho	Ferramentas e técnicas	Aproveitamento Residual
Set./ Outubro	Baixão	Destoca e queima das áreas a serem cultivadas. Em torno de 1 hectare	Trabalho predominantemente masculino	Enxada, facão e foice.	-
Nov./de zembro	Baixão	-Após as primeiras chuvas, planta-se o legume e as verduras. -Formação de pasto	-O plantio de grãos com a <i>matraca</i> (milho, arroz, feijão) é trabalho masculino. As mulheres participam do trabalho manual: preparando e plantando as <i>manivas</i> e a fava -Trabalho Masculino	Matraca Plantio manual	-Produtos complementares (frutas e verduras) podem ser plantados no meio da roça. -Pode ser plantado algum legume na área. -Ração animal e Carvão.
	Baixão/ Chapada	-Coleta de pequis	-Trabalho predominantemente feminino e infantil.	Manual	
Jan./fev	Baixão	Colheita do feijão das águas	Toda a família	Colheita manual	Palhada p/ o gado
Març./ abril	Baixão	Colheita do arroz <i>Quebra</i> do milho	Toda a família	Colheita manual	Palhada p/ o gado
Junho	Baixão	Plantio do feijão de fim das águas	Atividade predominantemente masculina	Matraca	-
Agosto	Baixão	Colheita do feijão de fim das águas	Toda a família	Colheita manual	Palhada p/ o gado
Junho	Baixão	Plantio do feijão de vazante	Atividade predominantemente masculina	Matraca	-
Junho/ julho	Baixão	Colheita do milho	Toda a família	Colheita manual	-
Agosto		Colheita do feijão de vazante	Toda a família	Colheita manual	Palhada p/ o gado
Junho/ Julho	Chapada Baixão	-Queima do <i>capim agreste</i> -Colheita da mandioca (após 18 a 24 meses do plantio) e <i>Desmancha</i> .	-Trabalho masculino - <i>Arrancar</i> (colher) a mandioca é trabalho predominantemente masculino -Raspar a mandioca, lavar a massa, lavar a tapioca, secar ao sol e ensacar é trabalho predominantemente feminino; -Torrar a massa nos fornos é trabalho predominantemente masculino; -Quando a farinha é grande, contrata-se mão-de-obra, em geral, feminina.	- Casas de farinha própria ou alugada equipadas com: -Fornos -Motor -Cochos	Ração animal (cascas)
Julho/ Setemb.	Região	Venda de mão-de-obra	- De filhos homens, nas fazendas da região e de mulheres para as <i>farinhadas</i> ;	-	-
	<i>Interior</i> e cidade	Serviços	-Consertos de casas, chiqueiros, cercas, trabalho de olaria para reformas e construções das próprias casas; serviços diversos (pedreiro, carpinteiro, oleiro) prestado a outros;	-	-
	No baixão				
	Pred. na cidade	Coleta de buritis e do <i>coco</i> Negócios-Comercialização dos produtos da safra colhida	-Trabalho predominantemente feminino e infantil; -Ativ. pred. masculina	Manual -	Ração animal e carvão -
Set./ outubro		Reinício do ciclo agrícola anual	-	-	-

ANEXO 7: Informações Complementares ao mapa cognitivo I (Cap.V)

Na fazenda Barnaura

Este é o nome geral sempre ao
local tem um nome.

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

Flávio na fazenda com jardim
Jatania vão da fazenda

Adriana o suco de

Miriam fazenda mangueira

Amélia Souza da Lagoa

João Ribeiro Barra da Ananias

Dani vão da festa

Adriana vão do zé antônio

Francisco de Sousa Lima apelido Chico da
fazenda Bredandia Barra dos Ananias

Joana Barra do Turun

marcel Carlos prata pimenta

Madaci Barra da Lagoa no quimiparuro

Paulo no Brejo

Flávio vão da Adooca

ANEXO 8

Alguns dados estatísticos do Município de Uruçuí

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Quadro 1- População

Urbana	Rural	Total
9.953	5.477	15.430

Fonte: Contagem da População, IBGE, 1996.

Quadro 2- Condição do Produtor

Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)	Estabel.	Área (ha)
477	182.192	23	233	1	1	365	6.299

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1996

Quadro 3- Estabelecimentos por grupo de área total (hectare)

	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração
Uruçuí	334	287	104	77	48	16	-

Fonte: Censo Agropecuário de 1995-96

Quadro 4- Utilização das terras em 31.12. 1995

Área total	Lavouras Permanentes e Temporárias	Pastagens Naturais e Artificiais	Matas Naturais e Plantadas	Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
188.724	11.591	16.941	82.917	67.537

Fonte: Censo Agropecuário de 1995-96¹

¹ Para demais municípios da região, cf. IBGE (2000).

ANEXO 9

Siglas Utilizadas

- ABIA** – Associação de Irrigantes da Bahia
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGRO-PEC – Empresa Agropecuária e Colonizadora
ANDES-SN – Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CAMPO – Companhia de Promoção Agrícola
CANEL – Central Agrícola Nova Era
CDE – Conselho de Desenvolvimento Econômico
CEFAS – Centro Educacional São Francisco de Assis
CENARGEN – Centro Nacional de Pesquisa em Recursos Genéticos
CEVAL – Agroindústria Cereais do vale S/A (Grupo Hering)
CIAT – International Center of Tropical Agriculture
CIMMYT – *International Maize and Wheat Improvement*
CIP – *International Potato Center*
CIRAD – *Center de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement*,
CNPAF – Centro Nacional de Pesquisas em arroz e Feijão
CNPG – Centro Nacional de Pesquisa de gado de Corte
CNPH – Centro Nacional de Pesquisas em Hortaliças
CNPMS – Centro Nacional de Pesquisas em Milho e Sorgo
CNPSSO – Centro Nacional de Pesquisa em Soja
CNPT – Centro Nacional de pesquisa em Trigo
COACERAL – Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil
COARC – Cooperativa agrícola Mista do Rio Corrente
COMDEPI – Companhia do Desenvolvimento do Piauí
COMESF – Cooperativa Mista de Projetos de Irrigação do Médio São Francisco
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da agricultura
COPERGEL – Cooperativa de Produtores de Grãos dos Gerais
COTIA – Cooperativa Agrícola de Cotia
COTRIROSA – Cooperativa Triticola Santa Rosa
CPAC – Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado
CPAMN – Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio Norte
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPR – Certificado de Participação em Reflorestamento
CREA-PI – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Piauí
CRVD – Companhia Vale do rio Doce
DNPEA – Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuária
ECO/92 – Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
EIA/RIMA – Estudo de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos Ambientais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FENASOJA – Festa Nacional da Soja
FETAG – Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Piauí
FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia
FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste
FISSET – Fundo de Investimento Setorial
FUNCERRADO – Fundação de Defesa do Cerrado

- FUNDAÇÃO CEPRO** – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e sociais do Piauí
- GEOECONÔMICA** – Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
- GTDN** – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- HVF** – *High Value Food*
- IAC** – Instituto agrônômico de Campinas
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
- IBDF** – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCA** – Indústria Nordestina de Carnes
- INRA** – Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola
- IPEA** – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- IRRI** – *Internacional Rice Research Institute*
- JICA** – *Japan International Cooperation Agency*
- MIR** – Ministério da Irrigação
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- ORSTOM** – Instituto Francês de Pesquisa Científica para o Desenvolvimento e Cooperação
- PADAP** – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba-MG
- PAPP** – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PCEN** – Programa Corredor de Exportação Norte
- PC-GEBAL** – Projeto de Colonização Gerais de Balsas
- PDRI** – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado
- PFL** – Partido da Frente Liberal
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PIS** – Programa de Integração Social
- PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- POLAGRIS** – Pólo Agroindustrial do Sul Maranhense
- POLOCENTRO** – Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
- POLONORDESTE** – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
- POLONOROESTE** – Programa Integrado
- PRODECER** – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado
- PRODEGRAN** – Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados
- PRODEPLAR** – Programa de Ação para Desenvolvimento do Vale do Parnaíba
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PROTERRA** – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- OLVEBASA** – Indústria e Comércio de Óleos Vegetais
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- SBS** – Sociedade Brasileira de Sociologia
- SEPLAN** – Secretaria do Planejamento
- SOBER** – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
- SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- T-D-R** – Territorialização, desterritorialização, reterritorialização
- UEPAE** – Unidade de Execução de Pesquisa Agropecuária Estadual
- UFPB** – Universidade Federal da Paraíba
- UFPI** – Universidade Federal do Piauí
- UFV** – Universidade Federal de Viçosa
- UnB** – Universidade de Brasília
- UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas
- VALEC** – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A

ANEXO 10- Planta do Assentamento Flores



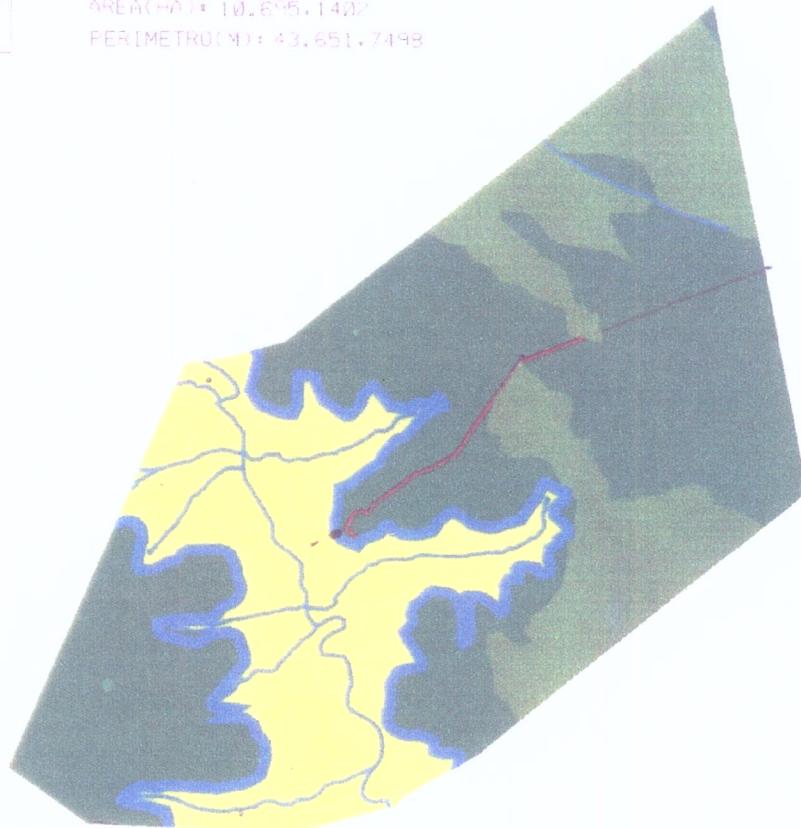
GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ - SR(24)
 GRUPO DE CADASTRO RURAL - SR(24)C
 GRUPO DE CARTOGRAFIA E RECURSOS NATURAIS - SR(24)C-2

556 481,55

9 164 950,30

NOME: FAZENDA FLORES
 COD.: 128.031.006.491-3
 DETENTOR: JOSE CAVALCANTE LTDA
 MUNICÍPIO: URUCUI - PI
 ÁREA(HA): 10.695,1402
 PERÍMETRO(M): 43.651,7498

UNICAMP
 BIBLIOTECA CENTRAL
 SEÇÃO CIRCULANTE



USO DA TERRA

■ AD3 - ESTRADAS	11,0971 ha
■ C23 - CERRADO TÍPICO	4.948,9164 ha
■ C23 - CERRADO TÍPICO - ÁREA QUEIMADA	2.234,6481 ha
■ D00 - SUBST. VEGETAÇÃO NATIVA - BAIXDES	2.493,6173 ha
■ U01(U10) - ÁREA DE P. PERMANENTE	1.006,8613 ha

9 147 091,63

556 481,55

ESCALA 1:120.000

OBS: -
 MAPA ELABORADO A PARTIR DE INTERPRETAÇÃO
 DE IMAGEM DE SATELITE E DADOS COLETADOS
 EM CAMPO PELO AGRÔNOMO RESPONSÁVEL
 PELA VISTORIA.

PARA USO EXCLUSIVO DO ORGÃO.

FONTE

IMAGEM LANDSAT-TM FORMATO DIGITAL
 BANDAS 3/4/5 - ÓRBITA/PONTO: 220 005
 PASSAGEM EM 01/10/1999

CP. EST. GRÁFICA TERESINHA DE JESUS COIMBRA

ENG. AGR. RESPONSÁVEL

ANEXO 11

Cópia de Carta de Anuência referida pelo seu Gervásio

URUCUI-425 05.11.98
Local e Data

Banco do Brasil S/A
Ag. URUCUI-PIAUI

Sr. Gerente-Geral,

Declaramos que o/s/ Sr./s/ _____
pretendente /s/ a financiamento nesse Banco,
tem a nossa irrestrita e irrevogavel autorizacao para explorar,
em regime de CESSAO GRATUITA, a area de 05 ha da
propriedade denominada FAZ. REDENHO, situada no
municipio de URUCUI, Estado do PIAUI,
para explorar a cultura de ARROZ DE SEQUEIRO
imovel esse de que somos PROPRIETARIOS, conforme
F.P.C.V. transcrita sob o nr. 1124, livro _____,
fls. 97, em 24.10.95, do Cartorio de Registro de
URUCUI-PIAUI.

Autorizamos, outrossim, ao/s/ aludido/s/ senhor/es/
constituir, quando julgado necessario por esse Banco, penhor da
totalidade da safra relativa nao soh ao periodo agricola
98/99 como ao imediatamente seguinte, das
lavouras existentes ou que venham a ser formadas no imovel acima
descrito ou, ainda, penhor dos materiais agrarios, benfeitorias
e semoventes de sua propriedade, localizados no imovel citado.

Pela presente e melhor forma, damos, tambem,
autorizacao ao referido arrendatario ou similar para, com o
produto oriundo da venda da totalidade da colheita e bens
apenhados, promover a liquidacao do mencionado financiamento, de
vez que concordamos, sob renuncia plena de todos os direitos
sobre os citados bens, com que o pagamento do arrendamento ou
similar seja feito apos a liquidacao do emprestimo concedido por
esse Banco.

Declaramo-nos cientes do direito que assiste a esse
Banco de fiscalizar os servicos e vistoriar os bens localizados
na citada propriedade e concordamos que ditos bens ali
permanecam ateh o final da liquidacao do financiamento,
mantendo-se essa condicao mesmo no caso de alienacao do imovel.



NOME E QUALIFICACAO DO ARRENDANTE

ARRENDATARIO // OU SIMILAR //

ANEXO 12

Texto da autoria de seu Francisco (capítulo VI)

I

“Começando esta história
quero falar do maldito
– que é um homem endiabrado
chamam ele de maniaco.
Quando ele chega no colégio
já mais ali ninguém fica
carrega as mulheres formosas
e as mocinhas bonitas,
ele estrangula, estupra e mata
e deixa o povo aflito.
Por isso tem muita gente que
de dor tá dando grito
muitos pais e mães chorando
pois suas filhas são as vítimas.

II

Eu quero que acredite no que tem nesse sertão:
sem-terra fazendo guerra se torna grande aflição
morre sem-terra e soldado
criança e mãe de família
deixando o sangue no chão.
Mas isso não tem precisão
Tem-se acabado muita vida
dentro da nossa nação.
As águas correm ao mar
pra dentro do oceano
é como essa história
professora Dione.
Tirei isto da memória
pra você ficar recordando.

III

Vou finalizando a história
e vou ficar me lembrando
Falando tudo isso
que tenho necessidade.
Prefeito e vereador
governo e os deputados
os presidentes, secretarias
e a maioria dos senadores
do que ocorre no país
são eles que são culpados
de tudo que acontece.
Tamos vendo o resultado:
muita empresa falida
e gente desempregada.
Tem muitos fumando droga
e outros desesperados,
tem assalto e violência
e crime pra todo lado.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Mas é só para dar trabalho
promotor e advogado
e juízo de direito
e também o delegado.

IV

A coisa aqui não tá boa
já tá tudo terminado,
não tem mais terra de ausente,
em cima desse cerrado
porque chegou muita gente
aqui na nossa cidade,
vem do Sul do Mato Grosso,
e de mais outros estados.
O pobre aqui que tem terra
já tem que ficar cercado.
Pra criar um cabritinho
tem que ser no cadeado.
As coisas aqui para nós
já tem se demaziado
e o pobre que não tem terra
talvez vai ser enterrado.
Muitos que deixaram a roça
já foram morar na cidade.

V

No mundo pra se viver
tem muita dificuldade
pra se viver no presente
tem que lembrar o passado
o que escrevo na lembrança
tenho tudo na memória guardado.
Eu não fui um grande estudante
mas tenho atividade
e hoje dou a entrevista
com professor da faculdade.
Contando essa historia,
falando do nosso estado,
eu falei da minha vida
– no que tinha trabalhado.
Saindo de Alto Longá
vim ficar no sul do estado
plantando feijão no baixão
e arroz no cerrado.
E foi aí, de 1997 a 2000,
que eu fui entrevistado.

Professora, que Deus ti abençoe a ti e a tua família e te faça bem sucedida.
Assina: Francisco de Sousa Lima (Chico Dôra)??

ANEXO 13: Estado do Piauí – Mapa da Distribuição Espacial do Cerrado

